JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Camara Municipal de Cláudia 4
Câmara Municipal de Lambari D'Oeste 4
Camara Municipal de Ribeirão Cascalheira 5
Camara Municipal de Tangará da Serra 5
Camara Municipal de Várzea Grande 6
Consórcio Inter. de Des. Econômico, Social e Ambiental da Região Sul 6
Consórcio Intermunicipal Complexo Nascentes do Pantanal 7
Consórcio Intermunicipal Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Vale do Guaporé 7
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Médio Norte Matogrossense 8
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Araguaia 11
Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso 11
Prefeitura Municipal de Acorizal 12
Prefeitura Municipal de Água Boa 12
Prefeitura Municipal de Alto Garças 14
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 22
Prefeitura Municipal de Apiacás 26
Prefeitura Municipal de Araguaiana 28
Prefeitura Municipal de Araputanga 29
Prefeitura Municipal de Arenápolis 35
Prefeitura Municipal de Aripuanã 43
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 44
Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia 44
Prefeitura Municipal de Cáceres 47
Prefeitura Municipal de Campinápolis 50
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 55
Prefeitura Municipal de Campo Verde 57
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 58
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 70
Prefeitura Municipal de Canarana 71
Prefeitura Municipal de Carlinda 74
Prefeitura Municipal de Castanheira 75
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 75
Prefeitura Municipal de Cláudia 77
Prefeitura Municipal de Cocalinho 78
Prefeitura Municipal de Colíder 81
Prefeitura Municipal de Colniza 82
Prefeitura Municipal de Comodoro 85
Prefeitura Municipal de Confresa 85
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 97
Prefeitura Municipal de Cuiabá 99
Prefeitura Municipal de Diamantino 100
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 102
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 106
Prefeitura Municipal de General Carneiro 106
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 106
Prefeitura Municipal de Indiavaí 107
Prefeitura Municipal de Itanhangá 107
Prefeitura Municipal de Itiquira 114
Prefeitura Municipal de Jaciara 117
Prefeitura Municipal de Jangada 120
Prefeitura Municipal de Jauru 125
Prefeitura Municipal de Juara 128

Prefeitura Municipal de Juscimeira 129
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 129
Prefeitura Municipal de Luciara 132
Prefeitura Municipal de Marcelândia 132
Prefeitura Municipal de Matupá 135
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 142
Prefeitura Municipal de Nobres 154
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 186
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 189
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 189
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 190
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 190
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 193
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 193
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 196
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 197
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 201
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 201
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 202
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 251
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 252
Prefeitura Municipal de Paranatinga 257
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 271
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 277
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 292
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 292
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 293
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 293
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 295
Prefeitura Municipal de Poxoréu 295
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 295
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 296
Prefeitura Municipal de Rio Branco 297
Prefeitura Municipal de Rondolândia 298
Prefeitura Municipal de Rondonópolis 301
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 302
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 302
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 303
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 303
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 309
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 313
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 367
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 369
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 371
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 374
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 375
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 379
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 383
Prefeitura Municipal de Tabaporã 383
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 385
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 392
Prefeitura Municipal de Torixoréu 393
Prefeitura Municipal de União do Sul 394
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 394
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 395
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 399
Prefeitura Municipal de Vila Rica 400

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2021/2023

Presidente de Honra: José Eduardo Botelho

Presidente: Neurilan Fraga (PL) - Ex-prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Janailza Taveira Leite (Solidariedade) - prefeita de São Félix do Araguaia

Segundo Vice-Presidente: Marcelo de Aquino (PL) - prefeito de General Carneiro

Terceiro Vice-Presidente: Marilza Augusta de Oliveira (MDB)- prefeita de Nova Brasilândia

Quarto Vice-Presidente: Edu Laudi Pascoski (PL)- prefeito de Itanhangá

Quinto Vice-Presidente: Valdecio Luiz da Costa (PL)- prefeito de Dom Aquino

Secretário Geral: Daniel Rosa do Lago (PDT) - Prefeito de Porto Alegre do Norte

Primeiro Secretário: Leocir Hanel (PSDB) - prefeito de Nobres

Segundo Secretário: José Guedes de Souza (MDB) - prefeito de Rondolândia

Tesoureiro Geral: Silmar de Souza Gonçalves (DEM) - prefeito de Nossa Senhora do Livramento

Primeiro Tesoureiro: Alex Steves Berto (Solidariedade) - prefeito de Rosário Oeste

Segundo Tesoureiro: Altamir Kurten (PSDB) - prefeito de Cláudia

Conselho Fiscal:

1º Jacob Andre BringsKen (MDB) - prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade

2º Márcio Conceição Nunes de Aguiar (PSB) - prefeito de Cocalinho

3º Jadilson Alves de Souza (Republicanos) - prefeito de Curvelândia

Suplentes Fiscais:

1º Héctor Alvares Bezerra (PSL) - prefeito de Mirassol D'Oeste

2º Ederson Figueiredo (PP) - prefeito de Arenápolis

3º Julio Cesar dos Santos (MDB) - prefeito de Apiacás

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM
Noides Cenio da Silva

(65) 2123-1200 - (65) 9 9931-8446

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CAMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CÂMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA MINUTA DO TERMO DE FOMENTO

CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

MINUTA DO TERMO DE FOMENTO

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT E A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO F M CLÁUDIA. A CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob n° 01. 311.778/0001-84, com sede na Avenida Gaspar Dutra, s/nº, neste Município, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. LEONIR RIZZI, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.044.425-4 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 431.241.359-20, residente e domiciliado na Avenida Gaspar Dutra, nº 440, Centro, na cidade de Cláudia – MT, doravante denominada de "CÂMARA", e, de outro lado, a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO F M CLÁUDIA, associação civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 01.596.866/0001-70, com sede na Rua Frederico Campos, nº 371, Centro, na Cidade e Município de Cláudia - MT, neste ato representada por seu Presidente Sr. JORGE ADÃO DE OLIVEIRA, doravante denominada de "ENTIDADE BENEFICIÁRIA", resolvem celebrar o presente TERMO DE FOMENTO, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei Federal nº 13.019/2014, na Resolução de Consulta nº 001/2018, do TCE/MT, e Resolução nº 186/2021 desta Câmara, e mediante as cláusulas e condições seguintes: CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: 1.1 - O presente Termo de Fomento tem por objeto a concessão de APOIO CULTURAL NA FORMA DE SUBVENÇÃO SOCIAL, para prestação SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, visando a divulgações das ações da Câmara de Vereadores de Cláudia – MT, conforme Plano de Trabalho apresentado pela Entidade Beneficiária. 1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender as despesas vedadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias. 1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado; II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Estado. CLAUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO: 2. 1 - A celebração deste Termo de Fomento está autorizada pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Resolução de Consulta nº 001/2018, do TCE/MT, e Resolução nº 186/2021 desta Câmara, e tem fundamento no disposto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2.014. CLAUSULA TERCEIRA - DA FINALIDADE DO TERMO DE FOMENTO:3.1 - O presente Termo de Fomento tem por finalidade o repasse de valores financeiros, a título de subvenção social, no valor global de R$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais), destinados a auxiliar a ENTIDADE BENEFICIÁRIA na divulgação das ações do Legislativo Municipal, e com isso fomentar a publicidade dos atos chegando à sociedade. 3.2 – A CÂMARA repassará à ENTIDADE BENEFICIÁRIA, para execução do objetivo do Termo de Fomento, valores periódicos e proporcionais, sendo R$ 1. 100,00 (um mil e cem reais) mensais, limitado ao valor máximo citado no item 3.1. CLAUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA:4.1 - O presente Termo de Fomento terá a vigência até 31 de março de 2022, a contar da data de sua assinatura. CLÁUSULA QUINTA – DO VENCIMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 5.1 – A CÂMARA transferirá, para execução do presente Termo de Fomento, recursos financeiros nos valores descritos na Cláusula Terceira. 5.2 – A despesa referente ao presente Termo de Fomento correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:01 - CAMARA MUNICIPAL DE CLAUDIA 001 - CAMARA MUNICIPAL DE CLAUDIA 01.031. 0001.2001 - Manutenção e Encargos Com a Câmara Municipal 3350.41. 000000 – Contribuições CLAUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES: 6.1 – Constituem obrigações da ENTIDADE BENEFICIÁRIA: a) disponibilizar profissionais e estar à disposição da Câmara para acompanhar as sessões, com reportagens;b) divulgação das ações realizadas pela Câmara, visando a divulgação de assuntos, matérias e campanhas de interesse público em geral; c) divulgação de informes e comunicados para toda a comunidade diariamente; d) divulgação das ações dos vereadores nos horários de noticiários da Rádio; e) fornecer para a Câmara, quando solicitado, elementos, informações e esclarecimentos sobre o presente Termo, a fim de satisfazer as exigências do Tribunal de Contas do Estado; f) observar as normas e condições da Legislação Trabalhista vigente, bem como os encargos sociais decorrentes da contratação de pessoal; g) manter-se legalmente instituídas na forma da Lei nº 9.612/98; h) atender regularmente, devendo ser estabelecidos os horários e dias de funcionamento; i) prestar contas à Câmara no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de cada repasse, dos recursos utilizados; j) manter individualizada toda a documentação comprobatória das despesas pagas com recursos financeiros repassados pela Câmara. 6.2 – São obrigações da CÂMARA: a) efetuar os repasses dos valores, conforme previsto, à ENTIDADE BENEFICIÁRIA e desde que de acordo com o Plano de Trabalho, limitado ao valor máximo global deste Termo; b) avaliar qualitativamente os serviços prestados, mediante fiscalização. CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO: 7.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Cláudia - MT, com exclusão a qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as questões que derivem deste Termo de Fomento, e que não puderem ser decididas pela via administrativa. E, por estarem entre si justos e contratados, de pleno acordo, assinam o presente Termo de Fomento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas a tudo presente, para todos os efeitos legais. Cláudia - MT, 20 de abril de 2021. CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA – MT LEONIR RIZZI Presidente ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO F M CLÁUDIA ENTIDADE BENEFICIÁRIA JORGE ADÃO DE OLIVEIRA Presidente. Testemunhas: 1. _ 2. _.

CÂMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO -

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

OBJETO: Inexigibilidade de Chamamento Público – APOIO CULTURAL NA FORMA DE SUBVENÇÃO SOCIAL – SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA. VALOR GLOBAL: R$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais). FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 13.019/2014; Resolução de Consulta nº 001/2018 - TCE/MT; Resolução nº 186/2021. ASSOCIAÇÃO PRIVADA SEM FINS LUCRATIVOS: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO F M CLÁUDIA – CNPJ: 01.596.866/0001-70. VIGÊNCIA: 31/03/2022. *HOMOLOGO.* Cláudia – MT, 19 de abril de 2021. LEONIR RIZZI Presidente.

CÂMARA MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE

PORTARIA Nº 013/2021

PORTARIA Nº 013/2021,DE 23 DE ABRIL DE 2021

Prorroga os efeitos da Portaria nº 010, de 29.03.2021, em razão do aumento de infectados pela COVID-19

O Presidente da Câmara Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 29, inciso II da Lei Orgânica do Município c/c o art.28, inciso XIV do Regimento Interno; e

Considerando o Decreto Estadual nº 874, de 25.03.2021 que atualizou as medidas restritivas no âmbito do Estado de Mato Grosso, para tentar frear o avanço da COVID-19, além de reativar e aprimorar o sistema de classificação de risco;

Considerando que o Decreto mencionado, impõe medidas restritivas que deverão ser aplicadas em todo o território do Estado de Mato Grosso, ainda que a classificação de risco de determinado município indique normas mais brandas, enquanto a taxa estadual de ocupação de UTIs for superior a 85%;

Considerando que o Painel Epidemiológico nº 382 Coronavirus/Covid-19 Mato Grosso, atualizado em 25.03.2021, às 15:07, informa Taxa de Ocupação UTI Adulto em 98,11% e Taxa de Ocupação Pediátrica UTI em 91,67%, além de relatar fila de espera por UTI de 179 pessoas;

Considerando que o número de pessoas infectadas pelo Covid-19 em nosso município cresceu demasiadamente nos últimos dias.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar os efeitos da Portaria nº 010, de 29.03.2021, **até o dia 09.05.2021**, podendo ser prorrogado, conforme o abrandamento ou agravamento da Pandemia da Covid-19, por meio de ato específico.

§1º. Os servidores ficam dispensados de comparecer as dependências da Câmara Municipal, todavia continuarão a prestar os serviços relevantes ao bom andamento das atividades legislativas em forma de “home office/tele trabalho – trabalhar em casa”, bem assim **estarão obrigados a comparecer ao serviço quando solicitados pela presidência deste parlamento**.

§2º. O serviço de guarda do prédio do Legislativo será mantido, em razão da manutenção e guarda do patrimônio público, conforme a escala anteriormente publicada.

§3º. Na realização das Sessões só será permitida a entrada de vereadores e os servidores essenciais para auxiliarem no ato, inclusive, com obrigatoriedade do uso de máscaras, em razão das medidas de prevenção da pandemia (COVID-19).

§4º. Durante a realização das Sessões da Câmara Municipal serão adotados todos os meios necessários para a prevenção ao contágio do Coronavírus – COVID 19, mediante critérios atuais e definidos pelos órgãos sanitários.

§5º. As Sessões serão transmitidas ao vivo pelo facebook – https://web.facebook.com/cmlbdo/, podendo ser acompanhadas em tempo real pela rede mundial de computadores.

Art. 2º. **No período de suspensão do atendimento presencial, todos os expedientes e protocolos deverão ser encaminhados no seguinte e mail: administrativo@camaralambaridoeste.mt.gov.br, servindo este canal como protocolo oficial do Poder Legislativo durante este período.**

Art. 3º Caberá ao Departamento Administrativo e Financeiro desta Casa, as providências necessárias ao fiel cumprimento desta Portaria, nos termos da legislação em vigor.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente, Edifício Sede do Poder Legislativo Municipal, aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

EDEMARCIO PEREIRA LOPES

Presidente da Câmara

CAMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2021

AVISODE LICITAÇÃO SUSPENSÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2021

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA-MT, através do sua **PREGOEIRA,** torna público, para conhecimento de todos os interessados, que **À** licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, MARCADA PARA **às 14h00 horas (Brasília) do dia 05 de Maio de 2021**, **FICA SUSPENSA** , ESTAREMOS REMARCANDO UMA NOVA DATA A SER PUBLICA NESTE MESMO MEIO DE COMUNICAÇÃO **OBJETO DA LICITAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS TÉCNICOS DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO PÚBLICA, INCLUINDO PERMISSÃO DO DIREITO DE USO DOS SOFTWARES, CONVERSÃO DE DADOS, ACOMPANHAMENTO OPERACIONAL, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO PERMANENTE E ATUALIZAÇÕES, E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA ADMINISTRATIVA, CONTÁBIL, FINANCEIRA E PATRIMONIAL JUNTO A CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA-MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL:** site: www.camararibeiraocascalheira.com.br e Sala de Licitações da Câmara de vereadores de Ribeirão cascalheira, das 08h00 às 17h00. **INFORMAÇÕES:** As empresas interessadas poderão solicitar informações junto a Comissão de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio pelo fone abaixo. **TELEFONE PARA CONTATO:** (0**66)3489-1739

Ribeirão Cascalheira - MT, 26 de abril de 2021.

Simone Gonçalves de Paula e Silva

Pregoeira

Publicado no Mural Oficial da Câmara Municipal de Ribeirão Cascalheira – MT
EM 26/abril/2021
_____ Assinatura

CAMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

DECRETO Nº 1029, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

DECRETO Nº 1029, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO N° 1026, DE 25 DE MARÇO DE 2021.

A **MESA DIRETORA** da Câmara Municipal Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhes são conferidas por Lei e,

DECRETA:

Art. 1º.O atendimento presencial ao público nas dependências da Câmara Municipal de Tangará da Serra retornará ao normal, de segunda-feira à sexta-feira, das 07h às 11h e das 13h às 17h.

Art. 2°. A realização das sessões ordinárias, extraordinárias e sessões de licitação terão acesso ao público, devendo ser obedecidas as normas da OMS.

Art. 3°. Os servidores lotados nos gabinetes de vereadores (Assessor Parlamentar I e Assessor Parlamentar II) retornarão aos trabalhos em horário

normal, ou seja, de segunda à sexta-feira das 07h ás 11h e das 13h às 17h.

Art. 4º. Recomenda-se aos servidores que permaneçam em seus departamentos, evitem aglomerações nos ambientes internos e externos e tomem todas as medidas sanitárias recomendadas à prevenção de contágio, sendo obrigatório as seguintes:

I – o uso de máscara facial, ainda que artesanal;

II – utilização de álcool em gel;

III – manter o distanciamento social recomendado;

Art. 5º. Deverão ser adotadas no ambiente laboral da Câmara Municipal de Tangará da Serra todas as medidas sanitárias cabíveis a fim de evitar a disseminação da doença.

Art. 6°. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e seis dias do mês de abril de 2021.

FÁBIO DA SILVA BRITO

Presidente

MARCOS DAVI SANTOS OLIVEIRA

Vice-Presidente

ELAINE ANTUNES DE FRANÇA

1ª Secretária

JOSÉ DE ALMEIDA BANDEIRA

2º Secretário

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume, na data supra.

CAMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA DO PROCESSO SELETIVO 001/2020

ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

A Comissão de Processo Seletivo, convoca os candidatos abaixo relacionados para participarem das entrevistas, devendo os mesmos comparecerem na data, hora e local abaixo designados, portando documento oficial com foto.

Local de realização das entrevistas: Câmara Municipal de Várzea Grande - Avenida Alzira Santana, nº 1.741, Bairro Água Limpa – Várzea Grande – MT.

CARGO					**SERVIÇOS GERAIS**	
NÍVEL					**FUNDAMENTAL COMPLETO**	
TIPO DE VAGA					**AMPLA CONCORRÊNCIA**	
Classificação	**Nº de inscrição**	**Dia**	**Horário**	**Nome**	**Doc. Identidade**	**Situação**
01	01	05/05/2021	9:00 às 9:30	RITA JULIANA DE CAMPOS	15080650 SSP/MT	Classificado
02	130	05/05/2021	9:30 às 10:00	GONÇALINA RITA DE CAMPOS	0836319-6 SSP/MT	Classificado
03	115	05/05/2021	10:00 às 10:30	MARIA LÚCIA PEREIRA SANTANA	1325156-2 SSP/MT	Classificado

CARGO					**GARÇOM**	
NÍVEL					**FUNDAMENTAL COMPLETO**	
TIPO DE VAGA					**AMPLA CONCORRÊNCIA**	
Classificação	**Nº de inscrição**	**Dia**	**Horário**	**Nome**	**Doc. Identidade**	**Situação**
01	118	05/05/2021	10:30 às 11:00	EDSON BEZERRA GOMES	16132289 SSP/MT	Classificado

CARGO					**VIGILANTE**	
NÍVEL					**FUNDAMENTAL COMPLETO**	
TIPO DE VAGA					**AMPLA CONCORRÊNCIA**	
Classificação	**Nº de inscrição**	**Dia**	**Horário**	**Nome**	**Doc. Identidade**	**Situação**
01	126	05/05/2021	11:00 às 11:30	MAURICIO TEODORO JUNIOR	15969487 SSP/MT	Classificado
02	94	05/05/2021	11:30 às 12:00	FERNANDO MAMEDES ALMEIDA DE MORAES	13328441 SSP/MT	Classificado

Conforme previsão dos subitens 5.3.4, 5.3.5, 5.3.6 da Clausula 5 – Classificação, do edital do referido processo seletivo, fica registrado que:

5.3.4 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização da entrevista com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o seu início.

5.3.5 Caso o candidato não compareça no horário determinado, acarretará sua automática eliminação.

5.3.6 O candidato não poderá alegar desconhecimento acerca da data, horário e local de comparecimento para fins de justificativa de sua ausência, pois o acompanhamento das publicações é responsabilidade do candidato.

Várzea Grande-MT, 26 de abril de 2021.

Ver. Fábio José Tardin

Presidente

Kariny Almeida Pereira da Silva

Presidente da Comissão

CONSÓRCIO INTER. DE DES. ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DA REGIÃO SUL

PORTARIA 005/2021

PORTARIA Nº 005/2021 01 de abril de 2021

NOMEIACAMILA DOSS PARAA FUNÇÃO DEFISCAL DA OBRAS DOS CONTRATO Nº 004/2021 E 005/2021DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DA REGIÃO SUL E RESPONSAVEL PELO ENVIO DOS DADOS NO GEO-OBRAS.

Andreia Wagner, Presidente da Diretoria Executiva do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental da Região Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear a Sra. Camila Doss para a função de engenheira fiscal da obra de limpeza e manutenção/reparo de ponte de madeira dos municípios de Jaciara, Juscimeira, Poxoréu, São Pedro da Cipa, referente ao contrato nº 004/2021 e 005/2021do consórcio intermunicipal de desenvolvimento econômico, social e ambiental da região sul.

Artigo 2º - Nomear a Sra. Camila Doss comoresponsável pelo Sistema GEO-OBRAS do consórcio intermunicipal de desenvolvimento econômico, social e ambiental da região sul.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de 01/04/2021, revogando as disposições em contrário.

São Pedro da Cipa – MT, em 01 de abril de 2021.

_____

ANDREIA WAGNER

Presidente do Consórcio

Registre-se, Publique-se.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

TERMO DE CANCELAMENTO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2021

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, no uso das atribuições que lhe confere o Contrato de Consórcio Público, considerando a RECOMENDAÇÃO do Pregoeiro descrita a seguir:

"E, embora o preço obtido na fase de lances do pregão seja muito compensador para as administrações municipais, uma vez que obteve um desconto de aproximadamente 90%, e ainda não tenha ocorrido a fase de avaliação do produto ofertado, ***para que possamos aperfeiçoar o Termo de Referência do objeto pretendido, RECOMENDO O CANCELAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2021****."*

E, ainda por orientação da Assessoria Jurídica, **DETERMINO o CANCELAMENTO do Processo de Licitação 01/2021**, Pregão Presencial Nº 01/2021, tendo por objeto é o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na área de informática para fornecimento de LICENÇA de uso e PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO DE APLICATIVO INTEGRADO AO SISTEMA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, doravante denominado APLICATIVO, para gestão de ouvidoria e de outros serviços públicos em atendimento aos municípios que compõem o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL.

O presente CANCELAMENTO dar-se-á de modo definitivo e irrevogável.

São José dos Quatro Marcos-MT, 23 de abril de 2021.

_____

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

Presidente

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO VALE DO GUAPORÉ

DISPENSA LICITAÇÃO Nº 02/2021

DISPENSA LICITAÇÃO Nº 02/2021

A Comissão Permanente de Licitação do Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental Vale do Guaporé, torna público aos interessados a contratação;

OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços em assessoria na elaboração, acompanhamento, execução e prestação de contas de convênios estaduais e federais, junto ao consórcio Cidesa.

FAVORECIDO: Maria Dagle de Souza Barbosa R$5.400,00 (Cinco mil e quatrocentos reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, Inciso II da Lei nº 8.666/93, e suas alterações

Nova Lacerda- MT 26 de abril de 2021.

UILSON JOSE DA SILVA

PRESIDENTE CIDESA

DISPENSA LICITAÇÃO Nº 03/2021

DISPENSA LICITAÇÃO Nº 03/2021

A Comissão Permanente de Licitação do Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental Vale do Guaporé, torna público aos interessados a contratação;

OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços em manutenção e hospedagem do site que faz referência ao consórcio Cidesa.

FAVORECIDO: MPX BRASIL SOLUÇÕES WEB EIRELI R$ R$ 4.956,00 (Quatro Mil Novecentos e cinquenta e Seis Reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, Inciso II da Lei nº 8.666/93, e suas alterações

Nova Lacerda- MT 26 de abril de 2021.

Uilson Jose da Silva

Presidente Cidesa

OFÍCIO Nº 010/2021 NOVA LACERDA- MT, 22 DE ABRIL DE 2021

Ofício nº 010/2021 Nova Lacerda- MT, 22 de abril de 2021

ASSUNTO: aviso de convocação do terceiro colocado no pregão presencial para registro de preço nº 009/2020

Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 009/2020 Tipo: Menor Preço por Item

Objeto**:** Registro de preços na aquisição de peças e acessórios, originais ou genuínas para manutenção de veículos médios, pesados para atender demanda do Cidesa.

O Consorcio CIDESA, através de seu Pregoeiro, torna público que em face dos pareceres emitidos nos autos e em conformidade com o artigo. 24, XI, da Lei 8.666/93, CONVOCA o licitante remanescente, na ordem de classificação, Buiu Auto Peças e Serviços Ltda - ME, classificada em terceiro lugar do Item 02 no certame, tendo em visto o não aceite do segundo colocado, para assinatura de ata e Termo de Compromisso. A contratação se dará nas mesmas condições ofertada pelo mesmo, inclusive quanto aos preços de conformidade com o ato convocatório, conforme art. 64, § 2º, da Lei de Contratos e Licitações.

Desde já, solicitamos a resposta da referida empresa e no fornecimento desse item e se mantém o preço proposto à época da sessão.

Caso não aceite, será convocado o quarto classificado, até que seja efetivada a contratação, ou seja, decidida pela revogação da licitação.

Nova Lacerda/MT, 22 de abril de 2021.

Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental Vale do Guaporé - CIDESA

CNPJ 08.964.532/0001-50

Uilson Jose da Silva

Presidente

À Pessoa Jurídica,

Buiu Auto Peças e Serviços Ltda - ME.

CNPJ 10.173.758/0001-85

Av Maro Grosso nº 411-E,

Bairro Nova Senhora de Fatima, Comodoro-MT – CEP 78.310-000.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO MÉDIO NORTE MATOGROSSENSE

TERMO DE ADJUDICAÇÃO Nº 002/2021

TERMO DE ADJUDICAÇÃO Nº 002/2021

CREDENCIAMENTO Nº 001/2020 - INEXIGIBILIDADE Nº 001/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2021

ADJUDICO o procedimento licitatório da modalidade de **CREDENCIAMENTO Nº 001/2021 -INEXIGIBILIDADE Nº 001/2021, "CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas prestadores de serviços técnico-profissionais na área da saúde, para realização de realização consultas médicas especializadas, de exames de imagens para apoio a diagnósticos, exames especializados complementares e procedimentos cirúrgicos**;tendo em vista os cumprimentos legais, a favor da empresa:**CENTRO DE LITOTRIPSIA LTDA LTDA - CNPJ nº 86.921.756/0001-99,** sediada na Avenida Aclimação, nº 335 – sala – Bosque da Saúde – CEP 78.050.040 - Cuiabá – MT, com valor estimativo global de R$ 349.115,87 (Trezentos e Quarenta e Nove Mil Cento e Quinze Reais e Oitenta e Sete Centavos); **HOSPITAL OTORRINO LTDA - CNPJ nº 14.347.727/0001-54,** sediada na Rua Tenente Eulálio Guerra, nº 28 – Ed. Hospital Otorrino, Bloco B, Sala I - Araés, CEP: 78.005-510 Cuiabá – MT, com valor estimativo global de R$ 360.834,78 (Trezentos e Sessenta Mil Oitocentos e Trinta e Quatro Reais e Setenta e Oito Centavos); **WILLIAM TAVARES REIS - ME - CNPJ nº 34.669.811/0001-00,** sediada na Avenida Presidente Tancredo de Almeida Neves, nº 980-W, sala 03, Jardim Tanaka, CEP: 78.300-000 -Tangará da Serra – MT, com valor estimativo global de R$ 41.644,00 (Quarenta e Um Mil Seiscentos e Quarenta e Quatro Reais); **LUIARA STEFANELO LORO - ME - CNPJ nº 34.783.598/0001-54,** sediada na Avenida Presidente Tancredo de Almeida Neves, nº 980-W, sala 05, Jardim Tanaka, CEP: 78.300-000 - Tangará da Serra – MT, com valor estimativo global de R$ 34.374,00 (Trinta e Quatro Mil Trezentos e Setenta e quatro Reais); **VERBELO OFTALMOLOGIA EIRELI - CNPJ nº 28.106.507/0001-43,** sediada na Rua Alves de Oliveira, nº 1875, Cristo Rei, CEP: 78.118-081 - Várzea Grande – MT, com valor estimativo global de R$ 626.502,40 (Seiscentos e Vinte e Seis Mil Quinhentos e Dois Reais e Quarenta Centavos) e **DATA MED LTDA - CNPJ nº 91.574.012/0001-85,** sediada na Avenida Presidente Tancredo de Almeida Neves, nº 945-W, Jardim do Lago, CEP: 78.300-000 - Tangará da Serra – MT, com valor estimativo global de R$ 905.049,38 (Novecentos e Cinco Mil Quarenta e Nove Reais e Trinta e Oito Centavos).

Em conformidade com o item 7 **-** Da Distribuição Dos Serviços do edital de credenciamento 7.1 “A distribuição dos serviços será de acordo com o número de credenciados, quantidade unitária dos itens e a necessidade da Central de Regulação de cada município consorciados, podendo se necessário, serem redistribuídos durante a vigência do credenciamento”, ou seja, caso houver outros pedidos de credenciamentos para as mesmas especialidades solicitadas pelas empresas declaradas aptas nesta sessão e posteriormente homologadas, os quantitativos e valor global serão redistribuídos.

Tangará da Serra/MT, 26 de Abril de 2021.

RAFAEL MACHADO

Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 002/2021

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 002/2021

CREDENCIAMENTO Nº 001/2021 - INEXIGIBILIDADE Nº 001/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2021

Sr. RAFAEL MACHADO, Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO MÉDIO NORTE MATO-GROSSENSE, situado à Rua 7A, 127-N, Bairro Jardim do Amor, Tangará da Serra-MT, CEP 78.300-000, pessoa jurídica de direito público, torna público para conhecimento de todos os interessados que em conformidade com o julgamento e valores adjudicados:

HOMOLOGA o processo licitatório da modalidade de **CREDENCIAMENTO Nº 001/2021 -INEXIGIBILIDADE Nº 001/2020, “CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas prestadores de serviços técnico-profissionais na área da saúde, para realização de realização consultas médicas especializadas, de exames de imagens para apoio a diagnósticos, exames especializados complementares e procedimentos cirúrgicos”** que teve nesta data CREDENCIADAS as seguintes empresas:

CENTRO DE LITOTRIPSIA LTDA LTDA - CNPJ nº 86.921.756/0001-99, sediada na Avenida Aclimação, nº 335 – sala – Bosque da Saúde – CEP 78.050.040 - Cuiabá – MT. A empresa solicitou credenciamento para os seguintes itens:

ITEM	CÓD.	CÓD. TCE	CONSULTA ESPECIALIZADA	UNIDADE	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
10	5193	4676	CONSULTA MÉDICA EM UROLOGIA.	UN.	400	**R$ 104,11**	R$ 41.644,00
			SUB-TOTAL.....				**R$ 41.644,00**
Na descrição dos itens 01 a 15 deverão serem acrescidas e consideradas as seguintes orientações: Solicitação do atendimento pela Central de Regulação de qualquer um dos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal de Saúde, à Sede Administrativa do Consórcio. Autorização expedida conforme disponibilidade da Consulta Especializada pretendida. Consulta a ser realizada em consultório/clinica/hospital do próprio credenciado. Retorno: 15 dias.							
ITEM	**CÓD.**	**CÓD. TCE**	**PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS**	**UNIDAD**	**QUANT**	**VALOR UNIT**	**VALOR TOTAL**
81	6297	18295	Retirada de Cateter Duplo J.	UN.	25	R$ 2.046,83	R$ 51.170,75
82	6308	325173-0	Ureterolitotripsia Rigida Mecânica com ou sem colocação de Cateter Duplo J	UN.	5	R$ 6.546,72	R$ 32.733,60
83	6295	326034-8	Ureterolitotripsia Rigida ou Flexival a Laser com colocação de Cateter Duplo J	UN.	22	R$10.162,16	R$ 223.567,52
			SUB-TOTAL.....				**R$ 307.471,87**
Na descrição dos itens 75 a 90 deverão serem acrescidas e consideradas as seguintes orientações: Solicitação do atendimento pela Central de Regulação de qualquer um dos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal de Saúde, à Sede Administrativa do Consórcio. Autorização expedida conforme disponibilidade do procedimento pretendido. Procedimento a ser realizado em consultório/clinica/hospital do próprio credenciado. Incluso nos valores as despesas hospitalares, anestesiologista, honorários médicos e materiais necessários.							

			TOTAL GERAL.....				**R$ 349.115,87**

HOSPITAL OTORRINO LTDA - CNPJ nº 14.347.727/0001-54, sediada na Rua Tenente Eulálio Guerra, nº 28 – Ed. Hospital Otorrino, Bloco B, Sala I - Araés, CEP: 78.005-510 Cuiabá – MT. A empresa solicitou credenciamento para os seguintes itens:

ITEM	CÓD.	CÓD. TCE	CONSULTA ESPECIALIZADA	UNIDADE	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
7	5179	4674	CONSULTA MÉDICA EM ORTOPEDIA E TRAUMOTOGIA.	UN.	170	**R$ 111,14**	R$ 18.893,80
10	5193	4676	CONSULTA MÉDICA EM UROLOGIA.	UN.	400	**R$ 104,11**	R$ 41.644,00
15	5182	4675	CONSULTA MÉDICA EM OTORRINOLARINGOLOGIA.	UN.	300	**R$ 113,76**	R$ 34.128,00
			SUB-TOTAL.....				**R$ 94.665,80**
Na descrição dos itens 01 a 15 deverão serem acrescidas e consideradas as seguintes orientações: Solicitação do atendimento pela Central de Regulação de qualquer um dos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal de Saúde, à Sede Administrativa do Consórcio. Autorização expedida conforme disponibilidade da Consulta Especializada pretendida. Consulta a ser realizada em consultório/clinica/hospital do próprio credenciado. Retorno: 15 dias.							
ITEM	**CÓD.**	**CÓD. TCE**	**OUTROS PROCEDIMENTOS**	**UNIDAD**	**QUANT**	**VALOR UNIT**	**VALOR TOTAL**
54	5241	308526-0	Exame de Audiometria Tonal e Vocal	UN.	50	R$ 108,87	R$ 5.443,50
55	5141	TCEMT0000230	Exame Imitanciometria.	UN.	50	R$ 71,23	R$ 3.561,50
56	6313	00036661	BERA (Audiometria de Tronco Cerebral)		50	R$ 203,72	R$ 10.186,00
57	6292	2393	Videofaringolaringoscopia / videolaringoscopia.	UN.	50	R$ 156,59	R$ 7.829,50
58	5244	4586	Teste Alérgico.	UN.	30	R$ 103,60	R$ 3.108,00
			SUB-TOTAL.....				**R$ 30.128,50**
Na descrição dos itens 46 a 74 deverão serem acrescidas e consideradas as seguintes orientações: Solicitação do atendimento pela Central de Regulação de qualquer um dos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal de Saúde, à Sede Administrativa do Consórcio. Autorização expedida conforme disponibilidade do procedimento pretendido. Procedimento a ser realizado em consultório/clinica/hospital do próprio credenciado.							
ITEM	**CÓD.**	**CÓD. TCE**	**PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS**	**UNIDAD**	**QUANT**	**VALOR UNIT**	**VALOR TOTAL**
84	6298	25256	Timpanoplastia (com tubo otologico).	UN.	6	R$ 4.310,90	R$ 25.865,40
85	6314	00057218	Septoplastia	UN.	15	R$ 2.085,66	R$ 31.284,90
86	6307	311095-8	Turbinectomia	UN.	15	R$ 1.223,47	R$ 18.352,05
87	6296	313090-8	mastoidectomia c/ timpanomastoidectomia (gelfoan/tissuconol/monitor/brocas).	UN.	6	R$10.490,88	R$ 62.945,28
88	5254	4592	Adenoidectomia com ou sem Cauterizaçao de Cornetos.	UN.	15	R$ 1.300,37	R$ 19.505,55
89	5256	4593	Amigdalectimia com ou sem Cauterizaçao de Cornetos.	UN.	15	R$ 1.430,09	R$ 21.451,35
90	6299	23769	Adenoamigdalectomia com ou sem Cauterizaçao de Cornetos.	UN.	35	R$ 1.618,17	R$ 56.635,95
			SUB-TOTAL.....				**R$ 236.040,48**
Na descrição dos itens 75 a 90 deverão serem acrescidas e consideradas as seguintes orientações: Solicitação do atendimento pela Central de Regulação de qualquer um dos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal de Saúde, à Sede Administrativa do Consórcio. Autorização expedida conforme disponibilidade do procedimento pretendido. Procedimento a ser realizado em consultório/clinica/hospital do próprio credenciado. Incluso nos valores as despesas hospitalares, anestesiologista, honorários médicos e materiais necessários.							
			TOTAL GERAL.....				**R$ 360.834,78**

WILLIAM TAVARES REIS - ME - CNPJ nº 34.669.811/0001-00, sediada na Avenida Presidente Tancredo de Almeida Neves, nº 980-W, sala 03, Jardim Tanaka, CEP: 78.300-000 - Tangará da Serra – MT. A empresa solicitou credenciamento para os seguintes itens:

ITEM	CÓD.	CÓD. TCE	CONSULTA ESPECIALIZADA	UNIDADE	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
10	5193	4676	CONSULTA MÉDICA EM UROLOGIA.	UN.	400	**R$ 104,11**	R$ 41.644,00
Na descrição dos itens 01 a 15 deverão serem acrescidas e consideradas as seguintes orientações: Solicitação do atendimento pela Central de Regulação de qualquer um dos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal de Saúde, à Sede Administrativa do Consórcio. Autorização expedida conforme disponibilidade da Consulta Especializada pretendida. Consulta a ser realizada em consultório/clinica/hospital do próprio credenciado. Retorno: 15 dias.							
			TOTAL GERAL.....				**R$ 41.644,00**

LUIARA STEFANELO LORO - ME - CNPJ nº 34.783.598/0001-54, sediada na Avenida Presidente Tancredo de Almeida Neves, nº 980-W, sala 05, Jardim Tanaka, CEP: 78.300-000 - Tangará da Serra – MT. A empresa solicitou credenciamento para os seguintes itens:

ITEM	CÓD.	CÓD. TCE	CONSULTA ESPECIALIZADA	UNIDADE	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
2	5155	4218	CONSULTA MÉDICA EM DERMATOLOGIA.	UN.	300	**R$ 114,58**	R$ 34.374,00
			SUB-TOTAL.....				**R$ 34.374,00**
Na descrição dos itens 01 a 15 deverão serem acrescidas e consideradas as seguintes orientações: Solicitação do atendimento pela Central de Regulação de qualquer um dos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal de Saúde, à Sede Administrativa do Consórcio. Autorização expedida conforme disponibilidade da Consulta Especializada pretendida. Consulta a ser realizada em consultório/clinica/hospital do próprio credenciado. Retorno: 15 dias.							
			TOTAL GERAL.....				**R$ 34.374,00**

VERBELO OFTALMOLOGIA EIRELI - CNPJ nº 28.106.507/0001-43, sediada na Rua Alves de Oliveira, nº 1875, Cristo Rei, CEP: 78.118-081 - Várzea Grande – MT. A empresa solicitou credenciamento para os seguintes itens:

ITEM	CÓD.	CÓD. TCE	CONSULTA ESPECIALIZADA	UNIDADE	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
6	5177	4220	CONSULTA MÉDICA EM OFTALMOLOGIA.	UN.	750	**R$ 119,96**	R$ 89.970,00
			SUB-TOTAL.....				**R$ 89.970,00**
Na descrição dos itens 01 a 15 deverão serem acrescidas e consideradas as seguintes orientações: Solicitação do atendimento pela Central de Regulação de qualquer um dos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal de Saúde, à Sede Administrativa do Consórcio. Autorização expedida conforme disponibilidade da Consulta Especializada pretendida. Consulta a ser realizada em consultório/clinica/hospital do próprio credenciado. Retorno: 15 dias.							
ITEM	**CÓD.**	**CÓD. TCE**	**OUTROS PROCEDIMENTOS**	**UNIDAD**	**QUANT**	**VALOR UNIT**	**VALOR TOTAL**
61	5223	4572	Biometria ultrassônica monocular (ecobiometria).	UN.	30	R$ 79,06	R$ 2.371,80
62	5198	4227	Mapeamento de retina **(ambos os olhos).**	UN.	40	R$ 90,84	R$ 3.633,60
63	5225	4573	Campimetria Computadorizada.	UN.	50	R$ 133,71	R$ 6.685,50
64	5233	307495-1	Fotocoagulação a Laser **(ambos os olhos).**	UN.	40	R$ 192,50	R$ 7.700,00
65	5245	4587	Topografia Computadorizada de Córnea.	UN.	10	R$ 132,85	R$ 1.328,50

66	5308	4581	Paquimetria Ultrassônica.	UN.	30	R$ 107,22	R$ 3.216,60
67	5236	4580	Potencial de Acuidade Visual.	UN.	10	R$ 98,60	R$ 986,00
68	5252	4591	Yag laser (Capsulotomia) - sessao / **ambos olhos.**	UN.	60	R$ 257,68	R$ 15.460,80
69	5201	4229	Angiografia Ocular.	UN.	40	R$ 198,83	R$ 7.953,20
70	5203	4231	Tomografia de Coerencia Optica - OCT.	UN.	70	R$ 225,32	R$ 15.772,40
71	5904	432914-7	USG Ocular.	UN.	30	R$ 115,14	R$ 3.454,20
72	5200	4228	Retinografia Binocular **(ambos os olhos).**	UN.	30	R$ 143,51	R$ 4.305,30
73	5229	4576	Microscopia Especular de Córnea.	UN.	40	R$ 156,23	R$ 6.249,20
74	5890	275650-1	Sedação para Exames de Imagem	UN.	150	R$ 411,42	R$ 61.713,00
			SUB-TOTAL.....				**R$ 140.830,10**

Na descrição dos itens 46 a 74 deverão serem acrescidas e consideradas as seguintes orientações: Solicitação do atendimento pela Central de Regulação de qualquer um dos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal de Saúde, à Sede Administrativa do Consórcio. Autorização expedida conforme disponibilidade do procedimento pretendido. Procedimento a ser realizado em consultório/clinica/hospital do próprio credenciado.

ITEM	CÓD.	CÓD. TCE	PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS	UNIDAD	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
75	5227	307138-3	Facoemulsificação com implante de lente intra-ocular dobrável (Catarata).	UN.	150	R$ 1.106,70	R$ 166.005,00
76	5251	312897-0	Procedimento Cirúrgico de Pterígio.	UN.	80	R$ 437,79	R$ 35.023,20
77	5905	307083-2	Retirada de Corpo Estranho da Córnea.	UN.	10	R$ 243,19	R$ 2.431,90
78	5907	307491-9	Procedimento Cirúrgico de Glaucomatosa.	UN.	5	R$ 3.022,00	R$ 15.110,00
79	6993	4230	Injeção Intra-Vitrea - Avastim/Lucentis/Eylia.	UN.	60	R$ 1.352,65	R$ 81.159,00
80	6293	307148-0	Vitrectomia Posterior (perfluocarbono, oleo silicone, endolaser).	UN.	20	R$ 4.798,66	R$ 95.973,20
			SUB-TOTAL.....				**R$ 395.702,30**

Na descrição dos itens 75 a 90 deverão serem acrescidas e consideradas as seguintes orientações: Solicitação do atendimento pela Central de Regulação de qualquer um dos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal de Saúde, à Sede Administrativa do Consórcio. Autorização expedida conforme disponibilidade do procedimento pretendido. Procedimento a ser realizado em consultório/clinica/hospital do próprio credenciado. Incluso nos valores as despesas hospitalares, anestesiologista, honorários médicos e materiais necessários.

			TOTAL GERAL.....				**R$ 626.502,40**

DATA MED LTDA - CNPJ nº 91.574.012/0001-85, sediada na Avenida Presidente Tancredo de Almeida Neves, nº 945-W, Jardim do Lago, , CEP: 78.300-000 - Tangará da Serra – MT. A empresa solicitou credenciamento para os seguintes itens:

ITEM	CÓD.	CÓD. TCE	RADIODIAGNÓSTICO	UNIDADE	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
16	6306	304324-0	Raio-X Simples com Laudo	UN.	400	R$ 62,03	R$ 24.812,00
17	6309	386257-7	Raio-X Contrastado com Laudo	UN.	15	R$ 183,62	R$ 2.754,30
18	5281	428385-6	Densitometria Óssea (Coluna e Fêmur).	UN.	15	R$ 169,50	R$ 2.542,50
19	5206	304321-5	Mamografia Bilateral.	UN.	100	R$ 153,12	R$ 15.312,00
			SUB-TOTAL.....				**R$ 45.420,80**

Na descrição dos itens 16 a 19 deverão serem acrescidas e consideradas as seguintes orientações: Solicitação do atendimento pela Central de Regulação de qualquer um dos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal de Saúde, à Sede Administrativa do Consórcio. Autorização expedida conforme disponibilidade do Exame de Imagem pretendido. Exame de Imagem a ser realizado em clinica/hospital do próprio credenciado.
Item 16 - Cobertura: RX ABDOME AGUDO, RX ABDOME SIMPLES-A.P, RX ANTEBRAÇO, RX ARCOS ZIGOMÁTICOS, RX ARTICULAÇÃO ACRÔMIO-CLAVICULAR, RX ARTICULAÇÃO COXOFEMORAL, RX ARTICULAÇÃO ESCÁPULO-UMERAL, RX ARTICULAÇÃO ESTERNO-CLAVICULAR, RX ARTICULAÇÃO TEMPORO-MANDIBULAR, RX ARTICULAÇÃO TÍBIO-TÁRSICA TORNOZELO, RX ARTICULAÇÕES SACROILÍACAS, RX BACIA, RX BRAÇO OU ÚMERO, RX CALCÂNEO, RX CAVUM LAT HIRTZ, RX CLAVÍCULA, RX COLUNA CERVICAL AP-LAT, RX COLUNA DORSAL AP-LATERAL, RX COLUNA LOMBO-SACRA 3 INCIDENCIAS, RX COSTELAS POR HEMITÓRAX, RX COTOVELO, RX COXA (FÊMUR), RX CRÂNIO 3 INCIDÊNCIAS, RX CRÂNIO PA -LAT, RX JOELHO OU RÓTULA: AP-LAT. AXIAL, RX JOELHO: AP. LATERAL, RX JOELHO: AP-LAT-OBL + 3 AXIAIS, RX MÃO OU QUIRODÁCTILOS C/ OBLÍQUAS, RX MÃO OU QUIRODÁCTILOS, RX MÃOS E PUNHOS PARA IDADE ÓSSEA, RX MASTÓIDES, RX MAXILAR INFERIOR PA OBLÍQUAS, RX OMOPLATA OU OMBRO-FUNCIONAL, RX ORBITAS PA-LAT, RX OSSOS DA FACE MN-FN-LAT HIRTZ, RX PATELA OU RÓTULA, RX PÉ OU PODODÁCTILOS, RX PERNA, RX PUNHO, RX PUNHO: AP LAT OBLÍQUAS, RX SACRO-CÓCCIX, RX SEIOS DA FACE FN-MN-LAT-HIRTZ, RX SELA TÚRCICA PA-LAT-BRETTON, RX TÓRAX AP+LAT+OBLÍQUAS, RX TÓRAX: P.A., RX TÓRAX: P.A-LAT.
Item 17 - Cobertura: ENEMA OPACO, ESCANOMETRIA, FISTULOGRAFIA, HISTEROSSALPINGOGRAFIA, MEDIASTINO, RX ESÔFAGO, RX ESÔFAGO- ESTÔMAGO E DUODENO, RX ESTERNO, RX TRANSITO INTESTINAL, URETROCISTOGRAFIA (ADULTO), URETROCISTOGRAFIA (CRIANÇAS ATÉ 12 ANOS), UROGRAFIA VENOSA COM BEXIGA, UROGRAFIA VENOSA MINUTADA.

ITEM	CÓD.	CÓD. TCE	ECOGRAFIA	UNIDAD	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
20	5147	TCEMT0000239	Ultrassonografia Rins e Vias Urinárias.	UN.	50	R$ 148,22	R$ 7.411,00
21	5210	4565	Ultrassonografia Obstétrica.	UN.	130	R$ 125,51	R$ 16.316,30
22	5146	TCEMT0000238	Ultrassonografia Obstétrica Morfologica.	UN.	20	R$ 236,88	R$ 4.737,60
23	5214	304496-3	Ultrassonografia Obstétrica com Doppler.	UN.	50	R$ 236,06	R$ 11.803,00
24	5219	4569	Ultrassonografia Obstétrica TV (1º trimestre).	UN.	70	R$ 181,38	R$ 12.696,60
25	5212	304493-9	Ultrassonografia Obstétrica Gemelar.	UN.	10	R$ 176,01	R$ 1.760,10
26	5217	4568	Ultrassonografia Obstétrica TV - TN.	UN.	7	R$ 135,19	R$ 946,33
27	5154	TCEMT000244	Ultrassonografia Transvaginal.	UN.	100	R$ 124,96	R$ 12.496,00
28	5211	304487-4	Ultrassonografia Pelvica (Ginecologica).	UN.	10	R$ 122,58	R$ 1.225,82
29	5284	280418-2	Ultrassonografia de Abdômen Superior.	UN.	20	R$ 141,88	R$ 2.837,60
30	5165	TCEMT0000404	Ultrassonografia de Abdômen Inferior.	UN.	20	R$ 146,64	R$ 2.932,80
31	5286	280419-0	Ultrassonografia de Abdômen Total.	UN.	160	R$ 197,83	R$ 31.652,80
32	5298	280438-7	Ultrassonografia de Bolsa Escrotal.	UN.	30	R$ 137,83	R$ 4.134,90
33	5294	280425-5	Ultrassonografia de Mamas (bilateral).	UN.	100	R$ 121,19	R$ 12.119,00
34	5292	280420-4	Ultrassonografia de Articulações.	UN.	120	R$ 119,16	R$ 14.299,20
35	5299	280441-7	Ultrassonografia da Próstata Trans-retal.	UN.	10	R$ 148,22	R$ 1.482,20
36	5297	280428-0	Ultrassonografia da Próstata Via-Abdominal.	UN.	35	R$ 118,86	R$ 4.160,10
37	5889	304486-6	Ultrassonografia de Órgãos e Estruturas superficiais.	UN.	130	R$ 123,78	R$ 16.091,40
38	5166	TCEMT0000429	Doppler de Artérias Carótidas.	UN.	15	R$ 207,21	R$ 3.108,15
39	5208	4504	Doppler de Artérias Carótidas e Vertebrais.	UN.	20	R$ 204,49	R$ 4.089,80
40	5149	TCEMT0000240	Doppler Arterial de Membro Inferior e/ou Superior unilateral.	UN.	40	R$ 251,64	R$ 10.065,60
41	5151	TCEMT0000242	Doppler Venoso de Membro Inferior e/ou Superior unilateral.	UN.	100	R$ 251,64	R$ 25.164,00
42	5216	304502-1	Doppler 1;2;3 vasos (mama, bolsa escrotal, ovários, obstétrica, obstétrica gemelar).	UN.	8	R$ 183,96	R$ 1.471,68
			SUB-TOTAL.....				**R$ 203.001,98**

Na descrição dos itens 20 a 42 deverão serem acrescidas e consideradas as seguintes orientações: Solicitação do atendimento pela Central de Regulação de qualquer um dos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal de Saúde, à Sede Administrativa do Consórcio. Autorização expedida conforme disponibilidade do Exame de Imagem pretendido. Exame de Imagem a ser realizado em clinica/hospital do próprio credenciado.							
ITEM	**CÓD.**	**CÓD. TCE**	**TOMOGRAFIA**	**UNIDAD**	**QUANT**	**VALOR UNIT**	**VALOR TOTAL**
43	6310	428386-4	Tomografia Computadorizada com ou sem contraste.	UN.	1000	R$ 319,92	R$ 319.920,00
			SUB-TOTAL.....				**R$ 319.920,00**
Na descrição do item 43 deverão serem acrescidas e consideradas as seguintes orientações: Solicitação do atendimento pela Central de Regulação de qualquer um dos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal de Saúde, à Sede Administrativa do Consórcio. Autorização expedida conforme disponibilidade do Exame de Imagem pretendido. Exame de Imagem a ser realizado em clinica/hospital do próprio credenciado. **Item 43 - Cobertura:** TC ABDOME INFERIOR, TC ABDOME SUPERIOR, TC ARTICULAÇÃO COXOFEMORAL, TC ARTICULAÇAO SACROILIACA, TC ARTICULAÇÕES, TC BRAÇO, TC COLUNA CERVICAL ATÉ 3 SEGMENTOS, TC COLUNA DORSAL ATÉ 3 SEGMENTOS, TC COLUNA DORSAL TOTAL, TC COLUNA LOMBAR ATÉ 3 SEGMENTOS, TC COXA, TC PERNA, TC CRÂNIO, TC FACE, ATM, OSSOS DA FACE, TC MASTÓIDES OU OUVIDOS, TC ÓRBITAS, TC PE, TC PELVE OU BACIA, TC PESCOÇO, TC PUNHO, TC MÃO, TC ANTEBRAÇO, TC TORNOZELO, TC COTOVELO, TC ANTEBRAÇO, TC SACRO-COCCIX, TC SEGMENTOS APENDICULARES, TC SEIOS DA FACE, TC SELA TURCICA, TC TÓRAX.							
ITEM	**CÓD.**	**CÓD. TCE**	**RESSONÂNCIA MAGNÉTICA**	**UNIDAD**	**QUANT**	**VALOR UNIT**	**VALOR TOTAL**
44	6311	TCEMT 0000232	Ressonância Magnética com ou sem contraste	UN.	500	R$ 526,16	R$ 263.080,00
45	6304	00017164	Angioressonância	UN.	15	R$ 794,24	R$ 11.913,60
			SUB-TOTAL.....				**R$ 274.993,60**
Na descrição dos itens 44 e 45 deverão serem acrescidas e consideradas as seguintes orientações: Solicitação do atendimento pela Central de Regulação de qualquer um dos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal de Saúde, à Sede Administrativa do Consórcio. Autorização expedida conforme disponibilidade do Exame de Imagem pretendido. Exame de Imagem a ser realizado em clinica/hospital do próprio credenciado. **Item 44 - Cobertura:** RM ABDOME SUPERIOR, RM ANTEBRAÇO, RM ART.TEMPOROMANDIBULAR (BILATERAL), RM ARTICULAÇAO COXO-FEMURAL, RM ARTICULAÇOES SACROILIACAS, RM ARTICULAR POR ARTICULAÇAO, RM BACIA, RM BRAÇO, RM COLUNA CERVICAL, RM COLUNA LOMBO-SACRA, RM COLUNA TORACICA, RM COTOVELO, RM COXA, RM CRANIO (ENCEFALO), RM FACE, RM FETAL, RM JOELHO, RM MAMA BILATERAL, RM MAO, RM MASTOIDES (OSSOS TEMPORAIS BILATERAL), RM MEMBRO SUPERIOR UNILATERAL, RM OMBRO, RM ORBITAS, RM OSSOS TEMPORAIS (MASTOIDES), RM PE, RM PELVE, RM PERNA, RM PESCOÇO, RM PUNHO, RM SACRO-COCCIX, RM SEIOS DA FACE, RM SELA TURCICA (HIPOFISE), RM TORAX, RM TORNOZELO. **Item 45 - Cobertura:** ANGIO-RM AORTA ABDOMINAL, ANGIO-RM AORTA TORACICA, ANGIO-RM ARTERIAL DE ABDOMEN SUPERIOR, ANGIO-RM ARTERIAL DE PELVE, ANGIO-RM CARÓTIDAS E VERTEBRAIS, ANGIO-RM CRANIO ARTERIAL, ANGIO-RM CRANIO VENOSA, ANGIO-RM MEMBRO INFERIOR, ANGIO-RM PESCOÇO, ANGIO-RM TÓRAX.							
ITEM	**CÓD.**	**CÓD. TCE**	**OUTROS PROCEDIMENTOS**	**UNIDAD**	**QUANT**	**VALOR UNIT**	**VALOR TOTAL**
74	5890	275650-1	Sedação para Exames de Imagem	UN.	150	R$ 411,42	R$ 61.713,00
			SUB-TOTAL.....				**R$ 61.713,00**
Na descrição dos itens 46 a 74 deverão serem acrescidas e consideradas as seguintes orientações: Solicitação do atendimento pela Central de Regulação de qualquer um dos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal de Saúde, à Sede Administrativa do Consórcio. Autorização expedida conforme disponibilidade do procedimento pretendido. Procedimento a ser realizado em consultório/clinica/hospital do próprio credenciado.							
			TOTAL GERAL.....				**R$ 905.049,38**

Em conformidade com o item 7 **-** Da Distribuição Dos Serviços do edital de credenciamento 7.1 “A distribuição dos serviços será de acordo com o número de credenciados, quantidade unitária dos itens e a necessidade da Central de Regulação de cada município consorciados, podendo se necessário, serem redistribuídos durante a vigência do credenciamento”, ou seja, caso houver outros pedidos de credenciamentos para as mesmas especialidades solicitadas pelas empresas declaradas aptas nesta sessão e posteriormente homologadas, os quantitativos e valor global serão redistribuídos.

Tangará da Serra/MT, 26 de Abril de 2021.

RAFAEL MACHADO

Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO ARAGUAIA

TERMO DE ANULAÇÃO

Processo Licitatório n° 019/2021

Modalidade: Pregão Eletrônico n° 002/2021

Tipo: Menor preço global

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL COLETA E TRANSPORTE, ARMAZENAMENTO, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE.

Fica anulado todos os procedimentos relativos ao Processo licitatório nº 019/2021, Pregão Presencial n° 002/2021, considerando o termo de referência possuir apenas coleta de lixo hospitalar quinzenal, assim alteraremos o edital e seus anexos ampliando a quantidade de coletas conforme a demanda necessária atualmente, será publicado um novo Edital com as modificações.

Água Boa - MT, em 26 de abril de 2021.

Aldair Luiz Zandoná - Pregoeiro

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO, EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº **09/2018**. **Contratada:** AILTON PAULA DE ARRUDA – ME, inscrita no CNPJ 27.163.362/0001-50. **Objeto:** Contratação de serviços técnicos de assessoria e consultoria contábil, bem como responsabilidade técnicas pela execução orçamentária e folha de pagamento. **Prazo:** 04/04/2022.

PORTARIA Nº 13/2021

PORTARIA Nº 13/2021, DE 08 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre a Nomeação de Servidor do Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso e dá outras providencias.

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso (CISOMT), no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Estatuto Social:

R E S O L V E:

Artigo 1º - Fica nomeada a senhora **BHEATRIZ HELLEN BARROS DE OLIVEIRA**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1464014-7-SSP/MT e do CPF nº 007.496.231-01, para exercer o Cargo de Auxiliar de Administração do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso (CISOMT).

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário.

Registrada

Publicada,

Cumpra-se.

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso

Aos 08 de abril de 2021.

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA

Presidente CISOMT

Biênio 2021 a 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

EXTRATO DE CONTRATO N. 12/2021

CONTRATO N: 12/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ACORIZAL/MT

CONTRATADA: MPX BRASIL SOLUÇÕES WEB EIRELI

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO, E LOCAÇÃO DE SISTEMA ADMINISTRADOR DO WEBSITE, OUVIDORIA ONLINE, PORTAL DO COVID E VACINÔMETRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL/MT.

VALOR: **R$ 17.350,00 (dezessete mil, trezentos e cinquenta reais). Sendo: 10 parcelas mensais no valor de R$ 1.735,00 (mil, setecentos e trinta e cinco reais).**

PRAZO: 10 (dez) meses

DATA DE ASSINATURA: 03/04/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

AVISO DE LICITAÇÃO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

AVISO DE LICITAÇÃO.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, torna público que fará realizar-se na sala de Licitações; a seguinte Licitação regida pela Lei nº. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e atualizada pela Lei nº. 8.883/94 e suas alterações posteriores.

MODALIDADE: Concorrência nº. 001/2021.

OBJETO: Alienação de lotes urbanos dotados de infraestrutura, destinados à ocupação residencial e comercial, situada na zona urbana do município de Água Boa denominado Setor Universitário, Cristalino e *Loteamento Residencial* Délcio Eduardo Mendel.

REALIZAÇÃO: 02/06/2021.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 08h30min, horário de Brasília.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas até o terceiro dia que anteceder o recebimento dos envelopes e também através do site www.aguaboa.mt.gov.br e do e-mail licitacao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 26 de abril de 2021.

Tânia Maria Riboli Reichert

Comissão Permanente de Licitação

GEOOBRAS
TERMO ADITIVO Nº. 009/2021 AO CONTRATO Nº. 150/2020.

TERMO ADITIVO Nº. 009/2021 ao Contrato n°. 150/2020 que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL** – Estado de Mato Grosso, e a empresa **RENOVA ENGENHARIA E CONSULTORIA EIRELI**, devidamente já qualificadas no Contrato Originário.

PROCESSO: 070/2020

LICITAÇÃO: TP 011/2020

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT

OBJETO: Acréscimo de valor de 7,35%.

VALOR ACRESCIDO: R$ 19.791,42 (dezenove mil, setecentos e noventa e um reais e quarenta e dois centavos) no item da AV. Tropical.

R$ 22.954,55 (vinte e dois mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos) no item da AV. Olímpica.

R$ 17.327,31 (dezessete mil, trezentos e vinte e sete reais e trinta e um centavos) no item da AV. Roncador.

DATA: 26/04/2021

Mariano Kolankiewicz Filho

Prefeito Municipal

GEOOBRAS
TERMO ADITIVO Nº. 002/2021 AO CONTRATO Nº. 165/2019.

TERMO ADITIVO Nº. 002/2021 ao Contrato n°. 165/2019, que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL** – Estado de Mato Grosso, e a empresa **CONSTRUTORA REZENDE LTDA**, devidamente já qualificadas no Contrato Originário.

PROCESSO: 108/2019

LICITAÇÃO: TP 012/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT

OBJETO: Prorrogação de Prazo de Execução de Obra.

VIGÊNCIA DE EXECUÇÃO: 21/08/2021

DATA: 26/04/2021.

Mariano Kolankiewicz Filho

Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.

Objeto	Contratação de empresa para execução de pergolados com piso intertravado e bancosna Avenida Planalto e Olímpica e nas Ruas G-02 e 09, Município de Água Boa-MT, conforme anexos do Edital e Planilhas de Engenharia.
Favorecido	Solar Construções e Locação Ltda, CNPJ: 02.519.573/0001-51.
Prazo de Execução	30 (trinta) dias.
Valor Global	R$ 32.914,33 (trinta e dois mil, novecentos e quatorze reais e trinta e três centavos).
Fundamento Legal	Artigos 24, inciso I, da Lei nº. 8.666/93, de 21.06.93.
Justificativa	Anexa nos autos do processo de Dispensa nº. 015/2021.

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pelo responsável por processos de licitações e Parecer Jurídico constante do Processo de Dispensa nº. 015/2021, nos termos do Art. 26 da Lei n°. 8.666/93 e suas atualizações.

Água Boa, em 23 de abril de 2020.

Mariano Kolankiewicz Filho

Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.

Objeto	Contratação de empresa para Serviços de Casa de Apoio em Água Boa-MT.
Favorecido	Josefa Rosilane Santos Tavares, CNPJ: 17.708.232/0001-00.
Prazo do Contrato	12 meses.
Valor Global	R$ 17.183,10 (dezessete mil, cento e oitenta e três reais e dez centavos).

Fundamento Legal	Art. 24, inciso II da Lei n°. 8.666/93.
Justificativa	Anexa nos autos do processo de Dispensa nº. 014/2021.

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pelo responsável por processos de licitações e Parecer Jurídico constante do Processo de Dispensa nº. 014/2021, nos termos do Art. 26 da Lei n°. 8.666/93 e suas atualizações.

Água Boa, em 23 de abril de 2021.

Mariano Kolankiewicz Filho

Prefeito Municipal

PLANEJAMENTO E FINANCAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 016/2021.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 016/2021.

A Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, através de seu Pregoeiro Oficial, nomeado pelo Decreto nº. 3.616/2021, comunica aos interessados que está aberta licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, que será regida pelo Decreto nº. 1024/2020, Decreto 3364/2019 e pela Lei nº. 10.520 de 17 de julho de 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de seguradora para seguro de veículo da frota da Prefeitura de Água Boa-MT.

DATA: 12/05/2021.

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 08h30min.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitanet.com.br

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas, no site da prefeitura, www.aguaboa.mt.gov.br, no www.licitanet.com.br e através do e-mail pregao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa-MT, 26 de abril de 2021.

Marcos da Silva Pregoeiro

PLANEJAMENTO E FINANCAS
EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00002, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - AGUA BOA - MT

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00002, de 26 de Abril de 2021.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Intimação Fiscal (ITR)**
MAMEDI MUSSI FILHO	302.420.648-50	9191/00021/2021

Data de afixação: Data de desafixação:

26/04/2021

11/05/2021

PLANEJAMENTO E FINANCAS
EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00001, DE 22 DE MARÇO DE 2021.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - AGUA BOA - MT

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00001, de 22 de Março de 2021.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Intimação Fiscal (ITR)**
MAFITA MATADOURO FRIGORIFICO ITAJUBA LTDA	17.863.143/0001-20	9191/00004/2021
OSVALDO COSTA	286.689.368-91	9191/00006/2021
CENTROPEC AGROPECUARIA CENTRO OESTE S A	02.511.775/0001-57	9191/00009/2021

Data de afixação: Data de desafixação:

22/03/2021

06/04/2021

GEOOBRAS
TERMO ADITIVO Nº. 007/2021 AO CONTRATO Nº. 141/2020.

TERMO ADITIVO Nº. 007/2021 ao Contrato n°. 141/2020, que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL** – Estado de Mato Grosso, e a empresa **ANANDA DOS SANTOS ALMEIDA**, devidamente já qualificadas no Contrato Originário.

PROCESSO: 084/2020.

LICITAÇÃO: TP: 013/2020

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT

OBJETO: Prorrogação de Prazo de Contrato.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: 26.05.2021

DATA: 26/04/2021.

Mariano Kolankiewicz Filho

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 041, DE 23 DE ABRIL DE 2021.

"**ABRE CRÉDITO ESPECIAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO, EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1.252 de 22 de abril de 2021.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Especial Suplementar no valor de R$ **189. 000,00 (cento e oitenta e nove mil reais),** nas dotações orçamentárias discriminadas abaixo:

PROJETO/ ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSOS	DETALHAMENTO	VALOR
2.048	33904800000000	00.03. 0000 (0000) - Recursos Ordinários	077000 - Transferência de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavírus, instituído pela LC n. 173, de 27/5/2020, art. 5., II(Mitigação dos efeitos financeiros).	9. 000,00
2.055	33904800000000	00.03. 0000 (0000) - Recursos Ordinários	077000 - Transferência de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavírus, instituído pela LC n. 173, de 27/5/2020, art. 5., II(Mitigação dos efeitos financeiros).	4. 500,00
2.058	33904800000000	00.03. 0000 (0000) - Recursos Ordinários	077000 - Transferência de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavírus, instituído pela LC n. 173, de 27/5/2020, art. 5., II(Mitigação dos efeitos financeiros).	9. 000,00
2.129	33904800000000	00.03. 0000 (0000) - Recursos Ordinários	077000 - Transferência de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavírus, instituído pela LC n. 173, de 27/5/2020, art. 5., II(Mitigação dos efeitos financeiros).	1. 500,00
2.483	33904800000000	00.03. 0000 (0000) - Recursos Ordinários	077000 - Transferência de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavírus, instituído pela LC n. 173, de 27/5/2020, art. 5., II(Mitigação dos efeitos financeiros).	85. 500,00
2.172	33904800000000	00.03. 0000 (0000) - Recursos Ordinários	077000 - Transferência de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavírus, instituído pela LC n. 173, de 27/5/2020, art. 5., II(Mitigação dos efeitos financeiros).	64. 500,00
2.092	33904800000000	00.03. 0000 (0000) - Recursos Ordinários	077000 - Transferência de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavírus, instituído pela LC n. 173, de 27/5/2020, art. 5., II(Mitigação dos efeitos financeiros).	15. 000,00
TOTAL				**189. 000,00**

Art. 2º. Para o cumprimento do artigo anterior e, de acordo com o art. 43, § 1º, R$: 189.000,00 **(cento e oitenta e nove mil reais),** por superávit financeiro de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - MT, 23 de abril de 2021.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - SECRETATIRA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REG. DE PREÇOS

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Processo Nº.: 32/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 14/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 19/2021

No dia 16 do mês de Abril do ano de 2021, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS , Estado de MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.133.097/0001-07, com sede administrativa localizada na RUA DOM AQUINO 346, bairro CENTRO, CEP nº. 78770-000, nesta cidade de Alto Garças/MT, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). CLAUDINEI SINGOLANO, inscrito no CPF sob o nº. 051.358.398-01, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. 14/2021, Processo Licitatório nº. 32/2021, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE RAÇÕES, MEDICAMENTOS E PRODUTOS VETERINARIOS, EPI E MATERIAIS DE CONSUMO DIVERSOS A FIM DE ATENDER A DEMANDA DO CANIL MUNICIPAL, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
4380	TURVOMED DISTRIBUIDORA E SERVICOS EIRELI	2, 3, 8, 11, 12, 13, 16, 19, 20, 22, 25, 32, 34

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 10 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
TURVOMED DISTRIBUIDORA E SERVICOS EIRELI	26.525.513/0001-00		. . -

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE RAÇÕES, MEDICAMENTOS E PRODUTOS VETERINARIOS, EPI E MATERIAIS DE CONSUMO DIVERSOS A FIM DE ATENDER A DEMANDA DO CANIL MUNICIPAL, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 4380 - TURVOMED DISTRIBUIDORA E SERVICOS EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	ANTIBIOTICO INJETAVEL - ENROPET 2,5%,CADA 100 ML CONTEM : ENROFLOXACINO 2,50G, VEICULO Q.S.P. 100,00 ML,SOLUCAO INJETAVEL,EM FRASCO AMPOLA 10ML.	UN	CHEMITRIL 2	20,000	10,6500	213,00
3	ANTIBIOTICO, ANTIFUNGICO E ANTIMASTITE - CETOCONAZOL SUSPENSAO ORAL 20% IBASA,CADA 100 ML DO PRODUTO CONTEM CETOCONAZOL 20,00 G E VEICULO Q.S.P. 100,0 ML,ANTIFUNGICO DE AMPLO ESPECTRO PARA TRATAMENTO DE FUNGOS COMO PTIRIASE VERSICOLOR E DERMATITES MALASSEZIA FURFUR E M PACHIDERMATIS, PIEDRA BRANCA TRICHOSPORUN BEIGELII PIEDRA PRETA PIEDRAE HORTAE, TINEA NIGRA EXOPHIALA WERNECKI, DERMATOFITOSE TRICHOPHYTON SP, EPIDERMOPHITON SP, MICROSPORUM SP, CANDIDIASE CUTANEA E DE MUCOSAS CANDIDA ALBICANS,EMBALADA EM FRASCO COM 20 ML COM SERINGA DOSADORA	UN	CETOCONAZ	30,000	37,9700	1.139,10
8	BACTERICIDA DESINFETANTE - FUNGICIDA/VIRICIDA. ELIMINADOR DE ODORES COM ALTO PODER GERMICIDA, EFICAZ CONTRA BACTÉIRAS, FUNGOS E VIRUS.	UN	GLIOCIDE 1L	50,000	33,9900	1.699,50

Fornecedor: 4380 - TURVOMED DISTRIBUIDORA E SERVICOS EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
11	CARRAPATICIDA E MOSQUICIDA - BUTOX,DELTAMETRINA 25G, VEICULO Q.S.P. 1000 ML,SOLUCAO LIQUIDA,EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO.	UN	BUTOX 20ML	50,000	3,5700	178,50
12	CARRAPATICIDA, SARNICIDA E PIOLHICIDA - AMITRACID PULVERIZACAO, COM AMITRAZ, SOL. 12,5%, EMBALADO EM FRASCO DE 20 ML.	UN	BIOTOX 20ML	100,000	4,0600	406,00
13	CARRAPATICIDA, SARNICIDA E PIOLHICIDA - AMITRACID PULVERIZACAO, COM AMITRAZ, SOL. 12,5%, EMBALADO EM FRASCO DE 1 LITRO.	UN	CARVET 1L -	20,000	67,9400	1.358,80
16	COLEIRA - TIPO INSETICIDA ANTIPARASITARIA PARA USO CANINO,EM NYLON, MEDINDO 65 CM, COMPOSTO DE DELTAMETRINA, PARA CONTROLE DAS PICADAS DO MOSQUITO VETOR DA LEISHMANIOSE VISCERAL CANINA,EMBALADA EM SACHE LACRADAO.	UN	SCALIBOR 65	30,000	59,9900	1.799,70
19	COMPLEXO VITAMINICO - POTENAY INJETAVEL,SULFATO DE MEFENTERMINA,VITAMINAS B1,B2,B6##NICOTINAMIDA,PANTOTENATO DE CALCIO,VEICULO ESPECIAL Q.S.P. 1,00 ML.EM FRASCO-AMPOLA CONTENDO 10 ML.	UN	POTENAY 10I	50,000	10,2400	512,00
20	CREOLINA - TIPO LIQUIDA, EM LATA CONTENDO 500 ML, COMPOSTO DE ACIDO CREOSONTICO, PARA DESINFETAR.	UN	CREOLINA 5(	20,000	34,8800	697,60
22	LARVICIDA/GERMICIDA - LARVICIDA BERNICIDA, REPELENTE, CICATRIZANTE, ANTISSEPTICO, HEMOSTATICO DE USO VETERINARIO, A BASE DE SULFADIAZINA PRATA (0,1G), ALUMINIO (5,0G), CIPERMETRINA (0,4G), DDVP (1,6G) E EXCIPIENTE Q.S.P (100,00G).	FRS	BACTROVET	30,000	13,5600	406,80
25	POMADA CICATRIZANTE - COMPOSTO DE UNGUENTO COMPOSTO DE ALCATRAO 54G, TRICLOFON 0,75G UTILIZADA PARA USO EQUINO, INDICADA PARA BERNE, BICHEIRAS, FRIEIRAS E PODRIDAO DOS CASCOS, USO TOPICO, EM POTE COM 300G.	UN	UNGUENTO 3	30,000	19,6900	590,70
32	TRANQUILIZANTE PRE-ANESTESICO - ACEPRAN 0,2%, COMPOSTO DE ACEPROMAZINA, SOLUCAO 0,2%, EMBALADO EM FRASCO AMPOLA DE 20 ML.	UN	APROMAZIN	30,000	14,8000	444,00
34	VERMIFUGO INJETAVEL - DECTOMAX,SOLUCAO DE DORAMECTIN A 1%,SOLUCAO ESTERIL, INJETAVEL,EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO.	UN	DORACIDE 5(	10,000	159,8700	1.598,70

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3° do Decreto Municipal n° 010/2013;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Alto Garças para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Alto Garças,16 de Abril de 2021.

CLAUDINEI SINGOLANO
PREFEITO MUNICIPAL

Empresa Participante:

TURVOMED DISTRIBUIDORA E SERVICOS EIRELI CNPJ: 26.525.513/0001-00

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 197, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

Nomeia MARIA LEUZENI DA CUNHA DIAS, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Assessor Técnico I, lotado(a) no Gabinete do Prefeito, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS–MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei no art. 71, inciso I da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Municipal nº 873, de 24 de Outubro de 2011 e a Lei Municipal nº 874, de 08 de Novembro de 2011.

R E S O L V E:

Art. 1° - Nomear MARIA LEUZENI DA CUNHA DIAS, portador(a) do Registro Geral n° 0307872-8 SSP/MT e inscrito(a) no CPF/MF sob n° 270. 338.481-53, para o cargo de provimento em comissão de **Assessor Técnico I**, lotado(a) no Gabinete do Prefeito, e dá outras providências.

Parágrafo Único - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração a proceder às providências cabíveis de que trata o caput deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de 23 de Abril de 2021, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças-MT, em 26 de Abril de 2021.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - SECRETATIRA DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, designado(s) pela Portaria 051/2021, de 05/01/2021, torna público, para conhecimento dos interessados, o resultado final obtido do processo supracitado, cujo objeto é: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE RAÇÕES**, **MEDICAMENTOS E PRODUTOS VETERINARIOS**, **EPI E MATERIAIS DE CONSUMO DIVERSOS A FIM DE ATENDER A DEMANDA DO CANIL MUNICIPAL**, de acordo com Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos, sagrando-se vencedor(a) a(s) empresa(s) para os item(ns)/lote(s) a seguir: ITEM(NS) 2, 3, 8, 11, 12, 13, 16, 19, 20, 22, 25, 32, 34 - TURVOMED DISTRIBUIDORA E SERVICOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o n° 26.525.513/0001-00, com o valor total de R$ 11.044,40 (onze mil e quarenta e quatro reais e quarenta centavos). Não havendo interposição de recurso, os objetos da licitação ficam adjudicados à classificada conforme acima mencionado. Informações mais detalhadas com a equipe de apoio e pregoeiro(a) pelo fone/fax (66) 3471-2450, e-mail: licitacaoag2021-2024@outlook.com. Alto Garças - MT, 16 de abril de 2021. Alessandra da Silva Dias - Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

PORTARIA Nº 114/2021

"Nomeia Servidor para atuar como fiscal do Contrato nº 031/2021 oriundo da Tomada de Preço nº 007/2021"

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO, Prefeita do Município de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 10.024 de Setembro de 2019, Decreto Federal nº 3.555 de 8 de agosto de 2.000, e o Decreto Municipal nº 028/2020 de 7 de fevereiro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, como representante da Administração Pública Municipal, Sr. HENRIQUE MESQUITA GONÇALVES, servidor público de provimentos comissionado no cargo de Coordenador de Planejamento, matrícula funcional nº 4478 lotado na Secretaria Municipal Infraestrutura Urbana, Viação, Obras e Planejamento, para exercer a função de fiscal do Contrato nº 031/2021 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT.

Parágrafo Único - Como substituto do representante acima, designa-se Sra. JULIANA FERNANDES CALZOLARI, servidora em cargo comissionado como Coordenadora de Contratos e Convênios da Secretaria de Municipal de Compras e Licitação, matrícula funcional nº 4781 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT, que deverá atuar nas ocasiões de afastamentos por licenças e férias ou outros correlatos.

Art. 2º - Cabe ao fiscal do Contrato:

I. Responsabilizar-se pela supervisão do Contrato nº 031/2021, administrando em conformidade com as disposições contratuais e editalícias;

II. Certificar a execução da Obra;

III. Pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação do Contrato nº 031/2021, antes da extinção deste, em tempo hábil para, se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade;

IV. Adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do Contrato nº 031/2021, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT;

V. Notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula do Contrato e encaminhar cópia da referida notificação à Secretaria Municipal de Compras e Licitação;

VI. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução da Obra.

Art. 3º - Na fiscalização dos contratos de obras deverão ser observadas as seguintes atribuições, além das demandas já previstas nesta Portaria:

I – os fiscais de obras deverão seguir as recomendações das normas legais e atualizadas concernentes a Obras Públicas;

II – arquivamento, entre outros documentos, de projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento (provisório e definitivo), contratos, aditamentos, apostilas, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento definitivo do serviço e notificações expedidas;

III – exigir da contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

a) “as built”, elaborado pelo responsável pela execução;

b) comprovação das ligações de energia e água;

c) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

d) carta “habite-se”, emitida pela Prefeitura local;

e) certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra, junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

f) a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante, no artigo 69 da Lei nº 8.666/93 e no artigo 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

Art. 4º - As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante da Administração Pública, designado acima, deverão ser solicitadas em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Alto Taquari, 26 de Abril de 2021.

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO

Prefeita Municipal

EDITAL N.º 18/2021/SMECEL/MT

PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE BOLSA DE ESTUDO

Dispõe sobre abertura de inscrições para Processo Seletivo do Programa Bolsa de Estudo.

A Secretaria M. de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, juntamente com o Conselho de Acompanhamento de Bolsa de Estudo de Alto Taquari, instituído pela Lei Municipal n.º 758/2014, representado pela Secretária M. de Educação Prof.ª Juliana Bellodi no uso de suas atribuições legais, comunica o período para realização do Processo Seletivo do Programa Auxilio Educação no município de Alto Taquari – MT, para concessão de Bolsas de Estudos.

RESOLVE divulgar e estabelecer normas para abertura das inscrições e a realização de Processo Seletivo do Programa Bolsa de Estudo mediante as condições estabelecidas neste Edital.

1 - DO CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO:

a) PERÍODO GERAL DE REALIZAÇÃO DAS INSCRIÇÕES: do dia **28/04/2021 a 14/05/2021, das 07h30min às 11h30min (horário BRASILIA) no Centro Cultural de Alto Taquari MT,** localizado na Rua: Altino Pereira de Souza, 1559 - Centro, Cep: 78.785-000 - ALTO TAQUARI/MT.

b) **Publicação da lista com os nomes dos candidatos inscritos**: no dia **19/05/2021 a partir das 13horas,** fixado no mural da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e divulgado no **site** www.altotaquari.mt.gov.br

c) **Período de análise e classificação dos candidatos**: dia **24/05/2021 a 11/06/2021, das 7h30min as 11h30min (horário BRASÍLIA), nas dependências da Secretaria M. de Educação**.”

d) PREVISÃO de Publicação do Resultado Parcial do Processo Seletivo: dia **16/06/2021, às 16horas (horário BRASÍLIA), fixado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e no site** www.altotaquari.mt.gov.br

e) PREVISÃO de Publicação da HOMOLOGAÇÃO do Processo Seletivo Simplificado: dia **21/06/2021, às 13horas (horário BRASÍLIA), fixado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e no site** www.altotaquari.mt.gov.br

2 - DAS INSCRIÇÕES:

2.1 Inscrições serão realizadas **no Centro Cultural de Alto Taquari MT,** localizado na Rua: Altino Pereira de Souza, 1559 - Centro, Cep: 78.785-000 - ALTO TAQUARI/MT, com isenção de taxas **e divulgado na imprensa oficial conforme determina o Art. 6.º da Lei Municipal n.º 542/2009.**

2.2 Para inscrever-se no Processo Seletivo, o candidato deverá comparecer pessoalmente no endereço, horário e prazos indicados neste edital, ou por intermédio de **procurador munido de instrumento público ou particular de mandato**, com poderes especiais para realização de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, apresentando em ambos os casos a seguinte documentação:

I – Documentos exigidos **NO ATO DA INSCRIÇÃO** no Processo Seletivo:

a) Cópia do documento comprobatório de escolaridade;

b) Cópia dos documentos pessoais e comprovante de endereço atualizado;

c) Comprovante da composição do grupo familiar;

d) Comprovante de renda familiar autenticada em cartório (servidor público ou privado apresentar holerite, trabalhador autônomo apresentar declaração de imposto de renda ou declaração pública que atesta a veracidade da renda;

e) Cópia do registro de matricula na instituição de ensino técnico ou superior;

f) Comprovante do último boleto pago no exercício em vigência;

g) Ficha de inscrição preenchida com os dados do candidato.

Obs: NÃO SERÃO ACEITOS DOCUMENTOS FORA DO PRAZO DE INSCRIÇÃO.

2.3 - Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para participação do Programa M. de Auxilio Educação para concessão de Bolsas de Estudos .

2.4 - O formulário de inscrição preenchido deverá ser entregue pelo candidato a Secretaria M. de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, juntamente com os documentos comprobatório.

2.5 - O **candidato com deficiência d**everá preencher os campos específicos do formulário de inscrição discriminando o tipo de deficiência.

2.6 - A condição de Pessoa Com Deficiência (PCD) pode ser comprovada mediante a apresentação de Atestado Médico particular ou laudo pericial emitido pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, comprovante de recebimento de benefício como PCD, emitido pelo INSS, bem como pelo resultado da avaliação empreendida por equipe multiprofissional nos termos do art. 2º, §1º do Estatuto da Pessoa com Deficiência (EPCD) - Lei Federal n. 13.146/2015.

3 - DAS INFORMAÇÕES GERAIS

3.1 Toda as convocações e divulgações de resultados, serão feitas exclusivamente pela *internet*, no endereço eletrônico https://www.altotaquari.mt.gov.br.

3.2 É de exclusiva responsabilidade dos candidatos a observância dos prazos estabelecidos no presente Edital, bem como o acompanhamento de eventuais alterações por meio do *site* da https://www.altotaquari.mt.gov.br

3.3 **-** O beneficiário da bolsa de estudoresponde, legalmente, pela veracidade e autenticidade das informações socioeconômicas por ele prestadas.

3.4- Os candidatos que receberem o benefício estarão subordinados a Lei nº 758/2014 e Regimento Interno aplicáveis ao Programa Bolsa de Estudos do município de Alto Taquari – MT.

3.5- A inscrição do candidato implicará no conhecimento e aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

3.6 **-**Os horários estabelecidos referem-se ao horário oficial de BRASÍLIA.

4 – DAS BOLSAS DE ESTUDOS

4.1 - Serão concedidas bolsas de estudos, nos quantitativos e percentual abaixo especificado, das quais 10% são destinadas a pessoas com deficiência, em obediência ao disposto no § 1º do artigo 21º da Lei Complementar Estadual nº 114/2002, durante o prazo de validade do processo seletivo simplificado.

4.2- Bolsas Parciais: 50% do valor da mensalidade.

4.3 - Para efeito de cálculo do valor das Bolsas de Estudos, o valor da mensalidade cobrada, pela instituição de ensino superior, corresponderá ao valor bruto deduzido do maior desconto de pontualidade, que deverá ser comprovado pelo aluno, mediante apresentação de documento, atualizado, fornecido pela respectiva Instituição de Ensino Superior.

4.4 - Durante o período letivo, nas hipóteses de desistência, suspensão temporária ou desligamento por irregularidade, serão chamados os candidatos imediatamente posteriores na ordem da classificação final do processo seletivo regido por este edital, conforme disponibilidade orçamentária.

4.5 – O período de concessão das bolsas de estudos será a partir do 2.º semestre de 2021.

5 - DO PROCESSO SELETIVO

5.1- Podem participar do processo seletivo para ingresso no Programa M. de Auxilio Educação para concessão de Bolsas de Estudos os alunos universitários que atendam os seguintes requisitos:

I - Residir no município por mais de 03(tres) anos; II - Estar regularmente matriculado em curso de graduação, autorizado e/ou reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), em Instituição de Ensino Superior privada; III – Não ser beneficiário de qualquer auxílio, programa ou financiamento de fonte pública ou privada que custeia estudos; IV - Não possuir diploma de graduação, nem estar matriculado em outro curso de ensino superior; V - Ser economicamente carente, assim considerado o aluno pertencente ao grupo familiar com **renda bruta familiar mensal limitada a 06 (seis) salários mínimos** vigentes à época da concessão da Bolsa; VI - Não ter desligamento do Programa M. de Auxilio Educação para concessão de Bolsas de Estudos, devido a fraude. **6 - Da Seleção e Classificação**

6.1 - A seleção e classificação dos candidatos inscritos será feita em três etapas, a saber:

I - Etapa 1: Análise dos documentos conforme formulários de inscrição e critérios definidos no Art. 5º deste Edital; II – Etapa 2: Análise da renda familiar. III - Etapa 3: Visita social para averiguação dos dados informados.

6.2 - A seleção e classificação dos candidatos levará em conta, pela ordem, os seguintes critérios:

I - Menor valores absolutos da renda bruta mensal, familiar *per capita*,

6.3 - A renda mensal familiar *per capita* é a soma total da renda bruta, no mês, de todos aqueles que compõem o grupo familiar, dividida pelo número de seus integrantes.

6.4 - Para efeito de cálculo da renda familiar mensal, considera-se família ou grupo familiar o conjunto de pessoas que vivem na mesma residência ou residências diversas, formado pelo estudante candidato à bolsa; esposo/esposa; companheiro/companheira; filho/filha de qualquer condição, menor de 21 anos, não emancipado, ou inválido; irmão/irmã de qualquer condição, menor de 21 anos, não emancipado, ou inválido; pai/mãe; padrasto/madrasta, avô/avó, tutor(a), tutelado(a) ou curador (a), curatelado (a) e pessoas socioeconomicamente dependentes/cooperadas.

6.5 - Considera-se rendimento para efeito de cálculo da renda bruta mensal: salários, proventos, comissões, pró-labore, outros ganhos do trabalho não assalariado, do trabalho informal ou autônomo, rendas do patrimônio e quaisquer outros, tais como pensões de qualquer natureza, benefícios previdenciários (públicos ou privados), renda mensal vitalícia e Benefícios Sociais, salvo seguro desemprego, **renda de estágio ou contrato de safra cujo prazo de extinção seja igual ou menor a 06 (seis) meses, bem como contrato de experiência (prazo máximo de até 90 (noventa) dias)** de todos os integrantes do grupo familiar, incluindo o estudante.

7 - DOS RECURSOS

7.1 - O candidato que desejar interpor recurso contra o resultado do Processo Seletivo **disporá de 02 (dois) dias úteis** para fazê-lo, a contar do dia subsequente ao da divulgação do mesmo, devendo ser protocolizado diretamente na Secretaria Municipal de Educação, situada à Av. Macário Subtil de Oliveira, 1060, Centro, nesta cidade, no horário das 7:30 horas do primeiro dia às 11:30 horas do último dia, ininterruptamente, observado o **horário oficial de BRASÍLIA.**

7.2 - A interposição de recursos poderá ser feita somente, através de Requerimento Escrito de Interposição de Recursos, pelo candidato com o fornecimento de dados referentes à sua inscrição, apenas no prazo recursal, devendo o candidato seguir as instruções:

7.3 - O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

7.4 - Caberá recurso à Comissão contra omissões ou erros materiais de cada etapa, constituindo-se das etapas: divulgação da lista de candidatos inscritos e resultado final do processo seletivo simplificado, até 02 (dois) dias úteis após o dia subsequente da divulgação/publicação oficial das respectivas etapas.

7.5 - O recurso deverá ser individual, com a indicação daquilo em que o candidato se julgar prejudicado, e devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citações de artigos, de legislação, itens, páginas de livros, nomes dos autores etc., e ainda, a exposição de motivos e argumentos com fundamentações circunstanciadas, conforme supra referenciado.

7.6 - Serão rejeitados também liminarmente os recursos enviados fora do prazo improrrogável de 02 (dois) dias úteis, a contar do dia subsequente da publicação de cada etapa conforme estipulado este edital, ou não fundamentados, e os que não contiverem dados necessários à identificação do candidato. E ainda, serão rejeitados aqueles recursos enviados por e-mail, ou via telefone;

7.7 - O recurso cujo teor desrespeite o **Conselho de Acompanhamento de Bolsa de Estudo** será preliminarmente indeferido.

7.8 - A decisão do **Conselho de Acompanhamento de Bolsa de Estudo** será irrecorrível, consistindo em última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos administrativos adicionais, exceto em casos de erros materiais, havendo manifestação posterior.

8 - Da CONVOCAÇÃO DOS CLASSIFICADOS

8.1 - Os condidatos classificados serão convocados por Edital de Convocação dos na ordem crescente da classificação alcançada, de acordo com o número suficiente para o preenchimento do quantitativo de bolsas disponíveis.

8.2 - **A convocação será feita exclusivamente pela INTERNET** (endereço https://www.altotaquari.mt.gov.br**),** ficando os candidatos responsáveis pelo acompanhamento das publicações.

8.3 - O candidato convocado deverá comparecer no local, data e horário indicados no endereço https://www.altotaquari.mt.gov.br, munido de **todos os documentos exigidos**, importando o não comparecimento em desclassificação imediata.

8.4 - Quando constatada a falta de qualquer documento obrigatório, a equipe de seleção entregará ao candidato formulário/notificação, devidamente assinado, indicando qual o documento faltante, bem como comunicará o reagendamento para apresentação dos documentos, que acontecerá uma única vez, importando a entrega incompleta, em tal ocasião, na **imediata desclassificação do candidato**.

8.5 - A qualquer momento o **Conselho de Acompanhamento de Bolsa de Estudo** poderá realizar visita domiciliar, sem comunicação prévia, mesmo após a concessão do benefício e em quanto o estudante mantiver a condição de bolsista.

9 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

9.1 O prazo de validade do Processo Seletivo para Auxilio Educação de Concessão de Bolsa de Estudo será até 31 de Dezembro de 2021, podendo ser prorrogado por igual período a contar da data da homologação do seu resultado.

9.2 Durante a vigência do Processo Seletivo, na hipótese de abertura de novas vagas serão aproveitados os candidatos classificados no cadastro de reserva, obedecida rigorosamente à ordem de classificação e o quantitativo de vagas estabelecidas em lei.

9.3 - A impugnação administrativa e/ou judicial a este edital, que ensejar a anulação de qualquer um de seus itens, respeitada a sua abrangência, somente afetará os atos insuscetíveis de aproveitamento, e em nada afetará o normal andamento dos demais atos.

9.4 - O candidato será responsável pela exatidão e atualização de seus dados cadastrais, durante a validade do Processo Seletivo, em especial o endereço residencial.

9.5 - Não será fornecido documento comprobatório de participação ou classificação no Processo Seletivo, valendo para esse fim, a publicação no Diário Oficial, ou em outros órgãos da imprensa.

9.6 - A verificação, em qualquer época, de declaração ou de apresentação de documentos falsos ou a prática de ato doloso pelo candidato, importará na anulação de sua inscrição e de todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de outros procedimentos legais.

9.7 - Quaisquer informações sobre o processo seletivo poderão ser obtidas das 07h30min às 16:00 horas (HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA), de segunda a sexta-feira, na sede da Secretaria Municipal de Educação de Alto Taquari.

9.8 - Os casos omissos nesse Edital serão resolvidos pelo **Conselho de Acompanhamento de Bolsa de Estudo**.

Alto Taquari, 26 de Abril de 2021

_____

Juliana Bellodi

Secretária M. de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

ANEXO I

FICHA DE INSCRIÇÃO PROCESSO SELETIVO PARA CONCESSÃO DE BOLSA DE ESTUDO

PROTOCOLO: _____

I - Nome do Candidato:_____

RG: _____ **CPF**: _____Fone:_____

Endereço:

_____

Nome do curso: _____

Nome da Instituição Educacional:_____

Quantidade de membros da família: _____

Quantidade de pessoas da família com renda (salário/benefício/pensão): _____

Possui algum tipo de deficiência: sim ( ) não ( )

Participa de outro programa de benefício para estudo: sim ( ) não ( )

Alto Taquari ,_____de_____de 2021.

_____

Assinatura do candidato

.....

Edital n.º 18/2021/SMECEL/MT PROTOCOLO: _____

RECEBIDO em_____/_____/ 2021

Por:_____

_____

(Assinatura e cargo/função do servidor que protocolou a ficha de inscrição do Processo Seletivo).

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS 007/2021 - RETIFICA DA HOMOLOGAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação CPL comunica aos interessados que o resultado da **TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2021** cujo objeto é a: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE AMPLIAÇÃO E CONSTRUÇÃO NO ALMOXARIFADO DE MÁQUINAS DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI - MT.** Sagrou-se vencedora do LOTE 01 e LOTE 02 a empresa **ALMEIDA PAIVA E SILVA EIRELI – ME.** No valor global para o**LOTE 01, de R$ 97.217,83 (Noventa e sete mil, duzentos e dezessete reais e oitenta e três centavos).** E novalor global para o**LOTE 02,** de **R$ 115.230,13 (Cento e quinze mil duzentos e trinta reais e treze centavos).** Percorrido o prazo para recurso, fase proposta, sem nenhu-

ma manifestação, a Prefeita Municipal homologará o certame nesta data. Maiores informações na Sede da Prefeitura em horário de funcionamento através da CPL, pelo site www.altotaquari.mt.gov.br/licitacoes ou ainda pelos fones (66) 3496-1448/1471. Alto Taquari – MT, 26 de Abril de 2021 - **Rudimar José Lang** - Presidente da CPL.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR 001 A TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2021

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari através de sua CPL, torna público aos interessados que a TOMADA DE PREÇOS nº 008/2021, foi retificado seu edital original e expediu assim o **Edital Complementar nº 001 ao edital da TOMADA DE PREÇOS nº 008/2021.** Alterando somente a exigência da qualificação técnica, permanecendo inalterada a data e a hora prevista no edital principal, conforme determina o parágrafo 4º art. 21 da Lei 8666/93. Maiores informações pelo e-mail: licitacao@altotaquari.mt.gov.br ou ainda ligar (66) 3496-1448. Alto Taquari – MT, 26 de Abril de 2021. Rudimar José Lang – Presidente da CPL.

DECRETO 144/2021

DECRETO Nº 144/2021

"Decreta luto oficial no Município de Alto Taquari por 03 (três) dias, em virtude do falecimento de MARCO ANTÔNIO MOURA."

A PREFEITA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o falecimento de MARCO ANTÔNIO MOURA, ocorrido na data de hoje (25/04/2021)

CONSIDERANDO o inestimável trabalho dedicado à comunidade de Alto Taquari.

D E C R E T A:

Art. 1º. Luto Oficial, por três dias, contados a partir desta data, no Município de Alto Taquari, em sinal de profundo pesar pelo falecimento de MARCO ANTÔNIO MOURA, que, em vida, prestou inestimáveis serviços ao Município de Alto Taquari, como cidadão e grande incentivador do esporte.

Art. 2º. Durante o período de luto oficial determinado por este Decreto, a bandeira municipal ficará hasteada à meio mastro em todos os órgãos públicos do município.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em sentido contrário.

Alto Taquari/MT, 25 de abril de 2021.

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 115/2021

"Designa Fiscais da Obra, e dá outras providências"

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO, Prefeita do Município de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 8.666/96.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar Rosa Maria Pagliuso Siqueira (titular) e Paulo Henrique Alves Zolin (substituto), fiscais da Obra do Contrato nº 031/2021, originado do processo licitatório Tomada de Preços nº 007/2021, com a finalidade de "CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE AMPLIAÇÃO E CONSTRUÇÃO NO ALMOXARIFADO DE MÁQUINAS DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI - MT".

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Alto Taquari, 26 de Abril de 2021.

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

CONTRATADO – GUILHERME LUIZ AIMI – ME

CONTRATO 064/2020

OBJETO: OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM MICRODRENAGEM URBANA, AV. EVANGÉLICOS –QUARTO TERMO ADITIVO PRORROGAÇÃO PRAZO DE EXECUÇÃO

PRAZO DE EXECUÇÃO PRORROGADO EM MAIS 120 DIAS

GABINETE DO PREFEITO
COVID-19: DECRETO Nº. 0114/2021.

SÚMULA: "DISPÕE sobre a atualização das MEDIDAS TEMPORÁRIAS RESTRITIVAS NECESSÁRIAS PARA PREVENÇÃO DOS RISCOS DE DISSEMINAÇÃO DO CORONAVÍRUS EM CUMPRIMENTO AO DECRETO ESTADUAL Nº 874/2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, e, em atendimento ao Decreto Estadual nº 874/2021.

CONSIDERANDO a DETERMINAÇÃO JUDICIAL proferida nos autos n.º 1003497-90.2021.8.11.0000 que impõe ao Município o cumprimento do decreto Estadual nº 874/2021;

CONSIDERANDO que o decreto Estadual 874/2021 atualizou a classificação de risco epidemiológico e fixa regras e diretrizes para adoção de medidas restritivas pelos Municípios para prevenir a disseminação da COVID-19;

Considerando a atualização do painel epidemiológico nº 408 atualizado no dia 20/04/2021, em que Apiacás manteve a classificação como risco Alto de contaminação;

Considerando a necessidade de adoção de medidas preparatórias para a quarentena obrigatória, iniciando com incentivo à quarentena voluntária e outras medidas julgadas adequadas pela autoridade municipal para evitar a circulação e aglomeração de pessoas.

D E C R E T A:

Capítulo I

Das medidas temporárias aplicadas no âmbito do município de Apiacás para a população em geral

Art. 1º - Em atendimento a determinação judicial **proferida nos autos n.º 1003497-90.2021.8.11.0000** e em consonância com o decreto Estadual nº 874/2021, ficam determinadas as seguintes medidas a serem cumpridas no âmbito do município de Apiacás no Período de 15 (quinze) dias, iniciando no dia 26/04/2021 (segunda feira) a 10/05/2021 (segunda feira);

I- Fica proibida a circulação de pessoas em vias públicas, a permanência em local público e espaço de uso comum, bem como a realização de qual-

quer atividade em local privado no horário compreendido entre as 21h00m e as 05h00m;

II- Fica proibido a comercialização e o consumo de essências e carvão utilizado para narguile em todo território do município de Apiacás, seja em estabelecimento comercial, via pública, espaço público e espaço de uso comum;

III- Fica proibida a circulação de pessoas pertencentes ao Grupo de Risco, conforme definição do Ministério da Saúde;

IV- Fica determinado o isolamento domiciliar de pacientes em situação confirmada de COVID-19, em caráter obrigatório, por prescrição médica, pelos prazos definidos em protocolos sob pena de serem multados e processados criminalmente;

V- Fica determinado a quarentena domiciliar de pacientes sintomáticos em situação de caso suspeito para de COVID-19, e daqueles que com ele tiveram contato, em caráter obrigatório, por prescrição médica sob pena de serem multados e processados criminalmente;

VI- Os estabelecimentos públicos e privados deverão disponibilizar locais adequados para lavagem freqüente das mãos com água e sabão e/ou disponibilização de álcool na concentração de 70%;

VII- Os estabelecimentos públicos e privados deverão ampliar a freqüência diária de limpeza e desinfecção de locais freqüentemente tocados, tais como pisos, corrimãos, maçanetas, banheiros, interruptores, janelas, telefones, teclados de computador, controles remotos, máquinas acionadas por toque manual e outros;

VIII- Deverão ser evitadas a realização presencial de reuniões de trabalho e priorizar a realização de atividades de forma remota mediante o uso de ferramentas tecnológicas;

IX- No caso de existência de filas, os estabelecimentos comerciais de modo geral deverão guardar o espaço mínimo de 1,5 metros de distância entre os clientes.

X- Fica proibido o acesso a estabelecimentos públicos e privados de funcionários, consumidores e usuários que não estejam utilizando máscara de proteção facial, ainda que artesanal, sob pena de serem multados;

XI- Os estabelecimentos comerciais de modo geral deverão manter os ambientes arejados por ventilação natural;

XII- Será de responsabilidade exclusiva dos estabelecimentos comerciais realizarem o controle de entrada e quantidade de pessoas no interior do estabelecimento, autorizando apenas um membro por família, respeitando o limite máximo de 30% de capacidade máxima do local nos horários autorizados para funcionamento, sob pena da aplicação das penalidades previstas na Lei Municipal nº 1.201/2021;

XIII- Todas as atividades deverão observar as determinações das autoridades sanitárias para a contenção de riscos, especialmente quando a atividade exigir atendimento presencial da população, com a orientação aos funcionários sobre o modo correto de relacionamento com o público no período de emergência em saúde pública;

XIV- Fica determinada a quarentena domiciliar para pessoas acima de 60 anos e grupos de risco definidos pelas autoridades sanitárias;

XV- Fica proibida a aglomeração de pessoas em residências particulares, sítios, chácaras, fazendas, balneários, casas de veraneio, balsas, e nas faixas contíguas aos rios e lagos do município de Apiacás/MT;

XVI- Fica proibido o funcionamento dos parques de diversões públicos e particulares por prazo indeterminado.

Capítulo II

dos horários de funcionamento das atividades comerciais de 2ª a 6ª feira, sábados, domingos e feriados

Art. 2º - As atividades comerciais de modo geral poderão funcionar de segunda a sábado, no período compreendido das 05h00min às 20h00min, devendo respeitar todas as determinações previstas no artigo 1º, incisos I ao XV, sob pena de serem aplicadas as penalidades previstas na Lei Municipal nº 1.201/2021.

§ 2º – Aos domingos e feriados todas as atividades de modo geral poderão funcionar no período compreendido das 05h00min às 12h00min, com exceção dos restaurantes que poderão funcionar até as 14h00min.

§ 3º - Os serviços de *delivery* somente poderá ocorrer para entrega de alimentos prontos para o consumo, diariamente no horário compreendido entre as 05h:00m e as 23h59m, ficando vedado a venda ou entrega de bebida alcoólica fora dos horários previstos no presente decreto.

§ 4º –As farmácias, os serviços de saúde, de hospedagem e congêneres, transporte individual remunerado de passageiros por meio de taxi ou aplicativo, as funerárias, os postos de combustíveis, exceto conveniências, serviços de manutenção de fornecimento de energia, água, telefonia, coleta de lixo, não ficam sujeitas às restrições de horário de funcionamento do presente artigo.

Capítulo III

Das restrições para comercialização de bebidas alcoólicas

Art. 3º - Os estabelecimentos comerciais como Mercados, Mercearias, Bares, Lanchonetes, Conveniências, distribuidoras e Restaurantes poderão comercializar bebidas alcoólicas para consumo no local nos seguintes horários;

§1º - De segunda a sábado no período compreendido 05h00min às 20h00min;

§2º - Aos domingos e feriados fica permitida a venda e consumo de bebida alcoólica no local no período compreendido das 05h00min às 12h00min;

§3º - Os estabelecimentos comerciais de modo geral deverão estar adequados para venda e consumo de bebida alcoólica no local, devendo ocupar somente 30% do espaço físico do local e manter o distanciamento mínimo de 1,5 metros entre os clientes, sob pena do estabelecimento ser multado no valor de R$ 1.500,00 (artigo 6º da Lei Municipal nº 1.201/2021) e suspensão da atividade comercial pelo prazo de 30 dias;

Capítulo IV

Das medidas temporárias aplicadas na prestação do serviço público municipal

Art. 4º – Serão retomados os atendimentos presenciais em órgãos públicos e concessionários de serviços públicos, no período compreendido das 08h00min às 12h00min, devendo a população priorizar o atendimento eletrônico através dos seguintes endereços de e-mails e telefones:

Ø **Secretaria Municipal de Administração e Finanças: administracao@apiacas.mt.gov.br.**

Ø **Departamento de Tributos: tributos@apiacas.mt.gov.br.**

Ø **Departamento Jurídico: juridicoprefeituraapiacas@gmail.com.**

Ø **Secretaria Municipal de Saúde: saudeapiacas20@gmail.com**

Ø **Secretaria Municipal de Educação: educacaoapiacas@hotmail.com.**

Ø **Secretaria Municipal de Agricultura:**

sec.mun.deagriculturaapc@outlook.com.

Ø **Prefeitura: Telefone 3593-2200.**

Ø **Departamento de Tributos: Telefone 3593-2204/2214**

Ø **Secretaria de Obras: Telefone 98431-0851.**

Ø **Secretaria de Urbanismo: Telefone 98151-8817.**

Ø **Secretaria Municipal de Agricultura: Telefone 98429-7422.**

Ø **Sefaz: Telefone 3593-2226.**

§ 2º - Fica mantida a suspensão das aulas presenciais em creches e escolas municipais e estaduais, ficando autorizada a realização das aulas de maneira remota.

§ 3º - Fica permitida somente a retirada dos materiais apostilados nas unidades de ensino através de agendamento organizado e planejado para evitar aglomerações.

§ 4º - As instituições de ensino a distância e cursos profissionalizantes da rede privada poderão atender presencialmente desde que observadas à quantidade máxima de ocupação dos alunos e os cuidados com o distanciamento e a higienização do local, no período compreendido de segunda a sábado das 05h00min às 20h00min, aos domingos e feriados das 05h00min às 12h00min.

Capítulo V

do funcionamento das igrejas, templos e congêneres

Art. 5º - As igrejas, templos e congêneres, poderão funcionar de segunda-feira a sexta-feira, sábados, domingos e feriados no período compreendido das 05h00min às 20h00min, respeitando o limite de 30% de capacidade máxima do local e o distanciamento de no mínimo 1,5 metros entre as pessoas, devendo ser observadas às condições determinadas neste Decreto.

Capítulo VI

da prática de atividades esportivas coletivas

Art. 6º - Fica autorizada a prática de atividades esportivas coletivas em ambientes abertos seja em local público ou privado (campos de futebol e quadras a céu aberto), de segunda a sábado no período compreendido das 05h00min às 20h00min e aos domingos e feriados no período compreendido das 05h00min às 12h00min, devendo todos os participantes dispersar imediatamente após o término das atividades, ficando proibida a aglomeração nestes locais para o consumo de bebida alcoólica sob pena de aplicação de multa nos seguintes horários.

Capítulo VII

Do poder de fiscalização para fazer cumprir o decreto

Art. 6º A fiscalização das regras deste Decreto ficará a cargo da:

I – Polícias: Civil e Militar;

II - Vigilância Sanitária;

III - Outros órgãos municipais investidos de poder de fiscalização.

Parágrafo Único – Conforme determinado pelo decreto Estadual nº 874/2021, a Polícia Militar e Polícia Civil do Estado de Mato Grosso juntamente com os fiscais designados pela Secretaria de Saúde, ficam autorizados a dispersar aglomerações, inclusive em bares, restaurantes, lanchonetes, conveniências, distribuidoras, espaços públicos e eventos em residências particulares, podendo adentrar em qualquer local ou estabelecimento, seja ele público ou privado, para apurar denuncia de descumprimento das medidas descritas no presente decreto e proceder a aplicação de multa prevista em Lei Municipal.

Capítulo VIII

das penalidades pelo descumprimento do decreto

Art. 7º. Em caso de descumprimento das normas descritas nesse Decreto, serão aplicadas as penalidades administrativas cabíveis conforme legislação Municipal e Estadual vigente, sem prejuízo da apuração de ilícitos cíveis e criminais eventualmente praticados pela pessoa física ou jurídica.

Art. 8º. O presente decreto entra em vigor no dia 26/04/2021 (segunda feira), revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se. Publique-se. Cumpra-se.

Apiacás/MT, 23 de abril de 2021.

Júlio Cesar dos Santos

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 003/2021

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº 003/2021

Nos termos do Artigo 26 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, RATIFICA-SE a Dispensa de Licitação nº 003/2021, Locação de imóvel para SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA.

OBJETO - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO MECÂNICA E REPOSIÇÃO DE PEÇAS MECÂNICAS ORIGINAIS PARA REVISÃO DE 500 HORAS DA MOTONIVELADORA Komatsu GD 655-5 - CHASSI: GD655B40273, que encontra-se em garantia do fabricante.

EMPRESA AUTORIZADA:**VAMOS COMERCIO DE MÁQUINAS LINHA AMARELA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 35.654.688/0001-08, com endereço à Av. Ayrton Senna da Silva, s/n, Lote B3 e B4- Distrito Industrial, CEP 78098-282, Cuiabá – MT., é a única empresa autorizada do fabricante no Estado de Mato Grosso, considerando que a mesma disponibiliza Técnico com deslocamento da cidade de Sinop.

VALOR TOTAL R$ 6.656,22 (seis mil seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte e dois centavos).

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Apiacás MT, em 26 de abril de 2021

Julio Cesar dos Santos

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS
EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00001, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00001, de 26 de Abril de 2021.

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar

de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do

artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado

[s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste

município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á

feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)

Nome Completo / Razão Social CPF/CNPJ Termo de Constatação e

Intimação (ITR)

CELIA FERREIRA GARCIA 638.407.741-87 9869/00047/2021

CELIA FERREIRA GARCIA 638.407.741-87 9869/00048/2021

JOAO FRANCO JUNIOR 001.482.109-53 9869/00040/2021

JOAO FRANCO JUNIOR 001.482.109-53 9869/00041/2021

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR

Nome: IRISVAN DUTRA VIEIRA Matrícula: 00001421

Cargo: SECRETARIO MUNICIPAL DE FINANÇAS / 1232018 Assinatura:

Data de afixação:

Data de desafixação:

26/04/2021

11/05/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

GABINETE - DEPTO JURIDICO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 03/2021 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMAS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMAS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 03/2021

A Secretária Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social, Gisele Rodrigues Martins, de acordo com as atribuições que lhe compete, convoca os Conselheiros e Conselheiras Titulares abaixo relacionados para Sessão Ordinária do CMAS que ocorrerá dia 29 de abril de 2021, quinta-feira, às 08h30min, no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), situado a Rua Horácio Alcântara de Carvalho, 798, Centro – Araputanga/MT. A reunião será disponibilizada de forma remota pelo link: meet.google.com/zid-opjw-afg

A reunião deliberará sobre a seguinte pauta:

1 – Leitura e aprovação da ata da reunião anterior;

2 – Reprogramação de saldos de recursos de 2020;

3 – Plano de Ação do FEAS 2021;

4 – Conferência Municipal de Assistência Social de 2021;

5 – Processo de Escolha da representação da sociedade civil no CMAS no dia 04 de maio;

6 – Informes sobre a Prestação de Contas do FEAS de 2020;

7 – Outros informes.

ATENÇÃO!! No caso de impossibilidade de participação do membro titular solicitamos a comunicação ao suplente para garantir a representação da entidade.

TITULARES

1. Ana Maria Batista da Silva (Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social); 2. Elenir dos Santos Ferreira (Representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura); 3. Jussara Araújo Pereira (Representante da Secretaria Municipal de Saúde); 4. Monica Ferreira dos Santos (Representante da Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento); 5. Ana Lúcia Ferreira Chaves (Representante dos trabalhadores da Assistência Social); 6. Elza Dias de Oliveira Carvalho (Representante das Entidades e Organizações de Assistência Social); 7. Vera Junia Silva (Representante das associações e entidades religiosas); 8. Dejanira Pereira Alves da Silva (Representantedos usuários e organizações de usuários);

SUPLENTES

1. Sandra Rosa Campos (Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social); 2. Ricardo Leandro Schiavinato (Rep. da Secretaria Municipal de Educação e Cultura); 3. Crislaine dos Santos Ferrarezzi Pacheco (Rep. da Secretaria Municipal de Saúde); 4. Reginaldo Luiz Schiavinato (Rep. da Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento); 5. Maria Julia Pereira de Arruda (Rep. dos trabalhadores da Assistência Social); 6. Tatiane Ramalho Teixeira (Rep. das Entidades e Organizações de Assistência Social); 7. Constância Silvério da Silva (Rep. das associações e entidades religiosas); 8. Almerinda Alves dos Santos (Rep.dos usuários e organizações de usuários).

Araputanga/MT, 26 de abril de 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 211/2021

CONCESSÃO DE AFASTAMENTO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA EXERCICIO DE MANDATO ELETIVO – VEREADORA DA CAMARA MUNCIPAL DE ARAPUTANGA/MT.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

CONSIDERANDO o atendimento aos requisitos previstos no art. 38, Inciso III da Constituição Federal de 1988:

RESOLVE:

Art. 1.º - Autorizar a servidora **LINDOCRÉIA DOS SANTOS CAMARGO**, ocupante do cargo efetivo de professora, matricula nº 2525, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a se afastar para o exercício de mandato eletivo de Vereadora da Câmara Municipal de Araputanga, com base no art. 38, Inciso II e III da Constituição Federal de 1988 e art. 117 da Lei Municipal nº 135/92 (RJU) a contar desta data, até o encerramento de mandato eletivo a findar-se em 31/12/2024.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e seis (26) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e vinte e um (2021).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

Prefeito Municipal

GABINETE - DEPTO JURIDICO
LEI MUNICIPAL Nº 1.442/2021

LEI MUNICIPAL Nº 1.442/2021

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A INDENIZAR PROFISSIONAIS DA SAÚDE QUE ATUARAM NA LINHA DE FRENTE DE COMBATE AO NOVO CORONAVÍRUS EM 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a indenizar os servidores públicos municipais descritos nos artigos seguintes, que, em atuação na linha de frente do combate ao Novo Coronavírus (COVID-19), acabaram por acumular horas no Banco de Horas no ano de 2020, as quais se buscam indenizar, com fundamento no §5º, do art. 8º da Lei Complementar nº 173/2020.

Art. 2º - Ficam reconhecidas as horas registradas no Banco de Horas conforme quantitativo e valores a seguir, os quais serão indenizados em 10 (dez) parcelas iguais e sucessivas, que iniciarão em até 10 (dez) dias a contar da publicação desta Lei:

I – Adriana Francisca Machado com 569h (quinhentas e sessenta e nove horas) com valor total de R$ 33.918,09 (trinta e três mil e novecentos e dezoito reais e nove centavos);

II – Juliana Gonçalves da Costa Rodrigues com 478h (quatrocentos e setenta e oito horas) com valor total de R$ 28.493,58 (vinte e oito mil e quatrocentos e noventa e três reais e cinquenta e oito centavos);

III – Marcilene Crispin de Oliveira Silva com 421h (quatrocentos e vinte e uma horas) com valor total de R$ 25.095,81 (vinte e cinco mil e noventa e cinco reais e oitenta e um centavos);

IV - Melquisedeque de Souza Ladeia com 850h (oitocentos e cinquenta horas) com valor de R$ 21.930,00 (vinte e um mil e novecentos e trinta reais);

Art. 3º - Ficam reconhecidas as horas registradas no Banco de Horas conforme quantitativo e valores a seguir, os quais serão indenizados em 20 (vinte) parcelas iguais e sucessivas, que iniciarão em até 10 (dez) dias a contar da publicação desta Lei:

I – Álvaro Marconi com 512h (quinhentos e doze horas) com valor total de R$ 84.024,32 (oitenta e quatro mil e vinte e quatro reais e trinta e dois centavos);

II – Cléo Pereira da Cruz com 578h (quinhentas e setenta e oito horas) com valor total de R$ 70.666,28 (setenta mil e seiscentos e sessenta e seis reais e vinte e oito centavos);

Art. 4º - As importâncias de que trata este artigo, por conta de seu caráter indenizatório, não sofrerão quaisquer descontos.

Art. 5º - As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias de cada exercício financeiro, ficando o Poder Executivo autorizado a criar a Dotação Orçamentária adequada através de Decreto, se necessário.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos catorze (14) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e vinte e um (2021).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE - DEPTO JURIDICO
LEI MUNICIPAL Nº 1.441/2021

LEI MUNICIPAL Nº 1.441/2021

DÁ NOVA COMPOSIÇÃO A CÂMARA MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Através da presente Lei faz-se nova composição da Câmara Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS/FUNDEB, no âmbito do Município de Araputanga/MT.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO

Art. 2º. O Conselho a que se refere o art. 1º é constituído por 16 (dezesseis) membros titulares, acompanhados de seus respectivos suplentes, conforme representação e indicação a seguir discriminadas:

a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;

c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;

d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;

e) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;

f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, dos quais 1 (um) indicado pela entidade de estudantes secundaristas.

g) 1 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de Educação (CME);

h) 1 (um) representante do Conselho Tutelar a que se refere a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, indicado por seus pares;

i) 2 (dois) representantes de organizações da sociedade civil;

j) 1 (um) representante das escolas indígenas, se houver;

k) 1 (um) representante das escolas do campo, se houver;

l) 1 (um) representante das escolas quilombolas, se houver.

§1°. Os membros titulares que serão indicados pelo conjunto dos estabelecimentos, farão o processo eletivo organizado para escolha do Presidente.

§ 2º. A indicação referida no *caput* deste artigo, para os mandatos posteriores ao primeiro, deverá ocorrer em até vinte dias antes do término do mandato vigente, para a nomeação dos conselheiros que atuarão no mandato seguinte.

§ 3º. Os conselheiros de que trata o *caput* deste artigo deverão guardar vínculo formal com os segmentos que representam, devendo esta condição constituir-se como pré-requisito à participação no processo eletivo previsto no § 1º.

§ 4º. São impedidos de integrar a Câmara do FUNDEB:

I - cônjuge e parentes consangüíneos ou afins, até terceiro grau, do Prefeito e do Vice-Prefeito, e dos Secretários Municipais;

II - tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consangüíneos ou afins, até terceiro grau, desses profissionais;

III - estudantes que não sejam emancipados; e

IV - pais de alunos que:

a) exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito do Poder Executivo Municipal; ou

b) prestem serviços terceirizados ao Poder Executivo Municipal.

§ 5°. Na hipótese de inexistência de estudantes emancipados, representação estudantil poderá acompanhar as reuniões do conselho com direito a voz.

§ 6º. O presidente da Câmara do FUNDEB será eleito por seus pares em reunião do colegiado, sendo impedido de ocupar a função o representante do governo gestor dos recursos do Fundo no âmbito do Município.

§ 7º. As organizações da sociedade civil a que se refere este artigo:

a) são pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014;

b) desenvolvem atividades direcionadas à localidade do respectivo conselho;

c) devem atestar o seu funcionamento há pelo menos 1 (um) ano contado da data de publicação do edital;

d) desenvolvem atividades relacionadas à educação ou ao controle social dos gastos públicos;

e) não figuram como beneficiárias de recursos fiscalizados pelo conselho ou como contratadas da Administração da localidade a título oneroso.

Art. 3º. O suplente substituirá o titular da Câmara do FUNDEB nos casos de afastamentos temporários ou eventuais deste, e assumirá sua vaga temporariamente (até que seja nomeado outro titular) nas hipóteses de afastamento definitivo decorrente de:

I – desligamento por motivos particulares;

II – rompimento do vínculo de que trata o § 3º, do art. 2º; e

III – situação de impedimento previsto no § 4º, do art.2° incorrida pelo titular no decorrer de seu mandato.

Parágrafo Único: Na hipótese em que o conselheiro titular e/ou suplente incorrerem na situação de afastamento definitivo descrito no art. 3º, a instituição ou segmento responsável pela indicação deverá indicar novos representantes para o da Câmara do FUNDEB.

Art. 4º. O mandato dos membros da Câmara do FUNDEB será de 4 (quatro) anos, vedada a recondução para o próximo mandato.

§1° - O primeiro mandato dos membros da Câmara do FUNDEB terá validade até a data de 31/12/2022, sendo um mandato para regularização da nova lei.

§2° - A partir do dia 01/01/2023, o mandato será de 4 (quatro) anos, sendo vedada a reeleição.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO DO FUNDEB

Art. 5º. Compete a Câmara do FUNDEB:

I – acompanhar e controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos do Fundo;

II – supervisionar a realização do Censo Escolar e a elaboração da proposta orçamentária anual do Poder Executivo Municipal, com o objetivo de concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização do Fundeb;

III – examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do Fundo;

IV – emitir parecer sobre as prestações de contas dos recursos do Fundo, que deverão ser disponibilizadas mensalmente pelo Poder Executivo Municipal; e

V – aos conselhos incumbe, também, acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos - PEJA e, ainda, receber e analisar as prestações de contas referentes a esses Programas, formulando pareceres conclusivos acerca da aplicação desses recursos e encaminhando-os ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

VI - outras atribuições que a legislação específica eventualmente estabeleça;

Parágrafo Único. O parecer de que trata o inciso IV deste artigo deverá ser apresentado ao Poder Executivo Municipal em até trinta dias antes do vencimento do prazo para a apresentação da prestação de contas junto ao Tribunal de Contas do Estado/Municípios.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º. A Câmara do FUNDEB terá um Presidente e um Vice-Presidente, ambos eleitos por seus pares.

Parágrafo único. Estão impedidos de ocupar a Presidência e a Vice-presidência os conselheiros designados nos termos do art. 2º, alínea a, desta lei.

Art. 7º. Na hipótese em que o membro que ocupa a função de Presidente da Câmara do FUNDEB incorrer na situação de afastamento definitivo previsto no art. 3º, a Presidência será ocupada pelo Vice-Presidente.

Art. 8º. No prazo máximo de 30 (trinta) dias após a instalação da Câmara do FUNDEB, deverá ser aprovado o Regimento Interno que viabilize seu funcionamento.

Art. 9º. As reuniões ordinárias da Câmara do FUNDEB serão realizadas trimestralmente, com a presença da maioria de seus membros, e, extraordinariamente, quando convocados pelo Presidente ou mediante solicitação por escrito de pelo menos um terço dos membros efetivos.

Parágrafo único. As deliberações serão tomadas pela maioria dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, nos casos em que o julgamento depender de desempate.

Art. 10. A Câmara do FUNDEB atuará com autonomia em suas decisões, sem vinculação ou subordinação institucional ao Poder Executivo Municipal.

Art. 11. A atuação dos membros da Câmara do FUNDEB:

I - não será remunerada;

II - é considerada atividade de relevante interesse social;

III - assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades de conselheiro, e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações; e

IV - veda, quando os conselheiros forem representantes de professores e diretores ou de servidores das escolas públicas, no curso do mandato:

a) exoneração de ofício ou demissão do cargo ou emprego sem justa causa, ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;

b) atribuição de falta injustificada ao serviço, em função das atividades do conselho; e

c) afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado.

V - veda, quando os conselheiros forem representantes de estudantes em atividades do Conselho, no curso do mandato, atribuição de falta injustificada nas atividades escolares.

Art. 12. A Câmara do FUNDEB não contará com estrutura administrativa própria, devendo o Município garantir infraestrutura e condições materiais adequadas à execução plena das competências da Câmara e oferecer ao Ministério da Educação os dados cadastrais relativos a sua criação e composição.

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal deverá ceder a Câmara do FUNDEB um servidor do quadro efetivo municipal para atuar como Secretário Executivo do Conselho, quando necessário.

Art. 13. A Câmara do FUNDEB poderá, sempre que julgar conveniente:

I - apresentar, ao Poder Legislativo local e aos órgãos de controle interno e externo manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo, dando ampla transparência ao documento em sítio da internet;

II - por decisão da maioria de seus membros, convocar o Secretário Municipal de Educação, ou servidor equivalente, para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e a execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a trinta dias.

III - requisitar ao Poder Executivo cópia de documentos, os quais serão imediatamente concedidos, devendo a resposta ocorrer em prazo não superior a 20 (vinte) dias, referentes a:

a) licitação, empenho, liquidação e pagamento de obras e serviços custeados com recursos do Fundo;

b) folhas de pagamento dos profissionais da educação, as quais deverão discriminar aqueles em efetivo exercício na educação básica e indicar o respectivo nível, modalidade ou tipo de estabelecimento a que estejam vinculados;

c) documentos referentes a convênios do Poder Executivo com as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos que são contempladas com recursos do Fundeb;

d) outros documentos necessários ao desempenho de suas funções;

IV - realizar visitas e inspetorias in loco para verificar:

a) o desenvolvimento regular de obras e serviços efetuados nas instituições escolares com recursos do Fundo;

b) a adequação do serviço de transporte escolar;

c) a utilização em benefício do sistema de ensino de bens adquiridos com recursos do Fundo.

Art. 14. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão em sítio na internet informações atualizadas sobre a composição e o funcionamento dos respectivos conselhos de que trata esta Lei, incluídos:

I - nomes dos conselheiros e das entidades ou segmentos que representam;

II - correio eletrônico ou outro canal de contato direto com o conselho;

III - atas de reuniões;

IV - relatórios e pareceres;

V - outros documentos produzidos pelo conselho.

Art. 15. Durante o prazo previsto no § 3º do art. 2º, os representantes dos segmentos indicados para o mandato subsequente do Conselho deverão se reunir com os membros da Câmara do FUNDEB, cujo mandato está se encerrando, para transferência de documentos e informações de interesse do Conselho.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando toda e qualquer disposição em contrário, ainda que não expressamente citada.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos catorze (14) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e vinte e um (2021).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE - DEPTO JURIDICO
LEI MUNICIPAL Nº 1.440/2021

LEI MUNICIPAL Nº 1.440/2021

DÁ NOVA COMPOSIÇÃO A CÂMARA MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Através da presente Lei faz-se nova composição da Câmara Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS/FUNDEB, no âmbito do Município de Araputanga/MT.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO

Art. 2º. O Conselho a que se refere o art. 1º é constituído por 16 (dezesseis) membros titulares, acompanhados de seus respectivos suplentes, conforme representação e indicação a seguir discriminadas:

a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;

c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;

d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;

e) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;

f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, dos quais 1 (um) indicado pela entidade de estudantes secundaristas.

g) 1 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de Educação (CME);

h) 1 (um) representante do Conselho Tutelar a que se refere a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, indicado por seus pares;

i) 2 (dois) representantes de organizações da sociedade civil;

j) 1 (um) representante das escolas indígenas, se houver;

k) 1 (um) representante das escolas do campo, se houver;

l) 1 (um) representante das escolas quilombolas, se houver.

§1°. Os membros titulares que serão indicados pelo conjunto dos estabelecimentos, farão o processo eletivo organizado para escolha do Presidente.

§ 2º. A indicação referida no *caput* deste artigo, para os mandatos posteriores ao primeiro, deverá ocorrer em até vinte dias antes do término do mandato vigente, para a nomeação dos conselheiros que atuarão no mandato seguinte.

§ 3º. Os conselheiros de que trata o *caput* deste artigo deverão guardar vínculo formal com os segmentos que representam, devendo esta condição constituir-se como pré-requisito à participação no processo eletivo previsto no § 1º.

§ 4º. São impedidos de integrar a Câmara do FUNDEB:

I - cônjuge e parentes consangüíneos ou afins, até terceiro grau, do Prefeito e do Vice-Prefeito, e dos Secretários Municipais;

II - tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consangüíneos ou afins, até terceiro grau, desses profissionais;

III - estudantes que não sejam emancipados; e

IV - pais de alunos que:

a) exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito do Poder Executivo Municipal; ou

b) prestem serviços terceirizados ao Poder Executivo Municipal.

§ 5°. Na hipótese de inexistência de estudantes emancipados, representação estudantil poderá acompanhar as reuniões do conselho com direito a voz.

§ 6º. O presidente da Câmara do FUNDEB será eleito por seus pares em reunião do colegiado, sendo impedido de ocupar a função o representante do governo gestor dos recursos do Fundo no âmbito do Município.

§ 7º. As organizações da sociedade civil a que se refere este artigo:

a) são pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014;

b) desenvolvem atividades direcionadas à localidade do respectivo conselho;

c) devem atestar o seu funcionamento há pelo menos 1 (um) ano contado da data de publicação do edital;

d) desenvolvem atividades relacionadas à educação ou ao controle social dos gastos públicos;

e) não figuram como beneficiárias de recursos fiscalizados pelo conselho ou como contratadas da Administração da localidade a título oneroso.

Art. 3º. O suplente substituirá o titular da Câmara do FUNDEB nos casos de afastamentos temporários ou eventuais deste, e assumirá sua vaga temporariamente (até que seja nomeado outro titular) nas hipóteses de afastamento definitivo decorrente de:

I – desligamento por motivos particulares;

II – rompimento do vínculo de que trata o § 3º, do art. 2º; e

III – situação de impedimento previsto no § 4º, do art.2° incorrida pelo titular no decorrer de seu mandato.

Parágrafo Único: Na hipótese em que o conselheiro titular e/ou suplente incorrerem na situação de afastamento definitivo descrito no art. 3º, a instituição ou segmento responsável pela indicação deverá indicar novos representantes para o da Câmara do FUNDEB.

Art. 4º. O mandato dos membros da Câmara do FUNDEB será de 4 (quatro) anos, vedada a recondução para o próximo mandato.

§1° - O primeiro mandato dos membros da Câmara do FUNDEB terá validade até a data de 31/12/2022, sendo um mandato para regularização da nova lei.

§2° - A partir do dia 01/01/2023, o mandato será de 4 (quatro) anos, sendo vedada a reeleição.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO DO FUNDEB

Art. 5º. Compete a Câmara do FUNDEB:

I – acompanhar e controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos do Fundo;

II – supervisionar a realização do Censo Escolar e a elaboração da proposta orçamentária anual do Poder Executivo Municipal, com o objetivo de concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização do Fundeb;

III – examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do Fundo;

IV – emitir parecer sobre as prestações de contas dos recursos do Fundo, que deverão ser disponibilizadas mensalmente pelo Poder Executivo Municipal; e

V – aos conselhos incumbe, também, acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos - PEJA e, ainda, receber e analisar as prestações de contas referentes a esses Programas, formulando pareceres conclusivos acerca da aplicação desses recursos e encaminhando-os ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

VI - outras atribuições que a legislação específica eventualmente estabeleça;

Parágrafo Único. O parecer de que trata o inciso IV deste artigo deverá ser apresentado ao Poder Executivo Municipal em até trinta dias antes do vencimento do prazo para a apresentação da prestação de contas junto ao Tribunal de Contas do Estado/Municípios.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º. A Câmara do FUNDEB terá um Presidente e um Vice-Presidente, ambos eleitos por seus pares.

Parágrafo único. Estão impedidos de ocupar a Presidência e a Vice-presidência os conselheiros designados nos termos do art. 2º, alínea a, desta lei.

Art. 7º. Na hipótese em que o membro que ocupa a função de Presidente da Câmara do FUNDEB incorrer na situação de afastamento definitivo previsto no art. 3º, a Presidência será ocupada pelo Vice-Presidente.

Art. 8º. No prazo máximo de 30 (trinta) dias após a instalação da Câmara do FUNDEB, deverá ser aprovado o Regimento Interno que viabilize seu funcionamento.

Art. 9º. As reuniões ordinárias da Câmara do FUNDEB serão realizadas trimestralmente, com a presença da maioria de seus membros, e, extraordinariamente, quando convocados pelo Presidente ou mediante solicitação por escrito de pelo menos um terço dos membros efetivos.

Parágrafo único. As deliberações serão tomadas pela maioria dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, nos casos em que o julgamento depender de desempate.

Art. 10. A Câmara do FUNDEB atuará com autonomia em suas decisões, sem vinculação ou subordinação institucional ao Poder Executivo Municipal.

Art. 11. A atuação dos membros da Câmara do FUNDEB:

I - não será remunerada;

II - é considerada atividade de relevante interesse social;

III - assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades de conselheiro, e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações; e

IV - veda, quando os conselheiros forem representantes de professores e diretores ou de servidores das escolas públicas, no curso do mandato:

a) exoneração de ofício ou demissão do cargo ou emprego sem justa causa, ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;

b) atribuição de falta injustificada ao serviço, em função das atividades do conselho; e

c) afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado.

V - veda, quando os conselheiros forem representantes de estudantes em atividades do Conselho, no curso do mandato, atribuição de falta injustificada nas atividades escolares.

Art. 12. A Câmara do FUNDEB não contará com estrutura administrativa própria, devendo o Município garantir infraestrutura e condições materiais adequadas à execução plena das competências da Câmara e oferecer ao Ministério da Educação os dados cadastrais relativos a sua criação e composição.

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal deverá ceder a Câmara do FUNDEB um servidor do quadro efetivo municipal para atuar como Secretário Executivo do Conselho, quando necessário.

Art. 13. A Câmara do FUNDEB poderá, sempre que julgar conveniente:

I - apresentar, ao Poder Legislativo local e aos órgãos de controle interno e externo manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo, dando ampla transparência ao documento em sítio da internet;

II - por decisão da maioria de seus membros, convocar o Secretário Municipal de Educação, ou servidor equivalente, para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e a execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a trinta dias.

III - requisitar ao Poder Executivo cópia de documentos, os quais serão imediatamente concedidos, devendo a resposta ocorrer em prazo não superior a 20 (vinte) dias, referentes a:

a) licitação, empenho, liquidação e pagamento de obras e serviços custeados com recursos do Fundo;

b) folhas de pagamento dos profissionais da educação, as quais deverão discriminar aqueles em efetivo exercício na educação básica e indicar o respectivo nível, modalidade ou tipo de estabelecimento a que estejam vinculados;

c) documentos referentes a convênios do Poder Executivo com as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos que são contempladas com recursos do Fundeb;

d) outros documentos necessários ao desempenho de suas funções;

IV - realizar visitas e inspetorias in loco para verificar:

a) o desenvolvimento regular de obras e serviços efetuados nas instituições escolares com recursos do Fundo;

b) a adequação do serviço de transporte escolar;

c) a utilização em benefício do sistema de ensino de bens adquiridos com recursos do Fundo.

Art. 14. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão em sítio na internet informações atualizadas sobre a composição e o funcionamento dos respectivos conselhos de que trata esta Lei, incluídos:

I - nomes dos conselheiros e das entidades ou segmentos que representam;

II - correio eletrônico ou outro canal de contato direto com o conselho;

III - atas de reuniões;

IV - relatórios e pareceres;

V - outros documentos produzidos pelo conselho.

Art. 15. Durante o prazo previsto no § 3º do art. 2º, os representantes dos segmentos indicados para o mandato subsequente do Conselho deverão se reunir com os membros do Conselho do Fundeb, cujo mandato está se encerrando, para transferência de documentos e informações de interesse do Conselho.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos catorze (14) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e vinte e um (2021).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 210/2021

DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DA LICENÇA PARA TRATO DE ASSUNTOS PARTICULARES DA SERVIDORA LEILA ADRIANA PAZETE MARUIAMA OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE FISIOTERAPEUTA DO MUNICIPIO DE ARAPUTANGA/MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CONSIDERANDO, o interesse do serviço público, e os princípios norteadores da Administração Pública disposto no "caput" do art.37 da Constituição Federal de 1988;

ENILSON DE ARAUJO RIOS, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º - Interromper, no interesse do serviço, a Licença para de trato de assuntos particulares, sem remuneração, da servidora **LEILA ADRIANA PAZETE MARUIAMA**, conforme disposição no art. 99, §1º da Lei Municipal nº 135/92 (RJU), concedida pela portaria nº 219/GAB/2019.

Art. 2.º - A servidora mencionada acima deverá se apresentar no seu local de trabalho, para desempenho de suas atividades, a partir de 27 de abril de 2021.

Art. 3.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e seis (26) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e vinte e um (2021).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2021

O MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA/MT, por meio da sua Pregoeira designada pela Portaria nº 047/2021, no uso de suas atribuições, torna público aos interessados, que realizará licitação para registro de preços, na modalidade Pregão na forma Eletrônica, do tipo menor preço por item, cujo objeto é o Registro de preços para contratação de empresa especializada em prestação de serviços para manutenção em motor bomba, em atendimento à demanda da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e Obras e Infraestrutura - SMAE.

A realização do certame será no dia 07 de maio de 2021, às 09h30min (horário de Brasília).

O Edital completo está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico http://www.araputanga.mt.gov.br/categoria/pregao-e... e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço gov.br/compras ou https://www.comprasnet.gov.br e ainda solicitado por intermédio do e-mail: seplan3@araputanga.mt.gov.br nos dias úteis, no horário das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min (horário local).

Araputanga/ MT, 26 de abril de 2021.

Eliana Pains de Amorim

Pregoeira

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2021

A Prefeitura Municipal de Araputanga-MT, através da PREGOEIRA, torna público aos interessados, que o julgamento do certame supracitado realizado entre os dias 20 e 23/04/2021, cujo objeto é o Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Impressoras Multifuncionais, em atendimento à demanda das diversas Secretarias Municipais, resultou em vencedora as empresas:

APS COMÉRCIO, MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS EIRELI, inscrita no CNPJ: 10.750.752/00001-23, vencedora do item 1 totalizando o valor de R$ 16.250,000.

BRASIL-UC TECNOLOGIA I.S LTDA, inscrita no CNPJ: 01.681.463/0001-29, vencedora do item 2 totalizando o valor de R$ 13.732.56.

MEM TECNOLOGIA EIRELI, inscrita no CNPJ: 21.962.518/0001-86, vencedora do item 3 totalizando o valor de R$ 2.095,00.

O item 04 resultou fracassado.

Informa aos interessados que os autos do certame ficam desde já disponíveis para exame de quaisquer interessados.

Araputanga/MT, 26 de abril de 2021.

Eliana Pains de Amorim

Pregoeira

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 212/2021

DISPÕE SOBRE CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS/CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2019, DO MUNICIPIO DE ARAPUTANGA/MT.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

Considerando o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 01/2019, para ingresso em cargo Público de provimento Temporário**,** publicado no Diário Oficial dos Municípios (AMM-MT) de 05 de dezembro de 2019;

Considerando o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado, publicado no Diário Oficial dos Municípios (AMM-MT) em 29 de janeiro de 2020;

Considerando a Homologação, realizado por meio Decreto Municipal nº 07/2020, publicado no Diário Oficial dos Municípios (AMM-MT) em 03 de fevereiro de 2020;

Considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, através da CI nº 115/2021/SMS;

RESOLVE:

Art. 1.º- Convocar os candidatos aprovados/classificados, constante no quadro abaixo relacionado, para provimento de cargo Temporário, da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

CARGO- 16: Enfermeiro (A) – Sede

CLASS.	INSC.	NOME	NOTA FINAL
4ª	549	MARLENE DA CONCEIÇÃO SILVA MEIRA	56

Art. 2.º - Exigindo desde o momento, o **comparecimento dos candidatos na Diretoria de Recursos Humanos, da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, munido de todos os documentos necessários para comprovação dos requisitos do cargo pleiteado**, sob pena de ser considerado desistente, perdendo a respectiva vaga.

Art. 3º- Dos documentos a serem apresentados para a contratação:

ü Cópia do RG e CPF;

ü Comprovante de inscrição no pis/pasep;

ü Cópia da certidão de nascimento ou casamento;

ü Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;

ü Comprovante de residência;

ü Cópia do titulo eleitoral;

ü Comprovante de quitação com as obrigações eleitorais;

ü Cópia do certificado de reservista ou de dispensa do serviço militar (se do sexo masculino);

ü Cópia da carteira de trabalho (frente e verso);

ü Cópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos e carteira de vacina dos filhos até 5 anos de idade;

ü Cópia do CPF do cônjuge e dos filhos maiores de 18 anos;

ü Declaração de não acumulo de cargo público;

ü Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio;

ü Declaração de dependentes;

ü Certidão negativa de antecedentes criminais;

Art. 4º-Esta Portaria Entra em Vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e seis (26) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e vinte e um (2021).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
P O R T A R I A Nº. 102ATÉ 104.2021

P O R T A R I A Nº. 102/2021

O Sr. **EDERSON FIGUEIREDO**, Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais, consoante as normas gerais de direito Público, resolve:

C O N C E D E R

Licença Maternidade a servidora efetiva Senhora, **Ketellen Carolaine do Nascimento Santana,** brasileira, solteira, recepcionista, portadora do **RG. nº.** 26609231 SSP/MT e **CPF. nº.** 064.756.421.18, residente e domiciliado nesta cidade, conforme atestado médico apresentado.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, ao 14 dias do mês de Abril de 2021.

EDERSON FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 103/2021

O Sr. **EDERSON FIGUEIREDO**, Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais, consoante as normas gerais de direito Público, resolve:

C O N C E D E R

Licença Prêmio a servidora efetiva Senhora, **Sueli Soares Botelho Mathias,** brasileira, casada, merendeira, portadora do **RG. nº.** 0967054-8 SSP/MT e **CPF. nº.** 777.088.571-04, referente ao qüinqüênio de 2012/2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 14 dias do mês de Abril de 2021.

EDERSON FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 104/2021

Inclusão de novos componentes da Comissão de Acompanhamento de Contratualização da Secretaria Municipal de Saúde e nomeação dos novos membros para compor a referida comissão em substituição dos membros anteriores.

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **ÉDERSON FIGUEIREDO**no uso de suas atribuições legais. E

Considerando o Contrato de Gestão nº 001/2021, firmado entre o Município de Arenápolis e o Instituto Social de Saúde São Lucas-ISSSL, cujo objeto consiste no gerenciamento técnico, administrativo, operacionalização e execução de serviços de saúde, no âmbito do Hospital Médio Norte, em Arenápolis, ofertados aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

Considerando a Portaria nº 11 de 04 de janeiro de 2021 que institui e nomeia Comissão de Acompanhamento, para realizar Monitoramento e Avaliação do cumprimento dos Contratos celebrados entre a Prefeitura com interveniência da Secretaria Municipal de Saúde de Arenápolis e o Hospital Contratualizado na esfera do Sistema Único de Saúde-SUS.

Considerando a necessidade de manter o controle e a fiscalização sobre a execução do contrato firmado pelo Município de Arenápolis e a Contratada, tendo em vista os princípios da legalidade, moralidade e eficiência.

RESOLVE:

Art. 1º Incluir e nomear novos membros para composição da Comissão de Acompanhamento de Contratualização da Secretaria Municipal de Saúde de Arenápolis, conforme órgãos relacionados abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Titular: Luiz Márcio Leite de Oliveira

CPF: 003.308.351-73

Suplente: Maria Aparecida Gomes Moreira da Silva Santos

CPF: 902.221.481-87

HOSPITAL MÉDIO NORTE DE ARENÁPOLIS

Titular: Alfredo Mathias Silva Gonçalves

CPF: 032.357.971-47

Suplente: Maria das Graças S. S Mendes

CPF: 395.516.521-34

ESCRITÓRIO REGIONAL DE SAÚDE DE TANGARA DA SERRA-MT.

Titular: Flávia Pizzolio Alves Fabrini

CPF: 029.656.559-80

Suplente: Itamar Martins Bonfim

CPF:346.375.591-20

COSEMS-VICE REGIONAL MÉDIO NORTE

Titular: Ana Carla Ferreira Picalho

CPF: 046.470.621-12

Suplente: Elisangela Moura dos Santos

CPF: 018.80.041-11

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARENÁPOLIS-MT.

Titular: Márcio Lourenço de Souza CPF: 960.677.051-68

Suplente: Cristiane Brito da Silva CPF: 014.710.181-64

SECRETÁRIA EXECUTIVA:

Maria Marinalda Ribeiro

CPF: 580.829.211-53

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 101/2021.

Gabinete do Prefeito, em Arenápolis/MT, 26 de Abril de 2021.

Registrada, publicada, CUMPRA-SE

Éderson Figueiredo

Prefeito Municipal

Arenápolis/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
EXTRATO DO CONTRATOS E ADITIVOS 2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 083/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: ZEIZY THAIS MENEGUELI FAVALESSA

OBJETO: O MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT reconhece o dever de indenizar a CREDORA no montante de R$ 2.950,00 (dois mil novecentos e cinqüenta reais), decorrente da nota fiscal nº 00010011, apresentada e listada em anexo ao Processo de Reconhecimento de dívida nº 017/2021.

VALOR: R$ 2.950,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 01.02.2021 a 28.02.2021

DATA DA ASSINATURA: 01.02.2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 084/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: ANA KAROLINA SOUZA BARROS

OBJETO: O MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT reconhece o dever de indenizar a CREDORA no montante de R$ 1.700,00 (um mil setecentos reais), decorrente da nota fiscal nº 00010005, apresentada e listada em anexo ao Processo de Reconhecimento de dívida nº 018/2021.

VALOR: R$ 1.700,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 01.02.2021 a 28.02.2021

DATA DA ASSINATURA: 01.02.2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 085/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: LILIAN IZIDIO FERREIRA DA SILVA CARDOSO

OBJETO: O MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT reconhece o dever de indenizar a CREDORA no montante de R$ 2.990,00 (dois mil novecentos e noventa reais), decorrente da nota fiscal nº 00010000, apresentada e listada em anexo ao Processo de Reconhecimento de dívida nº 019/2021.

VALOR: R$ 2.990,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 01.02.2021 a 28.02.2021

DATA DA ASSINATURA: 01.02.2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 086/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: ONDINA PEDROSA ANDRADE

OBJETO: O MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT reconhece o dever de indenizar a CREDORA no montante de R$ 1.960,00 (HUM MIL NOVECENTOS E SESSENTA REAIS), decorrente da nota fiscal nº 00010006, apresentada e listada em anexo ao Processo de Reconhecimento de dívida nº 020/2021.

VALOR: R$ 1.960,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 01.02.2021 a 28.02.2021

DATA DA ASSINATURA: 01.02.2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 087/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: MANOELA MARIA SANTOS PEREIRA

OBJETO: O MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT reconhece o dever de indenizar a CREDORA no montante de R$ 2.420,00 (dois mil quatrocentos e vinte reais), decorrente da nota fiscal nº 00010012, apresentada e listada em anexo ao Processo de Reconhecimento de dívida nº 021/2021.

VALOR: R$ 2.420,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 01.02.2021 a 28.02.2021

DATA DA ASSINATURA: 01.02.2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 088/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: KATIANA DE OLIVEIRA

OBJETO: O MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT reconhece o dever de indenizar a CREDORA no montante de R$ 1.960,00 (HUM MIL NOVECENTOS E SESSENTA REAIS), decorrente da nota fiscal nº 00010006, apresentada e listada em anexo ao Processo de Reconhecimento de dívida nº 022/2021.

VALOR: R$ 1.960,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 01.02.2021 a 28.02.2021

DATA DA ASSINATURA: 01.02.2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 089/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: DANILA QUEIROZ MENDES

OBJETO: O MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT reconhece o dever de indenizar a CREDORA no montante de R$ 1.390,00 (HUM MIL TREZENTOS E NOVENTA REAIS), decorrente da nota fiscal nº 00010045, apresentada e listada em anexo ao Processo de Reconhecimento de dívida nº 023/2021.

VALOR: R$ 1.390,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 01.02.2021 a 28.02.2021

DATA DA ASSINATURA: 01.02.2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 090/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: VALDIRIA ANDREOTTI PEZZIN

OBJETO: O MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT reconhece o dever de indenizar a CREDORA no montante de R$ 1.960,00 (HUM MIL NOVECENTOS E SESSENTA REAIS), decorrente da nota fiscal nº 00010011, apresentada e listada em anexo ao Processo de Reconhecimento de dívida nº 024/2021.

VALOR: R$ 1.960,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 01.02.2021 a 28.02.2021

DATA DA ASSINATURA: 01.02.2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 091/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: MARIA ISABEL PERES CASTILHO

OBJETO: O MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT reconhece o dever de indenizar a CREDORA no montante de R$ 1.380,00 (HUM MIL TREZENTOS E OITENTA REAIS), decorrente da nota fiscal nº 00010041, apresentada e listada em anexo ao Processo de Reconhecimento de dívida nº 025/2021.

VALOR: R$ 1.380,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 01.02.2021 a 28.02.2021

DATA DA ASSINATURA: 01.02.2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 092/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: DALVA DOS SANTOS SILVA RODRIGUES

OBJETO: O MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT reconhece o dever de indenizar a CREDORA no montante de R$ 1.960,00 (UM MIL NOVECENTOS E SESSENTA REAIS), decorrente da nota fiscal nº 00010006, apresentada e listada em anexo ao Processo de Reconhecimento de dívida nº 026/2021.

VALOR: R$ 1.960,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 01.02.2021 a 28.02.2021

DATA DA ASSINATURA: 01.02.2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 093/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: GRACIELE RODRIGUES SIMPLICIO

OBJETO: O MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT reconhece o dever de indenizar a CREDORA no montante de R$ 2.140,00 (DOIS MIL CENTO E QUARENTA REAIS), decorrente da nota fiscal nº 00010006, apresentada e listada em anexo ao Processo de Reconhecimento de dívida nº 027/2021.

VALOR: R$ 2.140,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 01.02.2021 a 28.02.2021

DATA DA ASSINATURA: 01.02.2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 094/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: MARIA DAS DORES SILVA

OBJETO: O MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT reconhece o dever de indenizar a CREDORA no montante de R$ 1.640,00 (HUM MIL SEISCENTOS E QUARENTA REAIS), decorrente da nota fiscal nº 00010042, apresentada e listada em anexo ao Processo de Reconhecimento de dívida nº 028/2021.

VALOR: R$ 1.640,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 01.02.2021 a 28.02.2021

DATA DA ASSINATURA: 01.02.2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 095/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: CAMILA PORFIRIO DA SILVA

OBJETO: O MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT reconhece o dever de indenizar a CREDORA no montante de R$ 1.700,00 (HUM MIL E SETECENTOS REAIS), decorrente da nota fiscal nº 00010046, apresentada e listada em anexo ao Processo de Reconhecimento de dívida nº 029/2021.

VALOR: R$ 1.700,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 01.02.2021 a 28.02.2021

DATA DA ASSINATURA: 01.02.2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 096/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA C.A. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI-ME,

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DESTE CONTRATO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS/MT

VALOR: R$ 866,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 01/03/2021 até 31/12/2021

DATA DA ASSINATURA: 01/03/2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 097/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA DIHOL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO POR OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS HOSPITALARES E EPI`S DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS/MT, PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID-19

VALOR: R$ 15.000,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 01/03/2021 até 31/12/2021

DATA DA ASSINATURA: 01/03/2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 098/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA RÁDIO DIFUSORA DE NORTELÂNDIA LTDA

OBJETO: A CONTRATADA COMPROMETEM-SE A PRESTAR A CONTRATANTE, SERVIÇOS COM CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS TAIS COMO IPTU, EVENTOS ESPORTIVOS, FESTAS TRADICIONAIS NA CIDADE (FOLCLORE), CAMPANHAS DE VACINAÇÃO, CAMPANHAS DE CONSCIENTIZAÇÃO CONTRA DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS, CAMPANHAS DIVERSAS DE PREVENÇÃO, RECADASTRAMENTO DE USUARIOS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CAMPANHAS CONTRA ABUSO SEXUAL, CAMPANHAS DE CONSCIENTIZAÇÃO NO TRÂNSITO, RITIRADA DE ENTULHOS, AVISOS DIVERSOS DE INTERESSE DO MUNICIPIO DANDO PUBLICIDADE AOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO.

VALOR: R$ 11.880,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 01/03/2021 ATÉ 01/08/2021

DATA DA ASSINATURA: 01/03/2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 099/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA CLINICA MÉDICA ANTONIO MANOEL DE SOUZA EIRELI

OBJETO: O MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT reconhece o dever de indenizar a CREDORA no montante de R$ 16.900,00 (DEZESSEIS MIL E NOVECENTOS REAIS), decorrente das notas fiscais nºs 17, 18 e 19, referente aos plantão sobre aviso, plantão presencial prestação de serviços médicos remoção de pacientes para Cuiabá no mês de fevereiro/2021, apresentadas e listadas em anexo ao Processo de Reconhecimento de dívida nº 030/2021.

VALOR: R$ 16.900,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 02.03.2021 a 31.03.2021

DATA DA ASSINATURA: 02.03.2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 100/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA CLINICA MÉDICA ANTONIO MANOEL DE SOUZA EIRELI

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE MEDICOS PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES PRESENCIAIS, PLANTÕES DE SOBRE AVISO E TRANSPORTES DE PACIENTES EM ESTADO DE URGÊNCIA NA UNIDADE DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE ARENAPOLIS-MT

VALOR:

PERIODO DE VIGÊNCIA: 03/03/2021 ATÉ 31/12/ 2021

DATA DA ASSINATURA: 03/03/2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 101/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA G I MENDES ME –TECNOB COMERCIO E ASSISTENCIA TÉCNICA ODONTO HOSPITALAR

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR A: REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, INCLUÍNDO TROCA DE PEÇAS ORIGINAIS E GENUÍNAS, PARA ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ATO CONVOCATÓRIO

VALOR: R$ 46.916,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 04/03/2021 até 31/12/2021

DATA DA ASSINATURA: 04/03/2021 até 31/12/2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 102/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA URBANISTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM, TRANSPORTE E FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO, PARA ATENDIMENTO DE PACIENTES E ACOMPANHANTES ORIUNDOS DO MUNICÍPIO DE NOVA ARENÁPOLIS/MT, EM TRATAMENTO MÉDICO- HOSPITALAR NAS UNIDADES DE SAÚDE DA CIDADE DE CUIABÁ/MT,

VALOR: R$ 29.920,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 04/03/2021 à 31/12/2021.

DATA DA ASSINATURA: 04/03/2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 103/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: KATIANA DE OLIVEIRA

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATAÇÃO DE PESSOA FISICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES PRESENCIAIS E TRANSPORTES DE PACIENTES EM ESTADO DE URGÊNCIA, NA UNIDADE DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE ARENAPOLIS-MT

VALOR: R$ 9.100,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 04/03/ 2021 ATÉ 31/12/ 2021

DATA DA ASSINATURA: 04/03/ 2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 104/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: VALDIRIA ANDREOTTI PEZZIN

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATAÇÃO DE PESSOA FISICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES PRESENCIAIS E TRANSPORTES DE PACIENTES EM ESTADO DE URGÊNCIA, NA UNIDADE DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE ARENAPOLIS-MT

VALOR:

PERIODO DE VIGÊNCIA: 04/03/ 2021 ATÉ 31/12/ 2021

DATA DA ASSINATURA: 04/03/ 2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 105/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: DANILA QUEIROZ MENDES

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATAÇÃO DE PESSOA FISICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES PRESENCIAIS E TRANSPORTES DE PACIENTES EM ESTADO DE URGÊNCIA, NA UNIDADE DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE ARENAPOLIS-MT

VALOR: R$ 9.130,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 04/03/ 2021 ATE 31/12/ 2021

DATA DA ASSINATURA: 04/03/ 2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 106/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: GRACIELE RODRIGUES SIMPLICIO

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATAÇÃO DE PESSOA FISICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES PRESENCIAIS E TRANSPORTES DE PACIENTES EM ESTADO DE URGÊNCIA, NA UNIDADE DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE ARENAPOLIS-MT

VALOR: R$ 9.020,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 04/03/ 2021 ATE 31/12/ 2021

DATA DA ASSINATURA: 04/03/ 2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 107/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: MANOELA MARIA SANTOS PEREIRA

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATAÇÃO DE PESSOA FISICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES PRESENCIAIS E TRANSPORTES DE PACIENTES EM ESTADO DE URGÊNCIA, NA UNIDADE DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE ARENAPOLIS-MT

VALOR: R$ 9.020,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 04/03/ 2021 ATE 31/12/ 2021

DATA DA ASSINATURA: 04/03/ 2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 108/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: ONDINA PEDROSA ANDRADE

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATAÇÃO DE PESSOA FISICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES PRESENCIAIS E TRANSPORTES DE PACIENTES EM ESTADO DE URGÊNCIA, NA UNIDADE DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE ARENAPOLIS-MT

VALOR: R$ 9.160,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 04/03/ 2021 ATE 31/12/ 2021

DATA DA ASSINATURA: 04/03/ 2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 109/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: MARIA DAS DORES SILVA

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATAÇÃO DE PESSOA FISICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES PRESENCIAIS E TRANSPORTES DE PACIENTES EM ESTADO DE URGÊNCIA, NA UNIDADE DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE ARENAPOLIS-MT

VALOR: R$ 9.240,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 04/03/ 2021 ATE 31/12/ 2021

DATA DA ASSINATURA: 04/03/ 2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 110/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: DALVA DOS SANTOS SILVA RODRIGUES

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATAÇÃO DE PESSOA FISICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES PRESENCIAIS E TRANSPORTES DE PACIENTES EM ESTADO DE URGÊNCIA, NA UNIDADE DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE ARENAPOLIS-MT

VALOR: R$ 9.020,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 04/03/ 2021 ATE 31/12/ 2021

DATA DA ASSINATURA: 04/03/ 2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 111/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: MARIA ISABEL PERES CASTILHO

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATAÇÃO DE PESSOA FISICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE ENFERMEIRA PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES PRESENCIAIS E TRANSPORTES DE PACIENTES EM ESTADO DE URGÊNCIA, NA UNIDADE DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE ARENAPOLIS-MT

VALOR: R$ 17.020,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 04/03/ 2021 ATE 31/12/ 2021

DATA DA ASSINATURA: 04/03/ 2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 112/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: ZEIZY THAIS MENEGUELI FAVALESSA

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATAÇÃO DE PESSOA FISICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE ENFERMEIRA PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES PRESENCIAIS E TRANSPORTES DE PACIENTES EM ESTADO DE URGÊNCIA, NA UNIDADE DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE ARENAPOLIS-MT

VALOR: R$ 17.020,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 04/03/ 2021 ATE 31/12/ 2021

DATA DA ASSINATURA: 04/03/ 2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 113/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: LILIAN IZIDIO FERREIRA DA SILVA CARDOSO

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATAÇÃO DE PESSOA FISICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE ENFERMEIRA PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES PRESENCIAIS E TRANSPORTES DE PACIENTES EM ESTADO DE URGÊNCIA, NA UNIDADE DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE ARENAPOLIS-MT

VALOR: R$ 17.020,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 04/03/ 2021 ATE 31/12/ 2021

DATA DA ASSINATURA: 04/03/ 2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 114/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: CAMILA PORFIRIO DA SILVA

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATAÇÃO DE PESSOA FISICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE ENFERMEIRA PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES PRESENCIAIS E TRANSPORTES DE PACIENTES EM ESTADO DE URGÊNCIA, NA UNIDADE DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE ARENAPOLIS-MT

VALOR: R$ 17.150,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 04/03/ 2021 ATE 31/12/ 2021

DATA DA ASSINATURA: 04/03/ 2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 115/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: ANA KAROLINA SOUZA BARROS

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATAÇÃO DE PESSOA FISICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE ENFERMEIRA PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES PRESENCIAIS E TRANSPORTES DE PACIENTES EM ESTADO DE URGÊNCIA, NA UNIDADE DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE ARENAPOLIS-MT

VALOR: R$ 17.150,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 04/03/ 2021 ATE 31/12/ 2021

DATA DA ASSINATURA: 04/03/ 2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 116/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: ADRIANA ARAUJO LEAL

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATAÇÃO DE PESSOA FISICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE ENFERMEIRA PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES PRESENCIAIS E TRANSPORTES DE PACIENTES EM ESTADO DE URGÊNCIA, NA UNIDADE DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE ARENAPOLIS-MT

VALOR: R$ 16.920,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 04/03/ 2021 ATE 31/12/ 2021

DATA DA ASSINATURA: 04/03/ 2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 117/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: RAIANE CARLA MIRANDA RONDON

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATAÇÃO DE PESSOA FISICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE ENFERMEIRA PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES PRESENCIAIS E TRANSPORTES DE PACIENTES EM ESTADO DE URGÊNCIA, NA UNIDADE DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE ARENAPOLIS-MT

VALOR: R$ 16.920,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 04/03/ 2021 ATE 31/12/ 2021

DATA DA ASSINATURA: 04/03/ 2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 118/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EDILAINE APARECIDA MASCHIO TRASSATO ANDRADE

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATAÇÃO DE PESSOA FISICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES PRESENCIAIS E TRANSPORTES DE PACIENTES EM ESTADO DE URGÊNCIA, NA UNIDADE DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE ARENAPOLIS-MT

VALOR: R$ 9.160,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 04/03/ 2021 ATE 31/12/ 2021

DATA DA ASSINATURA: 04/03/ 2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 119/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: WANESSA DIAS SANTOS RODRIGUES

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATAÇÃO DE PESSOA FISICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES PRESENCIAIS E TRANSPORTES DE PACIENTES EM ESTADO DE URGÊNCIA, NA UNIDADE DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE ARENAPOLIS-MT

VALOR: R$ 9.130,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 04/03/ 2021 ATE 31/12/ 2021

DATA DA ASSINATURA: 04/03/ 2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 120/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: MARIA VALDELICE MOTA DA SILVA

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATAÇÃO DE PESSOA FISICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES PRESENCIAIS E TRANSPORTES DE PACIENTES EM ESTADO DE URGÊNCIA, NA UNIDADE DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE ARENAPOLIS-MT

VALOR: R$ 9.130,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 04/03/ 2021 ATE 31/12/ 2021

DATA DA ASSINATURA: 04/03/ 2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 121/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: IVANILDA EVANGELISTA DOS SANTOS

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATAÇÃO DE PESSOA FISICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES PRESENCIAIS E TRANSPORTES DE PACIENTES EM ESTADO DE URGÊNCIA, NA UNIDADE DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE ARENAPOLIS-MT

VALOR: R$ 9.130,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 04/03/ 2021 ATE 31/12/ 2021

DATA DA ASSINATURA: 04/03/ 2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 122/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA NORTELAB COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA -EPP

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO POR OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS HOSPITALARES E EPI`S DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS/MT, PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID-19

VALOR: R$ 1.500,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 04/03/2021 até 31/12/2021

DATA DA ASSINATURA: 04/03/2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 123/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA NORTELAB COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA -EPP

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO POR OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS HOSPITALARES E EPI`S DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS/MT

VALOR: R$ 13.280,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 04/03/2021 até 31/12/2021

DATA DA ASSINATURA: 04/03/2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 124/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: BRENNER HUMBERTO COSTA FERNANDES

OBJETO: O PRESENTE INSTRUMENTO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA, PARA PRESTAR SERVIÇOS DE 316 EXAMES CLINICO DE ASO – ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL NO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE ARENÁPOLIS/MT.

VALOR: R$ 15.484,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 08/03/2021 até 30/06/2021

DATA DA ASSINATURA: 08/03/2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 125/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA MARIA BENEDITA DOS SANTOS

OBJETO: O PRESENTE INSTRUMENTO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO 900 MARMITEX, PARA ATENDER AS CAMPANHAS DE MULTIVACINAÇÕES E OS FUNCIONARIOS DO PRONTO ATENDIMENTO DO MUNICIPIO DE ARENÁPOLIS/MT.

VALOR: R$ 13.500,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 10/03/2021 até 31/12/2021

DATA DA ASSINATURA: 10/03/2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 126/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA MÁRIO EDUARDO ROCHA SILVA LTDA-ME,

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE MEDICOS PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES PRESENCIAIS, PLANTÕES DE SOBRE AVISO E TRANSPORTES DE PACIENTES EM ESTADO DE URGÊNCIA NA UNIDADE DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE ARENAPOLIS-MT

VALOR: R$ 176.500,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 10/03/2021 até 31/12/ 2021

DATA DA ASSINATURA: 10/03/2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 127/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA MÁRIO EDUARDO ROCHA SILVA LTDA-ME

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM COMO OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS (CLINICO GERAL) PARA O ATENDIMENTO NO PSF, DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS-MT

VALOR: R$ 140.000,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 12/03/2021 ATE 31/12/2021

DATA DA ASSINATURA: 12/03/2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 128/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA OBJETIVA PRODUTOS E SERVIÇOS P/ LABORATÓRIOS LTDA

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DESTE CONTRATO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS/MT

VALOR: R$ 640,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 12/03/2021 até 31/12/2021

DATA DA ASSINATURA: 12/03/2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 129/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA HIPERDENTAL COM. E REP. DE PROD. ODONT. E MEDICO HOSPITALAR LTDA-EPP

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DESTE CONTRATO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS/MT

VALOR: R$ 316,75

PERIODO DE VIGÊNCIA: 15/03/2021 até 31/12/2021

DATA DA ASSINATURA: 15/03/2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 130/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI

OBJETO: O PRESENTE INSTRUMENTO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES PARA ATENDER A SITUAÇÃO EMEGENCIAL DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE AO COVID-19, PARA ATENDER AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE NO MUNICIPIO DE ARENÁPOLIS/MT.

VALOR: R$ 13.483,30

PERIODO DE VIGÊNCIA: 15/03/2020 ATÉ 31/12/2021

DATA DA ASSINATURA: 15/03/2020

EXTRATO DO CONTRATO N° 131/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA C.A. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI-ME

OBJETO:

VALOR: R$ 98,40

PERIODO DE VIGÊNCIA: 15/03/2021 até 31/12/2021

DATA DA ASSINATURA: 15/03/2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 132/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA ORTOP MEDICINA ESPECIALIZADA EM ORTOPEDIA EIRELI-ME

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE 01 (UM) PROFISSIONAL MÉDICO (ORTOPEDISTA) PARA ATENDIMENTO DE CONSULTAS E PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS EM ORTOPEDIA AOS PACIENTES QUE NECESSITAM NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS-MT

VALOR: R$ 33.000,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 16/03/2021 ATÉ 31/12/2021,

DATA DA ASSINATURA: 16/03/2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 133/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA INFANTE SUAREZ E PRESTES SILQUEIRA LTDA

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES E DIAGNÓSTICO POR IMAGEM, NA ESPECIALIDADE DE ULTRASSONOGRAFIA, NO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DA CENTRAL DE REGULAÇÃO

VALOR: R$ 48.000,00

PERIODO DE VIGÊNCIA:

DATA DA ASSINATURA:

EXTRATO DO CONTRATO N° 134/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA MARIALVA DE JESUS DA SILVA SARAIVA-ME

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AQUISIÇÃO PARA AS UNIDADES DE SAÚDE E AMBULÂNCIA PARA ATENDER A SITUAÇÃO EMERGENCIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT.

VALOR: R$ 16.800,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 18/03/2021 até 31/12/2021

DATA DA ASSINATURA: 18/03/2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 135/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA EQUILIBRIUM SERVIÇOS MÉDICOS EIRELI-ME

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE PESSO AJURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE MÉDICO PSIQUIATRA PARA O ATENDIMENTO DE CONSULTAS NO CENTRO DE REFERENCIA DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS-MT

VALOR: R$ 23.000,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 24/03/2021 ATE 31/12/2021

DATA DA ASSINATURA: 24/03/2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 136/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA C.A. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI-ME

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DESTE CONTRATO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS/MT.

VALOR: R$ 1.558,80

PERIODO DE VIGÊNCIA: 26/03/2021 até 31/12/2021

DATA DA ASSINATURA: 26/03/2021 até 31/12/2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 137/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA RICARDO NAKASHIMA E CIA LTDA

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO, É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE ASSESSORIA NA SOLUÇÃO DE ARMAZENAMENTO DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS, QUE UTILIZA OS CERTIFICADOS DIGITAIS PARA REALIZAÇÃO DAS ASSINATURAS, TOTALMENTE INTEGRÁVEL AOS DIVERSOS DE GESTÃO NO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT.

VALOR: R$ 1.465,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 29/03/2021 ATE 29/04/2021

DATA DA ASSINATURA: 29/03/2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 138/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA HIPERDENTAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E MÉDICO HOSPITALAR LTDA EPP

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DESTE CONTRATO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS/MT

VALOR: R$ 989,89

PERIODO DE VIGÊNCIA: 29/03/2021 até 31/12/2021

DATA DA ASSINATURA: 29/03/2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 139/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA C.A. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI-ME

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO POR OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS HOSPITALARES E EPI`S DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS/MT

VALOR: R$ 2.898,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 29/03/2021 até 31/12/2021

DATA DA ASSINATURA: 29/03/2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 140/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA HIPERDENTAL COM. E REP. DE PROD. ODONT. E MEDICO HOSPITALAR LTDA-EPP

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DESTE CONTRATO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS/MT

VALOR: R$ 828,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 29/03/2021 até 31/12/2021

DATA DA ASSINATURA: 29/03/2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 141/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA ROSANGELA DE SOUZA MATOS INFORMATICA-ME

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E ENVENTUAL AQUISIÇÃO DE NOTEBOOKS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS-MT

VALOR: R$ 115.000,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 30/03/2021 ATE 31/12/2021

DATA DA ASSINATURA: 30/03/2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 142/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA IMPERIAL CONSULTORIA, TELECOMUNICAÇÕES E RADIODIFUSÃO EIRELI

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO É CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA PARA ACOMPANHAMENTO DA TRAMITAÇÃO DE PROJETOS, CONVENIOS, QUANTO À ARTICULAÇÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE DA PREFEITURA EM ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS, CAPTAÇÃO DE RECURSOS, ASSESSORIA DIRETA A PREFEITURA NA CIDADE DE BRASÍLIA-DF, DISTRIBUIR E PROTOCOLAR DOCUMENTOS NOS SEUS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, CONFORME SOLICITADO E ACOMPANHAR O TRAMITEM DOS MESMOS

VALOR:

PERIODO DE VIGÊNCIA: 31/03/2021 ATÉ 31/12/ 2021

DATA DA ASSINATURA: 31/03/2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 143/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA M.S DIAGNOSTICA LTDA

OBJETO: O PRESENTE INSTRUMENTO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA COMPRA DE MATERIAIS HOSPITALARES, EM ATENDIMENTO AO ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA AO COVID-19, DO MUNICIPIO DE ARENÁPOLIS/MT.

VALOR: R$ 2.870,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 31/03/2021 ATÉ 31/12/2021

DATA DA ASSINATURA: 31/03/2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 144/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA DIHOL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA

OBJETO: O PRESENTE INSTRUMENTO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA COMPRA DE TESTES RÁPIDO NA DETECÇÃO DO VIRUS COVID 19 , EM ATENDIMENTO NO LABORATORIO MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE ARENÁPOLIS/MT.

VALOR: R$ 2.992,50

PERIODO DE VIGÊNCIA: 31/03/2021 ATÉ 31/12/2021

DATA DA ASSINATURA: 31/03/2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 145/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI

OBJETO: O PRESENTE INSTRUMENTO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COLETA PARA EXAME DE URINA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO LABORATORIO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS/MT.

VALOR: R$ 1.750,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 31/03/2021 ATÉ 31/12/2021

DATA DA ASSINATURA: 31/03/2021

EXTRATO DO 1 ADITIVO AO CONTRATO N° 064/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA INSTITUTO SOCIAL DE SAUDE SÃO LUCAS

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO

PERIODO DE VIGÊNCIA: 31/03/2021 ATÉ 31/05/2021

DATA DA ASSINATURA: 31/03/2021

EXTRATO DO 8 ADITIVO AO CONTRATO N° 120 /2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA FACILITA GESTÃO PÚBLICA BRASIL LTDA-ME

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO E VALOR

VALOR: R$ 8.000,00

PERIODO DE VIGÊNCIA: 31/03/2021 ATÉ 31/05/2021

DATA DA ASSINATURA: 31/03/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

COORDENADORIA DE LICITAÇÃO
CONTRATO Nº 017/2021

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: WF ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO EIRELI; CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL E SEGURANÇA DO TRABALHO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PLANEJAMENTO DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT; TOMADA DE PREÇOS N. 4/2021; VALOR GLOBAL: R$ 89.880,00 (OITENTA E NOVE MIL, OITOCENTOS E OITENTA REAIS); VIGENCIA: 26/04/2021 A 25/04/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ RESULTADO DA TOMADA DE PREÇO Nº. 4/2021

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que na Tomada de Preços de que trata o Edital nº. 4/2021, levado a efeito às 08h00min (oito horas) do dia 23/04/2021, sagrou-se vencedora a empresa **WF ENGENHARIA E CONSTRUÇAO EIRELI** inscrita no CNPJ N.º 40.075.495/0001-32**no valor total de *R$ 89.880,00.***

Maiores informações poderão ser adquiridas pelo site http://www.aripuana.mt.gov.br, pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br ou pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 26 de abril de 2021.

Tamara Piran da Silva Presidente da CPL

LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo de Dispensa de Licitação n.º 8/2021

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços médicos em atendimento a Unidade de Semi-Intensivo no Hospital Municipal Santo Antônio ao enfretamento de emergência contra a pandemia do COVID-19 em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Contratante: Prefeitura Municipal de Aripuanã – MT

Contratado: A. C. TELES & CIA LTDA - CNPJ N.º 26.529.438/0001-55

Valor Global: R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Data: 26 de abril de 2021.

Base Legal: no Decreto Municipal n.º 4.107/2021, e Art. 24 Inciso IV da Lei n.º 8.666/1993 e alterações, e com amparo no art. 37, Inciso XXI da Constituição Federal.

Tamara Piran da Silva

Presidente da CPL

LICITAÇÃO
AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.º 3/2021

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de sua Pregoeira, nomeada pela Portaria 12.674/2021, **comunica que houve RETIFICAÇÃO DO EDITAL, no ANEXO I – Termo de Referência, sendo a alteração da descrição do item 708414,** do Pregão Eletrônico n.º 3/2021, que tem como objeto **Aquisição de um caminhão pipa com capacidade mínima de 9.000 litros, novo, 0km, ano e modelo 2021 ou superior, destinado a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo, Ind., e Comércio deste município de Aripuanã/MT. E devido a retificação o** Encerramento das Propostas foi *designado* para à partir do dia 07/05/2021 às 08:00 horas. (Horário de Brasília - DF); Data de Início da Sessão foi *designada* para à partir do dia 07/05/2021 às 10:00 horas. (Horário de Brasília - DF); Início da Sessão de Disputa de Preços foi *designado* para à partir do dia 07/05/2021 às 10:00 horas (Horário de Brasília - DF). Endereço Eletrônico: https://bllcompras.com. O EDITAL retificado encontra-se disponível para consulta e retirada no endereço eletrônico mencionado e site http://www.aripuana.mt.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame pelo site: http://www.aripuana.mt.gov.br ou pelo e-mail: licitacao@aripuana.mt.gov.br.

Aripuanã-MT, 26 de abril de 2021.

Tamara Piran da Silva

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
EDITAL N° 027/2021 – CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.004/SMEC/2020

O Secretário Municipal de Educação e Cultura do município de Barra do Bugres – MT, Sr. **RAFAELLO SANDRI AFFONSO**, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Edital nº 10/2021, que trata doResultado Final da Prova Objetiva e Classificação Definitiva do Candidato no Processo Seletivo Simplificado nº 004/SMEC/2020, **CONVOCA** a candidata abaixo a comparecer na **ASSESSORIA PEDAGÓGICA DE BARRA DO BUGRES**, localizada na Rua Dionísio Benício da Costa, nº 157, Centro, Barra do Bugres –MT, no **DIA 27/04/2021 (TERÇA-FEIRA), às 14:00 horas,** munida dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga.

Cargo: PROFESSOR DE GEOGRAFIA

Insc. Nº	Nome
720	GISELE FREIRE COSTA BARBOSA

Art. 1º Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Barra do Bugres-MT, 26 de abril de 2021.

RAFAELLO SANDRI AFFONSO

Secretário Municipal de Educação e Cultura

Portaria nº 008/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA

PREFEITURA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2021
Processo de Licitação: 15/2021 Data do Processo: 25/03/2021

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nº 10.520, 8.666/93 e suas alterações posteriores, a vista de parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – **HOMOLOGAR** a presente licitação nestes termos:

a) Processo nº: 15/2021

b) Licitação nº: 05/2021

c) Modalidade: Pregão Eletrônico

d) Data Homologação: 26/04/2021

e) Data Adjudicação: 22/04/2021

f) Objeto da Licitação: **PREGÃO ELETRÔNICO PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AMBULÂNCIA.**

g) Fornecedores Vencedores:

ALPHA6 VEICULOS ESPECIAIS LTDA	34.091.218/0001-10

Item /Lote	Especificação mínima exigida pelo termo de referência	Marca, modelo e caracteristicas do produto ofertado	QTD	Valor unitário	Valor total
01	**Veículo tipo furgão com carroceria em aço e original de fábrica, longo, de teto alto, zero km, Air-Bag para os 2 ocupantes da Cabine, Freio com sistema Anti-Bloqueio (ABS), nas quatro rodas, modelo do ano da entrega ou do ano posterior, adaptado para ambulância de SUPORTE BÁSICO E/OU AVANÇADO DE VIDA, com capacidade volumétrica não inferior a 10 (dez) metros cúbicos no total, com porta lateral deslizante e portas traseiras. Sistema Elétrico: PADRÃO SAMU 192; Sinalização Acústica e Luminosa de Emergência: PADRÃO SAMU 192; Sistema de Oxigênio: PADRÃO SAMU 192; Sistema Portátil de Oxigênio completo: PADRÃO SAMU 192. Ventilação: A adequada ventilação do veículo deverá ser proporcionada por janelas e ar condicionado. A climatização do salão de atendimento deverá permitir o resfriamento e o aquecimento. Todas as janelas do compartimento de atendimento deverão propiciar ventilação, dotadas de sistema de abertura e fechamento. O compartimento do motorista deverá ser fornecido com o sistema original do fabricante do chassi para ar condicionado, ventilação, aquecedor e desembaçador, sendo que a caixa evaporadora do sistema de ar condicionado do painel deverá possuir, no mínimo, 12.000 BTUs. Para o compartimento do paciente, deverá ser fornecido um sistema de ar condicionado, aquecimento e ventilação nos termos do item 5.12 da NBR 10.561. O sistema de ar condicionado do compartimento do paciente precisará possuir capacidade necessária, sendo obrigatório um total de, no mínimo, 30.000 BTUs só para o compartimento traseiro (não considerando a caixa da cabine) e uma distribuição uniforme, para isto, poderá possuir uma das configurações abaixo, desde que a refrigeração seja distribuída por todo o compartimento do paciente. Bancos: PADRÃO SAMU 192: Todos os bancos, tanto da cabine quanto do salão de atendimento, devem ter projeto ergonômico, sendo dotados de encosto estofado, apoio de cabeça e cinto de segurança. Na cabine, cinto de três pontos, no salão de atendimento cintos sub-abdominais, sendo o da cadeira do médico retrátil. Maca: PADRÃO SAMU 192: Maca retrátil, totalmente confeccionada em duralimínio; instalada longitudinalmente no salão de atendimento; com no mínimo 1.9000 mm de comprimento, 550 mm de largura e capacidade para pacientes de até 300kg (testada com no mínimo 900kg e deverá possuir acabamento na cor amarela/azul. Cadeira de Roda: PADRÃO SAMU 192; deverão ser fornecidas 02(duas) pranchas/Macas de resgate e salvamento com as seguintes especificações: Trata-se de um sistema de estabilização, imobilização e emergência e transporte de pacientes/vítimas que deverá seguir a seguinte descrição: O sistema será composto de 01 unidade de prancha longa, confeccionada e de material totalmente impermeável, plástico ou polietileno, não dobrável, lavável. Deverá ser leve, pesando no máximo 7,5 Kg e acessórios. DESIGN INTERNO E EXTERNO: PADRÃO SAMU 192, DEMAIS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS A SEREM FORNECIDOS COM A AMBULÂNCIA. Equipamentos e materiais complementares, que deverão ser fornecidos juntamente com a ambulância de acordo com o descritivo técnico, a seguir: Suporte de segurança; 01 Extintor de pó ABC de 6kg; 03 Cones de Segurança para trânsito, com altura entre 700 e 760 mm e base com lados de aproximadamente 400 mm, em plástico na cor laranja, com faixas refletivas, de acordo com as normas da ABNT e 01 Lanterna portátil: Lanterna à bateria e carregador anexo, portátil, permite 08 horas de uso com alta intensidade, corpo em termoplástico resistente a impacto, com peso máximo de 1,5 quilos, com entrada para 220v ou 110v, bateria recarregável.**	**RENAULT/ Master L2H2 Amb.Samu**	**1**	**204. 850,00**	**204. 850,00**

Ficando negociado o valor total de R$ 204.850,00 (Duzentos e quatro mil e oitocentos e cinquenta reais).

Bom Jesus do Araguaia-MT, 26 de Abril de 2021.

_____

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 05/2021

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Resultado de Licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 05/2021

A Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia/MT, através do **PREGOEIRO**, torna público, que no Pregão Eletrônico nº 05/2021, com o objeto **PREGÃO ELETRÔNICO PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AMBULÂNCIA.**

Obteve o seguinte resultado:

FORNECEDOR	CNPJ	ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR
ALPHA6 VEICULOS ESPECIAIS LTDA	34.091. 218/ 0001-10	1	Renault - Master L2H2 Amb. Samu	R$ 204. 850,00

Ficando negociado o valor Total Geral de **R$ 204.850,00 (Duzentos e quatro mil e oitocentos e cinquenta reais).**

O Processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se à disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na Aveinda Marco Aurélio Fullin, s/n, Centro, neste município de Bom Jesus do Araguaia/MT, de segunda à sexta-feira no horário de atendimento ao público (07h30m à 11h30m e 13h30m à 17h30m).

Bom Jesus do Araguaia-MT, 22 de Abril de 2021.

WILLEN RARYTTON DE SOUZA ROSA

Pregoeiro Municipal

PREFEITURA
LEI MUNICIPAL Nº 500 DE 23 DE ABRIL DE 2.021.

LEI MUNICIPAL Nº 500 DE 23 DE ABRIL DE 2.021.

"Estabelece os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público e do processo seletivo simplificado e dá outras providências. "

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Orgânica do Município; Considerando a aplicabilidade dos princípios norteadores da Administração Pública em especial ao princípio da legalidade, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam estabelecidos nesta Lei, os casos de contratação de pessoal para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, mediante contrato de caráter publicista sob o regime de Direito Administrativo, nos termos do que dispõe o inciso IX, do Artigo 37 da Constituição federal.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover contratações necessárias para o normal andamento dos serviços públicos a cargo do ente municipal, para atender as unidades da administração direta, descentralizada e indireta e, para atender aos convênios, acordos e programas pactuados com entes públicos e civis de interesse público.

Art. 3º A contratação pelo Regime Especial de Direito Administrativo será procedida de Processo Seletivo Simplificado de candidatos, observadas as peculiaridades do cargo, quanto aos pré-requisitos para o exercício, os quais já estão criados pelos Planos e Cargos e Carreiras dos servidores municipais.

§ 1º A forma de seleção do processo seletivo simplificado observará ao princípio da impessoalidade sem risco do prejuízo para os serviços necessários à administração pública.

§ 2º A duração dos contratos temporários definidos na forma desta Lei, será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período ao tempo estabelecido para a duração da execução de cada instrumento respectivo pactuado, desde que no edital de convocação para a seleção e no respectivo contrato, sejam incluídas as devidas justificativas e informações sobre a situação da contratação.

Art. 4º Justifica-se a excepcionalidade do interesse público para a contratação por tempo determinado, as seguintes situações:

I – Combate e enfrentamento ao conoravírus COVID-19;

II – Decorrentes de execução de programas dos Governos Federal e Estadual e, de celebração de convênios, ajustes e acordos, com os entes públicos civis de interesse público, que exijam contratação de pessoal para a execução;

III – Decorrentes de frentes de serviços criadas para resolver problemas emergenciais, social, temporários ou de calamidade pública;

IV – Decorrentes de contratações necessárias para a execução de obras e serviços de engenharia pela administração direta;

V – Decorrentes de necessidades deixadas por servidor efetivo afastado temporariamente do cargo por qualquer motivo definido nos Planos de Cargos, Carreira e Salário dos Servidores Públicos Municipais;

VI – Decorrentes por demanda de mais servidores em períodos sazonais.

Art. 5º Será assegurado ao servidor contratado, os seguintes benefícios:

I – Salário compatível com o salário base inicial pago para o exercício de cargo que tenha identidade com o cargo do quadro efetivo;

II – Décimo terceiro Salário na forma definida pelo § 3º do artigo 39, combinado com o inciso VIII do artigo 7º, da Constituição Federal;

III – Salário nunca inferior ao mínimo, na forma prevista pelo inciso VII do artigo 7º da Constituição Federal;

IV – Gozo de férias anuais remuneradas com um terço a mais do que o salário normal (§ 3º do art. 39 combinado com o inciso XVIII do art. 7º da CF/88);

V – Filiação ao Regime Geral da Previdência Social – RGPS (INSS) e, respectivas seguridades sociais, na forma prevista na Lei Federal nº 8.213/91 e, nos incisos XVIII, XIX, XXIII e XXVIII do artigo 7º da Constituição Federal.

CAPÍTULO II

DO PROCESSO SELETIVO

Art. 6º O processo seletivo para as situações previstas no artigo 4º desta Lei, obedecerá à seguinte sistemática:

I – Será formada uma Comissão do Processo Seletivo Simplificado mediante portaria com 06 (seis) componentes (presidente, secretário e membros) nomeados entre os efetivos do quadro geral de servidores públicos municipais.

II – Será elaborado e publicado edital do Processo Seletivo pela comissão nomeada devendo ter um parecer do Controlador Interno e Procurador Jurídico Municipal, manifestando sobre a legalidade do mesmo;

III – O edital contemplará todas as regras e normas para quem quiser se candidatar aos cargos ofertados para o Cadastro de Reserva;

IV – Os cargos, remuneração, carga horária e requisitos mínimos para candidatar-se e porventura ser contratado pelo Poder Executivo Municipal estarão descritos no edital;

V – O processo seletivo não designará vagas, apenas cadastro de reserva;

VI – A Comissão do Processo Seletivo Simplificado será soberana em suas decisões, exceto em casos de inconstitucionalidade;

VII – Ao final do processo seletivo a comissão elaborará a Ata Final ou de Fechamento e o Chefe do Poder Executivo homologará o certame.

Art. 7º O Processo Seletivo Simplificado não dará ao candidato classificado em primeiro lugar o direito de ser contratado, pois o intuito do certame é apenas formar um cadastro de reservas para eventuais contratações.

Art. 8º Ao surgir a demanda, o Chefe do Poder Executivo Municipal irá convocar o classificado em primeiro lugar no cargo inscrito e solicitado e, assim sucessivamente.

CAPÍTULO III

DO QUADRO DE VAGAS

Art. 9º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a contratar, caso seja necessário, os classificados no processo seletivo simplificado nos seguintes cargos e até o limite máximo de vagas nos exercícios 2.021 e 2.022:

CARGOS E QUADRO DE VAGAS			
CARGO	**Nº VAGAS**	**CARGA HORÁRIA**	**REMUNERAÇÃO**
CONTROLADOR INTERNO	1	40 HORAS	10.617,18
VIGIA	3	40 HORAS	1.100,00
SEC. EXECUTIVO	1	40 HORAS	2.414,77
AUX. ADMINISTRATIVO	1	40 HORAS	1.100,00
PROCURADOR JURÍDICO	1	20 HORAS	5.308,79
MÉDICO	1	40 HORAS	14.654,89
TÉCNICO ENFERMAGEM	8	40 HORAS	1.741,71
TÉC. ENFERM. DISTRITO CAMP.	1	40 HORAS	1.741,71
TÉCNICO RAIO X	1	24 HORAS	2.005,84
BIOQUÍMICO	1	40 HORAS	5.176,98
RECEPCIONISTA	4	40 HORAS	1.100,00
MOTORISTA SOCORRISTA	1	40 HORAS	1.789,64
CONTADOR	1	40 HORAS	5.128,40
FISCAL DE POSTURA	3	40 HORAS	1.100,00
GARI	5	40 HORAS	1.363,63
PROFESSOR/PEDAGOGIA	1	30 HORAS	3.006,35
TDI/ENSINO MÉDIO	6	30 HORAS	1.603,39
VIGIA/DISTRITO CAMPINAS	1	40 HORAS	1.202,54
TRATORISTA	1	40 HORAS	1.297,01

CAPITULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. X Os contratos temporários pré-existentes permanecerão válidos até a data estabelecida para sua validade, não podendo ser renovados. Devendo cumprir o rito estabelecido por esta Lei.

Art. XI O Chefe do Poder Executivo Municipal, no que couber, regulamentará a presente Lei observando as situações previstas no artigo 4º e seus incisos.

Art. XII Esta Lei entrará em vigor, na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Bom Jesus do Araguaia, 23 de abril de 2.021.

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

Prefeito

PREFEITURA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 11-2021

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 11-2021

REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA – MT.

CONTRATADA: ALPHA 6 VEICULOS ESPECIAIS LTDA, CNPJ: 34.091.218/0001-10

OBJETO: **PREGÃO ELETRÔNICO PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AMBULÂNCIA.**

VALOR TOTAL: Ficando negociado o valor total de R$ 204.850,00 (Duzentos e quatro mil e oitocentos e cinquenta reais).

DATA: 26/04/2021

VIGÊNCIA: 26/04/2022

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 360 DE 16 DE ABRIL DE 2021.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o que consta no memorando nº 11999 de 16 de abril de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º Fica inutilizada a numeração de Decretos nº 298 do ano de 2021, por motivo de um lapso ao redigir os Atos, como já havia em andamento as providências para a assinatura das numerações posteriores, o controle citado não foi usado para nenhum fim ou pessoa, não havendo assim nenhum prejuízo para esta municipalidade.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 16 de abril de 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 362 DE 19 DE ABRIL DE 2021.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal**,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando nº 11.740, de 14 de abril de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º-Exonerar a pedido a servidora **RAQUEL GOMES DE MORAES –** Enfermeira,do cargo em Comissão de Gerência de Supervisão de Enfermagem, da Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, nomeada através do Decreto nº 638 de 19 de novembro de 2018 a partir de 30 de abril de 2021.

Art. 2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 19 de abril de 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RATIFICAÇÃO AO TERMO DE ADESÃO Nº 07/2021
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT

TERMO ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 07/2021 – ORIUNDA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 75/2020 ORIGINADA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2020 DA PREFEITURA DE CAMPO VERDE-MT.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de reserva, emissão, marcação, remarcação e fornecimento de passagens aéreas nacionais.

EMPRESA: ARARAUNA TURISMO ECOLOGICO LTDA EPP, CNPJ: 36.932.853/0001-09

VALOR: **R$ 129.690,00 (cento e vinte e nove mil, seiscentos e noventa reais).**

Prefeitura Municipal de Cáceres- MT, 26 de abril de 2021.

Cláudio Henrique Donatoni

Secretário Municipal Especial de Assuntos Estratégicos

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 01 CONTRATO Nº 004 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO MARÇO 2021/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2019

O **MUNICÍPIO DE CÁCERES**, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, **LAURENIR RAMOS CEBALHO RIBEIRO**, ora denominada contratante, e senhor(a) **ERICK ARRUDA LARA** denominado(a) contratado(a), no cargo de Guarda, para exercer sua função na Escola Municipal Vila Real.

Em substituição ao servidor Francisco Ferreira do Nascimento que está de licença prêmio, e posterior aposentadoria.

Celebram o presente termo aditivo para alterar o disposto no Contrato nº. 004, como delineado a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 16/03/20201 até 03/06/2021 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo seja preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 24 de Março de 2021

_____

_____

Laurenir Ramos Cebalho Ribeiro

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 344 DE 12 DE ABRIL DE 2021.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Memorando sob nº 10.743 de 05 de abril de 2021;

RESOLVE:

Art.1º Nomear o servidor **ELIEL DA ROCHA DOMINGUES**, para exercer o cargo em Comissão de Coordenadoria Administrativa da Unidade de Pronto Atendimento- UPA 24h, da Secretária Municipal de Saúde do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 1º de abril de 2021.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 12 de abril de 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA

Secretário Municipal de Saúde

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 379 DE 26 DE ABRIL DE 2021.

"Dispõe sobre a Nomeação do candidato aprovado no Concurso Público de Provas e Títulos da Prefeitura Municipal de Cáceres, e dá outras providências."

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e:

CONSIDERANDO o que consta no Protocolo sob nº. 8494, de 08 de abril de 2021;

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear a candidata abaixo indicada**,** aprovada no Concurso Público de Provas e Títulos da Prefeitura Municipal de Cáceres, homologado pelo Decreto nº 392 de 28 de julho de 2017, para exercer a função na Prefeiturade Cáceres, no Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso.

AUDITOR DE TRIBUTOS: 40 HORAS

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
10	DIELMA RODRIGUES DE ALMEIDA

Art. 2º Os documentos exigidos contidos no anexo Único, devem ser apresentados na Coordenação de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste Ato de Nomeação.

Art. 3º Se a candidata ora nomeada não apresentar os documentos necessários à posse ou deixar de apresentar no prazo pré-estabelecido será considerado desistente, implicando automaticamente na sua desclassificação, com perda dos direitos decorrentes..

Art. 4º O candidato investido no cargo público municipal, submeter-se-á ao regime jurídico vinculado ao Estatuto do Servidor Público Municipal – Lei Complementar nº 25, de 27.11.97 e ao Regime de Seguridade Social do Município através do PREVI-CÁCERES - Lei Complementar nº 62, de 12 de dezembro de 2005.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 26 de abril de 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

ANEXO ÚNICO

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS

1	Cópia dos Documentos: RG e CPF
2	Cópia da Certidão de Casamento ou Nascimento
3	Cópia do Título de Eleitor
4	Documentos que comprovem estar quites com obrigações eleitorais
5	Cópia de Certificado de Reservista (masculino)
6	Cópia da Carteira de Trabalho (páginas onde constam, número e série da CTPS, Qualificação Civil e Contrato de Trabalho: último registro de contrato e a próxima paginam em branco)
7	Cópia CNH (Em caso de cargo especifico verificar a categoria exigida)
8	Cópia de Cadastro no PIS/PASEP
9	Cópia do Diploma / Comprovante de Escolaridade
10	Cópia da Carteira do Conselho de Classe MT, quando se tratar de profissão regulamentada incluindo comprovante de quitação de anuidade.
11	Número CPF Pai, Mãe, Cônjuge, Filhos e/ou Dependentes.
12	Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos
13	Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos menores de cinco
14	Cartão Vacina Adulto (especifico para trabalhos na área de saúde)
15	Comprovante de Residência à data da contração em nome do admitido (admite-se a contratação temporária para ACS até decisão final da ADI 2135, em tramitação no STF, conforme Resolução de Consulta nº 20/2008 TCE/MT).
16	Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público, assinado pelo servidor, com firma reconhecida.
17	Atestados Médicos Admissional, indicando se o candidato está apto ou não para o exercício das atribuições próprias do cargo.
18	Certidão negativa dos últimos 5 (cinco) anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais
19	Declaração de Bens/ Imposto de Renda, com firma reconhecida.
20	Certidão Negativa de Débitos Junto ao Município de Cáceres (Original)
21	Telefone e E-mail.
22	Certidão de Tempo de Serviço

ITEM	DOCUMENTOS PESSOAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 370 DE 22 DE ABRIL DE 2021.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal**,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 10.363, de 30 de março de 2021;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder à servidora **ANA PAULA DE LAZARI–** Assistente administrativo**,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, 180 (cento e oitenta) dias de Licença Maternidade, nos termos da Lei Complementar 25 de 27 de novembro de 1997, pelo período de 29 de março de 2021 a 24 de setembro de 2021.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 22 de abril de 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 342 DE 12 DE ABRIL DE 2021.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal eno uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando nº 10.433, de 31 de março de 2021;

RESOLVE:

Art.1º Nomear o servidor **FELIPE BEHRENDS RODRIGUES,** para responder pelo cargo **em Comissão de** Gerência do Centro Especializado em Reabilitação, da Secretaria de Saúde, em substituição ao titular **Maycon Vinícius Teodoro de Jesus,** que estará em gozo de férias pelo período de 06 de abril a 30 de abril de 2021.

Art. 2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 12 de abril de 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
TERMO DE RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 046/2020-PGM

DISTRATANTE:SECRETÁRIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

DISTRATADA: TC COMÉRCIO EIRELI

CONSIDERANDO, ademais, que o Contrato Administrativo originalmente firmado, obedeceu a todos os trâmites legais, tendo sido regularmente publicado no Diário Oficial do Município e cadastrado no Sistema de Contabilidade Pública Integrado, e que a assinatura de sua Rescisão Contratual e respectiva publicação, constituem-se na correta ferramenta jurídica de extinção dos direitos e obrigações decorrentes da celebração original.

CLÁUSULA 1ª. Rescindir, a partir da data de assinatura do presente, o Contrato Administrativo nº 046/2020-PGM, celebrado em 12 de maio de 2020, com fulcro nas razões de fato e de direito acima expostas e com fundamento legal no art.79, inciso II, da Lei Federal nº8.666/93, de 21/06/1993.

DATA DE ASSINATURA: 26 de abril de 2021.

SIGNATÁRIOS:

ALESSANDRA CASTILHO PAIVA PAULINO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

DISTRATANTE

MÁRCIA TENÓRIO DE OLIVEIRA

TC COMÉRCIO EIRELI

DISTRATADA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 361 DE 19 DE ABRIL DE 2021.

"Dispõe sobre a Nomeação do candidato aprovado no Concurso Público de Provas e Títulos da Prefeitura Municipal de Cáceres, e dá outras providências."

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e:

CONSIDERANDO a decisão judicial proferida nos autos dos processos sob nº 1014750-80.2018.8.11.000 / 1005242-92.2018.8.11.0006;

CONSIDERANDO o que consta no Processo Judicial Justiça Estadual sob nº sob nº. 1549, de 19 de maio de 2020;

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear *"sub júdice"* a candidata abaixo indicada**,** aprovada no Concurso Público de Provas e Títulos da Prefeitura Municipal de Cáceres, homologado pelo Decreto nº 447 de 30 de agosto de 2017, para exercer a função na Prefeiturade Cáceres, no Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso.

PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA COM DOCÊNCIA: 30 HORAS

LOCAL DE TRABALHO: ESCOLA NA ZONA RURAL - BURITI

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
6º	VANIA RODRIGUES FERNANDES BARBOZ

Art. 2º Os documentos exigidos contidos no anexo único, devem ser apresentados na Coordenação de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste Ato de Nomeação.

Art. 3º Se a candidata ora nomeada não apresentar os documentos necessários à posse ou deixar de apresentar no prazo pré-estabelecido será considerado desistente, implicando automaticamente na sua desclassificação, com perda dos direitos decorrentes.

Art. 4º O candidato investido no cargo público municipal, submeter-se-á ao regime jurídico vinculado ao Estatuto do Servidor Público Municipal – Lei Complementar nº 25, de 27.11.97 e ao Regime de Seguridade Social do Município através do PREVI-CÁCERES - Lei Complementar nº 62, de 12 de dezembro de 2005.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 19 de abril de 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

ANEXO ÚNICO

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS

1	Cópia dos Documentos: RG e CPF
2	Cópia da Certidão de Casamento ou Nascimento
3	Cópia do Título de Eleitor
4	Documentos que comprovem estar quites com obrigações eleitorais
5	Cópia de Certificado de Reservista (masculino)
6	Cópia da Carteira de Trabalho (páginas onde constam, número e série da CTPS, Qualificação Civil e Contrato de Trabalho: último registro de contrato e a próxima paginam em branco)
7	Cópia CNH (Em caso de cargo especifico verificar a categoria exigida)
8	Cópia de Cadastro no PIS/PASEP
9	Cópia do Diploma / Comprovante de Escolaridade
10	Cópia da Carteira do Conselho de Classe MT, quando se tratar de profissão regulamentada incluindo comprovante de quitação de anuidade.
11	Número CPF Pai, Mãe, Cônjuge, Filhos e/ou Dependentes.
12	Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos
13	Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos menores de cinco
14	Cartão Vacina Adulto (especifico para trabalhos na área de saúde)
15	Comprovante de Residência à data da contração em nome do admitido (admite-se a contratação temporária para ACS até decisão final da ADI 2135, em tramitação no STF, conforme Resolução de Consulta nº 20/2008 TCE/MT).
16	Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público, assinado pelo servidor, com firma reconhecida.
17	Atestados Médicos Admissional, indicando se o candidato está apto ou não para o exercício das atribuições próprias do cargo.
18	Certidão negativa dos últimos 5 (cinco) anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais
19	Declaração de Bens/ Imposto de Renda, com firma reconhecida.
20	Certidão Negativa de Débitos Junto ao Município de Cáceres (Original)
21	Telefone e E-mail.
22	Certidão de Tempo de Serviço

ITEM	DOCUMENTOS PESSOAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 282 DE 19 DE ABRIL DE 2021.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o artigo 45 da Lei Complementar nº 025, de 27 de novembro de 1.997;

CONSIDERANDO o que consta no Memorando nº. 11.773, de 14 de abril de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder vacância a partir do dia 29 de abril de 2021, ao servidor **GILBERTO JOSÉ DA COSTA** – Advogado – lotado na Procuradoria Geral, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, para tomar posse em Concurso Público.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 19 de abril de 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 366 DE 20 DE ABRIL DE 2021.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando nº 11.297, de 09 de abril de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º Fica inutilizada a numeração da Portaria nº 269, de 09 de abril de 2021;

Parágrafo Único. A Portaria citada não foi usada para nenhum fim ou pessoa, não havendo assim nenhum prejuízo para esta municipalidade.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 20 de abril de 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 014/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021 – REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO Nº 416/2021

Aos 20 dias do mês de abril de 2021, o Município de Campinápolis – MT, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS - MT**, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 00.965.152/0001-29, situada à Avenida Benônio José Lourenço nº. 2.170 – Setor União, Campinápolis - MT, CEP 78.630-000, doravante denominada GERENCIADOR, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr Sr. José Bueno Vilela, portador da Carteira de Identidade nº 470055 SSP/MT e CPF nº 468.583.931-53, institui a Ata de Registro de Preços nº 014/2021 com a empresa **EDITORA OPET LTDA,** sociedade empresária limitada, com sede e foro em Curitiba, Paraná, na Rua Máximo João Kopp, 167, Bairro Santa Cândida, CEP: 82630-492, devidamente inscrita no CNPJ nº 72.314.776/0001-97, com seu contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob NIRE nº 41202921259, em sessão de 04 de junho de 1993; doravante denominada REGISTRADA, representada neste ato por sua representante, a Sra **MARIA CRISTINA RODRIGUES SWIATOVSKI**, brasileira, administradora de empresas, casada, portadora da carteira de identidade nº 4.461.768-4 SSP/PR e CPF nº 007. 502.190-90, residente e domiciliada na Rua Máximo João Kopp, 167, Santa Cândida, Cep: 82.630-492, Curitiba, Paraná; nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2.002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber as disposições das Leis Federais nº 8.666/93, 123/06 e 147/214, Decreto Estadual nº 840/17, Decreto Federal nº 8.250/14, Decreto Federal nº 8.683/16; decorrente da licitação na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 001/2021, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - SERVIÇO DA LICITAÇÃO

1.1. O objeto do presente instrumento é o Registro de preços para a futura e eventual contratação de empresas especializadas na comercialização de sistema pedagógico de ensino p/ alunos e professores, destinados aos estudantes do ensino fundamental – 6º ao 9º ano, com formação de professores e gestores escolares, fornecimento de material didático e de apoio para alunos e professores e material paradidáticos para pais dos alunos da rede municipal de ensino, conforme cronograma previsto em calendário escolar, devidamente aprovado pela secretaria municipal de educação e todas as atividades necessárias à implantação de um sistema de ensino compatível com a proposta pedagógica, visando atender as demandas escolares do município de Campinápolis - MT, de acordo com o Termo de referência e demais condições do edital e seus anexos

1.2. DETALHAMENTO DO OBJETO:

ITENS	CÓD	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	V. UNIT.	TOTAL
1	107588	SISTEMA PEDAGÓGICO DE ENSINO, CONTENDO: TREINAMENTO DE DOCENTES, FORNECIMENTO DE MATERIAL, SUPORTE PEDAGÓGICO CONTINUADO E PORTAL EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL 6º AO 9º ANO.	UNID	650	R$ 539,00	R$ 350. 350,00
TOTAL GERAL						**R$ 350. 350,00**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL E FORMA DE PAGAMENTO

2.1. Dar-se-á a esta Ata de Registro de Preços a importância global de **R$ 350.350,00 (Trezentos e cinquenta mil e trezentos e cinquenta reais).**

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes da futura e eventual contratação, deste instrumento, correrão pela seguinte rubrica orçamentária no exercício 2021:

Código: 06.020.12.361.0012.2075.3390300000 – RED. 0373

3.2. No próximo exercício a dotação será a vigente no exercício.

CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E FISCALIZAÇÃO

4.1. A vigência da Ata de Registro será de 12 (doze) meses contados da assinatura do instrumento contratual, ou enquanto durar estoque, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 8.666-93 e do Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2021.

4.2. A fiscalização desta Ata é de responsabilidade do Senhor **Nelson Gonçalves de Melo**, conforme Portaria nº 178/2021, de 19 de abril de 2021.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Campinápolis - MT, 20 de abril de 2021.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT

CNPJ. 00.965.152/0001-29

José Bueno Vilela

Prefeito Municipal

GERENCIADOR

_____

EDITORA OPET LTDA

CNPJ 72.314.776/0001-97

MARIA CRISTINA RODRIGUES SWIATOVSKI

REGISTRADA

SETOR DE LICITAÇÕES
ATO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº 916/2021

PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 02/2021.

O Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, usando de atribuições de seu cargo, acolhendo conclusão do Pregoeiro Oficial e parecer jurídico competente e tudo mais que consta dos autos,

R E S O L V E:

HOMOLOGAR o processo levado a efeito pelo Pregoeiro através do Pregão Eletrônico nº 02/2021, tipo menor preço por item, no sistema de registro de preços, cujo objeto é a futura e eventual contratação de empresa especializada na comercialização de medicamentos, insumos e EPI's para o enfrentamento ao Covid-19, no qual foram vencedoras:

RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUDTOS HOSPITALARES ME, CNPJ 12.313.826/0001-90 – ITENS 17 e 21;

DIA DE FESTA LTDA, CNPJ 19.023.784/0001-00 – ITEM 14;

FORTE SINAL EQUIPAMENTOS EIRELI, CNPJ 26.729.755/0001-15 – ITEM 15;

CIRURGICA MM HOSPITALAR EIRELI, CNPJ 17.059.112/0001-10 – ITEM 20;

MERCANTIL BARRETO COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES E SUPRIMENTOS LTDA, CNPJ 15.031.173/0001-44 – ITEM 02;

INOVAMED HOSPITALAR LTDA, CNPJ 12.889.035/0001-02 – ITEM 01;

MMH MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ 21.484.336/0001-47 – ITEM 4;

VIDA BIOTECNOLOGIA LTDA, CNPJ 11.308.834/0001-85 – ITEM 12;

JPMED EQUIPAMENTOS E SERVICOS MEDICOS HOSPITALARES, CNPJ 05.746.940/0001-48 – ITEM 13;

PROLINE MATERIAL HOSPITALAR EIRELI, CNJ 32.708.161/0001-20 – ITENS 9 e 11;

CABORONGA COMERCIAL LTDA CNPJ 03.530.984/0002-91 – ITENS: 5, 25 e 27;

JULIANA NASCIMENTO LANZOTTI 34066421873, CNPJ 30.633.996/0001-33 – ITENS 6, 7 e 8;

L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CNPJ 35.250.918/0001-73 – ITEM 3;

FORMULAS MAGISTRAIS MANIPULACOES ESPECIAIS LTDA, CNPJ 07.316.691/0001-86 – ITENS 23, 24 e 26;

REDE CLINICA DE ESTETICA HEALTHY CENTER EIRELI, CNPJ 32.085.624/0001-45 – ITEM 19;

JOAO ALVARO BRANDAO MANSANO, CNPJ 17.068.428/0001-79 – ITEM 22;

AHS COMERCIO E SERVICOS DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI, CNPJ 37.152.127/0001-36 – ITEM 18;

DISNORMA COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MEDICO HOSPITALAR LTDA, CNPJ 01.326.495/0001-06 – ITEM 10;

FERNANDO UNIFORMES EIRELI EPP, CNPJ 21.008.058/0001-51 – ITEM 16.

DETERMINO que sejam adotadas as medidas cabíveis para a futura contratação das empresas.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis, Estado de Mato Grosso, 23 de abril de 2021.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

PREVICAMP
PORTARIA Nº 004/2021

PORTARIA N.º 004/2021

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Pensão por Morte a **Sra. Eurenice Silvestre Chaves**, em decorrência do falecimento do segurado, **Sr. João Batista Chaves**."

O EXMO. Prefeito do Município de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento dos pressupostos contidos no art. 40, § 7º, inciso II da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 103/2019 c/c art. 7º, inciso I, art. 27, inciso II e art. 29, inciso I da Lei n.º 653/2004, e pela Lei Municipal nº 1.151 de 11/11/16, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 089 de 14 de abril de 2020, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência do Município de Campinápolis;

Resolve:

Art. 1º. CONCEDER o benefício **Pensão Por Morte**, em decorrência do falecimento do **Sr. JOÃO BATISTA CHAVES**, portador do RG nº 1159154-4 e do CPF nº 216.795.331-34, servidor aposentado, no cargo de Motorista, Classe "B", Nível "07", lotado na Secretária de Transporte, ato devidamente homologado pelo acórdão n.º 3.269/2015 do Tribunal de Contas do Estado de MT, em favor da **Sra. EURENICE SILVESTRE CHAVES**, cônjuge da *de "cujus"*, portadora do RG n.º 0645457-7 SESP/MT e do CPF n.º 532.130.331-20, o equivalente a 100% (cem por cento) da cota, conforme processo administrativo do PREVI-CAMPIsob **nº. 2021.07. 00003P**, **a partir de 09/03/2021, data do óbito,** até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos **a 09 de março de 2021**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Campinápolis - MT, 26 de abril de 2021.

_____ CLEZIOMAR TOBIAS PEDRO Secretário Municipal de Administração

Homologo:

_____ JOSÉ BUENO VILELA Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 182 DE 26 DE ABRIL DE 2021

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO o teor do Processo Seletivo nº 001/2021;

CONSIDERANDO o teor do Editais de Convocações Nº 002/2021 a Nº 006/2021

CONSIDERANDO o teor do Despacho nº 404/2021/GABPRM 1-EPAA

RESOLVE

I – Contratar os servidores abaixo relacionados para exercerem as respectivas funções junto a **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**, desta Prefeitura Municipal.

NOME	CARGO	LOCALIDADE
Deonisio Tso Utuomore	Professor	Área Indígena
Eliezer Daburu Rawa	Professor	Área Indígena
Gregorio Redzahi	AAE/Nutrição	Área Indígena
Itamar Rowa a Tserewa	Professor	Área Indígena
Losando Tserewa awe	AAE/Nutrição	Área Indígena
Moradine A Oihidi	Professor	Área Indígena
Servino Adzawe	Professor	Área Indígena

II - Delegar aos mesmos todos os poderes, competências e atribuições inerentes ao cargo acima citado.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 26 de abril de 2021.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
ERRATA – PORTARIA DE Nº. 090 DE 22 DE JANEIRO DE 2021.

A Prefeitura Municipal de Campinápolis - MT torna público a RETIFICAÇÃO da publicação da PORTARIA DE Nº. 090 DE 20 DE JANEIRO DE 2021, publicado no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso na data de 21/01/2021, edição nº N° 3.655, pág 270,

ONDE SE LÊ:

RESOLVE: I - Nomear a senhora *RENATA CRISTINA DO CARMO FERREIRA* para exercer o cargo em comissão de GERENTE DA CULTURA junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, desta Prefeitura Municipal.

LEIA - SE

I - Nomear a senhora *RENATA CRISTINA DO CARMO PEREIRA* para exercer o cargo em comissão de GERENTE DA CULTURA junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, desta Prefeitura Municipal.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 26 de abril de 2021

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 183 DE 26 DE ABRIL DE 2021.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DO SR. **VITOR HUGO DIAS BAUER,** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o PSS 01/2021 e Edital de Convocação nº. 005/2021 de 19 de abril de 2021.

RESOLVE:

I – Contratar o Sr. Vitor Hugo Dias Bauer para exercer o cargo de Digitador Interino - Sede, lotado junto a Secretaria Municipal de Transportes desta Prefeitura Municipal.

II – Delegar a mesma todos os poderes, competências e atribuições inerentes ao cargo supracitado.

III - Esta portaria entra em vigor na data de 26 de abril de 2021, revogada as disposições em contrário.

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 26 de abril de 2021.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
ERRATA – PORTARIA DE Nº. 165 DE 05 DE ABRIL DE 2021.

A Prefeitura Municipal de Campinápolis - MT torna público a RETIFICAÇÃO da publicação da PORTARIA DE Nº. 165 DE 05 DE ABRIL DE 2021, publicado no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato

Grosso na data de 12/04/2021, edição nº N° 3.704, pág 041 a 043 **ONDE SE LÊ:**

RESOLVE: I – Conceder, na forma dos dispositivos legais supramencionados, adiantamento de *"Férias"*, aos servidores relacionados nas tabelas abaixo e seus respectivos períodos aquisitivos nos dias 05.04.2021 a 20.04.2021. 20.04.2021.

Nome	Período Aquisitivo	1/3 Férias
ADILSON ALMEIDA DA SILVA	01.06.2020 a 31.05.2021	
ADERCINO BATISTA GUIMARÃES	03.05.2019 a 02.05.2020 16 dias	
ADRIANA DE CASTRO BORGES	14.03.2020 a 13.03.2021	
ALTIER OLIVEIRA NASCIMENTO	01.06.2020 a 31.05.2021	
AMARO CARDOSO DE OLIVEIRA	11.03.2021 a 10.03.2022	
ANA PIRES DA SILVA	01.10.2020 a 30.09.2021	
ANGELINA MARIA DA SILVA	21.02.2021 a 20.02.2022	
APARECIDA INACIA DE LIMA	01.02.2020 a 31.01.2021	1/3 férias
CLAUDIA APARECIDA SANTOS	22.02.2021 a 21.02.2022	
CLEIBIANE LOPES DA SILVA SANTOS	12.03.2021 a 11.03.2022	
CLEONEIDES DE PAULA QUEIROZ	16.09.2020 a 15.09.2021	
CREUZA MOURA DO NASCIMENTO	01.10.2020 a 30.09.2021	
CRISTOLANDE SOUSA MACEDO	25.02.2021 a 24.02.2022	
CORACY ROQUE DOMINGAS DOS SANTOS	03.05.2020 A 02.05.2021	
DEUSUITA PEREIRA DE SOUSA	08.03.2020 a 07.03.2021 16 dias	1/3 férias
DIOMAR LUIZA DA SILVA	01.02.2020 a 31.01.2021	1/3 férias
ELEIDE BARROS RAMOS ALVES	06.03.2021 a 05.03.2022	
ELENICE VIEIRA DA CRUZ	08.03.2020 a 07.03.2021	
ELIENE DIAS PADILHA	01.02.2020 a 31.01.2021	1/3 férias
ELISANGELA SAMIRA PEREIRA	06.03.2021 a 05.03.2022	
ELIZANJELA FERREIRA DA SILVA	01.02.2021 a 31.01.2022	
EMILIANA INACIO DE FARIAS	03.12.2020 a 02.12.2021	
ERMELINDA MARIA DA GLORIA BARBOSA	06.03.2021 a 05.03.2022	
FABIANA ANASTACIA DA SILVA	06.03.2021 a 05.03.2022	
FABIULA ARANTES CARNEIRO	14.03.2021 a 13.03.2022	
FERNANDA PRADO	21.02.2021 a 20.02.2022	
FERNANDA VIEIRA DE SOUZA MAIA	02.03.2021 a 01.03.2022	
FRANCIELE MOREIRA LIMA	04.04.2021 a 03.04.2022	
GERLANE FRANCO LIMA	22.04.2021 a 21.04.2022	
GISELE MARTINS DE SOUZA	17.05.2020 a 16.05.2021	
GLEICIELY OLIVEIRA CARDOSO	06.03.2021 a 05.03.2022	
ILMA ALVES DE OLIVEIRA	01.10.2020 a 30.09.2021	
IRIA AP. FERNANDES ALVES SANTANA OLIVEIRA	17.05.2020 a 16.05.2021	
ISALDINA MARIA DA COSTA	01.08.2020 a 31.07.2021	
IZIA RUBIA MARTINS MACHADO	01.02.2020 a 31.01.2021	1/3 férias
JANET APARECIDA FRANCO DE MIRANDA	14.03.2021 a 13.03.2022	
JOAO ROQUE DA SILVA	01.06.2020 a 31.05.2021	
JOELIO PATROCINIO PEREIRA DOS SANTOS	01.02.2020 a 31.01.2021	1/3 férias
JOICILENE APARECIDA QUEIROZ FRANCO	02.02.2020 a 01.02.2021	1/3 férias
JORCELINA DE OLIVEIRA	01.02.2020 a 31.02.2021	1/3 férias
JOSIVALDO FERREIRA DA SILVA	01.10.2020 a 30.09.2021	
JUNICE ALVES DE LIMA	01.02.2020 a 31.01.2021	1/3 férias
KLENIA FREITAS MACHADO	04.11.2021 a 03.11.2022	
LAURINDA BARROS DE S. DE PAULA	01.02.2020 a 31.01.2021	1/3 férias
LIANA GOMES BARBOSA DA SILVA	21.02.2021 a 20.02.2022	
LILIANE MARIA GOMIDES	01.08.2020 a 31.07.2021	
LINDOMAR PIABA BENTO	01.02.2021 a 31.01.2022	
LINDALVA SOARES DE OLIVEIRA FERREIRA	25.02.2019 a 24.02.2020 16 dias	
LUCENIR FRANCISCA ALVES	01.02.2020 a 31.01.2021	1/3 férias
LUCIANA PINTO DE MORAIS	01.02.2020 a 31.01.2021	1/3 férias
LUCIENE GONÇALVES DA CUNHA	12.03.2020 a 11.03.2021	1/3 férias
MAGNA BARBOSA LOPES	27.01.2021 a 26.01.2022	
MARCILENE APARECIDA SILVA	14.03.2021 a 13.03.2022	
MARIA CRISTINA DE MORAIS GONÇALVES	01.03.2021 a 28.02.2022	
MARIA ARAUJO MOURA	17.05.2020 a 16.05.2021	
MARIA DE FATIMA DE OLIVEIRA SOUZA	01.10.2020 a 30.09.2021	
MARIA DIVINA DA COSTA	01.02.2020 a 31.01.2021	1/3 férias
MARIA DIAS DOS SANTOS	01.06.2017 a 31.05.2018	1/3 férias
MARIA DO CARMO MARQUES AVELAR	14.03.2021 a 13.03.2022	
MARIA LUIZA INACIO PEREIRA	01.02.2020 a 31.01.2021	1/3 férias
MARIA RITA DA COSTA BARBOSA	06.03.2021 a 05.03.2022	
MARIA ROBERTA DA COSTA	01.03.2020 a 28.02.2021	1/3 férias
MARINA DA COSTA AZEVEDO	12.03.2021 a 11.03.2022	
MARINEZ LINDENMAYR	06.03.2020 a 05.03.2021	1/3 férias
MARIOZETE MARIA DA COSTA	01.10.2020 a 30.09.2021	
MICHELE DAS GRAÇAS MARÇAL	01.02.2020 a 31.01.2021	1/3 férias
MIRIAN REGINA CAMARGO BARROSO	01.02.2020 a 31.01.2021	1/3 férias
NARCISO RAIMUNDO DE PAULA	07.03.2020 a 06.03.2021	1/3 férias
NATALY DOS SANTOS VILELA	01.10.2020 a 30.09.2021	
NELSON CENTURIÃO JUNIOR	25.03.2021 a 24.03.2022	
NILDA RODRIGUES DE RESENDE	09.12.2020 a 08.12.2021	
ODILA SIGNORINI ALVES TOLENTINO	16.09.2020 a 15.09.2021	
PABIO HENRIQUE PORTO	11.03.2021 a 10.03.2022	
PETER MATTOS DREY	12.03.2021 a 11.03.2022	
PRISCILA CINTHIA SILVERIO NERES	07.08.2020 a 06.08.2021	
RAIANI SENA NEVES	06.03.2021 a 05.03.2022	
RICARDO MACELLY VELOSO SILVA	23.03.2020 a 22.03.2021	1/3 férias
ROSELY CAMPOS DE OLIVEIRA MOURA	07.03.2022 a 06.03.2023	
RUBENSMAR SANTOS VILELA	22.03.2021 a 21.03.2022	
SARA RIBEIRO FERREIRA	06.03.2021 a 05.03.2022	
SEBASTIANA GOMES FERREIRA	16.09.2020 a 15.09.2021	
SELMA FERREIRA DE SOUZA	01.02.2020 a 31.01.2021	1/3 férias

SELMA LUCIA DE JESUS	01.03.2020 a 28.02.2021	1/3 férias
SHEILA CRISTINA MARTINS	26.03.2021 a 25.03.2022	
SIMONE COELHO GONÇALVES	01.08.2020 a 31.07.2021	
SIMONE DIAS SOARES	18.03.2021 a 17.03.2022	
SINDEILTO MARTINS DA SILVA	09.04.2020 a 08.04.2021	1/3 férias
SIRLEI ALMEIDA DA SILVA	01.10.2020 a 30.09.2021	
SIRLENE ALVES DA SILVA LIMA	16.09.2020 a 15.09.2021	
SONIA JACINTO CAMPOS	25.03.2019 a 24.03.2020 10 dias 25.03.2020 a 24.03.2021 06 dias	1/3 férias
SUELI TEIXEIRA DE ALMEIDA	13.09.2021 a 12.09.2022	
THIAGO MENEZES RIBEIRO	06.03.2021 a 05.03.2022	
UELITA APARECIDA RODRIGUES	03.12.2021 a 02.12.2022	
URSULA PATRICIA ALVES DIAS DE SOUZA	25.02.2021 a 24.02.2022	
VANDA BALIONE R. DA SILVA DE JESUS	22.02.2021 a 21.02.2022	
VANDERLANDE JOSE SILVA	01.02.2020 a 31.01.2021	1/3 férias
VERCY MARQUES DE ALMEIDA	07.03.2020 a 06.03.2021	1/3 férias
VIVIANE SILVA COELHO NEVES	14.03.2021 a 13.03.2022	
WANDERSON FERREIRA DE OLIVEIRA	06.03.2021 a 05.03.2022	
WANEIDE MORAES GONÇALVES	01.02.2020 a 31.01.2021	1/3 férias
ZELI DOS SANTOS MARQUES	11.11.2020 a 10.11.2021	
ZILDA FERREIRA GUIMARAES	01.02.2020 a 31.01.2021	1/3 férias

LEIA- SE: I – Conceder, na forma dos dispositivos legais supramencionados, adiantamento de *"Férias"*, aos servidores relacionados nas tabelas abaixo e seus respectivos períodos aquisitivos nos dias 05.04.2021 a 20.04.2021.

RESOLVE:

Nome	Período Aquisitivo	1/3 Férias
ADILSON ALMEIDA DA SILVA	01.06.2020 a 31.05.2021	
ADERCINO BATISTA GUIMARÃES	03.05.2019 a 02.05.2020 16 dias	
ADRIANA DE CASTRO BORGES	14.03.2020 a 13.03.2021	
ALTIER OLIVEIRA NASCIMENTO	01.06.2020 a 31.05.2021	
AMARO CARDOSO DE OLIVEIRA	11.03.2021 a 10.03.2022	
ANA PIRES DA SILVA	01.10.2020 a 30.09.2021	
ANGELINA MARIA DA SILVA	21.02.2021 a 20.02.2022	
APARECIDA INACIA DE LIMA	01.02.2020 a 31.01.2021	1/3 férias
CLAUDIA APARECIDA SANTOS	22.02.2021 a 21.02.2022	
CLEIBIANE LOPES DA SILVA SANTOS	12.03.2021 a 11.03.2022	
CLEONEIDES DE PAULA QUEIROZ	16.09.2020 a 15.09.2021	
CREUZA MOURA DO NASCIMENTO	01.10.2020 a 30.09.2021	
CRISTOLANDE SOUSA MACEDO	25.02.2021 a 24.02.2022	
DEUSUITA PEREIRA DE SOUSA	08.03.2020 a 07.03.2021 16 dias	1/3 férias
DIOMAR LUIZA DA SILVA	01.02.2020 a 31.01.2021	1/3 férias
ELEIDE BARROS RAMOS ALVES	06.03.2021 a 05.03.2022	
ELENICE VIEIRA DA CRUZ	08.03.2020 a 07.03.2021	
ELIENE DIAS PADILHA	01.02.2020 a 31.01.2021	1/3 férias
ELISANGELA SAMIRA PEREIRA	06.03.2021 a 05.03.2022	
ELIZANJELA FERREIRA DA SILVA	01.02.2021 a 31.01.2022	
EMILIANA INACIO DE FARIAS	03.12.2020 a 02.12.2021	
ERMELINDA MARIA DA GLORIA BARBOSA	06.03.2021 a 05.03.2022	
FABIANA ANASTACIA DA SILVA	06.03.2021 a 05.03.2022	
FABIULA ARANTES CARNEIRO	14.03.2021 a 13.03.2022	
FERNANDA PRADO	21.02.2021 a 20.02.2022	
FERNANDA VIEIRA DE SOUZA MAIA	02.03.2021 a 01.03.2022	
FRANCIELE MOREIRA LIMA	04.04.2021 a 03.04.2022	
GERLANE FRANCO LIMA	22.04.2021 a 21.04.2022	
GISELE MARTINS DE SOUZA	17.05.2020 a 16.05.2021	
GLEICIELY OLIVEIRA CARDOSO	06.03.2021 a 05.03.2022	
ILMA ALVES DE OLIVEIRA	01.10.2020 a 30.09.2021	
IRIA AP. FERNANDES ALVES SANTANA OLIVEIRA	17.05.2020 a 16.05.2021	
ISALDINA MARIA DA COSTA	01.08.2020 a 31.07.2021	
IZIA RUBIA MARTINS MACHADO	01.02.2020 a 31.01.2021	1/3 férias
JANET APARECIDA FRANCO DE MIRANDA	14.03.2021 a 13.03.2022	
JOAO ROQUE DA SILVA	01.06.2020 a 31.05.2021	
JOELIO PATROCINIO PEREIRA DOS SANTOS	01.02.2020 a 31.01.2021	1/3 férias
JOICILENE APARECIDA QUEIROZ FRANCO	02.02.2020 a 01.02.2021	1/3 férias
JORCELINA DE OLIVEIRA	01.02.2020 a 31.02.2021	1/3 férias
JOSIVALDO FERREIRA DA SILVA	01.10.2020 a 30.09.2021	
JUNICE ALVES DE LIMA	01.02.2020 a 31.01.2021	1/3 férias
KLENIA FREITAS MACHADO	04.11.2021 a 03.11.2022	
LAURINDA BARROS DE S. DE PAULA	01.02.2020 a 31.01.2021	1/3 férias
LIANA GOMES BARBOSA DA SILVA	21.02.2021 a 20.02.2022	
LILIANE MARIA GOMIDES	01.08.2020 a 31.07.2021	
LINDOMAR PIABA BENTO	01.02.2021 a 31.01.2022	
LINDALVA SOARES DE OLIVEIRA FERREIRA	25.02.2019 a 24.02.2020 16 dias	
LUCENIR FRANCISCA ALVES	01.02.2020 a 31.01.2021	1/3 férias
LUCIANA PINTO DE MORAIS	01.02.2020 a 31.01.2021	1/3 férias
LUCIENE GONÇALVES DA CUNHA	12.03.2020 a 11.03.2021	1/3 férias
MAGNA BARBOSA LOPES	27.01.2021 a 26.01.2022	
MARCILENE APARECIDA SILVA	14.03.2021 a 13.03.2022	
MARIA CRISTINA DE MORAIS GONÇALVES	01.03.2021 a 28.02.2022	
MARIA ARAUJO MOURA	17.05.2020 a 16.05.2021	
MARIA DE FATIMA DE OLIVEIRA SOUZA	01.10.2020 a 30.09.2021	
MARIA DIVINA DA COSTA	01.02.2020 a 31.01.2021	1/3 férias
MARIA DIAS DOS SANTOS	01.06.2017 a 31.05.2018	1/3 férias
MARIA DO CARMO MARQUES AVELAR	14.03.2021 a 13.03.2022	
MARIA LUIZA INACIO PEREIRA	01.02.2020 a 31.01.2021	1/3 férias
MARIA RITA DA COSTA BARBOSA	06.03.2021 a 05.03.2022	
MARIA ROBERTA DA COSTA	01.03.2020 a 28.02.2021	1/3 férias
MARINA DA COSTA AZEVEDO	12.03.2021 a 11.03.2022	

MARINEZ LINDENMAYR	06.03.2020 a 05.03. 2021	1/3 férias
MARIOZETE MARIA DA COSTA	01.10.2020 a 30.09. 2021	
MICHELE DAS GRAÇAS MARÇAL	01.02.2020 a 31.01. 2021	1/3 férias
MIRIAN REGINA CAMARGO BARROSO	01.02.2020 a 31.01. 2021	1/3 férias
NARCISO RAIMUNDO DE PAULA	07.03.2020 a 06.03. 2021	1/3 férias
NATALY DOS SANTOS VILELA	01.10.2020 a 30.09. 2021	
NELSON CENTURIÃO JUNIOR	25.03.2021 a 24.03. 2022	
NILDA RODRIGUES DE RESENDE	09.12.2020 a 08.12. 2021	
ODILA SIGNORINI ALVES TOLENTINO	16.09.2020 a 15.09. 2021	
PABIO HENRIQUE PORTO	11.03.2021 a 10.03. 2022	
PETER MATTOS DREY	12.03.2021 a 11.03. 2022	
PRISCILA CINTHIA SILVERIO NERES	07.08.2020 a 06.08. 2021	
RAIANI SENA NEVES	06.03.2021 a 05.03. 2022	
RICARDO MACELLY VELOSO SILVA	23.03.2020 a 22.03. 2021	1/3 férias
ROSELY CAMPOS DE OLIVEIRA MOURA	07.03.2022 a 06.03. 2023	
RUBENSMAR SANTOS VILELA	22.03.2021 a 21.03. 2022	
SARA RIBEIRO FERREIRA	06.03.2021 a 05.03. 2022	
SEBASTIANA GOMES FERREIRA	16.09.2020 a 15.09. 2021	
SELMA FERREIRA DE SOUZA	01.02.2020 a 31.01. 2021	1/3 férias
SELMA LUCIA DE JESUS	01.03.2020 a 28.02. 2021	1/3 férias
SHEILA CRISTINA MARTINS	26.03.2021 a 25.03. 2022	
SIMONE COELHO GONÇALVES	01.08.2020 a 31.07. 2021	
SIMONE DIAS SOARES	18.03.2021 a 17.03. 2022	
SINDEILTO MARTINS DA SILVA	09.04.2020 a 08.04. 2021	1/3 férias
SIRLEI ALMEIDA DA SILVA	01.10.2020 a 30.09. 2021	
SIRLENE ALVES DA SILVA LIMA	16.09.2020 a 15.09. 2021	
SONIA JACINTO CAMPOS	25.03.2019 a 24.03. 2020 10 dias 25.03.2020 a 24.03. 2021 06 dias	1/3 férias
SUELI TEIXEIRA DE ALMEIDA	13.09.2021 a 12.09. 2022	
THIAGO MENEZES RIBEIRO	06.03.2021 a 05.03. 2022	
UELITA APARECIDA RODRIGUES	03.12.2021 a 02.12. 2022	
URSULA PATRICIA ALVES DIAS DE SOUZA	25.02.2021 a 24.02. 2022	
VANDA BALIONE R. DA SILVA DE JESUS	22.02.2021 a 21.02. 2022	
VANDERLANDE JOSE SILVA	01.02.2020 a 31.01. 2021	1/3 férias
VERCY MARQUES DE ALMEIDA	07.03.2020 a 06.03. 2021	1/3 férias
VIVIANE SILVA COELHO NEVES	14.03.2021 a 13.03. 2022	
WANDERSON FERREIRA DE OLIVEIRA	06.03.2021 a 05.03. 2022	
WANEIDE MORAES GONÇALVES	01.02.2020 a 31.01. 2021	1/3 férias
ZELI DOS SANTOS MARQUES	11.11.2020 a 10.11. 2021	
ZILDA FERREIRA GUIMARAES	01.02.2020 a 31.01. 2021	1/3 férias

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 26 de abril de 2021.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 75/2021

PREGÃO ELETRÔNICO 027/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT.

FORNECEDOR: REIS INDUSTRIA E COMERCIO DE BOLSAS E PROMOCIONAIS EIRELI.

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL

AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E ROUPARIA PARA ATENDER AOS PROFISSIONAIS DAS UNIDADES DE SAÚDE, SAMU, ODONTOLOGIA, REABILITAÇÃO, VIGILÂNCIAS E GABINETE DA SECRETARIA DE SAÚDE.

VALOR TOTAL: R$ 9.800,00

AVISO DE EDITAL PP 014/2021

ABERTURA: 11 de maio de 2021.

CREDENCIAMENTO: a partir das 08h00min.

INÍCIO DA SESSÃO: 11 de maio às 08h15min.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de tubos de concreto (manilhas).

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Reuniões dos Conselhos, localizada na Av. Mato Grosso, 206NE, centro, Campo Novo do Parecis - MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5100 / 5108, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 26 de abril de 2021**.**

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
COVID-19: DECRETO EXECUTIVO Nº090, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

EMENTA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2.164/2020.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercicio o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Municipio, no montante de de de R$ 130.600,00 (cento e trinta mil e seiscentos reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias:

10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**	
001	**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**	
10.122.0021. 20157	**ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA - CORONAVÍRUS (COVID 19)**	
3190000000	Aplicações diretas	
0146074000	Ações de saúde para o enfrentamento do CORONAVÍRUS - COVID 19 (cento e trinta mil e seiscentos reais)	R$ 130. 600,00
	Total Suplementação:	R$ 130. 600,00

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso os provenientes de Excesso de Arrecadação, de acordo com o Artigo 43, do §1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.

§1º. – O Crédito Adicional aberto no Artigo 1º deste Decreto, onera o limite estabelecido no art. 6º. da Lei Orçamentária nº 2.164/2020.

Art. 3º. As alterações constantes desta Lei passam a integrar a Lei Municipal nº 1.901, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021, a Lei Municipal nº 2.140, de 08 de outubro de 2020, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2021 –LDO e a Lei Municipal nº 2.164, de 17 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2021 –LOA.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, em 26 de abril de 2021.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município, e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLA CRISTINA FREITAS SILVA

Secretária Municipal de Administração

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2021

PREGÃO ELETRÔNICO 023/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT.

FORNECEDOR: ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - ME.

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS.

VALOR TOTAL: R$ 66.000,00

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 61/2021

PREGÃO ELETRÔNICO 023/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT.

FORNECEDOR: R J M COMERCIAL EIRELI.

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS.

VALOR TOTAL: R$ 12.223,42

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 91/2021

PREGÃO PRESENCIAL 010/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT.

FORNECEDOR: DAYANE R. R. KLEIN EIRELI.

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO PREVISTOS NA FARMÁCIA DE ATENÇÃO BÁSICA, ORIUNDOS DE PROCESSOS JUDICIAIS.

VALOR TOTAL: R$ 164.505,90

AVISO DE RESULTADO PP 010/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade PREGÃO PRESENCIAL 010/2021, destinado à REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de medicamentos não previstos na Farmácia de Atenção Básica, oriundos de Processos Judiciais, teve como vencedora a empresa: DAYANE R. R. KLEIN EIRELI, com o valor total de R$ 164.505,90 (cento e sessenta e quatro mil e quinhentos e cinco reais e noventa centavos). Campo Novo do Parecis-MT, 26 de abril de 2021.

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO

Fomento nº 08/2021

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X, ASSOCIAÇÃO ABRIGO PELUDOS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - AAPCNP, CNPJ 21.896.036/0001

Objeto: presente Termo de Fomento tem por objeto firmar parceria, por interesse público, com a entidade Associação Abrigo Peludos de Campo Novo do Parecis, para apoio financeiro, na aquisição de material permanente e insumos para centro de esterilização conforme consta no Plano de Trabalho encaminhado através do Ofício 018/2021, proveniente da instituição Peludos e Cia Abrigo de Animais.

Dotação Orçamentária:

Órgão: 10. Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 001. Fundo Municipal de Saúde

Programática: 10.001.10305.0012.20102.3.3.50.41.00.00

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 – Contribuições

Valor: R$ 16.000,00

Data: 26/04/2021

Procedimento Inexigibilidade de Chamamento Público nº 08/2021

Secretaria: Secretaria Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 344, DE 22 DE ABRIL DE 2021.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA MUNICIPAL SILVANIA ACIOLE MACEDO DE BARROS.

Art. 2º A licença será concedida pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, com início em 08/04/2021 e término em 04/10/2021.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 74/2021

PREGÃO ELETRÔNICO 027/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT.

FORNECEDOR: ÉLO TEXTIL LTDA EPP.

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E ROUPARIA PARA ATENDER AOS PROFISSIONAIS DAS UNIDADES DE SAÚDE, SAMU, ODONTOLOGIA,

REABILITAÇÃO, VIGILÂNCIAS E GABINETE DA SECRETARIA DE SAÚDE.

VALOR TOTAL: R$ 11.382,50

AVISO DE CIRCULAÇÃO INDEVIDA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, torna público aos interessados a REVOGAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 070/2021, oriunda DO PREGÃO ELETRÔNICO 017/2020, a qual teve sua CIRCULAÇÃO INDEVIDA no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, nas página 61 e 62, que circulou em 26 de abril de 2021.

Campo Novo do Parecis-MT, 26 de abril de 2021.

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 76/2021

PREGÃO ELETRÔNICO 027/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT.

FORNECEDOR: MIL KOISAS ARTIGOS MILITARES LTDA - ME.

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL

AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E ROUPARIA PARA ATENDER AOS PROFISSIONAIS DAS UNIDADES DE SAÚDE, SAMU, ODONTOLOGIA, REABILITAÇÃO, VIGILÂNCIAS E GABINETE DA SECRETARIA DE SAÚDE.

VALOR TOTAL: R$ 13.600,00

AVISO DE RESULTADO PE 023/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS**,** através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 023/2021**, destinado a **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual aquisição de materiais elétricos, teve como vencedoras as empresas: **ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - ME,** com valor total de **R$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais), R J M COMERCIAL EIRELI,** com valor total de **R$ 12.223,42 (doze mil e duzentos e vinte e três reais e quarenta e dois centavos).**

Campo Novo do Parecis-MT, 26 de abril de 2021.

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 77/2021

PREGÃO ELETRÔNICO 027/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT.

FORNECEDOR: S M GIUSTTI DE ARRUDA & CIA LTDA - EPP.

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL

AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E ROUPARIA PARA ATENDER AOS PROFISSIONAIS DAS UNIDADES DE SAÚDE, SAMU, ODONTOLOGIA, REABILITAÇÃO, VIGILÂNCIAS E GABINETE DA SECRETARIA DE SAÚDE.

VALOR TOTAL: R$ 48.740,00

AVISO DE RESULTADO PE 027/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS**,** através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 027/2021**, destinado a **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual aquisição de uniformes e rouparia para atender aos profissionais das Unidades de Saúde, SAMU, Odontologia, Reabilitação, Vigilâncias e gabinete da Secretaria de Saúde, teve como vencedoras as empresas: **MIL KOISAS ARTIGOS MILITARES LTDA - ME,** com valor total de **R$ 13.600,00 (treze mil e seiscentos reais), S M GIUSTTI DE ARRUDA & CIA LTDA - EPP,** com valor total de **R$ 48.740,00 (quarenta e oito mil e setecentos e quarenta reais), ÉLO TEXTIL LTDA EPP,** com valor total de **R$ 11.382,50 (onze mil e trezentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos), REIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BOLSAS E PROMOCIONAIS EIRELI** com valor total de **R$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais).**

Campo Novo do Parecis-MT, 26 de abril de 2021.

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 70/2021

PREGÃO ELETRÔNICO 017/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT.

FORNECEDOR: SPEEDGRAF GRAFICA E EDITORA EIRELI.

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE IMPRESSOS GRÁFICOS.

VALOR TOTAL: R$ 12.260,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

SECRETARIA DE FAZENDA
COVID-19: AUTO DE INFRAÇÃO N.º 051/2021 REFERENTE AO COMBATE AO CORONAVIRUS

A Coordenadoria de Fiscalização vem por meio deste informar a autuação referente ao combate ao COVID-19, segundo Decreto Estadual 874/2021 c/c Lei Estadual n° 11.316/2021.

REPRESENTANTE LEGAL NOTIFICADO: VALÉRIA COSTA PEREIRA

CPF: 605.938.723-39

ENDEREÇO: RUA NATAL, 217, ECKERT

MULTA: R$ 500,00

MOTIVO: PARTICIPAR E/OU PROMOVER ATIVIDADES, REUNIÕES OU EVENTOS QUE GERAM AGLOMERAÇÃO DE PESSOAS, EM DESCUMPRIMENTO AS NORMAS EDITADAS PELAS AUTORIDADES MUNICIPAL, ESTADUAL E/OU FEDERAL.

SECRETARIA DE FAZENDA
COVID-19: AUTO DE INFRAÇÃO N.º 053/2021 REFERENTE AO COMBATE AO CORONAVIRUS

A Coordenadoria de Fiscalização vem por meio deste informar a autuação referente ao combate ao COVID-19, segundo Decreto Estadual 874/2021 c/c Lei Estadual n° 11.316/2021.

REPRESENTANTE LEGAL NOTIFICADO: ELIEZER MOSSOLIN

CPF: 024.418.331-70

ENDEREÇO: AV. LIONS INTERNACIONAL, 1130, BELVEDERE

MULTA: R$ 500,00

MOTIVO: DESCUMPRIR A RESTRIÇÃO DE HORÁRIOS PARA CIRCULAÇÃO, CONFORME ESTABELECIDO EM NORMAS EDITADAS PELAS AUTORIDADES MUNICIPAL, ESTADUAL E/OU FEDERAL.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 030 - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 030

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Edital de Concurso Público nº 001/2019, homologado em 29 de Outubro de 2019, RESOLVE:

I - **CONVOCAR** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), aprovado(s) no Concurso Público 001/2019, para comparecer(em), no prazo de **30 (trinta) dias** na Sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT, situada na Praça dos Três Poderes, nº 03, Centro, junto a Gerência de Recursos Humanos, a fim de:

a) Apresentar(em) os documentos exigidos para efetiva nomeação e posse, conforme Edital de Abertura e ANEXO I deste Edital;

b) Agendar o Exame Médico Pericial, na forma do item 23.5 do Edital de Abertura.

II - Será considerado desistente, perdendo a vaga respectiva, o Candidato que não se apresentar no prazo acima indicado para tomar posse ou não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, conforme dispõe o item 23.7 do Edital de Abertura.

III - O candidato que não puder tomar posse do cargo no prazo supramencionado, poderá solicitar formalmente pela opção, por uma única vez, por ir para o último lugar na classificação final dos aprovados e classificados para o respectivo cargo, conforme dispõe o item 23.8 do Edital de Abertura.

Campo Verde/MT, 26 de Abril de 2021.

Cargo: **ARTESÃO**

Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final	Colocação
422352	RENAN CARLOS DE OLIVEIRA SILVA	20/10/1998	55,0	2

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO DECIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 006/2017

Concedente: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE, inscrito no CNPJ nº. 24.950.495/0001-88

Proponente: INSTITUTO GERMINANDO SONS,inscrito no CNPJ nº. 23.874.115/0001-00

Objeto: O presente instrumento tem por objetivo prorrogar o Plano de Trabalho elaborado pela proponente para o ano de 2021/2022, compreendendo as datas de 17/05/2021 a 16/07/2022, em razão da necessidade de continuidade do Projeto “Programa Jovem Aprendiz”, conforme solicitação anexa e de acordo com o que preceitua o art. 42 e 61 do Decreto Municipal nº 036/2017 e artigo 55 da Lei 13.019/2014.

Valor: R$ 182.853,82 (cento e oitenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e três reais e oitenta e dois centavos).

Dotação: 11.004.08.244.0055.20136.3.3.90.39.00.00 red 1096

Assinatura: Campo Verde-MT, 23 de abril de 2021.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CREDENCIAMENTO Nº 001/2021

INEXIGIBILIDADE Nº 003/201

OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS (EMPRESAS OU MICROEMPRESAS) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES DE MAMOGRAFIA PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) ENCAMINHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO VERDE – MT.

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público o credenciamento da empresa DICAMP DIAGNÓSTICO POR IMAGEM EIRELI, CNPJ Nº: 13.431.461/0001-60, para a prestação de serviços médicos em EXAME DE MAMOGRAFIA BILATERAL, sendo seu profissional médico JOSÉ FERNANDO CURY. Campo Verde – MT, 26 de abril de 2021. Hélida B. M. P. Hubner - Presidente da CPL.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 031/2019, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DO PARQUE RECANTO DOS PÁSSAROS.

Contratante: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE

Contratado: WN CONSTRUÇÕES LTDA

Objeto: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário e da obra até o dia 21 de maio de 2021.

Data de Assinatura: 20 de abril de 2021.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N° 056/2021

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE REFORMA E RECUPERAÇÃO DE ESTOFADOS E CONFECÇÃO DE TOLDOS**, na modalidade Pregão (presencial) **n° 056/2021** a se realizar no dia **07 de Maio de 2021 às 08h30min**, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada de edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail: compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244.Em conformidade com a legislação vigente em vigor. Campo Verde – MT, 26 de Abril de 2021.

FABRÍCIA RODRIGUES ZAGO

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

PORTARIA Nº.169, DE 23 DE ABRIL DE 2021.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS QUE MENCIONA.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 148, inciso II, alínea “a” da Lei Orgânica Municipal (LOM);

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 01 de abril de 2021, à servidora abaixo nominada, lotada na Secretaria Municipal de Administração,relativo ao período aquisitivo que menciona:

NOME	PERÍODO
EDNA GOMES DE MATOS	02/12/2019 a 01/12/2020

Art.2º Conceder férias de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 01 de abril de 2021, aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Viação, Obras Públicas e Serviços Urbanos,relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERÍODO
DIONI MARCIO TAVARES DA SILVA	28/8/2019 a 27/9/2020
WELINGTON CARDOSO DE ASSIS	10/8/2020 a 9/8/20210

Art. 3º Conceder férias de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 01 de abril de 2021, aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde,relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERÍODO
EDENIR HELENA DE SOUZA	02/3/2020 a 01/3/2021
ELAINE DUARTE MAILHO DE CARVALHO DE MIRANDA	7/5/2019 a 6/5/2020
FRANCIANE OLANDA DA FONSECA MARTINS	25/3/2020 a 24/3/2021
MARILZA DE SOUZA	7/4/2019 a 6/4/2020
VALDECIR REY	14/01/2019 a 13/01/2020

Art. 4º Conceder férias de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 01 de abril de 2021, às servidoras abaixo nominadas, lotadas na Secretaria Municipal de Assistência Social,relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERÍODO
INOSIMA APARECIDA DE OLIVEIRA ECHEVERRIA	10/01/2020 a 9/01/2021
MARIA NEUSA DE MELLO	28/7/2019 a 24/7/2020
SUZANA DA SILVA FARIAS BARBIERO	02/01/2020 a 01/01/2021

Art. 5º Conceder férias de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 01 de abril de 2021, à servidora abaixo nominada, lotada na Secretaria Municipal de Educação,relativo ao período aquisitivo que menciona:

NOME	PERÍODO	GOZO
MARIA APARECIDA FERREIRA TORRES	22/12/2019 a 21/12/2020	15/3 a 13/4/2021

Art. 6º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 01 de abril de 2021.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 23 de abril de 2021.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 18/2021

A Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pelo Portaria nº 73/2021, torna público para conhecimentos dos interessados a contratação abaixo:

Objeto: Referente aquisição de materiais para manutenção e reparos em redes de abastecimento de agua do Município de Campos de Júlio.

Contratado: **AAGUA COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI, CNPJ/MF nº 09.237.525/0001-10.**

Valor global: R$ 35.997,00 (trinta e cinco mil novecentos e noventa e sete reais).

Fundamento Legal: Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93 e art. 1º, II, do Decreto Federal 9.412/18.

Dispensa de Licitação: 18/2021, Processo Administrativo nº 054/2021 e Processo de Compra nº 047/2021.

Fica ratificada pelo prefeito municipal a dispensa de licitação em tela, conforme despacho exarado no procedimento licitatório, em consonância com a justificativa apresentada e com o parecer jurídico, nos termos do artigo 26 da lei n° 8.666/93 e suas alterações.

Campos de Júlio - MT, 26 de abril de 2021.

Rosinéia Rodrigues Ramos Silva

Presidente da Comissão de Licitação

PORTARIA Nº. 172, DE 23 DE ABRIL DE 2021.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AOS SERVIDORES PÚBLICOS QUE ESPECIFICA.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 13, § 2º do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008; no artigo 6º, VI da Lei nº. 148, de 19 de abril de 2001 e no inciso V do artigo 37 da Constituição Federal;*

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde às servidoras abaixo nominadas, lotadas na Secretaria Municipal de Administração,relativo aos períodos que menciona:

NOME	PERÍODO
KELLY LILIAN PIMENTA	16/3 a 31/3/2021
MARIA DIVINA BATISTA	7/3 a 30/3/2021
SIRLEI FÁTIMA RIBEIRO	3/3 a 4/3/2021
ZILDA LEMES	01/3 a 4/3/2021
LIANE ZONATTO	26/3 a 27/3/2021
ANA ROSA GULARTE	29/3 a 30/3/2021
ESTEFÂNIA NOVAIS GONÇALVES	8/3 a 9/3/2021

Art. 2º Conceder licença para tratamento de saúde aos servidores abaixo nominados, lotadas aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Viação, Obras Públicas e Serviços Urbanos, relativo aos períodos que menciona:

NOME	PERÍODO
ADEVALDO ALVES VIANA	02/3 a 3/3/2021
RAUL SEDERLEI PASTORIO	12/3 a 13/3/2021
DIONI MARCIO TAVARES DA SILVA	16/3 a 20/3/2021
ALBERTO OLÍMPIO LUSTOSA	01/3 a 16/3/2021
CLEITON LOURENÇO DE ASSIS	29/3 a 31/3/2021
SHEILA CRISTINA DA SILVEIRA	02/3 a 3/3/2021 16/3 a 17/3/2021
FERNANDO MARTINS DA SILVA	12/3 a 13/3/2021

Art. 3º Conceder licença para tratamento de saúde às servidoras abaixo nominadas, lotadas aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, relativo aos períodos que menciona:

NOME	PERÍODO
JOSIANE RIBEIRO DA SILVA	11/3 a 12/3/2021
MARLI DE FÁTIMA DA ROCHA SILVA	7/3 a 8/3/2021
LEILA APARECIDA MOURA	01/3/2021
DALVA DE OLIVEIRA LOPES ANDRADE	31/3/2021
JOSIANE DE SOUZA BEZERRA	11/3 a 13/3/2021
DANYELA SAMIRA GUIMARÃES	10/3 a 11/3/2021
JAQUELINE DELLATORRE	24/3 a 27/3/2021
PHALOANA PINHEIRO COSTA	01/3/2021 18/3 a 19/3/2021
MAGDA FRANCISCA DA SILVA	15/3 a 16/3/2021 22/3 a 23/3/2021
DENIZE MARIA DA SILVA	02/3 a 4/3/2021
JUSSIMAR OLIVEIRA LIMA	23/3 a 24/3/2021
MONICA ASSIS DO NASCIMENTO	5/3 a 6/3/2021
KESSON ALVES DE CARVALHO	3/3 a 6/3/2021
EDER RODES BARBOSA	29/3 a 31/3/2021
JAQUELINE APARECIDA DE OLIVEIRA SIMÃO	23/3 a 24/3/2021
MARCIO FERREIRA DE PAULA	3/3 a 5/3/2021

LAURA ALAIDES ALVES DE JESUS	24/3 a 25/3/2021

Art. 4º Conceder licença para tratamento de saúde às servidoras abaixo nominadas, lotadas na Secretaria Municipal de Assistência Social, relativo aos períodos que menciona:

NOME	PERÍODO
MARLI TERESINHA PIRES	8/3 a 10/3/2021
ARIADNE RIBEIRO DE MORAIS	3/3 a 4/3/2021 22/3 a 23/3/2021
ELENA RANGEL SCHMITZ	24/3 a 31/3/2021
CRISTINA DANTAS BARBOSA	19/3 a 27/3/2021

Art. 5º Conceder licença para tratamento de saúde aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Educação,relativo aos períodos que menciona:

NOME	PERÍODO
MARIA SUELY ALVES DA SILVA	29/3 a 31/3/2021
INES ALVES DE LIMA	02/3 a 4/3/2021
NEULIZIANE SAMPAIO DE LARA	18/3 a 23/3/2021
MARIO MARCIO RIBEIRO	5/3 a 9/3/2021
LISIANE DA SILVA MENDES	23/3 a 24/3/2021
ODILA NELCI KRAMPE DONAT	31/3/2021
NILZA SCHITINI DE SOUZA	01/3 a 5/3/2021
ELISANGELA OLIVEIRA CAMARGO DA CRUZ	4/3 a 5/3/2021
TANIA MEIRE DE MELLO RIBEIRO	5/3 a 9/3/2021
MARLENE PANHOSATTO DA SILVA	01/3 a 3/3/2021
CRISTIANE DOS SANTOS FLAUZINE	9/3 a 16/3/2021
ELIZA ISABEL DE ALMEIDA MOURA	02/3 a 3/3/2021 7/3 a 10/3/2021
IONICE DE OLIVEIRA SANTOS LIMA	19/3 a 20/3/2021
JOSÉ CARLOS FROEHLICH	01/3 a 6/3/2021 10/3 a 14/3/2021
VIVIANE DA SILVA MENDES	22/3 a 31/3/2021
MARLI PFEIFER	5/3 a 6/3/2021
CRISTIMAR CARVALHO DUARTE	9/3 a 19/3/2021
MARCIA OLIVEIRA DE MELLO	4/3 a 5/3/2021 22/3 a 31/3/2021
QUEILA MATHEUS	16/3 a 20/3/2021 22/3 a 31/3/2021
CLÁUDIA INES KAIM	30/3 a 31/3/2021
GIOMARA CAMARGO DOS SANTOS	25/3 a 26/3/2021
MARIO MARCIO RIBEIRO	5/3 a 9/3/2021
REGINA CELIA DE SOUZA CAMPOS	8/3 a 9/3/2021
ROSANA GOMES DE BRITO	5/3 a 6/3/2021
NARGIWRE NAGLY KENADS TEODORO	25/3 a 27/3/2021
CLAUDIA MONEZ CHAVES	101/3 a 6/3/2021
CARLINA DOS SANTOS CRUZ	22/3 a 31/3/2021
JULIANA DE ALMEIDA MCHADO CORTEZ	22/3 a 27/3/2021
DANIELA MORAES LARA	3/3 a 6/3/2021 30/3 a 31/3/2021
JULIANA DE FATIMA DE PAULA HORBACH	11/3 a 12/3/2021 15/3 a 16/3/20211
VERA LUCIA PINHEIRO	01/3 a 02/3/2021 24/3 a 25/3/2021 30/3 a 31/3/2021
SANDRA CRISTINA SANTOS MARTINS	01/3 a 02/3/2021
IDONETE RODRIGUES DE FRANÇA	15/3 a 16/3/2021
MAICON LENON OTENIO DE BRITO	01/3/2021 a 02/3/2021
SOLANGE BERNARDO BRITO DOS SANTOS	29/3 a 30/3/2021
TEREZINHA MARIA DOS SANTOS	23/3 a 24/3/2021

Art. 6º Conceder licença para tratamento de saúde à servidora abaixo nominada, lotada na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, relativo ao período que menciona:

NOME	PERÍODO
ZENAIDE TAVARES DE OLIVEIRA	16/3 a 20/3/2021

Art. 7º Conceder licença para tratamento de saúde aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, relativo aos períodos que menciona:

NOME	PERÍODO
WAGNER LAGE	01/3 a 02/3/2021
VAGNER DANIEL PINTO	01/3 a 3/3/2021
WILLIAN NOGUEIRA DE SOUZA	5/3 a 6/3/2021
SEVERINO PEREIRA	19/3 a 24/3/2021

Art. 8º Conceder licença para tratamento de saúde à servidora abaixo nominada, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, relativo ao período que menciona:

NOME	PERÍODO
CINTYA VIEIRA SOUTO	15/3 a 18/3/2021

Art. 9º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 01 de março de 2021.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 24 de abril de 2021.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio

PORTARIA Nº.174, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

EXONERA, A PEDIDO, OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO *o disposto no caput do artigo 75, da Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008,*

CONSIDERANDO *a solicitação da servidora autuada sob nº. 1992/2021,*

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora **SIRLEI DE FATIMA RIBEIRO,** do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, nomeada através da Portaria nº. 49, de 02 de fevereiro de 2004.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 29 de abril de 2021.

Art. 3º Revogam-se as disposições contidas na Portaria nº. 49, de 02 de fevereiro de 2004, declarando-se a vacância do cargo mencionado no artigo 1º, nos termos do inciso I do artigo 73 da Lei Complementar nº. 1, de 15 de julho de 2008.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 26 de abril de 2021.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO "SRP" Nº 018/2021

O Pregoeiro Oficial do Municipio de Campos de Júlio - MT, nomeado pelo Decreto Municipal nº 006/2018, vem a público divulgar, para conhecimento dos interessados, o resultado do Pregão Eletrônico "SRP" nº 018/2021, do tipo menor preço por item, com abertura no dia 26/04/2021, às 08h00, horário local, com a finalidade de **"Registrar preços para aquisições futuras e parceladas de materiais de radiologia para atender as necessidades do Hospital Municipal Leocyr Lazarete",** sendo declarada vencedora do certame a empresa: **TIRADENTES MÉDICO HOSPITALAR LTDA, CNPJ/MF nº01.536.135/0005-62**, vencedora dos itens (02 e 03), com valor total de R$ 30.381,00 (trinta mil, trezentos e oitenta e um reais)**.** O item (01), foi declarado **"DESERTO"**, pois não houve propostas para o item, até a data da sessão.

Os valores unitários de cada item, estão registrados na Ata de Reunião de Julgamentos de Propostas emitido pelo Sistema (anexo ao procedimento) e em Ata de Registro de Preços, que destina o menor preço do item, por um período de 12 meses.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (65) 3387 – 2800, (65) 9.9963-3595 ou pelo e-mail: licitacao2@camposdejulio.mt.gov.br.

Campos de Júlio - MT, 26 de abril de 2021.
Marcelo José Batista dos Santos Lino

Pregoeiro Oficial

EDITAL DE RETIFICAÇÃO PUBLICAÇAO 021/2021 CONTAS ANUAIS - EXERCÍCIO 2020

EDITAL DE RETIFICAÇÃO PUBLICAÇAO 021/2021

CONTAS ANUAIS - EXERCÍCIO 2020

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI – Prefeito Municipal de Campos De Júlio - MT, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao disposto nos artigos 31, § 3º da Constituição Federal, artigo 209 da Constituição Estadual e da Lei Orgânica do Município.

TORNA PÚBLICO a todas as autoridades, pessoas interessadas e contribuintes que as CONTAS ANUAIS DE GESTÃO referente ao exercício de 2020 estará á disposição na Sede da Prefeitura Municipal, sito Avenida Valdir Masutti, 779 W- Bom Jardim e na Câmara do Município de Campos de Júlio-MT para exame e apreciação no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do dia 1 5 de fevereiro 2021.

E, para fins de conhecimento a todos, expede-se o presente edital que será afixado em local de fácil acesso ao público.

Campos de Júlio-MT, aos 2 3 dias do mês de março de 2021.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o teor do presente Edital na data supra.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO
BALANÇO FINANCEIRO - Anexo 13
Administração Direta

EXERCÍCIO:2020
PERÍODO (MÊS): Janeiro Á Dezembro
DATA DE EMISSÃO:26/04/2021
PAGINA:1

INGRESSOS		
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
Receita Orçamentária (I)	**61.084.295,60**	**56.334.150,12**
Ordinária	25.714.628,75	22.186.451,03
Vinculada	35.369.666,85	34.147.699,09
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico -	16.637,98	0,00
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	0,00	19.343,92
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Ilumin	510.896,30	0,00
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	0,00	484.688,71
Demais Recursos Vinculados Destinados à Saúde	100.261,72	0,00
Outras Transferências de Convênios ou Contratos de	1.393.457,83	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto	20.284.275,53	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	11.266.758,64
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	0,00	9.357.572,09
Recursos do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB	0,00	753.638,20
Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio	0,00	1.952.363,66
Recursos provenientes do Fundo de Transporte e Hab	867.144,22	0,00
Transferência de recursos do Estado para ações de	19.752,56	0,00
Transferência de recursos do Estado para ações de Assistência Social	0,00	31.532,69
Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Ass	347.614,36	0,00
Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FN/	0,00	265.816,88
Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Des	658.599,24	0,00
Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Edu	0,00	987.847,36
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúd	411.288,73	0,00
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Estado	0,00	279.510,20
Transferências de Convênios - Educação	0,00	595.233,12
Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúd	0,00	1.336.200,00
Transferências de Convênios ou Contratos de Repass	230.204,42	0,00
Transferências do FUNDEB - (aplicação na remun.dos profissionais do Ma	0,00	6.817.193,62
Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneraç	7.604.257,35	0,00
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS pr	2.925.276,61	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)	**204.790,61**	**286.767,84**
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	204.790,61	286.767,84
Interferências Financeiras (III)	**137,30**	**40.904,96**
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS (F)	0,00	5.335,27
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS -	137,30	34.939,75
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS - CO	0,00	629,94
Recebimentos Extraorçamentários (IV)	**9.557.395,50**	**7.421.052,18**
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	4.124.626,12	2.502.555,71
Inscrição de Restos a Pagar Processados	415.528,86	15.000,78
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	12.071,55	64.068,09
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	5.005.168,97	4.839.427,60
Saldo do Exercício Anterior (V)	**10.829.767,99**	**6.776.757,55**
BANCO C/ MOVIMENTO	10.829.767,99	6.776.757,55
TOTAL (VI) = (I+II+III+IV+V)	**81.676.387,00**	70.859.632,65

DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
Despesas Orçamentária (VII)	**54.127.660,14**	**48.791.731,67**
Ordinária	22.440.280,75	18.952.259,26
Vinculada	31.687.379,39	29.839.472,41
Alienação de Bens	612,50	0,00
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico -	21.293,36	0,00
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	0,00	17.524,43
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Ilumin	840.842,62	0,00
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	0,00	488.851,30
Demais Recursos Vinculados Destinados à Saúde	73.778,50	0,00
Outras Transferências de Convênios ou Contratos de	1.317.054,43	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto	18.109.538,60	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	9.899.568,42
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	0,00	8.226.977,56
Recursos do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB	0,00	981.393,59
Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio	0,00	1.305.271,29
Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Investimen	0,00	123.598,48
Recursos provenientes do Fundo de Transporte e Hab	897.520,63	0,00
Transferência de recursos do Estado para ações de	14.665,26	0,00
Transferência de recursos do Estado para ações de Assistência Social	0,00	13.523,97
Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Ass	285.996,92	0,00
Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FN/	0,00	173.513,13
Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Des	227.524,05	0,00
Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Edu	0,00	990.247,04
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúd	456.260,26	0,00
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Estado	0,00	232.818,50
Transferências de Convênios - Educação	0,00	283.936,77
Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúd	0,00	836.078,28
Transferências de Convênios ou Contratos de Repass	164.050,70	0,00
Transferências do FUNDEB - (aplicação na remun.dos profissionais do Ma	0,00	6.266.169,65
Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneraç	5.754.010,30	0,00
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS pr	3.524.231,26	0,00
Transferências Financeiras Concedidas (VIII)	**1.928.503,44**	**2.061.042,50**
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.928.503,44	2.061.042,50
Interferências Financeiras Concedidas (IX)	**12.071,55**	**64.301,76**
AJUSTE PARA PERDAS EM CLIENTES	0,00	233,67
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	5.427,43
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS -	12.071,55	29.556,41
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS - CO	0,00	6.942,79
REPOSIÇÃO/INDENIZAÇÃO DE SERVIDORES/AGENTES PÚBLICOS	0,00	22.141,46
Pagamentos Extraorçamentários (X)	**6.953.565,50**	**9.112.788,73**
RP NAO PROCESSADOS PAGOS	1.942.811,64	4.082.899,45
RP PROCESSADOS PAGOS	5.424,00	154.915,58
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	137,30	35.569,69
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	5.005.192,56	4.839.404,01
Saldo para o Exercício Seguinte (XI)	**18.654.586,37**	**10.829.767,99**
BANCO C/ MOVIMENTO	18.654.586,37	10.829.767,99
TOTAL (XII) = (VII+VIII+IX+X+XI)	**81.676.387,00**	**70.859.632,65**

Assinado Digitalmente

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO
BALANÇO FINANCEIRO - Anexo 13
Administração Direta

EXERCÍCIO:2020
PERÍODO (MÊS): Janeiro Á Dezembro
DATA DE EMISSÃO:26/04/2021
PAGINA:2

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior

CAMPOS DE JÚLIO, 26/04/2021

SERGIO NORBERTO DA SILVA
Contador CRC-MT 005229/O-6

JOSÉ ODIL DA SILVA
Prefeito Municipal

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO
Anexo 14 - Balanço Patrimonial
Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício 2020
Período: Janeiro à Dezembro
Página: 1

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	19.068.538,53	15.949.582,38
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18.654.586,37	10.829.767,99
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	0,00	4.906.663,12
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	7.273,30	19.207,55
ESTOQUES	406.678,86	193.943,72
ATIVO NÃO CIRCULANTE	57.898.104,27	48.439.416,06
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	4.914.478,86	70.473,60
IMOBILIZADO	52.983.625,41	48.368.942,46
TOTAL	**76.966.642,80**	**64.388.998,44**

PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO CIRCULANTE	1.898.536,60	1.431.745,17
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A	1.444.892,01	1.388.173,05
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	397.087,93	43.548,53
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	51.460,66	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	5.096,00	23,59
TOTAL DO PASSIVO	**1.898.536,60**	**1.431.745,17**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
RESULTADOS ACUMULADOS	75.068.106,20	62.957.253,27
RESULTADO DO EXERCÍCIO	12.245.915,25	6.031.104,27
RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	62.822.190,95	56.926.149,00
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**75.068.106,20**	**62.957.253,27**
TOTAL	**76.966.642,80**	**64.388.998,44**

ATIVO FINANCEIRO	**18.661.859,67**	**10.848.975,54**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**5.365.270,71**	**2.856.127,83**
ATIVO PERMANENTE	**58.304.783,13**	**53.540.022,90**	**PASSIVO PERMANENTE**	**1.444.892,01**	**1.388.173,05**
SALDO PATRIMONIAL				**70.156.480,08**	**60.144.697,56**

COMPENSAÇÕES

Saldo dos Atos Potenciais Ativos	Exercício Atual	Exercício Anterior
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNER	1.619.957,34	1.619.957,34
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONTRATUAIS	2.239.166,46	1.003.388,28
TOTAL	**3.859.123,80**	**2.623.345,62**

Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual	Exercício Anterior
EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	23.219.364,98	9.592.038,52
TOTAL	**23.219.364,98**	**9.592.038,52**

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ORDINÁRIA	5.134.117,52	4.471.256,99
VINCULADA	8.155.174,56	3.514.293,84
1 - Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto	4.118.315,99	536.205,33
15 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Des	578.178,49	152.589,59
16 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico -	2.266,31	2.019,93
17 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Illumin	221.596,26	550.935,43
18 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneraç	112.151,10	421.087,27
2 - Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto	1.603.521,80	244.578,92
22 - Transferências de Convênios ou Contratos de Repass	104.427,00	136.178,25
24 - Outras Transferências de Convênios ou Contratos de	-718.750,02	-732.921,74
25 - Demais Recursos Vinculados Destinados à Educação	169.546,33	0,00
26 - Demais Recursos Vinculados Destinados à Saúde	55.368,20	0,00
29 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Ass	240.613,03	234.660,63
30 - Recursos provenientes do Fundo de Transporte e Hab	8.141,86	98.972,56
42 - Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúd	204.343,98	217.658,19

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO
Anexo 14 - Balanço Patrimonial
Administração Direta

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
43 - Transferência de recursos do Estado para ações de	76.702,70	21.481,49
46 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS pr	730.450,53	1.306.517,98
47 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS pr	194.467,85	290.126,91
92 - Alienação de Bens	453.833,15	34.203,10
TOTAL	**13.289.292,08**	**7.985.550,83**

CAMPOS DE JÚLIO, 26/04/2021

SERGIO NORBERTO DA SILVA
Contador CRC-MT 005229/O-6

JOSÉ ODIL DA SILVA
Prefeito Municipal

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO
BALANÇO FINANCEIRO - Anexo 13
Administração Direta, Indireta e Fundacional

EXERCÍCIO:2020
PERÍODO (MÊS): Janeiro Á Dezembro
DATA DE EMISSÃO:26/04/2021
PAGINA:1

INGRESSOS		
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
Receita Orçamentária (I)	**61.084.295,60**	**56.334.150,12**
Ordinária	25.714.628,75	22.186.451,03
Vinculada	35.369.666,85	34.147.699,09
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico -	16.637,98	0,00
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	0,00	19.343,92
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Ilumin	510.896,30	0,00
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	0,00	484.688,71
Demais Recursos Vinculados Destinados à Saúde	100.261,72	0,00
Outras Transferências de Convênios ou Contratos de	1.393.457,83	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto	20.284.275,53	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	11.266.758,64
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	0,00	9.357.572,09
Recursos do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB	0,00	753.638,20
Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio	0,00	1.952.363,66
Recursos provenientes do Fundo de Transporte e Hab	867.144,22	0,00
Transferência de recursos do Estado para ações de	19.752,56	0,00
Transferência de recursos do Estado para ações de Assistência Social	0,00	31.532,69
Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Ass	347.614,36	0,00
Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FN/	0,00	265.816,88
Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Des	658.599,24	0,00
Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Edu	0,00	987.847,36
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúd	411.288,73	0,00
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Estado	0,00	279.510,20
Transferências de Convênios - Educação	0,00	595.233,12
Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúd	0,00	1.336.200,00
Transferências de Convênios ou Contratos de Repass	230.204,42	0,00
Transferências do FUNDEB - (aplicação na remun.dos profissionais do Ma	0,00	6.817.193,62
Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneraç	7.604.257,35	0,00
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS pr	2.925.276,61	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)	**2.133.294,01**	**2.347.810,34**
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	2.133.294,01	2.347.810,34
Interferências Financeiras (III)	**137,30**	**40.904,96**
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS (F)	0,00	5.335,27
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS -	137,30	34.939,75
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS - CO	0,00	629,94
Recebimentos Extraorçamentários (IV)	**9.791.162,04**	**7.675.215,08**
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	4.124.626,12	2.512.455,71
Inscrição de Restos a Pagar Processados	415.528,86	15.000,78
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	12.071,55	64.068,09
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	5.238.935,51	5.083.690,50
Saldo do Exercício Anterior (V)	**10.839.667,99**	**6.776.757,55**
BANCO C/ MOVIMENTO	10.839.667,99	6.776.757,55
TOTAL (VI) = (I+II+III+IV+V)	**83.848.556,94**	73.174.838,05

DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
Despesas Orçamentária (VII)	**55.851.372,93**	**50.566.006,33**
Ordinária	24.163.993,54	20.726.533,92
Vinculada	31.687.379,39	29.839.472,41
Alienação de Bens	612,50	0,00
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico -	21.293,36	0,00
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	0,00	17.524,43
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Ilumin	840.842,62	0,00
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	0,00	488.851,30
Demais Recursos Vinculados Destinados à Saúde	73.778,50	0,00
Outras Transferências de Convênios ou Contratos de	1.317.054,43	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto	18.109.538,60	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	9.899.568,42
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	0,00	8.226.977,56
Recursos do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB	0,00	981.393,59
Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio	0,00	1.305.271,29
Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Investimen	0,00	123.598,48
Recursos provenientes do Fundo de Transporte e Hab	897.520,63	0,00
Transferência de recursos do Estado para ações de	14.665,26	0,00
Transferência de recursos do Estado para ações de Assistência Social	0,00	13.523,97
Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Ass	285.996,92	0,00
Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FN/	0,00	173.513,13
Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Des	227.524,05	0,00
Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Edu	0,00	990.247,04
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúd	456.260,26	0,00
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Estado	0,00	232.818,50
Transferências de Convênios - Educação	0,00	283.936,77
Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúd	0,00	836.078,28
Transferências de Convênios ou Contratos de Repass	164.050,70	0,00
Transferências do FUNDEB - (aplicação na remun.dos profissionais do Ma	0,00	6.266.169,65
Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneraç	5.754.010,30	0,00
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS pr	3.524.231,26	0,00
Transferências Financeiras Concedidas (VIII)	**2.133.294,05**	**2.347.810,34**
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	2.133.294,05	2.347.810,34
Interferências Financeiras Concedidas (IX)	**12.071,55**	**64.301,76**
AJUSTE PARA PERDAS EM CLIENTES	0,00	233,67
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	5.427,43
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS -	12.071,55	29.556,41
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS - CO	0,00	6.942,79
REPOSIÇÃO/INDENIZAÇÃO DE SERVIDORES/AGENTES PÚBLICOS	0,00	22.141,46
Pagamentos Extraorçamentários (X)	**7.197.232,04**	**9.357.051,63**
RP NAO PROCESSADOS PAGOS	1.952.711,64	4.082.899,45
RP PROCESSADOS PAGOS	5.424,00	154.915,58
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	137,30	35.569,69
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	5.238.959,10	5.083.666,91
Saldo para o Exercício Seguinte (XI)	**18.654.586,37**	**10.839.667,99**
BANCO C/ MOVIMENTO	18.654.586,37	10.839.667,99
TOTAL (XII) = (VII+VIII+IX+X+XI)	**83.848.556,94**	**73.174.838,05**

EXERCÍCIO:2020
PERÍODO (MÊS): Janeiro À Dezembro
DATA DE EMISSÃO:26/04/2021
PAGINA:2

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO
BALANÇO FINANCEIRO - Anexo 13
Administração Direta, Indireta e Fundacional

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior

CAMPOS DE JÚLIO, 26/04/2021

SERGIO NORBERTO DA SILVA
Contador CRC-MT 005229/O-6

JOSÉ ODIL DA SILVA
Prefeito Municipal

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO
Anexo 14 - Balanço Patrimonial
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício 2020
Período: Janeiro à Dezembro
Página: 1

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	19.068.538,53	15.959.482,38	PASSIVO CIRCULANTE	1.936.781,19	1.458.826,02
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18.654.586,37	10.839.667,99	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A	1.483.136,60	1.415.253,90
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	0,00	4.906.663,12	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	397.087,93	43.548,53
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	7.273,30	19.207,55	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	51.460,66	0,00
ESTOQUES	406.678,86	193.943,72	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	5.096,00	23,59
ATIVO NÃO CIRCULANTE	58.350.720,39	48.907.141,15	**TOTAL DO PASSIVO**	**1.936.781,19**	**1.458.826,02**
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	4.914.478,86	70.473,60			
IMOBILIZADO	53.436.241,53	48.836.667,55	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
			RESULTADOS ACUMULADOS	75.482.477,73	63.407.797,51
			RESULTADO DO EXERCÍCIO	12.209.742,54	6.160.602,97
			RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	63.272.735,19	57.247.194,54
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**75.482.477,73**	**63.407.797,51**
TOTAL	**77.419.258,92**	**64.866.623,53**	**TOTAL**	**77.419.258,92**	**64.866.623,53**
ATIVO FINANCEIRO	**18.661.859,67**	**10.858.875,54**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**5.365.270,71**	**2.866.027,83**
ATIVO PERMANENTE	**58.757.399,25**	**54.007.747,99**	**PASSIVO PERMANENTE**	**1.483.136,60**	**1.415.253,90**
SALDO PATRIMONIAL				**70.570.851,61**	**60.585.341,80**

COMPENSAÇÕES

Saldo dos Atos Potenciais Ativos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual	Exercício Anterior
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNER	1.619.957,34	1.619.957,34	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	23.260.657,25	9.641.660,15
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONTRATUAIS	2.239.166,46	1.003.388,28			
TOTAL	**3.859.123,80**	**2.623.345,62**	**TOTAL**	**23.260.657,25**	**9.641.660,15**

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ORDINÁRIA	5.134.117,52	4.471.256,99
VINCULADA	8.155.174,56	3.514.293,84
1 - Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto	4.118.315,99	536.205,33
15 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Des	578.178,49	152.589,59
16 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico -	2.266,31	2.019,93
17 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Illumin	221.596,26	550.935,43
18 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneraç	112.151,10	421.087,27
2 - Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto	1.603.521,80	244.578,92
22 - Transferências de Convênios ou Contratos de Repass	104.427,00	136.178,25
24 - Outras Transferências de Convênios ou Contratos de	-718.750,02	-732.921,74
25 - Demais Recursos Vinculados Destinados à Educação	169.546,33	0,00
26 - Demais Recursos Vinculados Destinados à Saúde	55.368,20	0,00
29 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Ass	240.613,03	234.660,63
30 - Recursos provenientes do Fundo de Transporte e Hab	8.141,86	98.972,56
42 - Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúd	204.343,98	217.658,19

Betha Sistemas
Exercício 2020
Período: Janeiro à Dezembro
Página: 2

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO
Anexo 14 - Balanço Patrimonial
Administração Direta, Indireta e Fundacional

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
43 - Transferência de recursos do Estado para ações de	76.702,70	21.481,49
46 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS pr	730.450,53	1.306.517,98
47 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS pr	194.467,85	290.126,91
92 - Alienação de Bens	453.833,15	34.203,10
TOTAL	**13.289.292,08**	**7.985.550,83**

CAMPOS DE JÚLIO, 26/04/2021

SERGIO NORBERTO DA SILVA
Contador CRC-MT 005229/O-6

JOSÉ ODIL DA SILVA
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO N° 130/2019

ESPÉCIE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

OBJETO: Rescinde o Contrato Administrativo de nº 130/2019, Amigavelmente a partir de 16/04/2021.

ASSINAM: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI – Prefeito / RESCINDENTE E VAL SERVIÇOS representada pela Proprietária VALDIRENE DOS SANTOS CNPJ32.671.344/0001-19/ RESCINDIDO.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO N° 125/2019.

ESPÉCIE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

OBJETO: Rescinde o Contrato Administrativo de nº 125/2019, Amigavelmente a partir de 16/04/2021.

ASSINAM: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI – Prefeito / RESCINDENTE DOS SANTOS SERVIÇOS, representada pela Proprietária MARIA ELIZABETE FIRMINO DOS SANTOS CNPJ: 32.245.385/0001-43 / RESCINDIDO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.241/2021, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

PORTARIA N.241/2021, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder FÉRIAS pelo período de 30 (trinta) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal, Sra. **JOSIMEIRE DE SOUZA R. RESENDE,** matrícula n.471, ocupante do cargo de Técnica Gestão Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

PERÍODO AQUISITIVO DE FÉRIAS
02/05/2019 Á 01/05/2020
PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS
03/05/2021 Á 31/05/2021

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se

Registre-se.

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 26 de Abril de 2021.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.243/2021, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

PORTARIA N.243/2021, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder FÉRIAS pelo período de 30 (trinta) dias ininterruptos ao Servidor Público Municipal, Sr. **ELDON RODRIGUES GLÓRIA,** matrícula n. 421, ocupante do cargo de Agente Escolar, lotado na Escola Municipal Canaã.

PERÍODO AQUISITIVO DE FÉRIAS
24/02/2019 Á 23/02/2020
PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS
03/05/2021 Á 31/05/2021

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se

Registre-se.

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 26 de Abril de 2021.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.242/2021, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

PORTARIA N.242/2021, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder FÉRIAS pelo período de 30 (trinta) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal, Sra. **MARIA DE JESUS FERREIRA DE SOUSA,** matrícula n.1808, ocupante do cargo de agente de limpeza, lotada na Escola Municipal Canaã.

PERÍODO AQUISITIVO DE FÉRIAS
23/02/2020 Á 22/02/2021
PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS
03/05/2021 Á 31/05/2021

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se

Registre-se.

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 26 de Abril de 2021.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL AO CONTRATO CPL Nº 034/2020

O MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE - MT, inscrito no CNPJ/MF sob nº 37.465.200/0001-20, com sede na Avenida Aurea Tavares de Amorim, s/nº, Setor Vila São João, CEP 78.658-000, na cidade de Canabrava do Norte - MT, neste ato representado pelo João Cleiton Araújo de Medeiros, brasileiro, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 1563807-3 SSP/MT e do CPF/MF nº 011.173.691-96, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, o PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA - CNPJ: 05.340.639/0001-30, com sede na Rua Calcada Canopo, 11 – 2° Andar – Sala 03 – Centro de Apoio II – Alphaville – Santana de Parnaíba/SP – CEP: 06541-078, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, RESOLVEM, com fulcro no artigo 79, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, firmar o presente Termo de Rescisão Amigável do Contrato nº 034/2020, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Fica rescindido, de forma amigável, o CONTRATO Nº 034/2020, celebrado em 04/11/2020, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços para gerenciamento e administração de despesas de abastecimento da frota de veículos da Prefeitura Municipal

de Canabrava do Norte, com utilização de tecnologia de cartão micro processada – chip ou magnético, por meio de rede de postos credenciados e disponibilizados, para atender a demanda das Secretarias Municipais: Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, Serviços e Urbanismo; Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social; Secretaria Municipal de Saúde; e Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, mediante a justificativa de saldo insuficiente para vigência e abertura de novo processo licitatório e posterior contratação do mesmo objeto por meio da Pregão nº 006/2021;

CLÁUSULA SEGUNDA – DA LIQUIDAÇÃO DAS DESPESAS

2.1 - A rescisão amigável do contrato em epígrafe será realizada sem ônus de qualquer natureza para qualquer das partes, renunciando as partes o direito sobre o qual se fundou a relação jurídica do que se pactuou no processo de licitação que gerou o Contrato CPL nº 034/2020.

2.A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE/MT compromete-se a liquidar os débitos que se encontram em aberto em nosso sistema.

2.3 Após a efetivação do pagamento as partes se exoneram de qualquer reclamação futura decorrente da presente rescisão contratual, nas esferas cíveis, administrativas e criminais.

CLAUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

3.1. O presente instrumento particular é firmado em caráter de expressa irrevogabilidade e irretratabilidade não cabendo às partes o direito de arrependimento ou desistência.

E por estarem assim justos e acertados, firmam o presente instrumento particular em 03 (três) vias de igual teor, forma e efeito na presença de duas testemunhas que a tudo presenciaram e Igualmente assinam.

Canabrava do Norte – MT, 26 de abril de 2021.

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS Prefeito Municipal Contratante	**PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA** Contratado

ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO PORTARIA N.236/2021, DE 22 DE ABRIL DE 2021.

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Na edição nº.3.714, do Diário Oficial dos Municípios no dia 26 de abril de 2021,

ONDE SE LÊ: "DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS DA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO LEIA-SE DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO, passando a vigorar com a seguinte redação.

PORTARIA N.236/2021, DE 22 DE ABRIL DE 2021.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o memorando n. 158/2021 exarado pela secretaria municipal de administração, planejamento e finanças, Sra. Tatiana Silvestre Ferolla.

CONSIDERANDO a falha administrativa.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder **LICENÇA PRÊMIO** pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal, Sra. **RENAIR DA HORA TRINDADE DE OLIVEIRA,** matrícula n.529, ocupante do cargo de apoio administrativo educacional, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

PERÍODO AQUISITIVO DE LICENÇA PRÊMIO
24/02/2012 Á 23/02/2017
PERÍODO DO GOZO DE LICENÇA PRÊMIO
04/01/2021 Á 03/04/2021

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se

Registre-se.

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 22 de abril de 2021.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

PORTARIA Nº470/2021

Portaria Nº470/2021

De 23 de abril de 2021.

Conceder férias regulamentares ao Servidor Público Municipal **Edvaldo Carvalho Noleto**e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao Servidor**Edvaldo Carvalho Noleto**por um período de 30 dias, a serem gozadas no período de 10 de junho de 2021 a 09 de julho de 2021.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 03/02/2018 a 02/02/2019.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 23 de abril de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 472/2021

Portaria nº 472/2021

De 23 de abril de 2021

Dispõe sobre Licença Interesse Particular.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E:

Art. 1º – Conceder a licença interesse particular para a servidora pública **Silvania Mesquita de Moraes**, no cargo de provimento efetivo de Mensageira Arquivista em Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde da Lei Complementar nº 123/2014, a partir de 09 de junho de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 23 de abril de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

DECRETO Nº3192/2021

Decreto Nº3192/2021

De 26 de abril de 2021.

"Nomeia membros integrantes do Conselho de Acompanhamento, Controle Social, Comprovação e Fiscalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, e dá outras providências. "

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe no Art. 66 da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 780/2007 de 19 de janeiro de 2007, Lei Municipal n.º 1.559/2021 de 23 de abril de 2021, e alterações, e a Lei Federal n.º 14.113 de 25 de dezembro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros integrantes do Conselho Municipal de Acompanhamento, Controle Social, Comprovação e Fiscalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, como segue:

I - REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO/SEMEC:

Titular: Marceli Teresinha Thomas Langer Costa;

Suplente: Leonardo Kido Alves;

Titular: Marilde da Silva Ramos;

Suplente: Divaldo Gonçalves de Souza;

II - REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

Titular: Lúcia Cleci Bobato Guites;

Suplente: LilianSpohr Dias;

III - REPRESENTANTES DOS DIRETORES DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS:

Titular: Eliane Marques Benedito;

Suplente: Marinalda Ferreira Costa;

IV - REPRESENTANTES DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS:

Titular: Alinny Martini Pinheiro;

Suplente: Simoni dos Reis;

V – REPRESENTANTES DOS PAIS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

Titular: Elvira Alves Guimarães;

Suplente: Ana Paula Soares de Sousa Matos da Silva;

Titular: Suely Dias Rosa;

Suplente: Lucimar Maria de Aguiar;

VI – REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO (CME):

Titular: Michelle Lehnen;

Suplente: Angelina Bigaton Ferla;

VII – REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR:

Titular: Cleiton da Silva Oliveira;

Suplente: Paulo Jonatas Mendes Gonçalves;

VIII – REPRESENTANTES DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL:

Titular: Martieli Sieben Colombo;

Suplente: Kelly Costa;

Titular: Bruna Caroline Freitas;

Suplente: José Mitielo Benites Corrêa;

IX – REPRESENTANTES DAS ESCOLAS INDÍGENAS:

Titular: Maria Estela Gomes da Silva;

Suplente: Eugênio Tsere Ute.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto N.º 3180/2021 de 16 de março de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Canana – MT, 26 de abril de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº474/2021

Portaria Nº474/2021

De 23 de abril de 2021.

Conceder férias regulamentares ao Servidor Público Municipal **João Aparecido** e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao Servidor **João Aparecido,** por um período de 20 dias que serão usufruídas no período abaixo discriminado, e 10 dias serão convertidos em abono pecuniário.

Gozo de 20 dias, 21 de julho de 2021 a 2021 a 09 de agosto de 2021.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição d e férias compreende a 16/08/2018 a 15/08/2019.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 23 de abril de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº476/2021

Portaria Nº476/2021

De 23 de abril de 2021.

Nomeia Servidora para Cargo em Comissão.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art.1°- Nomear **Ilneide Lopes da Costa** para exercer o cargo de Coordenador de eventos esportivos, cargo de Provimento em Comissão constante no Anexo I da Lei Complementar n°156/2017 de 22 de março de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, com efeitos retroativos a 01/04/2021.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 23 de abril de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 471/2021

Portaria nº 471/2021

De 23 de abril de 2021

Dispõe sobre Licença Interesse Particular.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E:

Art. 1º – Conceder Licença Interesse Particular para a servidora pública **Jaqueline Pereira de Souza**, no cargo de provimento efetivo de Enfermeira, na Secretaria Municipal de Saúde da Lei Complementar nº 123/2014, a partir de 04 de junho de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 23 de abril de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municip

ERRATA - AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2021

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Canarana - MT, em correção à publicação do **AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2021,** publicado no Diário Oficial dos Municípios (AMM), Diário Oficial de Contas do TCE/MT e Jornal de grande Circulação, **COMUNICA** a todos:

AONDE SE LÊ: dia **29/04/2021 às 15h30min** (**Horário Brasília)**.

LEIA-SE: dia **29/04/2021 às 13h30min** (**Horário Brasília)**.

Canarana-MT, 26 de Abril de 2021.

DAVID ANDERSON MARIANO DA SILVA

Pregoeiro Oficial

PORTARIA Nº473/2021

Portaria Nº473/2021

De 23 de abril de 2021.

Conceder férias regulamentares ao Servidor Público Municipal **João Aparecido** e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao Servidor **João Aparecido,** por um período de 20 dias que serão usufruídas no período abaixo discriminado, e 10 dias serão convertidos em abono pecuniário.

Gozo de 20 dias, 01 de junho de 2021 a 20 de junho de 2021.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 16/08/2017 a 15/08/2018.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 23 de abril de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº477/2021

Portaria Nº477/2021

De 23 de abril de 2021.

Conceder férias regulamentares ao Servidor Público Municipal **Fabio Alberto Eberhart** e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao Servidor **Fabio Alberto Eberhart,** por um período de 20 dias que serão usufruídas no período abaixo discriminado, e 10 dias serão convertidos em abono pecuniário.

Gozo de 20 dias, 01 de julho de 2021 a 20 de julho de 2021.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 22/03/2019 a 21/03/2020.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 23 de abril de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 480/2021

Portaria nº 480/2021

De 26 de abril de 2021

Dispõe sobre Licença Interesse Particular.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E:

Art. 1º – Conceder a licença interesse particular para a servidora pública **Sonia Maria da Silva Noleto** no cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, na Secretaria Municipal de Saúde da Lei Complementar nº 123/2014, a partir de 08 de julho de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 26 de abril de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº481/2021

Portaria Nº481/2021

De 26 de abril de 2021.

Concede férias a Servidora Pública Municipal **Maria de Lourdes Ferreira Nunes da Silva** e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora**Maria de Lourdes Ferreira Nunes da Silva**por um período de 30 dias, a serem gozadas no período de 19 de julho de 2021 a 17 de agosto de 2021.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 06/02/2020 a 05/02/2021.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 26 de abril de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº475/2021

Portaria Nº475/2021

De 23 de abril de 2021.

Conceder férias regulamentares ao Servidor Público Municipal **Samuel Luis Hepp** e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao Servidor**Samuel Luis Hepp**por um período de 30 dias, a serem gozadas no período de 21 de junho de 2021 a 20 de julho de 2021.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 24/08/2018 a 23/08/2019.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 23 de abril de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

PREVCAR
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT

EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2021

CONTRATANTE: PREVCAR – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CARLINDA – MT

CONTRATADA:I F CONSULTORIA ATUARIAL EIRELI

CNPJ nº. **10.541.510/0001-20**

VALOR GLOBAL: 6.600,00 (Seis mil e seiscentos reais)

VIGÊNCIA: 22/01/2021 à 31/12/2021

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste em Assistência e Consultoria Atuarial, Reavaliação Atuarial, Projeção Atuarial, Nota Técnica Atuarial, Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial – DRAA – CADPREV, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e AssetLiability Management – ALM

Carlinda - MT, 22 de janeiro de 2021.

Eliane Aparecida da Silva Santos

Diretora Executiva

PREVCAR
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT

EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2021

CONTRATANTE: PREVCAR – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CARLINDA – MT

CONTRATADA:P.H DA C. FERREIRA ASSESSORIA PÚBLICA-ME,

CNPJ nº. 09.517.508/0001-36

VALOR GLOBAL: R$5.040,00 (Cinco Mil e Quarenta Reais

VIGÊNCIA: 22/01/2021 à 31/12/2021

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste em Serviços Técnicos Especializados em Assessoria continuada nas Áreas Previdenciária, na Concessão de Benefícios e Assessoria Jurídica, ASSESSORIA PREVIDENCIÁRIA, ASSESSORIA NA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS, ASSESSORIA JURÍDICA.

Carlinda - MT, 22 de janeiro de 2021.

Eliane Aparecida da Silva Santos

Diretora Executiva

PREVCAR
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT

EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2021

CONTRATANTE: PREVCAR – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CARLINDA – MT

CONTRATADA:P.H DA C. FERREIRA ASSESSORIA PÚBLICA-ME,

CNPJ nº. 09.517.508/0001-36

VALOR GLOBAL: R$6.000,00 (Seis Mil Reais)

VIGÊNCIA: 22/01/2021 à 31/12/2021

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste em Serviços Técnicos Especializados em Locação de Software - Sistema de Gerenciamento de Previdência Municipal *Online*.

Carlinda - MT, 22 de janeiro de 2021.

Eliane Aparecida da Silva Santos

Diretora Executiva

PREVCAR
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2021

CONTRATANTE: PREVCAR – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CARLINDA – MT

CONTRATADA:I F CONSULTORIA ATUARIAL EIRELI

CNPJ nº. **10.541.510/0001-20**

VALOR GLOBAL: R$8.199,96 (Oito mil cento e noventa e nove reais e noventa e seis centavos)

VIGÊNCIA: 22/01/2021 à 31/12/2021

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste em Prestação de Serviços de Assistência e Consultoria de Investimentos - PAI - Elaboração do Plano Anual de Investimentos, Relatório Anual dos Investimentos, Demonstrativo analítico dos investimentos, Notas explicativas sobre os fundos de investimentos, Relatórios Semestrais dos Investimentos, Relatórios Trimestrais dos Investimentos, Relatórios mensais de Investimentos, Pareceres Avulsos, Credenciamento, (Administrador/Gestor, Credenciamento, (Distribuidor), Credenciamento, (Fundo de Investimento, Credenciamento, (Prestadores de serviços, Planilha DAIR/CADPREV e APR E Organização de documentos para auditoria

Carlinda - MT, 22 de janeiro de 2021.

Eliane Aparecida da Silva Santos

Diretora Executiva

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO DE ADITAMENTO DO CONTRATO N° 70/2017.

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO DE ADITAMENTO DO CONTRATO N° 70/2017.

PROCESSO LICITATÓRIO: **PREGÃO PRESENCIAL 54/2017;**

OBJETO: ADITAMENTO DO CONTRATO REFERENTE À **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ATRAVÉS DE MEI- MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL PARA PRESTAR ASSESSORIA ADMINISTRATIVA ATENDENDO A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA-MT;**

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, inciso II, § 2, da Lei Federal n.º 8.666/93;

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira;

CONTRATADO: **ROSA AUXILIADORA ALVES RIBEIRO 487010841-00,** pessoa jurídica de direitos privado, devidamente inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 41.583.347/0001-91;**

MOTIVO: Alteração dos dados cadastrais da contratada na Receita Federal.

DATA DE ASSINATURA: 26/04/2021

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

Pregoeira

Poder Executivo - Castanheira-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

PROCURADORIA MUNICIPAL
DECRETO LUTO

DECRETO MUNICIPAL N.º 060/2021

DISPÕE SOBRE O LUTO OFICIAL DE TRÊS DIAS PELO FALECIMENTO DO SENHOR EDSON DOS REIS DE FREITAS (EDINHO DE FREITAS).

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO o falecimento do honroso **Sr. Edson dos Reis de Freitas "Edinho de Freitas"**, ex. Vereador, ex. Chefe de Gabinete de Chapada dos Guimarães/MT, atualmente como subprefeito do distrito do Coxipó do Ouro, ocorrida na data de 25 de abril de 2021;

CONSIDERANDO os inestimáveis trabalhos dedicados à comunidade chapadense no decorrer de sua vida como cidadão e agente político e o alto grau de amizade que o homenageado constituiu em vida com pessoas dos mais diversos segmentos da sociedade chapadense e em toda a região;

CONSIDERANDO a relevância pelos seus serviços prestados na qualidade de uma pessoa pública e de ex. Vereador do Município e Chefe de Gabinete;

CONSIDERANDO o consternamento geral da comunidade chapadense e o sentimento de solidariedade, dor e saudade que emerge pela perda deste ilustre cidadão exemplar, de conduta íntegra, respeitável líder político e de ilibado espírito público;

CONSIDERANDO, finalmente, que é dever do Poder Público chapadense render justas homenagens àqueles que com o seu trabalho, seu exemplo e sua dedicação, contribuíram para o bem-estar da coletividade;

CONSIDERANDO, por fim, o legado que certamente deixará aos seus filhos, familiares e amigos.

DECRETA:

Art. 1º. Luto Oficial por três (03) dias, no Município de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, contados a partir do dia 25 de abril de 2021, em sinal de profundo pesar pelo falecimento do senhor **Sr. Edson dos Reis de Freitas "Edinho de Freitas"**, que em vida, prestou inestimáveis serviços ao Município de Chapada dos Guimarães, como cidadão e no exercício dos cargos de Vereador e Chefe de Gabinete.

Art. 2º. Durante o período de luto oficial determinado por este Decreto, a bandeira municipal ficará hasteada à meio mastro em todos os órgãos públicos do município.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor com efeitos retroativo a partir do dia 25 de abril de 2021, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Pedro Reindel em Chapada dos Guimarães, 26 de abril de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito de Chapada dos Guimarães

PROCURADORIA MUNICIPAL
DECRETO

DECRETO MUNICIPAL N.º 057/2021

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO ARTIGO 3º DA LEI MUNICIPAL DE Nº 1.765 DE 19 DE ABRIL DE 2018 - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO o estabelecido pela Lei Complementar nº 042/2010, – Lei de Uso e Ocupação do Solo;

CONSIDERANDO as determinações contidas no Plano Diretor, Lei Municipal n.º 043/2010, que é um instrumento básico da política de desenvolvi-

mento e expansão urbana, é ele quem deve promover o diálogo entre os aspectos físicos, territoriais e os objetivos sociais, econômicos e ambientais que temos para Chapada dos Guimarães.

CONSIDERANDO o previsto o previsto na Lei Municipal de nº 1.765 de 19 de abril de 2018.

CONSIDERANDO o previsto o previsto na Lei Municipal de nº 1.290/2007;

CONSIDERANDO o previsto o previsto no Decreto Municipal de nº 81/2010;

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto regulamenta o artigo 3º da Lei Municipal 1.765 de 19 de abril de 2018.

Art. 2º. A competência administrativa prevista no artigo 3º é exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º. Todo e qualquer projeto para aprovação, licença deverá ter a ciência do Chefe do Poder Executivo e conhecimento do Controle Interno do Munícipio de Chapada dos Guimarães.

Art. 4º. Após a análise e autorização do chefe do Poder Executivo o processo seguirá para a Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento, para o devido prosseguimento do processo.

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Pedro Reindel em Chapada dos Guimarães, 20 de abril de 2021.

Osmar Froner de Mello

Prefeito de Chapada dos Guimarães

DECRETO MUNICIPAL N.º 058/2021

INSTITUI ÁREA "FAIXA DE DOMÍNIO" AO LONGO DAS RODOVIAS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO o peculiar interesse do Município de Chapada dos Guimarães;

CONSIDERANDO a necessidade urgente de disciplinar o uso e o parcelamento do solo, para preservação das áreas necessárias à segurança e melhoria ao longo das rodovias municipais, e

CONSIDERANDO, finalmente, a oficialização de um Sistema Rodoviário Municipal, aprovado pela Lei Municipal nº 531 de 02 de março de 1.990 e da Secretaria Municipal de Obras do Município de Chapada dos Guimarães.

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica instituída como Área *"Non Aedificandi"* uma faixa ao longo das rodovias integrantes do Sistema Rodoviário Municipal de Chapada dos Guimarães.

Art. 2º. A faixa *"Non Aedificandi"* tem posição simétrica em relação ao eixo de cada rodovia e largura mínima de 20,0 metros.

§ 1º. As rodovias supramencionadas constam os trechos e percursos estabelecidos na Lei Municipal nº 1.862 de 03 de março de 2021 e Lei Municipal nº 1.863 de 03 de março de 2021.

§ 2º. Na referida faixa somente será admitida a instalação de serviços públicos essenciais, promovida por órgãos públicos ou por concessionárias de serviços públicos, após ouvida a Prefeitura de Chapada dos Guimarães.

§ 3º. Os pedidos de licenciamento de construções, modificações, reformas, adaptações, instalações ou localizações referentes a imóveis cujos limites interfiram na faixa *"Non Aedificandi"* deverão ser previamente submetidos à Prefeitura do Município de Chapada dos Guimarães.

Art. 3º. A faixa *"Non Aedificandi"* delimita a área que, em momento oportuno, por necessidade de Prefeitura do Município de Chapada dos Guimrães, venha a ser transformada em faixa de domínio público.

Art. 4º. Os limites da faixa *"Non Aedificandi"*, nos cortes e aterros, terão uma distância mínima de 5,00 m (cinco metros) em relação à crista do corte ou pé do aterro, mesmo quando ultrapassar a largura estipulada para cada trecho. Neste caso, a largura da faixa será aumentada e a sua delimitação feita por uma linha poligonal.

Parágrafo Único. Para os trechos abrangidos por projeto específico prevalecerão as dimensões do mesmo, ainda que ultrapasse a largura da faixa *"Non Aedificandi"* instituída.

Art. 5º. Para as novas edificações ao longo das rodovias municipais, fica estabelecido o afastamento mínimo de 3,00 m (três metros).

Parágrafo Único. Como afastamento entende-se a menor distância entre a linha que delimita a faixa *"Non Aedificandi"* e a testada das edificações.

Art. 6º. A faixa de domínio público referida no artigo 3º deste Decreto constituir-se-á de faixa *"Non Aedificandi"* que venha a ter a sua efetiva incorporação ao patrimônio público municipal, por desapropriação ou doação, a qual será demarcada pelos proprietários lindeiros.

Parágrafo Único. A transformação aludida neste artigo ocorrerá parcial e gradativamente.

Art. 7º. A largura mínima das faixas *"Non Aedificandi"* estabelecida no artigo 2º deste Decreto não se aplica aos casos de construções nas áreas de interseção ou cruzamento de rodovias municipais, cuja área *"Non Aedificandi"* será objeto de definição específica.

Art. 8º. As construções e parcelamentos de terra nos trechos da faixa *"Non Aedificandi"* regidos pelo zoneamento do Município, dentro do perímetro urbano, obedecerão rigorosamente às Leis Municipais e Decretos complementares.

Art. 9º. A inobservância do presente Decreto sujeitará o infrator às sanções previstas na legislação municipal.

Art. 10. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Pedro Reindel em Chapada dos Guimarães, 20 de abril de 2021.

Osmar Froner de Mello

Prefeito de Chapada dos Guimarães

PROCURADORIA MUNICIPAL
DECRETO

DECRETO MUNICIPAL Nº 042/2021

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE IDOSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1.475/2011 que estabelece regras para composição e funcionamento do Conselho Municipal do Idoso;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1.491/2012 que altera dispositivos da Lei Municipal nº 1.475/2011;

CONSIDERANDO o preconizado na Lei Municipal nº 1.723/2017, que dispõe sobre a alteração do art. 6º da Lei Municipal nº 1.475/2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 1491/2012

D E C R E T A

Art. 1º. Designar os seguintes membros, titular e suplente, para compor o Conselho Municipal do Idoso:

I. Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:

a) Titular: Jussamar Soares do Nascimento;

b) Suplente: Ruthy Cristin Soares;

II. Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

a) Titular: Thaís Amorim Moreira;

b) Suplente: Ana Cristina Souza Domingos;

III. Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

a) Titular: Joarina Nascimento Oliveira;

b) Suplente: Oneida Aparecida de Rezende;

IV. Representantes da Procuradoria Geral do Município:

a) Titular: Rosane Costa Itacaramby;

b) Suplente: Bruno Barroso de Freitas;

V. Representante Sindicato e/ou Associação de Aposentados:

a) Titular: Rosenildes de Castro de Oliveira;

b) Suplente: Djalma de Alcântara Mascarenhas;

VI. Representante de Organização de grupo ou movimento do idoso:

a) Titular: Carmerinda Alves Pedroso;

b) Suplente: Tábitha Suellen Gouveia Alves de Lima;

VII. Representante de Outras entidades

a) Titular: Edenir Maxima Solano;

b) Suplente: Amerinalda Vieira Mascarenhas;

a) Titular: Loiedi Lorenzzi Silva;

b) Suplente: Antonio Divino da Costa;

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Pedro Reindel em Chapada dos Guimarães, 21 de abril de 2021.

Osmar Froner de Mello

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL N.º 059/2021

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, PARA O BIÊNIO DE 2021 A 2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1.394/2010, bem como, na Lei Complementar nº 066/2015,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados os seguintes membros, titulares e suplentes, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

I. Dagoberto Garcia Beluf (Titular); Caroline Pacheco Alves Oliveira Guedes Silva (Suplente).

II. Josemar Luiz do Rego (Titular); Ernesto Oliveira Borba (Suplente).

III. Admaura Adélia Daltro Pacheco (Titular); Bibiana Maiara dos Santos Barbosa (Suplente).

IV. Jussamar Soares do Nascimento (Titular); Rita Aparecida Ribeiro Leite (Suplente).

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

V. Edenir Máxima Solano (Titular); Maria Cristina Pereira Faria (Suplente).

VI. Ana Maria Silva Sampaio (Titular); Fabiana Zancheta Giglio (Suplente).

VII. Eduardo Francisco da Silva (Titular); Amarildo Xavier Teodoro (Suplente).

VIII. Elza Marcelina de Oliveira (Titular); Lucas Barroso de Freitas (Suplente).

Art. 2º. O mandato dos conselheiros terá início em 22/04/2021 com término em 22/04/2023.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Pedro Reindel em Chapada dos Guimarães, 20 de abril de 2021.

Osmar Froner de Mello

Prefeito de Chapada dos Guimarães

PROCURADORIA MUNICIPAL
AVISO DE EDITAL

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/201

A Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, ao MENOR VALOR POR ÍTEM, tendo por objeto o “Registro de preço para futura e eventual aquisição de Gás GLP para atendimento da Secretaria Municipal de Educação do Município de Chapada dos Guimaraes-MT”, nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no dia 10 DE MAIO DE 2021 - 09:00 h - MT. Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.chapadadosguimaraes.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Rua Tiradentes, nº 166, Centro, das 12:00 até às 18:00 horas. Informações: tel. (0**65) 3301-1570. Chapada dos Guimarães-MT, 26 de abril de 2021.

THIAGO RODRIGO ZENKNER

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

RH
6º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS PARA PROVIMENTO DOS CARGOS APROVADOS E CLASSIFICADOS DO TESTE SELETIVO 001/2020.

Fica convocada a Candidata abaixo relacionada nessa Publicação de Investidura e Provimento do Cargo para apresentar-se Prefeitura Municipal de Cláudia-MT no prazo de 10 (dez) dias contados da publicação do ato de provimento.

Professor/ Classe B 30H – Licenciatura Plena em Pedagogia: Setor Urbano-Creches.

NOME	PNE
MARGARETE ALVES DA SILVA	N

Cláudia-MT, 26 de Abril de 2021.

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2021 REGISTRO DE PREÇOS (CONFORME LEI Nº 10.520/2002)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2021 REGISTRO DE PREÇOS (CONFORME LEI Nº 10.520/2002)

Objeto:REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E AQUISIÇÃO DE UM LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA COM 30 COMPUTADORES PARA A ESCOLA MUNICIPAL DANIEL TITTON, DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA-MT. A Prefeitura Municipal de Cláudia/MT torna público que no dia **10 de Maio de 2021,** estará recebendo propostas, para abertura às **08h00min**, do Pregão Presencial, para as aquisição supracitada. O Edital estará disponível no site WWW.CLAUDIA.MT.GOV.BR. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente, ou através do telefone (66) 3546-3100. Cláudia-MT, 26 de abril de 2021.

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

SHIRLEY YOTZCHETZ

Pregoeira Oficial

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
NONO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2021

NONO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2021 REFERENTE AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DIVERSOS PARA O ABASTECIMENTO DA FROTA MUNICIPAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CLÁUDIA - MT E A EMPRESA PLC COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.

Os valores para os referidos itens passam a ser de:

Item	Produto	Preço Atual	Valor Acrescido ou Suprimido	Valor Reequilibrado
03	GASOLINA COMUM	R$ 5,17	- R$ 0,07	R$ 5,30
04	ÓLEO DIESEL S-10	R$ 5,37	- R$ 0,09	R$ 5,08
			-	

A justificativa da redução ocorre em face da diminuição sobre os valores dos combustíveis, conforme demonstrado através de Notas Fiscais anexadas no requerimento.

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2021 - REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2021 - REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Cláudia/MT, através da Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que as empresas **MARIA ALICE DA SILVA EIRELI e ORIGINAL COMERCIO E SERVICOS LTDA EPP,** sagraram-se vencedoras do processo de Licitação em referência, para o **REGISTRO DE PREÇOS FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA A MANUTENÇÃO DO CRAS, CONSELHO TUTELAR, CREAS, SCFV, SECRETARIA e NAS OFICINAS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA/MT.** Cláudia/MT, 26 de Abril de 2021.

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

Shirley Yotzchetz

Pregoeira

LICITAÇÃO
AVISO DE CANCELAMENTO -PREGÃO PRESENCIAL N.º 023/2021 R.P

AVISO DE CANCELAMENTO -PREGÃO PRESENCIAL N.º 023/2021 R. P

O Município de Cláudia – MT, através de sua Pregoeira Oficial torna Público para conhecimento dos interessados, que devido não haver nenhum interessado no certame, decide CANCELAR o **PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2021 R. P,** tendo como o objeto "**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MARMITEX PARA FUNCIONÁRIOS A SERVIÇOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE CLÁUDIA/MT**". Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente, ou através do telefone (66) 3546-3100. Cláudia – MT, 26 de Abril de 2021.

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

Shirley Yotzchetz

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO AVISO DE EDITAL Nº. 008/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO/MT

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO

AVISO DE EDITAL Nº. 008/2021

O Município de Cocalinho via da Secretaria M. de Administração, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 004/2021, torna público aos interessados que às 08: 00min do dia 11 de MAIO de 2021, em sua sede, sito à Avenida Araguaia, 676, Centro, nesta cidade, em sessão pública, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL RP nº 008/2021 tipo menor preço por item e para obtenção de propostas de empresas interessadas no Pregão Presencial RP para prestação de serviços de atendimento com 02(duas) casas de apoio a pessoas carentes 01(uma) Município de água boa –MT e 01(uma)Município de Goiânia -GO sendo: alimentação e estadia para no mínimo 80 pacientes mensais pelo período de 12(doze) meses.do Município de Cocalinho/MT,conforme especificações descritas no Edital e seus anexos, em sessão pública, na forma da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Federal 8. 666 de 21 de junho de 1993 e pelas disposições fixadas neste Edital e seus Anexos. Podendo as empresas interessadas em obter cópia completa do Edital, por e mail; licitacaococalinho@hotmail.com, site https://www.cocalinho.mt.gov.br, ou por telefone: (066) 3586-1595, sala de licitações, nos horários de expediente das 07:00min às 11h30-min .

Sala da Comissão Permanente de Licitações, Prefeitura da cidade de Cocalinho/MT, aos 26 dias de abril de 2021.

Divino Cândido Cardoso

Pregoeiro/Presidente

CONTRATO PRETAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 010/2021

CONTRATO PRETAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 010/2021

CONTRATO REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO CARTA CONVITE Nº 03/2021 QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE Cocalinho-MT E A EMPRESA J GERIVAN EVANGELISTA CONSULTORIA E ASSESSORIA ME,

Pelo presente instrumento contratual regido pela Lei Federal, n° 8.666/93, suas alterações, o Município de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Municipal, com sede administrativa à Avenida Araguaia Nº676, Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o n° 00.965. 145/0001-27, representado neste ato pelo atual Prefeito Municipal, Sr. Marcio Conceição Nunes de Aguiar, contador, Brasileiro, casado, residente e domiciliado na rua do bosque no setor cidade nova, portador Rg nº1734269 – 4 e CPF: 014.711.181-18, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e a Empresa **J GERIVAN EVANGELISTA CONSULTORIA E ASSESSORIA – ME,** Pessoa Jurídica de Direito Privado Inscrita no CNPJ: 27.525.795/ 0001-08, com sede administrativa à Rua Sergipe, n. 411, Bairro Jardim Paulista, CEP: 78.065-320 - Cuiabá- MT, representado neste ato pelo Sr. **JOSÉ GERIVAN EVANGELISTA**, Brasileiro, Solteiro, Advogado, inscrito no CPF n.º 032.816.211-63 e RG nº 20208910 SSP/MT, residente e domiciliado na Rua Sergipe, nº 411, Bairro Jardim Paulista, CEP: 78.065-320, na cidade de Cuiabá – MT, doravante denominado de **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente contrato nos termos da Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações e conforme consta no Processo Licitatório nº 011/2021, referente à licitação na modalidade **Carta Convite n° 003/2021**, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (Art. 55, inciso I)

Prestação de serviços de apoio administrativo de forma geral, quanto a articulação de assuntos de interesse da Prefeitura Municipal de Cocalinho/MT junto aos órgãos governamentais e não governamentais; suporte direto ao Prefeito nas visitas oficiais à Cuiabá, bem como ao Vice-prefeito e Secretários; Distribuir e protocolar documentos nos seus respectivos endereços conforme solicitados, assim como, acompanhar o tramite dos mesmos; Representar o Prefeito através de procuração pública ou particular junto as repartições públicas federais e estaduais, autarquias, fundações e empresas públicas, entre outros órgãos sempre que solicitado; despachar via malote para a Prefeitura Municipal documentos, medicamentos, máquinas, equipamentos e objetos diversos inerentes ao Município. Todos os serviços realizados deverão ser executados por conta do contratado.

SUB-CLÁUSULA PRIMEIRA – PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Se houver interesse por parte da administração do município conforme lei 8.666/93.

SUB-CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO PARA OS PEDIDOS DE PRORROGAÇÃO

Na ocorrência de tais fatos, os pedidos de prorrogação serão encaminhados por escrito 05 (cinco) dias antes de findar o prazo original, com justificativa circunstanciada.

SUB-CLÁUSULA TERCEIRA – FISCALIZAÇÃO

A fiscalização de execução deste contrato será exercida pela Secretaria de administração do Município, através do seu fiscal de contrato designado pela portaria de nomeação, bem como pela contratada nos casos que lhe disser respeito.

CLÁUSULA TERCEIRA – Os valores serão pagos até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, com base na apresentação, pela Contratada, de Notas Fiscais e apresentar as certidões de da receita federal, estadual e FGTS até o dia 05 (cinco) do mês subsequente à prestação dos serviços.

O valor para a prestação dos serviços será de R$ 3.800,00, (três oitocentos reais), sendo pago de forma parcelada no valore mensal R$ 45.600,00 (quarenta e cinco e seiscentos reais de 12 (doze) meses.

SUB-CLÁUSULA PRIMEIRA – PAGAMENTO

O pagamento será efetuado conforme descrito abaixo:

O pagamento de acordo com a solicitação da secretaria demandante e será efetuado através da tesouraria da Prefeitura Municipal de Cocalinho através da solicitação e acompanhadas da Nota Fiscal emitidas em nome da Prefeitura Municipal de Cocalinho devidamente atestadas pela Fiscalização e constando o n. do Contrato.

A licitante receberá, conforme entrega o valor contratado, e terá como base os preços finais ofertados na fase de lances da licitação.

O pagamento será efetuado mediante transferência/ordem bancária emitida em favor da contratada, mediante a entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento dos serviços.

O pagamento da última fatura não será considerado como aceitação definitiva dos itens e não isentarão a Contratada das responsabilidades contratuais quaisquer que sejam.

Caso ocorra atraso do pagamento além do tempo previsto nesta cláusula, o índice a ser utilizado para fins de correção monetária será o INPC, a ser calculado proporcionalmente ao número de dias compreendido entre a data prevista para o pagamento e a data de efetivo adimplemento da obrigação pecuniária, salvo acordo em sentido contrário, firmado entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA – A ENTREGA DOS ITENS SERÁ DE ACORDO COM O TERMO DE REFERENRENCIA DO PROCESSO 011/2021 C CONVITE 03/2021

O contrato será de 12 (doze) meses , de 01 de abril de 2021 a 01de abril de 20 de 2021, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviços, ou na data de prorrogação posteriormente pactuada, e será recebido pela Contratante, através de seu órgão competente, desde que verificado que o mesmo esteja de acordo com o item descrito na proposta vencedora.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS (ART. 55, V)

Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada e codificadas sob o nº:

CODIGO	UNIDADE ORÇAMENTARIA	FUNCIONAL PROGRAMATICA	PROJETO ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	SALDO DISPONIVEL

REDUZIDO					
050	03.01	04.122.0003	2005	33.90.39.00.00	300.000,00

Para dirimir qualquer questão pertinente a este Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Agua Boa MT, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados **CONTRATANTE** e **CONTRATADA,** mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Cocalinho – MT,01 de abril de 2021.

_

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

Prefeito Municipal

Contratante

J GERIVAN EVANGELISTA CONSULTORIA E ASSESSORIA – ME

Contratada

01. RG/CPF:

02. _ RG/CPF:

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 012/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Nº 012/2020

Pelo presente Contrato de Prestação de Serviços, de um lado o Município de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Araguaia, nº. 676, Centro, devidamente inscrita no **CNPJ sob o nº. 00.965.145/0001-27**, neste ato representado pelo seu titular, a Prefeita Municipal, **Sr.ª DALVA MARIA DE LIMA PERES**, Brasileira, Casada, Professora, portador da **CI nº.** 1.982.506 e inscrito no **CPF sob o nº. 556.892.561-53**, residente e domiciliado à Avenida Araguaia, nº. , Setor Centro, nesta cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado a Empresa **MAXIMA AMBIENTAL SERVIÇOS GERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 07.657. 198/0001-20, Situada na Rua 09, Nº 132, Sitio do Recreio Lago Azul - Chácara bairro Zona Rural Cuiabá – M, Cep: 07.657.198/0001-20, na pessoa do senhor do **S.R. SEBASTIÃO BATISTA DE MACEDO**, brasileiro, casado sob regime de comunhão de bens, empresário e pecuarista residente e domiciliado na Av. são Paulo n°. 937, centro município e comarca de Estrela D'Oeste no estado de São Paulo Cep. 15.650-000, nascido em Palmeiras Paulista –SP, a 22 de dezembro de 1945, portador do rg. N° 5.315.358 SSP/SP, e CPF N° 172.714.288-87 doravante denominado **CONTRATADA,** ajustam a prestação de serviços, segundo as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

1.1. Consiste o objeto do presente contrato a prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de serviços de saúde. Os resíduos coletados são dos Grupos A, B e E. Frequência de coleta: 01 (uma) Mensal, 04 pontos a ser definido pela Secretaria Municipal de Saúde de COCALINHO-MT.

1.2. CLAUSULA SEGUNDA – Da Fundamentação Legal

2.1. Este contrato será por regime de execução **direta e empreitada por preço global**, nos termo da Leia Federal 8666/93 e alterações posteriores.

2.2 Este contrato está sendo celebrado com base na Dispensa de Licitação 005/2020, conforme o Inciso II do Art. 24 da lei 8666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Vigência e da Prorrogação

3.1. O presente contrato será por um período de 12 (doze) meses, com vigência do dia 22 de abril de 2021 e findando em 21 de abril de 2021, sendo que o contrato poderá ser renovando de acordo com a conveniência de ambas as partes e nos termo da legislação pertinente, com a devida correção do valor.

CLÁUSULA QUARTA – Do Valor e da Forma de Pagamento

4.1. O preço certo e total ajustando entre as partes é de R$ 14.880,00 (quatorze mil oitocentos e oitenta reais) totais que serão pagos em 12 (doze) parcelas de igual no valor de R$ 1.240,00 (um mil e duzentos e quarenta reais) mensais.

CLÁUSULA QUINTA - Do Local da Prestação dos Serviços

5.1. A CONTRATADAdeverá prestar os serviços de coleta na sede do Município.

CLAÚSULA SEXTA – Da Dotação Orçamentária

6.1. As despesas decorrentes com o presente contrato correrão por conta do orçamento em vigor, na seguinte dotação orçamentária:

CODIGO REDUZIDO	UNIDADE ORÇAMENTARIA	FUNCIONAL PROGRAMATICA	PROJETO ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	SALDO DISPONIVEL
289	07.01	10.301.0115	2042	33.90.39.00.00	62.000,00
339	07.01	10.302.0116	2049	33.90.39.00.00	200.000,00

CLÁUSULA SÉTIMA – Da Rescisão

7.1. Este contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes, sem que ocorra qualquer ônus extra para as mesmas, desde que comuniquem por escrito, com antecedência de no mínimo 30 (trinta) dias.

CLAÚSULA OITAVA – Das Disposições Finais

8.1 Se por negligência, imprudência, imperícia, improbidade, o **CONTRATADO** provocar prejuízos ao patrimônio ativo da **CONTRATANTE,** estará sujeita às seguintes penalidades:

a) Rescisão imediata do contrato;

b) Ressarcimento integral do prejuízo.

8.2. A **CONTRATANTE** deduzirá por ocasião de cada pagamento os impostos ou taxas que for de sua competência reter, nos termos da respectiva legislação.

8.3. Ficam reconhecidos os direitos da Administração Pública em rescindir o presente, nos casos previstos no artigo 77 da Lei Federal nº. 8.666/93.

8.4. Fica a **CONTRATANTE** reservado o direito de fiscalizar, como lhe aprouver, o exato cumprimento das condições e cláusulas estabelecidas nesse instrumento, verificando a procedência e regularidade dos serviços prestados.

8.5. Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Água Boa – MT, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

8.6. Este Contrato entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

E, por assim estarem ambas as partes de comum acordo, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que também assinam.

Cocalinho – MT, 22 de ABRIL de 2021.

_____

CONTRATANTE: **Município de Cocalinho - MT**

Marcio Conceição Nunes de Aguiar

Prefeito Municipal

CONTRATADO: _____

MAXIMA AMBIENTAL SERVIÇOS GERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA

Contratada

Testemunhas: 1._____

CPF:

2. _____

CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
ERRADA SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 077/2018

ERRADA SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 077/2018. Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder-MT. Contratada: **CONSTRUTORA TRIPOLO LTDA. Instrumento Vinculante**: Tomada de Preços nº 008/2018. **Objeto:** Execução da Obra de Pavimentação Asfáltica com Drenagem de Águas Pluviais e Sinalização Viária do Bairro Bom Jesus do Município de Colider/MT, conforme Rua e Respectivos Trechos que Segue: Rua Giusep Nava trecho entre Rua Borba Gato e Rua Mauro dos Reis, Rua Caiapós trecho entre Rua Borba Gato e Rua Mauro dos Reis, Rua Tapajós trecho entre Rua Tiradentes e Rua Mauro dos Reis, Rua João Viana trecho entre Rua Borba Gato e Rua Mauro dos Reis, Rua Olentino Wendelino Petry trecho entre Rua Borba Gato e Rua Mauro dos Reis, Rua Borba Gato trecho entre Rua Angeliba Bibo e Rua Giusep Nava, Rua Mauro dos Reis trecho entre Rua Angeliba Bibo e Rua Olentino Wendelino Petry. Publicado no jornal oficial eletrônico dos Municípios (AMM), na página nº 382, do dia 23/04/2021. Onde-se lê: Fica acrescentada na Cláusula Quarta - Do Prazo de Execução do Contrato original, o acréscimo de 90 (noventa) dias, terminando o prazo de execução da obra em **29 de julho de 2021,** leia-se: Fica acrescentada na Cláusula Quarta - Do Prazo de Execução do Contrato original, o acréscimo de 120 (cento e vinte) dias, terminando o prazo de execução da obra em **28 de agosto de 2021.**

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
PORTARIA N° 517/2021

"DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO PARA TRATAMENTO AQUÁTICO NO MUNICÍPIO DE COLÍDER – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Hemerson Lourenço Máximo, Prefeito Municipal de Colíder/MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em lei, pela presente portaria,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - Por meio desta Portaria, através Departamento de Projetos do Município de Colíder/MT, tornar público a aprovação do projeto de Construção do Centro para tratamento aquático no Município de Colíder/MT, conforme discriminação abaixo:

EXPEDIENTE	OBJETO	RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO
APROVAÇÃO DO PROJETO	Construção do Centro para Tratamento Aquático no Município de Colíder-MT.	Nome do responsável técnico: Gilberto da Silva CREA-MT 22467/D

Profissional responsável pela aprovação: Claudiomiro Pereira dos Santos.

CREA/MT 1204740674.

ARTIGO 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrária.

Colíder, 23 de abril de 2021.

Hemerson Lourenço Máximo

Prefeito Municipal de Colíder - MT

Claudiomiro Pereira dos Santos.

CREA/MT 1204740674.

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
DECRETO N° 51/2021

"Estabelece regras quanto à realização de velórios e sepultamentos como medida de segurança pública em tempo da emergência decretada na saúde pública, e dá outras providências."

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública pelo Ministério da Saúde em decorrência da Pandemia de infecção humana provocada pelo Coronavírus (COVID-IS);

CONSIDERANDO a saúde um direito de todos e dever do Estado, e que as ações e serviços de saúde são de relevância pública, nos termos dos artigos 196 e 197, caput, ambos da Constituição Federal;

CONSIDERANDO os boletins epidemiológicos que demonstram aumento significativo dos casos positivos de COVID -19, o número de leitos hospitalares ocupados e o número de óbitos no Município de Colíder;

CONSIDERANDO a necessidade de se evitar o fluxo e a aglomeração de pessoas nos órgãos municipais que estão sob responsabilidade da gestão pública;

CONSIDERANDO as recomendações das autoridades públicas, tanto de ordem sanitária quanto de cuidados com a saúde e higiene pessoal, em razão da facilidade do contágio e propagação do novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que a preservação da vida das pessoas é dever do Município, o qual precisa ser efetivado em todas e quaisquer circunstâncias de risco iminente, inclusive em relação aos familiares e demais pessoas expostas aos féretros de pessoas falecidas com suspeita de Infecção Humana pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2)

DETERMINA:

Artigo 1° - Nos velórios, o qual perdurará pelo período máximo de 12 (doze) horas, a participação se resumirá aos parentes do falecido, em número não superior a 10 (dez) pessoas concomitantemente;

Artigo 2° - Fica proibida a realização de velórios em residências ou qualquer outro ambiente, devendo esta celebração ser realizado somente na Capela Mortuária do município;

Artigo 3° - Alimentos e bebidas estão proibidos de serem servidos e consumidos durante o velório;

Artigo 4° - Os presentes no velório não podem ultrapassar o número de 10 (dez) pessoas ao mesmo tempo. Deverá ser observado o distanciamento de 1,50 m (um metro e meio) entre cada pessoa no velório, bem como na cerimônia de sepultamento;

Artigo 5° - As janelas e portas do local do velório devem ser mantidas abertas para propiciar a ventilação constante;

Artigo 6° - Idosos com mais de 60 anos, portadores de doenças crônicas e imunodeprimidos, gestantes, lactantes, crianças com até 12 anos, pessoas com sintomas de problemas respiratórios como febre, tosse, dor de garganta, coriza ou congestão nasal, não devem ir aos velórios, mantendo o isolamento social;

Artigo 7° - Ao entrar e sair dos locais dos velórios as pessoas devem realizar a desinfecção das mãos com álcool gel 70%, que deve estar disponibilizado na entrada e em outros lugares visíveis e identificados;

Artigo 8° - Todos deverão estar obrigatoriamente de máscara;

Artigo 9° - Demandas religiosas específicas deverão ser previamente acordadas junto ao Serviço Funerário Municipal e Vigilância Sanitária Municipal;

Artigo 10° - Em caso de confirmação do falecimento pelo COVID-19, obrigatoriamente os caixões deverão estar fechados, não será admitido velório e o sepultamento ocorrerá obrigatoriamente em local designado;

Artigo 11° - são proibidos os velórios para os casos de óbito suspeito ou confirmado por COVID-19, em que a infecção tenha ocorrido em tempo inferior a 21 (vinte e um) dias da data do óbito, devendo o sepultamento ou a cremação serem realizados de forma direta, não podendo ultrapassar 24 horas após o óbito, como medida de prevenção à disseminação do Coronavírus (COVID-19);

§ 1º Cabe ao médico, que assinou a Declaração de Óbito, informar se o início do período de transmissão (data da coleta da amostra respiratória positiva ou data de início dos sintomas da COVID-19) ocorreu em tempo igual ou superior a 21 (vinte e um) dias da data do óbito, conforme critérios de confirmação clínico laboratorial.

§ 2º nos casos acima será permitido velorio com duração máxima de 02 (duas) horas a serem realizados no cemiterio municipal.

Arigo 12° - os casos envolvendo óbitos suspeitos ou confirmados por Coronavírus (COVID-19) em que a infecção tenha ocorrido em tempo inferior a 21 (vinte e um) dias da data do óbito, devem ser mantidos, obrigatoriamente, os procedimentos de ensacamento do corpo e o fechamento da urna pela funerária e as tarraxas retiradas, não podendo mais ser aberto;

Artigo 13° - Nos casos em que o velório for vedado, a família pode optar por realizar uma breve despedida de, no máximo, 20 (vinte) minutos, junto ao local do sepultamento ou cremação, desde que o espaço em questão seja ao ar livre, não sendo permitida a presença de mais de 10 (dez) pessoas;

Artigo 14° - Será admitido a entrada no Cemitério Municipal somente as pessoas comprovadamente da familia em um número não superior a 30 pessoas, obedecendo as normas de higiene e restrição e distanciamento que serão impostas na entrada por pessoa designada;

Artigo 15° - Cabe aos serviços funerarios se organizarem de modo a evitar sepultamentos no mesmo horario entrando em contato com o Serviço Funerario Municipal.

Artigo 16° - Os agentes funerários e servidores municipais envolvidos no trabalho para o sepultamento deverão estar com os equipamentos de proteção individual indicados pelo Ministério da Saúde no manual de manejo de corpos no contexto do novo Coronavírus. Não sendo permitido a participação de terceiros no procedimento;

Artigo 17° - As funerárias, capelas mortuárias e cemitérios, dentre outros, deverão cumprir estas determinações de enfrentamento à Covid-19, naquilo que lhes for cabível, sob pena de sofrerem as sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis.

Artigo 18º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Colíder, 23 de abril de 2021.

HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO

Prefeito Municipal de Colíder – MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 148/ADM/2021

PORTARIA Nº 148/ADM/2021, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

CONSIDERANDO: o disposto na Lei Municipal nº 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais nos seus artigos 110 e 111;

CONSIDERANDO: a existência de comprovação documental, por meio de atestado e laudo médico, atestando a necessidade do afastamento para fins de tratamento de saúde,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Afastamento da Atividade por Motivo de Doença** a Servidora Pública Municipal **Marilucia Valentim Souza**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 2510 por um período de **180 (Cento e Oitenta) dias a contar de 15 de abril de 2021.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **15 de abril de 2021,** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 26 de abril de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 26 de abril de 2021.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 209/GP/2021

PORTARIA Nº209/GP/2021, DE 20 DEABRIL 2021.

MILTON DE SOUZA AMORIM, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º - Designar **Girlene Silva Lima**, matrícula nº. 1350-2, efetiva no Cargo de Biólogo, 40 horas, como Coordenadora Geral do Centro de COVID-19, sem ônus para a Administração.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de abril de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 20 de abril de 2021.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

MILTON DE SOUZA AMORIM

PREFEITO MUNICIPAL

ZACARIAS ANTUNES MAGALHAES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 152/ADM/2021

PORTARIA Nº 152/ADM/2021, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

CONSIDERANDO: o disposto na Lei Municipal nº 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais nos seus artigos 110 e 111;

CONSIDERANDO: a existência de comprovação documental, por meio de atestado e laudo médico, atestando a necessidade do afastamento para fins de tratamento de saúde,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Afastamento da Atividade por Motivo de Doença** a Servidora Pública Municipal **Silvana Souza Lessa**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 6685 por um período de **30 (Trinta) dias a contar de 31 de março de 2021.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **31 de março de 2021,** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 26 de abril de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 26 de abril de 2021.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 151/ADM/2021

PORTARIA Nº 151/ADM/2021, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

CONSIDERANDO: o disposto na Lei Municipal nº 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais nos seus artigos 110 e 111;

CONSIDERANDO: a existência de comprovação documental, por meio de atestado e laudo médico, atestando a necessidade do afastamento para fins de tratamento de saúde,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Afastamento da Atividade por Motivo de Doença** a Servidora Pública Municipal **Marisa Madalena dos Santos Jandrey, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 2545 por um período de 30 (Trinta) dias a contar de 31 de março de 2021.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **31 de março de 2021,** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 26 de abril de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 26 de abril de 2021.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 150/ADM/2021

PORTARIA Nº 150/ADM/2021, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

CONSIDERANDO: o disposto na Lei Municipal nº 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais nos seus artigos 110 e 111;

CONSIDERANDO: a existência de comprovação documental, por meio de atestado e laudo médico, atestando a necessidade do afastamento para fins de tratamento de saúde,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Afastamento da Atividade por Motivo de Doença** a Servidora Pública Municipal **Leonilda Monteiro***, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 2043 por um período de* ***30 (Trinta) dias a contar de 08 de abril de 2021.***

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **08 de abril de 2021,** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 26 de abril de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 26 de abril de 2021.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 149/ADM/2021

PORTARIA Nº 149/ADM/2021, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

CONSIDERANDO: o disposto na Lei Municipal nº 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais nos seus artigos 110 e 111;

CONSIDERANDO: a existência de comprovação documental, por meio de atestado e laudo médico, atestando a necessidade do afastamento para fins de tratamento de saúde,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Afastamento da Atividade por Motivo de Doença** a Servidora Pública Municipal **Maria Miguelina de Oliveira**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 2465 por um período de **180 (Cento e Oitenta) dias a contar de 31 de março de 2021.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **31 de março de 2021,** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 26 de abril de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 26 de abril de 2021.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RESOLUÇÃO Nº 005/2021 DE 26 DE ABRIL DE 2021.

RESOLUÇÃO Nº 005/2021 DE 26 DE ABRIL DE 2021.

"Institui os membros da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária Rural, para o Biênio 2021/2022, e dá outras providências".

A **MESA DIRETORA** da Câmara Municipal de Colniza - Estado de Mato Grosso, aprovou e, Eu, **OSEIA PEREIRA GUEDES**,Presidente da Câmara Municipal de Colniza-MT no uso de minhas atribuições constituídas em lei, promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária Rural, da Câmara Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, ficando a partir desta data composta conforme segue:

AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA RURAL

PRESIDENTE – Rosemiro Rodrigues dos Santos

SECRETÁRIO – Luis Carlos Carvalho Silva

RELATOR – Elci Costa Paixão

1º SUPLENTE – Agnaldo Drumões Narciso

2º SUPLENTE – Jorge Donizete da Silva Rosante

Art. 2º - A referida comissão referida no *caput* do artigo anterior terão vigência até o dia 31(trinta e um) de dezembro de 2022, nos termos do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se; Publique-se; e, cumpra-se.

Colniza- MT, Plenário de Deliberações, aos dias 26 de abril de 2021.

OSEIA PEREIRA GUEDES ROSEMIRO RODRIGUES DOS SANTOS

Presidente Vice-Presidente

LUIS CARLOS CARVALHO SILVA EZEQUIAS DEDÉ DE SOUZA

1º Secretário 2º Secretário

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 147/ADM/2021

PORTARIA Nº 147/ADM/2021, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

CONSIDERANDO: o disposto na Lei Municipal nº 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais nos seus artigos 110 e 111;

CONSIDERANDO: a existência de comprovação documental, por meio de atestado e laudo médico, atestando a necessidade do afastamento para fins de tratamento de saúde,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Afastamento da Atividade por Motivo de Doença** a Servidora Pública Municipal **Cacilda Negrisoli dos Santos**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 6421 por um período de **120 (Cento e Vinte) dias a contar de 17 de fevereiro de 2021.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **17 de fevereiro de 2021,** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 26 de abril de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 26 de abril de 2021.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

EXTRATO DE AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRONICO Nº 010/2021

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2021

A Prefeitura Municipal de Comodoro - MT torna público aos interessados que a licitação realizada no dia 26/04/2021 às 08:00 horas, na modalidade de Pregão Eletrônico, EDITAL n° 010/2021, tendo como objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS NO MUNICÍPIO DE CÁCERES PARA ATENDER OS VEÍCULOS DE DIVERSAS SECRETARIAS EM TRÂNSITO NA BR 174,** consagrou-se vencedora a empresa licitante**: TRIANGULO COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES LTDA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

.

Comodoro – MT, 26 de Abril de 2021.

FERNANDO OLIVEIRA LEMOS DA ROSA

PREGOEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO – EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº 003/2021 DE 26/04/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 004/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/20201

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2021

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO – MT

CONTRATADO: PRADO CAMARGO & CIA LTDA - ME

OBJETO: Contratar empresa para fornecimento de **MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA,** a aquisição visa manter o pleno funcionamento de toda a Câmara Municipal de Comodoro. Os materiais de copa buscam atender a estrutura daquele setor e a aquisição dos materiais de limpeza e higiene visa manter a assepsia no ambiente, diante do grande fluxo de pessoas, evitando a proliferação de vírus e bactérias dentro do espaço de funcionamento do Poder Legislativo Municipal.

VALOR DO CONTRATO: R$ 10.666,44 (dez mil, seiscentos e sessenta e seis reais e quarenta e quatro centavos).

FORMA DE PAGAMENTO: MENSAL – Conforme emissão de Autorização de Fornecimento pela CONTRATANTE.

VIGÊNCIA: até 31/12/2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.30.00.00.00.00.1001 – MATERIAL DE CONSUMO.

GLEYSCLER BELUSSI RIBEIRO GONÇALVES - PRESIDENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
COVID-19: PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO NA ATA Nº 44/2021

Apostilamento para Remanejamento de saldo, para respectivos itens na Ata **Nº 44/2021.**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Confresa-MT, neste ato representado pelo seu Prefeito **Ronio Condão Barros Milhomem**, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva n° 133, Centro, nesta cidade de Confresa-MT, CEP: 78.652-000, portador do RG 0875190-0 SSP/MT e CPF 535.561.191-53.

CONTRATADA: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA CNPJ: 81.706.251/0001-98.

OBJETO: Aquisição de Medicamentos para atender as necessidades da Farmácia do Hospital Municipal de Confresa/MT,decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 013/2021** na modalidade **Pregão Eletrônico nº002/2021.**

OBJETO DO APOSTILAMENTO: O presente Termo de Apostilamento, para respectivos itens na Ata **Nº 44/2021.** Tem o objetivo de Inserção de fonte e remanejamento de saldo.

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 06 – MAC – MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.019 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O HOSPITAL

COD. RED.: 895 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE.: 0046 – TRANSFERENCIA DE FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.00

ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
5	2.900	*ACIDO ASCOBICO 200MG/ML AMPOLA 5ML*	R$ 0,83	R$ 2.407,00

141	6.400	DIPIRONA 500MG	R$ 0,11	R$ 704,00
			VALOR TOTAL	**R$ 3. 111,00**

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 04 – ATENÇÃO BÁSICA

PROJ. ATIVI.: 2.140 – AÇÕES DE ENFRENT. AO NOVO CORONAVIRUS COVID-19

CÓD RED: 2019 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE: 0046

ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.00.00

ITEM	QUANTIDADE REMANEJADA	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR REMANEJADO
5	2.900	*ACIDO ASCOBICO 200MG/ ML AMPOLA 5ML*	R$ 0,83	R$ 2.407,00
141	6.400	DIPIRONA 500MG	R$ 0,11	R$ 704,00
				R$ 3.111,00

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento.

Para constar e surtir efeitos jurídicos, lavra-se o presente Termo de Apostilamento, com base no § 8º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo uma cópia juntada ao processo licitatório e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Confresa - MT, 25 de Março de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Ronio Condão Barros Milhomem

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
COVID-19: SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO NA ATA Nº 52/ 2020

Apostilamento para Inclusão de Dotação Orçamentária e Remanejamento de valor para respectivos itens na Ata **Nº 52/2020.**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Confresa-MT, neste ato representado pelo seu Prefeito **Ronio Condão Barros Milhomem**, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133, Centro, nesta cidade de Confresa-MT, CEP: 78.652-000, portador do RG 0875190-0 SSP/MT e CPF 535.561.191-53.

CONTRATADA: R.F. LEITE DIST. DE MED. E PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI, inscrito no CNPJ:35.042.079/0001-06.

OBJETO: Aquisição de Insumos para Hospital Municipal de Confresa-MT. **Processo Licitatório nº 002/2020,** na modalidade **Pregão Presencial nº 02/2020.**

OBJETO DO APOSTILAMENTO: O presente Termo de Apostilamento, para respectivos itens na Ata **Nº 52/2020.** Tem o objetivo de inclusão da Dotação Orçamentária e Remanejamento de valor**.**

SECRETÁRIA DE SAÚDE

ÓRGÃO: 06- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID: 06- MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2019- MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM HOSPITAL

CÓD RED: 895

FONTE: 0046- MATERIAL DE CONSUMO

ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.00.00

ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
35	20	ATADURA CREPOM 15 CM C/12	R$ 10,87	R$ 217,40
36	10	ATADURA CREPOM 20 CM C/12	R$ 13,48	R$ 134,80
37	20	ATADURA CREPON 10CM C/12	R$ 5,35	R$ 107,00
219	80	GASES COMPRESSAS 7,5X7,5 C/ 13 FIOS 100% ALGODAO, EM TECIDO TIPO TELA SEM FALHAS, C/ 8 CAMADAS E 5 DOBRAS NAS DIMENSOES 7,5X7,5 CM QUANDO FECHADOS E 15X30 CM QUANDO ABERTO PACOTE C/ 500 UNIDADES	R$ 17,92	R$ 1. 433,60
			TOTAL GERAL	**R$ 1. 892,80**

INCLUSÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REMANEJAMENTO DE VALOR

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 04 – ATENÇÃO BÁSICA

PROJ. ATIV.: 2.149 – AÇOES DE ENFRENTAMENTO AO NOVO CORONAVIRUS- COVID 19

COD. RED.: 2028 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE.: 0046

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.00.0046

ITEM	QUANTIDADE REMANEJADA	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR REMANEJADO
35	20	ATADURA CREPOM 15 CM C/12	R$ 10,87	R$ 217,40
36	10	ATADURA CREPOM 20 CM C/12	R$ 13,48	R$ 134,80
37	20	ATADURA CREPON 10CM C/ 12	R$ 5,35	R$ 107,00
219	80	GASES COMPRESSAS 7,5X7,5 C/ 13 FIOS 100% ALGODAO, EM TECIDO TIPO TELA SEM FALHAS, C/ 8 CAMADAS E 5 DOBRAS NAS DIMENSOES 7,5X7,5 CM QUANDO FECHADOS E 15X30 CM QUANDO ABERTO PACOTE C/ 500 UNIDADES	R$ 17,92	R$ 1.433,60
			TOTAL GERAL	**R$ 1.892,80**

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento.

Para constar e surtir efeitos jurídicos, lavra-se o presente Termo de Apostilamento, com base no § 8º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo uma cópia juntada ao processo licitatório e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Confresa - MT, 26 de Março de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Ronio Condão Barros Milhomem

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
COVID-19: PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO NA ATA Nº 45/ 2021

Apostilamento para Remanejamento de saldo, para respectivos itens na Ata **Nº 45/2021.**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Confresa-MT, neste ato representado pelo seu Prefeito **Ronio Condão Barros Milhomem**, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva n° 133, Centro, nesta cidade de Confresa-MT, CEP: 78.652-000, portador do RG 0875190-0 SSP/MT e CPF 535.561.191-53.

CONTRATADA: DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ: 02.520.829/0001-40.

OBJETO: Aquisição de Medicamentos para atender as necessidades da Farmácia do Hospital Municipal de Confresa/MT, decorrente da licitação Processo Licitatório nº 013/2021 na modalidade Pregão Eletrônico nº002/ 2021 da Prefeitura Municipal de Confresa-MT. **OBJETO DO APOSTILAMENTO:** O presente Termo de Apostilamento, para respectivos itens na

Ata **Nº 45/2021.** Tem o objetivo de Inserção de fonte e remanejamento de saldo.

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 06 – MAC – MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.019 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O HOSPITAL

COD. RED.: 895 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE.: 0046 – TRANSFERENCIA DE FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.00

ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
80	1.350	CETOPROFENO 100 MG EV	3,00	4.050,00
86	60	*CINARIZINA 75 MG COMPRIMIDO*	0,22	13,20
124	300	DEXCLORFERAMINA 0,4MG/ML 100ML	1,10	330,00
227	100	LOSARTANA POTASSICA 50 MG CPR	0,09	9,00
			VALOR TOTAL	**R$ 4.402,20**

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 04 – ATENÇÃO BÁSICA

PROJ. ATIVI.: 2.140 – AÇÕES DE ENFRENT. AO NOVO CORONAVIRUS COVID-19.

CÓD RED: 2019 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE: 0046

ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.00.00

ITEM	QUANTIDADE REMANEJADA	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT	VALOR REMANEJADO
80	1.350	CETOPROFENO 100 MG EV	3,00	4.050,00
86	60	*CINARIZINA 75 MG COMPRIMIDO*	0,22	13,20
124	300	DEXCLORFERAMINA 0,4MG/ML 100ML	1,10	330,00
227	100	LOSARTANA POTASSICA 50 MG CPR	0,09	9,00
				R$ 4.402,20

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento.

Para constar e surtir efeitos jurídicos, lavra-se o presente Termo de Apostilamento, com base no § 8º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo uma cópia juntada ao processo licitatório e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Confresa - MT, 25 de Março de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Ronio Condão Barros Milhomem

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
TERMO DE SUSPENSÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 098/2021
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 041/2021.

TERMO DE SUSPENSÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 098/2021.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 041/2021.

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS -SRP

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público aos interessados que Considerando a necessidade de adequação (retificação) do Termo de Referência, comunica A **SUSPENSÃO *SINE DIE*** da entrega dos envelopes, realização da sessão pública e a abertura do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº098/2021**, **Pregão Presencial – SRP n°041/2021**, que tem por **OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSIVEL E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS UTILITÁRIOS TIPO CAMIONETES, VEÍCULOS DE PASSEIO E MOTOCICLETA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT.**

CONFRESA-MT, 26 de ABRIL de 2021.

_____

CEZAR QUEIROZ DA SILVA

PREGOEIRO MUNICIPAL

PORTARIA N°126/2021.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
EXTRATO 1°TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº.030/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 033/2020

PREGÃO PRESENCIAL N°. 025/2020

OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviço em Sonorização para atender as Necessidades das Secretarias do Poder Executivo Municipal de Confresa – MT.

OBJETO DO ADITIVO: Fica acertado o acréscimo ao objeto do contrato de 25% do valor inicial pactuado, com relação aos seguintes itens.

ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	QUANTIDADE DE 25%	ACRÉSCIMO DE 25%
01	25 HORAS	SONORIZAÇÃO COM TRIO ELETRICO	R$ 300,00	R$ 7.500,00	6,25	R$ 1.875,00

PARTES: CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA – **CONTRATADA: JOÃO RIOS DE SOUZA – ME,** Inscrita no CNPJ sob o nº. 13.462.799/0001-80.

DATA: CONFRESA, 26 DE ABRIL DE 2021.

FORO: PORTO ALEGRE DO NORTE – MT

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
COVID-19: PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO NA ATA Nº 46/2021

Apostilamento para Remanejamento de saldo, para respectivos itens na Ata **Nº 46/2021.**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Confresa-MT, neste ato representado pelo seu Prefeito **Ronio Condão Barros Milhomem**, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva n° 133, Centro, nesta cidade de Confresa-MT, CEP: 78.652-000, portador do RG 0875190-0 SSP/MT e CPF 535.561.191-53.

CONTRATADA: INOVAMED HOSPITALAR LTDA CNPJ: 12.889.035/0001-02.

OBJETO: Aquisição de Medicamentos para atender as necessidades da Farmácia do Hospital Municipal de Confresa/MT, decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 013/2021** na modalidade **Pregão Eletrônico nº002/2021** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT. **OBJETO DO APOSTILAMENTO:** O presente Termo de Apostilamento, para respectivos itens na Ata **Nº 46/2021.** Tem o objetivo de Inserção de fonte e remanejamento de saldo.

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 06 – MAC – MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.019 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O HOSPITAL

COD. RED.: 895 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE.: 0046 – TRANSFERENCIA DE FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.00

ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
8	100	*ACIDO TRANEXANICO 50MG/ML INJ.*	3,85	385,00
40	4.800	*AZITROMICINA 500MG*	1,00	4.800,00
75	3.420	*CEFTRIAXONA 1G EV*	7,00	23. 940,00
121	1.850	*DEXAMETASONA INJ. 4MG/ML*	0,82	1.517,00
136	10	*DIMETICONA GTS 75 MG/ML FRASCO 15 ML*	1,48	14,80
142	2.800	*DIPIRONA SODICA 500 MG/ML C/ 2ML*	0,51	1.428,00
197	950	HIDROCORTIZONA 100MG	2,45	2.327,50
198	2.800	HIDROCORTIZONA 500 MG INJ.	5,50	15. 400,00
272	1.200	OXACILINA 500 MG	1,89	2.268,00
			VALOR	**R$ 52. 080,30**

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 04 – ATENÇÃO BÁSICA

PROJ. ATIVI.: 2.140 – AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AO NOVO CORONAVIRUS COVID-19

CÓD RED: 2019 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE: 0046

ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.00.00

ITEM	QUANTIDADE REMANEJADA	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT	VALOR REMANEJADO
8	100	*ACIDO TRANEXANICO 50MG/ML INJ.*	3,85	385,00
40	4.800	*AZITROMICINA 500MG*	1,00	4.800,00
75	3.420	*CEFTRIAXONA 1G EV*	7,00	23.940,00
121	1.850	*DEXAMETASONA INJ. 4MG/ML*	0,82	1.517,00
136	10	*DIMETICONA GTS 75 MG/ML FRASCO 15 ML*	1,48	14,80
142	2.800	*DIPIRONA SODICA 500 MG/ML C/2ML*	0,51	1.428,00
197	950	*HIDROCORTIZONA 100MG*	2,45	2.327,50
198	2.800	*HIDROCORTIZONA 500 MG INJ.*	5,50	15.400,00
272	1.200	*OXACILINA 500 MG*	1,89	2.268,00
				R$ 52.080,30

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento.

Para constar e surtir efeitos jurídicos, lavra-se o presente Termo de Apostilamento, com base no § 8º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo uma cópia juntada ao processo licitatório e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Confresa - MT, 25 de Março de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Ronio Condão Barros Milhomem

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
COVID-19: QUINTO TERMO DE APOSTILAMENTO NA ATA Nº 50/2020

Apostilamento para Inclusão de Dotação Orçamentária e Remanejamento de valor para respectivos itens na Ata **Nº 50/2020.**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Confresa-MT, neste ato representado pelo seu Prefeito **Ronio Condão Barros Milhomem**, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133, Centro, nesta cidade de Confresa-MT, CEP: 78.652-000, portador do RG 0875190-0 SSP/MT e CPF 535.561.191-53.

CONTRATADA: MED VITTA COMERCIO DE PROD.HOSPITALARES LTDA, inscrito no CNPJ n° 28.418.133/0001-00.

OBJETO: Aquisição de Insumos para Hospital Municipal de Confresa-MT. **Processo Licitatório nº 002/2020,** na modalidade **Pregão Presencial nº 02/2020.**

OBJETO DO APOSTILAMENTO: O presente Termo de Apostilamento, para respectivos itens na Ata **Nº 50/2020.** Tem o objetivo de inclusão da Dotação Orçamentária e Remanejamento de valor**.**

SECRETÁRIA DE SAÚDE

ÓRGÃO: 06- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID: 06- MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2019- MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM HOSPITAL

CÓD RED: 895

FONTE: 0046- MATERIAL DE CONSUMO

ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.00.0000

ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
22	30	ALGODAO HIDROFILO NA COR BRANCA MACIO ISENTO DE IMPUREZAS INODORO EM FORMA DE ROLO APRESENTANDO CAMADAS SOBREPOSTAS COM APROXIMADAMENTE 20 CM DE LARGURA X 1,70M DE COMPRIMENTO, PESANDO 250G, EMBALAGEM APROPRIADA, O PRODUTO DEVERA ESTAR ACONDICIONADO DE FORMA A GARANTIR SUA INTEGRIDADE, A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE	R$ 10,85	R$ 325,50
144	50	ESPARADRAPO COMUM - HIPOALERGICO, MEDINDO 10 CM X 4,5 METROS, 50 COMBOA ADESIVIDADE, EMBALAGEM EM CARRETEL COM CAPA PLASTICA DE PROTECAO, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO E PROCEDENCIA, LOTE, VALIDADE E REGISTRO NO MS.	R$ 6,50	R$ 325,00
259	640	MULTIVIA	R$ 1,68	R$ 1. 075,20
			TOTAL GERAL	**R$ 1. 725,70**

INCLUSÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REMANEJAMENTO DE VALOR

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 04 – ATENÇÃO BÁSICA

PROJ. ATIV.: 2.140 –AÇOES DE ENFRENTAMENTO AO NOVO CORONAVIRUS- COVID -19

COD. RED.: 2019 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE.: 0046 – TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO SUS – UNIÃO

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.00.00

ITEM	QUANTIDADE REMANEJADA	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR REMANEJADO
22	30	ALGODAO HIDROFILO NA COR BRANCA MACIO ISENTO DE IMPUREZAS INODORO EM FORMA DE ROLO APRESENTANDO CAMADAS SOBREPOSTAS COM APROXIMADAMENTE 20 CM DE LARGURA X 1,70M DE COMPRIMENTO, PESANDO 250G, EMBALAGEM APROPRIADA, O PRODUTO DEVERA ESTAR ACONDICIONADO DE FORMA A GARANTIR SUA INTEGRIDADE, A APRESENTACAO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE	R$ 10,85	R$ 325,50
144	50	ESPARADRAPO COMUM - HIPOALERGICO, MEDINDO 10 CM X 4,5 METROS, 50 COMBOA ADESIVIDADE, EMBALAGEM EM CARRETEL COM CAPA PLASTICA DE PROTECAO, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO E PROCEDENCIA, LOTE, VALIDADE E REGISTRO NO MS.	R$ 6,50	R$ 325,00
259	640	MULTIVIA	R$ 1,68	R$ 1.075,20
			TOTAL GERAL	**R$ 1.725,70**

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento.

Para constar e surtir efeitos jurídicos, lavra-se o presente Termo de Apostilamento, com base no § 8º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo uma cópia juntada ao processo licitatório e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Confresa - MT, 26 de Março de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Ronio Condão Barros Milhomem

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
COVID-19: PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO NA ATA Nº 47/2021

Apostilamento para Inclusão de Dotação Orçamentária e Remanejamento de valor para respectivos itens na Ata **Nº 47/2021.**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Confresa-MT, neste ato representado pelo seu Prefeito **Ronio Condão Barros Milhomem**, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133, Centro, nesta cidade de Confresa-MT, CEP: 78.652-000, portador do RG 0875190-0 SSP/MT e CPF 535.561.191-53.

CONTRATADA: CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ: 03.652.030/0001-70.

OBJETO: Aquisição de Medicamentos para atender as necessidades da Farmácia do Hospital Municipal de Confresa/MT. **Processo Licitatório nº 013/2021** na modalidade **Pregão Eletrônico nº002/2021**.

OBJETO DO APOSTILAMENTO: O presente Termo de Apostilamento, para respectivos itens na Ata **Nº 47/2021.** Tem o objetivo de inclusão da Dotação Orçamentária e Remanejamento de valor**.**

SECRETÁRIA DE SAÚDE

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 06 – MAC – MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.019 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O HOSPITAL

COD. RED.: 895 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE.: 0046 – TRANSFERENCIA DE FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO.

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.00.0046

ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
268	240	OMEPRAZOL 20MG	R$ 0,08	R$ 19,20

INCLUSÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REMANEJAMENTO DE VALOR

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 04 – ATENÇÃO BÁSICA

PROJ. ATIV.: 2.140 – AÇÕES PARA ENFRETAMENTO AO NOVO CORONAVIRUS – COVID 19

COD. RED.: 2019 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE.: 0046

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.00.0046

ITEM	QUANTIDADE REMANEJADA	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR REMANEJADO
268	240	OMEPRAZOL 20MG	R$ 0,08	R$ 19,20

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento.

Para constar e surtir efeitos jurídicos, lavra-se o presente Termo de Apostilamento, com base no § 8º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo uma cópia juntada ao processo licitatório e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Confresa - MT, 25 de Março de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Ronio Condão Barros Milhomem

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
TERCEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO NA ATA Nº 116/2020

Apostilamento para Inclusão de Dotação Orçamentária e Remanejamento de Valor e item, para respectivos itens na Ata **Nº 116/2020.**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Confresa-MT, neste ato representado pelo seu Prefeito **Ronio Condão Barros Milhomem**, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva nr° 133, Centro, nesta cidade de Confresa-MT, CEP: 78.652-000, portador do RG 0875190-0 SSP/MT e CPF 535.561.191-53.

CONTRATADA: MAXIMO DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA Inscrito no CNPJ n° 13.474.664/0001-34.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DE CONFRESA-MT. Processo Licitatório nº 143/2020 na modalidade Pregão Presencial nº 084/2020.

OBJETO DO APOSTILAMENTO: O presente Termo de Apostilamento, para respectivos itens na Ata **Nº 116/2020.** Tem o objetivo de Inclusão de Dotação Orçamentária e Remanejamento de Valor e item.

SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ÓRGÃO: 09- SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNID: 05- FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJ. ATIV.: 2.121- MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM CONFINANCIAMENTO

CÓD RED: 1759

FONTE: 00043- RECURSOS ESTADUAL

ELEMENTO: 4.4.90.52.00.00.00.00

ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
47	01	PURIFICADOR DE ÁGUA - EM PLASTICO RESISTENTE, ÁGUA NATURAL, PARA VOLTAGEM DE 110/220 W, COM DIMENSOES DE 45X35X35 CM, C/LIMPEZA AUTOMATICA, SISTEMA DE PURIFICADOR.	R$ 815,00	R$ 815,00

INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO: 06- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID: 06 – MAC – MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.022–MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM CAPS

CÓD RED: 968– EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

FONTE: 02

ELEMENTO: 4.4.90.52.00.00.00

ITEM	QUANTIDADE REMANEJADA	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR REMANEJADO
47	1	PURIFICADOR DE ÁGUA - EM PLASTICO RESISTENTE, ÁGUA NATURAL, PARA VOLTAGEM DE 110/220 W, COM DIMENSOES DE 45X35X35 CM, C/LIMPEZA AUTOMATICA, SISTEMA DE PURIFICADOR	R$ 815,00	R$ 815,00

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento.

Para constar e surtir efeitos jurídicos, lavra-se o presente Termo de Apostilamento, com base no § 8º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo uma cópia juntada ao processo licitatório e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Confresa - MT, 25 de Março de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Ronio Condão Barros Milhomem

PREVICON
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 01/2021

PREVICON - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 01/2021

– DO OBJETO - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA ORÇAMENTÁRIA, CONTÁBIL, FINANCEIRA, PATRIMONIAL E ASSESSORIA NO ENVIO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS JUNTO AO TCE/MT ATRAVÉS DA FERRAMENTA APLIC, SENDO CARGAS MENSAIS E/OU CARGAS TEMPESTIVAS (PROCESSOS LICITATÓRIOS, CONCURSOS, APOSENTADORIAS) E DEMAIS ALTERAÇÕES OU INFORMAÇÕES RELACIONADAS PARA EXERCÍCIO DE 2021.

Favorecido – A J ASSIS FERREIRA SOLUCOES EMPRESARIAL – CNPJ nº 31.422.683/0001-07. Endereço Av Historiador Rubens de Mendonça, n 1756, sala 702, Bairro Alvorada, Cuiabá - MT, CEP 78.048-340.

Valor global – R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), que serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais no valor de R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

Confresa-MT, 26 de abril de 2021.

Rafael Ferreira Flores Silva

Presidente do PREVICON

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO NA ATA Nº 136/2020

Apostilamento para Inclusão de Dotação Orçamentária e Remanejamento de Valores e itens, na Dotação Orçamentária, para respectivos itens na Ata **Nº 136/2020.**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Confresa-MT, neste ato representado pelo seu Prefeito **Ronio Condão Barros Milhomem**, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva nr° 133, Centro, nesta cidade de Confresa-MT, CEP: 78.652-000, portador do RG 0875190-0 SSP/MT e CPF 535.561.191-53.

CONTRATADA: BARRFAB IND. COM. IMPORTAÇÃO E EXTAÇÃO DE EQUIP. HOSPITALARES – LTDA, inscrito no CNPJ: 02.836.248/0001-12.

OBJETO: Aquisição dos Equipamentos e Materiais Permanentes pleiteados através da Secretaria Municipal de Saúde de Confresa/MT por intermédio da Proposta Fundo a Fundo Nº13963.182000/1190-06-MS Recurso de Emenda Parlamentar, para atender as necessidades do Hospital Municipal de Confresa/MT.

OBJETO DO APOSTILAMENTO: O presente Termo de Apostilamento, para respectivos itens na Ata **Nº 136/2020.** Tem o objetivo de Inclusões de Dotação Orçamentária e Remanejamento de Valores e Itens.**Processo Licitatório nº 145/2020 na modalidade Pregão Eletrônico nº 008/2020.**

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE **UNID.:** 06 – MAC – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE **PROJ. ATIV.:** 1.028 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES **COD. RED.:** 823 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE **FONTE.:** 0023 – TRANSFERENCIA DE CONVENIOS OU CONTRATO DE REPASSE **ELEMENTO.:** 4.4.90.52.00.00.00.0000

ITEM	QTD	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
03	02	MESA CIRURGICA ELETRICA PARA PROCEDIMENTOS CIRURGICOS. CARACTERISTICAS TECNICAS MINIMAS: BASE FABRICADA EM AÇO INOXIDAVEL OU MATERIAL SUPERIOR, COM TRATAMENTO ANTI – CORROSÃO, PODENDO SER REVESTIDA EM POLÍMERO ABS REFORÇADO, AÇO INOXIDÁVEL OU MATERIAL SUPERIOR. BASE MOVEL COM RODIZIOS DE NO MINIMO 3 E NO MAXIMO 5 POLEGADAS DOTADA DE SISTEMA DE MOVIMENTAÇÃO, FIXAÇÃO E FREIOS MOTORIZADOS ACIONADOS ATRAVÉS DE PAINEL DE CONTROLE. COLUNA FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL OU MATERIAL SUPERIOR, COM TRATAMENTO ANTI – CORROSÃO, PODENDO SER REVESTIDA EM POLÍMERO ABS REFORÇADO, AÇO INOXIDAVEL AISI 304 OU MATERIAL SUPERIOR. CHASSIS: FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL OU MATERIAL SUPERIOR, COM TRATAMENTO ANTI- CORROSÃO, COM SISTEMA QUE PROPORCIONE BLINDAGEM CONTRA LIQUIDOS DAS PARTES INTERNAS. LEITO ARTICULÁVEL, RADIOTRASNPARENTE, DIVIDO NO MINIMO EM 05 SECÇÕES (CABEÇA, DORSO, ASSENTO, RENAL E PERNEIRA RETRATAVEIS). REGUA EM AÇO INOXIDAVEL PARA COLOCAÇÃO DE ACESSÓRIOS. CAPACIDADE DE CARGA MINIMA DE 220 KG NA POSIÇÃO ZERO. MOVIMENTOS MOTORIZADOS: REGULAGEM DE ALTURA A PARTIR DE 760 MM OU MENOR COM CUSTO DE NO MINIMO DE 200 MM DE ELEVAÇÃO, TRENDELEMBURG MINIMO DE 0 A 20 GRAUS, REVERSO DO TRENDELEMBURG MINIMO DE 0 A 20 GRAUS, LATERALIDADE NAS ANGULAÇÕES MINIMAS DE 0 A 18 GRAUS, DESLOCAMENTO LONGITUDINAL NA FAIXA MINIMA DE + OU – 300 MM PARA CADA LADO E DORSO. OS MOVIMENTOS MOTORIZADOS DEVERAO SER ACIONADOS POR PAINEL DE CONTROLE LOCALIZADO NA COLUNA DA MESA E VIA CONTROLE REMOTO COM CABO ESPIRALADO DE NO MINIMO 2 M DE COMPRIMENTO. DEVE PERMITIR NO MINIMO AS SEGUINTES POSIÇÕES: RENAL; SEMIFLEXÃO DE PERNA E COXA; FLEXÃO ABDOMINAL; SEMISSENTADO E SENTADO. ACESSÓRIOS MINIMOS QUE ACOMPANHAM O EQUIPAMENTO: 01 ARCO DE NARCOSE; 01 SUPORTE PARA RENAL; 01 PAR DE SUPORTES DE BRAÇO, 01 PAR DE PORTA – COXA, 01 PAR DE SUPORTES LATERIAS, 01 PAR DE OMBREIRAS; 01 JOGO DE COLCHONETE INJETADO EM POLURETANO, LEVE E DE FACIL MANIPULAÇÃO IMPERMEAVEL SEM NENHUM TIPO DE COSTURA OU REVESTIMENTO, BIOCOMPATIVEL NÃO IRRITANTE E NÃO ALERGICO. BATERIA INTERNA RECARREGAVEL. ALIMENTAÇÃO ELETRICA A SER DEFINIDA PELA ENTIDADE SOLICITANTE. REGISTRO NO MINISTERIO	R$ 47.600,00	R$ 95.200,00

		DA SAÚDE, CERTIFICADOS NBR IEC 60601-1, NBR IEC 60601-1-2 E NBR IEC 60601-2-46.		

INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REMANEJAMENTO DE VALOR E ITEM

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE UNID.: 06 – MAC – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE PROJ. ATIV.: 1.028 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES COD. RED.: 825 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE FONTE.: 1116 ELEMENTO.: 4.4.90.52.00.00.00.0000

ITEM	QUANTIDADE REMANEJADA	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR REMANEJADO
03	02	MESA CIRURGICA ELETRICA PARA PROCEDIMENTOS CIRURGICOS. CARACTERISTICAS TECNICAS MINIMAS: BASE FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL OU MATERIAL SUPERIOR, COM TRATAMENTO ANTI – CORROSÃO, PODENDO SER REVESTIDA EM POLIMERO ABS REFORÇADO, AÇO INOXIDAVEL OU MATERIAL SUPERIOR. BASE MOVEL COM RODIZIOS DE NO MINIMO 3 E NO MAXIMO 5 POLEGADAS DOTADA DE SISTEMA DE MOVIMENTAÇÃO, FIXAÇÃO E FREIOS MOTORIZADOS ACIONADOS ATRAVÉS DE PAINEL DE CONTROLE. COLUNA FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL OU MATERIAL SUPERIOR, COM TRATAMENTO ANTI – CORROSÃO, PODENDO SER REVESTIDA EM POLIMERO ABS REFORÇADO, AÇO INOXIDAVEL AISI 304 OU MATERIAL SUPERIOR. CHASSIS: FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL OU MATERIAL SUPERIOR, COM TRATAMENTO ANTI- CORROSÃO, COM SISTEMA QUE PROPORCIONE BLINDAGEM CONTRA LIQUIDOS DAS PARTES INTERNAS. LEITO ARTICULÁVEL, RADIOTRASNPARENTE, DIVIDO NO MINIMO EM 05 SECÇÕES (CABEÇA, DORSO, ÁSSENTO, RENAL E PERNEIRA RETRATÁVEIS). REGUA EM AÇO INOXIDAVEL PARA COLOCAÇÃO DE ACESSÓRIOS. CAPACIDADE DE CARGA MINIMA DE 220 KG NA POSIÇÃO ZERO. MOVIMENTOS MOTORIZADOS: REGULAGEM DE ALTURA A PARTIR DE 760 MM OU MENOR COM CUSTO DE NO MINIMO DE 200 MM DE ELEVAÇÃO, TRENDELEMBURG MINIMO DE 0 A 20 GRAUS, REVORSO DO TRENDELEMBURG MINIMO DE 0 A 20 GRAUS, LATERALIDADE NAS ANGULAÇÕES MINIMAS DE 0 A 18 GRAUS, DESLOCAMENTO LONGITUDINAL NA FAIXA MINIMA DE + OU – 300 MM PARA CADA LADO E DORSO. OS MOVIMENTOS MOTORIZADOS DEVERAO SER ACIONADOS POR PAINEL DE CONTROLE LOCALIZADO NA COLUNA DA MESA E VIA CONTROLE REMOTO COM CABO ESPIRALADO DE NO MINIMO 2 M DE COMPRIMENTO. DEVE PERMITIR NO MINIMO AS SEGUINTES POSIÇÕES: RENAL; SEMIFLEXÃO DE PERNA E COXA; FLEXÃO ABDOMINAL; SEMISSENTADO E SENTADO. ACESSÓRIOS MINIMOS QUE ACOMPANHAM O EQUIPAMENTO: 01 ARCO DE NARCOSE; 01 SUPORTE PARA RENAL; 01 PAR DE SUPORTES DE BRAÇO, 01 PAR DE PORTA – COXA, 01 PAR DE SUPORTES LATERIAS, 01 PAR DE OMBREIRAS; 01 JOGO DE COLCHONETE INJETADO EM POLURETANO, LEVE E DE FACIL MANIPULAÇÃO IMPERMEAVEL SEM NENHUM TIPO DE COSTURA OU REVESTIMENTO, BIOCOMPATIVEL NÃO IRRITANTE E NÃO ALERGICO. BATERIA INTERNA RECARREGAVEL. ALIMENTAÇÃO ELETRICA A SER DEFINIDA PELA ENTIDADE SOLICITANTE. REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE. CERTIFICADOS NBR IEC 60601-1, NBR IEC 60601-1-2 E NBR IEC 60601-2-46.	R$ 47.600,00	R$ 95.200,00

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento.

Para constar e surtir efeitos jurídicos, lavra-se o presente Termo de Apostilamento, com base no § 8º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo uma cópia juntada ao processo licitatório e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Confresa - MT, 17 de Fevereiro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Ronio Condão Barros Milhomem

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
COVID-19: SEXTO TERMO DE APOSTILAMENTO NA ATA Nº 51/2020

Apostilamento para Inclusão de Dotação Orçamentária e Remanejamento de valor para respectivos itens na Ata **Nº 51/2020.**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Confresa-MT, neste ato representado pelo seu Prefeito **Ronio Condão Barros Milhomem**, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133, Centro, nesta cidade de Confresa-MT, CEP: 78.652-000, portador do RG 0875190-0 SSP/MT e CPF 535.561.191-53.

CONTRATADA: RET FARMA DISTRIB.DE MEDICAMENTOS E PROD. HOSP. EIRELI - ME. CNPJ: 12.313.826/0001-90.

OBJETO: Aquisição de Insumos para Hospital Municipal de Confresa-MT. atendendo assim as necessidades da População deste Município MT. **Processo Licitatório nº 002/2020,** na Modalidade **Pregão Presencial nº 02/2020** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT.

OBJETO DO APOSTILAMENTO: O presente Termo de Apostilamento, para respectivos itens na Ata **Nº 51/2020.** Tem o objetivo de inclusão da Dotação Orçamentária e Remanejamento de valor**.**

SECRETÁRIA DE SAÚDE

ÓRGÃO: 06- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID: 06- MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2019- MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM HOSPITAL

CÓD RED: 895

FONTE: 0046- MATERIAL DE CONSUMO

ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.00.0000

ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
5	50	ÁGUA PARA INJECAO 500 ML	R$ 4,00	R$ 200,00
11	6	AGULHA 40 X 12 COM 100 UNID	R$ 8,00	R$ 48,00
33	4	APARELHO DE PRESSÃO ADULTO (ESFG+ESTET.) TIPO BD	R$ 80,50	R$ 322,00
75	740	CATETER N 22	R$ 1,13	R$ 836,20
236	4	LÂMINA DE BISTURI N 22 C/100	R$ 39,80	R$ 159,20

300	40	RECIPIENTE PARA MATERIAIS PERFUROCORTANTES - DE PAPELAO RESISTENTE, IMPERMEABILIZADO INTERNAMENTE, COM FUNDO RIGIDO, CINTA INTERNA DE SEGURANCA, BANDEJA INTERNA E SACO PLASTICO QUE PERMITA A COLETA DE MATERIAL LIQUIDO, SEM VAZAMENTOS. RECIPIENTE COM 20 LITROS	R$ 6,50	R$ 260,00
377	2	VALVULA REGULADORA DUPLA PARA OXIGENIO	R$ 385,00	R$ 770,00
			VALOR	**R$ 2. 595,40**

INCLUSÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REMANEJAMENTO DE VALOR

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 04 – ATENÇÃO BÁSICA

PROJ. ATIV.: 2.140 – AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AO NOVO CORONAVIRUS – COVID -19

COD. RED.: 2019 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE.: 0046 – TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO SUS – UNIÃO

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.00.0000

ITEM	QUANTIDADE REMANEJADO	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR REMANEJADO
5	50	ÁGUA PARA INJECAO 500 ML	R$ 4,00	R$ 200,00
11	6	AGULHA 40 X 12 COM 100 UNID	R$ 8,00	R$ 48,00
33	4	APARELHO DE PRESSÃO ADULTO (ESFG+ESTET.) TIPO BD	R$ 80,50	R$ 322,00
75	740	CATETER N 22	R$ 1,13	R$ 836,20
236	4	LÂMINA DE BISTURI N 22 C/ 100	R$ 39,80	R$ 159,20
300	40	RECIPIENTE PARA MATERIAIS PERFUROCORTANTES - DE PAPELAO RESISTENTE, IMPERMEABILIZADO INTERNAMENTE, COM FUNDO RIGIDO, CINTA INTERNA DE SEGURANCA, BANDEJA INTERNA E SACO PLASTICO QUE PERMITA A COLETA DE MATERIAL LIQUIDO, SEM VAZAMENTOS. RECIPIENTE COM 20 LITROS	R$ 6,50	R$ 260,00
377	2	VALVULA REGULADORA DUPLA PARA OXIGENIO	R$ 385,00	R$ 770,00
			VALOR	**R$ 2.595,40**

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento.

Para constar e surtir efeitos jurídicos, lavra-se o presente Termo de Apostilamento, com base no § 8º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo uma cópia juntada ao processo licitatório e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Confresa - MT, 26 de Março de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Ronio Condão Barros Milhomem

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO NA ATA Nº 33/2020

Apostilamento para inclusão de dotação orçamentária Remanejamento de Valores e itens, para respectivos itens na Ata **Nº 33/2020.**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Confresa-MT, neste ato representado pelo seu Prefeito **Ronio Condão Barros Milhomem**, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva n° 133, Centro, nesta cidade de Confresa-MT, CEP: 78.652-000, portador do RG 0875190-0 SSP/MT e CPF 535.561.191-53.

CONTRATADA: INOVAÇÕES C. DE MED. E PRODUTOS PARA SAUDELTDA CNPJ: 32.138.304/0001-06.

OBJETO: Aquisição de Insumos e Medicamentos para atender a demanda da CAF – Central de Abastecimento Farmacêutico e Atendimento nas Unidades e Saúde, junto ao Município de Confresa – Mato Grosso, atendendo assim as necessidades da População deste Município.

OBJETO DO APOSTILAMENTO: O presente Termo de Apostilamento, para respectivos itens na Ata **Nº 33/2020.** Tem o objetivo de inclusão de dotação orçamentária e Remanejamento de Valores e itens da licitação. **Processo Licitatório nº 009/2020** na modalidade **Pregão Presencial SRP nº 006/2020.**

SECRETARIA DE SAUDE

ORGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

UNIDADE: 04 – ATENÇAO BÁSICA

PROJ. ATIV.: 2110 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PSF

CÓDIGO RED: 765 - MATERIAL DE CONSUME.

FONTE: 0046

ELEMENTO: 3.3.90.39.000.00.00

ITEM	QTD	DESCRIÇÃO	V. UNIT	V. TOTAL
159	170	FRALDA DESCARTÁVEL GERIÁTRICA TAMANHO G PACOTE COM 8 UNIDADES	R$ 9,23	R$ 1. 569,10
160	170	FRALDA GERIATRICA ADULTO T. M PCT. C/ 8	R$ 9,20	R$ 1. 564,00
			VALOR TOTAL	**R$ 3. 133,10**

INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REMANEJAMENTO DE ITEM E VALOR

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde;

Unid.: 03- Gestão em Saúde.

Proj. ativ.: 2029- Manutenção e encargos com gestão em Saúde.

Cód Red: 501- material de consumo

Fonte: 02

Elemento: **3.3.90.30.00.00.00**

ITEM	QUANTIDADE REMANEJADA	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT	VALOR REMANEJADO
159	170	FRALDA DESCARTÁVEL GERIÁTRICA TAMANHO G PACOTE COM 8 UNIDADES	R$ 9,23	R$ 1.569,10
160	170	FRALDA GERIATRICA ADULTO T. M PCT. C/8	R$ 9,20	R$ 1.564,00
				R$ 3.133,10

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento.

Para constar e surtir efeitos jurídicos, lavra-se o presente Termo de Apostilamento, com base no § 8º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo uma cópia juntada ao processo licitatório e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Confresa - MT, 08 de Março de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Ronio Condão Barros Milhomem

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
COVID-19: SEXTO TERMO DE APOSTILAMENTO NA ATA Nº 48/2020

Apostilamento para Inclusão de Dotação Orçamentária e Remanejamento de valor para respectivos itens na Ata **Nº 48/2020.**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Confresa-MT, neste ato representado pelo seu Prefeito **Ronio Condão Barros Milhomem**, brasileiro,

casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133, Centro, nesta cidade de Confresa-MT, CEP: 78.652-000, portador do RG 0875190-0 SSP/MT e CPF 535.561.191-53.

CONTRATADA: FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI – ME, inscrito no CNPJ: 03.250.803/0001-92.

OBJETO: Aquisição de Insumos para Hospital Municipal de Confresa-MT, atendendo assim as necessidades da População deste Município. **Processo Licitatório nº 002/2020,** na modalidade **Pregão Presencial nº 02/2020** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT**.**

OBJETO DO APOSTILAMENTO: O presente Termo de Apostilamento, para respectivos itens na Ata **Nº 48/2020.** Tem o objetivo de inclusão da Dotação Orçamentária e Remanejamento de valor**.**

SECRETÁRIA DE SAÚDE

ÓRGÃO: 06- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID: 06- MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2019- MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM HOSPITAL

CÓD RED: 895

FONTE: 0046

ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.00.0000

ITEM	QTD	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
208	20	FITA CREPE 19MMX50M ROLO	R$ 3,63	R$ 72,60
223	3	GLICOSIMETRO PORTATIL (COMPATIVEL COM AS TIRAS ON CAL PLUS OU EQUIVALENTE EM LEITURA	R$ 57,98	R$ 173,94
244	270	LÂMINA DE BISTURI N 11 CX C/ 100	R$ 1,88	R$ 507,60
330	12	SONDA FOLEY N 16 2VIAS CX C/10	R$ 26,13	R$ 313,56
334	5	SONDA NASOGASTRICA CURTA Nº 6	R$ 35,60	R$ 178,00
372	20	TIRAS TESTE PARA AFERIR GLICEMIA CX C/ 50UND E 1 CHIP DE CODIGO (COMPATIVEL COM O APARELHO ON CALL PLUS OU EQUIVALENTE	R$ 25,40	R$ 508,00
			VALOR	**R$ 1. 753,70**

INCLUSÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REMANEJAMENTO DE VALOR

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 04 – ATENÇÃO BÁSICA

PROJ. ATIV.: 2.140 – AÇÕES PARA ENFRETAMENTO AO NOVO CORONAVIRUS – COVID 19

COD. RED.: 2019 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE.: 0046

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.00.00

ITEM	QUANTIDADE REMANEJADA	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR REMANEJADO
208	20	FITA CREPE 19MMX50M ROLO	R$ 3,63	R$ 72,60
223	3	GLICOSIMETRO PORTATIL (COMPATIVEL COM AS TIRAS ON CAL PLUS OU EQUIVALENTE EM LEITURA	R$ 57,98	R$ 173,94
244	270	LÂMINA DE BISTURI N 11 CX C/ 100	R$ 1,88	R$ 507,60
330	12	SONDA FOLEY N 16 2VIAS CX C/10	R$ 26,13	R$ 313,56
334	5	SONDA NASOGASTRICA CURTA Nº 6	R$ 35,60	R$ 178,00
372	20	TIRAS TESTE PARA AFERIR GLICEMIA CX C/ 50UND E 1 CHIP DE CODIGO (COMPATIVEL COM O APARELHO ON CALL PLUS OU EQUIVALENTE	R$ 25,40	R$ 508,00
				R$ 1.753,70

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento.

Para constar e surtir efeitos jurídicos, lavra-se o presente Termo de Apostilamento, com base no § 8º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo uma cópia juntada ao processo licitatório e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Confresa - MT, 26 de Março de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Ronio Condão Barros Milhomem

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO NA ATA Nº 85/2020

Apostilamento para inclusão de dotação orçamentária Remanejamento de Valores e itens, para respectivos itens na Ata **Nº 85/2020.**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Confresa-MT, neste ato representado pelo seu Prefeito **Ronio Condão Barros Milhomem**, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva nr° 133, Centro, nesta cidade de Confresa-MT, CEP: 78.652-000, portador do RG 0875190-0 SSP/MT e CPF 535.561.191-53.

CONTRATADA: MUDAR COMÉRCIO DE MAT. DE CONST. FERRAMENTAS E EPIS LTDA-EPP CNPJ: 14.888.303/0001-05.

OBJETO: Aquisição de material de consumo, sendo EPI–EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL para atender as necessidades das Secretarias do Poder Executivo do Município de Confresa - MT.

OBJETO DO APOSTILAMENTO: O presente Termo de Apostilamento, para respectivos itens na Ata **Nº 85/2020.** Tem o objetivo de inclusão de dotação orçamentária e Remanejamento de Valores e itens do **Processo Licitatório nº 087/2020** na modalidade **Pregão Presencial nº058/2020** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT.

SECRETARIA DE SAUDE

ORGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

UNIDADE: 04 – ATENÇAO BASICA

PROJ. ATIV.: 2017 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PSF

CÓDIGO RED: 677

FONTE: 0046 – TRANSFERENCIA FUNDO A FUNDO DE RECURSO DO SUS – PROV.

ELEMENTO: 3.3.90.30.000.00.00

ITEM	QTD	DESCRIÇÃO	V. UNIT	V. TOTAL
39	164	LUVA DESCARTAVEL PARA PROCEDIMENTO-DE LATEX, LUBRIFICADA INTERNAMENTE COM PO, COM PERFEITA ADAPTACAO ANATOMICO, AMBIDESTRA, NAO ESTERIL, AJUSTE PERFEITO, RESISTENTE A TRACAO, COM BOA SENSIBILIDADE TATIL, TEXTURA UNIFORME, EM TAMANHO MEDIO, CONSTANDO EXTERNAMENTE PROCEDENCIA, CONSTANDO EXTERNAMENTE DATA DE FABRICACAO, CONSTANDO EXTERNAMENTE DATA DE VALIDADE **OBS:** LUVAS PARA PROCEDIMENTO MÉDICOS "M" C/100.	R$ 25,18	R$ 4. 129,52
42	11	LUVA PARA PROCEDIMENTO EXTRA GRANDE.	R$ 79,90	R$ 878,90
			TOTAL GERAL	**R$ 5. 008,42**

INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REMANEJAMENTO DE ITEM E VALOR

ÓRGÃO: 06- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;

UNID.: 04- ATENÇÃO BÁSICA.

PROJ. ATIV.: 2140- AÇÕES PARA O ENFRENTAMENTO AO NOVO CORONAVÍRUS COVID -19

CÓD RED: 2019

FONTE: 46

ELEMENTO: **3.3.90.30.00.00.00**

ITEM	QUANTIDADE REMANEJADA	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT	VALOR REMANEJADO
39	164	LUVA DESCARTAVEL PARA PROCEDIMENTO-DE LATEX, LUBRIFICADA INTERNAMENTE COM PO, COM PERFEITA ADAPTACAO ANATOMICO, AMBIDESTRA, NAO ESTERIL, AJUSTE PERFEITO, RESISTENTE A TRACAO, COM BOA SENSIBILIDADE TATIL, TEXTURA UNIFORME, EM TAMANHO MEDIO, CONSTANDO EXTERNAMENTE PROCEDENCIA, CONSTANDO EXTERNAMENTE DATA DE FABRICACAO, CONSTANDO EXTERNAMENTE DATA DE VALIDADE **OBS:** LUVAS PARA PROCEDIMENTO MÉDICOS "M" C/100.	R$ 25,18	R$ 4.129,52
42	11	LUVA PARA PROCEDIMENTO EXTRA GRANDE.	R$ 79,90	R$ 878,90
				R$ 5.008,42

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento.

Para constar e surtir efeitos jurídicos, lavra-se o presente Termo de Apostilamento, com base no § 8º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo uma cópia juntada ao processo licitatório e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Confresa - MT, 08 de Março de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Ronio Condão Barros Milhomem

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO DESERTA PROCESSO LICITATÓRIO Nº054/2021. TOMADA DE PREÇOS Nº005/2021.

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO DESERTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº054/2021.

TOMADA DE PREÇOS Nº005/2021.

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público que o **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2021 – TOMADA DE PREÇO Nº 005/2021 que** foi abertono dia **16 de ABRIL de 2021, às 09h00min** (horário local), e foi declarado como LICITAÇÃO DESERTA e terá a sua **REABERTURA em 12/05/2021 às 09h:00min.**

O Edital e seus anexos retificados estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço situada na Rua 13 de maio s/n, Centro na cidade de Confresa-MT e no site Confresa.org no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, no e-mail: licitaconfresa@hotmail.com

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE POSTO DE TRANSFORMAÇÃO E DERIVAÇÃO DE 300 KVA COM EXTENSÃO DE 8 METROS DE REDE COMPACTA 13,8 KVA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, JUNTAMENTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA-MT.

Confresa-MT, em 26 de abril de 2021.

_____

CEZAR QUEIROZ DA SILVA

Presidente da C.P.L.

PORTARIA Nº008/2021.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
COVID-19: SEXTO TERMO DE APOSTILAMENTO NA ATA Nº 47/2020

Apostilamento para Inclusão de Dotação Orçamentária e Remanejamento de valor para respectivos itens na Ata **Nº 47/2020.**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Confresa-MT, neste ato representado pelo seu Prefeito **Ronio Condão Barros Milhomem**, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133, Centro, nesta cidade de Confresa-MT, CEP: 78.652-000, portador do RG 0875190-0 SSP/MT e CPF 535.561.191-53.

CONTRATADA: C.A DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSP. EIRELLI-ME,inscrito noCNPJ: 26.457.348/0001-04

OBJETO: Aquisição de Insumos para Hospital Municipal de Confresa-MT. **Processo Licitatório nº 002/2020,** na modalidade **Pregão Presencial nº 02/2020.**

OBJETO DO APOSTILAMENTO: O presente Termo de Apostilamento, para respectivos itens na Ata **Nº 47/2020.** Tem o objetivo de inclusão da Dotação Orçamentária e Remanejamento de valor**.**

SECRETÁRIA DE SAÚDE

ÓRGÃO: 06- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID: 06- MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2019- MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM HOSPITAL

CÓD RED: 895

FONTE: 0046

ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.00.0000

ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	
73	280	CATETER N 18	R$ 1,14	R$ 319,20	

76	920	CATETER N 24	R$ 1,10	R$ 1. 012,00	
209	12	FITA HIPOALERGICA MICROPOROSA 10CM X 4,5MT	R$ 7,04	R$ 84,48	
340	40	SONDA NASOGASTRICA CURTA Nº 14	R$ 0,90	R$ 36,00	
367	5	TERMOMETRO DIGITAL - TERMOMETRO CLINICO DIGITAL, FAIXA DE MEDICAO 32 GRAUS CELSIUS A 42 GRAUS CELSIUS, TEMPERATURA DO CORPO HUMANO, BATERIA NA VOLTAGEM DE 1.5 VOLTS TIPO BOTAO, UTILIZACAO PARA MEDICAO DA TEMPERATURA CORPORAL	R$ 13,40	R$ 67,00	
			VALOR	**R$ 1. 518,68**	

INCLUSÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REMANEJAMENTO DE VALOR

ORGÃO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 04 – ATENÇÃO BÁSICA

PROJ. ATIV.: 2.140 – AÇÕES PARA ENFRETAMENTO AO NOVO CORONAVIRUS – COVID 19

COD. RED.: 2019 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE.: 0046

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.00.00

ITEM	QUANTIDADE REMANEJADA	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR REMANEJADO
73	280	CATETER N 18	R$ 1,14	R$ 319,20
76	920	CATETER N 24	R$ 1,10	R$ 1.012,00
209	12	FITA HIPOALERGICA MICROPOROSA 10CM X 4,5MT	R$ 7,04	R$ 84,48
340	40	SONDA NASOGASTRICA CURTA Nº 14	R$ 0,90	R$ 36,00
367	5	TERMOMETRO DIGITAL - TERMOMETRO CLINICO DIGITAL, FAIXA DE MEDICAO 32 GRAUS CELSIUS A 42 GRAUS CELSIUS, TEMPERATURA DO CORPO HUMANO, BATERIA NA VOLTAGEM DE 1.5 VOLTS TIPO BOTAO, UTILIZACAO PARA MEDICAO DA TEMPERATURA CORPORAL	R$ 13,40	R$ 67,00
			VALOR	**R$ 1.518,68**

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento.

Para constar e surtir efeitos jurídicos, lavra-se o presente Termo de Apostilamento, com base no § 8º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo uma cópia juntada ao processo licitatório e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Confresa - MT, 26 de Março de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Ronio Condão Barros Milhomem

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
COVID-19: PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO NA ATA Nº 85/ 2020

Apostilamento para inclusão de dotação orçamentária Remanejamento de Valores e itens, para respectivos itens na Ata **Nº 85/2020.**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Confresa-MT, neste ato representado pelo seu Prefeito **Ronio Condão Barros Milhomem**, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva nr° 133, Centro, nesta cidade de Confresa-MT, CEP: 78.652-000, portador do RG 0875190-0 SSP/MT e CPF 535.561.191-53.

CONTRATADA: MUDAR COMÉRCIO DE MAT. DE CONST. FERRAMENTAS E EPIS LTDA-EPP CNPJ: 14.888.303/0001-05.

OBJETO: Aquisição de material de consumo, sendo EPI–EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL para atender as necessidades das Secretarias do Poder Executivo do Município de Confresa - MT.

OBJETO DO APOSTILAMENTO: O presente Termo de Apostilamento, para respectivos itens na Ata **Nº 85/2020.** Tem o objetivo de inclusão de dotação orçamentária e Remanejamento de Valores e itens do **Processo Licitatório nº 087/2020** na modalidade **Pregão Presencial nº058/2020**.

SECRETARIA DE SAUDE

ORGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 04 – ATENÇÃO BÁSICA

PROJ. ATIV.: 2017 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PSF

CÓDIGO RED: 677

FONTE: 0046

ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.00.00

ITEM	QTD	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
39	164	LUVA DESCARTAVEL PARA PROCEDIMENTO-DE LATEX, LUBRIFICADA INTERNAMENTE COM PO, COM PERFEITA ADAPTACAO ANATOMICO, AMBIDESTRA, NAO ESTERIL, AJUSTE PERFEITO, RESISTENTE A TRACAO, COM BOA SENSIBILIDADE TATIL, TEXTURA UNIFORME, EM TAMANHO MEDIO, CONSTANDO EXTERNAMENTE PROCEDENCIA, CONSTANDO EXTERNAMENTE DATA DE FABRICACAO, CONSTANDO EXTERNAMENTE DATA DE VALIDADE **OBS:** LUVAS PARA PROCEDIMENTO MEDICOS "M" C/100.	R$ 25,18	R$ 4. 129,52
42	11	LUVA PARA PROCEDIMENTO EXTRA GRANDE.	R$ 79,90	R$ 878,90
			VALOR TOTAL	**R$ 5. 008,42**

INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REMANEJAMENTO DE ITEM E VALOR

ÓRGÃO: 06- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;

UNID.: 04- ATENÇÃO BÁSICA.

PROJ. ATIV.: 2149- MANUTENÇOES E ENCARGOS COM UBS COVID 19

CÓD RED: 2028 MATERIAL DE CONSUMO

FONTE: 0046

ELEMENTO: **3.3.90.30.00.00.00.00**

ITEM	QUANTIDADE REMANEJADA	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR REMANEJADO
39	164	LUVA DESCARTAVEL PARA PROCEDIMENTO-DE LATEX, LUBRIFICADA INTERNAMENTE COM PO, COM PERFEITA ADAPTACAO ANATOMICO, AMBIDESTRA, NAO ESTERIL, AJUSTE PERFEITO, RESISTENTE A TRACAO, COM BOA SENSIBILIDADE TATIL, TEXTURA UNIFORME, EM TAMANHO MEDIO, CONSTANDO EXTERNAMENTE PROCEDENCIA, CONSTANDO EXTERNAMENTE DATA DE FABRICACAO, CONSTANDO EXTERNAMENTE DATA DE VALIDADE **OBS:** LUVAS PARA PROCEDIMENTO MÉDICOS "M" C/100.	R$ 25,18	R$ 4.129,52
42	11	LUVA PARA PROCEDIMENTO EXTRA GRANDE.	R$ 79,90	R$ 878,90
			VALOR TOTAL	**R$ 5.008,42**

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento.

Para constar e surtir efeitos jurídicos, lavra-se o presente Termo de Apostilamento, com base no § 8º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo uma cópia juntada ao processo licitatório e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Confresa - MT, 08 de Março de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Ronio Condão Barros Milhomem

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO NA ATA Nº 33/2021

Apostilamento para inclusão de dotação orçamentária Remanejamento de Valores e itens, para respectivos itens na Ata **Nº 33/2021.**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Confresa-MT, neste ato representado pelo seu Prefeito **Ronio Condão Barros Milhomem**, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva n° 133, Centro, nesta cidade de Confresa-MT, CEP: 78.652-000, portador do RG 0875190-0 SSP/MT e CPF 535.561.191-53.

CONTRATADA: MULTIPLICAR COMPRAS E COMERCIO EIRELI CNPJ: 07.508.571/0001-80.

OBJETO: Aquisição de Material de Informática, para atender as demandas das Secretárias do Poder Executivo do Município de Confresa-MT.

OBJETO DO APOSTILAMENTO: O presente Termo de Apostilamento, para respectivos itens na Ata **Nº 33/2021.** Tem o objetivo de inclusão de dotação orçamentária e Remanejamento de Valores e itens da licitação. **Processo Licitatório nº 232/2020** na modalidade **Pregão Eletrônico nº 032/2020** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT

SECRETARIA DE SAUDE

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 06 – MAC- MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIVI.: 1031 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM HOSPITAL

CÓD RED: 831 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE: 0042 –TRNSFERENCIA DE RECURSO DOSISTEMA ÚNICO SUS DO ESTADO

ELEMENTO: 4.4.90.52.00.00.00.00

ITEM	QTD	DESCRIÇÃO	V. UNIT	V. TOTAL
19	01	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL MODELO DCP L 5652 DN TEM IMPRESSAO, COPIA E DIGITALIZAÇÃO DUPLEX AUTOMATICO FRENTE E VERSO FORMATO DE ARQUIVOS INCLUINDO PDF PESQUISAVEL. INTERFACE USB 512 MB DE MEMORIA 42/40 PPM, CAPACIDADE BANDEJA DE PAPEL 250 FOLHA	R$ 3.450,00	R$ 3.450,00

INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REMANEJAMENTO DE ITEM E VALOR

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 06 – MAC- MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIVI.: 1031 – EQUIPAMENTO E MATERIAIS PERMANENTE.

CÓD RED: 829 – EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

FONTE: 0002

ELEMENTO: 4.4.90.52.00.00.00.00

ITEM	QUANTIDADE REMANEJADA	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT	VALOR REMANEJADO
19	01	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL MODELO DCP L 5652 DN TEM IMPRESSAO, COPIA E DIGITALIZAÇÃO DUPLEX AUTOMATICO FRENTE E VERSO FORMATO DE ARQUIVOS INCLUINDO PDF PESQUISAVEL. INTERFACE USB 512 MB DE MEMORIA 42/40 PPM, CAPACIDADE BANDEJA DE PAPEL 250 FOLHAS.	R$ 3.450,00	R$ 3.450,00

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento.

Para constar e surtir efeitos jurídicos, lavra-se o presente Termo de Apostilamento, com base no § 8º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo uma cópia juntada ao processo licitatório e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Confresa - MT, 25 de Março de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Ronio Condão Barros Milhomem

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO NA ATA Nº 33/2021

Apostilamento para inclusão de dotação orçamentária Remanejamento de Valores e itens, para respectivos itens na Ata **Nº 33/2021.**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Confresa-MT, neste ato representado pelo seu Prefeito **Ronio Condão Barros Milhomem**, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva nr° 133, Centro, nesta cidade de Confresa-MT, CEP: 78.652-000, portador do RG 0875190-0 SSP/MT e CPF 535.561.191-53.

CONTRATADA: MULTIPLICAR COMPRAS E COMERCIO EIRELI CNPJ: 07.508.571/0001-80.

OBJETO: Aquisição de Material de Informática, para atender as demandas das Secretárias do Poder Executivo do Município de Confresa-MT.

OBJETO DO APOSTILAMENTO: O presente Termo de Apostilamento, para respectivos itens na Ata **Nº 33/2021.** Tem o objetivo de inclusão de dotação orçamentária e Remanejamento de Valores e itens da licitação. **Processo Licitatório nº 232/2020** na modalidade **Pregão Eletrônico nº 032/2020** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT

SECRETARIA DE SAUDE

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 04 – ATENÇÃO BÁSICA

PROJ. ATIVI.: 2.014 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM UBS

CÓD RED: 588 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE: 0046 – TRANSFERENCIA FUNDO A FUNDO DE RECURSOS SO SUS PROVINDOS DO GOVERNO

ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.00.00

ITEM	QTD	DESCRIÇÃO	V. UNIT	V. TOTAL
17	20	FONTE DE ALIMENTACAO PARA MICRO-COMPUTADOR - FONTE DE ALIMENTACAO ATX PARA MICROCOMPUTADOR, 450 W.	R$ 165,00	R$ 3.300,00

INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REMANEJAMENTO DE ITEM E VALOR

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 04 – ATENÇÃO BÁSICA

PROJ. ATIVI.: 2.017 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ATENÇÃO BASICA EM SAUDE.

CÓD RED: 676 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE: 0042

ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.00.00

ITEM	QUANTIDADE REMANEJADA	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT	VALOR REMANEJADO
17	20	FONTE DE ALIMENTACAO PARA MICROCOMPUTADOR - FONTE DE ALIMENTACAO ATX PARA MICROCOMPUTADOR, 450 W.	R$ 165,00	R$ 3.300,00

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento.

Para constar e surtir efeitos jurídicos, lavra-se o presente Termo de Apostilamento, com base no § 8º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo uma cópia juntada ao processo licitatório e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Confresa - MT, 17 de Março de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Ronio Condão Barros Milhomem

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 074/2021. PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 029/2021.

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 074/2021.

PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 029/2021.

A Prefeitura Municipal de Confresa/MT torna pública, para o conhecimento dos interessados, o resultado do processo licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 029/2021**, conforme segue:

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, E REPOSIÇÃO DE PEÇAS EQUIPAMENTOS TIPO-BEBEDOUROS, FREEZER, REFRIGERADORES, FRIGOBAR GELADEIRA E ELETRODOMÉSTICOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT.

ADJUDICADOS/HOMOLOGADOS:

Empresas:

1. JOAO FRANCISCO DE CASTRO-SERVIÇOS GERAIS

CNPJ: 12.067.653/0001-77

END: AVENIDA ALZIRO SETUBAL, S/N, BAIRRO ALAGAVEL, CEP:78.670-000

MUNICÍPIO DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA – MT

FONE: (66) 3522-1752 (66) 98418-8504

EMAIL: construtoranovavidasfa@hotmail.com

REPRESENTANTE LEGAL: JOAO FRANCISCO DE CASTRO

Vencedora dos itens de nº 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 do certame no valor global de **R$ 63.306,00 (sessenta e três mil, trezentos e seis reais).**

Registro de Preços válido por um período de 12 meses, visto que as empresas atenderam todos os requisitos do Edital e seus Anexos.

Confresa-MT, 26 de ABRIL de 2021

PALANNA OLIVEIRA BEZERRA

Pregoeira

Portaria nº 0126/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

TERMO DE RESULTADO, RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2021 - PROCESSO Nº 030/2021

Do resultado:

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT, torna público o resultado da Licitação, para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial- SRP nº 013/2021.

A empresa: Darci Rodrigues de Freitas – 53493834187 CNPJ 33.462.330/0001-58, foi vencedor da licitação do item: 1. Com o valor global de R$19.732,80 reais.

Adelino Lopes Da Silva – 00975358189 CNPJ 40.504.495/0001-00, foi vencedor da licitação do item: 2. Com o valor global de R$23.376,00,00 reais.

Genilson Baldassini Guasti - 57406987234 CNPJ 37.755.736/0001-80, foi vencedor da licitação do item: 3. Com o valor global de R$20.478,00 reais.

Laudir Roque Kaefer – 64367800920 CNPJ 13.578.289/0001-72, foi vencedor da licitação do item: 4. Com o valor global de R$35.975,00 reais.

Jesiel De Oliveira Gonçalves 05863011190 CNPJ 41.167.322/0001-07, foi vencedor da licitação do item: 5. Com o valor global de R$22.440,00 reais.

Da homologação:

O Prefeito Municipal de Cotriguaçu–MT, no uso das atribuições e de acordo com o art. 24 e 43, VI, da Lei Federal nº 8.666/93, e conforme consta no Processo a manifestação da Comissão Permanente de Licitação e de acordo com o Parecer da Assessoria Jurídica desta Prefeitura, Resolve HOMOLOGAR o presente Processo Licitatório Nº 030/2021, Pregão Presencial Nº 013/2021.

a) Processo Nr.: 030/2021

b) Licitação Nr.: 013/2021

c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

d) Data Homologação: 23/04/2021

e) Objeto da Licitação: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE JARDINAGEM, PODA DE ARVORES LIMPEZA DE AREAS ESPECIFICAS, VARRIÇÃO DE RUAS E SERVIÇO DE COVEIRO".**

Cotriguaçu - MT, 26 de abril de 2021.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL.

DEPARTAMENTO PESSOAL
EDITAL N.º PSS 003/PE/COTRIGUAÇU2021

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

PROCESSO N.º PSS 003/PE/COTRIGUAÇU2021

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 009

APRESENTAÇÃO DO GABARITO PRÉVIO DAS PROVAS OBJETIVAS

A Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, *Jesuína Maria De Aquino Sulzbach*, nomeada pela Portaria Municipal n.º 111, de 03 de março de 2021, no âmbito de sua competência, e em atendimento aos ditames regulatórios deste certame, e ainda...

Considerando o transcurso normal da realização das provas Objetivas e subjetivas na data de 25 de abril de 2021;

Considerando a necessidade de cumprimento do cronograma estabelecido pelo Edital de Abertura, revisado pelo Edital Complementar nº 006 de 16 de abril de 2021,

Resolve, apresentar no Anexo I deste Edital Complementar, em ordem alfabética de cargos, o Gabarito Prévio para a conferência dos acertos dos candidatos(as).

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. Este Edital Complementar apresenta o Gabarito Prévio por ordem alfabética de cargos. **1.2.** O prazo para interposição de recurso administrativo contra questão da Prova Objetiva e contra o Gabarito Prévio é *até as 12:00hs do dia 28/04/2021*, exclusivamente através do site: http://sosconsultoria.listaeditais.com.br/ área restrita do candidato, menu: meus recursos. **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 2.1.** Na eventual apresentação de recurso administrativo, o(a) candidato(a) deverá anexar ao recurso, o respectivo embasamento teórico com bibliografia capaz de promover alterações no resultado apresentado, sob pena de não ter o recurso conhecido pela Banca Examinadora.

Cotriguaçu MT, 26 de abril de 2021

Jesuína Maria de Aquino Sulzbach

Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado

ANEXO I

GABARITO PRÉVIO – PROVAS OBJETIVAS

Agente de Vigilância | Nível Fundamental Incompleto																			
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Gabarito	**B**	**B**	**A**	**C**	**C**	**A**	**C**	**A**	**B**	**B**	**B**	**C**	**B**	**C**	**B**	**A**	**D**	**A**	**D**	**D**
Auxiliar de Serviços Gerais | Nível Fundamental Incompleto																				
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Gabarito	**B**	**B**	**A**	**C**	**C**	**A**	**C**	**A**	**B**	**B**	**B**	**C**	**B**	**D**	**A**	**C**	**D**	**A**	**C**	**B**
Limpeza | Nível Fundamental Incompleto																				
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Gabarito	**B**	**B**	**A**	**C**	**C**	**A**	**C**	**A**	**B**	**B**	**B**	**C**	**B**	**D**	**A**	**D**	**A**	**A**	**C**	**A**
Limpeza/Cozinha | Nível Fundamental Incompleto																				
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Gabarito	**B**	**B**	**A**	**C**	**C**	**A**	**C**	**A**	**B**	**B**	**B**	**C**	**B**	**D**	**A**	**D**	**A**	**C**	**C**	**C**
Motorista Veículo Pequeno - CNH "B" | Nível Fundamental Incompleto																				
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Gabarito	**B**	**B**	**A**	**C**	**C**	**A**	**C**	**A**	**B**	**B**	**B**	**C**	**B**	**A**	**C**	**A**	**A**	**A**	**C**	**C**
Op. de Máq. Pesadas - Motoniveladora | Nível Fundamental Incompleto																				
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Gabarito	**B**	**B**	**A**	**C**	**C**	**A**	**C**	**A**	**B**	**B**	**B**	**C**	**B**	**B**	**D**	**C**	**C**	**D**	**A**	**B**
Auxiliar Administrativo | Nível Fundamental Completo																				
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Gabarito	**A**	**D**	**B**	**D**	**B**	**D**	**B**	**C**	**A**	**D**	**D**	**A**	**B**	**A**	**A**	**D**	**B**	**B**	**A**	**A**
Auxiliar de Consultório Odontológico | Nível Fundamental Completo																				
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Gabarito	**A**	**D**	**B**	**D**	**B**	**D**	**B**	**C**	**A**	**D**	**D**	**D**	**C**	**B**	**C**	**C**	**A**	**C**	**B**	**D**
Motorista CNH "D" - Motorista Ambulância | Nível Fundamental Completo																				
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Gabarito	**A**	**D**	**B**	**D**	**B**	**D**	**B**	**C**	**A**	**D**	**A**	**C**	**B**	**B**	**A**	**D**	**A**	**B**	**D**	**C**
Motorista Transporte Escolar CNH "D" | Nível Fundamental Completo																				
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Gabarito	**A**	**D**	**B**	**D**	**B**	**D**	**B**	**C**	**A**	**D**	**A**	**C**	**B**	**B**	**A**	**D**	**A**	**B**	**B**	**B**
Agente Administrativo | Nível Médio / Técnico																				
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Gabarito	**C**	**B**	**C**	**A**	**B**	**A**	**C**	**B**	**D**	**D**	**B**	**D**	**A**	**D**	**B**	**C**	**B**	**D**	**A**	**B**
Técnico em Enfermagem Registro COREN | Nível Médio / Técnico																				

Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Gabarito	C	B	C	A	B	A	C	B	D	D	B	D	A	D	B	B	D	C	A	D
Técnico em Radiologia Registro CRTR | Nível Médio / Técnico																				
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Gabarito	C	B	C	A	B	A	C	B	D	D	B	D	A	D	B	B	B	A	A	C
Técnico em Vigilância Sanitária e Ambiental | Nível Médio / Técnico																				
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Gabarito	C	B	C	A	B	A	C	B	D	D	B	D	A	D	B	B	C	C	C	D
Assistente Social CRESS | Nível Superior																				
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Gabarito	C	A	A	B	B	D	A	B	B	D	B	B	A	C	A	D	A	D	B	B
Bioquímico/Farmacêutico CRF | Nível Superior																				
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Gabarito	C	A	A	B	B	D	A	B	B	D	B	C	D	A	D	B	C	C	D	A
Enfermeiro Registro COREN | Nível Superior																				
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Gabarito	C	A	A	B	B	D	A	B	B	D	B	C	B	D	C	C	C	C	A	B
Engenheiro Civil CREA | Nível Superior																				
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Gabarito	C	A	A	B	B	D	A	B	B	D	A	B	B	B	A	C	D	C	D	D
Médico Veterinário CRMV | Nível Superior																				
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Gabarito	C	A	A	B	B	D	A	B	B	D	B	B	D	B	D	A	B	C	C	A
Odontólogo CRO | Nível Superior																				
Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Gabarito	C	A	A	B	B	D	A	B	B	D	B	C	B	D	A	B	D	A	C	C

Cotriguaçu MT, 26 de abril de 2021

Jesuína Maria de Aquino Sulzbach

Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado

NOTA DE ESCLARECIMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 003/2021 PROCESSO N° 027/2021

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu-MT, avenida. 20 de dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, torna público a NOTA DE ESCLARECIMENTO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 003/2021 PROCESSO N° 027/2021, referente ao subitem 2.3. Apresentar junto a proposta o folder do item licitado, sendo facultativo a apresentação do mesmo, pois se trata de prestação de serviços, não sendo critério de desclassificação. Sem mais alterações permanecem de acordo com processo.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

AVISO DE RESULTADO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2021/FUNED

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 066.219/2020

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SME, neste ato representado pela sua PREGOEIRA, vem **TORNAR SEM EFEITO** o **RESULTADO e a ADJUDICAÇÃO** do Pregão Eletrônico nº 002/2021/FUNED, tendo como objeto "Registro de Preço para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados à Rede Pública Municipal de Educação, em cumprimento aos cardápios específicos do Programa de Alimentação Escolar do Município de Cuiabá/MT. Neste ato, também, a SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SME, no uso de suas atribuições **HOMOLOGA** a adjudicação, nos termos do artigo 4º, XXII, da Lei Federal nº 10.520/2002, conforme se apresenta abaixo:

ITEM	EMPRESA	DESCRIÇÃO	QTD.	UNID.	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
1.	DISBRANCO COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS LTDA	ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTÂNEO SEM GLÚTEN	37.826	Unid.	CHOCOLATTO	R$ 7,13	R$ 269.699,38
2.	HSF COMERCIAL ATACADISTA DE ALIMENTOS EIRELI	AVEIA EM FLOCOS FINOS	184	Kg	NESTLÉ	R$ 12,93	R$ 2.379,12
3.	RIKA COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI	BISCOITO DE ARROZ INTEGRAL	528	Unid.	CAMIL	R$ 6,43	R$ 3.395,04
4.	JVM COMÉRCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS EIRELI	BISCOITO DE SAL INTEGRAL (CREAM CRACKER OU ÁGUA E SAL). SEM LEITE.	22.676	Kg	MARILAN	R$ 8,73	R$ 197.961,48
5.	DISBRANCO COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS LTDA	BISCOITO SALGADO DE POLVILHO SEM GLÚTEN E SEM LEITE	42	Kg	BEBELA	R$ 39,88	R$ 1.674,96
6.	FRACASSADO	BISCOITO DOCE TIPO SEQUILHOS SEM GLÚTEN E SEM LEITE	396	Unid.	_____	FRACASSADO	FRACASSADO
7.	RIKA COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI	CACAU EM PÓ	53	Kg	APTI	R$ 13,49	R$ 714,97
8.	RIKA COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI	CEREAL DE ARROZ	540	Unid.	MUCILON	R$ 6,62	R$ 3.574,80
9.	RIKA COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI	EXTRATO DE TOMATE SEM GLÚTEN	55.029	Kg	BONARE	R$ 5,09	R$ 280.097,61

10.	RIKA COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL	2.157	Unid.	DALLAS	R$ 3,05	R$ 6.578,85
11.	COMERCIAL CMX DE ALIMENTOS EIRELI	FEIJÃO CARIOCA COMUM TIPO 1	288.956	Unid.	TIO LINO	R$ 5,12	R$ 1.479.454,72
12.	COMERCIAL CMX DE ALIMENTOS EIRELI	FEIJÃO PRETO	15.370	Unid.	TIO LINO	R$ 5,68	R$ 87.301,60
13.	GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI EPP	FUBÁ DE MILHO	3.344	Unid.	XODOMILHO	R$ 2,95	R$ 9.864,80
14.	NABELLA COMÉRCIOS DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI	GELEIA 100% FRUTA, SEM AÇÚCAR	1.690	Kg	QUENSBERRY	R$ 68,93	R$ 116.491,70
15.	COMERCIAL CMX DE ALIMENTOS EIRELI	IOGURTE DE COCO	69.597	Unid.	FRUTAP	R$ 5,44	R$ 378.607,68
16.	COMERCIAL CMX DE ALIMENTOS EIRELI	IOGURTE DE MORANGO	125.072	Unid.	FRUTAP	R$ 5,26	R$ 657.878,72
17.	COMERCIAL CMX DE ALIMENTOS EIRELI	IOGURTE DE SALADA OU VITAMINA DE FRUTAS	69.597	Unid.	FRUTAP	R$ 5,31	R$ 369.560,07
18.	FRACASSADO	LEITE EM PÓ ZERO LACTOSE	1.111	Kg	_____	FRACASSADO	FRACASSADO
19.	COMERCIAL CMX DE ALIMENTOS EIRELI	LEITE LONGA VIDA INTEGRAL	322.948	Unid.	HELOISA	R$ 3,82	R$ 1.233.661,36
20.	RIKA COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI	LEITE UHT ZERO LACTOSE - 1 LITRO	17.088	Unid.	PIRACANJUBA	R$ 4,91	R$ 83.902,08
21.	COMERCIAL LUAR EIRELI EPP	LEITE UHT ZERO LACTOSE - 500mL	17.088	Unid.	PIRACANJUBA	R$ 4,56	R$ 77.921,28
22.	COMERCIAL LUAR EIRELI EPP	LENTILHA SECA	280	Unid.	MIKA	R$ 9,55	R$ 2.674,00
23.	GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI EPP	MACARRÃO DE ARROZ	264	Unid.	URBANO	R$ 3,77	R$ 995,28
24.	RIKA COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI	MACARRÃO DE SÊMOLA AVE MARIA	16.033	Unid.	DALLAS	R$ 2,18	R$ 34.951,94
25.	RIKA COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI	MACARRÃO DE SÊMOLA GRAVATA	60.040	Unid.	DALLAS	R$ 2,99	R$ 179.519,60
26.	RIKA COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI	MACARRÃO DE SÊMOLA PARAFUSO	82.384	Unid.	DALLAS	R$ 2,18	R$ 179.597,12
27.	COMERCIAL CMX DE ALIMENTOS EIRELI	MANDIOCA CONGELADA	36.644	Unid.	DO SÍTIO	R$ 6,00	R$ 219.864,00
28.	COMERCIAL CMX DE ALIMENTOS EIRELI	MANTEIGA COM SAL	19.054	Unid.	COMAJUL	R$ 15,21	R$ 289.811,34
29.	NABELLA COMÉRCIOS DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI	MASSA PRONTA PARA TAPIOCA	1.056	Unid.	PINDUCA	R$ 4,25	R$ 4.488,00
30.	JVM COMÉRCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS EIRELI	ÓLEO DE SOJA REFINADO	59.049	Unid.	CONCÓRDIA	R$ 6,74	R$ 397.990,26
31.	COMERCIAL LUAR EIRELI EPP	ORÉGANO DESIDRATADO	6.985	Unid.	BOM GOSTO	R$ 4,98	R$ 34.785,30
32.	RIKA COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI	PÃO DE FORMA SEM GLÚTEN	1.056	Unid.	WICKBOLD	R$ 14,85	R$15.681,60
33.	COMERCIAL CMX DE ALIMENTOS EIRELI	POLPAS DE FRUTA - SABOR CAJU	22.464	Unid.	PANTANAL POLPAS	R$ 8,19	R$ 183.980,16
34.	COMERCIAL CMX DE ALIMENTOS EIRELI	POLPAS DE FRUTA - SABOR MANGA	11.264	Unid.	PANTANAL POLPAS	R$ 10,52	R$ 118.497,28
35.	COMERCIAL LUAR EIRELI EPP	SAL REFINADO IODADO	34.368	Unid.	CRISTAL	R$ 1,10	R$ 37.804,80
36.	RIKA COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI	UVA PASSA	48	Kg	LA VIOLETERA	R$ 29,16	R$ 1.399,68

Cuiabá, 20 de abril de 2021.

Priscila R. N. Moraes

Pregoeira

Edilene de Souza Machado

Secretária Municipal de Educação – SME

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2021/PMC

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030.756/2021)

ÓRGÃO SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, TRABALHO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SMATED

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA/INSTITUIÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE CURSO PREPARATÓRIO HÍBRIDO PARA O **EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO - ENEM E VESTIBULARES**, COM APOIO DE PLATAFORMA EAD NA FORMA DE HORA-AULA, CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 10/05/2021 às 09:00h (nove horas) Horário de Cuiabá-MT.

EDITAL DISPONÍVEL: http://licitacao.cuiaba.mt.gov.br/licitacao site Prefeitura de Cuiabá-MT.

CONTATO: Tel. (65) 3645-6156/6252 E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br, de Segunda a Sexta-feira, das 08:00 às 18:00 horas (Cuiabá-MT).

Cuiabá/MT, 26 de abril de 2021.

Priscila R. N. Moraes

Pregoeira

Agmar Divino Lara de Siqueira

Secretário Adjunto Especial de Licitações e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

SETOR RH
PORTARIA/DRH Nº 038/2021

Dispõe sobre Licença Prêmio da Funcionária Pública Municipal do Servidor **ADERCY NOGUEIRA GAMA,** dá outras providências.

ALFREDO DE ARAUJO GRANJA FILHO, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

CONSIDERANDO o preceituado no art. 73 da Lei 006/90;

CONSIDERANDO que a servidor faz jus ao gozo da licença por assiduidade adquirida no período **02 de Março de 2016 a 01 de Março de 2021.**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder Licença Prêmio ao Servidor **ADERCY NOGUEIRA GAMA**, matrícula 2257-1, exercendo o Cargo/Função de vigia, lotado na Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo, a serem usufruídas no período de **05 de Abril de 2021 a 03 de Julho de 2021.**

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor com efeito retroativo a 05 de Abril de 2021.

ART. 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

Publica-se. Registra-se. Cumpra-se.

Diamantino/MT, 20 de Abril de 2021.

ALFREDO DE ARAUJO GRANJA FILHO

Secretário Municipal de Administração

ANEXO I - DECRETO Nº 030-2021

ANEXO I

RELAÇÃO DOS CONTRIBUINTES NOMEADOS SUBSTÍTUTOS TRIBUTÁRIOS

CNPJ / CPF	INSC.ESTADUAL	CONTRIBUINTE
31.827.187/0001-25	Isento	Associação Santa Madre Paulina
23.887.964/0002-80	13.810.025-0	Alcooad Bioenergia LTDA
60.746.948/1833-65	Isento	Banco Bradesco
90.400.888/3185-84	Isento	Banco Santander
09.268.297/0001-45	13.348.424-6	Carol Supermercado Diamantino EIRELI
36.956.993/0001-17	13.129.599-3	Carol Supermercado Diamantino EIRELI
03.615.541/0001-12	13.192.058-8	ComercialL J. S. LTDA
02.046.011/0001-38	13.169.707-2	Dalmolin, Simon &CIA LTDA
29.518.423/0001-80	13.715.502-6	Deciolandia Armazens Gerais LTDA EPP
14.017.643/0001-52	13.430.162-5	N. M. Spigiorin
02.484.205/0004-68	13.689.500-0	PscheidtArmazens Gerais LTDA
08.884.097/0002-35	13.711.210-6	Santos LAB Participações, Comercio e Industria Aeroespacial S.A.
10.834.577/0003-47	13.540.251-4	Suinobras Alimentos LTDA
09.632.376/0001-93	13.356.774-5	Spigiorin & CIA LTDA
07.854.126/0001-72	13.315.847-0	Supermercado Teodoro LTDA - EP

Diamantino - MT, 24 de Junho de 2017.

MANOEL LOUREIRO NETO

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 037/2021.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 037/2021.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SISTEMA ADMINISTRATIVO DE AUTO GESTÃO INTEGRADA PARA O DEPARTAMENTO DE FROTAS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO – MT

VALOR TOTAL: R$ 6.746.640,00 (Seis Milhões Setecentos e Quarenta e Seis Mil e Seiscentos e Quarenta Reais)

PRAZO DO CONTRATO: 12 (doze) meses.

CONTRATADO: CENTRO AMÉRICA COMÉRCIO, SERVIÇO, GESTÃO TECNOLOGIA-MT.

CONTRATANTE: MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 22 DE ABRIL DE 2021.

SETOR RH
PORTARIA/DRH Nº 035/2021

ALFREDO DE ARAUJO GRANJA FILHO, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder nos termos da Lei 741/2010, conforme lhe faculta o artigo 1º, **Licença Maternidade**, de 180(cento e oitenta) dias à servidora **RENATA CEMIN RUCHITINICA,** matrícula 2931-1, no cargo/função Multimeios Didático, Lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura,no período de ***14 de Abril de 2021 a 10 de Outubro de 2021.***

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na presente data.

ART. 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

Publica-se. Registra-se. Cumpra-se.

Diamantino/MT, 19 de Abril de 2021.

ALFREDO DE ARAUJO GRANJA FILHO

Secretário Municipal de Administração

SETOR RH
PORTARIA/DRH Nº 036/2021

Dispõe sobre Licença Prêmio da Funcionária Pública Municipal do Servidor **NELSON SA TELES FILHO,** dá outras providências.

ALFREDO DE ARAUJO GRANJA FILHO, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

CONSIDERANDO o preceituado no art. 73 da Lei 006/90;

CONSIDERANDO que a servidora faz jus ao gozo da licença por assiduidade adquirida no período **29 de Fevereiro de 2016 a 27 de Fevereiro de 2021.**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder Licença Prêmio ao Servidor **NELSON SA TELES FILHO**, matrícula 225-1, exercendo o Cargo/Função de Agente Público Municipal/Serviços Gerais, lotado na Secretaria de Infraestrutura, a serem usufruídas no período de **05 de Abril de 2021 a 04 de Julho de 2021.**

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor com efeito retroativo a 05 de Abril de 2021.

ART. 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

Publica-se. Registra-se. Cumpra-se.

Diamantino/MT, 19 de Abril de 2021.

ALFREDO DE ARAUJO GRANJA FILHO

Secretário Municipal de Administração

SETOR RH
PORTARIA/DRH Nº 037/2021

Dispõe sobre Licença Prêmio da Funcionária Pública Municipal do Servidor **JOSÉ AUGUSTINHO SAMAPAIO,** dá outras providências.

ALFREDO DE ARAUJO GRANJA FILHO, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

CONSIDERANDO o preceituado no art. 73 da Lei 006/90;

CONSIDERANDO que a servidor faz jus ao gozo da licença por assiduidade adquirida no período **01 de Fevereiro 2010 a 31 de Janeiro de 2015.**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder Licença Prêmio ao Servidor **JOSÉ AUGUSTINHO SAMPAIO**, matrícula 2257-1, exercendo o Cargo/Função de Serviços Gerais, lotado na Secretaria de Infraestrutura, a serem usufruídas no período de **20 de Abril de 2021 a 19 de Julho de 2021.**

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor em 20 de Abril de 2021.

ART. 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

Publica-se. Registra-se. Cumpra-se.

Diamantino/MT, 19 de Abril de 2021.

ALFREDO DE ARAUJO GRANJA FILHO

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

SETOR PESSOAL
DECRETO Nº 044/2021 DE 26 DE ABRIL DE 2021.

DECRETO Nº 044/2021 DE 26 DE ABRIL DE 2021.

REGULAMENTA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 533 DA LEI COMPLEMENTAR N.º 019 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Valdécio Luiz da Costa, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o disposto nos Artigos 532 e 533 do Código Tributário do Município de Dom Aquino que institui a Câmara de Recursos Tributário;

DECRETA:

Artigo 1° - Fica regulamentado o Parágrafo Único do Art. 533 que dá direito aos membros da CÂMARA DE RECURSOS TRIBUTÁRIO a gratificação nos termos da Lei Complementar nº 019, de 30 de dezembro de 2019.

Artigo 2º - Os membros da CÂMARA DE RECURSOS TRIBUTÁRIO, receberão a título de gratificação o valor equivalente a R$ 300,00 (trezentos reais), por mês, no mês do recurso em que houver reunião, dos recursos interpostos pelos contribuintes sobre matéria fiscal.

Parágrafo Único -Deverá ser anexado ao processo de pagamento dos membros da CÂMARA DE RECURSOS TRIBUTÁRIO os seguintes documentos:

a)Atas de Deliberação das Reuniões Ordinárias, devendo conter nestes o termo de recursos dos processos administrativos fiscais julgados no mês a que se referir o pedido de pagamento;

b)Cópia da Portaria de Nomeação dos membros;

c)Cópia da Publicação do Regimento Interno da CRT;

d)Cópia do Decreto de Regulamentação da Gratificação dos membros da CRT;

e)Documentos pessoais (RG, CPF e Comprovante de Endereço);

f)Último contracheque de cada Membro;

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Dom Aquino-MT em 26 de abril de 2021.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 140/2021 DE 26 DE ABRIL DE 2021.

PORTARIA Nº 140/2021 DE 26 DE ABRIL DE 2021.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO A DALVA MARIA DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a(o) servidor(a) trabalhou na Secretaria Municipal de Educação, no cargo de Agente de Administração Pública, no período aquisitivo de **09/01/2016 a 09/01/2021.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Licença Prêmio a **DALVA MARIA DA SILVA.**

ART. 2º A Licença concedida no art. 1º compreenderá o período de **26/04/2021 a 25/05/2021.**

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 26 de abril de 2021.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

FRANCISCO GUEDES NETO

Chefe de Gabinete/Administração

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 139/2021 DE 23 DE ABRIL DE 2021.

PORTARIA Nº 139/2021 DE 23 DE ABRIL DE 2021.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A CLECIA PIRES DE ANDRADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a (o) servidor (a) trabalhou na Secretaria Municipal de Educação, no cargo de Agente de Administração Pública, no período aquisitivo de **07/02/2020 a 07/02/2021.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a **CLECIA PIRES DE ANDRADE**.

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **26/04/2021 a 25/05/2021.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 23 de abril de 2021.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete/Administração

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 138/2021 DE 22 DE ABRIL DE 2021.

PORTARIA Nº 138/2021 DE 22 DE ABRIL DE 2021.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A ISABEL ROSA SILVA DA COSTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a (o) servidor (a) trabalhou na Secretaria Municipal de Administração, no cargo de Técnico Administrativo, no período aquisitivo de **21/03/2020 a 21/03/2021.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a **ISABEL ROSA SILVA DA COSTA**.

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **22/04/2021 a 21/05/2021.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 22 de abril de 2021.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete/Administração

SETOR PESSOAL
DECRETO Nº 043/2021 DE 26 DE ABRIL DE 2021.

DECRETO Nº 043/2021 DE 26 DE ABRIL DE 2021.

REGULAMENTA A ALTERAÇÃO DA COBRANÇA DA TAXA DE LIXO NO MUNICÍPIO DE DOM AQUINO NOS TERMOS DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Valdécio Luiz da Costa, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

CAPÍTULO I

DA AVALIAÇÃO DO VALOR DAS PROPRIEDADES

Artigo 1° - A modificação da forma de cobrança da taxa de lixo deverá respeitar os princípios da proporcionalidade e da segurança jurídica nos termos definidos pelo Código Tributário Municipal aprovado pela Câmara Municipal de Vereadores.

Artigo 2º - Considerando a capacidade contributiva a cobrança a implementação dos valores se dará de forma gradual respeitando os limites estipulados pelo anexo III do Código Tributário Municipal.

Parágrafo Primeiro - Para imóveis edificados a cobrança da Taxa de Lixo seguirá a cobrança mensal juntamente na cobrança da conta de água respeitando a gradativa implantação dos valores descritos em anexo;

Parágrafo Segundo – Para imóveis não edificados a cobrança continuará sendo realizada por meio do carnê/boleto de IPTU.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Dom Aquino-MT em 26 de abril de 2021.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete/Administração

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 137/2021 DE 22 DE ABRIL DE 2021.

PORTARIA Nº 137/2021 DE 22 DE ABRIL DE 2021.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A JOSÉ CARLOS ALVES DA COSTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a (o) servidor (a) trabalhou na Secretaria Municipal de Assistência Social, no cargo de Técnico Operacional, no período aquisitivo de **10/01/2020 a 10/01/2021.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a **JOSÉ CARLOS ALVES DA COSTA**.

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **22/04/2021 a 21/05/2021.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 22 de abril de 2021.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete/Administração

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 136/2021 DE 22 DE ABRIL DE 2021.

PORTARIA Nº 136/2021 DE 22 DE ABRIL DE 2021.

DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE CLASSE DA SERVIDORA JÔSE ALVES BARBOSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e com base no Parecer Administrativo nº 017/2021/AJ/LP de 14/04/2021 e Lei nº 1642/2020**.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder **Elevação de Classe** a Servidora **JÔSE ALVES BARBOSA – Cargo: Auxiliar de Desenvolvimento Infantil – Classe "B" – Nível 01.**

ART. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 22 de abril de 2021.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete/Administração

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 135/2021 DE 22 DE ABRIL DE 2021.

PORTARIA Nº 135/2021 DE 22 DE ABRIL DE 2021.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A SONIA MARIA DA SILVA MAIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a (o) servidor (a) trabalhou na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, no período aquisitivo de **12/04/2020 a 12/04/2021.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a **SONIA MARIA DA SILVA MAIA**.

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **26/04/2021 a 25/05/2021.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 22 de abril de 2021.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete/Administração

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 134/2021 DE 15 DE ABRIL DE 2021.

PORTARIA Nº 134/2021 DE 15 DE ABRIL DE 2021.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 03 (TRES) MESES DE FÉRIAS REMUNERADAS A SIRLENE VIEIRA DE JESUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a(o) servidor(a) trabalhou na Secretaria de Finanças, no cargo de Técnico Administrativo, no período aquisitivo de **01/01/2014 a 01/01/2017.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 03 (três) meses de Férias a **SIRLENE VIEIRA DE JESUS.**

ART. 2º As Férias concedidas no art. 1º serão totalmente remuneradas.

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 15 de abril de 2021.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

FRANCISCO GUEDES NETO

Chefe de Gabinete/Administração

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 133/2021 DE 15 DE ABRIL DE 2021

PORTARIA Nº 133/2021 DE 15 DE ABRIL DE 2021.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 03 (TRES) MESES DE FÉRIAS REMUNERADAS A LUCILENE ALVES DE OLIVEIRA RAMOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a(o) servidor(a) trabalhou no Gabinete do Prefeito, no cargo de Técnico Administrativo, no período aquisitivo de **01/03/2016 a 01/03/2021.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 03 (três) meses de Férias a **LUCILENE ALVES DE OLIVEIRA RAMOS.**

ART. 2º As Férias concedidas no art. 1º serão totalmente remuneradas.

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 15 de abril de 2021.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

FRANCISCO GUEDES NETO

Chefe de Gabinete/Administração

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 132/2021 DE 13 DE ABRIL DE 2021

PORTARIA Nº 132/2021 DE 13 DE ABRIL DE 2021

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 06 (SEIS) MESES DE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA ELISAMA CRISTINA TEIXEIRA DO CARMO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e em especial a Lei Municipal nº 1142/2008 de 06 de agosto de 2008.

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 06 (seis) meses de Licença Maternidade a servidora **ELISAMA CRISTINA TEIXEIRA DO CARMO,** cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação deste município.

ART. 2º - A licença concedida no art. 1º compreenderá o período de **10 de abril de 2021 a 06 de outubro de 2021**.

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 13 de abril de 2021.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

FRANCISCO GUEDES NETO

Chefe de Gabinete/Administração

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 131/2021 DE 13 DE ABRIL DE 2021.

PORTARIA Nº 131/2021 DE 13 DE ABRIL DE 2021.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A ROSELI DE ARAUJO OLIVEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a (o) servidor (a) trabalhou na Secretaria Municipal de Educação, no cargo de Agente de Administração Pública, no período aquisitivo de **13/04/2020 a 13/04/2021.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a **ROSELI DE ARAUJO OLIVEIRA**.

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **13/04/2021 a 12/05/2021.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 13 de abril de 2021.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete/Administração

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 130/2021 DE 12 DE ABRIL DE 2021.

PORTARIA Nº 130/2021 DE 12 DE ABRIL DE 2021.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A LIANE GLORIA DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a (o) servidor (a) trabalhou na Secretaria Municipal de Administração, no cargo de Agente de Administração Pública, no período aquisitivo de **23/02/2018 a 23/02/2019.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a **LIANE GLORIA DA SILVA**.

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **12/04/2021 a 11/05/2021.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 12 de abril de 2021.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete/Administração

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 129/2021 DE 12 DE ABRIL DE 2021.

PORTARIA Nº 129/2021 DE 12 DE ABRIL DE 2021.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A ZELINA DIAS FERREIRA ALCÂNTARA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a (o) servidor (a) trabalhou na Secretaria Municipal de Administração, no cargo de Técnico Administrativo, no período aquisitivo de **01/05/2019 a 01/05/2020.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a **ZELINA DIAS FERREIRA ALCÂNTARA**.

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **22/04/2021 a 21/05/2021.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 12 de abril de 2021.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete/Administração

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 128/2021 DE 09 DE ABRIL DE 2021.

PORTARIA Nº 128/2021 DE 09 DE ABRIL DE 2021.

DISPÕE SOBRE VACÂNCIA DE CARGO POR MOTIVO DE FALECIMENTO DA SERVIDORA SANTA VICENTE ORTEGA PEREIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e em especial o Artigo 24, Inciso VI da Lei 854/2003.

R E S O L V E

ART. 1º - Declarar a vacância do cargo de **Psicóloga** da servidora **SANTA VICENTE ORTEGA PEREIRA**.

ART. 2º - A vacância declarada no art. 1º será a partir de 03 de abril de 2021.

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 09 de abril de 2021.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete/Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 027/2021

PREGÃO ELETRÔNICO - SRP - Nº 004/2021

O município de Gaúcha do Norte/MT, por meio da Pregoeira Oficial designado pelo Decreto Municipal nº. **10127, de 07 de abril de 2021**, torna público para conhecimento dos interessados que a apresentação das propostas até às 09h15min. (horário de Brasília) do dia **07/05/2021 com local no** Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL w- ww.bll.org.br "**Acesso Identificado**" com objetivo de promover **AQUISIÇÃO DE 01 (um)APARELHO DE ULTRASSONOGRAFIA E 01 (UM) APARELHO DE HEMATOLOGIA,** na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, **do tipo MENOR PREÇO,** nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Federal nº 5.450, de 31 de maio de 2005 e Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019**,** de acordo com as especificações, quantidades estimadas no Termo Referencial do Edital. O edital será disponibilizado no site www.gauchadonorte.mt.gov.br e no e-mail licitacaogauchadonorte@gmail.com e Bolsa de Licitações do Brasil – BLL w- ww.bll.org.br "**Acesso Identificado**".

Gaúcha do Norte, 26 de abril de 2021.

Neilla F. de Souza

Pregoeira Oficial

AVISO DE ERRATA DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 026/2021

PREGÃO PRESENCIAL/SRP Nº 014/2021

'' PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME – EPP "

LEI FEDERAL COMPLEMENTAR Nº 147/2014 -

RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 17/2015 – TCE/MT

O Município de Gaúcha do Norte/MT, por meio de sua Pregoeira Oficial, torna se público a **ERRATA** do Pregão Presencial com Sistema de Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada no fornecimento de **MATERIAL DE COPA E COZINHA**, onde será realizado no dia **03 de maio de 2021 às 07h30min** (**Horário de Cuiabá/MT**) na sala de licitações, pois a data anterior foi digitada de forma errônea ficando no mês de abril e não maio.

Gaúcha do Norte, 19 de abril de 2021.

NEILLA F. DE SOUZA

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

RESULTADO DE LICITAÇÃO PR 013/2021

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Resultado de Licitação PREGÃO PRESENCIAL Nº. 013/2021

A Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT, através da **PREGOEIRA**, torna público, que no Pregão Presencial nº.013/2021, com o objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PLANTAS E MUDAS DE ARVORES E PLANTAS ORNAMENTAIS PARA JARDINAGEN NAS PRAÇAS, PARQUES ROTATÓRIAS E VARIOS OUTROS LUGARES PUBLICOS NO MUNICIPIO GENERAL CARNEIRO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL**

Obteve o seguinte resultado a empresa: VIVEIROS RENASCER LTDA ME, **CNPJ: 11.738.456/0001-70**,**sagrou-se vencedora dos seguintes itens:**ITEM 02;R$ 24.000,00; ITEM 03: R$ 27.000,00; ITEM 04;R$ 3.750,00; ITEM 05: R$ 6.600,00; ITEM 08;R$ 2.800,00;ITEM 09: R$ 1.400,00 ITEM 10: R$ 2.240,00; ITEM 11;R$ 2.600,00; ITEM 12: R$ 3.000,00; ITEM 13;R$ 4.250,00; ITEM 14: R$ 1.400,00; ITEM 15;R$ 1.250,00; ITEM 18: R$ 2.200,00; ITEM 19;R$ 1.500,00; ITEM 20: R$ 2.000,00;ITEM 21 R$ 960,00 ITEM 22;R$ 1.440,00; ITEM 23: R$ 1.600,00; ITEM 26;R$ 2.500,00; E ITEM 27;R$ 2.100,00; ITEM 28 R$ 3.800,00 ITEM 29 R$ 1.500,00 ITEM 30 R$ 1.750,00 ITEM 32 R$ 2.250,00 E a empresa: **REGIANE LUIZA TEDESCHI-EPP, CNPJ: 06.048.962/0001-05 sagrou-se vencedora dos seguintes itens: ITEM 01: R$ 5.980,00; ITEM 06; R$ 6.230,00 ITEM 07 R$ 3.000,00 ITEM 16 R$ 3.000,00 ITEM 17 R$ 5.900,00 ITEM 24 R$ 7.900,00 ITEM 25 R$ 5.000,00 ITEM 31 R$ 2.500,00;**

Foram recebidos os documentos de HABILITAÇÃO das empresas vencedoras onde foram julgadas e consideradas devidamente HABILITADAS as empresas acima citada;

O Processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala licitações da referida Prefeitura, localizada na Aveinda Delson Rodrigues s/n Bairro Centro , neste município de General Carneiro/MT, de segunda à sexta-feira no horário de atendimento ao público.

General Carneiro -MT, 26 de Abril de 2021

AGLEIDISTELLY ALMEIDA CAPELI LOPES

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

DECRETO Nº 972, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

DECRETO Nº 972, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

"DECRETA LUTO OFICIAL E PONTO FACULTATIVO NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Excelentíssima Senhora GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO, Prefeita Municipal de Glória D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, conforme o artigo 84, inciso IX da Lei Orgânica do Município;

Considerando, o falecimento do honroso senhor **JOABE FRANCIS GARCIA SILVA,** servidor público deste Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado luto oficial de três dias, a contar desta data, no Município de Glória D'Oeste-MT, pelo falecimento do Senhor Joabe Francis Garcia Silva, que, em vida, prestou inestimáveis serviços ao município.

Art. 2º Fica decretado como ponto facultativo aos servidores públicos municipais, nos dias 27, 28 e 29 de abril de 2021, para os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º Serão mantidos os serviços essenciais e ininterruptos, na Secretaria Municipal de Obras e Secretaria Municipal da Saúde e demais órgãos da Administração Pública com essas características.

Parágrafo Único. Na Secretaria Municipal da Saúde serão mantidos os atendimentos de urgência e emergência, e serviços de ambulância. A Secretaria Municipal de ficará responsável pela limpeza urbana e a coleta do lixo.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita do Município de Glória D'Oeste/MT, 26 de abril de 2021.

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 032/2020

2º ADITIVO - Valor

Contratante: Prefeitura Municipal de Indiavaí

CONTRATADO: NADIA F. M. ESSI CONSTRUÇÕES - ME

CNPJ: 19.948.145/0001-47

Objeto: Adição do valor para a conclusão da ampliação da obra.

Procedimento: Aditamento de Valor

VALOR: 18.521,07

ASSINATURA: 07/04/2021

PORTARIA Nº 67/2021

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA PORTARIA Nº16/2021 DE GERÊNCIA ADMINISTRATIVA DE FROTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ.

SIDNEI MARQUES LOPES, Prefeito Municipal de Indiavaí, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a **Portaria nº16/2021** que nomeouoSenhor **LUIZ HENRIQUE GARCIA,** como Gerente Administrativo de Frotas da Prefeitura Municipal de Indiavaí-MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 3.º - Comunique-se a Secretaria de Administração, para que faça as devidas anotações e registros.

Art. 4.º - Registra-se, publica-se, e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Indiavaí, aos Dezenove (19) dias do Mês de Abril (04) de Dois Mil e Vinte e Um (2021).

SIDNEI MARQUES LOPES

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi publicada e fixada no átrio do Executivo Municipal.

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 031/2020

3º ADITIVO - VALOR

Contratante: Prefeitura Municipal de Indiavaí

CONTRATADO: NADIA F. M. ESSI CONSTRUÇÕES - ME

CNPJ: 19.948.145/0001-47

Objeto: Adição do valor para a conclusão da obra.

Procedimento: Aditamento de Valor

VALOR: 50.828,44

ASSINATURA: 07/04/2021

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL SRP 014/2021

A Prefeitura Municipal de Indiavaí-MT, através do Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial SRP nº 014/2021 – Tipo Maior Desconto por Item, cujo Objeto é: Aquisição de Veiculos novos (0 km)**.** Ocorrerá no dia: 07/05/2021. Entrega dos Envelopes: Até as 08:00 horas (horário de Mato Grosso), do dia 07/05/2021. Edital Completo: Afixado no endereço Rua Getúlio Vargas nº 650, Centro, Indiavaí/MT. CEP 78.295-000, **(quando o edital for solicitado por e-mail as empresas deverão encaminhar seus dados empresariais para o e-mail (pmindiavailicitacao@gmail.com);**Abertura do envelope Nº 01: Às 08:30 horas, do dia 07 de maio de 2021, no endereço acima. As empresas interessadas ao certame deverão estar munidas de mascaras, álcool em gel e caneta para uso individual, a fim de conter disseminação ao covid-19.

Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto 3.555/2000 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Indiavaí – MT. 26 de abril de 2021.

CLEBER PEREIRA DOS SANTOS

Pregoeiro Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 02/2021 - CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº. 001/2020

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 02/2021

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº. 001/2020

A Prefeitura Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, através do seu representando legal, Prefeito Edu Laudi Pascoski e tendo em vista a homologação final do resultado do Concurso Público Municipal 001/2020 realizado em 22 de novembro de 2020 CONVOCA os candidatos aprovados para preenchimento das vagas disponibilizadas em face de necessidade, conforme a relação nominal constante abaixo:

CARGO			
AUDITOR FISCAL DE OBRAS E POSTURAS 40H			
NOME	NASCIMENTO	**N° INSC.**	CLAS.
KEROLIN ELZA COSTA GONCALVES	25/07/1995	463680	2º

A candidata deverá se apresentar junto ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT, Avenida Santa Catarina, Centro, 314, Itanhangá – MT no horário das 7:00 horas as 11:00 horas e das 13:00 horas as 17:00 horas, para apresentar os documentos e habilitações exigidas do cargo e agendar Avaliação Médica Pericial conforme, Anexo I, sob pena de não o fazendo perder o direito ao Provimento no cargo público.

O prazo para entrega de toda a documentação prevista no Anexo I é de 30 dias a contar da data da publicação deste Edital.

A nomeação, posse e exercício dar-se-ão, após parecer favorável a admissão do Controle Interno.

O Município de Itanhangá reserva-se o direito de solicitar outros documentos complementares que julgar necessário para o ato de nomeação do candidato para o respectivo cargo.

ITANHANGÁ - MT, 26 DE ABRIL DE 2021.

Edu Laudi Pascoski

Prefeito Municipal

ANEXO I

CÓPIA E ORIGINAL

1. RG;

2. CPF (não sendo aceito a numeração disponibilizada em outros documentos de identificação). Em caso de 2ª via, o mesmo pode ser expedido através da internet;

3. Certidão de Nascimento/Certidão de Casamento/Declaração de União Estável;

4. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos (dependente comprovante);

5. Diploma na área de atuação exigida no Edital do Concurso Público, reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação;

6. Histórico Escolar da Faculdade;

7. Registro no respectivo Conselho de Classe, exigida no Edital do Concurso Público.

8. Título de eleitor;

9. Número de Inscrição no Pis/Pasep ou Declaração de que não possui numero de contribuição;

10. CTPS (Carteira de Trabalho);

11. RG e CPF do cônjuge (mesmo sendo União Estável);

12. CPF dos dependentes;

13. Comprovante de residência atual em nome do admitido;

14. Certificado de Alistamento Militar;

15. Carteira Nacional de Habilitação conforme exigência do Cargo;

16. Se estrangeiro, comprovante de permanência e legalidade no país.

ORIGINAL

17. 01 (uma) FOTO 3X4 (atual, colorida);

18. Qualificação Cadastral E-Social Dados Corretos.

19. Certidão de quitação com as demais exigências legais do órgão fiscalizador do exercício profissional.

20. Certidão de Distribuição de Primeiro e Segundo Grau Ações e Execuções Cíveis e Criminais da Esfera Estadual conforme Estado cadastrado em seu endereço da ficha de inscrição do presente concurso;

21. Certidão de Distribuição Primeiro e Segundo Grau Ações e Execuções Cíveis e Criminais da Esfera Federal conforme Estado cadastrado em seu endereço da ficha de inscrição do presente concurso;

22. Certidão de Quitação Eleitoral da Justiça Eleitoral Tribunal Superior Eleitoral;

23. Certidão Negativa do Poder Judiciário Justiça Militar da União de Ações Criminais (masculino);

24. Certidão Negativa de Débitos Municipais – CNDM;

25. Certidão de Vínculo Funcional Municipal do domicílio do candidato.

26. Declaração Quanto ao Exercício ou Não de Outro Cargo, Emprego ou Função Pública (anexo II);

27. Declaração de Bens e Valores que integram seu patrimônio ou Declaração de Imposto de Renda Ano Calendário – 2019 (anexo III);

28. Declaração de Dependentes para Imposto de Renda Retido na Fonte e Salário Família (anexo IV);

29. Declaração de Não Ter Sofrido Penalidade Incompatível com Nova Investidura em Cargo Público (anexo V);

30. Certificado de Sanidade e Capacidade Física - CSCF, conforme Decreto 039/2021 composto pelos seguintes exames e avaliações.

a) Hemograma completo em jejum;

b) Glicemia em jejum;

c) Gama GT (Gama Glutamil Transferase);

d) Perfil Lipídico (Colesterol L.D.L, Colesterol H.D.L e Colesterol Total, Triglicérides);

e) Eletrocardiograma (E.C.G) com laudo;

f) Raio-X do tórax P.A e perfil com laudo OBS: dispensável para gestantes mediante apresentação do laudo de ultra- sonografia (ecografia);

g) Raios-X da coluna total (exceto para gestantes, que devem apresentar laudo de ultrassonografia gestacional recente);

h) Avaliação de médico ortopedista quanto a saúde física de membros superiores, inferiores e coluna vertebral total (baseada no exame geral do candidato e nos Raios-X de coluna total);

i) Audiometria Tonal com laudo. OBS: se houver perda, ou redução, auditiva apresentar avaliação do médico otorrinolaringologista;

j) Atestado de acuidade visual;

k) Ultrassonografia de ombros com laudo;

l) Ultrassonografia de mãos e punhos com laudo.

m) Escala de Personalidade Resiliência - EPR (Avaliação Psicológica).

n) Teste Palográfico (Avaliação Psicológica);

ANEXO II

DECLARAÇÃO AO EXERCÍCIO OU NÃO DE OUTRO CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº. _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, DECLARO, para os devidos fins de provimento de cargo público, que não exerço nenhum cargo, função e emprego público em quaisquer das esferas Federal, Estadual e Municipal, da Administração Pública, que gere impedimento legal nos termos do artigo 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, não comprometendo, dessa forma, minha nomeação e posse para o cargo de _____, do Município de Itanhangá – MT. DECLARO que não percebo proventos de aposentadoria e pensão decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal, que sejam inacumuláveis com o Cargo em que tomarei posse. E por ser verdade, firmo a presente declaração sob as penas da Lei.

Itanhangá – MT, _____ de _____ de 2021.

_____

Assinatura

CONSTITUIÇÃO FEDERAL "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: a) a de dois cargos de professor; b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico; c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; XVII – a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público; (...) § 10. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

ANEXO III

DECLARAÇÃO DOS BENS E VALORES QUE CONSTITUEM SEU PATRIMÔNIO

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº. _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, no Cargo de _____, na Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT, para fins de inclusão na minha ficha de registro junto ao Departamento de Recursos Humanos em cumprimento as determinações contidas no art. 24 §4º da Lei Complementar 002/2005, combinado com o art. 13 e seus parágrafos da Lei 8.429/1992, DECLARO que:

a. ( ) Não possuo bens e valores patrimoniais conforme discrimina o art. 34 da Instrução Normativa SRH 001/2011. b. ( ) Integram meu patrimônio os bens e valores discriminados no quadro abaixo (imóveis, móveis, semoventes, dinheiro, títulos, ações ou quaisquer outros bens e valores patrimoniais localizados no País ou no exterior) Obs.: A presente declaração deverá abranger o patrimônio do cônjuge, companheiro (a), filho (a) ou qualquer pessoa que viva sob a dependência econômica do declarante.

DISCRIMINAÇÃO DO BEM	VALOR (R$)

Declaro ainda ter ciência de que a não veracidade das informações prestada poderá acarretar responsabilização civil, penal e administrativa, gerando as conseqüências previstas na legislação vigente. Por ser verdade, firmo o presente.

Itanhangá – MT, _____ de _____ de 2021.

_____

Assinatura

ANEXO IV

DECLARAÇÃO PARA IRRF E SALÁRIO FAMÍLIA.

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR				
Nome:				
Matricula:	Lotação:			
Situação Funcional: ( ) Inativo ( ) Ativo				
CPF:	RG:			
Endereço residencial: Rua/Avenida/nº/Complemento: _____ Bairro: _____ CEP: _____ Município: _____ UF: _____ Telefone comercial: _____Telefone residencial: _____				
Nome do Dependente	Sexo	Código do Dependente	Data de Nascimento	É portador de necessidade especial ou estudante
Declaro sob as penas da lei serem verdadeiras as informações preenchidas acima, e que o(s) respectivo(s) dependente(s) vivem sob as minhas expensas, não cabendo à fonte pagadora qualquer responsabilidade perante a fiscalização. Data: _____/_____/_____ _____ Assinatura				
CÓDIGO DE DEPENDENTES: C = Cônjuge F = Filho E = Enteado (até 21 anos) P = Pai M = Mãe				

Inclusão no Sistema (para uso do DRH/PMI) Inclusão na folha de pagamento de _____/_____. _____ Assinatura Do Responsável Pela Inclusão/Exclusão

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE NÃO TER SOFRIDO PENALIDADE INCOMPATÍVEL COM NOVA INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº. _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, **DECLARO** para o fim específico de ingresso no Cargo de _____,na Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT, que não sofri, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de suspensão ou demissão aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, incompatível com a nova investidura em cargo publico.

Declaro ainda ter ciência de que a não veracidade da informação prestada poderá acarretar responsabilização civil, penal e administrativa, gerando as conseqüências previstas na legislação vigente.

Itanhangá – MT, _____ de _____ de 2021.

_____

Assinatura

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO A POSSE Nº. 01/2021 - CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº. 001/2020

EDITAL DE CONVOCAÇÃO A POSSE Nº. 01/2021

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº. 001/2020

A Prefeitura Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, através do seu representando legal Prefeito EDU LAUDI PASCOSKI e tendo em vista a entrega da documentação exigida no Edital de Convocação 001/2021, publicado na data de 22/02/2021 Jornal Oficial dos Municípios do Estado Mato Grosso de Ano XIV Serie 3.673, e o parecer favorável da Controladoria Interna do Município, vem através deste CONVOCAR o candidato JAMERSON FERREIRA MENEZES, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG. Nº. 024452662003-0 SSP/MA e do CPF Nº. 031.199.383-43, à comparecer na Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento, localizada no Centro Administrativo Hilário da Rocha, Avenida Santa Catarina, Nº 314, Centro, na data de 03/05/2021 e horário de 07:00, para TOMAR POSSE no cargo efetivo de AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS 40H.

Itanhangá - MT, 26 de abril de 2021.

Edu Laudi Pascoski

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 030/2021

A Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, com sede na Av. Santa Catarina n° 314, centro, Itanhangá-MT, através de sua Pregoeira e sua Equipe de Apoio nomeados pela Portaria n° 016/2021 de 04 de janeiro de 2021, torna público que encontra-se aberta na Modalidade **Pregão Presencial n° 030/2021**, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, que tem por objeto o **"Registro de Preços para futura e eventual aquisição 01 (um) veículo tipo ambulância suporte avançado Tipo D para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Itanhangá – MT".** Regem a presente licitação a lei Federal n° 10.520/02, subsidiariamente, a Lei n° 8. 666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **11 de maio de 2021, às 08:00hs (oito horas)**, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itanhangá. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no setor de licitações de segunda a sexta-feira, no horário das 07:00 às 11:00 horas e das 13:00 ás 17:00 horas, dos dias úteis, ou pelo telefone (66) 3578-2500, ou no site da prefeitura: www.itanhanga.mt.gov.br ou solicitado pelo e-mail: licitacao@itanhanga.mt.gov.br.

Itanhangá-MT, 26 de abril de 2021.

CAMILA BRUNA MORESCO

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
EXTRATO DE CONTRATO N° 035/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT.

CONTRATADA: UM CONSTRUTORA E ENGENHARIA LTDA – ME – CNPJ: 26.237.379/0001-41

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRANSBORDO NO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT".

VALOR: R$ 254.972,16 (duzentos e cinquenta e quatro mil novecentos e setenta e dois reais e dezesseis centavos).

DATA DE ASSINATURA: 26/04/2021

VIGÊNCIA: 26/09/2021

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
PORTARIA DLC N° 190/2021

DATA: 26 de abril de 2021.

SÚMULA: *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de contratos e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Joao Carlos Souza de Oliveira, inscrito no CPF n° 012.767.581-70, para acompanhar e fiscalizar como Titular, a execução do **Contrato n° 035/2021**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **UM CONSTRUTORA E ENGENHARIA LTDA – ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 26.237.379/0001-41, qual tem por objeto a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRANSBORDO NO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT"**. Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2° - Designar o servidor Altair Colombo, portador do CPF n° 921.144. 740-20, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3° - Os servidores acima designados serão responsáveis por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 4º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir seus respectivos relatórios quadrimestral e ao término da vigência contratual, para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

Art. 5° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 6° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 7º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 8º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá – MT, 26 de abril de 2021.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

JEFERSON DA SILVA SANTOS

Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serv. Públicos e Saneamento

Registre-se, publique-se e Afixe-se

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 07/2021 -PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2021

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 07/2021

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2021

ITANHANGÁ - MT, 26 DE ABRIL DE 2021

A Prefeitura Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, através do seu representando legal Prefeito Edu Laudi Pascoski e tendo em vista a homologação final do resultado do Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2021 homologado em 15 de março de 2021. CONVOCA os candidatos classificados para contratação por tempo determinado, conforme a relação nominal constante no Item I.

Os candidatos deverão se apresentar junto ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT, Avenida Santa Catarina, Centro, 314, Itanhangá – MT no horário das 7:00 horas as 11:00 horas, 13:00 horas as 17:00, no prazo de 72 horas (setenta e duas) 3 dias, após a data de publicação deste Edital no site https://diariomunicipal.org/mt/amm/, munidos dos documentos que refere o Item II, sob pena de não o fazendo perder o direito ao Provimento no cargo público. A contratação será conforme regulamenta a Lei Municipal 267/2011.

A Contratação, será, a partir da data de 03 de maio de 2021, nas condições da legislação e regulamentos específicas.

O Município de Itanhangá reserva-se o direito de solicitar outros documentos complementares que julgar necessário para o ato de nomeação dos candidatos para os respectivos cargos.

ITEM I

Edu Laudi Pascoski

Prefeito Municipal

ITEM II

DOCUMENTOS PARA A ADMISSÃO

CÓPIA E ORIGINAL

1. RG;

2. CPF (não sendo aceito a numeração disponibilizada em outros documentos de identificação). Em caso de 2ª via, o mesmo pode ser expedido através da internet;

3. Certidão de Nascimento ou Casamento;

4. Certidão de Nasc. dos filhos menores de 18 anos (dependente comprovante);

5. Diploma Registrado no Órgão Competente;

6. Histórico Escolar da Faculdade;

7. Título de eleitor;

8. Número de Inscrição no Pis/Pasep ou Declaração de que não possui número de contribuição;

9. CTPS (Carteira de Trabalho);

10. Registro no respectivo Conselho de Classe - COREN/MT, exigido no Edital do Processo Seletivo 001/2021.

11. RG e CPF do cônjuge (mesmo sendo União Estável);

12. CPF dos dependentes;

13. Comprovante de residência atual em nome do admitido;

14. Carteira Nacional de Habilitação conforme exigência do Cargo;

15. Se estrangeiro, comprovante de permanência e legalidade no país.

ORIGINAL

16. FOTO 3X4 (atual, colorida);

17. Qualificação Cadastral E-Social Dados Corretos

18. Certidão de quitação com as demais exigências legais do órgão fiscalizador do exercício profissional - COREN/MT. 19. Certidão de Distribuição Primeiro Grau Ações e Execuções Cíveis e Criminais da Esfera Estadual conforme Estado cadastrado em seu endereço da ficha de inscrição do presente Processo Seletivo;

20. Certidão de Quitação Eleitoral;

21. Certidão Negativa de Débitos Municipais – CNDM (do município de Itanhangá – MT);

22. Declaração Quanto ao Exercício ou Não de Outro Cargo, Emprego ou Função Pública;

23. Declaração de Bens e Valores que integram seu patrimônio ou Declaração de Imposto de Renda atualizado;

24. Declaração para IRFF e salário família

25. Declaração de Não Ter Sofrido Penalidade Incompatível com Nova Investidura em Cargo Público;

26. Exame médico Admissional.

ITEM III

DECLARAÇÃO AO EXERCÍCIO OU NÃO DE OUTRO CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº. _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, DECLARO, para os devidos fins de provimento de cargo público, que não exerço nenhum cargo, função e emprego público em quaisquer das esferas Federal, Estadual e Municipal, da Administração Pública, que gere impedimento legal nos termos do artigo 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, não comprometendo, dessa forma, minha nomeação e posse para o cargo de _____, do Município de Itanhangá – MT. DECLARO que não percebo proventos de aposentadoria e pensão decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal, que sejam inacumuláveis com o Cargo em que tomarei posse. E por ser verdade, firmo a presente declaração sob as penas da Lei.

Itanhangá – MT, _____ de _____ de 2021.

_____

Assinatura

CONSTITUIÇÃO FEDERAL "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: a) a de dois cargos de professor; b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico; c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; XVII – a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público; (...) § 10. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

ITEM IV

DECLARAÇÃO DOS BENS E VALORES QUE CONSTITUEM SEU PATRIMÔNIO

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº. _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, no Cargo de _____,na Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT, para fins de inclusão na

minha ficha de registro junto ao Departamento de Recursos Humanos em cumprimento as determinações contidas no art. 24 §4º da Lei Complementar 002/2005, combinado com o art. 13 e seus parágrafos da Lei 8.429/1992, DECLARO que:

a. ( ) Não possuo bens e valores patrimoniais conforme discrimina o art. 34 da Instrução Normativa SRH 001/2011.

b. ( ) Integram meu patrimônio os bens e valores discriminados no quadro abaixo (imóveis, móveis, semoventes, dinheiro, títulos, ações ou quaisquer outros bens e valores patrimoniais localizados no País ou no exterior)

Obs.: A presente declaração deverá abranger o patrimônio do cônjuge, companheiro (a), filho (a) ou qualquer pessoa que viva sob a dependência econômica do declarante.

DISCRIMINAÇÃO DO BEM	VALOR (R$)

Declaro ainda ter ciência de que a não veracidade das informações prestada poderá acarretar responsabilização civil, penal e administrativa, gerando as conseqüências previstas na legislação vigente.

Por ser verdade, firmo o presente.

Itanhangá – MT, _____ de _____ de 2021.

_____

Assinatura

ITEM V

DECLARAÇÃO PARA IRRF E SALÁRIO FAMÍLIA.

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR				
Nome:				
Matricula:	Lotação:			
Situação Funcional: ( ) Inativo ( ) Ativo				
CPF:	RG:			
Endereço residencial: Rua/Avenida/nº/Complemento: _____ Bairro: _____ CEP: _____ Município: _____ UF: Telefone comercial: _____Telefone residencial: _____				
Nome do Dependente	Sexo	Código do Dependente	Data de Nascimento	É portador de necessidade especial ou estudante
Declaro sob as penas da lei serem verdadeiras as informações preenchidas acima, e que o(s) respectivo(s) dependente(s) vivem sob as minhas expensas, não cabendo à fonte pagadora qualquer responsabilidade perante a fiscalização. Data: _____/_____/_____ _____ Assinatura				
CÓDIGO DE DEPENDENTES: C = Cônjuge F = Filho E = Enteado (até 21 anos) P = Pai M = Mãe				

Inclusão no Sistema (para uso do DRH/PMI) Inclusão na folha de pagamento de _____/_____. _____ Assinatura Do Responsável Pela Inclusão/Exclusão

ITEM VI

DECLARAÇÃO DE NÃO TER SOFRIDO PENALIDADE INCOMPATÍVEL COM NOVA INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº. _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, **DECLARO** para o fim específico de ingresso **no Cargo de _____,n**a Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT, que não sofri, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de suspensão ou demissão aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, incompatível com a nova investidura em cargo publico.

Declaro ainda ter ciência de que a não veracidade da informação prestada poderá acarretar responsabilização civil, penal e administrativa, gerando as conseqüências previstas na legislação vigente.

Itanhangá – MT, _____ de _____ de 2021.

_____

Assinatura

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL POR TEMPO DETERMINADO Nº.006/2021

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL POR TEMPO DETERMINADO

Nº.006/2021

Através deste instrumento, fica rescindido o Contrato Temporário de Serviços Nº. 013/2021, de 01 de fevereiro de 2020, realizado entre a Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT, inscrita no CNPJ de Nº. 07.209.225/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 408854 SSP/MS, e do CPF nº. 411.269.551.91, residente e domiciliado na Avenida Santa Catarina, 313, Cidade de Itanhangá (MT) e, de outro lado, como **CONTRATADA** Sra. **JOICE DA SILVA DOS SANTOS**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 2473055-6 SEJSP/MT e do CPF Nº. 037.239.461.27, residente e domiciliada na rodovia MT 338, rodovia rural, S/N, fazenda pai e filho, Município de Itanhangá (MT), doravante denominados, respectivamente, **CONTRATANTE** e **CONTRATADO (A).**

Cláusula 1º - Rescisão sem justa causa por iniciativa do servidor sendo seu ultimo dia trabalhando na data de 16 de abril de 2021.

Cláusula 2º - O (A) **CONTRATADO(A)** receberá R$ 2.708,46 (dois mil e setecentos e oito reais e quarenta e seis centavos), referente ao período trabalhado, sendo descontado os encargos sociais, conforme Recibo de Rescisão.

Por ser de acordo entre as partes assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

Itanhangá - MT, em 26 de abril de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

EDU LAUDI PASCOSKI

CONTRATANTE

JOICE DA SILVA DOS SANTOS

CONTRATADA

ELISA MARIA DINIZ

ASSESSORA JURÍDICO

Testemunhas:

NOME _____

CPF _____

NOME _____

CPF _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

PROCURADORIA JURIDICA
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 016/2021

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 016/2021

A Presidente da Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Itiquira-MT, nos termos dos itens 9.7,9.8 e 9.9 do Edital de Abertura nº 001/2021, visando atender os princípios norteadores da Administração Pública, da publicidade, da legalidade e da impessoalidade, e;

Considerando a apreciação dos recursos oferecidos quanto à divulgação da Relação de Inscritos para o Processo Seletivo Simplificado 001/2021

RESOLVE:

I – Divulgar o Resultado do Julgamento do Recurso apresentado pelo candidato, conforme segue abaixo:

ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO

Cargo: **OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA**	
Candidato	Inscrição
Erick Aparecido de Araújo	

Questão: 20 - Recurso Procedente: O art. 87 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), dispõe: “Art. 87. Os sinais de trânsito classificam-se em: I - verticais; II - horizontais; III - dispositivos de sinalização auxiliar; IV - luminosos; V - sonoros; VI - gestos do agente de trânsito e do condutor. Diante da análise da questão, altera-se o Gabarito para a alternativa “D”.

ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

Cargo: **AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS**	
Candidato	Inscrição
Marcos Diego Teixeira Campos	59

Questão: 16 - Recurso Improcedente: O Ministério da Saúde por meio da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP/MS) apresenta a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no Sistema Único de Saúde (PNEPS – SUS). Com a PNEPS, reafirmamos os princípios do SUS e o compromisso com a garantia do direito à saúde mediante à implementação de políticas que contribuam para a melhoria da qualidade de vida e diminuição das desigualdades sociais, alicerçadas na ampliação da democracia participativa no setor saúde. No contexto de inovações no marco regulatório do SUS inaugurado pelo Decreto nº 7508 esta política apresenta-se como uma contribuição do setor saúde aos esforços do governo federal para a erradicação da pobreza no Brasil reafirmando que, para a conquista de um país sem miséria, é imprescindível o fortalecimento do protagonismo popular na defesa dos direitos e garantias sociais. Diversas ações foram desenvolvidas por intermédio de Políticas conquistadas pela população na busca da transformação da cultura organizacional do setor saúde, qualificando os modos de gestão, os processos de trabalho e a participação popular no SUS ***“Dentre estas, podemos destacar a Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa (ParticipaSUS), Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), o Pacto pela Saúde, Política Nacional de Humanização (HumanizaSUS), Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), Política Nacional de Promoção da Saúde, Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (em construção), dentre outras”*** . Contudo, ainda se faz necessário investir em ações e políticas capazes de intensificar a mobilização e o protagonismo popular na defesa do direito à saúde, valorizar a diversidade de saberes e culturas integrando os saberes populares ao cotidiano dos serviços de saúde. O processo histórico da Educação Popular se constitui como elemento inspirador de formas participativas, críticas e integrativas de pensar e fazer saúde, seus conhecimentos técnicos, metodológicos e éticos são significativos para o processo atual de implementação do SUS. Na área da saúde, movimentos e coletivos vêm promovendo reflexões, construindo conhecimentos e ações num processo de diálogo entre serviços, movimentos populares e espaços acadêmicos, para contribuir com a consolidação de um projeto de sociedade e de saúde mais justo e equânime. Nesta Política é apresentado o histórico e o referencial teórico da Educação Popular, contextualizando esse modo de pensar e produzir saúde e sua relação com as práticas do SUS. Apresenta objetivos, pressupostos teórico-metodológicos e eixos estratégicos. Por fim estabelece responsabilidades e atribuições, nas quais a educação popular em saúde é apresentada como referência prática e estratégia política e metodológica para as ações e serviços de saúde. Considerando seu histórico de experiências, reflexões e conhecimentos, a Educação Popular em Saúde apresenta-se como um caminho capaz de contribuir com metodologias, tecnologias e saberes para a constituição de novos sentidos e práticas no âmbito do SUS. Interage não apenas no que diz respeito à educação em saúde, mas, sobretudo no delineamento de princípios éticos orientadores de novas posturas no cuidado, na gestão, na formação e na participação social em saúde. Fonte Consulta: http://www.crpsp.org.br/diverpsi/arquivos/pneps-20...

ENSINO MÉDIO

Cargo: TÉCNICO EM ENFERMAGEM	
Candidato	Inscrição
Maycon Souza Almeida	

Questão: 11 - Recurso Improcedente: O candidato não menciona em seu recurso qual o erro formal na questão em análise, o que impossibilita a análise, conforme item 10.2.2.1 ***“Os recursos deverão ser devidamente fundamentados, não sendo aceitos/analisados sem argumentação plausível ou que não possuam de modo claro o requerimento do candidato”.***

Questão: 25 - Recurso Improcedente: O candidato não menciona em seu recurso qual o erro formal na questão em análise, o que impossibilita a análise, conforme item 10.2.2.1 ***“Os recursos deverão ser devidamente fundamentados, não sendo aceitos/analisados sem argumentação***

plausível ou que não possuam de modo claro o requerimento do candidato".

ENSINO SUPERIOR

Cargo: ENGENHEIRO AGRÔNOMO	
Candidato	Inscrição
Danilo Marques Higino	

Questão: 14 - Recurso Procedente: O recuso assiste ao candidato. Questão anulada por erro na formulação: As Minas de Mato Grosso, descobertas e batizadas ainda em 1734 pelos irmãos Paes de Barros, impressionados com a exuberância das 7 léguas de mato espesso, dois séculos depois, mantendo ainda a denominação original, se transformaram no continental Estado de Mato Grosso. O nome colonial setecentista, por bem posto, perdurou até nossos dias. Assim, em 1718, um bandeirante chamado Pascoal Moreira Cabral Leme subiu pelo rio Coxipó e descobriu enormes jazidas de ouro, dando início à corrida do ouro, fato que ajudou a povoar a região. No ano seguinte foi fundado o Arraial de Cuiabá. Em 1726, o Arraial de Cuiabá recebeu novo nome: Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Em 1748, foi criada a capitania de Cuiabá, lugar que concedia isenções e privilégios a quem ali quisesse se instalar. Fonte de Consulta: http://www.mt.gov.br/historia#:~:text=Assim%2C%20em%201718%2C%20um%20bandeirante, ajudou%20a%20povoar%20a%20regi%C3%A3o.

Questão: 18: Recurso Improcedente: O território do Acre tem o estatuto de estado desde 15 de junho de 1962 e fica na região amazónica no Norte do Brasil. Até ao início do século XX fazia parte do território boliviano pelo Tratado dos Limites assinado em Ayacucho, em 1867. A ocupação efetiva do Acre pelos seringueiros brasileiros, durante a corrida à borracha amazónica no século XIX, depois de vários incidentes, levou à elaboração do Tratado de Petrópolis a 17 de novembro de 1903, assinado entre a Bolívia e o Brasil, passando a soberania da região a pertencer a este último. Fonte de Consulta: https://www.infopedia.pt/$historia-do-acre. O pano de fundo da guerra, além do conflito político, foi a disputa territorial. Antes do embate, o Paraguai tinha acordos territoriais com o Brasil e a Argentina. Depois da guerra, o país perdeu grande parte do território que reivindicava — e que segundo Chamorro representava mais de 150 mil quilômetros quadrados, além de 25% do território paraguaio. O Brasil incorporou áreas aos atuais Estados do Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina, e a Argentina conseguiu anexar as atuais Províncias de Formosa e Misiones. Fonte de Consulta: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51693818

Cargo: FARMACÊUTICO	
Candidato	Inscrição
Jaqueline Patrícia Lima	

Questão: 11 – Recurso Procedente: Questão anulada, por erro na formulação, e por não haver resposta correta a ser indicada pelo candidato.

Questão: 18: Recurso Improcedente: O território do Acre tem o estatuto de estado desde 15 de junho de 1962 e fica na região amazónica no Norte do Brasil. Até ao início do século XX fazia parte do território boliviano pelo Tratado dos Limites assinado em Ayacucho, em 1867. A ocupação efetiva do Acre pelos seringueiros brasileiros, durante a corrida à borracha amazónica no século XIX, depois de vários incidentes, levou à elaboração do Tratado de Petrópolis a 17 de novembro de 1903, assinado entre a Bolívia e o Brasil, passando a soberania da região a pertencer a este último. Fonte de Consulta: https://www.infopedia.pt/$historia-do-acre. O pano de fundo da guerra, além do conflito político, foi a disputa territorial. Antes do embate, o Paraguai tinha acordos territoriais com o Brasil e a Argentina. Depois da guerra, o país perdeu grande parte do território que reivindicava — e que segundo Chamorro representava mais de 150 mil quilômetros quadrados, além de 25% do território paraguaio. O Brasil incorporou áreas aos atuais Estados do Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina, e a Argentina conseguiu anexar as atuais Províncias de Formosa e Misiones. Fonte de Consulta: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51693818

Questão: 19: Recurso Improcedente: O fato de haver duas alternativas com a mesma opção (A e D), não interfere na resposta do candidato, pois a alternativa a ser indicada é a letra "B".

Questão: 26 - Recurso Procedente: **Recurso Procedente**: Questão anulada, por erro na formulação, e por não haver resposta correta a ser indicada pelo candidato.

Questão: 30 - Recurso Procedente: **Recurso Procedente**: Questão anulada, por erro na formulação, e por não haver resposta correta a ser indicada pelo candidato.

Cargo: FARMACÊUTICO	
Candidato	Inscrição
Helder Alberto L. Ventura	

Questão: 18: Recurso Improcedente: O território do Acre tem o estatuto de estado desde 15 de junho de 1962 e fica na região amazónica no Norte do Brasil. Até ao início do século XX fazia parte do território boliviano pelo Tratado dos Limites assinado em Ayacucho, em 1867. A ocupação efetiva do Acre pelos seringueiros brasileiros, durante a corrida à borracha amazónica no século XIX, depois de vários incidentes, levou à elaboração do Tratado de Petrópolis a 17 de novembro de 1903, assinado entre a Bolívia e o Brasil, passando a soberania da região a pertencer a este último. Fonte de Consulta: https://www.infopedia.pt/$historia-do-acre. O pano de fundo da guerra, além do conflito político, foi a disputa territorial. Antes do embate, o Paraguai tinha acordos territoriais com o Brasil e a Argentina. Depois da guerra, o país perdeu grande parte do território que reivindicava — e que segundo Chamorro representava mais de 150 mil quilômetros quadrados, além de 25% do território paraguaio. O Brasil incorporou áreas aos atuais Estados do Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina, e a Argentina conseguiu anexar as atuais Províncias de Formosa e Misiones. Fonte de Consulta: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51693818

Questão: 19: Recurso Improcedente: O fato de haver duas alternativas com a mesma opção (A e D), não interfere na resposta do candidato, pois a alternativa a ser indicada é a letra "B".

Questão: 26 - Recurso Procedente: **Recurso Procedente**: Questão anulada, por erro na formulação, e por não haver resposta correta a ser indicada pelo candidato.

Questão: 30 - Recurso Procedente: **Recurso Procedente**: Questão anulada, por erro na formulação, e por não haver resposta correta a ser indicada pelo candidato.

Cargo: FISIOTERAPEUTA	
Candidato	Inscrição
Mylena Ribeiro Tunes	

Questão: 14 - Recurso Procedente: O recuso assiste ao candidato. Questão anulada por erro na formulação: As Minas de Mato Grosso, descobertas e batizadas ainda em 1734 pelos irmãos Paes de Barros, impressionados com a exuberância das 7 léguas de mato espesso, dois séculos depois, mantendo ainda a denominação original, se transformaram no continental Estado de Mato Grosso. O nome colonial setecentista, por bem posto, perdurou até nossos dias. Assim, em 1718, um bandeirante chamado Pascoal Moreira Cabral Leme subiu pelo rio Coxipó e descobriu enormes jazidas de ouro, dando início à corrida do ouro, fato que ajudou a povoar a região. No ano seguinte foi fundado o Arraial de Cuiabá. Em 1726, o Arraial de Cuiabá recebeu novo nome: Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Em 1748, foi criada a capitania de Cuiabá, lugar que concedia isenções e privilégios a quem ali quisesse se instalar. Fonte de Consulta: http://www.mt.gov.br/historia#:~:text=Assim%2C%20em%201718%2C%20um%20bandeirante,ajudou%20a%20povoar%20a%20regi%C3%A3o.

Questão: 19: Recurso Improcedente: O fato de haver duas alternativas com a mesma opção (A e D), não interfere na resposta do candidato, pois a alternativa a ser indicada é a letra "B".

Cargo: FISIOTERAPEUTA	
Candidato	Inscrição
Thamires Gomes Dias Santos	

Questão: 14 - Recurso Procedente: O recuso assiste ao candidato. Questão anulada por erro na formulação: As Minas de Mato Grosso, descobertas e batizadas ainda em 1734 pelos irmãos Paes de Barros, impressionados com a exuberância das 7 léguas de mato espesso, dois séculos depois, mantendo ainda a denominação original, se transformaram no continental Estado de Mato Grosso. O nome colonial setecentista, por bem posto, perdurou até nossos dias. Assim, em 1718, um bandeirante chamado Pascoal Moreira Cabral Leme subiu pelo rio Coxipó e descobriu enormes jazidas de ouro, dando início à corrida do ouro, fato que ajudou a povoar a região. No ano seguinte foi fundado o Arraial de Cuiabá. Em 1726, o Arraial de Cuiabá recebeu novo nome: Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Em 1748, foi criada a capitania de Cuiabá, lugar que concedia isenções e privilégios a quem ali quisesse se instalar. Fonte de Consulta: http://www.mt.gov.br/historia#:~:text=Assim%2C%20em%201718%2C%20um%20bandeirante,ajudou%20a%20povoar%20a%20regi%C3%A3o.

Questão: 19: Recurso Improcedente: O fato de haver duas alternativas com a mesma opção (A e D), não interfere na resposta do candidato, pois a alternativa a ser indicada é a letra “B”.

Cargo: PROFESSOR DE PEDAGOGIA-II	
Candidato	Inscrição
Maurinete Galdina de Jesus	

Questão: 14 - Recurso Procedente: O recuso assiste ao candidato. Questão anulada por erro na formulação: As Minas de Mato Grosso, descobertas e batizadas ainda em 1734 pelos irmãos Paes de Barros, impressionados com a exuberância das 7 léguas de mato espesso, dois séculos depois, mantendo ainda a denominação original, se transformaram no continental Estado de Mato Grosso. O nome colonial setecentista, por bem posto, perdurou até nossos dias. Assim, em 1718, um bandeirante chamado Pascoal Moreira Cabral Leme subiu pelo rio Coxipó e descobriu enormes jazidas de ouro, dando início à corrida do ouro, fato que ajudou a povoar a região. No ano seguinte foi fundado o Arraial de Cuiabá. Em 1726, o Arraial de Cuiabá recebeu novo nome: Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Em 1748, foi criada a capitania de Cuiabá, lugar que concedia isenções e privilégios a quem ali quisesse se instalar.

Fonte de Consulta: http://www.mt.gov.br/historia#:~:text=Assim%2C%20em%201718%2C%20um%20bandeirante,ajudou%20a%20povoar%20a%20regi%C3%A3o.

Cargo: PROFESSOR DE PEDAGOGIA-II	
Candidato	Inscrição
Rosemeire Aparecida do Nascimento	
Silvana Alves da Silva Diniz	

Questão: 14 - Recurso Procedente: O recuso assiste ao candidato. Questão anulada por erro na formulação: As Minas de Mato Grosso, descobertas e batizadas ainda em 1734 pelos irmãos Paes de Barros, impressionados com a exuberância das 7 léguas de mato espesso, dois séculos depois, mantendo ainda a denominação original, se transformaram no continental Estado de Mato Grosso. O nome colonial setecentista, por bem posto, perdurou até nossos dias. Assim, em 1718, um bandeirante chamado Pascoal Moreira Cabral Leme subiu pelo rio Coxipó e descobriu enormes jazidas de ouro, dando início à corrida do ouro, fato que ajudou a povoar a região. No ano seguinte foi fundado o Arraial de Cuiabá. Em 1726, o Arraial de Cuiabá recebeu novo nome: Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Em 1748, foi criada a capitania de Cuiabá, lugar que concedia isenções e privilégios a quem ali quisesse se instalar.

Fonte de Consulta: http://www.mt.gov.br/historia#:~:text=Assim%2C%20em%201718%2C%20um%20bandeirante,ajudou%20a%20povoar%20a%20regi%C3%A3o.

II – Comunicar que não mais será concedido prazo para a apresentação de recursos na esfera administrativas contra a divulgação do gabarito nos termos do Edital de Abertura 001/2021.

Itiquira-MT, 26 de abril de 2021.

.....

Ana Maria Moraes e Souza

Presidente da Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado

N.º 001/2021

PROCURADORIA JURIDICA
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 017/2021

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 017/2021

DIVULGA GABARITO OFICIAL

A Presidente da Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Itiquira-MT, nos termos dos itens 9.7,9.8 e 9.9 do Edital de Abertura nº 001/2021 visando atender os princípios norteadores da Administração Pública, da publicidade, da legalidade e da impessoalidade;

RESOLVE:

I – Divulgar o Gabarito Final das provas objetivas do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2021.

II – Informar que o referido gabarito se encontra a disposição dos interessados nas redes sociais da Prefeitura Municipal de Itiquira e mural do Paço Municipal.

Itiquira-MT,26 de abril de 2021.

.....

Ana Maria Moraes e Souza

Presidente da Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado

N.º 001/2021

NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO

Cargo: ARTIFICE DE COPA E COZINHA
01C. 02A. 03B. 04D. 05A. 06A. 07D. 08C. 09B. 10B. 11B. 12A. 13B. 14A. 15C. 16D. 17D. 18A. 19B. 20D.
Cargo: AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIA PÚBLICA
01C. 02A. 03B. 04D. 05A. 06A. 07D. 08C. 09B. 10B. 11B. 12A. 13B. 14A. 15C. 16D. 17D. 18A. 19B. 20D.
Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
01C. 02A. 03B. 04D. 05A. 06A. 07D. 08C. 09B. 10B. 11B. 12A. 13B. 14A. 15C. 16D. 17D. 18A. 19B. 20D.
Cargo: COLETOR DE ENTULHO E LIXO
01C. 02A. 03B. 04D. 05A. 06A. 07D. 08C. 09B. 10B. 11B. 12A. 13B. 14A. 15C. 16D. 17D. 18A. 19A. 20D.
Cargo: FUNILEIRO
01C. 02A. 03B. 04D. 05A. 06A. 07D. 08C. 09B. 10B. 11B. 12A. 13B. 14A. 15C. 16D. 17B. 18A. 19D. 20C.
Cargo: JARDINEIRO
01C. 02A. 03B. 04D. 05A. 06A. 07D. 08C. 09B. 10B. 11B. 12A. 13B. 14A. 15C. 16D. 17D. 18A. 19B. 20D.
Cargo: LUBRIFICADOR
01C. 02A. 03B. 04D. 05A. 06A. 07D. 08C. 09B. 10B. 11B. 12A. 13B. 14A. 15C. 16B. 17B. 18A. 19D. 20C.
Cargo: MECÂNICO NÍVEL II
01C. 02A. 03B. 04D. 05A. 06A. 07D. 08C. 09B. 10B. 11B. 12A. 13B. 14A. 15C. 16D. 17D. 18C. 19D. 20C.
Cargo: MOTORISTA – CNH – CATEGORIA SUPERIOR
01C. 02A. 03B. 04D. 05A. 06A. 07D. 08C. 09B. 10B. 11B. 12A. 13B. 14A. 15C. 16D. 17C. 18B. 19B. 20D.
Cargo: OPERADOR DE MOTO NIVELADORA PATROL
01C. 02A. 03B. 04D. 05A. 06A. 07D. 08C. 09B. 10B. 11B. 12A. 13B. 14A. 15C. 16D. 17C. 18B. 19B. 20D.
Cargo: OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA
01C. 02A. 03B. 04D. 05A. 06A. 07D. 08C. 09B. 10B. 11B. 12A. 13B. 14A. 15C. 16D. 17C. 18B. 19B. 20D.

Cargo: OPERADOR DE TRATOR COM PNEU
01C. 02A. 03B. 04D. 05A. 06A. 07D. 08C. 09B. 10B. 11B. 12A. 13B. 14A. 15C. 16D. 17C. 18B. 19B. 20D.
Cargo: PEDREIRO
01C. 02A. 03B. 04D. 05A. 06A. 07D. 08C. 09B. 10B. 11B. 12A. 13B. 14A. 15C. 16D. 17C. 18B. 19A. 20A.
Cargo: PINTOR
01C. 02A. 03B. 04D. 05A. 06A. 07D. 08C. 09B. 10B. 11B. 12A. 13B. 14A. 15C. 16A. 17D. 18B. 19C. 20D.
Cargo: SERVENTE
01C. 02A. 03B. 04D. 05A. 06A. 07D. 08C. 09B. 10B. 11B. 12A. 13B. 14A. 15C. 16D. 17D. 18A. 19B. 20D.

NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO

Cargo: AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS
01C. 02B. 03D. 04D. 05A. 06B. 07C. 08D. 09A. 10C. 11B. 12A. 13B. 14A. 15C. 16C. 17D. 18C. 19C. 20B.
Cargo: AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL
01C. 02B. 03D. 04D. 05A. 06B. 07C. 08D. 09A. 10C. 11B. 12A. 13B. 14A. 15C. 16B. 17A. 18C. 19B. 20D.
Cargo: AUXILIAR EM EDUCAÇÃO INFANTIL
01C. 02B. 03D. 04D. 05A. 06B. 07C. 08D. 09A. 10C. 11B. 12A. 13B. 14A. 15C. 16B. 17C. 18D. 19C. 20B.

NÍVEL MÉDIO

Cargo: INSTRUTOR DESPORTIVO DE CANOAGEM
01B. 02C. 03A. 04D. 05A. 06B. 07A. 08A. 09B. 10D. 11A. 12A. 13C. 14B. 15A. 16B. 17B. 18B. 19A. 20D. 21D. 22D. 23D. 24D. 25B. 26D. 27B. 28C. 29D. 30B.
Cargo: INSTRUTOR DESPORTIVO DE JIU JITSU
01B. 02C. 03A. 04D. 05A. 06B. 07A. 08A. 09B. 10D. 11A. 12A. 13C. 14B. 15A. 16B. 17B. 18B. 19A. 20D. 21D. 22D. 23D. 24D. 25B. 26D. 27B. 28C. 29D. 30B.
Cargo: TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA
01B. 02C. 03A. 04D. 05A. 06B. 07A. 08A. 09B. 10D. 11A. 12A. 13C. 14B. 15A. 16B. 17B. 18B. 19A. 20D. 21C. 22A. 23A. 24B. 25C. 26B. 27A. 28D. 29D. 30B.
Cargo: TÉCNICO EM ENFERMAGEM
01B. 02C. 03A. 04D. 05A. 06B. 07A. 08A. 09B. 10D. 11A. 12A. 13C. 14B. 15A. 16B. 17B. 18B. 19A. 20D. 21A. 22B. 23D. 24C. 25C. 26D. 27C. 28D. 29D. 30C.
Cargo: TÉCNICO EM PATOLOGIA
01B. 02C. 03A. 04D. 05A. 06B. 07A. 08A. 09B. 10D. 11A. 12A. 13C. 14B. 15A. 16B. 17B. 18B. 19A. 20D. 21D. 22C. 23A. 24C. 25B. 26A. 27D. 28B. 29A. 30C.
Cargo: TÉCNICO EM RADIOLOGIA
01B. 02C. 03A. 04D. 05A. 06B. 07A. 08A. 09B. 10D. 11A. 12A. 13C. 14B. 15A. 16B. 17B. 18B. 19A. 20D. 21B. 22C. 23B. 24B. 25A. 26C. 27D. 28B. 29A. 30C.

NÍVEL SUPERIOR

Cargo: ASSISTENTE SOCIAL
01C. 02D. 03A. 04B. 05D. 06D. 07C. 08B. 09B. 10B. 11N. 12B. 13B. 14N. 15D. 16D. 17C. 18C. 19B. 20C. 21B. 22B. 23C. 24D. 25C. 26C. 27D. 28A. 29C. 30B.
Cargo: BIOQUIMICO OU BIOMÉDICO
01C. 02D. 03A. 04B. 05D. 06D. 07C. 08B. 09B. 10B. 11N. 12B. 13B. 14N. 15D. 16D. 17C. 18C. 19B. 20C. 21D. 22C. 23D. 24D. 25B. 26A. 27C. 28A. 29B. 30A.
Cargo: ENFERMEIRO
01C. 02D. 03A. 04B. 05D. 06D. 07C. 08B. 09B. 10B. 11N. 12B. 13B. 14N. 15D. 16D. 17C. 18C. 19B. 20C. 21C. 22A. 23B. 24A. 25D. 26A. 27D. 28C. 29A. 30D.
Cargo: ENGENHEIRO AGRÔNOMO
01C. 02D. 03A. 04B. 05D. 06D. 07C. 08B. 09B. 10B. 11N. 12B. 13B. 14N. 15D. 16D. 17C. 18C. 19B. 20C. 21C. 22A. 23A. 24C. 25B. 26D. 27B. 28B. 29A. 30B.
Cargo: FARMACÊUTICO
01C. 02D. 03A. 04B. 05D. 06D. 07C. 08B. 09B. 10B. 11N. 12B. 13B. 14N. 15D. 16D. 17C. 18C. 19B. 20C. 21D. 22B. 23A. 24D. 25C. 26N. 27A. 28B. 29B. 30N.
Cargo: FISIOTERAPEUTA
01C. 02D. 03A. 04B. 05D. 06D. 07C. 08B. 09B. 10B. 11N. 12B. 13B. 14N. 15D. 16D. 17C. 18C. 19B. 20C. 21C. 22B. 23C. 24C. 25D. 26C. 27C. 28A. 29A. 30C.
Cargo: FONOAUDIÓLOGO
01C. 02D. 03A. 04B. 05D. 06D. 07C. 08B. 09B. 10B. 11N. 12B. 13B. 14N. 15D. 16D. 17C. 18C. 19B. 20C. 21A. 22B. 23C. 24B. 25A. 26C. 27C. 28A. 29A. 30C.
Cargo: MÉDICO PSF HOSPITAL
01C. 02D. 03A. 04B. 05D. 06D. 07C. 08B. 09B. 10B. 11N. 12B. 13B. 14N. 15D. 16D. 17C. 18C. 19B. 20C. 21C. 22A. 23A. 24B. 25C. 26C. 27C. 28A. 29A. 30C.
Cargo: NUTRICIONISTA
01C. 02D. 03A. 04B. 05D. 06D. 07C. 08B. 09B. 10B. 11N. 12B. 13B. 14N. 15D. 16D. 17C. 18C. 19B. 20C. 21B. 22A. 23C. 24C. 25C. 26C. 27C. 28A. 29A. 30C.
Cargo: ODONTÓLOGO ESPECIALISRA EM ENDONTIA
01C. 02D. 03A. 04B. 05D. 06D. 07C. 08B. 09B. 10B. 11N. 12B. 13B. 14N. 15D. 16D. 17C. 18C. 19B. 20C. 21C. 22C. 23D. 24C. 25A. 26D. 27D. 28A. 29A. 30A.
Cargo: ODONTÓLOGO
01C. 02D. 03A. 04B. 05D. 06D. 07C. 08B. 09B. 10B. 11N. 12B. 13B. 14N. 15D. 16D. 17C. 18C. 19B. 20C. 21C. 22C. 23D. 24C. 25A. 26D. 27D. 28A. 29A. 30A.
Cargo: PROFESSOR NÍVEL III – ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS
01C. 02D. 03A. 04B. 05D. 06D. 07C. 08B. 09B. 10B. 11N. 12B. 13B. 14N. 15D. 16D. 17C. 18C. 19B. 20C. 21D. 22A. 23C. 24D. 25D. 26B. 27A. 28A. 29B. 30B.
Cargo: PROFESSOR NÍVEL III – ÁREA DE MATEMÁTICA
01C. 02D. 03A. 04B. 05D. 06D. 07C. 08B. 09B. 10B. 11N. 12B. 13B. 14N. 15D. 16D. 17C. 18C. 19B. 20C. 21D. 22C. 23C. 24D. 25D. 26A. 27D. 28C. 29B. 30D.
Cargo: PROFESSOR NÍVEL III – ÁREA DE PEDAGOGIA
01C. 02D. 03A. 04B. 05D. 06D. 07C. 08B. 09B. 10B. 11N. 12B. 13B. 14N. 15D. 16D. 17C. 18C. 19B. 20C. 21A. 22C. 23B. 24D. 25B. 26D. 27A. 28C. 29B. 30C.
Cargo: PSIÓLOGO
01C. 02D. 03A. 04B. 05D. 06D. 07C. 08B. 09B. 10B. 11N. 12B. 13B. 14N. 15D. 16D. 17C. 18C. 19B. 20C. 21B. 22A. 23B. 24A. 25D. 26A. 27D. 28C. 29C. 30C.
Cargo: QUÍMICO
01C. 02D. 03A. 04B. 05D. 06D. 07C. 08B. 09B. 10B. 11N. 12B. 13B. 14N. 15D. 16D. 17C. 18C. 19B. 20C. 21C. 22C. 23B. 24A. 25C. 26D. 27B. 28A. 29D. 30B.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
PORTARIA Nº 004/2021, DE 19 DE MARÇO DE 2021.

Constitui Comissão Eleitoral de Eleição dos Conselheiros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE de Jaciara-MT, mandato 2021/2025 e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Educação**, MÁRCIA CRISTINA FERREIRA FARIAS GERALDO,** no uso de suas atribuições legais e com base na Lei nº 659, de 30 de janeiro de 1997; na Lei nº 1.178, de 3 de julho de 2009 que institui e dispõe sobre o Conselho de Alimentação Escolar do Município de Jaciara, e,

Considerando a necessidade de flagrar o processo de escolha, indicação e eleição d o s conselheiros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar de Jaciara – CAE;

Considerando a necessidade da organização do referido pleito,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir a Comissão Eleitoral para eleição dos conselheiros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE de Jaciara.

Art. 2o A presente Comissão será composta dos seguintes membros:

I- Maria Madalena Caixeta Tavares da Silva, Matrícula Funcional nº 394-1, Articuladora do Plano Municipal de Educação e Conselhos da Educação, na SMECDL; II- Ana Cláudia do Nascimento Silva Oliveira, Matrícula Funcional nº 445-1, Superintendente de Políticas Públicas Educacionais/SMCDL; III- Doralice Vieira de Castro, Matrícula Funcional nº 170-1, presidente do Conselho Municipal de Alimentação Escolar de Jaciara. IV- Joana Aparecida Dias Ferreira, Matrícula Funcional Nº 2119-0, Nutricionista da Secretaria Municipal de Educação. V- Otávio Gabriel Shuenquener de Melo, Matrícula Funcional nº 9973-3, Diretor de Programas e Projetos Educacionais.

Art. 3o A Comissão eleitoral dará os encaminhamentos práticos, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e do CAE, que se fizerem necessários à consecução do processo eleitoral e constituição do quadro completo dos Conselheiros eleitos e escolhidos pelos segmentos especificados na Lei Municipal nº 1.178, de 03 de julho de 2009.

Art.4º A Comissão eleitoral cumprirá o cronograma, anexo, para início, execução e finalização do processo eleitoral de composição do CAE Jaciara, relativo ao mandato 2021/2025.

Art. 5º O resultado final da composição geral dos conselheiros do CAE, será encaminhado pela Comissão Eleitoral ao Gabinete da SMECDL, para as devidas providências quanto ao ato de nomeação, que será divulgado no site da prefeitura.

Art.6º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

_____

Profª. Márcia Cristina Ferreira Farias Geraldo

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer

ANEXO I

CRONOGRAM DE AÇÕES - ELEIÇÃO DOS CONSELHEIROS DO CAE				
DIA	Horário	AÇÃO	LOCAL	RESPONSÁVEL
19/ 04/ 2021	13h às 17h	Publicação do Edital	Diário Oficial do TCE Diário Eletrônico da AMM/MT Site da Prefeitura Municipal de Jaciara Face book da SMECDL	SMEC Prefeitura
20/ 04 a 05/ 05/ 2021	Escolha de cada entidade	Processo interno de eleição: Assembleia Indicação de membros	Entidades que possuem representatividade no CAE	Diretores Escolares/CDCE Presidente do SINTEP Presidente de Associações Secretária e Prefeita
	7h às 11h 13h às 17h	Inscrições dos candidatos ao CAE	SMECDL	Comissão Eleitoral
06 a 08/ 05/ 2021	7h às 11h 13h às 17h	Análise das inscrições (Deferimento e indeferimento)	SMECDL	Comissão Eleitoral
10/ 05/ 2021	8 horas	Divulgação da lista dos candidatos a membros do CAE	Entidades que possuem representatividade no CAE	Comissão Eleitoral Gestores Prefeitura
17/ 05/ 2021	7h às 11h 13h às 17h	Envio dos nomes dos fiscais de cada Segmento	SMECDL	Gestores das Entidades que possuem representatividade no CAE
20/ 05/ 2021	8h às 11h	Assembleia para Eleição dos Trabalhadores da Educação	SINTEP	Comissão Eleitoral
20/ 05/ 2021	13h às 16h	Assembleia para Eleição do segmento de pais	SINTEP	Comissão Eleitoral
21/ 05/ 2021	8h às 11h	Assembleia para Eleição da Sociedade Civil	SINTEP	Comissão Eleitoral
21/ 05/ 2021	13h às 17h	Envio do resultado final da composição geral dos conselheiros do CAE ao Gabinete da Secretária Municipal de Educação	SMECDL	Comissão Eleitoral
24/ 05/ 2021	17h	Publicação da Portaria de Nomeação dos Novos membros do CAE	Site da Prefeitura Municipal de Jaciara	SMECDL e Prefeitura
25/ 05/ 2021	16h	Reunião de posse do Novo Conselho 1ª Reunião para definir a equipe diretiva do CAE	SMECDL	Secretária de Educação Membros do CAE

PREV-JACI
EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 03/ 2021

Processo de Dispensa: 02/2021

Objeto: Contratação de assessoria e consultoria na área civil, administrativa, trabalhista e emissão de pareceres nos processos licitatórios, contratos administrativos e revisões de subsídios, tendo como parâmetro a unidade real de valores (URV).

Contratante: Fundo Municipal de Previdência Social – Prev--Jaci

Contratado: Valdis Castilho Soares Junior OAB/MT 16.140

Período: 14/04/2021 a 31/12/2021

Valor do Contrato: R$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais).

Amparo Legal: termos da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

Jaciara-MT, 14 de abril de 2021

MENAH REMBERG GUIMARÃES DA SILVA

DIR. EXECUTIVO PREV-JACI

PORTARIA N.º 172/2021 DE 23 DE ABRIL DE 2021

PORTARIA N.º 172/2021 DE 23 DE ABRIL DE 2021

A Prefeita Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ANDRÉIA WAGNER**, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença Prêmio, referente ao Quinquênio de 2015 a 2020, a partir de 26 de Abril de 2021 a 24 de Julho de 2021, ao servidor abaixo:

JOÃO FERREIRA FONSECA – Professor.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara/MT, 23 de Abril de 2021

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal – 2021 a 2024

ALEXANDRE RUSSI

Secretário Municipal de Administração e Finanças – Portaria n° 01/2021

MÁRCIA CRISTINA FERREIRA FARIAS GERALDO

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – Portaria n.º 003/2021

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal – 2021 a 2024

PORTARIA Nº. 170 /2021 DE 19 DE ABRIL DE 2021.

PORTARIA Nº. 170 /2021 DE 19 DE ABRIL DE 2021.

"Publica e atualiza os membros representantes para a Composição do Fórum Permanente de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação do Município de Jaciara-MT, designada pela Portaria Nº 257 de 04 de novembro de 2020, para o biênio 2020/2021".

A Prefeita Municipal de Jaciara, Andréia Wagner, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por lei, considerando a necessidade de deferir deliberação da Conferência Municipal de Educação, que definiu o Plano Municipal de Educação, e, considerando, a necessidade de se estabelecer uma política articulada de gestão do monitoramento do Plano Municipal de Educação, que atenda aos princípios constitucionais e as Dire-

trizes da Educação, em conformidade com o Decreto n.º 3.298/2016, de 08 de Abril de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, os membros representantes para a composição do Fórum Permanente de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação do Município de Jaciara - MT, para o Biênio 2020/2021, que fica assim formada:

I. Secretária Municipal de Educação:

Marcia Cristina Ferreira Farias Geraldo (membro substituto)

II. Representante da Secretaria de Planejamento:

Rosemary dos Reis Santos Lima (membro substituto)

III. Representante da Secretaria de Administração e Finanças:

Délia Moura Cunha (membro substituto)

IV. Representante da Secretaria Municipal de Saúde:

Alana Santana Carvalho (membro substituto)

V. Representante da Secretaria Municipal de Gestão Social:

Eliane Bartucci (membro substituto)

VI. Representante da Assessoria Jurídica:

Maria Aili Ferreira de Melo Rodrigues – Advogada da Prefeitura Municipal de Jaciara

VII. Representante do Legislativo:

Simone Freire A. Rodrigues –Vereadora (membro substituto)

VIII. Representante da Assessoria Pedagógica:

Aracy Maria dos Santos – Assessora Pedagógica

IX. Representante do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso – SINTEP:

Ester Assalin – Presidente do SINTEP

X. Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Sônia Maria de Araújo - Coordenadora Pedagógica da Educação Infantil (membro substituto)

Valdinéia Carvalho Batista Queiróz Muniz – Coord. Pedagógica do Ensino Fundamental

Ianária Tabosa Lopes – Coordenadora Pedagógica da Educação Especial (membro substituto)

Elisangela Lopes de Lima Carvalho – Coordenadora de Formação (membro substituto)

Otávio Gabriel Shuenquener de Melo – Diretor de Programas e Projetos

Kemerson Wedley Costa da Silva - Coordenador do Núcleo Tecnológico Municipal

Emerson Guimarães da Silva – Fiscal de Contratos (membro substituto)

Ana Cláudia do Nascimento Silva Oliveira- Superintendente de políticas Públicas Municipais (Novo membro)

Maria Madalena Caixeta Tavares da Silva – Articuladora do Plano Municipal de Educação

XI. Representantes dos Diretores das Escolas Municipais:

Nadir de Assis Silva - Escola Municipal Magda Ivana

Marly Almeida de Souza Silva – UMEI João de Barro

XII. Representante dos Diretores das Escolas Estaduais:

João Paulo Fernandes Oliveira – Diretora EE. Modelo Santo Antônio (membro substituto)

XIII. Representante dos Diretores das Escolas Particulares:

Emerson Alves da Silva – Colégio Dom Bosco

XIV. Representante das Instituições de Ensino Superior:

Ronaldo Eustáquio Feitoza Senra – IFMT Centro de Referência de Jaciara

XV. Representantes dos Profissionais da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino:

João Pedro Ricardo de Arruda - Professor Ensino Fundamental – EM. Magda Ivana

Luzia Bastos Nogueira - Professora da Educação Infantil – UMEI Menina Angélica

Juslene da Silva – Auxiliar de Desenvolvimento Infantil – UMEI Menina Angélica

Ivone do Carmo Costa – Oficial Administrativo - SMEC

Dulcilene Vaz Gomes - Apoio Administrativo Educacional – EM. Magda Ivana

XVI. Representantes dos Profissionais da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino:

Nara Liane Konrad – Professora da Escola Antônio Ferreira Sobrinho

Herica Pereira da Silva – TAE Escola Antônio Ferreira Sobrinho

Marciene Teodoro de Souza – AAE Assessoria Pedagógica

XVII. Representantes das Escolas do Campo:

Thamirys Vinnicia Ruis Lopes – Professora da EE. Celestino Correa da Costa

Ruth Maria de Lima – Professora da EE. Celestino Correa da Costa

XVIII. Representante dos Pais de Alunos das Escolas Municipais:

Tatiane Cristina Moura de Oliveira – CDCE Escola Magda Ivana

XIX. Representante dos Pais de Alunos das Escolas Estaduais:

Flávia Soares Barbosa - CDCE Escola Milton Ferreira da Costa

XX. Representante dos Alunos das Escolas Municipais:

Evelyn Alves dos Santos – CDCE da EM. Maria Villany Delmondes

XXI. Representante dos Alunos das Escolas Estaduais:

Saimon Soares Simão – CDCE Escola Milton Ferreira da Costa

XXII. Representante do Fórum da EJA:

Andréia Wedy Scarton – Professora Estadual

Wanderlucy Batista Ferreira – Professora Municipal (Novo membro)

XXIII. Representantes de Instituições Não Governamentais que oferta Atendimento Educacional Especializado:

Lúcia Antonia Melquides - Associação Pestalozzi

Manoel Trindade – Associação dos Cegos do Vale do São Lourenço

XXIV. Representante do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério –CACS/FUNDEB:

Leoneth Piotto – Representante do Segmento de Professores do CACS/FUNDEB (membro substituto)

XXV. Representante do Conselho Tutelar:

Janaína de Souza Moura – Conselheira tutelar

Art. 2º - Os profissionais da Educação, funcionários públicos que foram designados pelos seus setores e secretarias e representantes da sociedade civil organizada comporão a equipe técnica para os levantamentos dos dados e a realidade educacional em cada modalidade, política de valorização profissional, gestão democrática e financiamento da educação, garantidas nas metas e estratégias aprovadas no Plano Municipal de Educação. Além de, elaborar o texto base do Plano Municipal de Educação,

por modalidade e mobilizar a comunidade para a Conferência Municipal de Educação no ano de 2021.

Art. 3º - A equipe técnica acima mencionada terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para estudos, pesquisas e sistematização dos dados que será desenvolvida, como forma de avaliar permanentemente o Plano Municipal de Educação.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 19 de Abril de 2021.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal – 2021 a 2024

ALEXANDRE RUSSI

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria n.º 001/2021

MÁRCIA CRISTINA FERREIRA FARIAS GERALDO

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – Portaria n.º 003/2021

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal – 2021 a 2024

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 014/2021

ROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 1079-01/2021

PREGÃO PRESENCIAL N.º 014/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA/MT

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através de Pregoeiro nomeado, pela portaria 152/2021 DE 06 Abril de 2021, informa que em virtude de haver sido manifestada impugnação do edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 014/2021 , ao MENOR VALOR POR ÍTEM, tem por objeto "Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada na locação de multifuncionais (copiadora/ impressora/ scanner), incluso materiais de consumo (toner, cilindro e outros), assistência técnica, peças de reposição e mão de obra técnica, para atender as diversas Secretarias do Município de Jaciara/MT, fica SUSPENSA para analise técnica do edital.

Jaciara/MT, 26 de Abril de 2021

Adevanir Marcos Rodrigues de Araújo

Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Jaciara/MT

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO N. 017/2021

A Prefeitura Municipal de Jaciara - MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que, referente ao o procedimento Licitatório - modalidade **PREGÃO n.º 017/2021**, que tem por objeto o **"Registro de preços para eventual aquisição de Gás GLP e Água Mineral, para atendimento às Secretarias e demais Departamentos da Prefeitura Municipal de Jaciara-MT",** onde foi vencedora a empresa MARCIA NORONHA DEGASPERY FREITAS EIRELI ao valor global de **R$ 169.142,00** (Cento e sessenta nove mil cento e quarenta dois reais). Jaciara-MT, 26 de abril de 2021.

Adevanir Marcos Rodrigues de Araújo

Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Jaciara/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

PORTARIA Nº 039/2021

Dispõe sobre a Designação do Srº Kenny Fernando Soares Lopes, para ser Fiscal de Contrato.

ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, resolve:

Considerando a necessidade de Fiscalizar o Contrato abaixo;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor **Kenny Fernando Soares Lopes**, Assessor de Comunicação, como Fiscal do Contrato, conforme segue:

CONTRATO Nº 001/2020 **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO, REALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA, INCLUINDO TODAS AS FASES PREVISTAS, PROVAS PRÁTICAS E ASSESSORIA TÉCNICA ADMINISTRATIVA, PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE JANGADA – MT. **CONTRATADO:** MÉTODO E SOLUÇÕES EDUCACIONAIS LTDA-ME
CONTRATO Nº 008/2020 **OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEICULOS E MAQUINARIOS DO MUNICIPIO DE JANGADA/MT. **CONTRATADO:** AUTO PEÇAS JANGADA LTDA-ME
CONTRATO Nº 009/2020 **OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEICULOS E MAQUINARIOS DO MUNICIPIO DE JANGADA/MT. **CONTRATADO:** NUNES E CONCEIÇÃO LTDA
CONTRATO Nº 010/2020 **OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA-MT **CONTRATADO:** SUELMEI CAMPOS BARBOSA EIRELI
CONTRATO Nº 003/2019 **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, GERENCIAMENTO, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JANGADA-MT **CONTRATADO:** BIO RESIDUOS SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA

Art. 2º - Esta portaria terá seus efeitos retroagidos em 04 de Janeiro de 2021.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, em Jangada – MT, 04 de Março de 2021.

_____

ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 065, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

"Nomeia o Pregoeiro e Respectiva Equipe de Apoio para realização de Licitação, na modalidade Pregão, no âmbito do Poder Executivo do Município de Jangada –MT, para o Exercício 2021"

ROGÉRIO DE OLIVEIRA MEIRA, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Ficam nomeados o Pregoeiro e sua respectiva equipe de Apoio para realização da Licitação na modalidade Pregão, no âmbito do poder Executivo deste Município de Jangada-MT, no decorrer do Exercício de 2021, conforme abaixo identificado, sendo os seguintes servidores.

Pregoeiro: Adilson Pereira Nunes

1 – Equipe de Apoio: Gildean Lima Dos Santos

2 - Equipe de Apoio: Nilson Ribeiro Do Nascimento

Art.2º - Caberá ao pregoeiro e respectiva equipe de apoio, dentre outras atribuições, o recebimento das propostas e lances, á analise de sua aceitabilidade, sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor, e deverá cumprir aos princípios gerais de direito público, em especial as regras e determinações instituídas pela Lei nº. 10.520 de 17/07/2002, consonante as alterações que lhe forem dadas, assim como as disposições da Lei nº 8.666/1993.

Art. 3º - Esta Portaria entrara e vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publica-se, Cumpre-se.

Gabinete do Prefeito de Jangada/MT, 26 de Abril de 2021.

_____

ROGÉRIO DE OLIVEIRA MEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 055, DE 01 DE ABRIL DE 2021.

"Dispõe sobre nomeação de cargo comissionado e dá outras providências"

ROGÉRIO DE OLIVEIRA MEIRA, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica nomeado a Sr. **APARECIDO VICENTE NETO**, CPF nº , 393. 695.441-00, para exercer o cargo de Chefe de Departamento de Agricultura.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, com efeitos retroativos desde 01 de Abril de 2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, .

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Jangada/MT, 01 de Abril de 2021.

ROGÉRIO DE OLIVEIRA MEIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 017/2021 DE 07 DE ABRIL DE 2021

PORTARIA Nº 017/2021 DE 07 DE ABRIL DE 2021

"Nomeia fiscal de contrato 001/2021 e dá outras providências"

OTÍLIO FRANCISCO DE PAULA JUNIOR,Presidente da Câmara Municipal de Jangada, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 67 da Lei 8.666/1993 – Lei de Licitações e Contratos;

CONSIDERANDO o contrato originado do processo de dispensa nº001/ 201, RESOLVE:

Art. 1. Nomear como fiscal do contrato nº 001/2021, a servidora pública efetiva da Câmara Municipal de Jangada**, Eliete Marina da Cunha**;

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, 07 de abril de 2021

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Ver. OTÍLIO FRANCISCO DE PAULA JÚNIOR

Presidente da Câmara Municipal

PORTARIA Nº 046/2021

Dispõe sobre a Designação do Srº Leandro Magno Ferreira, para ser Fiscal de Contrato.

ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, resolve:

Considerando a necessidade de Fiscalizar o Contrato abaixo;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor **Leandro Magno Ferreira**, Encarregado divisão de suprimentos, como Fiscal do Contrato, conforme segue:

CONTRATO Nº 009/2021 **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA-MT. **CONTRATADO:** J.J FAMILIA AUTO POSTO LTDA

Art. 2º - Esta portaria terá seus efeitos retroagidos em 01 de Março de 2021.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, em Jangada – MT, 04 de Março de 2021.

_____

ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 042/2021

Dispõe sobre a Designação do Srª Fabiana Aparecida Silva Esteves, para ser Fiscal de Contrato.

ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, resolve:

Considerando a necessidade de Fiscalizar o Contrato abaixo;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Senhora **Fabiana Aparecida Silva Esteves**, Chefe Departamento de Recursos Humanos, como Fiscal do Contrato, conforme segue:

CONTRATO Nº 021/2020 **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, HOSPEDAGEM E SUPORTE TECNICO DO SITE INSTITUCIONAL PORTAL DE TRANSPARÊNCIA DO MUNICIPIO DE JANGADA/MT. **CONTRATADO:** M. P. DE OLIVEIRA SILVA SOLUCOES WEB EIRELI-ME
CONTRATO Nº 005/2019 **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO E LICENCIAMENTO DE SOLUÇÕES INTEGRADAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA GESTÃO PÚBLICA, INCLUINDO CONVERSÃO, MIGRAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO DE USUÁRIOS, CUSTOMIZAÇÃO DE BANCO DE DADOS E MANUTENÇÃO, COMPREENDIDOS NA GESTÃO EM: 1) ALMOXARIFADO; 2) ARRECADAÇÃO MUNICIPAL NA WEB; 3) COMPRAS; 4) EDUCAÇÃO MUNICIPAL; 5) FROTAS; 6) GERAÇÃO PARA TRIBUNAIS; 7) HOLERITE WEB; 8) LICITAÇÃO; 9) ORÇAMENTO, PLANEJAMENTO, CONTABILIDADE E TESOURARIA; 10) PATRIMONIO; 11) PORTAL DA TRANSPARENCIA; 12) PORTAL DO CONTRIBUINTE WEB; 13) PROTOCOLO/PROCESSOS; 14) RH E FOLHA DE PAGAMENTO; 15) SAUDE MUNICIPAL/ALMOXARIFADO; 16) SAUDE MUNICIPAL/LABORATORIO; 17) SAUDE MUNICIPAL ATENDIMENTO AGENDAMENTO; 18) GESTÃO DE COMBUSTIVEL WEB; 19) GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL; 20) GESTÃO DO ISSQN COM EMISSÃO DE NFS-E; 20) PROVIMENTO DE DATA CENTER, DE FORMA PARCELADA **CONTRATADO:** AGILI SOFTWARE BRASIL LTDA
CONTRATO Nº 016/2018 **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE USO DE SOFTWARES PARA GESTÃO EDUCACIONAL, ASSESSORIA & CONSULTORIA PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE JANGADA-MT. **CONTRATADO:** PELEGRINO E CIA LTDA

Art. 2º - Esta portaria terá seus efeitos retroagidos em 04 de Janeiro de 2021.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, em Jangada – MT, 04 de Março de 2021.

_____

ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 064/2021

Dispõe sobre a Designação do Srº Jhonatan Junior Pereira Do Nascimento, para ser Fiscal de Ata De Registro De Preço.

ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, resolve:

Considerando a necessidade de Fiscalizar o Contrato abaixo;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor **Jhonatan Junior Pereira Do Nascimento**, Assessor Técnico Superior II, como Fiscal de Ata De Registro De Preço, conforme segue:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2021 **OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE KIT DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA ATENDER AS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL, EDUCAÇÃO INFANTIL E CRECHE DE JANGADA/MT. **CONTRATADO:** IVAN DA COSTA MEIRA & CIA LTDA-ME.
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2021 **OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS (URNAS E TRANSLADO) PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA-MT. **CONTRATADO:** F B GUARNIERI–ME

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE, CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em Jangada – MT, 20 de Abril de 2021.

_____

ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 063/2021

Dispõe sobre a Designação do Srº Leandro Magno Ferreira, para ser Fiscal de Ata De Registro De Preço.

ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, resolve:

Considerando a necessidade de Fiscalizar o Contrato abaixo;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor **Leandro Magno Ferreira**, Encarregado de divisão de suprimentos, como Fiscal da Ata De Registro De Preço, conforme segue:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2021 **OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E GÊNEROS ALIMENTICIOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE JANGADA-MT. **CONTRATADO:** RIKA COMERCIO DE ALIMENTOS - EIRELI. **CONTRATADO:** IVAN COSTA MEIRA & CIA LTDA-ME.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE, CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em Jangada – MT, 19 de Abril de 2021.

_____

ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 040/2021

Dispõe sobre a Designação do Srº Kenny Fernando Soares Lopes, para ser Fiscal de Contrato.

ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, resolve:

Considerando a necessidade de Fiscalizar o Contrato abaixo;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor **Kenny Fernando Soares Lopes**, Assessor de Comunicação, como Fiscal do Contrato, conforme segue:

CONTRATO Nº 046/2018 **OBJETO:** PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM EM VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE JANGADA-MT. **CONTRATADO:** ORION CONSTRUÇÕES E IMOBILIÁRIA LTDA-ME.
CONTRATO Nº 035/2019 **OBJETO:** APOIO A PROJETO DE INFRAESTRUTURA TURISTICA - CONSTRUÇÃO DE PRAÇA PÚBLICA. **CONTRATADO:** ORION CONSTRUÇÕES E IMOBILIÁRIA LTDA-ME
CONTRATO Nº 028/2020 **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA NA COMUNIDADE TIRA BARRO NO MUNICÍPIO DE JANGADA-MT. **CONTRATADO:** A S MORAIS ENGENHARIA-ME
CONTRATO Nº 029/2020 **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO – TSD NAS VIAS: RUA FIGUEIRINHA, RUA MANGUEIRA, RUA JEQUITIBÁ, RUA PEROBA, RUA ANGICO E RUA NOVO HORIZONTE, NO MUNICÍPIO DE JANGADA-MT. **CONTRATADO:** ORION CONSTRUÇÕES E IMOBILIÁRIA LTDA-ME

Art. 2º - Esta portaria terá seus efeitos retroagidos em 04 de Janeiro de 2021.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, em Jangada – MT, 04 de Março de 2021.

_____

ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 062/2021

Dispõe sobre a Designação do Srº Leandro Magno Ferreira, para ser Fiscal de Ata De Registro De Preço.

ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, resolve:

Considerando a necessidade de Fiscalizar o Contrato abaixo;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor **Leandro Magno Ferreira**, Encarregado de divisão de suprimentos, como Fiscal da Ata De Registro De Preço, conforme segue:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2021 **OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDIMENTO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE JANGADA/MT. **CONTRATADO:** CYAN PAPELARIA E MATERIAS DE INFORMATICA EIRELI EP. **CONTRATADO:** JV SERVICOS E COMERCIO PAPELARIA LTDA.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE, CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em Jangada – MT, 07 de Abril de 2021.

_____

ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 045/2021

Dispõe sobre a Designação do Srº Leandro Magno Ferreira, para ser Fiscal de Contrato.

ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, resolve:

Considerando a necessidade de Fiscalizar o Contrato abaixo;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor **Leandro Magno Ferreira**, Encarregado Divisão de Suprimentos, como Fiscal do Contrato, conforme segue:

CONTRATO Nº 003/2021 **OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE, GRAXA E FLUIDOS, PEÇAS GENUÍNAS OU ORIGINAIS, INDEPENDENTE DE MARCA E CATEGORIA PARA ATENDIMENTO DA FROTA DE VEICULOS E MAQUINARIOS DO MUNICIPIO DE JANGADA/MT **CONTRATADO:** SO PESADO COMERCIO DE PECAS LTDA-ME
CONTRATO Nº 004/2021 **OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE, GRAXA E FLUIDOS, PEÇAS GENUÍNAS OU ORIGINAIS, INDEPENDENTE DE MARCA E CATEGORIA PARA ATENDIMENTO DA FROTA DE VEICULOS E MAQUINARIOS DO MUNICIPIO DE JANGADA/MT **CONTRATADO:** AUTO PEÇAS JANGADA LTDA-ME
CONTRATO Nº 005/2021 **OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE, GRAXA E FLUIDOS, PEÇAS GENUÍNAS OU ORIGINAIS, INDEPENDENTE DE MARCA E CATEGORIA PARA ATENDIMENTO DA FROTA DE VEICULOS E MAQUINARIOS DO MUNICIPIO DE JANGADA/MT **CONTRATADO:** NUNES E CONCEIÇÃO LTDA
CONTRATO Nº 006/2021 **OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE, GRAXA E FLUIDOS, PEÇAS GENUÍNAS OU ORIGINAIS, INDEPENDENTE DE MARCA E CATEGORIA PARA ATENDIMENTO DA FROTA DE VEICULOS E MAQUINARIOS DO MUNICIPIO DE JANGADA/MT **CONTRATADO:** NE EQUIPAMENTOS PEÇAS E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA-ME
CONTRATO Nº 007/2021 **OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEICULOS E MAQUINARIOS DO MUNICIPIO DE JANGADA/MT. **CONTRATADO:** AUTO PEÇAS JANGADA LTDA-ME
CONTRATO Nº 008/2021 **OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEICULOS E MAQUINARIOS DO MUNICIPIO DE JANGADA/MT. **CONTRATADO:** NUNES E CONCEIÇÃO LTDA

Art. 2º - Esta portaria terá seus efeitos retroagidos em 11 de Janeiro de 2021.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, em Jangada – MT, 04 de Março de 2021.

_____

ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 061/2021

Dispõe sobre a Designação do Srº Jhonatan Junior Pereira Do Nascimento, para ser Fiscal de Ata De Registro De Preço.

ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, resolve:

Considerando a necessidade de Fiscalizar o Contrato abaixo;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor **Jhonatan Junior Pereira Do Nascimento**, Assessor Técnico Superior II, como Fiscal de Ata De Registro De Preço, conforme segue:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2021 **OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVÉIS PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DO MUNICÍPIO DE JANGADA-MT. **CONTRATADO:** J.J FAMILIA AUTO POSTO LTDA.

Art. 2º - Esta portaria terá seus efeitos retroagidos em 23 de Março de 2021

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE, CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em Jangada – MT, 01 de Abril de 2021.

_____

ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 041/2021

Dispõe sobre a Designação do Srº Flavio Rogerio Amorim, para ser Fiscal de Contrato.

ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, resolve:

Considerando a necessidade de Fiscalizar o Contrato abaixo;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor **Flavio Rogerio Amorim**, Chefe Departamento de Compras e Patrimonio, como Fiscal do Contrato, conforme segue:

CONTRATO Nº 016/2020 **OBJETO:** LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO SITUADO NA RUA FEIRÃO DO NORTE, S/Nº, NOVA **CONTRATADO:** JULIA DUARTE DA SILVA
CONTRATO Nº 019/2020 **OBJETO:** LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO SITUADO NA RUA ANTONIO BERNARDINO, S/Nº, JANGADA-MT, PARA USO E INSTALAÇÃO DO DEPOSITO PARA ACONDICIONAMENTO DE BENS MÓVEIS A SEREM BAIXADOS DO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO **CONTRATADO:** IZINIL DA COSTA MEIRA BASTOS
CONTRATO Nº 022/2020 **OBJETO:** LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO SITUADO NA AVENIDA MARECHAL RONDON, S/Nº CENTRO, JANGADA-MT, PARA USO DO DETRAN DO MUNICÍPIO DE JANGADA-MT **CONTRATADO:** CLEBSON TADEU QUERUBIN
CONTRATO Nº 027/2020 **OBJETO:** LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO SITUADO NA RUA NATALINO PIOVESAN, S/Nº CENTRO, **CONTRATADO:** INILTO DA COSTA MEIRA

Art. 2º - Esta portaria terá seus efeitos retroagidos em 04 de Janeiro de 2021.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, em Jangada – MT, 04 de Março de 2021.

_____

ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 060/2021

Dispõe sobre a Designação do Srº Jhonatan Junior Pereira Do Nascimento, para ser Fiscal de Contrato.

ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, resolve:

Considerando a necessidade de Fiscalizar o Contrato abaixo;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor **Jhonatan Junior Pereira Do Nascimento**, Assessor Técnico Superior II, como Fiscal do Contrato, conforme segue:

CONTRATO Nº 016/2021 **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS, PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE JANGADA-MT NO ENFRETAMENTO DO (COVID-19). **CONTRATADO:** R. M. REZENDE RODRIGUES-EPP.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE, CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em Jangada – MT, 20 de Abril de 2021.

_____

ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 044/2021

Dispõe sobre a Designação do Srº Flavio Rogerio Amorim, para ser Fiscal de Contrato.

ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, resolve:

Considerando a necessidade de Fiscalizar o Contrato abaixo;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor **Flavio Rogerio Amorim**, Chefe de Departamento de Compras e Patrimônio, como Fiscal do Contrato, conforme segue:

CONTRATO Nº 002/2021
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTAÇÃO DE PONTO E ACESSO A LINK DEDICADO DE INTERNET, COM FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS EM TERMO DE COMODATO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE JANGADA-MT.
CONTRATADO: AP SOLUCOES EM NETWORK E INFORMATICA EIRELI-ME.

Art. 2º - Esta portaria terá seus efeitos retroagidos em 06 de Janeiro de 2021.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, em Jangada – MT, 04 de Março de 2021.

_____

ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 059/2021

Dispõe sobre a Designação do Srº Jhonatan Junior Pereira Do Nascimento, para ser Fiscal de Contrato.

ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, resolve:

Considerando a necessidade de Fiscalizar o Contrato abaixo;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor **Jhonatan Junior Pereira Do Nascimento**, Assessor Técnico Superior II, como Fiscal do Contrato, conforme segue:

CONTRATO Nº 015/2021
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTO TIPO MICROREVESTIMENTO E LICENÇAS AMBIENTAIS, EM DIVERSAS RUAS NO MUNICÍPIO DE JANGADA-MT.
CONTRATADO: DOUGLAS RENATO NOGUEIRA RIBEIRO-EPP.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE, CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em Jangada – MT, 06 de Abril de 2021.

_____

ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 058/2021

Dispõe sobre a Designação do Srº Jhonatan Junior Pereira Do Nascimento, para ser Fiscal de Contrato.

ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, resolve:

Considerando a necessidade de Fiscalizar o Contrato abaixo;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor **Jhonatan Junior Pereira Do Nascimento**, Assessor Técnico Superior II, como Fiscal do Contrato, conforme segue:

CONTRATO Nº 014/2021
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE KIT BIOMÉTRICO E LICENCA DE USO PARA CONFECÇÃO DE DOCUMENTOS DO TIPO CARTEIRA DE IDENTIDADE PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE JANGADA-MT.
CONTRATADO: AKIYAMA S.A. – INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS E SISTEMAS

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE, CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em Jangada – MT, 29 de Março de 2021.

_____

ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 049, DE 01 DE ABRIL DE 2021.

"Dispõe sobre o afastamento do Servidor CARLOS CELSO PELEGRINI".

ROGÉRIO DE OLIVEIRA MEIRA, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o afastamento pelo período de 02 (dois) anos, do senhor **CARLOS CELSO PELEGRINI**, portador do CPF Nº 219.227.999-04 do cargo Efetivo de Procurador Jurídico, lotado na Secretaria Municipal de Gabinete, a partir de 01 de Abril de 2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua Publicação.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Jangada/MT, 01 de Abril de 2021.

ROGÉRIO DE OLIVEIRA MEIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 048/2021

Dispõe sobre a Designação do Srº Jhonatan Junior Pereira Do Nascimento, para ser Fiscal de Contrato.

ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, resolve:

Considerando a necessidade de Fiscalizar o Contrato abaixo;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor **Jhonatan Junior Pereira Do Nascimento**, Assessor Técnico Superior II, como Fiscal do Contrato, conforme segue:

CONTRATO Nº 013/2021
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DESENVOLVIMENTO, MANUTENÇÃO, HOSPEDAGEM E SUPORTE TÉCNICO DO SITE INSTITUCIONAL PORTAL DE TRANSPARÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JANGADA-MT.
CONTRATADO: GWS DESENVOLVIMENTO DE WEB SITES LTDA

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE, CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em Jangada – MT, 23 de Março de 2021.

_____

ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 043/2021

Dispõe sobre a Designação do Srº Kenny Fernando Soares Lopes, para ser Fiscal de Contrato.

ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, resolve:

Considerando a necessidade de Fiscalizar o Contrato abaixo;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor **Kenny Fernando Soares Lopes**, Assessor de Comunicação, como Fiscal do Contrato, conforme segue:

CONTRATO DE RATEIO Nº 001/2021
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A CONSECUÇÃO DAS AÇÕES PREVISTAS NA LEI MUNICIPAL N. 1.549/2019, SANCIONADA EM 19 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE RATIFICA O PROTOCOLO DE INTENÇÕES E AUTORIZA A PARTICIPAÇÃO DO CONSORCIADO NO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ, E AS DESPESAS AUTORIZADAS NA LEI ORÇAMENTARIA ANUAL Nº 739/2020, SANCIONADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2020.
CONTRATADO:CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ – CISVARC

Art. 2º - Esta portaria terá seus efeitos retroagidos em 04 de Janeiro de 2021.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, em Jangada – MT, 04 de Março de 2021.

_____

ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 047/2021

Dispõe sobre a Designação do Srº Jhonatan Junior Pereira Do Nascimento, para ser Fiscal de Contrato.

ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, resolve:

Considerando a necessidade de Fiscalizar o Contrato abaixo;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor **Jhonatan Junior Pereira Do Nascimento**, Assessor Técnico Superior II, como Fiscal do Contrato, conforme segue:

CONTRATO Nº 010/2021
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO DE SOFTWARE DE ORÇAMENTO ELETRÔNICO, DE PEÇAS E SERVIÇOS COM REGISTRO DE PREÇO DE PEÇAS GENUÍNAS OU ORIGINAIS E VALOR DA HORA HOMEM/TRABALHADO DESTINADAS A MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS NACIONAIS E IMPORTADOS DO MUNICÍPIO DE JANGADA-MT.
CONTRATADO: L. RICARDO DE MAGALHAES EIRELI-EPP

CONTRATO Nº 011/2021
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA HABILITADA PARA PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA DESTINADA AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DE SERVIÇOS NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO E JUDICIAL, RELACIONADOS COM AS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS PRETÉRITOS, FIRMADOS COM A UNIÃO E O ESTADO, EM FACE DAS PENDÊNCIAS JUNTO AOS DIVERSOS ÓRGÃOS DA UNIÃO, DO ESTADO, TCE E AS AÇÕES JUDICIAIS RELACIONADAS AS CONTAS DOS CONVÊNIOS PENDENTES, COM POTENCIAL RISCO DE PREJUÍZOS AO MUNICÍPIO.
CONTRATADO: VASCONCELOS DE MORAES ADVOGADOS ASSOCIADOS

CONTRATO Nº 012/2021
OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO SITUADO NA RUA ANTONIO BERNARDINO, S/Nº, JANGADA-MT, PARA USO E INSTALAÇÃO DO DEPOSITO PARA ACONDICIONAMENTO DE BENS MÓVEIS DO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO.
CONTRATADO: IZINIL DA COSTA MEIRA BASTOS

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, em Jangada – MT, 05 de Março de 2021.

_____

ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF nº 24.772.147/0001-68, localizada na Rua Paço Municipal Júlio Domingos de Campos, S/Nº, Bairro Centro, JANGADA – MT – CEP. 78.490-000 TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possam interessar a Abertura de procedimento licitatório, do tipo "Menor Preço Por Item", na modalidade Pregão Presencial Nº 011/2021, POR REGISTRO DE PREÇO. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULO UTILITÁRIO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE JANGADA-MT**, de acordo com o que determina as Leis nº 8.666/93 e 10.520/2002 e todas as suas alterações; Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº. 147, de 07 de Agosto de 2014 e suas alterações; Decreto nº 3.555/2000; Decreto Municipal Nº 022/2020, Decreto nº 7.892/2013, e Outras normas e regulamentos inerentes, a ser regidas pelos mencionados diplomas legais e pelas cláusulas e condições do edital.

Recebimento e Abertura das Propostas: as 08h00m do dia 07/05/2021.

Edital Completo: Afixado no endereço acima e-mail: licitacao@jangada.mt.gov.br ou pelo SITE: http://www.jangada.mt.gov.br/Transparencia/Downloads/Editais-diversos.

Jangada – MT, 26 de Abril de 2021.

Adilson Pereira Nunes - Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

LEI Nº. 900, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

LEI Nº. 900, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALDECI JOSE DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU EM REDAÇÃO FINAL E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI.

Artigo 1º. – Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, por celebração de convênio, Subvenção Social, à "Associação de Pais e Amigos Excepcionais – APAE", nos termos do artigo 16 da Lei Federal n. 4320 de 17 de março de 1.964.

Artigo 2º. – A presente Lei, tem por finalidade garantir o apoio financeiro à "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE", sociedade civil, filantrópica, de caráter assistencial e educacional, sem fins lucrativos.

Artigo 3º. O valor mensal destinado a referida Subvenção Social será de até R$ 15.000,00 (quinze mil reais) para a instituição, sendo, desse valor, 80% (oitenta por cento) destinado ao custeio com a manutenção de encargos com pessoal e 20% (vinte por cento) destinado ao custeio da manutenção/suprimentos da entidade, tais como materiais de consumo, materiais e equipamentos permanentes, dentre outros.

Parágrafo Único. A referida entidade deverá apresentar seu plano de aplicação, em data a ser designada no termo de convênio, pelas Secretarias de Finanças e Educação e prestar contas dos recursos repassados nos termos da legislação vigente pertinente ao assunto e convênio celebrado entre as partes.

Artigo 4º - Fica aberto no Orçamento de 2021, Crédito Adicional Especial na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, no valor de R$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais) e na Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social, no valor de R$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura, Lazer e Turismo

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

12.361.0042.2035 – Manutenção e Encargos com o Ensino Fundamental

3.3.50.41.00 – Contribuições ..... R$ 60.000,00

Órgão: 04 - Secretaria Mun. de Assistência e Desenvolvimento Social.

Unidade: 01 – Secretaria Mun. de Assistência e Desenvolvimento Social.

08.244.0081.2012 – Manutenção e Encargos com a Gerência de Promoção Social

3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis .....R$ 60.000,00

Artigo 6º - Para dar cobertura na suplementação ao crédito aberto no artigo 4º., serão utilizados os recursos definidos pelo Artigo 43, § inciso I, II ou III, da Lei Federal 4.320/64.

Artigo 7º - O Poder Executivo fica autorizado a proceder à readequação dos instrumentos de planejamento, (PPA/LDO), bem como apresentá-los em audiência pública junto à Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal conforme determinação na Lei Complementar n.º 101/2000.

Artigo 8º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente, devendo ser suplementadas se necessário.

Artigo 9º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial as leis ordinárias 416/2009 e 739/2017.

Paço Municipal Presidente "**José Peres**" em Jauru-MT, aos 26 de abril de 2021.

Valdeci José de Souza

Prefeito Municipal de Jauru

EXTRATO DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 018/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

CONTRATADA: LP GRÁFICA E EDITORA EIRELI

Objeto: Aquisição de serviços de impressão gráfica para atender as necessidades da administração pública do Município de Jauru.

VALOR: R$ 156.155,00 (Cento e cinquenta e seis mil cento e cinquenta e cinco reais)

VIGÊNCIA: 15/03/2021 a 14/03/2022

PERÍODO: 12 (Doze) meses

CONTRATO Nº 019/2021

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: AKIYAMA S. A – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E SISTEMAS

Objeto: Aquisição de Kit Biométrico, para atender a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento. VALOR: R$ 15.495,94 (Quinze mil quatrocentos e noventa e cinco reais e noventa e quatro centavos)

VIGÊNCIA: 23/03/2021 a 22/03/2022

PERÍODO: 12 (Doze) meses

CONTRATO Nº 020/2021

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DO CENTRO DE TECNOLOGIA ALTERNATIVA – CTA MT

Objeto: Aquisição/fornecimento de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR.

VALOR: R$ 341.168,50 (Trezentos e quarenta e um mil cento e sessenta e oito reais e cinquenta centavos)

VIGÊNCIA: 24/03/2021 a 23/03/2022

PERÍODO: 12 (Doze) meses

CONTRATO Nº 021/2021

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: ADEMIR DE MOURA

Objeto: Aquisição/fornecimento de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR.

VALOR: R$ 19.996,42 (Dezenove mil novecentos e noventa e seis reais e quarenta e dois centavos)

VIGÊNCIA: 24/03/2021 a 23/03/2022

PERÍODO: 12 (Doze) meses

CONTRATO Nº 022/2021

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: ROBERTO CARLOS DE MOURA

Objeto: Aquisição/fornecimento de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR.

VALOR: R$ 19.996,82 (Dezenove mil novecentos e noventa e seis reais e oitenta e dois centavos)

VIGÊNCIA: 24/03/2021 a 23/03/2022

PERÍODO: 12 (Doze) meses

CONTRATO Nº 023/2021

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: ENÉIAS DE SOUZA COIMBRA JÚNIOR

Objeto: Aquisição/fornecimento de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR.

VALOR: R$ 52.325,00 (Cinquenta e dois mil trezentos e vinte e cinco reais)

VIGÊNCIA: 24/03/2021 a 23/03/2022

PERÍODO: 12 (Doze) meses

CONTRATO Nº 024/2021

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: ALPHA6 VEÍCULOS ESPECIAIS LTDA

Objeto: Aquisição de veículos, tipo ambulância para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR: R$ 206.000,00 (Duzentos e seis mil reais)

VIGÊNCIA: 25/03/2021 a 24/03/2022

PERÍODO: 12 (Doze) meses

CONTRATO Nº 025/2021

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA

Objeto: Aquisição de veículos, tipo carga leve e passageiro-HATCH BACK modelo (Fiat Mobi), para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR: R$ 116.000,00 (Cento e dezesseis mil reais)

VIGÊNCIA: 25/03/2021 a 24/03/2022

PERÍODO: 12 (Doze) meses

CONTRATO Nº 026/2021

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: JOVINIANO FRANCISCO FAEDO

Objeto: Aluguel do imóvel de alvenaria, situado na Avenida Santos Dumont, esquina com a Rua do Comércio, Bairro Centro, na Cidade de Jauru

– MT, de propriedade do Locador, que servirá para funcionamento do Setor de Tributação. (Secretaria Municipal de Finanças), Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, setor do Procon (Secretaria de Administração) e setor de Obras e Posturas.

VALOR: R$ 23.400,00 (Vinte e três mil e quatrocentos reais)

VIGÊNCIA: 01/04/2021 a 31/12/2021

CONTRATO Nº 027/2021

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: ALEXANDRE THIAGO SIMAS

Objeto: Aluguel do imóvel de alvenaria, situado na Avenida Santos Dumont, nº. S/nº. Bairro Centro, na Cidade de Jauru – MT, de propriedade do Locador, que servirá para funcionamento do Indea – Instituto de Defesa Agropecuário (Secretaria Municipal de Meio Ambiente Desenvolvimento Urbano e Rural).

VALOR: R$ 9.000,00 (Nove mil reais)

VIGÊNCIA: 01/04/2021 a 31/12/2021

DECRETO N° 64, 25 DE ABRIL DE 2021.

DECRETO N° 64, 25 DE ABRIL DE 2021.

"DECRETA LUTO OFICIAL DE TRÊS DIAS EM TODO TERRITÓRIO DO MUNICIPIO DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALDECI JOSE DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o falecimento do Vice Prefeito do Município de Jauru o senhor **ELISEU MARCELINO DA ROCHA**, ocorrido na noite do dia 24 de abril do corrente ano;

CONSIDERANDO a relevância pelos seus serviços prestados na qualidade de homem público e de Vice Prefeito desta administração municipal;

CONSIDERANDO, por fim, o legado que certamente deixará aos seus filhos, esposa, familiares e amigos.

DECRETA

Art. 1° Fica decretado Luto Oficial dias 25,26 e 27 de Abril de 2021 em todo território municipal, em homenagem póstuma ao Vice Prefeito **ELISEU MARCELINO DA ROCHA.**

Art. 2° Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições contrárias.

Paço Municipal "**José Peres**" em Jauru-MT, aos 25 de abril de 2021.

Valdeci José de Souza

Prefeito Municipal de Jauru

PORTARIA 152/2021

PORTARIA Nº 152 DE 23 ABRIL DE 2021

VALDECI JOSE DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS;

RESOLVE:

EXONERAR, a em virtude de falecimento na data de 13/04/2021, a Sra. ELIZABETE SILVA MEDEIROS, brasileira, servidora pública municipal. Nomeada conforme Portaria nº. 002/2021 de 04 de janeiro de 2021**.**

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal José Peres, Jauru-MT, 23 de abril de 2021.

VALDECI JOSE DE SOUZA Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 138/2021

Institui e Compõe o Comitê Gestor Municipal do Programa SER Família, define diretrizes gerais e dá outras providencias.

Valdeci José de Souza, PREFEITO MUNICIPAL de **Jauru** no uso de suas atribuições legais e nos termos do art 63 da Resolução Nº29/2013 de 12 de Novembro de 2013, pela presente Portaria.

Considerando o disposto na Lei Estadual 10.523, de 17 de março de 2017, que cria o Programa SER Família e a Lei 11.222 que altera e acrescenta dispositivo e dá outras providências**;**

Considerando a Instrução Normativa da Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania – SETASC Nº. 001 DE 10/10/2020:

RESOLVE:

Art. 1º. - Instituir o Comitê Gestor Municipal do Programa SER Família que terá as seguintes competências:

I – Elaborar e aprovar seu Regimento Interno, regulamentando suas competências, composição e funcionamento;

II- Analisar e aprovar a lista de famílias encaminhadas pela equipe de referência do município e, após, encaminhar ao Comitê Gestor Estadual para a análise e aprovação;

III- Aprovar e acompanhar o cumprimento do Pacto SER Família firmado pelo município;

IV - Apreciar relatório trimestral de evolução das famílias do Programa sob a responsabilidade do município, elaborado pela equipe técnica de referência e encaminhar à coordenação estadual do Programa SER Família;

V - Integrar e apoiar iniciativas para instituição de políticas públicas sociais visando promover a emancipação das famílias beneficiadas na esfera municipal;

VI - Articular a rede de proteção do município e dinamizar a oferta de serviços, destinados às famílias participantes;

VII – O Comitê Gestor Municipal deverá encaminhar à Gestão Estadual, em forma de planilha, as informações referentes às famílias beneficiárias a serem substituídas e das famílias que serão inseridas, o motivo da substituição e o instrumento hábil a aprovação da medida.

Art. 2º Ficam nomeados para compor o Comitê Gestor Municipal do Programa SER Família, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, com competências disciplinadas no artigo 1º desta portaria, os seguintes membros:

I- DAIANE MENDES SILVA SOUZA, representando a Secretaria Municipal de Assistência Social e LEONARDO JUNIOR DE OLIVEIRA, como respectivo suplente;

II- ITAMAR LUCAS ROSA representando a Secretaria Municipal de Municipal de Educação e VERA LÚCIA DA SILVA FREZ, como respectivo suplente;

III- ERASMO MARTINS DOS SANTOS, representando a Secretaria Municipal de Municipal de Saúde e BRUNA BIANQUINI BATISTA, como respectivo suplente;

IV- ANDRÉIA APARECIDA NASCIMENTO, representando a Secretaria Municipal de Municipal de Administração e GABRIEL DAVID GOMES, como respectivo suplente

Art. 4º O Comitê Gestor Municipal do Programa SER Família será convocado, sempre que necessário, pelo Secretário Municipal, com antecedência, mínima de 2 (dois) dias úteis.

§ 1º. As deliberações se darão por votação e as aprovações ou reprovações por maioria do voto, dos membros presentes nas reuniões.

§ 2º. O Comitê Gestor Municipal do Programa contará com uma Secretária Executiva, designada por ato de seu Presidente.

§ 3º - O (A) Presidente do Comitê Gestor Municipal, dar publicidade à composição do Comitê, bem como convocará a primeira reunião dos seus membros no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação dessa Portaria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique-se.

Jauru/MT, 19 de Março de 2021.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL de JAURU

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 015/2021

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: MARIANA CRISTINA BOM

Objeto: Prorrogação de vigência e valor contratual

VIGÊNCIA: 03/05/2021 a 01/08/2021

PERÍODO: 90 (Noventa) dias

VALOR: R$ 13.940,22 (Treze mil novecentos e quarenta reais e vinte e dois centavos)

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

GABINETE
DECISÃO ADMINISTRATIVA FC/2021 Nº 007/2021_MEDICAMENTOS DE AZ

Juara/MT, 26 de Abril de 2021.

DECISÃO ADMINISTRATIVA

FC/2021 Nº 007/2021

Trata-se de **PEDIDO DE DESCLASSIFICAÇÃO do item nº 88** ***(NIFEDIPINO 20mg - comprimido)*** realizado pela empresa **MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI,** inscrita no CNPJ: nº 09.676.256/0001-98devidamente qualificada nos autos do Processo Licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico nº 078/2020, a qual resultou na ATA de Registro de Preços nº 068-A1/2020/ADMINISTRAÇÃO, que tem por objeto: *"Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de "Medicamentos Injetáveis, comprimidos, Cápsulas, Gotas, Xaropes, Soluções, Psicotrópicos, Materiais de Raio-X, Reagentes, Pomadas e soluções de uso tópicos" em Atendimento à Secretaria Municipal de Saúde".*

A empresa Contratada reitera que o ***NIFEDIPINO 20mg - comprimido*** teve sua produção suspensa por tempo indeterminado, não tendo nenhuma previsão concreta a respeito da comercialização por parte dos laboratórios fornecedores, estando inclusive com registros caducos no sistema da ANVISA, *o Nifedipino 20mg que possui em seu estoque alcança prazo de validade somente até 30.09.2021*.

A fim de comprovar o alegado a empresa apresentou e-mails enviados aos laboratórios, consultas do medicamento na Anvisa bem como registro de contatos com laboratórios via Skype. Razão esta que faz empresa reiterar seu pedido de desclassificação e cancelamento do item 88 da ATA de Registro de Preços nº 068-A1/2020/ADMINISTRAÇÃO.

Oportuno frisar que o produto licitado é de suma importância para o bom funcionamento da saúde pública municipal, devendo sempre haver zelo por parte da licitada para com a entrega dos produtos, conhecedora dos trâmites burocráticos para a aquisição tais insumos pela administração pública.

Posta assim a questão, é de se dizer que boa-fé em uma relação contratual corresponde à ação refletida que visa não apenas o próprio bem, mas o bem do parceiro contratual, significa respeitar as expectativas razoáveis do outro contratante, agir com lealdade, não causar lesão ou desvantagem e cooperar para atingir o bem das obrigações, devendo assim serem interpretadas as cláusulas contratuais do caso em tela.

Apesar de todos os meios de provas apresentados pela empresa, a mesma veio informar tardiamente o Município sobre a descontinuação do Nifedipino 20 mg, prejudicando a expectativa de entrega do medicamento e trazendo diversos transtornos à saúde Publica do Município de Juara, do qual precisou socorrer-se a outros meios para substituir o medicamento que é de uso permanente dos usuários do Município,

Conclusão:

Após analisadas diversas alternativas para que não prejudicasse o fornecimento do item, todas restaram inexitosas, razão pela qual **DEFIRO o pedido de DESCLASSIFICAÇÃO do item nº 88 (NIFEDIPINO - 20mg - comprimido) objeto da Ata de Registro de Preços nº 68-A-1/2020, Pregão Eletrônico nº 078/2020, bem como determino o CANCELAMENTO das Requisições em aberto.**

Contudo, visando o caráter pedagógico contratual, tenho por bem aplicar *penalidade de ADVERTENCIA em desfavor da empresa MEDICAMENTOS DE AZ. LTDA*, diante da comunicação de descontinuidade ter sido realizada a destempo, causando prejuízo à saúde pública Municipal.

Fica a empresa **ADVERTIDA** que não será admitido a informação tardia da descontinuação e/ou cancelamento de eventuais medicamentos, devendo, assim que tomar conhecimento de qualquer equívoco, sempre comunicar a Contratante com urgência, sob pena de responder por penalidades.

Determino que a empresa contratada seja cientificada da presente decisão.

Remeta-se cópia à Secretaria Municipal de Saúde, ao Departamento de Licitação, a Divisão de Compras e à Coordenadoria de Fiscalização de Contratos para que tome as providencias necessárias, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando ampla publicidade, inclusive oficiando o setor responsável para que proceda o cancelamento das citadas requisições em aberto.

Nada sendo requerido e após as devidas formalidades, arquive-se.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito Municipal

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
PORTARIA Nº 299/2021

PORTARIA Nº 299/2021.

Dispõe sobre a nomeação de autoridade municipal de trânsito.

O Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e;

Considerando o disposto na Lei Federal nº 9.503/97, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro;

Considerando a competência atribuída aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários municipais para executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis.

Resolve:

Art. 1º Fica nomeado sem ônus para o município, o servidor público municipal de carreira Senhor Amaurício Alves Cordeiro, portador do CPF nº361.387.701-53, responsável pela Divisão Municipal Executiva de Trânsito e Transporte Rodoviário - DIMUTRAN, como autoridade municipal de trânsito.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão por conta das dotações próprias.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 26 de abril de 2021.

MARCIA REGINA F. ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretária Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se!

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
PORTARIA Nº 298/2021

PORTARIA Nº 298/2021.

Dispõe sobre a nomeação dos membros da Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e;

Resolve:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para constituição da Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI:

I - Romeu Sebastião Buchelt – Membro Titular;

Elizeu do Nascimento Silva – Membro Suplente;

II - José Roberto Rodrigues – Membro Titular;

Tiago Holanda Rodrigues – Membro Suplente;

III - Roberto Sachetti – Membro Titular; e

Oséias do Carmo Neves – Membro Suplente

Art. 2º O Presidente da JARI será o representante do órgão municipal executivo de trânsito José Roberto Rodrigues.

Art. 3º O exercício da função de membro JARI não será remunerado, sendo considerado serviço público relevante.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão por conta das dotações próprias.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 26 de abril de 2021.

MARCIA REGINA F. ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretária Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se!

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

PORTARIA Nº 106/2021, 22 DE ABRIL DE 2021.

"DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE PREGOEIRO PARA O PERÍODO DE 19 A 28/04/2021 A SENHORA DIVA MARIA DOS SANTOS TRINDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - DESIGNAR para o período de 19 a 28/04/2021.

Como Pregoeiro, para julgar e conduzir os Processos Licitatórios na modalidade Pregão Presencial do Exercício de 2021, a Senhora **Diva Maria dos Santos Trindade**.

Artigo 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 22 de Abril de 2021.

LEANDRO CARDOSO LEITAO

Secretario de Administração

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 696/2021 DE 26 DE ABRIL DE 2021

"DECLARA LUTO OFICIAL DE 03(TRES) DIAS E PONTO FACULTATIVO NO DIA 27 DE ABRIL DE 2021 NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE EM VIRTUDE DO FALECIMENTO DA SERVIDORA SRª JUDITH COELHO DE OLIVEIRA E DA OUTRA PROVIDENCIAS".

O Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, senhor **MOISÉS DOS SANTOS**, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando: O falecimento da Servidora Municipal Srª Judith Coelho de Oliveira, ocorrido na noite do dia 25/04/2021;

Considerando: Os preciosos trabalhos dedicados à comunidade Juscimeirense, em especial ao Distrito de Santa Elvira, no decorrer de sua vida como cidadã, e servidora Publico;

Considerando: finalmente que é dever do Poder Publico Juscimeirense render justas homenagens àqueles que com seu trabalho, seu exemplo e sua dedicação contribuíram para o bem estar da coletividade.

DECRETA:

Artigo 1º - Luto Oficial no Município de Juscimeira, nos dia 26,27 e 28/04/2021, em virtude do falecimento da Servidora Srª JUDITH COELHO DE OLIVEIRA, que em vida, prestou inestimáveis serviços ao Município de Juscimeira.

Artigo 2º - Fica Decretado ponto facultativo no dia 27/04/2021,(Terça feira) nas repartições publicas ligadas à Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único - O disposto neste artigo não se aplica aos plantões necessários às atividades de caráter essencial e emergencial nos órgãos/unidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário, o presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 26 de Abril de 2021.

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

PORTARIA Nº 133/2021, DE 22 DE ABRIL DE 2021

PORTARIA Nº 133/2021, DE 22 DE ABRIL DE 2021

"Concede elevação de nível aos servidores públicos que menciona, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município e Art. 1º, §2º, V da Lei Complementar nº 027/2006, de 28/04/2006 – Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos Municipais,

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER, elevação de nível, conforme as disposições contidas na Lei Complementar nº 027/2006, de 28/04/2006 – Planos de Cargos,

Carreiras e Salários dos Servidores Públicos Municipais, aos servidores a seguir descritos:

ADRIANA APARECIDA LUIZ

TÉCNICA EM ENFERMAGEM

Vinculado/Lotado: 23/04/2015

Elevação de **Nível B 02** para **Nível B 03**

CLEIBER TOMAZ DE SENE

PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM MÁTEMATICA

Vinculado/Lotado: 24/04/2006

Elevação de **Nível B 05** para **Nível B 06**

EMERSON ORTEGA BARBOSA

MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS

Vinculado/Lotado: 15/04/2015

Elevação de **Nível C 02** para **Nível C 03**

EUNICE BEZERRA DE PAULA

TÉCNICA EM ENFERMAGEM

Vinculado/Lotado: 01/04/2003

Elevação de **Nível A 06** para **Nível A 07**

FERNANDES GIL DOS SANTOS

MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS

Vinculado/Lotado: 08/04/2015

Elevação de **Nível B 02** para **Nível B 03**

GESLEY ALVARES FERREIRA

ENGENHEIRO CIVIL

Vinculado/Lotado: 14/04/2015

Elevação de **Nível B 02** para **Nível B 03**

LEONARDO ROCHA LOPES DA SILVA

AUXILIAR DE LABORATÓRIO

Vinculado/Lotado: 17/04/2015

Elevação de **Nível B 02** para **Nível B 03**

ROSELANE RODRIGUES ROCA

TÉCNICA EM ENFERMAGEM

Vinculado/Lotado: 22/04/2015

Elevação de **Nível B 02** para **Nível B 03**

SOLAINE BENTO VITTORAZZI DA SILVA

TÉCNICA EM ENFERMAGEM

Vinculado/Lotado: 03/04/2006

Elevação de **Nível B 05** para **Nível B 06**

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte um.

PUBLIQUE-SE, RIGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE.

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 132/2021 DE 20 DE ABRIL DE 2021

PORTARIA Nº 132/2021 DE 20 DE ABRIL DE 2021

"Concede Licença-Prêmio ao Servidor Público Municipal, segundo o que menciona na forma que especifica e dá providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos, VI e IX, combinado com o art. 90, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município e, Art. 2° da Lei Complementar n° 30 de 03 de junho de 2008.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença-prêmio ao Servidor Público Municipal, segundo o que menciona, na forma que especifica:

CLEIBER TOMAZ DE SENE, *PROFESSOR DE LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA,*Nível "6", Classe "B", lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo período de 90 (noventa) dias de 01/05/2021 a 29/07/2021, conforme período aquisitivo de 24/04/2016 a 24/04/2021.

Art. 2º - Caberá ao órgão/unidade competente do Poder Executivo, as providências requeridas, inclusive o controle do período da licença concedida.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da rúbrica 31.90.11.00 – Vencimentos e vantagens fixas do órgão/unidade aos quais os servidores estão subordinados, constante na Lei Orçamentária Anual do corrente exercício, suplementada, se necessário, na forma da Lei.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia primeiro de maio de 2021. Revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos vinte dias do mês de abril de 2021.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 131/2021, DE 20 DE ABRIL DE 2021

PORTARIA Nº 131/2021, DE 20 DE ABRIL DE 2021

Concede FÉRIAS aos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, letra "d" da Lei Orgânica do Município e, Art. 67, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder férias correspondentes ao período aquisitivo e de gozo, aos Servidores Públicos Municipais, que especifica segundo o que menciona:

Servidor: ADIR DE SOUZA LEITE

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 01/04/2020 À 31/03/2021

Período de gozo: 01/05/2021 À 30/05/2021

Dias: 30 (trinta)

Servidora: ALDAIR DIAS MARTINS

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 02/01/2019 À 01/01/2020

Período de gozo: 01/05/2021 À 30/05/2021

Dias: 30 (trinta)

Servidora: ANA KARLA AMARAL COSTA

Órgão/Unidade: SEMPAS

Período aquisitivo: 01/03/2019 À 01/03/2020

Período de gozo: 07/05/2021 À 05/06/2021

Dias: 30 (trinta)

Servidor: CARLOS SILVA CRUZ

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 03/07/2014 À 03/07/2015

Período de gozo: 03/05/2021 À 01/06/2021

Dias: 30 (trinta)

Servidor: CICERO JOSE DOS SANTOS

Órgão/Unidade: SMAP

Período aquisitivo: 05/02/2020 À 04/02/2021

Período de gozo: 01/05/2021 À 30/05/2021

Dias: 30 (trinta)

Servidor: DENIS HERBERT TARGA ANDRADE

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 02/02/2015 À 02/02/2016

Período de gozo: 01/05/2021 À 30/05/2021

Dias: 30 (trinta)

Servidor: DEVANIL DIAS FRANCISCO

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 02/01/2019 À 01/01/2020

Período de gozo: 01/05/2021 À 30/05/2021

Dias: 30 (trinta)

Servidora: DIRCE DE OLIVEIRA ARAUJO MARTINS

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 02/01/2019 À 01/01/2020

Período de gozo: 01/05/2021 À 30/05/2021

Dias: 30 (trinta)

Servidor: EUCLIDES ARAGÃO PRINCKA

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 18/12/2018 À 18/12/2019

Período de gozo: 03/05/2021 À 01/06/2021

Dias: 30 (trinta)

Servidor: FRANCISCO FERREIRA DA SILVA

Órgão/Unidade: SMIE

Período aquisitivo: 17/01/2018 À 17/01/2019

Período de gozo: 01/05/2021 À 30/05/2021

Dias: 30 (trinta)

Servidor: JOÃO MARCOS DE ALMEIDA

Órgão/Unidade: SMIE

Período aquisitivo: 07/11/2019 À 06/11/2020

Período de gozo: 01/05/2021 À 30/05/2021

Dias: 30 (trinta)

Servidora: JOSEFA MATIAS PORANGABA

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 14/01/2019 À 14/01/2020

Período de gozo: 01/05/2021 À 30/05/2021

Dias: 30 (trinta)

Servidor: JORGE PAULO DE JESUS SANTANA

Órgão/Unidade: SMIE

Período aquisitivo: 03/07/2019 À 03/07/2020

Período de gozo: 01/05/2021 À 30/05/2021

Dias: 30 (trinta)

Servidora: LUZIA XAVIER PINHEIRO

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 17/03/2019 À 17/03/2020

Período de gozo: 01/05/2021 À 30/05/2021

Dias: 30 (trinta)

Servidora: MARCIA VICENSSOTTI

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 02/01/2019 À 01/01/2020

Período de gozo: 01/05/2021 À 30/05/2021

Dias: 30 (trinta)

Servidora: NEUZA ADRIANA ROSSIN

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 09/08/2018 À 08/08/2019

Período de gozo: 01/05/2021 À 30/05/2021

Dias: 30 (trinta)

Servidor: PAULO VITOR DA SILVA ALMEIDA

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 03/11/2019 À 02/11/2020

Período de gozo: 03/05/2021 À 01/06/2021

Dias: 30 (trinta)

Servidora: ROSILENE ANASTACIO DA SILVA

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 02/01/2020 À 01/01/2021

Período de gozo: 01/05/2021 À 30/05/2021

Dias: 30 (trinta)

Art. 2º - Caberão aos órgãos/unidades administrativas competentes do Poder Executivo, as providências requeridas, inclusive para o pagamento e registro nos mecanismos e controle.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir do dia primeiro de maio de 2021. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do poder Executivo, em Lambari D'Oeste – MT, aos vinte dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 134/2021, DE 22 DE ABRIL DE 2021

PORTARIA Nº 134/2021, DE 22 DE ABRIL DE 2021

"Concede Licença-Saúde ao Servidora Pública Municipal e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições le-

gais e de acordo com a Lei Orgânica do Município e Art. 72, inciso I, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, segundo o que menciona, na forma que específica:

SIMONE GARCIA MOREIRA, PROFESSORA MAGISTÉRIO C/PROG PEDAGOGIA/NÍVEL SUPERIOR, Nível 10, Classe "C", lotada na Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO E CULTURA, no período de 180 (CENTO E OITENTA) dias, do dia 03/03/2021 a 30/08/2021, conforme consta em atestado Médico;

Art. 2º - Caberá ao órgão/unidade competente do Poder Executivo as providências requeridas, inclusive o controle do período da licença concedida.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia três de março de 2021, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos vinte e dois dias do mês de abril de dois mil e vinte um.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 135/2021, DE 22 DE ABRIL DE 2021

PORTARIA Nº 135/2021, DE 22 DE ABRIL DE 2021

"EXONERA por motivo de Falecimento o Servidor Efetivo abaixo especificado".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art.1º - Fica Exonerado por Falecimento, o Servidor JOSÉ DONIZETI MONTEIRO, portador do RG nº 1890241 SSP/PR e CPF nº 369.974. 479-53, do cargo efetivo de GUARDA MUNICIPAL, junto a Secretaria Municipal de Saúde. Conforme Atestado de Óbito nº 064568015520214000041150001553 59.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos vinte e dois dias do mês de abril de 2021.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

DECRETO Nº 020/2021"DECRETA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

DECRETO Nº 020/2021 DE 26 DE ABRIL DE 2021

"DECRETA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

PARASSU DE SOUZA FREITAS, Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

- **CONSIDERANDO** o falecimento do Sr. **LORENÇO PEREIRA SALES**, ocorrido neste dia 25 de abril de 2021;

- **CONSIDERANDO** que o Sr. **LORENÇO PEREIRA SALES** era pessoa de família tradicional, popular e muito benquista da comunidade,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica decretado luto oficial no Município de Luciara, em homenagem ao Senhor **LORENÇO PEREIRA SALES**.

Art. 2º - Em razão do disposto no artigo 1º, não deverão funcionar, na data de 26 e 27 de abril de 2021, os órgãos da Administração Pública Municipal.

Art. 3º - Ficam mantidos os serviços essenciais, tais como: atendimento à saúde, coleta de lixo urbano e distribuição de água potável.

Parágrafo Único – Os Secretários Municipais deverão definir a programação dos trabalhos de cada Secretaria, independente do definido no caput deste artigo, para que não ocorra descontinuidade dos trabalhos do dia a dia, nem prejuízo do funcionamento normal dos órgãos da Prefeitura Municipal de Luciara.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Luciara- MT, 26 de abril de 2021.

PARASSU DE SOUZA FREITAS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO Nº 005/2021

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO, o MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua dos Três Poderes, nº 777, Marcelândia - MT, inscrito junto ao CNPJ sob o nº 03.238.987/0001-75, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal CELSO LUIZ PADOVANI, brasileiro, residente e domiciliado na Avenida Colonizador Jose Bianchini n° 10, portador do RG nº 3.230.271-8 SESP/PR, CPF nº 546.553.409.59 denominado a seguir simplesmente de CONTRATANTE, e CARLIANE DA SILVA PENHA, brasileira, maior, portadora do RG nº 2747099-7 SESP/MT e CPF nº 061926791-77, residente e domiciliada na Rua Rosa de Paula, nº 1229, Vila Esperança, neste Município de Marcelândia, Mato Grosso, doravante denominada de CONTRATADA, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do Decreto nº 052/2021 de 09 de março de 2021 e pelo Decreto nº 054/2021 de 15 de março de 2021 e demais disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente contrato temporário é celebrado conforme autoriza a legislação municipal, tendo como finalidade a prestação de serviços na função de Zeladora, a ser desempenhado junto à Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O presente contrato visa suprir a necessidade temporária de excepcional interesse público, e não concede qualquer direito ao contratado, se não os decorrentes deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – A título de contraprestação pelo serviço será efetuado o pagamento mensal no valor de R$ 1.100,00 (Um mil e cem reais), correspondente a 40 (quarenta) horas semanais, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

PARÁGRAFO ÚNICO - O pagamento do valor mencionado no caput desta Cláusula será efetuado junto com demais Servidores Público do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - A CONTRATADA prestará o serviço ajustado com os limites e obrigações impostos aos servidores efetivos por força do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais do Município de Marcelândia MT, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função.

PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte da CONTRATADA, estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUARTA - Este contrato tem como suporte a legislação municipal, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, Estatuto dos Servidores no que forem aplicáveis.

PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reserva-se o CONTRATANTE o direito de descontar da CONTRATADA as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ela, o que fica desde já autorizado.

CLÁUSULA QUINTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta, da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO

DESPESAS CORRENTES

PESSOAL CIVIL

VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS

CLÁUSULA SEXTA - A vigência do presente contrato é de 06 de abril de 2021 até 05 de setembro de 2021, podendo ser rescindido a qualquer momento, bem como prorrogado caso houver necessidade, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento.

CLÁUSULA SÉTIMA – O presente contrato fica sujeito ao Regime de Previdência Oficial – INSS com os recolhimentos de praxe.

CLÁUSULA OITAVA - As partes elegem o Fórum da Comarca de Marcelândia - MT, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, sendo subscrito por duas testemunhas.

Marcelândia MT, 06 de abril de 2021.

Contratante: Celso Luiz Padovani

Prefeito Municipal

Contratado: Carliane da Silva Penha

Testemunhas:

Tatiane Bulgarelli Grelak CPF: 014.658.421.01

Denise Aparecida Siebert Molina CPF: 910.904.661.53

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO Nº 006/2021

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO, o MUNICÍPIO DE MARCELÃNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua dos Três Poderes, nº 777, Marcelândia - MT, inscrito junto ao CNPJ sob o nº 03.238.987/0001-75, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal CELSO LUIZ PADOVANI, brasileiro, residente e domiciliado na Avenida Colonizador Jose Bianchini n° 10, portador do RG nº 3.230.271-8 SESP/PR, CPF nº 546.553.409.59 denominado a seguir simplesmente de CONTRATANTE, e GILSON GLEI GONÇALVES OLIVEIRA, brasileiro, maior, portador do RG nº 2312059-2 SSP/MT e CPF nº 042.429.241-60, residente e domiciliada na Rua Novo Horizonte n° 1050, Vila Izabel, neste Município de Marcelândia, Mato Grosso, doravante denominado de CONTRATADO, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do Decreto nº 052/2021 de 09 de março de 2021 e pelo Decreto nº 054/2021 de 15 de março de 2021 e demais disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente contrato temporário é celebrado conforme autoriza a legislação municipal, tendo como finalidade a prestação de serviços na função de Fisioterapeuta, a ser desempenhado junto à Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O presente contrato visa suprir a necessidade temporária de excepcional interesse público, e não concede qualquer direito ao contratado, se não os decorrentes deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – A título de contraprestação pelo serviço será efetuado o pagamento mensal no valor de R$ 2.936,24 (Dois mil novecentos e trinta e seis reais e vinte e quatro centavos), correspondente a 40 (quarenta) horas semanais, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

PARÁGRAFO ÚNICO - O pagamento do valor mencionado no caput desta Cláusula será efetuado junto com demais Servidores Público do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - O CONTRATADO prestará o serviço ajustado com os limites e obrigações impostos aos servidores efetivos por força do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais do Município de Marcelândia MT, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função.

PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte do CONTRATADO, estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUARTA - Este contrato tem como suporte a legislação municipal, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, Estatuto dos Servidores no que forem aplicáveis.

PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reserva-se o CONTRATANTE o direito de descontar do CONTRATADO as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ela, o que fica desde já autorizado.

CLÁUSULA QUINTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta, da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO

DESPESAS CORRENTES

PESSOAL CIVIL

VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS

CLÁUSULA SEXTA - A vigência do presente contrato é de 01 de abril de 2021 até 05 de setembro de 2021, podendo ser rescindido a qualquer momento, bem como prorrogado caso houver necessidade, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento.

CLÁUSULA SÉTIMA – O presente contrato fica sujeito ao Regime de Previdência Oficial – INSS com os recolhimentos de praxe.

CLÁUSULA OITAVA - As partes elegem o Fórum da Comarca de Marcelândia - MT, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, sendo subscrito por duas testemunhas.

Marcelândia MT, 19 de abril de 2021.

Contratante: Celso Luiz Padovani

Prefeito Municipal

Contratado: Gilson Glei Gonçalves Oliveira

Testemunhas:

Tatiane Bulgarelli Grelak CPF: 014.658.421.01

Denise Aparecida Siebert Molina CPF: 910.904.661.53

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO Nº 007/2021

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO, o MUNICÍPIO DE MARCELÃNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua dos Três Poderes, nº 777, Marcelândia - MT, inscrito junto ao CNPJ sob o nº 03.238.987/0001-75, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal CELSO LUIZ PADOVANI, brasileiro, residente e domiciliado na Avenida Colonizador Jose Bianchini n° 10, portador do RG nº 3.230.271-8 SESP/PR, CPF nº 546.553.409.59 denominado a seguir simplesmente de CONTRATANTE, e DENIZE TIEPO, brasileira, maior, portadora do RG nº 3450388-9 SSP/MT e CPF nº 011.005. 451-23, residente e domiciliada na Rua Jose Anselmo de Souza, Centro, neste Município de Marcelândia, Mato Grosso, doravante denominada de CONTRATADA, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do Decreto nº 052/2021 de 09 de março de 2021 e pelo Decreto nº 054/2021 de 15 de março de 2021 e demais disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente contrato temporário é celebrado conforme autoriza a legislação municipal, tendo como finalidade a prestação de serviços na função de Técnica em Enfermagem, a ser desempenhado junto à Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O presente contrato visa suprir a necessidade temporária de excepcional interesse público, e não concede qualquer direito ao contratado, se não os decorrentes deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – A título de contraprestação pelo serviço será efetuado o pagamento mensal no valor de R$ 1.284,60 (Um mil duzentos e oitenta e quatro reais e sessenta centavos), correspondente a 40 (quarenta) horas semanais, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

PARÁGRAFO ÚNICO - O pagamento do valor mencionado no caput desta Cláusula será efetuado junto com demais Servidores Público do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - A CONTRATADA prestará o serviço ajustado com os limites e obrigações impostos aos servidores efetivos por força do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais do Município de Marcelândia MT, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função.

PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte da CONTRATADA, estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUARTA - Este contrato tem como suporte a legislação municipal, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, Estatuto dos Servidores no que forem aplicáveis.

PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reserva-se o CONTRATANTE o direito de descontar da CONTRATADA as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ela, o que fica desde já autorizado.

CLÁUSULA QUINTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta, da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO

DESPESAS CORRENTES

PESSOAL CIVIL

VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS

CLÁUSULA SEXTA - A vigência do presente contrato é de 19 de abril de 2021 até 05 de setembro de 2021, podendo ser rescindido a qualquer momento, bem como prorrogado caso houver necessidade, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento.

CLÁUSULA SÉTIMA – O presente contrato fica sujeito ao Regime de Previdência Oficial – INSS com os recolhimentos de praxe.

CLÁUSULA OITAVA - As partes elegem o Fórum da Comarca de Marcelândia - MT, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, sendo subscrito por duas testemunhas.

Marcelândia MT, 19 de abril de 2021.

Contratante: Celso Luiz Padovani

Prefeito Municipal

Contratado: Denize Tiepo

Testemunhas:

Tatiane Bulgarelli Grelak CPF: 014.658.421.01

Denise Aparecida Siebert Molina CPF: 910.904.661.53

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2021 - SRP

A Prefeitura Municipal de Marcelândia/MT, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Eletrônico nº 002/2021, cujo objeto é o **Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais/insumos laboratoriais e odontológicos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Marcelândia - MT.** Sagraram-se vencedoras as empresas: **PRO – REMEDIOS DIST. DE PRODUTOS FARM. E COSM. EIRELI,** inscrita no **CNPJ nº 05.159.591/0001-68,** vencedora de 10 itens, com o valor total de **R$ 8.738,01; FEMAP COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI,** inscrita no **CNPJ nº 22.803.038/0001-35,** vencedora de 30 itens, com o valor total de **R$ 28.578,59; INGALAB EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIOS LTDA,** inscrita no **CNPJ nº 13.415. 600/0001-62,** vencedora de 16 itens, com o valor total de **R$ 51.602,20; PROCELA PARTICIPAÇÕES EIRELI,** inscrita no **CNPJ n**º 09.686.716/ 0001-69, vencedora de 04 itens, com o valor total de **R$ 18.245,00; NORTELAB PRODUTOS LABORATORIAIS EIRELI,** inscrita no **CNPJ nº 28. 729.142/0001-03,** vencedora de 06 itens, com o valor total de **R$ 7.137,50; W.N. DIAGNÓSTICA EIRELI,** inscrita no **CNPJ nº 09.100.467/0001-88, vencedora de 03 itens, com o valor total de R$ 9.238,40; A.C.L. ASSISTENCIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA,** inscrita no **CNPJ nº 22.627.453/0001-85,** vencedora de 05 itens, com o valor total de **R$ 2.150,95; DENTAL UNIVERSO EIRELI,** inscrita no **CNPJ nº 26.395.502/0001-52, vencedora de 26 itens, com o valor total de R$ 14.107,57; HIPERDENTAL COMERCIO E REP. DE PRODUTOS ODONTO E MED. HOSP. LTDA,** inscrita no **CNPJ nº 13.994.852/0001-93,** vencedora de 05 itens, com o valor total de **R$ 2.606,08; AMP HOSPITALAR EIRELI,** inscrita no **CNPJ nº 16.698.619/0001-51,** vencedora de 27 itens, com o valor total de **R$ 15.362,64**; **DENTAL OESTE EIRELI,** inscrita no **CNPJ nº 05.412.147/0001-02,** vencedora de 04 itens com o valor total de **R$ 6.924,30; SALVI E LOPES E CIA LTDA,** inscrita no **CNPJ nº 82.478. 140/0001-34, vencedora de 06 itens, com o valor total de R$ 8.136,77; D-X INDUSTRIA, COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA,** inscrita no **CNPJ nº 02.228.938/0001-99,** vencedora de 02 itens, com o valor total de **R$ 4.313,00; FRACASSADO: ITEM 04; VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 177.141,01.**

Marcelândia/MT, 26 de abril de 2021

Raphaella Espíndola Benício

Pregoeira Oficial

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO Nº 008/2021

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO, o MUNICÍPIO DE MARCELÃNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua dos Três Poderes, nº 777, Marcelândia - MT, inscrito junto ao CNPJ sob o nº 03.238.987/0001-75, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal CELSO LUIZ PADOVANI, brasileiro, residente e domiciliado na Avenida Colonizador Jose Bianchini n° 10, portador do RG nº 3.230.271-8 SESP/PR, CPF nº 546.553.409.59 denominado a seguir simplesmente de CONTRATANTE, e MARGARETE ANTUNES DA SILVA, brasileira, maior, portadora do RG nº 3454763-0 SSP/MT e CPF nº 010.312.050-55, residente e domiciliada na Rua Mauro Matos Rocha, nº 1376, Vila Esperança, neste Município de Marcelândia, Mato Grosso, doravante denominada de CONTRATADA, celebram o presente Contrato individual de Trabalho por Tempo Determinado, a título precário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do Decreto nº 052/2021 de 09 de março de 2021 e pelo Decreto nº 054/2021 de 15 de março de 2021 e demais disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente contrato temporário é celebrado conforme autoriza a legislação municipal, tendo como finalidade a prestação de serviços na função de Zeladora, a ser desempenhado junto à Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O presente contrato visa suprir a necessidade temporária de excepcional interesse público, e não concede qualquer direito ao contratado, se não os decorrentes deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – A título de contraprestação pelo serviço será efetuado o pagamento mensal no valor de R$ 1.100,00 (Um mil e cem reais), correspondente a 40 (quarenta) horas semanais, podendo ocorrer variação durante a vigência do mesmo, variação esta que ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

PARÁGRAFO ÚNICO - O pagamento do valor mencionado no caput desta Cláusula será efetuado junto com demais Servidores Público do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - A CONTRATADA prestará o serviço ajustado com os limites e obrigações impostos aos servidores efetivos por força do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais do Município de Marcelândia MT, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função.

PARÁGRAFO ÚNICO - Se houver faltas não justificadas por parte da CONTRATADA, estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUARTA - Este contrato tem como suporte a legislação municipal, que regulamenta a contratação temporária por excepcional interesse público, Estatuto dos Servidores no que forem aplicáveis.

PARÁGRAFO ÚNICO - Além dos descontos previstos em Lei, reserva-se o CONTRATANTE o direito de descontar da CONTRATADA as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ela, o que fica desde já autorizado.

CLÁUSULA QUINTA - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta, da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO

DESPESAS CORRENTES

PESSOAL CIVIL

VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS

CLÁUSULA SEXTA - A vigência do presente contrato é de 22 de abril de 2021 até 05 de setembro de 2021, podendo ser rescindido a qualquer momento, bem como prorrogado caso houver necessidade, sendo que as obrigações e direitos pactuados no mesmo se extinguirão de pleno direito, quando da data de seu vencimento.

CLÁUSULA SÉTIMA – O presente contrato fica sujeito ao Regime de Previdência Oficial – INSS com os recolhimentos de praxe.

CLÁUSULA OITAVA - As partes elegem o Fórum da Comarca de Marcelândia - MT, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, sendo subscrito por duas testemunhas.

Marcelândia MT, 22 de abril de 2021.

Contratante: Celso Luiz Padovani

Prefeito Municipal

Contratado: Margarete Antunes da Silva

Testemunhas:

Tatiane Bulgarelli Grelak CPF: 014.658.421.01

Denise Aparecida Siebert Molina CPF: 910.904.661.53

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 004/2021. DATA: 31 DE MARÇO DE 2021

A DIRETORA DO PREVI-MUNI - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE MATUPÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI;

RESOLVE:

Art. 1° - Criar a Comissão de Licitação do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Matupá.

Art. 2° - Ficam designados os seguintes servidores municipais abaixo relacionados para compor a presente comissão:

Presidente: MARIA REJANE LEITÃO DE ASSUNÇÃO

Secretária: MARCIA DA SILVA ANDRELEVICIUS KURANISHI

Membro: RUBENS ALBERTO PINTO VILALBA

Art. 3º - A Comissão ora nomeada desempenhará função Julgadora de Licitação Permanente do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Matupá.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

_____

CLADI CARON

DEC. 3436/2021

Diretora Executivo

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N º063/2021

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato“**DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACORDO COM A REVISÃO DOS 60.000 KMS RODADOS COM A FINALIDADE DE MANTER A GARANTIA DE FÁBRICA DO VEÍCULO S-10 QCO 8426 EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO**”,de acordo com o termo de referência e

demonstrativo do orçamento que são partes integrantes da respectiva **Dispensa de Licitação 025/2021.**

CONTRATADA: BRESSAN, LAMONATTO & CIA LTDA

Valor/Global: O valor total estimado para esta contratação é de **R$ 1.091,47** (um mil, noventa e um reais e quarenta e sete centavos).

Assinatura: 22/04/2021

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO Nº 065/2021

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato**"DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE NITROGÊNIO LIQUIDO EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE MATUPÁ/MT PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DA COVID-19"** de acordo com a clausulam 06 deste Contrato e projeto em anexo que são partes integrantes da Dispensa de Licitação nª 0027/2021.

CONTRATADA: NITROVALLE DISTRIBUIDORA DE NITROGENIO LIQUIDO EIRELI

Valor/Global: **O valor total estimado para esta contratação é de R$ 8.900,00 (Oito mil e novecentos reais).**

Assinatura: 23/04/2021

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 3564 DE 26 DE ABRIL DE 2021

"CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ".

FERNANDO ZAFONATO, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO a homologação do Processo Seletivo Simplificado 001/2021, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso no dia 19/02/2021;

CONSIDERANDO a necessidade do provimento de Cargos públicos temporários;

DECRETA

Art. 1º. Ficam convocados os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2021, para o Cargo constante na relação do Anexo II, do presente Decreto, para se apresentarem na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal, situado a Avenida Deputado Sebastião Alves Júnior, nº 106, Bairro Setor Industrial, Matupá – MT, fone: (66) 3595-2560, no prazo de 05 (cinco) dias, a partir da data da publicação, no horário das 07:00 às 11:00 horas, pessoalmente ou por procurador munido de instrumento de procuração.

Art. 2º. Os candidatos deverão se apresentar com fotocópias da documentação devidamente autenticadas via cartório ou fotocópias com originais, os quais constam no Anexo I deste Decreto.

Art. 3º. Se o candidato convocado não se apresentar para a entrega da documentação ou apresentar a documentação de forma incompleta, no prazo estabelecido por este Decreto, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se; Publique-se.

FERNANDO ZAFONATO

- Prefeito Municipal de Matupá –

ANEXO I

1- Cópia da Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

2- Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

3- Cópia do Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF)

4- Cópia Título de Eleitor;

5- Cópia carteira de trabalho **(constando número e data de emissão)**;

6- Cópia Cartão **PIS/PASEP**;

7- Cópia da Certidão de Casamento **ou** Nascimento;

8- Cópia da Certidão de Nascimento e **CPF** dos filhos (as) **dependentes**;

9- Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos (as) **menores de 05** anos **(constando a parte da frente e as vacinações)***;*

10- Comprovante de frequência Escolar dos filhos (as)*;*

11- Endereço de e-mail **obrigatório**

12- 01 (uma) foto 3x4, colorida e recente;

13- Certidão de Regularidade Eleitoral; **www.tse.jus.br;**

14- Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado), site do Poder Judiciário- **www.tjmt.jus.br de 1º** e **2º** grau ou no **Fórum;**

15- Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse (**tirar na prefeitura**);

16- Atestado de Saúde Física e Mental **(por conta do contratado);**

17- Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se **comprovante de quitação de anuidade, certidão de regularidade Administrativa e Financeira (Conselho) e carteirinha autenticadas (Só para casos de carteirinhas do profissional)**;

18- Cópia da Certidão de **Reservista** (quando do **sexo masculino**);

19- Cópia **Autenticada** do Comprovante de Escolaridade (**Histórico escolar** e **Diploma)**, para concursados e seletivo conforme exigência do cargo ao qual concorre devidamente registrado pelo MEC;

20- Cópia do comprovante de **endereço residencial atualizado ou** caso em outro nomeacompanhado de declaração assinada.

21- Declaração negativa de não acúmulo de cargo **público ou privado**;

22- Declaração de Bens;

23- Cópia do CPF e RG do Cônjuge*;*

24- Cópia da conta bancária (Banco do Brasil)*;*

25- Cópia ou Número de Inscrição do CPF de Pai e Mãe*;*

26- Número para contato*;*

27- Cópia da carteira de Motorista autenticada (**no caso de motoristas**);

28- Cópia do Curso de condutores de veículo **Transporte Escolar** assinado pelo Órgão Competente (**no caso de motoristas**).

ANEXO II

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL ZONA URBANA

NOME	RG	NOTA	TÍTULOS	TOTAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO
SAMARA CONCEIÇÃO PEREIRA	24540277	18	-	18	25º	Classificado
ELIANE DA SILVA PECANHA	17602068	18	-	18	26º	Classificado

FERNANDO ZAFONATO

- Prefeito Municipal de Matupá –

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº. 005/2021. DATA: 31 DE MARÇO DE 2021

SUMULA: "DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS".

O DIRETOR DO PREVI-MUNI - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE MATUPÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI;

CONSIDERANDO O DEVER DE ZELAR PELA QUALIDADE DAS COMPRAS E SERVIÇOS;

TENDO EM VISTA O CUMPRIMENTO DO ARTIGO 67 DA LEI FEDERAL Nº.8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993;

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear o servidor Sr. ANTONIO PEREIRA FIGUEIREDO NETTO, portador do CPF nº. 029.938.981-24, como responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos de aquisição e prestação de serviços celebrados com o Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Matupá.

Art.2° - O servidor deverá acompanhar o desenvolvimento da execução dos contratos e emitirá relatório quadrimestralmente ou excepcionalmente, quando julgar necessário, contendo anotações das ocorrências relevantes e documentando eventuais faltas ou defeitos observados.

Parágrafo único – O relatório deverá ser enviado ao diretor executivo do PREVI-MUNI para apreciação e providências quando julgadas necessárias.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

_____

CLADI CARON

DEC. 3436/2021

Diretora Executiva

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 069/2021

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato**"DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE BACKUP AUTOMÁTICO EM NUVEM, COM LICENÇAS DE USO ILIMITADAS INCLUSAS E ESPEÇO DE ARMAZENAMENTO DE 1 TB EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO"** de acordo com o Termo de Referência que é parte integrante da Dispensa de Licitação **nº 029/2021.**

CONTRATADA: NIMBUS SOFTWARE LTDA

Valor/Global: **O valor total estimado para esta contratação é de R$ 6. 500,00 (Seis mil e quinhentos reais).**

Assinatura: 26/04/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 020/2021

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizou na sede da Prefeitura Municipal, o "PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTUROS E EVENTUAIS SERVIÇOS DE PLANTIO DE GRAMA ESMERALDA EM MUDAS EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT", aonde consagrou-se vencedor o Licitante: GUILHERME BENTO DA SILVA - CNPJ: 11.622.159/0001-64 com valor total

de R$ 116.500,00. Matupá – MT, 26 de abril de 2021. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial –

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO Nº 068/2021

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato**"DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO CONTÊINER DE NITROGÊNIO LIQUIDO EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE MATUPÁ/MT PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DA COVID-19"** de acordo com a clausulam 06 deste Contrato e projeto em anexo que são partes integrantes da Dispensa de Licitação nª 0028/2021.

CONTRATADA: PECPLAN ABS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA

Valor/Global: **O valor total estimado para esta contratação é de R$ 4. 136,00 (Quatro mil, cento e trinta e seis reais).**

Assinatura: 26/04/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
RESOLUÇÃO E PARECER Nº 10/2021

SUMULA: Dispõe sobre o Plano de Ação do Cofinanciamento Estadual – FEAS / 2021. O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL do Município de Matupá-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal nº889 de 13 de novembro de 2014, em deliberação citada na Ata Nº05/2021.

Considerando a Lei Orgânica da Assistência social Nº 8742/93, que Dispõe sobre a Organização da Assistência Social e dá outras providencias;

Considerando a organização da política com a participação popular e deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social;

Considerando o Decreto Nº721, de 23 de Novembro de 2020. (Dispõe sobre o Cofinanciamento Estadual do Sistema Único de Assistência Social, o Sistema de transferência de Recursos Financeiros aos Fundos Municipais de Assistência Social e dá outras providências.

RESOLVEM:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Ação para o Cofinanciamento Estadual – FEAS 2021, para serem utilizados conforme detalhado no Plano de Ação apresentado ao CMAS:

3 – Previsão de Execução Física:

3.3 Benefícios Eventuais (previsão da quantidade de benefícios a serem concedidos).	**380**
3.3.1 Auxílio Natalidade	15
3.3.2 Auxílio Funeral	15
3.3.3 Auxilio por Situação de Vulnerabilidade Temporária	350
3.3.4 Auxílio por Situação de Calamidade Pública	0

4 – Previsão de Financiamento:

4.2 Previsão de Execução Financeira com o FEAS MT em 2021	**R$68. 946,80**
4.2.3 – Previsão de execução financeira com Gestão do SUAS no ano de 2021	**R$15. 000,00**
4.2.3.1 Despesas com material de Consumo	R$5. 000,00
4.2.3.2 Despesas com Contratação de Serviços (Pessoa Física/Jurídica	0,00
4.2.3.3 Despesas de Investimentos (Equipamentos e Materiais Permanentes)	R$10. 000,00

4.2.4 – Previsão de execução financeira com a Concessão de Benefícios Eventuais no ano de 2021	**R$53. 946,80**
4.2.4.1 Despesas com Auxilio Natalidade	R$3. 000,00
4.2.4.2 Auxilio Funeral	R$30. 000,00
4.2.4.3 Auxilio por Situação de Vulnerabilidade Temporária	R$20. 946,80
4.2.4.4 Auxilio por Situação de Calamidade Pública	0,00

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Matupá/MT, 23 de Abril de 2021.

MARIA SILVANA DOMINGOS

PRESIDENTE CMAS

GESTÃO – 2019 A 2021

PARECER CMAS Nº 10/2020.

O Conselho Municipal de Assistência Social, após analisar o Plano de Ação FEAS MT 2021, encaminhado pela gestão municipal através do Ofício Nº57/SMAS/2021, resolvem aprovar em deliberação por meio de recursos virtuais em grupo de whastapp CMAS-Matupá, citado em Ata nº05/2021, o **Plano de Ação para o Cofinanciamento Estadual-FEAS exercício 2021.**

Matupá-MT, 23 de Abril de 2021.

MARIA SILVANA DOMINGOS

PRESIDENTE CMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
EXTRATO DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO Nº 067/2021

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato**"CREDENCIAMENTO PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE JAZIDA 1º CATEGORIA (PIÇARRA DE JAZIDA, AO NATURAL) PARA BASE, SUB-BASE E CASCALHAMENTO DE VIAS EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES DO MUNICIPIO DE MATUPÁ",** conforme descrição que constam no Termo de Referência que é parte integrante do Edital 043/2021 do respectivo Credenciamento nº 02/2021**.**

CONTRATADA: FERNANDO PEDRO BATISTA

Valor/Global: **O valor total estimado para esta contratação é de R$ 66. 000,00 (Sessenta e seis mil reais)**.

Assinatura: 23/04/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
EXTRATO DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO Nº 066/2021

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato**"CREDENCIAMENTO PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE JAZIDA 1º CATEGORIA (PIÇARRA DE JAZIDA, AO NATURAL) PARA BASE, SUB-BASE E CASCALHAMENTO DE VIAS EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES DO MUNICIPIO DE MATUPÁ",** conforme descrição que constam no Termo de Referência que é parte integrante do Edital 043/2021 do respectivo Credenciamento nº 02/2021**.**

CONTRATADA: EDISON LUIZ DAVI

Valor/Global: **O valor total estimado para esta contratação é de R$ 110.000,00 (Cento e dez mil reais)**.

Assinatura: 23/04/2021

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO Nº 062/2021

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato"**PREGÃO ELETRÔNICO PARA AQUISIÇÃO CONJUNTO LIXEIRA COLETA SELETIVA PADRONIZADA PROINFÂNCIA EM ATENDIMENTO AO TERMO DE COMPROMISSO 201900019/PAR/PRÓ-INFÂNCIA CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/FNDE E O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT",** de acordo com o Termo de Referência que é parte integrante do Edital 032/2021 do respectivo **Pregão Eletrônico nº 016/2021.**

CONTRATADA: SUPER UTIL COMERCIAL LTDA – ME

Valor/Global: **O valor total estimado para esta contratação é de R$ 2. 638,00** (dois mil e seiscentos e trinta e oito reais).

Assinatura: 19/04/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
DECRETO Nº 3564 DE 26 DE ABRIL DE 2021

"CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ".

FERNANDO ZAFONATO, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO a homologação do Processo Seletivo Simplificado 001/2021, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso no dia 19/02/2021;

CONSIDERANDO a necessidade do provimento de Cargos públicos temporários;

DECRETA

Art. 1º. Ficam convocados os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2021, para o Cargo constante na relação do Anexo II, do presente Decreto, para se apresentarem na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal, situado a Avenida Deputado Sebastião Alves Júnior, nº 106, Bairro Setor Industrial, Matupá – MT, fone: (66) 3595-2560, no prazo de 05 (cinco) dias, a partir da data da publicação, no horário das 07:00 às 11:00 horas, pessoalmente ou por procurador munido de instrumento de procuração.

Art. 2º. Os candidatos deverão se apresentar com fotocópias da documentação devidamente autenticadas via cartório ou fotocópias com originais, os quais constam no Anexo I deste Decreto.

Art. 3º. Se o candidato convocado não se apresentar para a entrega da documentação ou apresentar a documentação de forma incompleta, no prazo estabelecido por este Decreto, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se; Publique-se.

FERNANDO ZAFONATO

- Prefeito Municipal de Matupá –

ANEXO I

1- Cópia da Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

2- Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

3- Cópia do Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF)

4- Cópia Título de Eleitor;

5- Cópia carteira de trabalho **(constando número e data de emissão)**;

6- Cópia Cartão **PIS/PASEP**;

7- Cópia da Certidão de Casamento **ou** Nascimento;

8- Cópia da Certidão de Nascimento e **CPF** dos filhos (as) **dependentes**;

9- Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos (as) **menores de 05** anos **(constando a parte da frente e as vacinações)***;*

10- Comprovante de frequência Escolar dos filhos (as)*;*

11-** Endereço de e-mail **obrigatório

12- 01 (uma) foto 3x4, colorida e recente;

13- Certidão de Regularidade Eleitoral; **www.tse.jus.br;**

14- Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado), site do Poder Judiciário- **www.tjmt.jus.br de 1º** e **2º** grau ou no **Fórum;**

15- Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse (**tirar na prefeitura**);

16- Atestado de Saúde Física e Mental **(por conta do contratado);**

17- Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se **comprovante de quitação de anuidade, certidão de regularidade Administrativa e Financeira (Conselho) e carteirinha autenticadas (Só para casos de carteirinhas do profissional)**;

18- Cópia da Certidão de **Reservista** (quando do **sexo masculino**);

19- Cópia **Autenticada** do Comprovante de Escolaridade (**Histórico escolar** e **Diploma)**, para concursados e seletivo conforme exigência do cargo ao qual concorre devidamente registrado pelo MEC;

20- Cópia do comprovante de **endereço residencial atualizado ou** caso em outro nomeacompanhado de declaração assinada.

21- Declaração negativa de não acúmulo de cargo **público ou privado**;

22- Declaração de Bens;

23- Cópia do CPF e RG do Cônjuge*;*

24- Cópia da conta bancária (Banco do Brasil)*;*

25- Cópia ou Número de Inscrição do CPF de Pai e Mãe*;*

26- Número para contato*;*

27- Cópia da carteira de Motorista autenticada (**no caso de motoristas**);

28- Cópia do Curso de condutores de veículo **Transporte Escolar** assinado pelo Órgão Competente (**no caso de motoristas**).

ANEXO II

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL ZONA URBANA

NOME	RG	NOTA	TÍTULOS	TOTAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO
SAMARA CONCEIÇÃO PEREIRA	24540277	18	-	18	25º	Classificado
ELIANE DA SILVA PECANHA	17602068	18	-	18	26º	Classificado

FERNANDO ZAFONATO

- Prefeito Municipal de Matupá –

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
LEI Nº 1.218, DE 19 DE ABRIL DE 2021 - AUTOR DO PROJETO DE LEI: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL. PROJETO DE LEI Nº. 1.079/ 2021

Retifica-se neste ato a LEI Nº 1.218, DE 19 DE ABRIL DE 2021, tornando sem efeito a publicação da data de 22/04/2021.

Segue abaixo texto correto da Lei.

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE PROGRAMA MUNICIPAL PARA AQUISIÇÃO DE COMPUTADOR NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FERNANDO ZAFONATO, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei.

Seção I

Do Objeto

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a criação de programa municipal que objetiva a aquisição de computador portátil novo aos professores da rede de ensino municipal da educação básica do quadro efetivo e os contratados temporariamente, em efetiva regência de classe, ao diretor escolar, coordenador pedagógico, assessor pedagógico, dirigente municipal de educação, como medida de mitigação dos efeitos causados pela da pandemia do SARS-Cov-2 (covid-19).

Seção II

Das Ajudas de Custo

Art. 2º Fica instituída aos servidores da rede municipal de educação indicados no art. 1º desta Lei, a ajuda de custo para a aquisição de computador portátil novo, em apoio às suas respectivas atividades pedagógicas.

Parágrafo único. Os servidores indicados no art. 1° desta Lei deverão estar em efetivo exercício para fazer jus ao recebimento da ajuda de custo que cumpram os seguintes requisitos:

I – Ser Professor da educação básica da rede de ensino municipal do quadro efetivo;

II – Ser Professor da educação básica sob contrato temporário, em efetiva regência de classe, que possua carga horaria mínima de 5 (cinco) horas semanais e contrato com vigência maior que 120 (cento e vinte dias);

III – Ser Diretor escolar e/ou Coordenador pedagógico que estejam em efetivo exercício de função;

IV – Os Assessores Pedagógicos em efetivo exercício da função;

V – Os Professores cedidos a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE);

VI – Professor em readaptação que esteja em efetivo exercício como apoio pedagógico;

VII - Ser Dirigente Municipal de Educação;

Art. 3º A ajuda de custo será de até R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), por servidor, suficiente para a aquisição de computador.

§ 1º A ajuda de custo para a aquisição de computador portátil novo será creditada em parcela única em conta bancária do beneficiário

§ 2º Em caso de comprovação fiscal de computador portátil adquirido com as configurações necessárias por um preço menor a ajuda de custo, o beneficiário poderá complementar o valor com compras de equipamentos periféricos para o mesmo, com a devida comprovação fiscal.

Art. 4º Para fins do repasse de que trata o Art. 3º desta Lei, serão considerados computadores portáteis do tipo notebook ou ultrabook que deverá ter, minimamente, a seguinte configuração:

I – processador compatível com arquitetura x86 e x64 com os seguintes requisitos:

a) Possuir, no mínimo, 4 núcleos físicos;

b) Frequência de clock de, no mínimo 1.0 GHz;

c) Memoria cache mínima de 4MB;

II – memoria RAM com no mínimo de 8GB, DDR4

III – Armazenamento de, no mínimo, 256GB SSD ou 1 TB HDD;

IV – Tela HD de 1366x768 pixels ou superior;

V – Interfaces de comunicação.

a) Wi-fi;

b) No mínimo 2 portas USB, sendo que ao menos 1 seja USB 3.0

c) Webcam integrada

d) Porta HDMI integrada;

e) Possuir 1 entrada e 1 saída de áudio, para microfone e fone de ouvido respectivamente, podendo ser um combo áudio/microfone;

f) Possuir microfone integrado;

g) Possuir alto-falantes integrados;

h) Touchpad;

i) Teclado português-BR;

VI – garantia de, no mínimo, 12 meses;

Art. 5º Os servidores que receberem a ajuda de custo deverão:

I - comprovar a aquisição do equipamento novo, por meio de nota fiscal digital em nome do beneficiário, em até 60 (sessenta) dias contados da data do crédito em sua conta bancária;

a) Na nota fiscal de aquisição do computador deve estar presente a descrição do equipamento constando, no mínimo, marca, modelo, processador, memória RAM, disco rígido, sistema operacional e número de série do equipamento;

II - responsabilizar-se pela qualidade do equipamento adquirido, por sua conservação e uso adequado no período mínimo de 36 (trinta e seis) meses, contados da data de sua aquisição;

III - cumprir os protocolos de utilização a serem fixados pela Secretaria Municipal de Educação;

IV - não ceder a qualquer título, o uso do equipamento por terceiros;

V - observar a proibição de alienar o equipamento, por qualquer razão, no prazo fixado no inciso II deste artigo.

Parágrafo único. A não comprovação da utilização da ajuda de custo, no prazo previsto no inciso I deste artigo, implicará na devolução aos cofres públicos do valor recebido, devidamente corrigido, mediante desconto em folha de pagamento em até 06 (seis) parcelas.

Art. 6º O professor sob contrato temporário, além do dever de observar o disposto no art. 2º desta Lei, utilizará o equipamento em regime de comodato gratuito, devendo restituí-lo, em perfeito estado, à Secretaria Municipal de Educação, como requisito para a quitação das verbas rescisórias.

§ 1º Em caso de rescisão antecipada de contrato de trabalho, o servidor restituirá o equipamento à Secretaria Municipal de Educação no mínimo 30 (trinta) dias antes do pagamento das verbas rescisórias.

§ 2º O equipamento restituído na forma deste artigo será cedido, em regime de comodato gratuito, a outro servidor que cumprir os requisitos previstos nesta Lei.

Art. 7º Não receberão o benefício mencionado no caput do art. 2°:

I - os professores que se encontrem em licença sem ônus;

II - os professores cedidos com ou sem ônus ao órgão de origem, exceto aos cedidos para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais;

III - os professores em licença para qualificação profissional;

IV - os professores em readaptação que não desenvolvem trabalho pedagógico com aluno;

V - os professores que não prestarem contas referentes à adiantamento, diárias ou que teve as contas rejeitadas em virtude de desvio, desfalque e/ou má aplicação de recursos públicos verificada na prestação de conta.

Seção III

Disposições Gerais e Finais

Art. 8º A ajuda de custo prevista no art. 2º desta Lei possui natureza indenizatória, não se incorporando à remuneração para nenhum efeito e não poderá ser utilizado como base de cálculo para quaisquer outras vantagens, inclusive para fins de cálculo dos proventos da aposentadoria e de pensões.

Art. 9º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, ficando autorizada a abertura de créditos adicionais necessários ao seu atendimento.

§ 1º. A ajuda de custo poderá ser suspensa, por meio de decreto municipal, quando;

I. verificada a impossibilidade orçamentária e financeira de sua manutenção;

II. ocorrência de depósitos indevidos, pela Prefeitura Municipal de Matupá, na conta de servidor não beneficiário legal;

III. determinação do Poder Judiciário ou requisição do Ministério Público;

IV. verificação de irregularidades no uso do beneficio

V. configuração de situações que inviabilizem a execução do benefício;

§ 2º. Ocorrerá suspensão ou reversão dos valores dos beneficiários nos casos de exoneração, demissão, encerramento falecimento ou aposentadoria dos beneficiários.

Art. 10º Caberá à Secretaria Municipal de Educação emitir normas complementares necessárias à implementação do disposto nesta Lei.

Art. 11º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos dezenove dias do mês de abril do ano e dois mil e vinte um.

FERNANDO ZAFONATO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 030/2021

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica a todos os interessados que realizou o PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACORDO COM A REVISÃO DOS 06 MESES COM A FINALIDADE DE MANTER A GARANTIA DE FÁBRICA DOS ÔNIBUS V8L ESCOLAR 2020/2021 – RAN3I74, 2020/2021 – RAM6B37, 2020/2021 – RAN3I54 E 2020/2021 – RAM6F57 EM ATENDIMENTO AO TRANSPORTE ESCOLAR, onde contratou-se a Empresa TATIANA SIQUEIRA SANTIAGO EIRELI devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 07. 838.209/0001-78 com um valor total de R$ 8.255,54. O processo tem Fundamento Legal no Art. 24, Inciso XVII da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores. Maiores Informações junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, Fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 26 de abril de 2021. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Presidente da Comissão Permanente de Licitação -

---

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N º064/2021

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato"**DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACORDO COM A REVISÃO DOS 30.000 KMS RODADOS COM A FINALIDADE DE MANTER A GARANTIA DE FÁBRICA DO VEÍCULO S-10 QCC 2909 ADQUIRIDO NO PREGÃO ELETRÔNICO 08/2019 PELA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**",de acordo com o termo de referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes da respectiva **Dispensa de Licitação 026/2021.**

CONTRATADA: BRESSAN, LAMONATTO & CIA LTDA

Valor/Global: O valor total estimado para esta contratação é de **R$ 4. 777,69** (quatro mil, setecentos e setenta e sete reais e sessenta e nove centavos).

Assinatura: 22/04/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 040 DE 23 DE ABRIL DE 2021.

PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 040 DE 23 DE ABRIL DE 2021.

O Sr. **TULIO CEZAR GUIMARÃES** Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D Oeste/MT–SAEMI, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, **CONSIDERANDO** a necessidade de acompanhar e monitorar a execução do **2° TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 001/2020**da unidade Operacional do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D Oeste/MT–SAEMI e fornecedores de bens e/ou serviços;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora **LOURDES PEREIRA DA SILVA FILHA, Admitida no mês e ano 07/2007, como QUÍMICA**,para acompanhar e fiscalizar até a sua completa execução, além do dever de conhecer, cumprir e fazer cumprir,detalhadamente, as obrigações mútuas previstas no instrumento do **2° TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 001/2020** com objetivo de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM, PROCESSAMENTO, BENEFICIAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS, REUTILIZÁVEIS, A SEREM EFETUADOS PELA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES E CATADORAS DE MATÉRIAS RECICLÁVEIS,**contratando a empresa**ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLAVEIS DE MIRASSOL D'OESTE-ASCAMAR.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data do dia 23 de abril de 2021.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE, CUMPRA-SE.

Mirassol D'Oeste/MT, 23 de abril de 2021.

TULIO CEZAR GUIMARÃES

DIRETOR DO SAEMI

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
LEI ORDINÁRIA

LEI Nº 1.665 DE 26 DE ABRIL DE 2021

ALTERA REDAÇÃO DO ARTIGO 1º DA LEI N° 1.043/2011 QUE CRIA O FUNDO DA PROCURADORIA DO MUNICÍPIO.

HECTOR ALVARES BEZERRA, Prefeito do município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições;

FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Mirassol d'Oeste, Estado de Mato Grosso, APROVOU em Sessão Ordinária realizada no dia 29 de março de 2021 e eu SANCIONO a seguinte Lei.

Artigo 1º - Dá nova redação ao Artigo 1º da Lei nº 1043 de 23 de novembro de 2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 1º- Fica criado o Fundo da Procuradoria do Município de Mirassol d'Oeste/MT e regulamentando o pagamento dos honorários de sucumbência aos advogados concursados do Município e ao Assessor Jurídico em exercício de cargo em comissão, lotados na Procuradoria Municipal."

"§ 1º - Nos processos judiciais em que o Município seja parte, os honorários incluídos no despacho inicial, sentença condenatória ou acórdão, convencionados ou arbitrados, por sucumbência, serão depositados neste fundo."

"2° - Nos débitos EXTRAJUDICIAIS com inscrição em dívida ativa incidirão honorários sucumbências no importe de 10% do valor recebido pelo Município, que também serão depositados neste fundo"

Suprimido pela emenda supressiva 001/2021

"3° - Os honorários de sucumbência previstos no §1° e §2° deste artigo pertencerão integralmente aos advogados mencionados no *caput*. e serão divididos em partes iguais entre os advogados e assessor jurídico do município."

"3° - Os honorários de sucumbência previstos no §1° deste artigo pertencerão integralmente aos advogados mencionados no *caput*. e serão divididos em partes iguais entre os advogados e assessor jurídico do município."

Nova redação dada pela Emenda modificativa 001/2021.

"§ 4° - Os honorários de sucumbências serão depositados em conta especial, mantido em instituição financeira, sendo repassado aos advogados mencionados neste artigo até o dia 10 (dez) de cada mês."

"§ 5º O teto salarial para recebimento dos honorários de sucumbência não se limitará ao teto salarial do prefeito, ficando o teto para levantamento dos honorários sucumbenciais limitado ao teto salarial a qual a Procuradoria Geral do Estado e da União estão vinculados, qual seja, ao teto salarial do STF."

"§ 5º O teto salarial para recebimento dos honorários de sucumbência não se limitará ao teto salarial do prefeito, ficando o teto para levantamento dos honorários sucumbenciais limitado ao teto salarial a qual a Procuradoria Geral do Estado e da União estão vinculados, qual seja, o teto de noventa inteiros e vinte e cinco centrsimos por cento do subsídio mensal em especie dos ministros do Supremo Tribunal Federal."

Nova redação dada pela Emenda modificativa 001/2021.

"§ 6º Compreende-se como período aquisitivo dos honorários sucumbênciais, o mês em que for realizado o pagamento pela parte devedora."

"**Artigo 2º - Para o advogado ou assessor jurídico ter direito ao recebimento dos honorários de sucumbência judicial e extrajudicial, deverá cumprir aos seguintes requisitos:**

"**Artigo 2º - Para o advogado ou assessor jurídico ter direito ao recebimento dos honorários de sucumbência judicial, deverá cumprir aos seguintes requisitos:**

Nova redação dada pela Emenda modificativa 001/2021.

a) **Deverá manter assiduidade no trabalho, não se ausentando da Procuradoria Municipal por período superior a 15 (quinze) dias, independente da justificativa apresentada ou atestado, salvo afastamento por férias ou licenças.** b) **Cumprir com zelo os prazos e todos os atos processuais referente aos processos que estejam sob sua responsabilidade, impondo qualidade técnica jurídica nas petições; c) Havendo afastamento de qualquer advogado ou assessor jurídico nos termos do artigo 2°, alínea "a", os honorários serão divididos apenas para os demais membros."**

I) Deverá manter assiduidade no trabalho, não se ausentando da Procuradoria Municipal por período superior a 15 (quinze) dias, independente da justificativa apresentada ou atestado, salvo afastamento por férias ou licenças;

II) Cumprir com zelo os prazos e todos os atos processuais referente aos processos que estejam sob sua responsabilidade, impondo qualidade técnica jurídica nas petições;

III) Havendo afastamento de qualquer advogado ou assessor jurídico nos termos do artigo 2°, inciso "I", os honorários serão divididos apenas para os demais membros."

Parágrafo único – Não sendo concluída a jornada de trabalho integralmente disposta na Lei Complementar Municipal 158/2016, ou no Decreto que regulamentar o horário de expediente dos servidores ou procuradoria, o recebimento dos honorários sucumbenciais já depositado no Fundo da Procuradoria serão pagos proporcionalmente ao período laborado, mediante certificação mensal do assessor jurídico, que irá acompanhado com relatório de freqüência do registro de ponto.

Artigo 3° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Artigo 3° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, ficando aotorizado a reedição da Lei nº 1073/2011.

Nova redação dada pela Emenda modificativa 001/2021.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho" em 26 de abril de 2021.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/MIRASSOL PREVI
PORTARIA N.º 012/2021

PORTARIA N.º 012/2021

"Dispõe sobre a ***RETIFICAÇÃO DA PORTARIA N. 006/2021*** *que versa sobre a* ***concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição****do servidor Sr.* ***José Mário do Amaral e Silva ".***

O Diretor Executivo do MIRASSOL-PREVI - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Mirassol D' Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o disposto no § 9º do art. 4º da Emenda Constitucional n. 103/2019, e diante do preenchimento dos requisitos previstos no art. 3º, incisos I, II, III e Parágrafo único da Emenda Constitucional n.º 47/2005, c/c art., c/c o art. 94, incisos I, II, III, e parágrafo único da Lei n.º 160, de 21 de dezembro de 2016, que Institui o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Mirassol D'Oeste/MT; e Lei Complementar n.º 158 de 21/12/2016 que dispõe sobre o plano de carreiras dos servidores público do Poder Executivo do Município de Mirassol D´Oeste; e Portaria n.º 087 de 02/02/2021, que altera o anexo único da portaria nº 064 de 20 de janeiro do corrente ano que divulga tabela de vencimentos dos servidores públicos do poder executivo municipal**;**

Resolve:

Art. 1º RETIFICAR a Portaria n. 006/2021, publicada no Jornal Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, na data de 02 de março de 2021, Edição 3.677, que concedeu o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição** do servidor **Sr**. **José Mario do Amaral e Silva**, brasileiro, divorciado, portador da cédula de Identidade nº 1016492-8 SJ/MT e CPF sob o nº 008.002.588-94 servidor Efetivo no cargo de **AGENTE DE TRANSPORTES**, Classe "C", Nível "11", lotado na Secretaria de Infraestrutura, matriculado sob nº 247, com carga horária de 40 horas semanais; contando com **36 anos, 10 meses e 06 dias** de tempo de contribuição, **com proventos integrais**, conforme processo administrativo do **MIRASSOL-PREVI**, n.º **2021.04.00006P, a partir de 01 de março de 2021**, até posterior deliberação.

Onde se lê: (...) Efetivo no cargo de AGENTE DE TRANSPORTES, **Classe "C",** Nível "11", lotado na Secretaria de Infraestrutura, matriculado sob nº 247, com carga horária de 40 horas semanais; (...).

Leia-se: (...) Efetivo no cargo de AGENTE DE TRANSPORTES, **Classe "B",** Nível "11", lotado na Secretaria de Infraestrutura, matriculado sob nº 247, com carga horária de 40 horas semanais; (...);

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo os seus efeitos legais a partir de 01 de março de 2021**, revogadas as disposições em contrário.

Mirassol D' Oeste/MT, 26 de abril de 2021.

RODRIGO DONIZETE TERRADAS

Diretor Executivo do MIRASSOL-PREVI

Homologo:

HECTOR ALVARES BEZERRA

PREFEITO MUNICIPAL

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
LEI COMPLEMENTAR

LEI COMPLEMENTAR 207 DE 26 DE ABRIL DE 2021

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO ARTIGO 14, II E ARTIGO 15 DA LEI COMPLEMENTAR N.º 045 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2.005 A QUAL DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D´OESTE-MT - SAEMI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉCTOR ALVARES BEZERRA, Prefeito do Município de Mirassol d'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, APROVOU em Sessão Ordinária realizada no dia de 26 de março 2021 e eu SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o artigo 14, II da Lei Complementar nº. 045 de 2005 que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 14 - Ficam criados os seguintes cargos de provimento em comissão para o funcionamento do SAEMI:

(...)

II. Assessor Jurídico.

Parágrafo único: Cargo de livre nomeação e exoneração, com 01 (uma) vaga, carga horária: 20 horas semanais, remuneração conforme Anexo I da Lei Complementar nº 045/2005, que deverá ser ocupado por advogado, devidamente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil, cujas atribuições são as seguintes:

a) assessorar o Procurador-Geral do Município nos assuntos de natureza técnico-jurídica que afeta aos interesses do SAEMI;

b) efetuar pesquisa de jurisprudência e doutrina, quando solicitado;

c) estudar assuntos de direito, de ordem geral ou específica, de modo a auxiliar o Procurador Geral a solucionar problemas administrativos ou judiciais envolvendo a Autarquia;

d) Realizar levantamentos das principais demandas administrativas e judiciais e apresentá-los ao Procurador-Geral do Município, bem como auxiliar na distribuição das demandas;

e) Preparar minutas de pareceres jurídicos e peças processuais para análise, aprovação e assinatura do Procurador Geral do Município;

f) Realizar outras atribuições afins, determinadas pelo Procurador Geral e pelo Prefeito Municipal, desde que compatíveis com as suas atribuições gerais;

g) Cobrar amigável e auxiliar na cobrança judicial créditos da SAEMI junto dos usuários, encaminhando as não recebidas no exercício para inscrição na dívida ativa do município;

h) Auxiliar na defesa, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, atos e prerrogativas do Diretor Geral da SAEMI e do Chefe do Poder Executivo Municipal, nas ações relacionadas ao SAEMI;

i) Emitir pareceres acerca de leis ou atos administrativos, resguardados os controles que não sejam de natureza jurídica, incumbidos a outros órgãos;

j) Responder a consultas formuladas pelos demais Poderes ou Entes da Federação, em ambos os casos por determinação do Diretor Geral da SAEMI, quando este tenha recebido solicitação neste sentido das autoridades competentes destes Poderes ou Entes;

k) Auxiliar na elaboração de minutas de informações a serem prestadas ao Poder Judiciário, inclusive em mandados de segurança, pelo Diretor da SAEMI;

l) Assessorar o Diretor da SAEMI e o Chefe do Poder Executivo Municipal na elaboração de projetos de lei e no trâmite dos processos legislativos, referentes ao órgão;

m) Propor ao Diretor Geral da SAEMI, a edição de normas legais, regulamentares e outras medidas jurídicas recomendadas pelo interesse público, ou para a aplicação da Constituição e das leis vigentes;

n) Promover as medidas correcionais, inclusive auditorias, quando verificadas irregularidades nos Órgãos da SAEMI, remetendo cópia das apurações ao Chefe do Poder Executivo Municipal, ao Ministério Público e a outros órgãos eventualmente competentes;

o) Opinar sobre a elaboração, por parte da Comissão Permanente de Licitação - CPL, de minutas-padrão de instrumentos convocatórios de licitações, contratos, convênios e outros atos jurídicos de relevância patrimonial, a serem observadas pela SAEMI e publicadas oficialmente;

p) Opinar sobre as consultas a serem formuladas pela SAEMI ao Tribunal de Contas;

q) Opinar, além dos casos em que a sua oitiva é necessária, sempre que solicitada, acerca de questões jurídicas;

r) Elaborar contratos a serem firmados, nos quais a SAEMI seja parte interessada;

s) Assessorar o Diretor Geral e demais órgãos da SAEMI nos assuntos de natureza jurídica submetidos à sua apreciação.

Art. 2º Fica alterado artigo 15 da Lei Complementar nº. 045 de 2005 que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 15 - Os cargos de Diretor Geral e Assessor Jurídico criados por esta Lei Complementar, são de livre nomeação e exoneração do Prefeito Municipal.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotações próprias do orçamento.

Art. 4º O cargo de Assessor Jurídico será de livre nomeação e livre exoneração até a realização de concurso público, com a consequente posse do aprovado no certame, a ser realizado após a normalização econômico-jurídico regulado pela LC nº 173/2020.

Art. 5º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Muicipio de Mirassol d’Oeste-MT, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho, em 26 de abril de 2021.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE MT
DECRETOS PLANEJAMENTO 2021

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício:2021

DECRETO Nº 3957 , DE 31 DE MARÇO DE 2021 - LEI N.1629

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE MIRASSOL DOESTE, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$ 103.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

021004 SERVICO AUT. DE AGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D'OESTE

689	17.512.0015.2071.0000	MANUTENÇAO DOS SERVIÇOS OPERACIONAIS	19.200,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 0 100
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110000	GERAL	
691	17.512.0015.2072.0000	MANUTENÇAO DE VEICULO E MAQUINAS	7.000,00
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 0 100
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110000	GERAL	
699	17.512.0015.2088.0000	MAN. DA COLETA E DISPOSIÇÃO DE RESIDUOS SOLIDOS	76.800,00
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 0 100
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110000	GERAL	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

021001SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - SAEMI

740	04.122.0002.2069.0000	MANUTENÇAO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	-76.800,00
	3.1.71.70.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	F.R. Grupo: 0100
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110000	GERAL	
741	04.122.0002.2069.0000	MANUTENÇAO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	-19.200,00
	3.3.71.70.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	F.R. Grupo: 0100
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110000	GERAL	

021004SERVICO AUT. DE AGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D'OESTE

692	17.512.0015.2072.0000	MANUTENÇAO DE VEICULO E MAQUINAS	-7.000,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 0100
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110000	GERAL	

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2021

DECRETO Nº 3957 , DE 31 DE MARÇO DE 2021 - LEI N.1629

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2021

DECRETO Nº 3959 , DE 06 DE ABRIL DE 2021 - LEI N.1648

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE MIRASSOL DOESTE, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$ 11.049,80 distribuídos as seguintes dotações:

02 05 02	COORDENADORIA DE EDUCACAO E CULTURA				
233	12.361.0012.1220.0000	CONSTUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E MAN. DE UNID. ES		11.049,80	
	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R.:	0 1	01
	1	Recursos do Exercício Corrente			
	110 000	GERAL			

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 05 02	COORDENADORIA DE EDUCACAO E CULTURA				
222	12.361.0005.2181.0000	PROJETO APRENDER À APRENDER		-2.000,00	
	3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL	F.R. Grupo:	0 1	01
	1	Recursos do Exercício Corrente			
	110 000	GERAL			
224	12.361.0005.2181.0000	PROJETO APRENDER À APRENDER		-2.000,00	
	3.3.90.31.00	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESP(	F.R. Grupo:	0 1	01
	1	Recursos do Exercício Corrente			
	110 000	GERAL			
225	12.361.0005.2181.0000	PROJETO APRENDER À APRENDER		-2.000,00	
	3.3.90.34.00	OUTRAS DESP.PESSOAL DEC. CONTRATOS TERCEIRIZ.	F.R. Grupo:	0 1	01
	1	Recursos do Exercício Corrente			
	110 000	GERAL			
228	12.361.0005.2181.0000	PROJETO APRENDER À APRENDER		-4.199,60	
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R. Grupo:	0 1	01
	1	Recursos do Exercício Corrente			
	110 000	GERAL			
290	13.392.0007.2091.0000	EVENTO CULTURAIS - PROJETO LIXO E CIDADANIA		-850,20	
	3.3.90.31.00	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESP(	F.R. Grupo:	0 1	00
	1	Recursos do Exercício Corrente			
	110 000	GERAL			

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MIRASSOL DOESTE, 06 de abril de 2021

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2021

DECRETO Nº 3959 , DE 06 DE ABRIL DE 2021 - LEI N.1648

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2021

DECRETO Nº 3963 , DE 15 DE ABRIL DE 2021 - LEI N.1648

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE MIRASSOL DOESTE, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$ 325.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 07 02 COORDENADORIA DE OBRAS CIVIS E SERVICOS URBANOS

500	15.451.0013.1060.0000	PAVIMENTAÇAO E RESTAURAÇAO DE VIAS PUBLICAS	325.000,00	
	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R.: 0 1 00	
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 03 01 GAB. DO SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

63	04.122.0002.2005.0000	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM O GAB DO SEC DE ADMIN	-35.000,00	
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R. Grupo: 0 1 00	
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		

02 05 02 COORDENADORIA DE EDUCACAO E CULTURA

281	13.392.0007.2021.0000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES COM EVENTOS CULTURAIS	-30.000,00	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo: 0 1 00	
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
283	13.392.0007.2021.0000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES COM EVENTOS CULTURAIS	-30.000,00	
	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	F.R. Grupo: 0 1 00	
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		

02 07 02 COORDENADORIA DE OBRAS CIVIS E SERVICOS URBANOS

499	15.451.0013.1060.0000	PAVIMENTAÇAO E RESTAURAÇAO DE VIAS PUBLICAS	-30.000,00	
	4.4.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 0 1 00	
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
507	17.512.0015.1081.0000	CONSTRUÇAO DE GALERIAS DE AGUAS PLUVIAIS E REDES I	-50.000,00	
	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R. Grupo: 0 1 00	
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
509	17.512.0015.1166.0000	AMPLIAÇÃO REDE DE ESGOTAMENTO SANITARIO	-25.000,00	
	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R. Grupo: 0 1 00	
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2021

DECRETO Nº 3963 , DE 15 DE ABRIL DE 2021 - LEI N.1648

02 07 02	COORDENADORIA DE OBRAS CIVIS E SERVICOS URBANOS				
510	17.512.0015.1167.0000	AMPLIAÇÃO DA REDE DE AGUA		-35.000,00	
	4.4.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo:	0 1 00	
	1	Recursos do Exercício Corrente			
	110 000	GERAL			
511	17.512.0015.1236.0000	CONST. E AMPLIAÇÃO DA REDE DE AGUA DO SONHO AZUL		-35.000,00	
	4.4.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo:	0 1 00	
	1	Recursos do Exercício Corrente			
	110 000	GERAL			
512	17.512.0015.1238.0000	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA		-10.000,00	
	4.4.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo:	0 1 00	
	1	Recursos do Exercício Corrente			
	110 000	GERAL			
02 08 01	SECRETARIA DE FAZENDA				
558	04.123.0023.2052.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS DA SECRETARIA DE FAZEND		-30.000,00	
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R. Grupo:	0 1 00	
	1	Recursos do Exercício Corrente			
	110 000	GERAL			
02 09 02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
613	08.244.0007.2184.0000	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS COM EVENTOS SOCIAIS		-15.000,00	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo:	0 1 00	
	1	Recursos do Exercício Corrente			
	110 000	GERAL			

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MIRASSOL DOESTE, 15 de abril de 2021

HECTOR ALVARES BEZERRA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2021

DECRETO Nº 3964 , DE 15 DE ABRIL DE 2021 - LEI N.1629

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE MIRASSOL DOESTE, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$ 81.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 03 01 GAB. DO SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

59	04.122.0002.2005.0000	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM O GAB DO SEC DE ADM	7.000,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	
863	04.122.0002.2006.0000	REALIZAÇAO DE TESTE SELETIVOS E CONCURSO PUBLIC	43.000,00
	3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	F.R.: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

440	10.302.0029.2041.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM O PROGRAMA CAPS	8.000,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 0 1 46
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	300 019	Programa CAPS	

02 07 02 COORDENADORIA DE OBRAS CIVIS E SERVICOS URBANOS

520	26.782.0016.1086.0000	MANUTENÇAO E CONSERVAÇAO DAS ESTRADAS VICINAIS	23.000,00
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 0 1 30
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	100 004	FETHAB	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 03 01 GAB. DO SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

63	04.122.0002.2005.0000	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM O GAB DO SEC DE ADMIN	-7.000,00
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R. Grupo: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

441	10.302.0029.2041.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM O PROGRAMA CAPS	-8.000,00
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R. Grupo: 0 1 47
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	300 019	Programa CAPS	

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2021

DECRETO Nº 3964 , DE 15 DE ABRIL DE 2021 - LEI N.1629

02	07	02	COORDENADORIA DE OBRAS CIVIS E SERVICOS URBANOS					
	521		26.782.0016.1086.0000	MANUTENÇAO E CONSERVAÇAO DAS ESTRADAS VICINAIS	-23.000,00			
			3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo:	0	1	30
			1	Recursos do Exercício Corrente				
			100 004	FETHAB				
02	08	01	SECRETARIA DE FAZENDA					
	564		04.123.0023.2053.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM A TESOURARIA	-43.000,00			
			3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	F.R. Grupo:	0	1	00
			1	Recursos do Exercício Corrente				
			110 000	GERAL				

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MIRASSOL DOESTE, 15 de abril de 2021

HECTOR ALVARES BEZERRA
PREFEITO MUNICIPAL

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2021

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2021

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PREFEITO SAMUEL GREVE AVISO DE CHAMAMENTO PUBLICO 002/2021

LOCAL E DATA: Dia 07 de maio de 2021 na sede da Fundação, situada na Av Tancredo Neves, 3563, Centro, Mirassol D´Oeste.

OBJETO: O presente Chamamento Público tem por objeto o credenciamento de pessoas jurídicas e/ou físicas, para prestação de **serviços médicos, técnico de enfermagem, fisioterapia, psicologia e serviços gerais**no Hospital Samuel Greve, pelo período de 12 (doze) meses.

CREDENCIAMENTO: A partir das 09:00h (horário de Mato Grosso).

AQUISIÇÃO DO EDITAL: Os interessados poderão obter informações sobre a licitação, na Fundação, de segunda à sexta-feira, no horário das 7h às 17h, exceto das 11h às 13h pelo telefone (65) 3241-1158/3241-5464, ou através do e-mail: letisia2hsg@hotmail.com.

Mirassol D'Oeste - MT, 26 de abril 2021.

DANIELA SANTOS VELOSO MARASLIS

PRESIDENTE(A)

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PREFEITO SAMUEL GREVE

LETISIA GONÇALVES FERREIRA BAIOCCO

PRESIDENTE DA CPL. PORTARIA 05-2020

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N°001/2020

SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N°001/2020

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D'OESTE-SAEMI E ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLAVEIS DE MIRASSOL D'OESTE-ASCAMAR, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O **SAEMI – SERVIÇO AUTÔNOMO DE AGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D'OESTE/MT,** situada na Rua: Ricardo Druzian Gallo nº 167 - Bairro: Centro – Mirassol D´Oeste – MT, inscrita no CNPJ sob o nº 07.745. 657/0001-27, **Sr. TÚLIO CEZAR GUIMARAES, brasileiro, casado, portador do RG: 1125246-4 SSP/MG e CPF: 051.062.196-12**, residente e domiciliado nesta cidade de Mirassol D'Oeste - MT, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE,** e de outro lado a **ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLAVEIS DE MIRASSOL D'OESTE-ASCAMAR,** com sede a administração situada na Estrada Rural do Jaboti, Km03, Comunidade do Jaboti no município de Mirassol D'Oeste, **CNPJ sob o nº 35.094.832/0001-07** por sua **Presidente Sandra Joaquina da Silva**, **brasileira, solteira, Presidente ASCAMAR,** inscrita no **RG n°1972433-0, CPF:016.754.071-85**, residente nesta cidade, neste ato chamada de **CONTRATADA,** resolvem, celebrar o presente **CONTRATO.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente **CONTRATO** tem por objeto a transferência mensal de recursos financeiros à **ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLAVEIS DE MIRASSOL D'OESTE-ASCAMAR,** cuja prestação de serviços de coleta, transporte, triagem, processamento, beneficiamento e destinação final adequada dos resíduos sólidos recicláveis, reutilizáveis, a serem efetuados pela associação de catadores e catadoras de MATERIAL RECICLÁVEL..

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 –Valor Total- R$ 151.948,80 (Cento e cinquenta e um mil novecentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos), que deverão ser pagos em **12 parcelas mensais iguais de R$12.662,40 (doze mil seiscentos e sessenta e dois reais e quarenta centavos).**

Os Aditivos serão corrigidos pelo ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA).

CONTA DA ASSOCIAÇÃO

BANCO DO BRASIL

AG: 1320-X

C/C: 29793-3

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente **CONTRATO** corresponde ao período **de 23 de abril de 2021 a 23 de abril de 2022**, podendo ser prorrogado através de termos aditivos até o limite de **60 (sessenta) meses**, mediante requerimento da **CONTRATADA** e concordância da **CONTRATANTE.**

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - A dotação orçamentária destinada ao pagamento do presente **CONTRATO** está prevista na seguinte dotação orçamentária:

02.10.04 SERVICO AUT. DE AGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D'OESTE

17.512.0015.2088.0000 MAN. DA COLETA E DISP. RESIDOUS SOLIDOS

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA.

4.2 – No caso de prorrogação do presente termo, a dotação orçamentária deste **CONTRATO** será adequada aos orçamentos dos exercícios posteriores.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES

5.1 – DA CONTRATANTE:

a) Garantir os recursos financeiros para a execução do **CONTRATO**;

b) Receber, analisar e aprovar as prestações de contas dos recursos transferidos;

c) Ter reservado o direito de não repassar os recursos financeiros a **CONTRATADA**, caso a mesma não cumpra o estabelecido neste **CONTRATO**, aplicando as penalidades previstas na Lei 8.666/93;

d) Modificar ou rescindir unilateralmente o **CONTRATO**, nos casos previstos na Lei 8.666/93.

e) A **CONTRATANTE** deverá fornecer veículos com capacidade de carga condizente com a necessidade;

5.2 – DA CONTRATADA:

Além das obrigações normais, decorrentes do presente **CONTRATO**, que é parte integrante do presente instrumento, constituem obrigações específicas da **CONTRATADA**:

a. Realizar a coleta e o transporte diariamente, de segunda a sexta; b. Cada veículo deverá ter 01 (uma) equipe com 01 (um) motorista habilitado (DISPONIBILIZADO PELA CONTRATANTE) de acordo com a categoria exigida para o tipo de veículo e 03 (três) catadores/coletores. c. Cumprir todo o itinerário de coleta de forma que não haja abandono ou esquecimento de materiais sem serem coletados. d. Operar com organização e independência e sem vínculo com a **CONTRATANTE**, executando o serviço com pessoal próprio (cooperados ou contratados), em número suficiente, devidamente habilitado para a execução de suas tarefas. Em caso de contratação de empregados, deve obedecer a legislação civil, trabalhista e previdenciária, com as devidas anotações e recolhimentos; e. Providenciar equipe para atendimento de emergência de casos eventuais quando solicitados pela **CONTRATANTE**, sem prejuízo da coleta diária; f. Designar e informar a **CONTRATANTE** os responsáveis pela fiscalização dos serviços de coleta e um coordenador da COOPERATIVA indicando nome/telefone, para contato direto da **CONTRATANTE** com a **CONTRATADA**. No caso de substituição ou exclusão dos responsáveis indicados, comunicar em até 48 horas a **CONTRATANTE**; g. Fornecer aos cooperados e empregados: uniforme completo e adequado ao tipo de serviço. Estes uniformes deverão ter identificação da **CONTRATADA**; h. Fornecer Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e outros equipamentos adequados e obrigatórios, necessários à execução dos serviços do objeto contratado, exigido a utilização destes. O EPI deverá ser entregue antes do início do exercício da função do cooperado ou contratado; i. Na ocorrência, qualquer alteração da realização do serviço deverá ser comunicada com antecedência de 15 (quinze) dias, para apreciação e deliberação da **CONTRATANTE**.

Em caso de anuência, a comunicação prévia aos munícipes de qualquer alteração será feita pela **CONTRATANTE**. j. Comunicar à **CONTRATANTE** quando forem encontrados resíduos perigosos ou contaminados juntos aos materiais coletados, para adoção de providências cabíveis junto ao gerador e órgãos competentes; k. Permitir livre acesso aos cooperados e contratados a todos os documentos pertinentes à execução do presente **CONTRATO**; l. Não permitir o trabalho ou a permanência de menores de idade 18 (dezoito) anos de idade nas dependências das associações e cooperativas, atendendo a Lei n º 8.069/1990.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

Este **CONTRATO** poderá ser rescindido a qualquer tempo, desde que haja conveniência entre as partes, ou por ato unilateral e escrito, com antecedência de **30 (trinta) dias.**

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

Quaisquer alterações por ventura ocorridas, e necessárias para melhor adequação técnica, deverão ser feitas por Termo Aditivo, com as devidas justificativas e por acordo dos partícipes.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Mirassol D`Oeste, Estado de Mato Grosso, para dirimir as dúvidas ou pendências oriundas do presente **CONTRATO** que não forem solucionadas amigavelmente, com recusa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e conveniados, assinam o presente Termo em 02(duas) vias de igual teor e forma para efeito legal, maiores idôneas e capazes.

Mirassol D`Oeste-MT, 23 de abril de 2021.

_____

TULIO CEZAR GUIMARÃES

DIRETOR DO SAEMI

_____

SANDRA JOAQUINA DA SILVA

PRESIDENTE DA ASCAMAR

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO DE LICITAÇÃO
CHAMAMENTO PUBLICO 02-2021

AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação

Nesta,

DETERMINO E AUTORIZO a abertura de procedimento licitatório, nos termos do art. 24 da Lei 8.666/93 CHAMAMENTO PÚBLICO 02/2021**, serviços médicos, técnico de enfermagem, fisioterapia, psicologia e serviços gerais, na Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve, pelo período de 12 (doze) meses conforme definido no termo de referência.** Para atender as necessidades da Fundação de Saúde Prefeito Samuel Greve.

Mirassol D'Oeste, 26 de abril de 2021.

DANIELA SANTOS VELOSO MARASLIS

PRESIDENTE(A)

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PREFEITO SAMUEL GREVE

LETISIA GONÇALVES FERREIRA BAIOCCO

PRESIDENTE DA CPL. PORTARIA 05-2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

SETOR DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2021.

Pelo presente instrumento particular, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, de um lado o MUNICIPIO DE NOBRES / MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25 e do outro lado a empresa **STUDIO COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.710871/0001-00, estabelecida a Avenida São Sebastião, n. º3855, sala 02, bairro Quilombo, CEP 78.045-000, cidade de Cuiabá-MT, neste ato representado pela Sr. José Guerreiro Filho, portador do CIRG n.º 120379-6 SSP/MT e CPF n.º 848.821.741-20, doravante denominada "PROMITENTE FORNECEDORA", nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Municipais nº 03/2006 e 12/2010, e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 19/2021, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA, TONERS E CARTUCHOS PARA ATENDER A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOBRES – MT,** conforme descrição constante no Anexo I do Edital de PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 19/2021, para Registro de Preços.

1.2. Os produtos/serviços deverão ser entregues no município de Nobres - MT.

1.3. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por **ITEM** conforme segue:

Código	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
47856	COMPUTADOR COM AS CONFIGURACOES MINIMAS: SISTEMA PARA 64 BITS, PROCESSADOR INTEL CORE I5 OU SIMILAR / 9 GERACAO OU SUPERIOR, 8 GB DE RAM DDR4, HD SATA 1 TB 7200 RPM, TECLADO USB, MOUSE OPTICO USB, ENTRADA HDMI, MONITOR LED 20 POL.	PROPRIA	UNIDADE	51	R$ 4.890,00	R$ 249.390,00

O valor total desta ata de RP é de R$ 249.390,00 (duzentos e quarenta e nove mil e trezentos e noventa reais).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 1 ano.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 19/2021, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da entrega dos itens e da Nota Fiscal, devidamente atestada em seu verso o recebimento dos produtos, conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.

3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de Nobres - MT

3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

4.1. **O prazo de fornecimento dos produtos/serviços serão** entregue mediante requisição emitida pela Prefeitura Municipal de Nobres/MT – Setor de Compras, **em até 10 (dez) dias corridos**, até o esgotamento total dos produtos pelo período estipulado no item 2.1.

4.2. A aceitação dos produtos/serviços será feita pela Contratante mediante atesto nas Notas Fiscais e/ou Faturas correspondentes, quando comprovada a fiel e correta entrega dos produtos e/ou equipamentos, nos termos do art. 67. Da Lei n° 8.666/1993.

4.3 Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Comissão não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.4. Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de três (3) dias.

4.5. Os produtos/serviços não aceitos ficarão a disposição do fornecedor, que no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação deverá retirar os mesmos, sob pena de a partir do quarto dia pagar custas com estocagem/depósito.

4.6. A Secretaria terá o prazo máximo de três (3) dias úteis para processar a conferência do que foi entregue, lavrando o Termo de Recebimento Definitivo ou notificando a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Prefeitura Municipal de Nobres:

5.1.1. Atestar devido recebimento no Verso da Nota Fiscal quanto os produtos estiverem sido verificados e conferidos, não se excluindo a hipótese do item 4.5 da presente Ata.

5.1.2. Terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis para notificar a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

5.1.3. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.4. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.5. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.6. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2. Pagar todos os tributos, despesas, frete de transporte e todo e quaisquer custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5. Fornecer o objeto, no preço, prazo e forma estipulada na proposta.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. O contrato de aquisição decorrente da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1 As despesas decorrentes das contratações objeto desta Licitação, correrão à conta do orçamento abaixo:

Gabinete do Prefeito	22	02001041220002200533903000000
Gabinete do Prefeito	30	02001041220002200544905200000
Sec. Mun. De Administração	62	03001041220004201033903000000
Sec. Mun. De Administração	72	03001041220004201044905200000
Sec. Mun. De Finanças	90	04001041220005201733903000000
Sec. Mun. De Finanças	99	04001041220005201744905200000
Sec. Mun. De Educação	118	05001123610013206333903000000
Sec. Mun. De Educação	125	05001123610013206344905200000
Sec. Mun. De Educação	133	05002123610010100444905200000
Sec. Mun. De Educação	142	05002123610013203433903000000
Sec. Mun. De Educação	160	05002123650013203533903000000
Sec. Mun de Saúde	224	06002101220029208633903000000
Sec. Mun de Saúde	231	06002101220029208644905200000
Sec. Mun de Saúde	262	06002103010029208133903000000
Sec. Mun de Saúde	268	06002103010029208144905200000
Ser. Mun. De Ass. Social	365	07001082440025207033903000000
Sec. Mun. De Ass. Social	372	07001082440025207044905200000
Sec. Mun. De Ass. Social	377	07002082440010103344905200000
Sec. Mun. De Ass. Social	383	07002082440025206933903000000
Sec. Mun. De Ass. Social	397	07002082440025207633903000000
Sec. Mun. De Ass. Social	400	07002082440025207644905200000
Sec. Mun. De Infraestrutura	469	08001154520032205333903000000
Sec. Mun. De Infraestrutura	476	08001154520032205344905200000
Sec. Mun de Fiscalização	537	10001041290017205833903000000
Sec. Mun de Fiscalização	543	10001041290017205844905200000
Sec. Mun. De Turismo e cultura	568	11001236950015204633903000000
Sec. Mun. De Turismo e Cultura	575	11001236950015204644905200000
Procurad. geral do Municipal	610	13001041220007202233903000000
Procurad. geral do Municipal	616	13001041220007202244905200000

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais se destacam:

a) Advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais/produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada objeto/item a ser fornecido tendo como base a desequilíbrio econômica financeira, se aceito pelo município.

9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.

9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

9.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

9.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

9.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de trinta dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato pelo “PROMITENTE FORNECEDOR”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

10.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

10.2.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

10.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

10.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Órgão Oficial do Município, por uma (1) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

10.4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de trinta dias, facultada á Administração a aplicação das penas previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

11.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

11.2. Durante a sua vigência, a presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto ao Departamento de Licitações, para que este, mediante autorização da Administração e aceite da licitante, autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação, e desde que comprovada a vantagem.

11.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

11.4. As aquisições adicionais não poderão exceder por Órgão, ou Entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços.

11.5. Os órgãos ou entidades que utilizarem esta Ata de Registro de Preços deverão observar, quanto ao preço unitário, às quantidades máximas, cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS COMUNICAÇÕES

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial SRP nº. 19/2021, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO

14.1 Os fiscais de contrato serão: A Sra. **Gizeli de Fátima Zandonadi Rondon**, fiscal da secretaria municipal de educação, **Sr. Willian de de Souza Romero**, fiscal da secretaria municipal de saúde o **Sr. Micael Miqueias Calisto**, fiscal das secretaria municipal de administração, turismo, agricultura e fiscalização tributaria, Sra. **Lucienne Loyola Felizardo**, fiscal da secretaria municipal de assistência social.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Integram esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 19/2021 a proposta da empresa **STUDIO COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.710871/0001-00 classificada no certame supranumerado.

15.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal n° 12/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. As partes elegem o foro da Comarca Nobres/ MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Nobres/MT, 23 de abril de 2021.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

STUDIO COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS

DE INFORMATICA LTDA

CNPJ sob o n.º 08.710871/0001-00

Sr. José Guerreiro Filho

CPF n.º 848.821.741-20

Testemunhas:

Nome:
CPF n.º
Assinatura:_____

Nome:

CPF n.º

Assinatura:_____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2021.

Pelo presente instrumento particular, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, de um lado o MUNICIPIO DE NOBRES / MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25 e do outro lado à empresa **LF COMERCIO DE EQUI-**

PAMENTOS DE INFORMATICA E REPRESENTAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ n° 22.328.534/0001-84**,** e Inscrição Estadual n.º 13.576.828-4, estabelecida na Rua Duzentos, n.º 94, sala 06, bairro Jd. Imperial, cidade de Cuiabá, Cep: 78.075-648, fone (65) 3634-0804, email: licitacao01@rmmicro.com.br, neste ato representado pelo Sr. Fagner de Almeida Ramos, inscrito no CPF n.º 695.609.271-91, doravante denominada "PROMITENTE FORNECEDORA", nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Municipais nº 03/2006 e 12/2010, e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 19/2021, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA, TONERS E CARTUCHOS PARA ATENDER A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOBRES – MT,** conforme descrição constante no Anexo I do Edital de PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 19/2021, para Registro de Preços.

1.2. Os produtos/serviços deverão ser entregues no município de Nobres - MT.

1.3. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por **ITEM** conforme segue:

Código	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
122007	DATASHOW COM RESOLUCAO 1024 X 800	TOMATE	UNIDADE	03	R$ 3.175,00	R$ 9.525,00
10678	NOBREAK 1400KVA	TSSHARA	UNIDADE	58	R$ 875,00	R$ 50.750,00
118988	PENTE MEMORIA DDR4/ 4GB	MARKVISION	UNIDADE	37	R$ 250,00	R$ 9.250,00
126432	SSD A400, 480 GB, SATA, LEITURA 500 MB/S, GRAVACAO 450 MB/S	KINGSTON	UNIDADE	11	R$ 577,50	R$ 6.352,50
122954	TABLET 10 POLEGADAS MEMORIA RAN 1.5 MEMORIA INTERNA 08 GB SUPORTE A CARTAO DE MEMORIA PROCESSADOR QUAD CORE 1.3 SISTEMA OPERACIONAL ANDROID.	MULTILASER	UNIDADE	14	R$ 1.700,00	R$ 23.800,00
117883	UNIFI AP (UAP) 300 MBPS	UBIQUITI	UNIDADE	27	R$ 1.475,00	R$ 39.825,00

O valor total desta ata de RP é de R$ 139.502,50 (cento e trinta e nove mil, quinhentos e dois reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 1 ano.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado à aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 19/2021, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da entrega dos itens e da Nota Fiscal, devidamente atestada em seu verso o recebimento dos produtos, conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.

3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de Nobres - MT

3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

4.1. **O prazo de fornecimento dos produtos/serviços serão** entregue mediante requisição emitida pela Prefeitura Municipal de Nobres/MT – Setor de Compras, **em até 10 (dez) dias corridos**, até o esgotamento total dos produtos pelo período estipulado no item 2.1.

4.2. A aceitação dos produtos/serviços será feita pela Contratante mediante atesto nas Notas Fiscais e/ou Faturas correspondentes, quando comprovada a fiel e correta entrega dos produtos e/ou equipamentos, nos termos do art. 67. Da Lei n° 8.666/1993.

4.3 Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Comissão não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.4. Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de três (3) dias.

4.5. Os produtos/serviços não aceitos ficarão a disposição do fornecedor, que no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação deverá retirar os mesmos, sob pena de a partir do quarto dia pagar custas com estocagem/depósito.

4.6. A Secretaria terá o prazo máximo de três (3) dias úteis para processar a conferência do que foi entregue, lavrando o Termo de Recebimento Definitivo ou notificando a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Prefeitura Municipal de Nobres:

5.1.1. Atestar devido recebimento no Verso da Nota Fiscal quanto os produtos estiverem sido verificados e conferidos, não se excluindo a hipótese do item 4.5 da presente Ata.

5.1.2. Terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis para notificar a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

5.1.3. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.4. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.5. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.6. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2. Pagar todos os tributos, despesas, frete de transporte e todo e quaisquer custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5. Fornecer o objeto, no preço, prazo e forma estipulada na proposta.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. O contrato de aquisição decorrente da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1 As despesas decorrentes das contratações objeto desta Licitação, correrão à conta do orçamento abaixo:

Gabinete do Prefeito	22	02001041220002200533903000000
Gabinete do Prefeito	30	02001041220002200544905200000
Sec. Mun. De Administração	62	03001041220004201033903000000
Sec. Mun. De Administração	72	03001041220004201044905200000
Sec. Mun. De Finanças	90	04001041220005201733903000000
Sec. Mun. De Finanças	99	04001041220005201744905200000
Sec. Mun. De Educação	118	05001123610013206333903000000
Sec. Mun. De Educação	125	05001123610013206344905200000
Sec. Mun. De Educação	133	05002123610010100444905200000
Sec. Mun. De Educação	142	05002123610013203433903000000
Sec. Mun. De Educação	160	05002123650013203533903000000
Sec. Mun de Saúde	224	06002101220029208633903000000
Sec. Mun de Saúde	231	06002101220029208644905200000
Sec. Mun de Saúde	262	06002103010029208133903000000
Sec. Mun de Saúde	268	06002103010029208144905200000
Ser. Mun. De Ass. Social	365	07001082440025207033903000000
Sec. Mun. De Ass. Social	372	07001082440025207044905200000
Sec. Mun. De Ass. Social	377	07002082440010103344905200000
Sec. Mun. De Ass. Social	383	07002082440025206933903000000
Sec. Mun. De Ass. Social	397	07002082440025207633903000000
Sec. Mun. De Ass. Social	400	07002082440025207644905200000
Sec. Mun. De Infraestrutura	469	08001154520032205333903000000
Sec. Mun. De Infraestrutura	476	08001154520032205344905200000
Sec. Mun de Fiscalização	537	10001041290017205833903000000
Sec. Mun de Fiscalização	543	10001041290017205844905200000
Sec. Mun. De Turismo e cultura	568	11001236950015204633903000000
Sec. Mun. De Turismo e Cultura	575	11001236950015204644905200000
Procurad. geral do Municipal	610	13001041220007202233903000000

Procurad. geral do Municipal	616	13001041220007202244905200000

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais se destacam:

a) Advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais/produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada objeto/item a ser fornecido tendo como base a desequilíbrio econômica financeira, se aceito pelo município.

9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.

9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

9.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

9.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

9.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de trinta dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato pelo "PROMITENTE FORNECEDOR", sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

10.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

10.2.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

10.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

10.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Órgão Oficial do Município, por uma (1) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

10.4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de trinta dias, facultada á Administração a aplicação das penas previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

11.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

11.2. Durante a sua vigência, a presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto ao Departamento de Licitações, para que este, mediante autorização da Administração e aceite da licitante, autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação, e desde que comprovada a vantagem.

11.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

11.4. As aquisições adicionais não poderão exceder por Órgão, ou Entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços.

11.5. Os órgãos ou entidades que utilizarem esta Ata de Registro de Preços deverão observar, quanto ao preço unitário, às quantidades máximas, cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS COMUNICAÇÕES

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial SRP nº. 19/2021, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO

14.1 Os fiscais de contrato serão: A Sra. **Gizeli de Fátima Zandonadi Rondon**, fiscal da secretaria municipal de educação, **Sr. Willian de de Souza Romero**, fiscal da secretaria municipal de saúde o **Sr. Micael Miqueias Calisto**, fiscal das secretaria municipal de administração, turismo, agricultura e fiscalização tributaria, Sra. **Lucienne Loyola Felizardo**, fiscal da secretaria municipal de assistência social.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Integra esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 19/2021 a proposta da empresa **LF COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E REPRESENTAÇÕES LTDA,** CNPJ n° 22.328.534/0001-84, classificada no certame supranumerado.

15.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal n° 12/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. As partes elegem o foro da Comarca Nobres/ MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Nobres/MT, 23 de abril de 2021.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

LF COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA

E REPRESENTAÇÕES LTDA ME

CNPJ n° 22.328.534/0001-84

Sr. Fagner de Almeida Ramos

CPF n.º 695.609.271-91

Testemunhas:

Nome:
CPF n.º
Assinatura:_____

Nome:

CPF n.º

Assinatura:_____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/2021.

Pelo presente instrumento particular, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, de um lado o MUNICIPIO DE NOBRES / MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25 e do outro lado à empresa **DATA MANAGER PRESTADORA DE SERVIÇO DE INFORMATICA LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º 19.707.627/0001-05**,** Inscrição Estadual n.º 13.530.720-1, estabelecida na Avenida Dom Bosco, n° 1059, Bairro Centro Sul, em Cuiabá-MT, CEP: 78.020.050, **Email:** licitação@dtmanager.com.br, **Telefone:** (65) 3044-0671 – 99296-5586 neste ato representado pelo Sr. Edirley Pereira da Silva, inscrito no CPF n.º 626.854.731-49, doravante denominada "PROMITENTE FORNECEDORA", nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Municipais nº 03/2006 e 12/2010, e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 19/2021, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA, TONERS E CARTUCHOS PARA ATENDER A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOBRES – MT,** conforme descrição constante no Anexo I do Edital de PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 19/2021, para Registro de Preços.

1.2. Os produtos/serviços deverão ser entregues no município de Nobres - MT.

1.3. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por **ITEM** conforme segue:

Código	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
31672	FILTRO DE LINHA 05 TOMADAS	FORCELINE	UNIDADE	55	R$ 39,00	R$ 2.145,00
122378	FONTE DE ALIMENTACAO 500W REAIS	BLUECASE	UNIDADE	78	R$ 244,00	R$ 19.032,00
126671	IMPRESSORA COMPACTA MULTIFUNCIONAL LASER MONO, MINIMO 20 PPM RESOLUCAO MINIMA 600 DPI MINIMO 5.000 IMPRESSOES POR CICLO SEMELHANTE OU SUPERIOR HP 135 A	BROTHER	UNIDADE	20	R$ 2.500,00	R$ 50.000,00
126179	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL ECO TANQUE	BROTHER	UNIDADE	17	R$ 1.649,00	R$ 28.033,00
125140	MONITOR LCD 24 POL	MULTILASER	UNIDADE	11	R$ 1.123,00	R$ 12.353,00
126658	SCANNER DE MESA RESOLUCAO DE DIGITALIZACAO ATE 2400 DPI ALIMENTADOR AUTOMATICO DE 50 FOLHAS DUPLEX WI FI SERVICO DE NUVEM SOFTWER OCR INCLUSO MINIMO 30 PPM	EPSON	UNIDADE	12	R$ 3.638,00	R$ 43.656,00
47490	SWITCH 8 PORTAS/1000	MERCUSYS	UNIDADE	30	R$ 380,00	R$ 11.400,00
47492	SWITCH RACK 24 PORTAS GIGABIT ETHERNET	TP LINK	UNIDADE	02	R$ 990,00	R$ 1.980,00

O valor total desta ata de RP é de R$ 168.599,00 (cento e sessenta e oito mil, quinhentos e noventa e nove reais).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 1 ano.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado à aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 19/2021, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da entrega dos itens e da Nota Fiscal, devidamente atestada em seu verso o recebimento dos produtos, conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.

3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de Nobres - MT

3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

4.1. **O prazo de fornecimento dos produtos/serviços serão** entregue mediante requisição emitida pela Prefeitura Municipal de Nobres/MT – Setor de Compras, **em até 10 (dez) dias corridos**, até o esgotamento total dos produtos pelo período estipulado no item 2.1.

4.2. A aceitação dos produtos/serviços será feita pela Contratante mediante atesto nas Notas Fiscais e/ou Faturas correspondentes, quando comprovada a fiel e correta entrega dos produtos e/ou equipamentos, nos termos do art. 67. Da Lei n° 8.666/1993.

4.3 Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Comissão não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.4. Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de três (3) dias.

4.5. Os produtos/serviços não aceitos ficarão a disposição do fornecedor, que no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação deverá retirar os mesmos, sob pena de a partir do quarto dia pagar custas com estocagem/depósito.

4.6. A Secretaria terá o prazo máximo de três (3) dias úteis para processar a conferência do que foi entregue, lavrando o Termo de Recebimento Definitivo ou notificando a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Prefeitura Municipal de Nobres:

5.1.1. Atestar devido recebimento no Verso da Nota Fiscal quanto os produtos estiverem sido verificados e conferidos, não se excluindo a hipótese do item 4.5 da presente Ata.

5.1.2. Terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis para notificar a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

5.1.3. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.4. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.5. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.6. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2. Pagar todos os tributos, despesas, frete de transporte e todo e quaisquer custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5. Fornecer o objeto, no preço, prazo e forma estipulada na proposta.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. O contrato de aquisição decorrente da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1 As despesas decorrentes das contratações objeto desta Licitação, correrão à conta do orçamento abaixo:

Gabinete do Prefeito	22	02001041220002200533903000000
Gabinete do Prefeito	30	02001041220002200544905200000
Sec. Mun. De Administração	62	03001041220004201033903000000
Sec. Mun. De Administração	72	03001041220004201044905200000
Sec. Mun. De Finanças	90	04001041220005201733903000000
Sec. Mun. De Finanças	99	04001041220005201744905200000
Sec. Mun. De Educação	118	05001123610013206333903000000
Sec. Mun. De Educação	125	05001123610013206344905200000
Sec. Mun. De Educação	133	05002123610010100444905200000
Sec. Mun. De Educação	142	05002123610013203433903000000
Sec. Mun. De Educação	160	05002123650013203533903000000
Sec. Mun de Saúde	224	06002101220029208633903000000
Sec. Mun de Saúde	231	06002101220029208644905200000
Sec. Mun de Saúde	262	06002103010029208133903000000
Sec. Mun de Saúde	268	06002103010029208144905200000
Ser. Mun. De Ass. Social	365	07001082440025207033903000000
Sec. Mun. De Ass. Social	372	07001082440025207044905200000
Sec. Mun. De Ass. Social	377	07002082440010103344905200000
Sec. Mun. De Ass. Social	383	07002082440025206933903000000
Sec. Mun. De Ass. Social	397	07002082440025207633903000000
Sec. Mun. De Ass. Social	400	07002082440025207644905200000
Sec. Mun. De Infraestrutura	469	08001154520032205333903000000
Sec. Mun. De Infraestrutura	476	08001154520032205344905200000
Sec. Mun de Fiscalização	537	10001041290017205833903000000
Sec. Mun de Fiscalização	543	10001041290017205844905200000
Sec. Mun. De Turismo e cultura	568	11001236950015204633903000000
Sec. Mun. De Turismo e Cultura	575	11001236950015204644905200000
Procurad. geral do Municipal	610	13001041220007202233903000000
Procurad. geral do Municipal	616	13001041220007202244905200000

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais se destacam:

a) Advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais/produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada objeto/item a ser fornecido tendo como base a desequilíbrio econômica financeira, se aceito pelo município.

9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.

9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

9.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

9.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

9.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de trinta dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato pelo “PROMITENTE FORNECEDOR”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

10.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

10.2.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

10.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

10.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Órgão Oficial do Município, por uma (1) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

10.4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de trinta dias, facultada á Administração a aplicação das penas previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

11.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

11.2. Durante a sua vigência, a presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto ao Departamento de Licitações, para que este, mediante autorização da Administração e aceite da licitante, autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação, e desde que comprovada a vantagem.

11.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

11.4. As aquisições adicionais não poderão exceder por Órgão, ou Entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços.

11.5. Os órgãos ou entidades que utilizarem esta Ata de Registro de Preços deverão observar, quanto ao preço unitário, às quantidades máximas, cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS COMUNICAÇÕES

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial SRP nº. 19/2021, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO

14.1 Os fiscais de contrato serão: A Sra. **Gizeli de Fátima Zandonadi Rondon**, fiscal da secretaria municipal de educação, **Sr. Willian de de Souza Romero**, fiscal da secretaria municipal de saúde o **Sr. Micael Miqueias Calisto**, fiscal das secretaria municipal de administração, turismo, agricultura e fiscalização tributaria, Sra. **Lucienne Loyola Felizardo**, fiscal da secretaria municipal de assistência social.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Integra esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 19/2021 a proposta da empresa **DATA MANAGER – PRESTADORA DE SERVIÇO DE INFORMATICA LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º 19.707.627/0001-05, classificada no certame supranumerado.

15.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal n° 12/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. As partes elegem o foro da Comarca Nobres/ MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Nobres/MT, 23 de abril de 2021.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

DATA MANAGER – PRESTADORA DE SERVIÇO

DE INFORMATICA LTDA – ME

CNPJ sob o n.º 19.707.627/0001-05

Sr. Edirley Pereira da Silva

CPF n.º 626.854.731-49

Testemunhas:

Nome:
CPF n.º
Assinatura:_____

Nome:

CPF n.º

Assinatura:_____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/2021.

Pelo presente instrumento particular, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, de um lado o MUNICIPIO DE NOBRES / MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25 e do outro lado à empresa **MATHIC DISTRIBUI-**

DORA DE MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E ESCRITORIO EIRELI, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.955.893/0001-88, estabelecida a Rua Umutina, Loteamento Residencial Itapajé, n° 26, Ant. 10, Quadra 13, Lote 26, Bairro Residencial Coxipó, Cuiabá/MT, CEP: 78.090.466, fone: 65-99252-7073, email: mathic.distribuidora@gmail.com, neste ato representado pelo Sr. Celso Marcos Silva, portador do CIRG n.º 05305128 e CPF n.º 486.834.001-82, doravante denominada "PROMITENTE FORNECEDORA", nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Municipais nº 03/2006 e 12/2010, e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 19/2021, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA, TONERS E CARTUCHOS PARA ATENDER A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOBRES – MT,** conforme descrição constante no Anexo I do Edital de PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 19/2021, para Registro de Preços.

1.2. Os produtos/serviços deverão ser entregues no município de Nobres - MT.

1.3. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por **ITEM** conforme segue:

Código	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
122377	ADAPTADOR DE REDE USB SEM FIO	ALISHOW	UNIDADE	56	R$ 59,90	R$ 3.354,40
122073	ADAPTADOR VGA PARA CABO HDMI	ALISHOW	UNIDADE	38	R$ 33,90	R$ 1.288,20
116451	CABO DE REDE CAT 6 C/ 300MTS	MK2	CAIXA	32	R$ 505,00	R$ 16.160,00
119453	CABO HDMI (2 MTS)	PIX GOLD	UNIDADE	42	R$ 13,62	R$ 572,04
41633	CABO HDMI (10MT)	PIX GOLD	UNIDADE	28	R$ 99,90	R$ 2.797,20
118541	CABO HDMI (MT) CORRIDOS	PIX GOLD	METRO	166	R$ 8,80	R$ 1.460,80
119168	CABO HDMI 5 METROS	PIX GOLD	UNIDADE	28	R$ 42,50	R$ 1.190,00
118540	CABO VGA	PIX GOLD	UNIDADE	36	R$ 20,00	R$ 720,00
18035	FILTRO DE LINHA 3TOMADAS	UNIVERSAL	UNIDADE	44	R$ 26,50	R$ 1.166,00
122381	FITA PARA ETIQUETADORA 8 METROS, 12MM LARGURA	WHITE	UNIDADE	10	R$ 84,00	R$ 840,00
126695	FONTE PARA COMPUTADOR ALL IN ONE 150W	ATX	UNIDADE	03	R$ 330,00	R$ 990,00
121923	FRAGMENTADORA DE PAPEL CAP. 30 FOLHAS	COUNTER	UNIDADE	05	R$ 1.950,00	R$ 9.750,00
125181	GPS PORTATIL, GPS/GLONASS COM MAPA TOPO ACTIVE AMERICA DO SUL, 08 GB MEMORIA INTERNA, BUSSOLA DE 3 EIXOS, ALTIMETRO E BAROMETRO.	GARMIN	UNIDADE	01	R$ 1.750,00	R$ 1.750,00
47356	IMPRESSORA LASER MULTIF. COLOR SEMELHANTE AO MODELO SAMSUNG C 480 FW	SAMSUNG	UNIDADE	22	R$ 2.400,00	R$ 52.800,00
118989	PENTE MEMORIA DDR4 / 8GB	ANDOER	UNIDADE	36	R$ 375,00	R$ 13.500,00
126169	PLACA DE REDE PCI EXPRESS	TP LINK	UNIDADE	00.082	R$ 180,00	R$ 14.760,00
126538	PLACA DE REDE WIRELESS PCI EXPRESS	TP LINK	UNIDADE	00.026	R$ 180,00	R$ 4.680,00
118533	ROTULADORA ELETRONICA	BROTHER	UNIDADE	00.002	R$ 464,00	R$ 928,00

O valor total desta ata de RP é de R$ 128.706,64 (cento e vinte e oito mil, setecentos e seis reais e sessenta e quatro centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 1 ano.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado à aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 19/2021, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da entrega dos itens e da Nota Fiscal, devidamente atestada em seu verso o recebimento dos produtos, conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.

3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de Nobres - MT

3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

4.1. **O prazo de fornecimento dos produtos/serviços serão** entregue mediante requisição emitida pela Prefeitura Municipal de Nobres/MT – Setor de Compras, **em até 10 (dez) dias corridos**, até o esgotamento total dos produtos pelo período estipulado no item 2.1.

4.2. A aceitação dos produtos/serviços será feita pela Contratante mediante atesto nas Notas Fiscais e/ou Faturas correspondentes, quando comprovada a fiel e correta entrega dos produtos e/ou equipamentos, nos termos do art. 67. Da Lei n° 8.666/1993.

4.3 Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Comissão não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.4. Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de três (3) dias.

4.5. Os produtos/serviços não aceitos ficarão a disposição do fornecedor, que no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação deverá retirar os mesmos, sob pena de a partir do quarto dia pagar custas com estocagem/depósito.

4.6. A Secretaria terá o prazo máximo de três (3) dias úteis para processar a conferência do que foi entregue, lavrando o Termo de Recebimento Definitivo ou notificando a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Prefeitura Municipal de Nobres:

5.1.1. Atestar devido recebimento no Verso da Nota Fiscal quanto os produtos estiverem sido verificados e conferidos, não se excluindo a hipótese do item 4.5 da presente Ata.

5.1.2. Terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis para notificar a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

5.1.3. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.4. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.5. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.6. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2. Pagar todos os tributos, despesas, frete de transporte e todo e quaisquer custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5. Fornecer o objeto, no preço, prazo e forma estipulada na proposta.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. O contrato de aquisição decorrente da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1 As despesas decorrentes das contratações objeto desta Licitação, correrão à conta do orçamento abaixo:

Gabinete do Prefeito	22	02001041220002200533903000000
Gabinete do Prefeito	30	02001041220002200544905200000
Sec. Mun. De Administração	62	03001041220004201033903000000
Sec. Mun. De Administração	72	03001041220004201044905200000
Sec. Mun. De Finanças	90	04001041220005201733903000000
Sec. Mun. De Finanças	99	04001041220005201744905200000
Sec. Mun. De Educação	118	05001123610013206333903000000

Sec. Mun. De Educação	125	05001123610013206344905200000
Sec. Mun. De Educação	133	05002123610010100444905200000
Sec. Mun. De Educação	142	05002123610013203433903000000
Sec. Mun. De Educação	160	05002123650013203533903000000
Sec. Mun de Saúde	224	06002101220029208633903000000
Sec. Mun de Saúde	231	06002101220029208644905200000
Sec. Mun de Saúde	262	06002103010029208133903000000
Sec. Mun de Saúde	268	06002103010029208144905200000
Ser. Mun. De Ass. Social	365	07001082440025207033903000000
Sec. Mun. De Ass. Social	372	07001082440025207044905200000
Sec. Mun. De Ass. Social	377	07002082440010103344905200000
Sec. Mun. De Ass. Social	383	07002082440025206933903000000
Sec. Mun. De Ass. Social	397	07002082440025207633903000000
Sec. Mun. De Ass. Social	400	07002082440025207644905200000
Sec. Mun. De Infraestrutura	469	08001154520032205333903000000
Sec. Mun. De Infraestrutura	476	08001154520032205344905200000
Sec. Mun de Fiscalização	537	10001041290017205833903000000
Sec. Mun de Fiscalização	543	10001041290017205844905200000
Sec. Mun. De Turismo e cultura	568	11001236950015204633903000000
Sec. Mun. De Turismo e Cultura	575	11001236950015204644905200000
Procurad. geral do Municipal	610	13001041220007202233903000000
Procurad. geral do Municipal	616	13001041220007202244905200000

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais se destacam:

a) Advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais/produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada objeto/item a ser fornecido tendo como base a desequilíbrio econômica financeira, se aceito pelo município.

9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.

9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

9.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

9.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

9.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de trinta dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato pelo “PROMITENTE FORNECEDOR”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

10.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

10.2.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

10.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

10.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Órgão Oficial do Município, por uma (1) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

10.4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de trinta dias, facultada á Administração a aplicação das penas previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

11.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

11.2. Durante a sua vigência, a presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto ao Departamento de Licitações, para que este, mediante autorização da Administração e aceite da licitante, autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação, e desde que comprovada a vantagem.

11.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

11.4. As aquisições adicionais não poderão exceder por Órgão, ou Entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços.

11.5. Os órgãos ou entidades que utilizarem esta Ata de Registro de Preços deverão observar, quanto ao preço unitário, às quantidades máximas, cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS COMUNICAÇÕES

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial SRP nº. 19/2021, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO

14.1 Os fiscais de contrato serão: A Sra. **Gizeli de Fátima Zandonadi Rondon**, fiscal da secretaria municipal de educação, **Sr. Willian de de Souza Romero**, fiscal da secretaria municipal de saúde o **Sr. Micael Miqueias Calisto**, fiscal das secretaria municipal de administração, turismo, agricultura e fiscalização tributaria, Sra. **Lucienne Loyola Felizardo**, fiscal da secretaria municipal de assistência social.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Integra esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 19/2021 a proposta da empresa **MATHIC DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E ESCRITORIO EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.955.893/0001-88, classificada no certame supranumerado.

15.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal n° 12/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. As partes elegem o foro da Comarca Nobres/ MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Nobres/MT, 23 de abril de 2021.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

MATHIC DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DE

LIMPEZA, HIGIENE E ESCRITORIO EIRELI

CNPJ sob o n.º 33.955.893/0001-88

Sr. Celso Marcos Silva

CPF n.º 486.834.001-82

Contratado

Testemunhas:

Nome:
CPF n.º
Assinatura:_____

Nome:

CPF n.º

Assinatura:_____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/2021.

Pelo presente instrumento particular, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, de um lado o MUNICIPIO DE NOBRES / MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25 e do outro lado à empresa **ERICA DE FATIMA GENTIL**, inscrita no CNPJ n° 36.656.877/0001-82**,** e Inscrição Estadual n.º 13.808.314-2, estabelecida na Avenida Mato Grosso, n° 92, Bairro Centro, em Juina-MT, CEP: 78.320.000, **Email:** olmieletro@gmail.com, **Telefone:** (66) 3566-1240, neste ato representada pela Sra. Érica de Fátima Gentil, inscrito no CPF n.º 009.876.531-05, doravante denominada “PROMITENTE FORNECEDORA”, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Municipais nº 03/2006 e 12/2010, e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 19/2021, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA, TONERS E CARTUCHOS PARA ATENDER A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOBRES – MT,** conforme descrição constante no Anexo I do Edital de PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 19/2021, para Registro de Preços.

1.2. Os produtos/serviços deverão ser entregues no município de Nobres - MT.

1.3. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por **ITEM** conforme segue:

Código	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
122952	COMPUTADOR COM MONITOR 21 POLEGADAS PROCESSADOR INTEL CORE I7 OU SIMILAR / 9 GERACAO OU SUPERIOR , MEMORIA RAM 08 GB HD 1 TB FONTE 500 W	PC BRASIL	UNIDADE	00.040	R$ 5.880,00	R$ 235.200,00
126672	COMPUTADOR COM MONITOR DE 23 POLEGADAS PROCESSADOR (SEMELHANTE INTEL CORE I 7 OU SUPERIOR) 10 GERACAO OU SUPERIOR COM 08 GB DE RAM HD SSD 480 GB / COM TECLADO E MOUSE.	PC BRASIL	UNIDADE	00.005	R$ 6.065,00	R$ 30.325,00
126656	COMPUTADOR CONFIGURACOES MINIMAS 64 BITS PROCESSADOR INTEL CORE I7 OU EQUIVALENTE, 10 GERACAO OU SUPERIOR, 8 GB RAM DDR 4 / HD SSD 480 OU SUPERIOR TECLADO E MOUSE USB ENTRADA HDMI E MONITOR DE 23 POLEGADAS OU SUPERIOR.	PC BRASIL	UNIDADE	00.003	R$ 6.065,00	R$ 18.195,00
126539	PLACA DE VIDEO 4GB 64 BITS DDR4 COM 02 SAIDAS VGA	PC YES	UNIDADE	00.004	R$ 1.850,00	R$ 7.400,00

O valor total desta ata de RP é de R$ 291.120,00 (duzentos e noventa e um mil e cento e vinte reais).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 1 ano.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado à aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 19/2021, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da entrega dos itens e da Nota Fiscal, devidamente atestada em seu verso o recebimento dos produtos, conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.

3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de Nobres - MT

3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

4.1. **O prazo de fornecimento dos produtos/serviços será** entregue mediante requisição emitida pela Prefeitura Municipal de Nobres/MT – Setor de Compras, **em até 10 (dez) dias corridos**, até o esgotamento total dos produtos pelo período estipulado no item 2.1.

4.2. A aceitação dos produtos/serviços será feita pela Contratante mediante atesto nas Notas Fiscais e/ou Faturas correspondentes, quando comprovada a fiel e correta entrega dos produtos e/ou equipamentos, nos termos do art. 67. Da Lei n° 8.666/1993.

4.3 Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Comissão não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.4. Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de três (3) dias.

4.5. Os produtos/serviços não aceitos ficarão a disposição do fornecedor, que no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação deverá retirar os mesmos, sob pena de a partir do quarto dia pagar custas com estocagem/depósito.

4.6. A Secretaria terá o prazo máximo de três (3) dias úteis para processar a conferência do que foi entregue, lavrando o Termo de Recebimento Definitivo ou notificando a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Prefeitura Municipal de Nobres:

5.1.1. Atestar devido recebimento no Verso da Nota Fiscal quanto os produtos estiverem sido verificados e conferidos, não se excluindo a hipótese do item 4.5 da presente Ata.

5.1.2. Terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis para notificar a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

5.1.3. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.4. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.5. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.6. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2. Pagar todos os tributos, despesas, frete de transporte e todo e quaisquer custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5. Fornecer o objeto, no preço, prazo e forma estipulada na proposta.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. O contrato de aquisição decorrente da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1 As despesas decorrentes das contratações objeto desta Licitação, correrão à conta do orçamento abaixo:

Gabinete do Prefeito	22	02001041220002200533903000000
Gabinete do Prefeito	30	02001041220002200544905200000
Sec. Mun. De Administração	62	03001041220004201033903000000
Sec. Mun. De Administração	72	03001041220004201044905200000
Sec. Mun. De Finanças	90	04001041220005201733903000000
Sec. Mun. De Finanças	99	04001041220005201744905200000
Sec. Mun. De Educação	118	05001123610013206333903000000
Sec. Mun. De Educação	125	05001123610013206344905200000
Sec. Mun. De Educação	133	05002123610010100444905200000
Sec. Mun. De Educação	142	05002123610013203433903000000
Sec. Mun. De Educação	160	05002123650013203533903000000
Sec. Mun de Saúde	224	06002101220029208633903000000
Sec. Mun de Saúde	231	06002101220029208644905200000
Sec. Mun de Saúde	262	06002103010029208133903000000
Sec. Mun de Saúde	268	06002103010029208144905200000
Ser. Mun. De Ass. Social	365	07001082440025207033903000000
Sec. Mun. De Ass. Social	372	07001082440025207044905200000
Sec. Mun. De Ass. Social	377	07002082440010103344905200000
Sec. Mun. De Ass. Social	383	07002082440025206933903000000
Sec. Mun. De Ass. Social	397	07002082440025207633903000000
Sec. Mun. De Ass. Social	400	07002082440025207644905200000
Sec. Mun. De Infraestrutura	469	08001154520032205333903000000
Sec. Mun. De Infraestrutura	476	08001154520032205344905200000
Sec. Mun de Fiscalização	537	10001041290017205833903000000
Sec. Mun de Fiscalização	543	10001041290017205844905200000
Sec. Mun. De Turismo e cultura	568	11001236950015204633903000000
Sec. Mun. De Turismo e Cultura	575	11001236950015204644905200000
Procurad. geral do Municipal	610	13001041220007202233903000000
Procurad. geral do Municipal	616	13001041220007202244905200000

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais se destacam:

a) Advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais/produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada objeto/item a ser fornecido tendo como base a desequilíbrio econômica financeira, se aceito pelo município.

9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.

9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

9.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

9.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

9.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de trinta dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato pelo “PROMITENTE FORNECEDOR”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

10.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

10.2.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

10.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

10.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o

endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Órgão Oficial do Município, por uma (1) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

10.4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de trinta dias, facultada á Administração a aplicação das penas previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

11.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

11.2. Durante a sua vigência, a presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto ao Departamento de Licitações, para que este, mediante autorização da Administração e aceite da licitante, autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação, e desde que comprovada a vantagem.

11.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

11.4. As aquisições adicionais não poderão exceder por Órgão, ou Entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços.

11.5. Os órgãos ou entidades que utilizarem esta Ata de Registro de Preços deverão observar, quanto ao preço unitário, às quantidades máximas, cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS COMUNICAÇÕES

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial SRP nº. 19/2021, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO

14.1 Os fiscais de contrato serão: A Sra. **Gizeli de Fátima Zandonadi Rondon**, fiscal da secretaria municipal de educação, **Sr. Willian de de Souza Romero**, fiscal da secretaria municipal de saúde o **Sr. Micael Miqueias Calisto**, fiscal das secretaria municipal de administração, turismo, agricultura e fiscalização tributaria, Sra. **Lucienne Loyola Felizardo**, fiscal da secretaria municipal de assistência social.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Integra esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 19/2021 a proposta da empresa **ERICA DE FATIMA GENTIL**, inscrita no CNPJ n° 36.656.877/0001-82, classificada no certame supranumerado.

15.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal n° 12/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. As partes elegem o foro da Comarca Nobres/ MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Nobres/MT, 23 de abril de 2021.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

ERICA DE FATIMA GENTIL

CNPJ n° 36.656.877/0001-82

Sra. Érica de Fátima Gentil

CPF n.º 009.876.531-05

Testemunhas:

Nome:

CPF n.º
Assinatura:_____

Nome:

CPF n.º

Assinatura:_____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2021.

Pelo presente instrumento particular, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, de um lado o MUNICIPIO DE NOBRES / MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25 e do outro lado à empresa **JV SERVIÇO E COMERCIO PAPELARIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 13.498.158/0001-85, estabelecida a Rua vinte e um, quadra 31, lote 01, sala 2, bairro Jardim Umuarama, cidade de Cuiabá/MT, cep: 78.058-572, fone: 65 3649-7971, email: jvcomercio2011@gmail.com, neste ato representada pelo Sr. Paulo Victor Preza Rego, portador do CPF n.º 002.250.931-38, doravante denominada “PROMITENTE FORNECEDORA”, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Municipais nº 03/2006 e 12/2010, e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 19/2021, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA, TONERS E CARTUCHOS PARA ATENDER A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOBRES – MT,** conforme descrição constante no Anexo I do Edital de PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 19/2021, para Registro de Preços.

1.2. Os produtos/serviços deverão ser entregues no município de Nobres - MT.

1.3. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por **ITEM** conforme segue:

Código	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
118535	ALICATE CRIMPADOR PROFISSIONAL	MULTILASER	UNIDADE	00.002	R$ 80,00	R$ 160,00
37409	CABO USB PARA IMPRESSORA	NEWLINK	UNIDADE	00.040	R$ 10,00	R$ 400,00
11881	DESINGRIPANTE 300 ML	EPILDER	UNIDADE	00.040	R$ 18,90	R$ 756,00
19202	FONE DE OUVIDO C/ MICROFONE	EVOLUT	UNIDADE	00.020	R$ 100,00	R$ 2.000,00
30905	LIMPA CONTATO 100ML	STIL	UNIDADE	00.016	R$ 25,00	R$ 400,00
18623	MOUSE USB	PCTOP	UNIDADE	00.067	R$ 12,90	R$ 864,30
118189	PASTA TERMICA 15G	GREEN	UNIDADE	00.010	R$ 30,00	R$ 300,00
37591	PEN DRIVE 16 GIGA ORIGINAL DO FABRICANTE	SADISK	UNIDADE	00.058	R$ 35,00	R$ 2.030,00
46434	PEN DRIVE 32 GIGA ORIGINAL DO FABRICANTE	SANDISK	UNIDADE	00.029	R$ 60,00	R$ 1.740,00
122950	PEN DRIVE 64 GB	SANDISK	UNIDADE	00.009	R$ 80,00	R$ 720,00
117149	RJ 45 CAT 6	MULTIROC	UNIDADE	02.000	R$ 1,30	R$ 2.600,00
31681	SWITCH 16 PORTAS 10/100/1000	TP LINK	UNIDADE	00.002	R$ 288,00	R$ 576,00
25489	TECLADO USB PARA COMPUTADOR	EVOLUT	UNIDADE	00.069	R$ 35,00	R$ 2.415,00
118986	TECLADO/MOUSE SEM FIO	CHINAMAT	UNIDADE	00.079	R$ 150,00	R$ 11.850,00
122373	TESTADOR DE CABO DE REDE	MYAMAX	UNIDADE	00.017	R$ 140,00	R$ 2.380,00

O valor total desta ata de RP é de R$ 29.191,30 (vinte e nove mil, cento e noventa e um reais e trinta centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 1 ano.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado à aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 19/2021, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da entrega dos itens e da Nota Fiscal, devidamente atestada em seu verso o recebimento dos produtos, conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.

3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de Nobres - MT

3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

4.1. **O prazo de fornecimento dos produtos/serviços será** entregue mediante requisição emitida pela Prefeitura Municipal de Nobres/MT – Setor de Compras, **em até 10 (dez) dias corridos**, até o esgotamento total dos produtos pelo período estipulado no item 2.1.

4.2. A aceitação dos produtos/serviços será feita pela Contratante mediante atesto nas Notas Fiscais e/ou Faturas correspondentes, quando comprovada a fiel e correta entrega dos produtos e/ou equipamentos, nos termos do art. 67. Da Lei n° 8.666/1993.

4.3 Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Comissão não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.4. Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de três (3) dias.

4.5. Os produtos/serviços não aceitos ficarão a disposição do fornecedor, que no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação deverá retirar os mesmos, sob pena de a partir do quarto dia pagar custas com estocagem/depósito.

4.6. A Secretaria terá o prazo máximo de três (3) dias úteis para processar a conferência do que foi entregue, lavrando o Termo de Recebimento Definitivo ou notificando a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Prefeitura Municipal de Nobres:

5.1.1. Atestar devido recebimento no Verso da Nota Fiscal quanto os produtos estiverem sido verificados e conferidos, não se excluindo a hipótese do item 4.5 da presente Ata.

5.1.2. Terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis para notificar a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

5.1.3. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.4. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.5. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.6. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2. Pagar todos os tributos, despesas, frete de transporte e todo e quaisquer custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5. Fornecer o objeto, no preço, prazo e forma estipulada na proposta.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. O contrato de aquisição decorrente da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1 As despesas decorrentes das contratações objeto desta Licitação, correrão à conta do orçamento abaixo:

Gabinete do Prefeito	22	02001041220002200539030000000
Gabinete do Prefeito	30	02001041220002200544905200000
Sec. Mun. De Administração	62	03001041220004201033903000000
Sec. Mun. De Administração	72	03001041220004201044905200000
Sec. Mun. De Finanças	90	04001041220005201733903000000
Sec. Mun. De Finanças	99	04001041220005201744905200000
Sec. Mun. De Educação	118	05001123610013206333903000000
Sec. Mun. De Educação	125	05001123610013206344905200000
Sec. Mun. De Educação	133	05002123610010100444905200000
Sec. Mun. De Educação	142	05002123610013203433903000000
Sec. Mun. De Educação	160	05002123650013203533903000000
Sec. Mun de Saúde	224	06002101220029208633903000000
Sec. Mun de Saúde	231	06002101220029208644905200000

Sec. Mun de Saúde	262	06002103010029208133903000000
Sec. Mun de Saúde	268	06002103010029208144905200000
Ser. Mun. De Ass. Social	365	07001082440025207033903000000
Sec. Mun. De Ass. Social	372	07001082440025207044905200000
Sec. Mun. De Ass. Social	377	07002082440010103344905200000
Sec. Mun. De Ass. Social	383	07002082440025206933903000000
Sec. Mun. De Ass. Social	397	07002082440025207633903000000
Sec. Mun. De Ass. Social	400	07002082440025207644905200000
Sec. Mun. De Infraestrutura	469	08001154520032205333903000000
Sec. Mun. De Infraestrutura	476	08001154520032205344905200000
Sec. Mun de Fiscalização	537	10001041290017205833903000000
Sec. Mun de Fiscalização	543	10001041290017205844905200000
Sec. Mun. De Turismo e cultura	568	11001236950015204633903000000
Sec. Mun. De Turismo e Cultura	575	11001236950015204644905200000
Procurad. geral do Municipal	610	13001041220007202233903000000
Procurad. geral do Municipal	616	13001041220007202244905200000

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais se destacam:

a) Advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais/produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada objeto/item a ser fornecido tendo como base a desequilíbrio econômica financeira, se aceito pelo município.

9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.

9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

9.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

9.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

9.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de trinta dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato pelo “PROMITENTE FORNECEDOR”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

10.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

10.2.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

10.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

10.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Órgão Oficial do Município, por uma (1) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

10.4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de trinta dias, facultada á Administração a aplicação das penas previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

11.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

11.2. Durante a sua vigência, a presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto ao Departamento de Licitações, para que este, mediante autorização da Administração e aceite da licitante, autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação, e desde que comprovada a vantagem.

11.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

11.4. As aquisições adicionais não poderão exceder por Órgão, ou Entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços.

11.5. Os órgãos ou entidades que utilizarem esta Ata de Registro de Preços deverão observar, quanto ao preço unitário, às quantidades máximas, cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS COMUNICAÇÕES

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial SRP nº. 19/2021, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO

14.1 Os fiscais de contrato serão: A Sra. **Gizeli de Fátima Zandonadi Rondon**, fiscal da secretaria municipal de educação, **Sr. Willian de de Souza Romero**, fiscal da secretaria municipal de saúde o **Sr. Micael Miqueias Calisto**, fiscal das secretaria municipal de administração, turismo, agricultura e fiscalização tributaria, Sra. **Lucienne Loyola Felizardo**, fiscal da secretaria municipal de assistência social.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Integra esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 19/2021 a proposta da empresa **JV SERVIÇO E COMERCIO PAPELARIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 13.498.158/0001-85, classificada no certame supranumerado.

15.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal n° 12/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. As partes elegem o foro da Comarca Nobres/ MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Nobres/MT, 23 de abril de 2021.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

JV SERVIÇO E COMERCIO PAPELARIA LTDA

CNPJ sob o n.º 13.498.158/0001-85

Sr. Paulo Victor Preza Rego

CPF n.º 002.250.931-38

Testemunhas:

Nome:
CPF n.º
Assinatura:_____

Nome:

CPF n.º

Assinatura:_____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 58/2021.

Pelo presente instrumento particular, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, de um lado o MUNICIPIO DE NOBRES / MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25 e do outro lado à empresa **ANTONIA DE PAULA BONFIM**, inscrita no CNPJ sob o n.º 32.154.542/0001-05, estabelecida a Rua dos cupuaçus, n° 401, Bairro Jardim Jacarandás, cidade de Sinop/MT, cep: 78.557-643, fone: (66) 9 9233-3693, email: masterinfotecno@gmail.com, neste ato representada pelo Sr. Alexandre Venso Bofim, portador do CPF n.º 022.011.561-31, doravante denominada “PROMITENTE FORNECEDORA”, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Municipais nº 03/2006 e 12/2010, e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 19/2021, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA, TONERS E CARTUCHOS PARA ATENDER A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOBRES – MT,** conforme descrição constante no Anexo I do Edital de PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 19/2021, para Registro de Preços.

1.2. Os produtos/serviços deverão ser entregues no município de Nobres - MT.

1.3. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por **ITEM** conforme segue:

Código	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
119172	ANTENA POWERBEAN M5 400AC 25DBI	UBIQUITI	UNIDADE	00.008	R$ 1.350,00	R$ 10.800,00
47510	HD EXTERNO 1TB	ADATA	UNIDADE	00.024	R$ 440,00	R$ 10.560,00
37579	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER BIVOLT, MONO 32PPM, 5 EM 1, COM DUPLEX E REDE SEM FIO SEMELHANTE OU SUPERIOR A BROTHER L 5702	LEXMARK	UNIDADE	22	R$ 3.250,00	R$ 71.500,00
115295	SERVIDOR TS140, PROCESSADOR INTEL XEON E-3 1226V, MEMORIA 8GB, HD 1 TB, SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS SERVER	SUPERMICRO	UNIDADE	01	R$ 10.799,00	R$ 10.799,00
122383	SSD 240 GB	SUPER TALENT	UNIDADE	00.044	R$ 405,00	R$ 17.820,00

117296	SWIT10/100/1000 24 PORTAS	TP LINK	UNIDADE	00.025	R$ 1. 199,00	R$ 29. 975,00
122375	SWITCH 48 PORTAS/1000	TP LINK	UNIDADE	00.008	R$ 2. 280,00	R$ 18. 240,00

O valor total desta ata de RP é de R$ 169.694,00 (cento e sessenta e nove mil e seiscentos e noventa e quatro reais).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 1 ano.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado à aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 19/2021, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da entrega dos itens e da Nota Fiscal, devidamente atestada em seu verso o recebimento dos produtos, conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.

3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de Nobres - MT

3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

4.1. **O prazo de fornecimento dos produtos/serviços será** entregue mediante requisição emitida pela Prefeitura Municipal de Nobres/MT – Setor de Compras, **em até 10 (dez) dias corridos**, até o esgotamento total dos produtos pelo período estipulado no item 2.1.

4.2. A aceitação dos produtos/serviços será feita pela Contratante mediante atesto nas Notas Fiscais e/ou Faturas correspondentes, quando comprovada a fiel e correta entrega dos produtos e/ou equipamentos, nos termos do art. 67. Da Lei n° 8.666/1993.

4.3 Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Comissão não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.4. Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de três (3) dias.

4.5. Os produtos/serviços não aceitos ficarão a disposição do fornecedor, que no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação deverá retirar os mesmos, sob pena de a partir do quarto dia pagar custas com estocagem/depósito.

4.6. A Secretaria terá o prazo máximo de três (3) dias úteis para processar a conferência do que foi entregue, lavrando o Termo de Recebimento Definitivo ou notificando a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Prefeitura Municipal de Nobres:

5.1.1. Atestar devido recebimento no Verso da Nota Fiscal quanto os produtos estiverem sido verificados e conferidos, não se excluindo a hipótese do item 4.5 da presente Ata.

5.1.2. Terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis para notificar a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

5.1.3. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.4. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.5. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.6. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2. Pagar todos os tributos, despesas, frete de transporte e todo e quaisquer custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5. Fornecer o objeto, no preço, prazo e forma estipulada na proposta.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. O contrato de aquisição decorrente da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1 As despesas decorrentes das contratações objeto desta Licitação, correrão à conta do orçamento abaixo:

Gabinete do Prefeito	22	02001041220002200533903000000
Gabinete do Prefeito	30	02001041220002200544905200000
Sec. Mun. De Administração	62	03001041220004201033903000000
Sec. Mun. De Administração	72	03001041220004201044905200000
Sec. Mun. De Finanças	90	04001041220005201733903000000
Sec. Mun. De Finanças	99	04001041220005201744905200000
Sec. Mun. De Educação	118	05001123610013206333903000000
Sec. Mun. De Educação	125	05001123610013206344905200000
Sec. Mun. De Educação	133	05002123610010100444905200000
Sec. Mun. De Educação	142	05002123610013203433903000000
Sec. Mun. De Educação	160	05002123650013203533903000000
Sec. Mun de Saúde	224	06002101220029208633903000000
Sec. Mun de Saúde	231	06002101220029208644905200000
Sec. Mun de Saúde	262	06002103010029208133903000000
Sec. Mun de Saúde	268	06002103010029208144905200000
Ser. Mun. De Ass. Social	365	07001082440025207033903000000
Sec. Mun. De Ass. Social	372	07001082440025207044905200000
Sec. Mun. De Ass. Social	377	07002082440010103344905200000
Sec. Mun. De Ass. Social	383	07002082440025206933903000000
Sec. Mun. De Ass. Social	397	07002082440025207633903000000
Sec. Mun. De Ass. Social	400	07002082440025207644905200000
Sec. Mun. De Infraestrutura	469	08001154520032205333903000000
Sec. Mun. De Infraestrutura	476	08001154520032205344905200000
Sec. Mun de Fiscalização	537	10001041290017205833903000000
Sec. Mun de Fiscalização	543	10001041290017205844905200000
Sec. Mun. De Turismo e cultura	568	11001236950015204633903000000
Sec. Mun. De Turismo e Cultura	575	11001236950015204644905200000
Procurad. geral do Municipal	610	13001041220007202233903000000
Procurad. geral do Municipal	616	13001041220007202244905200000

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais se destacam:

a) Advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais/produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada objeto/item a ser fornecido tendo como base a desequilíbrio econômica financeira, se aceito pelo município.

9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.

9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

9.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

9.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

9.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de trinta dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato pelo “PROMITENTE FORNECEDOR”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

10.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

10.2.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

10.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

10.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Órgão Oficial do Município, por uma (1) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

10.4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de trinta dias, facultada á Administração a aplicação das penas previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

11.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

11.2. Durante a sua vigência, a presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto ao Departamento de Licitações, para que este, mediante autorização da Administração e aceite da licitante, autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação, e desde que comprovada a vantagem.

11.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

11.4. As aquisições adicionais não poderão exceder por Órgão, ou Entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços.

11.5. Os órgãos ou entidades que utilizarem esta Ata de Registro de Preços deverão observar, quanto ao preço unitário, às quantidades máximas, cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS COMUNICAÇÕES

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial SRP nº. 19/2021, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO

14.1 Os fiscais de contrato serão: A Sra. **Gizeli de Fátima Zandonadi Rondon**, fiscal da secretaria municipal de educação, **Sr. Willian de de Souza Romero**, fiscal da secretaria municipal de saúde o **Sr. Micael Miqueias Calisto**, fiscal das secretaria municipal de administração, turismo, agricultura e fiscalização tributaria, Sra. **Lucienne Loyola Felizardo**, fiscal da secretaria municipal de assistência social.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Integra esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 19/2021 a proposta da empresa **ANTONIA DE PAULA BONFIM**, CNPJ sob o n.º 32.154.542/0001-05, classificada no certame supranumerado.

15.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal n° 12/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. As partes elegem o foro da Comarca Nobres/ MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Nobres/MT, 23 de abril de 2021.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

ANTONIA DE PAULA BONFIM

CNPJ sob o n.º 32.154.542/0001-05

Sr. Alexandre Venso Bofim

CPF n.º 022.011.561-31

Testemunhas:

Nome:
CPF n.º
Assinatura:_____

Nome:

CPF n.º

Assinatura:_____

RESOLUÇÃO Nº. 010/2021

O Conselho Municipal de Saúde de Nobres/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 1051, de 06 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Gestão do Sistema Único de Saúde; e dá outras providencias;

Considerando o artigo 198, inciso III, da Constituição da República que prevê a participação da comunidade como diretriz do Sistema Único de Saúde-SUS;

Considerando o artigo 196, da Constituição Federal, que dispõe que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

Considerando a Lei nº 8080 de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providencias;

Considerando a Lei Nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde - SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

Considerando a deliberação do Pleno do CMS na reunião extraordinária de 19 de abril de 2021.

Resolve:

Art. 1º - Publicar nome do Conselheiro aprovado na Reunião Extraordinária do dia 19/04/2021, do segmento Usuário do SUS.

Sindicato dos Trabalhadores Públicos Municipais de Nobres – SISPU-NOBRES – MT:

Titular: Jesiel Lima dos Reis

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Registra-se e Cumpra-se.

Nobres/ MT, 19/04/2021.

_____

Marcel Karllay Albues Santiago

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologada:

_____

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE CANCELAMENTO

Aviso de Cancelamento do Pregão Presencial SRP nº18/2021.

A prefeitura Municipal de Nobres/MT, através do Prefeito Sr. Leocir Hanel, torna publico aos interessados o despacho de cancelamento do Procedimento licitatório Pregão Presencial SRP n° 18/2021; Objeto: **AQUISIÇÃO DE EMULSÃO E MASSA ASFALTICA, CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO I DO EDITAL, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICIPIO DE NOBRES/MT,** em razão da necessidade de adequação da modalidade do pregão presencial para pregão eletrônico, visando atender às necessidades da administração, no que tange a saúde dos servidores e as normas sanitárias. Justifica-se o cancelamento e alteração da modalidade de pregão presencial para pregão eletrônico por interesse público e coletivo. Dâ-se ciência aos interessados e publicidade ao ato. Proceda-se a abertura de novo processo licitatório na modalidade pregão eletrônico.

Nobres-MT, 16 de abril de 2021.

Leocir Hanel

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

DECRETO N. 054/2021

DECRETO N. 054/2021

"Cancela débitos tributários inscritos em dívida ativa já prescritos e dá outras providências."

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica, com base no que dispõe o art. 250 do Código Tributário Municipal e:

Considerando que no parecer jurídico proferido no Processo Administrativo n. 810/2021, foi reconhecida a prescrição dos débitos inscritos em dívida ativa.

Considerando que no referido parecer consta que nos termos do Art. 250 do Código Tributário Municipal os débitos prescritos devem ser cancelados por atos do Prefeito Municipal,

D E C R E T A

Art.1º. Atendendo ao disposto no Art. 250 do Código Tributário Municipal e no respectivo parecer, ficam cancelados os débitos inscritos em dívida conforme relacionado a seguir:

Nome do Contribuinte	N° do processo	N° do parecer
ESPOLIO DE JOSE DE SOUZA CAMPOS	810/2021	53/2021

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Nossa Senhora do Livramento, 26 de Abril de 2021.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 328/2021

Portaria nº 328/2021

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a Servidora da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, matricula 2098, Engenheira a senhora **SILVANA ALVES DA SILVA**, matricula 2098, CREA PR 163663/D, brasileira, portadora do RG: 144994957 SSP/PR, CPF: 885.366.531-91,domiciliado na Rua: C 3 Qd.12. Coxipó da Ponte, como **fiscal** do objeto do **Contrato nº 017/2021 -** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSTAÇÃO DE 01 (01) RESERVATORIO (TIPO TAÇA) DE 10.000 LITROS PARA ATENDER O ESTADIO ROGERIO JESUS DE ARRUDA NA SEDE EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES– CONSTRUTORA NEVES GALVÃO EIRELI EPP, a partir de 18/03/2021.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 22 de Março de 2021.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 327/2021

Portaria nº 327/2021

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o Servidor Municipal da Secretaria de Saúde, **LUIZ HENRIQUE QUEIROZ RODRIGUES**, brasileiro, RG: 18057705 SSP/MT, CPF: 040. 209.771-86, residente na avenida Manaus, Nova Várzea Grande - MT em Várzea Grande -MT**,** como **fiscal** do objeto do **Contrato nº 016/ 2021 –**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARMAZENAMENTO, COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS E LÍQUIDOS (LIXO HOSPITALAR) DOS GRUPOS A, B E E, PRODUZIDOS NAS UNIDADES DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO, HOSPITAL MUNICIPAL, LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MUNICIPAL, FARMÁCIA MUNICIPAL, PSF URBANO E PSF RURAL, **Empresa** MAXIMA AMBIENTAL SERVIÇOS GERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA E, a partir de 18/03/2021.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 22 de Março de 2021.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

DECRETO N. 051/2021

DECRETO N. 051/2021

“Cancela débitos tributários inscritos em dívida ativa já prescritos e dá outras providências.”

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica, com base no que dispõe o art. 250 do Código Tributário Municipal e:

Considerando que no parecer jurídico proferido no Processo Administrativo n. 520/2021, foi reconhecida a prescrição dos débitos inscritos em dívida ativa.

Considerando que no referido parecer consta que nos termos do Art. 250 do Código Tributário Municipal os débitos prescritos devem ser cancelados por atos do Prefeito Municipal,

D E C R E T A

Art.1º. Atendendo ao disposto no Art. 250 do Código Tributário Municipal e no respectivo parecer, ficam cancelados os débitos inscritos em dívida conforme relacionado a seguir:

Nome do Contribuinte	N° do processo	N° do parecer
JOSÉ CERILO DE MORAIS	520/2021	51/2021

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Nossa Senhora do Livramento, 26 de Abril de 2021.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 350/2021

PORTARIA Nº. 350/2021

Walquiria Conceição de Medeiros, Coordenadora de Recursos Humanosda Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT – usando de suas atribuições legais.

Resolve:

Art. 1° - Conceder a partir do mês de Abril de 2021 conforme parecer jurídico a Progressão de Classe aos servidores Municipais: **Leidiane Cristina de Anunciação Santos Campos**, matrícula nº 5578, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento no cargo de Serviços Gerais/Apoio Municipal, progredindo da Classe **B** para Classe **C**; **Aldinéia Maria de Morais Costa**, matrícula nº 5737, lotada na Secretaria Municipal de Saúde no cargo de Técnico de Enfermagem/Assistente de Saúde, progredindo da Classe **B** para classe **C**; **Suely Maria de Jesus Assunção,** matrícula nº5482, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento no cargo de Serviços Gerais/Apoio Municipal, progredindo da classe **B** para Classe **C**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 23 de Abril de 2021.

Walquiria Conceição de Medeiros

Coordenadora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº. 349/2021

PORTARIA Nº. 349/2021

Walquiria Conceição de Medeiros, Coordenadora de Recursos Humanosda Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT – usando de suas atribuições legais.

Resolve:

Art. 1º - Conceder por Um (01) ano, **afastamento sem ônus por interesse particular** para a servidora **Marilze Simone Leite**, matricula 6021, Serviços Gerais/Apoio Educacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/04/2021 com retorno previsto em 31 de março de 2022, com base no processo nº 822/2021 e parecer jurídico nº 26/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 23 de Abril de 2021.

Walquiria Conceição de Medeiros

Coordenadora de Recursos Humanos

PORTARIA N° 351/2021

PORTARIA N° 351/2021

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, nomeia o senhor **Luiz Henrique Queiroz Rodrigues, CPF nº 040.209.771-86,** como Diretor Geral do Hospital Municipal de Nossa Senhora do Livramento Profª Maria Arlindo da Costa, **DAS – 4,** a partir da data de 06/04/2021, em consonância com a Lei Complementar n° 057-2021.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 26 de Abril de 2021.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

DECRETO N. 052/2021

DECRETO N. 052/2021

“Cancela débitos tributários inscritos em dívida ativa já prescritos e dá outras providências.”

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica, com base no que dispõe o art. 250 do Código Tributário Municipal e:

Considerando que no parecer jurídico proferido no Processo Administrativo n. 1345/2021, foi reconhecida a prescrição dos débitos inscritos em dívida ativa.

Considerando que no referido parecer consta que nos termos do Art. 250 do Código Tributário Municipal os débitos prescritos devem ser cancelados por atos do Prefeito Municipal,

D E C R E T A

Art.1º. Atendendo ao disposto no Art. 250 do Código Tributário Municipal e no respectivo parecer, ficam cancelados os débitos inscritos em dívida conforme relacionado a seguir:

Nome do Contribuinte	N° do processo	N° do parecer
FATIMA DE OLIVEIRA E SILVA	1345/2021	54/2021

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Nossa Senhora do Livramento, 26 de Abril de 2021.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO N. 053/2021

DECRETO N. 053/2021

“Cancela débitos tributários inscritos em dívida ativa já prescritos e dá outras providências.”

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica, com base no que dispõe o art. 250 do Código Tributário Municipal e:

Considerando que no parecer jurídico proferido no Processo Administrativo n. 761/2021, foi reconhecida a prescrição dos débitos inscritos em dívida ativa.

Considerando que no referido parecer consta que nos termos do Art. 250 do Código Tributário Municipal os débitos prescritos devem ser cancelados por atos do Prefeito Municipal,

D E C R E T A

Art.1º. Atendendo ao disposto no Art. 250 do Código Tributário Municipal e no respectivo parecer, ficam cancelados os débitos inscritos em dívida conforme relacionado a seguir:

Nome do Contribuinte	N° do processo	N° do parecer
DJALMA DOMINGOS DA CONCEIÇÃO	761/2021	52/2021

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Nossa Senhora do Livramento, 26 de Abril de 2021.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

ERRATA DO AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO N. 01.2021

ERRATA DO AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO N. 01.2021

A **Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT**,através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, nomeada na **Portaria n 022/2021** do dia 19 de Janeiro de 2021, **torna** público aos interessados a seguinte **RETIFICAÇÃO** no Aviso de Licitação veiculado no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso. ANO XVI N.3.714, que se encontra autorizada a realização de licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sobre o **Nº 01/2021**, do tipo de disputa **ABERTO E FECHADO** - **MENOR PREÇO POR ITEM**, na forma de Execução direta, tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção de proposta mais vantajosa, conforme descrito neste Edital e seus anexos, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n° 8. 538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital. **OBJETO: O objeto da presente licitação tem o objetivo à escolha da proposta mais vantajosa para** Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos voltado ao atendimento de pacientes internados no Hospital Municipal Maria Arlindo da Costa pela infecção do sars-cov-2, **de acordo**, com as quantidades e especificações, estabelecidas neste instrumento e seus anexos, TR – ANEXO I.

ONDE SE LÊ:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir do dia 27 de ABRIL de 2021, às 10:00 horas.

(horário de Brasília - DF).

DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: dia 06 de MAIO de 2021, às 09:00 horas - (horário de Brasília - DF).

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 06 de MAIO de 2021, às 09:30 horas-(horário de Brasília - DF).

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: dia 06 de MAIO de 2021, às 10:30 horas-(horário de Brasília - DF).

LEIA-SE:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir do dia 27 de ABRIL de 2021, às 10:00 horas -(horário de Brasília - DF).

DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: dia 10 de MAIO de 2021, às 09:00 horas - (horário de Brasília - DF).

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 10 de MAIO de 2021, às 09:30 horas-(horário de Brasília - DF).

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: dia 10 de MAIO de 2021, às 10:30 horas-(horário de Brasília - DF).

MOTIVO: Em razão do reduzido numero de servidores que estão trabalhando em home Office, o que tem gerado acúmulo de trabalhos administrativos não poderá ocorrer à sessão de disputa no dia 06/05/2021, ficando desde logo para o dia 10 de MAIO de 2021, às 10:30 horas-(horário de Brasília - DF).

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bll.org.br - O Pregão Eletrônico será realizado por meio do endereço eletrônico acima mencionado, através da Pregoeira e Equipe de Apoio.

EDITAL: O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico mencionado e site http://www.nossasenhoradolivramento.mt.gov.br/.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pela Pregoeira e Equipe de Apoio na sede da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, sito à Avenida Coronel Botelho n458 – CEP 78.178.000, Nossa Senhora do Livramento - MT, em dias úteis nos horários de 07h00min as 13h00min (Horário de Cuiabá/MT), telefone: (65) 3351-1200 site: http://www.nossasenhoradolivramento.mt.gov.br/ ou pelo e-mail: licitacao@livramento.mt.gov.br**.**

Nossa Senhora do Livramento-MT., 26 de abril de 2021.

Leonildes Fátima da S. Benevides

Pregoeira 22/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 035/2021

O Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, torna público que fará realizar a Licitação abaixo especificada:

PROCESSO Nº.: Nº. 062/2021

MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL Nº. 035/2021

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA LOCAÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS E CAMINHÕES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE, NO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT, conforme especificações contidas Anexo I – Termo de Referência do Edital.

DATA DE ABERTURA/HORA: Dia 07 (sete) de maio de 2021 às 8:00 horas.

LOCAL: Sala de Reunião/Licitações, sito na Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº. 62, Centro, Município de Nova Bandeirantes-MT.

INFORMAÇÕES: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados noSetor de licitações **-** das 07:00 às 11:00 – 13:00 às 17:00, de 2ª a 6ª feira, Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62 – Centro – Nova Bandeirantes/MT– Tel.: 66-3572-1950 ou através de solicitação pelo e-mail: ***licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br***

Nova Bandeirantes/MT, 26 de abril de 2021.

_____

Andressa Cristine F. Moreira

Pregoeira Oficial (Decreto 045/2021)

DEPTO LICITAÇÃO
RETIFICACAO DO TERCEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO N.º 052/2019

Retifica-se a publicação do terceiro termo de aditamento ao contrato N.º 052/2019, publicado em 26 de abril de 2021, ano XVI, nº 3.714, pág. 763 e 764, por motivos de erro de digitação e informações, passando a vigorar com a seguinte redação:

Onde se lê:

CLAUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS

3.1. Prorrogação do prazo de duração do Contrato original de execução da obra, por mais 240 (duzentos e quarenta) dias, passando a vigorar do dia 25/08/2020 até a data de 22/04/2021.

Lê-se:

CLAUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS

3.1. Prorrogação do prazo de duração do Contrato original de execução da obra, por mais 90 (noventa) dias, passando a vigorar do dia 22/04/2021 até a data de 20/07/2021.

As demais informações constantes, permanecem inalteradas.

Nova Bandeirantes – MT, 26 de abril de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N°093/2020

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N°093/2020

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **ECOOESTE –INDUSTRIA E COMERCIO DE PLAY-GROUND EIRELI**

CNPJ:22.103.994/0001-04

OBJETO: **Prorrogação do prazo** de duração do Contrato Original por mais 273 (duzentos e setenta e três) dias**,** vigorando a partir 02 de abril de 2021 a 31 de dezembro de 2021.

ASSINATURA**: 01 de abril de 2021.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO DECIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO N°. 017/2018

EXTRATO DECIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO N°. 017/2018

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA:**AGRO E TRUCK'S RENOVADORA DE PNEUS LTDA - EPP**

CNPJ**: 06.312.945/0001-25**

OBJETO:**Prorrogação do prazo** de duração do Contrato Original por mais 120 (cento e vinte) dias**,** vigorando a partir de 27 de março de 2021 a 25 de julho de 2021.

ASSINATURA**: 26 de março de 2021.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO DECIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO N°. 017/2018

EXTRATO DECIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO N°. 017/2018

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA:**AGRO E TRUCK'S RENOVADORA DE PNEUS LTDA - EPP**

CNPJ**: 06.312.945/0001-25**

OBJETO:**Prorrogação do prazo** de duração do Contrato Original por mais 120 (cento e vinte) dias**,** vigorando a partir de 27 de março de 2021 a 25 de julho de 2021.

ASSINATURA**: 26 de março de 2021.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N°. 013/2021

REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 042/2021

PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N°. 013/2021

A Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT, torna – se público que realizará licitaçãona modalidade Pregão Presencial **Nº.013/2021**, Registro de Preços, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** de acordo com as leis 10.520/2002 e 8.666/1993 e as alterações posteriores, Lei Complementar Federal 123/2006 **alterada pela Lei 147, de 07/08/2014,** no que couber, ao

Decreto Estadual Nº.7.217/2006, Decreto federal nº. 7.892/2013 edos Decretos Municipais nº s. 024/2016 e 025/2016 de 06/05/2016.**OBJETO:**

CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO O REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS DA LINHA LEVE E DA LINHA PESADA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA/MT, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONTIDAS NO **ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA** DESTE EDITAL, com abertura dia **10 de maio de 2021** ás **08:00 (oito horas)** horáriodo Estado de Mato Grosso Local Sala de Licitação na sede da Prefeitura Municipal, situada localizada a Avenida Vereador Genival Nunes de Araújo, 993, Centro, Nova Brasilândia – MT.

O Edital estará disponível para ser adquirido no Setor de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT, e-mail: licitacaonovabrasilandia@outlook.com ou pelo Site da Prefeitura www.novabrasilandia.mt.gov.br**,** para informações através de fone/fax 014 (66) 3385-1277.

Nova Brasilândia – MT, 26 de abril de 2021.

_____

ANA CRISTINA SOARES

PREGOEIRA

PORTARIA: 057/2021

EXTRATO DO CONTRATO N°55/2021

EXTRATO DO CONTRATO N°55/2021.

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **CASA DO COMPUTADOR LTDA EPP**

CNPJ: 10.199.390/0001-24

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE MOVEIS DE ESCRITORIO, ELETRONICOS, COMPUTADORES, IMPRESSORAS, EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E ELETRODOMESTICOS ATENDENDO A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS,Pregão Eletrônico nº005/2020.

VALOR: **R$ 14.625,00 (quatorze mil seiscentos e vinte e cinco reais).**

ASSINATURA**: 09 de abril de 2021**

VIGENCIA: **09 de abril de 2021 a 31 de dezembro de 2021.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

PREVBRAS
PORTARIA N° 203/2021, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

PORTARIA N° 203/2021, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

Licença para tratar de assuntos de interesses particulares.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere no disposto no § 2º do art. 101 – C da Lei Complementar nº. 366/2008 de 03 de julho de 2008.

RESOLVE

Art.1° Conceder o servidor efetivo **EDGAR JOSE CARDOSO** – Operador Motoniveladora **LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS DE INTERESSES PARTICULARES**, a partir de 26 de Abril de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 26 de Abril de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

SETOR DE CONVENIOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1°Termo Aditivo ao CONTRATO N.º 047/20/SMA/PMNG.

Contratada: 123 SOLAR PLACAS LTDA

Aditamento: Fica aditada, nos termos da Cláusula Quinta, o prazo de vigência do Contrato nº. 047/20/SMA/PMNG, que passa a vigorar pelo período compreendido entre os dias 27 de abril de 2021 a 26 de junho de 2021.

Data: 26/04/2021.

SETOR DE CONVENIOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2°Termo Aditivo ao CONTRATO N.º 042/2020/SMA/PMNG.

Contratada: ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO XAVIER LTDA-ME Aditamento: Fica aditada, nos termos da Cláusula Quarta, o prazo de vigência do Contrato nº. 042/20/SMA/PMNG, que passa a vigorar pelo período compreendido entre os dias 27 de abril de 2021 a 26 de junho de 2021.

Data: 26/04/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
ATA DA LICITAÇÃO DESERTA REFERENTE AO EDITAL N.º 14/2021, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

ATA DA LICITAÇÃO DESERTA REFERENTE AO EDITAL N.º 14/2021, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de abril do corrente ano, na cidade de Nova Lacerda- MT, na Sala de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, estava marcado para as 13:30 horas, em sessão pública, onde o pregoeiro e membros, instituída pela PT n.º 225 de 01 de setembro de 2020, abaixo assinados, encarregada de dirigir e julgar este certame, destinado a ***AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA PARA O MUNICIPIO DE NOVA LACERDA.*** No entanto, não houve nenhum interesse dos licitantes em participar do evento, ocasionando uma licitação deserta. O Presidente deu por encerrado os trabalhos, lavrando a presente Ata, que vai assinada pelo presidente, juntamente com os membros.

Nova Lacerda- MT 26 de abril de 2021.

Jacson Douglas Nunes Cordeiro

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
DISPENSA LICITAÇÃO Nº 11/2021

DISPENSA LICITAÇÃO Nº 11/2021

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda- MT, torna público aos interessados a contratação;

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços em procedimentos pulmonares, atendendo a Secretaria de Saúde.

Favorecida: L.A SERVICOS MEDICOS LTDA R$ 11.020,00 (Onze mil e vinte reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, Inciso II da Lei nº 8.666/93, Lei Municipal 730/2015 e Decreto municipal 895/2015.

Nova Lacerda- MT 26 de Abril de 2021.

Uilson Jose da Silva

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2021 PROC. LICITATÓRIO: 32/2021 PREGÃO PRESENCIAL: 19/2021

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2021

PROC. LICITATÓRIO: 32/2021 PREGÃO PRESENCIAL: 19/2021

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda-MT

OBJETO: Registro de preço para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de exames de Ultrassonografia, conforme as especificações e quantidades constantes do Termo de Referencia.

PRAZO: 12 Meses, a partir de 26 de Abril de 2021.

CONTRATADO:

1- SOS - DIAGNOSTICOS EIRELI - R$: 226.750,00 (Duzentos e vinte e seis mil e setecentos e cinquenta reais);

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA –MT, 26 de Abril de 2021.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO 19/2021 PROC. LICITATÓRIO: 32/2021 PREGÃO PRESENCIAL: 19/2021

AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO 19/2021

PROC. LICITATÓRIO: 32/2021 PREGÃO PRESENCIAL: 19/2021

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda-MT

CONTRATADO: SOS - DIAGNOSTICOS EIRELI.

OBJETO: Registro de preço para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de exames de Ultrassonografia, conforme as especificações e quantidades constantes do Termo de Referencia.

PRAZO: 12 Meses, a partir de 26 de Abril de 2021.

CONTRATADO:

1- SOS - DIAGNOSTICOS EIRELI - R$: 226.750,00 (Duzentos e vinte e seis mil e setecentos e cinquenta reais).

Ata de Registro 22/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA –MT, 26 de Abril de 2021.

PROCURADORIA JURÍDICA
JULGAMENTO - PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR: 004/2020.

Vistos e examinados os autos dos processos em epigrafe, instaurado para apurar as irregularidades atribuídas a servidora pública **MIRIAN ARAUJO,** técnico de enfermagem, lotada na secretaria municipal de saúde de Nova Lacerda/MT, decido:

I – ACATO o relatório da Comissão da Processo Administrativo Disciplinar, conforme art. 168 da Lei nº 8.112/90 e art. 260, II da Lei Complementar nº 021/2005;

II – JULGO e **DECIDO** que a servidora pública **MIRIAN ARAUJO,** dada a gravidade da infração cometida pela servidora, qual seja dormir em horário de trabalho, sendo que foi solicitado pela médica Dra. Eli Ângela e o enfermeiro Thiago, que a mesma auxiliasse no atendimento de uma urgência, no dia 11 de abril 2020. Sendo assim, conforme preceitua o art. 182, inciso VII e XI e art. 184 da Lei Complementar Municipal nº 021/2005:

Art. 182 – Ao servidor é proibido:

VII – Observar normas legais e regulamentares:

XI – manter no ambiente de trabalho comportamento condizente com a sua qualidade de servidor público e cidadão.

Art. 184 – Pelo exercício irregular de suas atribuições e transgressões de seus deveres, o servidor responde administrativamente, penalmente e civilmente.

Desse modo, conforme preceitua art. 192, inciso I, da Lei complementar nº 021/2005, é claro reconhecer a pena de **ADVERTÊNCIA** a servidora pública, diante da gravidade e natureza dos fatos apurados.

Art. 182 – São penas disciplinares:

I – Advertência

III – DETERMINO em decorrência, a expedição de advertência, a ser realizada de forma escrita, conforme disposto no Art. 194 da Lei Complementar 021/2005:

Art. 194 – a advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constantes, do artigo 182, incisos I a XVIII, e de inobservância do dever funcional previsto em lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave.

IV – DETERMINO, ainda, os consecutivos envios desse ato:

a) A servidora pública municipal **MIRIAN ARAUJO** e a Secretaria de Saúde do Município de Nova Lacerda/MT para conhecimento acerca das conclusões e recomendações constantes no relatório da Comissão e para ciência da Servidora. b) Ao setor de Departamento Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, para registro do fato.Nova Lacerda, Mato Grosso, 26 de abril de 2021.**UILSON JOSÉ DA SILVA**Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
JULGAMENTO - PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR: 003/2020.

Vistos e examinados os autos dos processos em epigrafe, instaurado para apurar as irregularidades atribuídas a servidora pública **LUCY MEIRE VALDERRAMAS DA SILVA,** técnico de enfermagem, lotada na secretaria municipal de saúde de Nova Lacerda/MT, decido:

I – ACATO o relatório da Comissão da Processo Administrativo Disciplinar, conforme art. 168 da Lei nº 8.112/90 e art. 260, II da Lei Complementar nº 021/2005;

II – JULGO e **DECIDO** que a servidora pública **LUCY MEIRE VALDERRAMAS DA SILVA,** dada a gravidade da infração cometida pela servidora, qual seja dormir em horário de trabalho, sendo que foi solicitado pela médica Dra. Eli Ângela e o enfermeiro Thiago, que a mesma auxiliasse no atendimento de uma urgência, no dia 11 de abril 2020. Sendo assim, conforme preceitua o art. 182, inciso VII e XI e art. 184 da Lei Complementar Municipal nº 021/2005:

Art. 182 – Ao servidor é proibido:

VII – Observar normas legais e regulamentares:

XI – manter no ambiente de trabalho comportamento condizente com a sua qualidade de servidor público e cidadão.

Art. 184 – Pelo exercício irregular de suas atribuições e transgressões de seus deveres, o servidor responde administrativamente, penalmente e civilmente.

Desse modo, conforme preceitua art. 192, inciso I, da Lei complementar nº 021/2005, é claro reconhecer a pena de **ADVERTÊNCIA** a servidora pública, diante da gravidade e natureza dos fatos apurados.

Art. 182 – São penas disciplinares:

I – Advertência

III – DETERMINO em decorrência, a expedição de advertência, a ser realizada de forma escrita, conforme disposto no Art. 194 da Lei Complementar 021/2005:

Art. 194 – a advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constantes, do artigo 182, incisos I a XVIII, e de inobservância do dever funcional previsto em lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave.

IV – DETERMINO, ainda, os consecutivos envios desse ato:

a) A servidora pública municipal **LUCY MEIRE VALDERRAMAS DA SILVA** e a Secretaria de Saúde do Município de Nova Lacerda/MT para conhecimento acerca das conclusões e recomendações constantes no relatório da Comissão e para ciência da Servidora. b) Ao setor de Departamento Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, para registro do fato.Nova Lacerda, Mato Grosso, 26 de abril de 2021.**UILSON JOSÉ DA SILVA**Prefeitura Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL TOMADA DE PREÇO 04/2021

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL TOMADA DE PREÇO 04/2021

À Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, torna público que fará realizar Tomada de Preço 04/2021.

ABERTURA: 13 de maio de 2021 ás 08:00 horas;

OBJETO: Contratação de empresa para execução global de obra em construção do banheiro público na Praça José Luiz Hoffmann conforme projeto Arquitetônico, complementares, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e demais;

LOCAL: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, sala de licitações, sito na Rua 16 de Julho, 815, Centro, Nova Lacerda- MT.

Os interessados em adquirir o Edital completo e maiores informações (65) 3259-4045 ou no site: www.novalacerda.mt.gov.br.

Nova Lacerda-MT 26 de abril de 2021.

Roseli dos Santos

Pregoeira

PROCURADORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº. 283/2020.

ALTERA DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR COMO RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS N° 074/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

UILSON JOSÉ DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993,

RESOLVE:

1 – Alterar o responsável por acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos a seguir especificados:

CONTRATO Nº s	RESPONSÁVEL A SER SUBSTITUIDO	RESPONSÁVEL SUBSTITUTO
074/2020	LUCIANO RODRIGUES DA SILVA	JAIR FERREIRA FRANCO

2 – Esta Portaria entra em vigor nesta data.

3 – Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, em 31 de dezembro de 2020.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 099/2021

PORTARIA Nº 099/2021

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 021/2005 e 022/2005 de 15 de dezembro de 2005, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - A requerimento de parte interessada, **CONCEDE** autorização de afastamento ao Servidor **ODELIO MOLINARIO, matricula 1488,** por 07 (sete) dia consecutivos **(23/04/2021 A 29/04/2021)** em razão de seu casamento, de acordo com os termos do Artigo 161, Inciso IV, Linha A da Lei Complementar 021/2005 de 15/12/2005

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário tendo seus efeitos retroagidos ao dia 23/04/2021.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 26 dias do mês de abril de 2021.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 096/2021

PORTARIA N.º 096/2021

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Pensão Por Morte em favor da filha menor **SOFIA STABILE DE ALMEIDA**, devidamente representada por seu genitor **Sr. CRISTIANO DE ALMEIDA SILVA**, em decorrência do falecimento da servidora **Sra. ROSANGELA QUEIROZ STABILE.**"

A Secretária Municipal de Administração do Município de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o preenchimento dos pressupostos contidos no artigo 40, § 7º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 103/2019, c/c art. 28, art. 7º inciso I, art. 30, inciso I da Lei Municipal n.º da Lei n.º 638, de 27/12/2012, que instituiu o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Nova Lacerda/MT; com redação alterada pela Lei Municipal nº 873/2020, que dispõe sobre a previdência social dos servidores públicos do Município de Nova Lacerda /MT; Conforme Lei nº 021/2005 de 15/12/2005, que dispõe Sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Nova Lacerda, Decreto n.º 1.530/2020, que dispõe sobre o reajuste anual dado aos servidores do Município de Nova Lacerda:

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de **PENSÃO POR MORTE**, em decorrência do falecimento da Sra. **Rosangela Queiroz Stabile**, brasileira, portador do RG n.º 1092829-4 SESP/MT e inscrita no CPF sob o n.º 009.360.411-45 servidora efetiva, no cargo de **Auditora Pública Interna**, Classe "B", Nível "01", lotada na **Gabinete – Unidade de Controle Interno**, devidamente matriculada sob nº 1447, o equivalente a 100% (cem por cento) da cota, em favor, de **Sofia Stabile de Almeida,**inscrita no CPF nº. 061.578.

211-67, na qualidade de filha menor, nascida em 06/09/2011, representada legalmente por seu genitor Sr. **Cristiano de Almeida Silva**, portador do nº14442078 SSSP/MT e inscrito no CPF nº. 955.482.971-04, conforme processo administrativo do NOVA-PREV,n.º 2021.07.00015P, a partir de 25/11/2020, data do óbito, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de **25 de novembro de 2020**, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Lacerda/MT, 19 de abril de 2021.

CHRISTIANE FERREIRA DA SILVA

Secretária Municipal de Administração

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 098/2021

PORTARIA Nº 098/2021

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 021/2005 e 022/2005 de 15 de dezembro de 2005, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - A requerimento de parte interessada, **CONCEDE** autorização de afastamento a Servidora **GLACIELI RODRIGUES MORAES, matricula 2158,** por 07 (sete) dia consecutivos **(23/04/2021 A 29/04/2021)** em razão de seu casamento, de acordo com os termos do Artigo 161, Inciso IV, Linha A da Lei Complementar 021/2005 de 15/12/2005

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário tendo seus efeitos retroagidos ao dia 23/04/2021.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 26 dias do mês de abril de 2021.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE JULGAMENTO DA CHAMADA PÚBLICA 001/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL

Data da realização: 14/04/2021

Produtores Vencedores:

A) – MARIA APARECIDA DE /SOUZA, que apresentou proposta no valor de R$ 19.681,50 (dezoito mil e setenta e três reais e trinta centavos) nos itens 3, 4, 8, 9, 10, 13, 14, 18, 22, 23.

B) – ADELITA LEMES FERNANDES, que apresentou a proposta no valor total de R$ 19.967,00, nos itens 5, 6, 7, 15, 21.

Nova Marilândia – MT, 26 de abril de 2021.

BRUNA CRISTINA PEREIRA DADALT

PRESIDENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 019/2021

A Prefeitura Municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso através de sua comissão Permanente de Licitação, designado pela portaria N°142/2021 de 16 de março de 2021 tornam público o resultado da Dispensa de Licitação N°019/2021 tendo como objeto a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA REFORMAS DOS MOVEIS ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** diante da proposta comercial apresentada por **MARCENAL MADEIRAS E COMENPENSADOS LTDA** com o CNPJ 33.687.450/0001-53. Valor Total de 14.100,00 (quatorze mil e cem reais) nos termos do artigo 24, II da Lei Federal n°8.666 com suas alterações posteriores.

O Edital da licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala de licitação da Prefeitura, localizada na Av. Amos Bernadino Zanchet, em frente a Eletromóveis Martinello, neste Município de Nova Maringá-MT de segunda a sexta-feira no horário de atendimento ao público.

Nova Maringá-MT, 26 de abril de 2021.

EDI CARLOS RODRIGUES JULIO

PRESIDENTE DA CPL

LICITAÇÃO
QUARTO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO 020/2020.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE ARQUIBANCADA, MURO, CALÇADAS E PAISAGISMOS NO GINASIO MUNICIPAL DE NOVA MARINGA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS

TOMADA DE PREÇOS 005/2020.

Por este instrumento de Aditivo e, na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Avenida Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, na cidade de Nova Maringá/MT, inscrito no CNPJ/MF sob nº 37.464.831/0001-24, representado neste ato pela Prefeita Municipal **ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE**, brasileira, viúva , portadora do CPF: 378.869.831-49 e RG n.º 1400970 SSP-PR, natural de Amoreira/PR, residente e domiciliado no município de Nova Maringá/MT, tendo em vista o disposto no artigo 61, da Lei nº. 8.666/1993, de 21 de junho de 1993, em sequência denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa **ART COLOR TINTAS E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ nº. 19.409.914/0001-39 estabelecida na cidade de Nova Olimpia, bairro Santa Rosa, Rua Tancredo de A. Neves, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada pelo seu representante legal, engenheiro, Sr**. VICTOR ALFREDO PEDERIVA JUNIOR** inscrito no CPF sob o nº. 049.045.801-76, daqui por diante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em comum acordo resolvem celebrar o presente **ADITIVO DE PRAZO** ao CONTRATO Nº 020/2020, nos termos da Tomada de Preços 005/2020, devidamente homologado em 14/12/2020, regido pelas seguintes cláusulas e nos termos da Lei Federal n. º 8.666 e suas alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

01.1. Fica prorrogado por mais 45 (quarenta e cinco) dias o contrato nº. 020/2020 celebrado entre as partes supra discriminadas, a contar do primeiro dia após o termino do prazo original, ou seja, com início a partir do dia 29 de abril de 2021 e término em 13 de junho de 2021. **01.2.** A prorrogação do prazo de vigência do referido Contrato n. º 020/2020, tem sua fundamentação legal no artigo 57, §1° VI, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

02.1. A fiscalização do objeto deste contrato continuará sendo efetuado pelo fiscal **GRACILIANO NOBRE DE ALMEIDA**, designado pela administração deste Município, cabendo o acompanhamento do cumprimento das obrigações geral da **CONTRATADA** e fazendo cumprir as determinações legais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

03.1. As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas**.**

Nova Maringá – MT, ... de ..... de 2021.

MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT ART COLOR TINTAS E SERVIÇOS

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE CNPJ: 19.409.914/0001-39

Contratada Contratante

_____

GRACILIANO NOBRE DE ALMEIDA

CPF: 049.565.904.58

Fiscal de Contrato

TESTEMUNHAS:

_____ _____-_____

a) VANDA DA SILVA b) PAULO DA SILVA PEREIRA

CPF: 622.550.611-04 CPF: 701.332.801-44

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃODISPENSA DE LICITAÇÃO 020/2021

A Prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, Estado de Mato Grosso através de sua comissão Permanente de Licitação, designada pela portaria 142/2021 de 16 de março de 2021 tornam publico o resultado da Dispensa de Licitação N°020/2021, tendo como Objeto: **AQUISIÇÃO DE ROTEADORES WIFI E ADAPTADORES USB PARA A INSTALAÇÃO DA NOVA REDE DE COMPUTADORES NO NOVO PRÉDIO DA PREFEITURA DE NOVA MARINGÁ - MT,** diante da proposta comercial apresentada por **WT SPEED TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA – EPP** com o **CNPJ: 04.985.607.0001.29** com a menor proposta no Valor total de **R$ 17. 079,10** (dezessete mil setenta e nove reais e dez centavos), com os termos no inciso II do artigo 24 da Lei Federal N°8.666/93 com suas alterações posteriores.

O processo referente a licitação acima, encontra- se a disposição dos interessados na sala da licitação da Prefeitura, localizada na Av. Amos Bernardino Zanchet, Centro, neste Município de Nova Maringá, de segunda a sexta no horário de atendimento ao público.

Nova Maringá - MT, 26 de abril de 2021.

EDI CARLOS RODRIGUES JULIO

PRESIDENTE DA CPL

LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2020.

PREGÃO PRESENCIAL 014/2020.

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ, com CNPJ 37.464.831/0001-24 neste ato representado pela Prefeita Municipal Sr. **ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE**, RESOLVE REAJUSTAR OS PREÇOS da **EMPRESA JACOB PISAIA JUNIOR & CIA LTDA**, pessoa jurídica de Direito, inscrita no **CNPJ 05.528.204/0001-13**, com sede na Avenida Amos Bernardino Zanchet, N°: 463, Centro, na cidade de Nova Maringá – Mato Grosso, neste ato representada pelo sócio proprietário senhor, **JACOB PISAIA JUNIOR**, brasileiro, residente e domiciliado na Avenida Amos Bernardino Zanchet, N°: 463, Centro, na cidade de Nova Maringá – Mato Grosso, portador da C.I. RG. Nº 1348852-0 SSP-MT e CPF/MF n. º 935. 449.791-87, doravante denominada **"DETENTORA"**, tendo em vista o contido na Ata de Registro de Preços n° 027/2020, oriunda do Pregão Presencial n° 014/2020, ajustam e celebram o mesmo, nos termos da Lei Federal n° 8.666/93, com suas alterações posteriores, e demais dispositivos legais aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TEMPEROS, HORTIFRUTIGRANJEIROS, ALIMENTOS PERECÍVEIS, ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS, PÃES, REFRIGERANTE, GÁS DE COZINHA, AGUA MINERAL ENTRE OUTROS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ - MT,**conforme especificações e condições constante na Ata, no edital e seus anexos.

2. DOS PREÇOS

2.1. Os novos preços, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados neste Termo de Reequilíbrio encontram-se indicados na Ata de registro de Preços conforme tabela abaixo:

ITEM	UND	QNT	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR ANTERIOR	% DE REAJUSTE	VALOR ATUAL	VALOR TOTAL
01	KG	360	**ABACATE** SELECIONADO TIPO 01	JACOB	R$ 7,69	21,22%	R$ 9,32	R$ 3. 355,20
02	KG	660	**ABACAXI PEROLA**	JACOB	R$ 5,75	35,42%	R$ 7,78	R$ 5. 134,80
07	PCTE	3. 239	**AÇÚCAR CRISTAL** SACAROSE OBTIDA A PARTIR DO CALDO DE CANA-DE-AÇUCAR. CRISTAL, BRANCO, ASPECTO GRANULOSO FINO A MÉDIO, ISENTO DE MATÉRIA TERROSA, LIVRE DE UMIDADE E FRAGMENTOS ESTRANHOS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIETILENO TRANSPARENTE ORIGINAL DE FÁBRICA DE 2 KG	DOCE DIA	R$ 5,35	10,10 %	R$ 5,89	R$ 19. 077,71
20	KG	440	**APRESUNTADO** FATIADO OU EM PEDAÇO, RESFRIADO, A BASE DE CARNE SUÍNA, EMBALADA EM MATERIAL ADEQUADO QUE LHE CONFIRA UMA PROTEÇÃO APROPRIADA (PLÁSTICAS TRANSPARENTES). NÃO CONGELADO	FRICO	R$ 24,84	3,83%	R$ 25,79	R$ 11. 347,60
21	PCTE	1. 690	**ARROZ BRANCO** SUBGRUPO POLIDO, CLASSE LONGO FINO, AGULHA, TIPO 1 ISENTO DE MATERIA TERROSA, PEDRAS, FUNGOS OU PARASITAS, LIVRE DE UMIDADE COM GRÃOS INTEIROS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIETILENO TRANSPARENTE, ORIGINAL DE FÁBRICA DE **5 KG**.	KUMBUCA	R$ 22,49	2,23%	R$ 22,99	R$ 38. 853,10

28	KG	1.015	**BANANA MAÇA** SELECIONADA, DE ÓTIMA QUALIDADE, COMPACTA, FIRME, COLORAÇÃO UNIFORME, AROMA, COR, TÍPICOS DA ESPÉCIE, EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO.	JACOB	R$ 6,68	18,12%	R$ 7,89	R$ 8.008,35
29	KG	3.130	**BANANA NANICA** SELECIONADA, DE ÓTIMA QUALIDADE, COMPACTA, FIRME, COLORAÇÃO UNIFORME, AROMA, COR, TÍPICOS DA ESPÉCIE, EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO.	JACOB	R$ 4,74	14,29%	R$ 5,41	R$ 16,933,30
30	KG	765	**BATATA DOCE** GRAUDA SELECIONADA, FRESCA, DE OTIMA QUALIDADE, COMPACTA, FIRME, COLORAÇÃO UNIFORME, AROMA, COR, TIPICOS DA ESPECIE EM PERFEITO ESTADO DE DESINVOLVIMENTO	JACOB	R$ 4,05	58,03%	R$ 6,40	R$ 4.896,00
31	KG	1.750	**BATATA LISA** TIPO 1 SELECIONADA	JACOB	R$ 4,90	10%	R$ 5,39	R$ 9.432,50
35	KG	515	**BETERRABA** SELECIONADA, DE FRESCA, DE OTIMA QUALIDADE, COMPACTA, FIRME, COLORAÇÃO UNIFORME, AROMA, COR, TIPICOS DA ESPECIE, EM PERFEITO ESTADO DE DESINVOLVIMENTO	JACOB	R$ 4,15	44,34%	R$ 5,99	R$ 3,084,85
53	KG	3.185	**CARNE BOVINA** DE SEGUNDA MOÍDA	FRIGOBOM	R$ 19,81	10,40%	R$ 21,87	R$ 69.655,95
54	KG	2.230	**CARNE BOVINA DE SEGUNDA** SEM OSSO (PEDAÇO OU BIFE)	FRIGOBOM	R$ 23,85	10,40%	R$ 26,33	R$ 58.715,90
56	KG	705	**CARNE SECA** (CHARQUE) ÓTIMA QUALIDADE COM POUCA GORDURA	JACOB	R$ 27,04	10,40%	R$ 29,85	R$ 21.044,25
60	UND	1.000	**CESTA BASICA** COM, 2 EXTRATO DE TOMATE 130GR, 4 MACARRÃO PARAFUSO 500GR, 1 CREME DENTAL 90GR, 2 FEIJAO TIPO 1 1KG, 1 TEMPERO 300GR, 1 SABAO EM BARRA C/ 5UN, 2 TRIGO TIPO 1, 1 PAPEL HIGIENICO C/ 4UN, 1 CAFE 500GR TIPO 1, 1 SABAO EM PO 500GR, 2 SABONETE 90GR, 3 OLEO DE SOJA, 1 FARINHA DE MANDIOCA 1KG, 2 ARROZ AGULHINHA TIPO 1, 1 ESPONJA DE AÇO, 2 ACUCAR CRISTAL DE 2KG,1 SAL E 1 SARDINHA C/ OLEO	QUERO ESTRELA SORRISO KUMBUCA ADORI REALTA SPECIAL BOM TAMBEM FLOR YPE CONCORDIA MASSON KUMBUCA Q LUSTRO DOCE DIA VITASAL SOMAG	R$ 143,08	3,16 %	R$ 147,59	R$ 147.590,00
64	KG	500	**CHUCHU** SELECIONADO FRESCO, DE OTIMA QUALIDADE, COMPACTO, FIRME, COLORAÇÃO UNIFORME, AROMA, COR, TIPICOS DA ESPECIE, EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO	JACOB	R$ 4,81	16,43%	R$ 5,60	R$ 2.800,00
67	PCTE	510	**COLORAU** COLORIFICO NATURAL A BASE DE URUCUM – PACOTE 500 GRAMAS	ZAELI	R$ 5,90	40,45%	R$ 8,28	R$ 4.222,80
70	KG	520	**COSTELA BOVINA**	FRIGOBOM	R$ 18,94	10,40%	R$ 20,90	R$ 10.868,00
71	KG	210	**COUVE-FLOR** FRESCAS E LIMPAS	JACOB	R$ 14,10	2,08%	R$ 14,39	R$ 3.021,90
87	PCTE	600	**FEIJÃO PRETO** TIPO 1 PACOTE DE 1 KG – GRÃOS NOVOS INTEIROS, ASPECTO BRILHOSO E LISO, ISENTO DE MATERIA TERROSA, PEDRAS OU CORPOS ESTRANHOS, FUNGOS OU PARASITAS E LIVRE DE UMIDADE	KUMBUCA	R$ 6,90	15,10%	R$ 7,94	R$ 4.764,00
94	KG	205	**FRANGO INTEIRO CONGELADO**, LIMPO, PROVENIENTES DE AVES SADIAS, ABATIDAS SOB INSPEÇÃO VETERINÁRIA. DEVE APRESENTAR LIVRE DE PARASITAS E DE QUALQUER SUBSTÂNCIA CONTAMINANTE QUE POSSA ALTERAR OS ASPECTOS NORMAIS DO PRODUTO	SADIA	R$ 10,58	8,95%	R$ 11,52	R$ 2.361,60
95	PCTE	550	**FUBÁ DE MILHO** PACOTE 1KG	MIKA	R$ 2,88	10,07%	R$ 3,17	R$ 1.743,50
97	KG	95	**GENGIBRE** DE ÓTIMA QUALIDADE, COMPACTA, FIRME, COLORAÇÃO UNIFORME, AROMA, COR, TÍPICOS DA ESPÉCIE, EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO.	JACOB	R$ 12,30	38,46%	R$ 17,03	R$ 1.617,85
98	KG	110	**INHAME** DE OTIMA QUALIDADE, COMPACTA, FIRME, COLORAÇÃO UNIFORME, AROMA, COR, TIPICOS DA ESPECIE, EM PERFEITO ESTADO DE DESINVOLVIMENTO	JACOB	R$ 7,09	41,42%	R$ 10,02	R$ 1.102,20
105	LATA	905	**LEITE EM PÓ** COM VITAMINAS C+D+A 400GR	NINHO	R$ 13,85	15,46 %	R15,99	R$ 14.470,95
112	KG	190	**LINGUIÇA DE FRANGO**	SADIA	R$ 16,34	10,48%	R$ 18,05	R$ 3.429,50
115	KG	2.525	**MAÇÃ NACIONAL** ISENTA DE PARASITAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES	JACOB	R$ 7,28	6,49%	R$ 7,75	R$ 19.568,75
126	UND	1.135	**MARGARINA COM SAL** 500GR, PRODUTO INDUSTRALIZADO PELA HIDROGENAÇÃO DE LEOS VEGETAIS (75% LIPIDOS), LEITE PASTEURIZADO	CLAYBOM	R$ 5,20	18.27%	R$ 6,15	R$ 6.980,25
130	KG	770	**MELÃO**, COMPACTO, FIRME, COLORAÇÃO UNIFORME, AROMA, COR, TIPICOS DA ESPECIE. ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇOES	JACOB	R$ 6,30	18,19%	R$ 7,44	R$ 5.728,80
131	PCTE	640	**MILHO PIPOCA** 500 GR	MIKA	R$ 2.74	15%	R$ 3,15	R$ 2.016,00
136	KG	265	**MORTADELA KG** (PEDAÇO OU FATIADA) SEM GORDURA, ASPECTO PROPRIO, NÃO AMOLECIDA, NEM PEGAJOSA, COR, SABOR E CHEIRO PROPRIO, SEM MANCHAS ESVERDEADAS, AUSENCIA DE SUJIDADES LARVAS E PARASITAS	PERDIGÃO	R$ 10,37	10,42%	R$ 11,45	R$ 3.034,25
137	UND	220	**OLEO DE GIRASSOL** EMBALAGEM EM POLIETILENO TEREFTALATO (PET) DE 900 ML	SALADA	R$ 9,17	25,21%	R$ 11,48	R$ 2.525,60
141	KG	480	**PAO CASEIRO** MIOLO CONSISTENTE, SEDOSO E MACIO, TIPO TRADICIONAL, PEÇA FATIADA, COMPOSTO DE FARINHA DE TRIGO, AÇUCAR, GORDURA VEGETAL, LEITE, SAL, AGUA, FERMENTO BIOLOGICO, ANTIMOFO, EMBALADO EM SACO PLASTICO PVC ATOXICO, COM VALIDADE MINIMA DE 05 DIAS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA	JACOB	R$ 12,00	2,67%	R$ 12,32	R$ 5.913,60
142	KG	600	**PAO DE FORMA**, MIOLO CONSISTENTE, SEDOSO E MACIO, TIPO TRADICIONAL, PEÇA FATIADA, COMPOSTO DE FARINHA DE TRIGO, AÇUCAR, GORDURA VEGETAL, LEITE, SAL, AGUA, FERMENTOBIOLOGICO, ANTIMOFO, EMBALADO EM SACO PLASTICO EM PVC ATOXICO, COM VALIDADE MINIMA DE 05 DIAS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA	JACOB	R$ 9,99	2,67%	R$ 10,25	R$ 6.150,00

143	KG	440	**PAO DOCE** MIOLO CONSISTENTE, SEDOSO E MACIO, TIPO TRADICIONAL, COMPOSTO DE FARINHA DE TRIGO, AÇUCAR, GORDURA VEGETAL, LEITE, SAL, AGUA, FERMENTO BIOLOGICO, ANTIMOFO, EMBALADO EM SACO PLASTICO PVC ATOXICO, COM VALIDADE MAXIMA DE 05 DIAS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA	JACOB	R$ 12,09	2,67%	R$ 12,41	R$ 5. 460,40
144	KG	3. 686	**PAO FRANCES** COM NO MINIMO 50G, FABRICADO COM MATERIA PRIMA DE QUALIDADE, ISENTOS DE MATERIA TERROSA, PARASITOS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO	JACOB	R$ 10,98	2,67%	R$ 11,27	R$ 41. 541,22
145	KG	1. 140	**PAO PARA CACHORRO QUENTE** MINIMO 50G FABRICADO COM MATERIA PRIMA DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTOS DE MATERIA TERROSA, PARASITOS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO	JACOB	R$ 8,00	2,67%	R$ 8,21	R$ 9. 359,40
148	KG	240	**PESSEGO** COMPACTO, FIRME, COLORAÇÃO UNIFORME, AROMA, COR, TIPICOS DA ESPECIE. ISENTA DE SUJIDADES PARASITAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES	JACOB	R$ 9,90	16,67%	R$ 11,55	R$ 2. 772,00
154	PCTE	500	**POLVILHO DOCE** EM EMBALAGEM DE 500G	ZAELI	R$ 4,49	19.16%	R$ 5,35	R$ 2. 675,00
168	KG	940	**SALSICHA TIPO HOT DOG DE CARNE BOVINA (KG)**, PROVENIENTE DE ANIMAIS DA ESPÉCIE BOVINA, SEM PIMENTA, CONGELADA. FEITA A PARTIR DE CARNE BENEFICIADA SOB INSPEÇÃO VETERINÁRIA. DEVE APRESENTAR-SE LIVRE DE PARASITAS E DE QUALQUER APARATO QUE VENHA ENCOBRIR POSSÍVEIS ALTERAÇÕES. O PRODUTO NÃO DEVERÁ APRESENTAR SUPERFÍCIE ÚMIDA, PEGAJOSA OU PARTES FLÁCIDAS OU COM INDÍCIOS DE FERMENTAÇÃO PÚTRIDA.	PERDIGÃO	R$ 11,90	9,34%	R$ 13,01	R$ 12. 229,40

ALTERAÇÃO CESTA BASICA

QUANT	PRODUTO	VALOR ANTERIOR	REAJUSTE %	VALOR ATUAL	VALOR TOTAL
3	**FEIJÃO KUMBUCA**	R$ 7,40	12,58%	R$ 8,33	R$ 24,99
3	**OLEO DE SOJA CONCORDIA**	R$ 6,61	R$ 3,94	R$ 6,87	R$ 20,61
1	**PAPEL HIGIENICO SPECIAL C 4UN**	R$ 2,65	8,10%	R$ 2,86	R$ 2,86
1	**FARINHA DE MANDIOCA BRANCA MASSON 1KG**	R$ 5,00	15,39%	R$ 5,77	R$ 5,77

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1.O reajuste é justificável tento em vista a alta nos Preços de alimentos básicos sob o efeito da pandemia.

4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Os demais itens e cláusulas da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 027/2020, PREGÃO PRESENCIAL 014/2020 original permanecem inalteradas.

Nova Maringá – MT, ... de ..... de 2021.

_____

MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Contratante

_____

JACOB PISAIA JUNIOR & CIA LTDA

CNPJ 05.528.204/0001-13

JACOB PISAIA JUNIOR

Contratado

TESTEMUNHAS:

A) EMILY RAYANA BUCHS DA CRUZ B) ROSIMEIRE DA SILVA SOUZA

CPF: 061.821.981-17 CPF: 017.985.851-38

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

RECURSOS HUMANOS
RESUMO ADITIVO Nº 07/2021

RESUMO TERMO ADITIVO Nº 07/2021 DO CONTRATO 01/2021

1. PARTES: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde e Senhora **NAPOLEANA DA SILVA BARROS**.

2. Fica Alterada a Cláusula Sétima do contrato 01/2021 onde prorroga a vigência do presente contrato por mais 90(noventa) dias, iniciando-se o cômputo a partir da data de 26/04/2021 e encerrando-se no dia 25/07/2021

3. DATA ASSINATURA: 26 ABRIL DE 2021.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 109, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

PORTARIA Nº 109, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

SÚMULA: FICA EXONERADA, A SENHORA **ANDREA BRUSTOLIN PEREIRA,** DO CARGO DE **COORDENADORA DE SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO,** DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Fica exonerada, a senhora **Andrea Brustolin Pereira**, do cargo de **Coordenadora de Suporte Profilático e Terapêutico**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Nova Monte Verde - MT, 26 de abril de 2021.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 111, DE 26 DE ABRIL DE 2021

PORTARIA Nº 111, DE 26 DE ABRIL DE 2021

SÚMULA: DECLARA VAGO O CARGO DE MÉDICA CLÍNICA GERAL OCUPADO PELA SENHORA, **MARIANA REIS BARRETO,** POR MOTIVO DE EXONERAÇÃO.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, pelo Art. 90, inciso VII da lei Orgânica do Município, e, **CONSIDERANDO** os termos da portaria nº 110/2021, da prefeitura municipal de Nova Monte Verde, que exonerou a pedido a senhora Mariana Reis Barreto.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Declarar vago nos termos do Art. 70, inciso I da Lei Municipal nº 830/2016 (Estatuto dos Servidores do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso), a partir de 21 de abril de 2021, o cargo de Médica Clínica Geral do quadro de cargos de provimento efetivo da Lei Municipal 627/2013, ocupado pela servidora Mariana Reis Barreto, matricula nº 3690, por motivo de exoneração.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas às disposições em contrário.

Nova Monte Verde - MT, 26 de abril de 2021.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 111, DE 26 DE ABRIL DE 2021

PORTARIA Nº 111, DE 26 DE ABRIL DE 2021

SÚMULA: DECLARA VAGO O CARGO DE MÉDICA CLÍNICA GERAL OCUPADO PELA SENHORA, **MARIANA REIS BARRETO,** POR MOTIVO DE EXONERAÇÃO.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, pelo Art. 90, inciso VII da lei Orgânica do Município, e, **CONSIDERANDO** os termos da portaria nº 110/2021, da prefeitura municipal de Nova Monte Verde, que exonerou a pedido a senhora Mariana Reis Barreto.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Declarar vago nos termos do Art. 70, inciso I da Lei Municipal nº 830/2016 (Estatuto dos Servidores do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso), a partir de 21 de abril de 2021, o cargo de Médica Clínica Geral do quadro de cargos de provimento efetivo da Lei Municipal 627/2013, ocupado pela servidora Mariana Reis Barreto, matricula nº 3690, por motivo de exoneração.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas às disposições em contrário.

Nova Monte Verde - MT, 26 de abril de 2021.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 110, DE 26 DE ABRIL DE 2021

PORTARIA Nº 110, DE 26 DE ABRIL DE 2021

SÚMULA: FICA EXONERADA, A PEDIDO, A SENHORA **MARIANA REIS BARRETO,** DO CARGO DE **MÉDICA CLÍNICA GERAL,** DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Fica exonerada, a pedido, a senhora **Mariana Reis Barreto**, do cargo efetivo de Médica Clínica Geral, lotada na Secretaria de Saúde, da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21/04/2021, revogadas às disposições em contrário.

Nova Monte Verde-MT, 26 de abril de 2021.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LICITACAO
AVISO ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2021

AVISO ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2021

O Município de Nova Monte Verde-MT, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pelo Decreto Nº 21/2021/PMNMV/GAB de 07 de Janeiro de 2021, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº. 11/2021, do TIPO MENOR PREÇO POR ITEM,** no dia **10/05/2021 às 08:00 horas** (Horário Local) na sede da Prefeitura Municipal, na Avenida Mato Grosso, Nº. 51, Centro, Nova Monte Verde-MT, cujo objeto é o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO ZERO QUILÔMETRO, À FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA, CONFORME SOLICITADO.***

Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 059/2009, Decreto Municipal Nº. 14/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, Lei Complementar 123/2006 e 147/2014, suas alterações e demais disposições aplicáveis a matéria, além da Lei Federal nº. 13.979/2020 e do Decreto Municipal nº. 108/2021.

O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados no site www.novamonteverde.mt.gov.br no seguinte caminho: **Publicações - Editais - Pasta 2021 - Campo Geral**.

Demais informações pelo telefone (66) 3597-2800 ou na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT.

Nova Monte Verde-MT, 26 de Abril de 2021.

LUCIANO ROGERIO CORDEIRO

Presidente da CPL

Decreto 021/2021

Publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICITAÇÃO
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 006/2021

Ao contrato Nº 052/2020

Decorrente do Edital da tomada de preços **Nº 009/2020/PMNO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO 078/2020/PMNO

A empresa - CONSTRUTORA IRMÃOS GONÇALVES EIRELI- EPP

Prezado (a) Senhor (a),

Por meio da presente NOTIFICAÇÃO, O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n. 03.238. 920/0001-30, com sede na Rua Wilson de Almeida, nº259, Ouro Verde, Nova Olímpia/MT, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE, brasileiro, divorciado, portador do Documento de Identidade RG sob N.º 250859 SSP/AL e do CPF 099. 414.364-87, residente e domiciliado a Rua Vinte e Oito, Nº 295, Bairro Jardim das Oliveiras, CEP: 78.370-000, na cidade de Nova Olímpia-MT, vem respeitosamente, perante Vossa Senhoria, para NOTIFICAR A empresa **CONSTRUTORA IRMÃOS GONÇALVES EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 21. 067.579/0001-80, com sede na Avenida Brasil, Nº 610-E, Centro, no município de Tangará da Serra – MT, neste ato representada pelo senhor Geovano Gonçalves da Silva, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade RG nº 11020636 SSP/MT, inscrito no CPF/MF nº 695. 519.791-68, residente e domiciliado na Rua 42, Nº 191- E, Jardim Europa, no Município de Nova Olímpia – MT, nos termos do art. 77 e 78 da Lei nº lei 8.666/93 do que segue:

Através do contrato **Nº 052/2020**, a ora NOTIFICADA.

OBJETO: CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇAO DE PAVIMENTACAO ASFALTICA NAS RUAS PRESIDENTE DUTRA, MARCOS FREIRE E RUA 32 NA AREA URBANA DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT

Decorrente do Edital da tomada de preços N. º 009/2020/PMNO.

Vimos através de este NOTIFICAR a empresa, **CONSTRUTORA IRMÃOS GONÇALVES EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 21.067.579/0001-80 referente ao Contrato 046/2020, em razão de vistoria de fiscalização rotineira à obra, realizada pelo fiscal de obra Engenheiro Civil Marcelo Albuquerque Bastos CREA-MT 11.125/D, e fiscal de contrato o Senhor Erison Barros face às ocorrências registradas "in loco", onde se NOTIFICA e pede-se providências, definindo prazos:

Considerando o fato de última medição realizada: 3ª medição, período 24/10/2020 a 25/11/2021, sem evolução desde então; pavimentação encontra-se concluída, falta executar serviços de drenagem (meios-fios e galeria pluvial) calçadas, acessibilidade e sinalização viária, encontra-se pendente a entrega do diário de obra, desde o início dos serviços, deve encaminhar o diário de obras atualizado até a última medição, assim como justificativa quanto á paralização por mais 30 dias. Foram realizadas diversas comunicações verbais por telefone, porém sem efeitos, junto ao seu representante legal, para que se posicione e retome à ativa com os serviços ora contratados. Há passibilidade apresentar danos e perdas nos serviços já executados.

Desta forma, o município vem NOTIFICAR Vossa Senhoria, que inicie a regularização da OBRAacima apontada no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena sancionadas no contrato e outras consequências administrativas a contar da data da publicação desta notificação.

Sem mais para o momento;

Nova Olímpia MT 26 de abril de 2021

MARCELO ALBUQUERQUE BASTOS

ENGENHEIRO CIVIL/Eng. DE SEG. TRABALHO

CREA-MT 11.125/D RNP1.205.029.265

ERISON BARROS CAMPOS

FISCAL CONTRATO/ SUB-SECRETARIO DE

OBRAS E INFRAESTRUTURA

GUSTAVO DA SILVA FERREIRA

OAB 24323

ASSESSOR JURIDICO

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA/MT

LICITAÇÃO
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 005/2021

Ao contrato Nº 051/2020

Decorrente do Edital da tomada de preços **Nº 008/2020/PMNO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO 077/2020/PMNO

A empresa CONSTRUTORA IRMÃOS GONÇALVES EIRELI- EPP

Prezado (a) Senhor (a),

Por meio da presente NOTIFICAÇÃO, O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n. 03.238. 920/0001-30, com sede na Rua Wilson de Almeida, nº259, Ouro Verde, Nova Olímpia/MT, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE, brasileiro, divorciado, portador do Documento de Identidade RG sob N.º 250859 SSP/AL e do CPF 099. 414.364-87, residente e domiciliado a Rua Vinte e Oito, Nº 295, Bairro Jardim das Oliveiras, CEP: 78.370-000, na cidade de Nova Olímpia-MT, vem respeitosamente, perante Vossa Senhoria, para NOTIFICAR A empresa **CONSTRUTORA IRMÃOS GONÇALVES EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 21. 067.579/0001-80, com sede na Avenida Brasil, Nº 610-E, Centro, no município de Tangará da Serra – MT, neste ato representada pelo senhor Geovano Gonçalves da Silva, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade RG nº 11020636 SSP/MT, inscrito no CPF/MF nº 695. 519.791-68, residente e domiciliado na Rua 42, Nº 191- E, Jardim Europa, no Município de Nova Olímpia – MT, nos termos do art. 77 e 78 da Lei nº lei 8.666/93 do que segue:

Através do contrato **Nº 051/2020**, a ora NOTIFICADA.

OBJETO: CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇAO DE PAVIMENTACAO ASFALTICA NAS RUAS PRESIDENTE MÉDICI E MANACAS NA AREA URBANA DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT

Decorrente do Edital da tomada de preços N. º 008/2020/PMNO.

Vimos através de este NOTIFICAR a empresa, **CONSTRUTORA IRMÃOS GONÇALVES EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 21.067.579/0001-80 referente ao Contrato 046/2020, em razão de vistoria de fiscalização rotineira à obra, realizada pelo fiscal de obra Engenheiro Civil Marcelo Albuquerque Bastos CREA-MT 11.125/D, e fiscal de contrato o Senhor Erison Barros face às ocorrências registradas "in loco", onde se NOTIFICA e pede-se providências, definindo prazos:

Considerando o fato de última medição realizada: 2ª medição, período 24/10/2020 a 25/11/2021, sem evolução desde então; pavimentação encontra-se concluída, falta executar serviços de drenagem (meios-fios e galeria pluvial) calçadas, acessibilidade e sinalização viária, encontra-se pendente a entrega do diário de obra, desde o início dos serviços, deve encaminhar o diário de obras atualizado até a última medição, assim como justificativa quanto á paralização por mais 30 dias. Foram realizadas diversas comunicações verbais por telefone, porém sem efeitos, junto ao seu representante legal, para que se posicione e retome à ativa com os serviços ora contratados. Há passibilidade apresentar danos e perdas nos serviços já executados.

Desta forma, o município vem NOTIFICAR Vossa Senhoria, que inicie a regularização da OBRAacima apontada no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena sancionadas no contrato e outras consequências administrativas a contar da data da publicação desta notificação.

Sem mais para o momento;

Nova Olímpia MT 26 de abril de 2021

MARCELO ALBUQUERQUE BASTOS

ENGENHEIRO CIVIL/Eng. DE SEG. TRABALHO

CREA-MT 11.125/D RNP1.205.029.265

ERISON BARROS CAMPOS

FISCAL CONTRATO/ SUB-SECRETARIO DE

OBRAS E INFRAESTRUTURA

GUSTAVO DA SILVA FERREIRA

OAB 24323

ASSESSOR JURIDICO

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA/MT

LICITAÇÃO
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 004/2021

Ao contrato Nº 047/2020

Decorrente do Edital da tomada de preços **Nº 007/2020/PMNO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO 073/2020/PMNO

A empresa CONSTRUTORA IRMÃOS GONÇALVES EIRELI- EPP

Prezado (a) Senhor (a),

Por meio da presente NOTIFICAÇÃO, O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n. 03.238. 920/0001-30, com sede na Rua Wilson de Almeida, nº259, Ouro Verde, Nova Olímpia/MT, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE, brasileiro, divorciado, portador do Documento de Identidade RG sob N.º 250859 SSP/AL e do CPF 099. 414.364-87, residente e domiciliado a Rua Vinte e Oito, Nº 295, Bairro Jardim das Oliveiras, CEP: 78.370-000, na cidade de Nova Olímpia-MT, vem respeitosamente, perante Vossa Senhoria, para NOTIFICAR A empresa **CONSTRUTORA IRMÃOS GONÇALVES EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 21. 067.579/0001-80, com sede na Avenida Brasil, Nº 610-E, Centro, no município de Tangará da Serra – MT, neste ato representada pelo senhor Geovano Gonçalves da Silva, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade RG nº 11020636 SSP/MT, inscrito no CPF/MF nº 695. 519.791-68, residente e domiciliado na Rua 42, Nº 191- E, Jardim Europa, no Município de Nova Olímpia – MT, nos termos do art. 77 e 78 da Lei nº lei 8.666/93 do que segue:

Através do contrato **Nº 047/2020**, a ora NOTIFICADA.

OBJETO: CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇAO DE PAVIMENTACAO ASFALTICA NAS RUAS PRESIDENTE MÉDICI E MANACAS NA AREA URBANA DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT

Decorrente do Edital da tomada de preços N. º 007/2020/PMNO.

Vimos através de este NOTIFICAR a empresa, **CONSTRUTORA IRMÃOS GONÇALVES EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 21.067.579/0001-80 referente ao Contrato 046/2020, em razão de vistoria de fiscalização rotineira à obra, realizada pelo fiscal de obra Engenheiro Civil Marcelo Albuquerque Bastos CREA-MT 11.125/D, e fiscal de contrato o Senhor Erison Barros face às ocorrências registradas "in loco", onde se NOTIFICA e pede-se providências, definindo prazos:

Considerando o fato de última medição realizada: 4ª medição, período 15/ 10/2020 a 08/02/2021, sem evolução desde então; realizada a execução dos meios fios, sarjetas e calçadas, porem com pendencia de correção na capa asfáltica, que apresenta trechos de adesividade, com pedras se soltando (falhas de bico espargidor); demanda de retificação de capa para avaliação da mesma e somente após este serviço será procedida medição de saldo de serviços já realizados, encontra-se pendente a entrega do diário de obra, desde o início dos serviços, deve encaminhar o diário de obras atualizado até a última medição, assim como justificativa quanto a paralisação por mais de 30 dias. Foram realizadas diversas comunicações verbais por telefone, porém sem efeitos, junto ao seu representante legal, para que se posicione e retome à ativa com os serviços ora contratados. Há passibilidade apresentar danos e perdas nos serviços já executados.

Desta forma, o município vem NOTIFICAR Vossa Senhoria, que inicie a regularização da OBRAacima apontada no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena sancionadas no contrato

e outras consequências administrativas a contar da data da publicação desta notificação.

Sem mais para o momento;

Nova Olímpia MT 26 de abril de 2021

MARCELO ALBUQUERQUE BASTOS

ENGENHEIRO CIVIL/Eng. DE SEG. TRABALHO

CREA-MT 11.125/D RNP1.205.029.265

ERISON BARROS CAMPOS

FISCAL CONTRATO/ SUB-SECRETARIO DE

OBRAS E INFRAESTRUTURA

GUSTAVO DA SILVA FERREIRA

OAB 24323

ASSESSOR JURIDICO

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA/MT

LICITAÇÃO
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 003/2021

Ao contrato Nº 044/2020

Decorrente do Edital da tomada de preços **Nº 006/2020/PMNO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO 064/2020/PMNO

A empresa CONSTRUTORA IRMÃOS GONÇALVES EIRELI - EPP

Prezado (a) Senhor (a),

Por meio da presente NOTIFICAÇÃO, O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n. 03.238. 920/0001-30, com sede na Rua Wilson de Almeida, nº259, Ouro Verde, Nova Olímpia/MT, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE, brasileiro, divorciado, portador do Documento de Identidade RG sob N.º 250859 SSP/AL e do CPF 099. 414.364-87, residente e domiciliado a Rua Vinte e Oito, Nº 295, Bairro Jardim das Oliveiras, CEP: 78.370-000, na cidade de Nova Olímpia-MT, vem respeitosamente, perante Vossa Senhoria, para NOTIFICAR A empresa **CONSTRUTORA IRMÃOS GONÇALVES EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 21. 067.579/0001-80, com sede na Avenida Brasil, Nº 610-E, Centro, no município de Tangará da Serra – MT, neste ato representada pelo senhor Geovano Gonçalves da Silva, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade RG nº 11020636 SSP/MT, inscrito no CPF/MF nº 695. 519.791-68, residente e domiciliado na Rua 42, Nº 191- E, Jardim Europa, no Município de Nova Olímpia – MT, nos termos do art. 77 e 78 da Lei nº lei 8.666/93 do que segue:

Através do contrato **Nº 044/2020**, a ora NOTIFICADA.

OBJETO: CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇAO DE PAVIMENTACAO ASFALTICA EM RUAS DIVERSAS MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT.

Decorrente do Edital da tomada de preços N. º 006/2020/PMNO.

Vimos através de este NOTIFICAR a empresa, **CONSTRUTORA IRMÃOS GONÇALVES EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 21.067.579/0001-80 referente ao Contrato 046/2020, em razão de vistoria de fiscalização rotineira à obra,

realizada pelo fiscal de obra Engenheiro Civil Marcelo Albuquerque Bastos CREA-MT 11.125/D, e fiscal de contrato o Senhor Erison Barros face às ocorrências registradas "in loco", onde se NOTIFICA e pede-se providências, definindo prazos:

Considerando o fato de última medição realizada: 12ª medição, período 16/01 a 08/02/2021, sem evolução desde então; pendência de medição de saldo de capa asfáltica e de drenagem, que aparentemente encontram-se já concluídas, falta executar serviços de sinalização viária. Falta apresentar diário de obra e justificativa quanto a paralização por mais de 30 dias. Foram realizadas diversas comunicações verbais por telefone, porém sem efeitos, junto ao seu representante legal, para que se posicione e retome à ativa com os serviços ora contratados. Há passibilidade apresentar danos e perdas nos serviços já executados.

Desta forma, o município vem NOTIFICAR Vossa Senhoria, que inicie a regularização da OBRAacima apontada no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena sancionadas no contrato e outras consequências administrativas a contar da data da publicação desta notificação.

Sem mais para o momento;

Nova Olímpia MT 26 de abril de 2021

MARCELO ALBUQUERQUE BASTOS

ENGENHEIRO CIVIL/Eng. DE SEG. TRABALHO

CREA-MT 11.125/D RNP1.205.029.265

ERISON BARROS CAMPOS

FISCAL CONTRATO/ SUB-SECRETARIO DE

OBRAS E INFRAESTRUTURA

GUSTAVO DA SILVA FERREIRA

OAB 24323

ASSESSOR JURIDICO

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA/MT

LICITAÇÃO
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 002/2021

Ao contrato Nº 042/2020

Decorrente do Edital da tomada de preços N. º 004/2020/PMNO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 56/2020

A empresa CONSTRUTORA IRMÃOS GONÇALVES EIRELI - EPP

Prezado (a) Senhor (a),

Por meio da presente NOTIFICAÇÃO, O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n. 03.238.920/0001-30, com sede na Rua Wilson de Almeida, nº259, Ouro Verde, Nova Olímpia/MT, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE, brasileiro, divorciado, portador do Documento de Identidade RG sob N.º 250859 SSP/AL e do CPF 099.414.364-87, residente e domiciliado a Rua Vinte e Oito, Nº 295, Bairro Jardim das Oliveiras, CEP: 78.370-000, na cidade de Nova Olímpia-MT, vem respeitosamente, perante Vossa Senhoria, para NOTIFICAR A empresa **CONSTRUTORA IRMÃOS GONÇALVES EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 21.067.579/0001-80, com sede na Avenida Brasil, Nº 610-E, Centro, no município de Tangará da Serra – MT, neste ato representada pelo senhor Geovano Gonçalves da Silva, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade RG nº 11020636 SSP/MT, inscrito no CPF/MF nº 695.519.791-68, residente e domiciliado na Rua 42, Nº 191- E, Jardim Europa, no Município de Nova Olímpia – MT, nos termos do art. 77 e 78 da Lei nº lei 8.666/93 do que segue:

Através do contrato **Nº 042/2020**, a ora NOTIFICADA.

OBJETO: CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇAO DE PAVIMENTACAO ASFALTICA EM RUAS DIVERSAS MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT.

Decorrente do Edital da tomada de preços N. º 004/2020/PMNO.

Vimos através de este NOTIFICAR a empresa, **CONSTRUTORA IRMÃOS GONÇALVES EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 21.067.579/0001-80 referente ao Contrato 042/2020, em razão de vistoria de fiscalização rotineira à obra, realizada pelo fiscal de obra Engenheiro Civil Marcelo Albuquerque Bastos CREA-MT 11.125/D, e fiscal de contrato o Senhor Erison Barros face às ocorrências registradas "in loco", onde se NOTIFICA e pede-se providências, definindo prazos:

Considerando o fato de última medição realizada: 3ª Medição, período 29/08 a 25/09/2020, sem evolução desde então: iniciada a execução de meios-fios e sarjetas porem com pendencia de correção na capa asfáltica, que apresenta falhas de aditividade, com pedras se soltando (falha de bico do espargidor); demanda de retificação de capa para avaliação da mesma e somente após este serviço e termino de execução dos meios-fios e sarjetas será procedida nova medição, encontra-se pendente a entrega do diário de obra, desde o início do serviços, deve encaminhar o diário de obras utilizado até a última medição, assim como justificativa quanto a paralisação por mais de 30 dias; falta executar as calçadas e a sinalização viária, inclusive a rotatória. Foram realizadas diversas comunicações verbais por telefone, porém sem efeitos, junto ao seu representante legal, para que se posicione e retome à ativa com os serviços ora contratados. Há passibilidade apresentar danos e perdas nos serviços já executados.

Desta forma, o município vem NOTIFICAR Vossa Senhoria, que inicie a regularização da OBRAacima apontada no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena sancionadas no contrato e outras consequências administrativas a contar da data da publicação desta notificação.

Sem mais para o momento;

Nova Olímpia MT 26 de abril de 2021

MARCELO ALBUQUERQUE BASTOS

ENGENHEIRO CIVIL/Eng. DE SEG. TRABALHO

CREA-MT 11.125/D RNP1.205.029.265

ERISON BARROS CAMPOS

FISCAL CONTRATO/ SUB-SECRETARIO DE

OBRAS E INFRAESTRUTURA

GUSTAVO DA SILVA FERREIRA

OAB 24323

ASSESSOR JURIDICO

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA/MT

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 40/2021/PMNO

REF. CARTA CONVITE Nº 003/2021/PMNO

PROCESSO ADM. 74/2021/PMNO

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT inscrita no CNPJ. Sob n. º 03.238.920/0001-30, com sede na Rua Wilson de Almeida, N. º 259-S Ouro Verde, nesta cidade, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Senhor **JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE,** brasileiro, casado, portador do Documento de Identidade RG sob N. º 250859 SSP/AL e do CPF 099.414.364-87, residente e domiciliado a Rua Vinte e Oito, Nº 295, Bairro Jardim das Oliveiras, CEP: 78.370-000, na cidade de Nova Olímpia-MT.

CONTRATADA: **G. LAZARINI-ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 17.554.481/000180, com sede Rua Waldemar Pruinelli, nº 198, Quadra 08, Centro, CEP 78.505-000, em Terra Nova do Norte/MT, neste ato, representada pelo Sra. Gesieli Lanzarini, CPF 936.686.431-72, e RG 1.374.573-5 SSP/MT, brasileira, solteira, empresaria, residente e domiciliada na Rua Pruinelli, nº 198, Centro, CEP 78.505-000, fone (66) 99997 8404, email: g.lanzarini-me@gmail.com

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ACOMPANHAMENTO E GERENCIAMENTO NA FORMAÇÃO DO VALOR ADICIONADO E COMPOSIÇÃO DO ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA DISTRIBUIÇÃO DA COTA PARTE DOS IMPOSTOS SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS NO ESTADO DE MATO GROSSO, ACOMPANHAMENTO E GERENCIAMENTO DAS DECLARAÇÕES, DADOS DO ITR, NOTIFICAÇÕES, PAGAMENTO, RECURSOS ADMINISTRATIVOS SOBRE O ITR (IMPOSTO TERRITORIAL RURAL) JUNTO A RECEITA FEDERAL DO BRASIL, PARA A ARRECADAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO IMPOSTO, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA E FINANÇAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA –MT

VALOR GLOBAL: R$ 62.100,00 (sessenta e dois mil e cem reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

00620343390390000010000000000

VIGENCIA: 26/04/2021 ATE 26/04/2022.

Nova Olímpia-MT, 26 de abril de 2021.

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

Gustavo da Silva Ferreira

OAB-24323

O presente extrato foi analisado e aprovado pelo Assessor Jurídico da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT.

LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS -PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2021/PMNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 067/2021/PMNO

O município de Nova Olímpia - Mato Grosso, através da CPL devidamente instituída pela portaria 093/2021, torna público para conhecimento dos interessados que está SUSPENSA a sessão da TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2021/PMNO, para seleção da melhor proposta pelo MENOR PREÇO GLOBAL, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇAO DE DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS NA AVENIDA OLACIR DE MORAES NO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT. Que aconteceria no dia 29/04/2021. As dúvidas sobre o certame serão dirimidas no departamento de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de Nova Olímpia localizado na Rua Wilson de Almeida, nº 259 s Bairro Jardim Ouro Verde, Cidade de Nova Olímpia/MT, no horário de 07h00min as 13h00min, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 26 de abril de 2021.

GIVALDO VALERIO DOS SANTOS FILHO

Presidente Da CPL

Port. 093/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

PREVIDENCIA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2021

DO OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato, a prestação de serviços de Assistência e Consultoria Atuarial.

CONTRATANTE: UBIRATÃ-PREVI - Fundo Municipal de Previdência Social de Nova Ubiratã, Estado de Mato Grosso, Autarquia Municipal com CNPJ n.º 07.836.047/0001-39, com sede à Av. Tancredo Neves, n.º 1190 - Centro, neste ato representado por sua Diretora Executiva, Sra. NATHANA SIMONE RUSCH, portadora do RG n.º 10.830.359-0 SSP/PR e do CPF/MF n.º 083.795.319-73.

CONTRATADO: I F CONSULTORIA ATUARIAL EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.541.510/0001-20, com sede social à Av. José Monteiro de Figueiredo, N° 212, Ed. Goiabeiras Exec. Center, Sala: 401, Bairro Duque de Caxias, Cuiabá - MT, CEP 78.043-300, neste ato representada pelo seuSócio Diretor, Sr.IGOR FRANÇA GARCIA.

DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

O valor do presente Contrato Atuarial é de R$ 9.100,00 (Nove Mil e cem reais), pagos até 5 (cinco) dias após a entrega da Avaliação, mediante apresentação de nota fiscal.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO EMPENHO: As despesas decorrentes da execução do presente contrato correm por conta da dotação orçamentária sob o n 3.3.90.35.00 - Serviços de Consultoria

DO PRAZO DE EXECUÇÃO: Os serviços descritos na cláusula anterior serão executados, a partir da assinatura do presente contrato. O prazo para a finalização do Cálculo Atuarial e do preenchimento do DRAA é de até 120 (cento e vinte) dias, a contar da assinatura do contrato 31/03/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2.021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público que fará realizar PREGÃO PRESENCIAL - objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CILINDRO E CARGA DE GASES MEDICINAIS, do tipo menor preço, data de abertura dos envelopes **10/05/2.021**, às **09h00min (horário de Brasília)**, no Palácio dos Pioneiros – sala de licitações, sito Avenida Expedição Roncador Xingu, 249 – centro – St. Xavantina. Os interessados em adquirir cópia do Edital, deverão retirar junto ao setor de Licitações, no endereço supracitado, pelo endereço eletrônico licitacao@novaxavantina.mt.gov.br e/ou site https://www.novaxavantina.mt.gov.br/licitacoes/pregao-presencial&ano=2021.

Nova Xavantina – MT, 26 de abril de 2.021.

Marina Angélica Marca

Pregoeira

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO Nº 014/2.021 ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, através de sua Pregoeira Oficial, torna pública a adesão a Ata de registro de preços por intermédio do Pregão 014/2.021, objetivando a ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2020, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO 015/2020, PROMOVIDO PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DO NORTE DE MINAS - CODANORTE, QUE TEM POR OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA DE SUPORTE BÁSICO (TIPO B), COM OBJETIVO DE ATENDER AS NE-

CESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍCIPIO DE NOVA XAVANTINA-MT. **Conforme descrito nos itens das referidas atas. EMPRESA DENTETORA:** MABELÊ COMERCIO DE VEICULOS EIRELI, inscrita no CNPJ nº 35.457.127/0001-19, com o valor unitário de R$ 182.097,40 (cento e oitenta e dois mil, noventa e sete reais e quarenta centavos).

Nova Xavantina – MT, 26 de abril de 2.021.

Marina Angélica Marca

Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2021

PREGÃO: 012/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: 015/2021.

VALIDADE: 06 (SEIS) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

Pelo presente instrumento, A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE – ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita com o CNPJ sob o n. 03.238.888/0001-93, com sede administrativa na Rua Augusto de Souza, 171, Centro, na cidade de Novo Horizonte do Norte/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **Silvano Pereira Neves**, brasileiro, casado,empresário, residente e domiciliado neste Município, portador da Carteira de Identidade RG n. 0625916-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n. 503.521.641-15, **RESOLVE** registrar os preços da empresa, **CIRURGICA MM HOSPITALAR LTDA**, inscrita no **CNPJ: 17.059.112/0001-10**, localizada na Rua Tenente Thogo da Silva Pereira, 400, Bairro Centro Sul, CEP: 78. 020-500 no município de Cuiabá/MT, telefone (65) 3624 - 6663 e endereço eletrônico roberto@mmhospitalar.com.br, representada pela Sra. **Priscila Consani das Mercês Oliveira**, portadora do RG: 10.616.831-8 SSP/PR e CPF: 075.082.869-28, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/2002 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 - DO OBJETO

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e materiais hospitalares para utilização nas ações de combate a pandemia, conforme especificado no anexo I - Termo de referência do edital.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto, de acordo com a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2 - DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 06 (seis) meses, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Administração, através de fiscal de contrato, no seu aspecto operacional e à Coordenadoria Jurídica de Licitações, nas questões legais.

4 – DOS ITENS

4.1 Os Itens, as especificações, unidades, as quantidades, marcas, fornecedores, e os preços unitários que estão registrados nessa Ata de Registro de Preços, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Descrição	Quant.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
52	Espátula de ayre - pacote com 100 unidades	20	ESTILO	9, 400	188, 000
59	Lâmina de bisturi nº 12 fabricadas em aço carbono. Caixa com 50 unidades	8	UNIQMED	33, 000	264, 000
60	Lâmina de bisturi nº 15 fabricadas em aço carbono. Caixa com 50 unidades	8	UNIQMED	33, 000	264, 000
61	Lâmina de bisturi nº 21 fabricadas em aço carbono. Caixa com 50 unidades	8	UNIQMED	33, 000	264, 000
				TOTAL:	**980, 000**
NOVECENTOS E OITENTA REAIS					

4.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

4.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

4.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.)

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. As quantidades descritas acima são meramente estimativas, podendo variar durante a vigência da ata de registro de preços, não cabendo a licitante vencedora do certame quaisquer direitos, caso não seja atingida a quantidade total durante o prazo da vigência da ata de registro de preços;

5.2. Não serão aceitos produtos fora das especificações constantes neste Termo de referencia, produtos fora de sua embalagem original, em embalagens abertas e/ou danificadas que comprometam a qualidade do produto.

5.3. Os produtos ora solicitados, serão recebidos e aceitos observando o seu prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses a contar da solicitação feita pela contratante;

6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

a) Se obriga a fornecer produtos de primeira qualidade, na sede da secretaria solicitante no prazo maximo de até 07 (sete) dias da solicitação formal através de requisição emitida pelo órgão competente.

b) As solicitações de compra serão de forma fracionada, podendo essas solicitações serem semanais, quinzenais ou mensais de acordo com as necessidades da contratante.

c) A empresa arcara com todas as despesas de pessoal, equipamentos, produtos apropriados e inclusive frete até a sede da contratante.

d) A contratada apenas poderá fornecer os produtos com a devida autorização da secretaria solicitante mediante a apresentação de requisição emitida pelo órgão competente.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Assinar a Ata de registro de preços com o órgão no prazo de **02 (dois) dias corridos**, a contar da data do recebimento da convocação;

7.2. Após a homologação da licitação, **retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias**, contados do recebimento da convocação formal;

7.3. Realizar a entrega dos produtos nas quantidades, prazos e condições estabelecidas no anexo I – Termo de Referencia do edital;

7.4. Substituir, às suas expensas, no prazo de **05 (cinco) dias**, após notificação formal, os Produtos/serviços fornecidos em desacordo com as especificações deste Edital, seus anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade;

7.5. Atender, para o devido recebimento, ao que determina o Decreto 4.752, de 06 de agosto de 2002, no tocante a emissão da Nota Fiscal/Fatura;

7.6. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

7.7. Se a licitante vencedora não cumprir o prazo do item **7.1.** ou recusar-se a retirar a nota de empenho, sem justificativa formalmente aceita pelo órgão, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades constantes da Seção **12 e anexo I – Termo de Referencia do** Edital.

7.8. Se a licitante vencedora, injustificadamente, não apresentar situação regular no ato da feitura da nota de empenho, a sessão será retomada e os demais licitantes serão chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que a Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sujeitando-se o desistente às penalidades constantes da Seção **12** e anexo I – Termo de Referencia do Edital.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. À Contratante se reserva o direito de não mais adquirir os produtos da Contratada caso esta não cumpra o estabelecido na presente Ata de registro de preços, cabendo ao infrator as penalidades previstas no edital, na Lei n. 10.520/02 e Lei n. 8.666/93;

8.2. Manter o efetivo controle do fornecimento de requisições, não se responsabilizando pelo pagamento dos produtos entregues sem a correspondente requisição;

8.3. Efetuar os pagamentos de acordo com a Cláusula nona;

8.4. Fiscalizar a utilização e a qualidade dos produtos entregues;

8.5. Denunciar as infrações e aplicar as penalidades cabíveis nos termos da clausula 13º (décima terceira) desta ata, da Lei n. 10.520/02 e Lei n. 8.666/93.

8.6. A Contratante fica obrigada a fiscalizar e controlar a entrega dos produtos e emitir requisição sempre que necessitar dos mesmos.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado conforme Ata de Registro de Preços, devendo ainda atender aos termos do **art. 60 da Lei federal n.º 4.320, de 17/03/1964,** após entrega dos produtos em até 30 (trinta) dias, contado a partir do recebimento da Nota Fiscal, mediante apresentação da Nota Fiscal, atestada pelo servidor responsável da Prefeitura, devidamente acompanhada dos documentos estabelecidos na Legislação Vigente ou o que venha a substituí-los, através de boleto ou transferência bancaria em conta jurídica da empresa contratada.

10. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

10.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhes no máximo o repasse do percentual determinado.

10.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Administração Municipal, através de seu Fiscal de Contrato designado, solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

10.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Administração poderá solicitar a rescisão desta Ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo-lhes rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso de negociação.

10.5. Será considerado compatíveis com o mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Fiscal do Contrato.

11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/signatário não cumprir com as obrigações constantes no Edital e desta Ata;

b) quando o fornecedor/signatário der causa a rescisão administrativa na Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor/signatário será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Administração, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR relativas ao fornecimento dos Itens.

11.6. Caso a Administração não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, pode suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.1. Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: **custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto do Edital e seus Anexos.**

12.2. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse, ou qualquer título, devendo os serviços serem fornecidos sem ônus adicionais.

13. DAS PENALIDADES

(Art. 86 e 87 Lei 8.666/93 e Art. 7 da Lei 10.520/02)

13.1. Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato: 01 (um) ano de suspensão impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios.

13.2. Adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame:

13.2.1. Deixar de executar totalmente o contrato ou apresentar documentação falsa: **Suspensão de 02 (dois) anos impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios**;

13.2.2. Deixar de executar parcialmente o contrato: **Suspensão por 18 (dezoito) meses e multa de 20% do valor dos serviços a serem prestados.**

13.3. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto: **Multa com mora de 2% (dois) ao dia até limite de 10% (dez).**

13.4. Não mantiver a proposta: **Suspensão de 01 (um) ano impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios.**

13.5. Falhar ou fraudar na execução da Ata, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal: **Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada conforme Inciso III do Art. 87 da Lei 8.666/93.**

13.6. Será concedido o direito de ampla defesa a empresa que cometer as penalidades acima relacionadas.

14. DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais comunicações aplicáveis.

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta da dotação orçamentária previstas nos órgãos/entidades que aderiram aos registros de preços.

Elemento de Despesa: 33.90.30.00 – Material de Consumo;
Secretaria Municipal de Saúde;

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) vincula-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Eletrônico n.º 012/2021, seus anexos e as propostas das classificadas.

c) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Administração Municipal.

17 -DO FORO

17.1. As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Porto dos Gaúchos como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Novo Horizonte do Norte/MT, 14 de abril de 2021.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

Contratante

CIRURGICA MM HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 17.059.112/0001-10

PRISCILA CONSANI DAS MERCÊS OLIVEIRA

Fornecedor/Signatário

RAFAELA VIEIRA STREG

Fiscal de Contrato

Portaria nº 049/2021

BRUNO RICARDO BARELA IORI

Assessor Jurídico

OAB/MT nº 18.438

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2021

PREGÃO: 012/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: 015/2021.

VALIDADE: 06 (SEIS) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

Pelo presente instrumento, A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE – ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita com o CNPJ sob o n. 03.238.888/0001-93, com sede administrativa na Rua Augusto de Souza, 171, Centro, na cidade de Novo Horizonte do Norte/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **Silvano Pereira Neves**, brasileiro, casado,empresário, residente e domiciliado neste Município, portador da Carteira de Identidade RG n. 0625916-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n. 503.521.641-15, **RESOLVE** registrar os preços da empresa, **CIRURGICA AL-STYN EIRELI**, inscrita no **CNPJ: 23.141.314/0001-00**, localizada na Av. Comercial, SN, QD.02 Lote 01, Lote 02, Lote 22, Lote 23, Bairro Residencial Solar Cardoso I, CEP: 75.345-000, no município de Abadia de Goiás, telefone (62) 3284 - 8698 e endereço eletrônico cirurgicaalstynfinanceiro@gmail.com representada pela Sra. **Diana Rodrigues Martins**, portadora do RG: 448699 DGPC/GO e CPF: 004.825.861-09, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/2002 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 - DO OBJETO

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e materiais hospitalares para utilização nas ações de combate a pandemia, conforme especificado no anexo I - Termo de referência do edital.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto, de acordo com a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2 - DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 06 (seis) meses, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Administração, através de fiscal de contrato, no seu aspecto operacional e à Coordenadoria Jurídica de Licitações, nas questões legais.

4 – DOS ITENS

4.1 Os Itens, as especificações, unidades, as quantidades, marcas, fornecedores, e os preços unitários que estão registrados nessa Ata de Registro de Preços, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Descrição	Quant.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	Acido acetilsalicilico 100mg comp	15.000	IMEC	0, 050	750,000
13	Cloreto de potássio 19,1% solução inj	3.500	ISOFARMA	0, 800	2.800,000
22	Fenobarbital 100 mg comp	2.500	UNIÃO QUIMICA	0, 220	550,000
23	Fenoterol 5mg/ml, solucao inalante 20 ml	400	HIPOLABOR	5, 690	2.276,000
28	Levotiroxina 100 mcg comp	13.000	MERCK	0, 220	2.860,000
29	Levotiroxina 25 mcg cpr	9.000	MERCK	0, 220	1.980,000
31	Nifedipino 10 mg comp	15.000	GEOLAB	0, 130	1.950,000
80	Sonda uretral, de alivio pvc atóxico siliconizado, nº12, maleavel, transparente, atraumática, descartável, estéril, embalagem individual	4000	INJET MED INDÚSTRIA COMENRCIO IMPORTACA	0, 740	2.960,000
				TOTAL:	**16.126,000**
DEZESSEIS MIL, CENTO E VINTE E SEIS REAIS					

4.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

4.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

4.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.)

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. As quantidades descritas acima são meramente estimativas, podendo variar durante a vigência da ata de registro de preços, não cabendo a licitante vencedora do certame quaisquer direitos, caso não seja atingida a quantidade total durante o prazo da vigência da ata de registro de preços;

5.2. Não serão aceitos produtos fora das especificações constantes neste Termo de referencia, produtos fora de sua embalagem original, em embalagens abertas e/ou danificadas que comprometam a qualidade do produto.

5.3. Os produtos ora solicitados, serão recebidos e aceitos observando o seu prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses a contar da solicitação feita pela contratante;

6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

a) Se obriga a fornecer produtos de primeira qualidade, na sede da secretaria solicitante no prazo maximo de até 07 (sete) dias da solicitação formal através de requisição emitida pelo órgão competente.

b) As solicitações de compra serão de forma fracionada, podendo essas solicitações serem semanais, quinzenais ou mensais de acordo com as necessidades da contratante.

c) A empresa arcara com todas as despesas de pessoal, equipamentos, produtos apropriados e inclusive frete até a sede da contratante.

d) A contratada apenas poderá fornecer os produtos com a devida autorização da secretaria solicitante mediante a apresentação de requisição emitida pelo órgão competente.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Assinar a Ata de registro de preços com o órgão no prazo de **02 (dois) dias corridos**, a contar da data do recebimento da convocação;

7.2. Após a homologação da licitação, **retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias**, contados do recebimento da convocação formal;

7.3. Realizar a entrega dos produtos nas quantidades, prazos e condições estabelecidas no anexo I – Termo de Referencia do edital;

7.4. Substituir, às suas expensas, no prazo de **05 (cinco) dias**, após notificação formal, os Produtos/serviços fornecidos em desacordo com as especificações deste Edital, seus anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade;

7.5. Atender, para o devido recebimento, ao que determina o Decreto 4.752, de 06 de agosto de 2002, no tocante a emissão da Nota Fiscal/Fatura;

7.6. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

7.7. Se a licitante vencedora não cumprir o prazo do item **7.1.** ou recusar-se a retirar a nota de empenho, sem justificativa formalmente aceita pelo órgão, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades constantes da Seção **12 e anexo I – Termo de Referencia do** Edital.

7.8. Se a licitante vencedora, injustificadamente, não apresentar situação regular no ato da feitura da nota de empenho, a sessão será retomada e os demais licitantes serão chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que a Pregoeiro exa-

minará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sujeitando-se o desistente às penalidades constantes da Seção **12** e anexo I – Termo de Referencia do Edital.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. À Contratante se reserva o direito de não mais adquirir os produtos da Contratada caso esta não cumpra o estabelecido na presente Ata de registro de preços, cabendo ao infrator as penalidades previstas no edital, na Lei n. 10.520/02 e Lei n. 8.666/93;

8.2. Manter o efetivo controle do fornecimento de requisições, não se responsabilizando pelo pagamento dos produtos entregues sem a correspondente requisição;

8.3. Efetuar os pagamentos de acordo com a Cláusula nona;

8.4. Fiscalizar a utilização e a qualidade dos produtos entregues;

8.5. Denunciar as infrações e aplicar as penalidades cabíveis nos termos da clausula 13º (décima terceira) desta ata, da Lei n. 10.520/02 e Lei n. 8.666/93.

8.6. A Contratante fica obrigada a fiscalizar e controlar a entrega dos produtos e emitir requisição sempre que necessitar dos mesmos.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado conforme Ata de Registro de Preços, devendo ainda atender aos termos do **art. 60 da Lei federal n.º 4.320, de 17/03/1964,** após entrega dos produtos em até 30 (trinta) dias, contado a partir do recebimento da Nota Fiscal, mediante apresentação da Nota Fiscal, atestada pelo servidor responsável da Prefeitura, devidamente acompanhada dos documentos estabelecidos na Legislação Vigente ou o que venha a substituí-los, através de boleto ou transferência bancaria em conta jurídica da empresa contratada.

10. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

10.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhes no máximo o repasse do percentual determinado.

10.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Administração Municipal, através de seu Fiscal de Contrato designado, solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

10.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Administração poderá solicitar a rescisão desta Ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo-lhes rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso de negociação.

10.5. Será considerado compatíveis com o mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Fiscal do Contrato.

11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/signatário não cumprir com as obrigações constantes no Edital e desta Ata;

b) quando o fornecedor/signatário der causa a rescisão administrativa na Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor/signatário será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Administração, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR relativas ao fornecimento dos Itens.

11.6. Caso a Administração não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, pode suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.1. Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: **custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto do Edital e seus Anexos.**

12.2. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse, ou qualquer título, devendo os serviços serem fornecidos sem ônus adicionais.

13. DAS PENALIDADES

(Art. 86 e 87 Lei 8.666/93 e Art. 7 da Lei 10.520/02)

13.1. Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato: 01 (um) ano de suspensão impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios.

13.2. Adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame:

13.2.1. Deixar de executar totalmente o contrato ou apresentar documentação falsa: **Suspensão de 02 (dois) anos impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios**;

13.2.2. Deixar de executar parcialmente o contrato: **Suspensão por 18 (dezoito) meses e multa de 20% do valor dos serviços a serem prestados.**

13.3. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto: **Multa com mora de 2% (dois) ao dia até limite de 10% (dez).**

13.4. Não mantiver a proposta: **Suspensão de 01 (um) ano impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios.**

13.5. Falhar ou fraudar na execução da Ata, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal: **Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada conforme Inciso III do Art. 87 da Lei 8.666/93.**

13.6. Será concedido o direito de ampla defesa a empresa que cometer as penalidades acima relacionadas.

14. DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais comunicações aplicáveis.

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta da dotação orçamentária previstas nos órgãos/entidades que aderiram aos registros de preços.

Elemento de Despesa: 33.90.30.00 – Material de Consumo;
Secretaria Municipal de Saúde;

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) vincula-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Eletrônico n.º 012/2021, seus anexos e as propostas das classificadas.

c) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Administração Municipal.

17 -DO FORO

17.1. As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Porto dos Gaúchos como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Novo Horizonte do Norte/MT, 14 de abril de 2021.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

Contratante

CIRURGICA AL-STYN EIRELI

CNPJ: 23.141.314/0001-00

DIANA RODRIGUES MARTINS

Fornecedor/Signatário

RAFAELA VIEIRA STREG

Fiscal de Contrato

Portaria nº 049/2021

BRUNO RICARDO BARELA IORI

Assessor Jurídico

OAB/MT nº 18.438

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2021

PREGÃO: 012/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: 015/2021.

VALIDADE: 06 (SEIS) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

Pelo presente instrumento, A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE – ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita com o CNPJ sob o n. 03.238.888/0001-93, com sede administrativa na Rua Augusto de Souza, 171, Centro, na cidade de Novo Horizonte do Norte/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **Silvano Pereira Neves**, brasileiro, casado,empresário, residente e domiciliado neste Município, portador da Carteira de Identidade RG n. 0625916-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n. 503.521.641-15, **RESOLVE** registrar os preços da empresa, **MUNDIFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E HOSPITALARES LTDA**, inscrita no **CNPJ: 07.768.887/0001-01**, localizada na Rua Nossa Senhora de Lourdes, 658, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, CEP: 36070-450, no município de Juiz de Fora/MG, telefone (32) 3217 - 1930 e endereço eletrônico mundialfarmadistribuidora@gmail.com, representada pelo Sr. **Pedro Ricardo Melo**, portador do RG: 045852001 IFPRJ e CPF: 671.988. 487-53, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10. 520/2002 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 - DO OBJETO

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e materiais hospitalares para utilização nas ações de combate a pandemia, conforme especificado no anexo I - Termo de referência do edital.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto, de acordo com a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2 - DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 06 (seis) meses, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Administração, através de fiscal de contrato, no seu aspecto operacional e à Coordenadoria Jurídica de Licitações, nas questões legais.

4 – DOS ITENS

4.1 Os Itens, as especificações, unidades, as quantidades, marcas, fornecedores, e os preços unitários que estão registrados nessa Ata de Registro de Preços, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Descrição	Quant.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
02	Ácido ascórbico 1 gr (efervescente)	7000	VITAMED	1, 200	8.400, 000
04	Amoxicilina +clavulonato 1g/200mg inj	7000	BLAU	51, 290	359.030, 000
20	Enoxaparina 40 mg iv/sc inj	10000	MILAN	45, 320	453.200, 000
				TOTAL	**820.630, 000**
OITOCENTOS E VINTE MIL, SEISCENTOS E TRINTA REAIS.					

4.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

4.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

4.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.)

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. As quantidades descritas acima são meramente estimativas, podendo variar durante a vigência da ata de registro de preços, não cabendo a licitante vencedora do certame quaisquer direitos, caso não seja atingida a quantidade total durante o prazo da vigência da ata de registro de preços;

5.2. Não serão aceitos produtos fora das especificações constantes neste Termo de referencia, produtos fora de sua embalagem original, em embalagens abertas e/ou danificadas que comprometam a qualidade do produto.

5.3. Os produtos ora solicitados, serão recebidos e aceitos observando o seu prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses a contar da solicitação feita pela contratante;

6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

a) Se obriga a fornecer produtos de primeira qualidade, na sede da secretaria solicitante no prazo maximo de até 07 (sete) dias da solicitação formal através de requisição emitida pelo órgão competente.

b) As solicitações de compra serão de forma fracionada, podendo essas solicitações serem semanais, quinzenais ou mensais de acordo com as necessidades da contratante.

c) A empresa arcara com todas as despesas de pessoal, equipamentos, produtos apropriados e inclusive frete até a sede da contratante.

d) A contratada apenas poderá fornecer os produtos com a devida autorização da secretaria solicitante mediante a apresentação de requisição emitida pelo órgão competente.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Assinar a Ata de registro de preços com o órgão no prazo de **02 (dois) dias corridos**, a contar da data do recebimento da convocação;

7.2. Após a homologação da licitação, **retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias**, contados do recebimento da convocação formal;

7.3. Realizar a entrega dos produtos nas quantidades, prazos e condições estabelecidas no anexo I – Termo de Referencia do edital;

7.4. Substituir, às suas expensas, no prazo de **05 (cinco) dias**, após notificação formal, os Produtos/serviços fornecidos em desacordo com as especificações deste Edital, seus anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade;

7.5. Atender, para o devido recebimento, ao que determina o Decreto 4.752, de 06 de agosto de 2002, no tocante a emissão da Nota Fiscal/Fatura;

7.6. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

7.7. Se a licitante vencedora não cumprir o prazo do item **7.1.** ou recusar-se a retirar a nota de empenho, sem justificativa formalmente aceita pelo órgão, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades constantes da Seção **12 e anexo I – Termo de Referencia do** Edital.

7.8. Se a licitante vencedora, injustificadamente, não apresentar situação regular no ato da feitura da nota de empenho, a sessão será retomada e os demais licitantes serão chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que a Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sujeitando-se o desistente às penalidades constantes da Seção **12** e anexo I – Termo de Referencia do Edital.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. À Contratante se reserva o direito de não mais adquirir os produtos da Contratada caso esta não cumpra o estabelecido na presente Ata de registro de preços, cabendo ao infrator as penalidades previstas no edital, na Lei n. 10.520/02 e Lei n. 8.666/93;

8.2. Manter o efetivo controle do fornecimento de requisições, não se responsabilizando pelo pagamento dos produtos entregues sem a correspondente requisição;

8.3. Efetuar os pagamentos de acordo com a Cláusula nona;

8.4. Fiscalizar a utilização e a qualidade dos produtos entregues;

8.5. Denunciar as infrações e aplicar as penalidades cabíveis nos termos da clausula 13º (décima terceira) desta ata, da Lei n. 10.520/02 e Lei n. 8.666/93.

8.6. A Contratante fica obrigada a fiscalizar e controlar a entrega dos produtos e emitir requisição sempre que necessitar dos mesmos.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado conforme Ata de Registro de Preços, devendo ainda atender aos termos do **art. 60 da Lei federal n.º 4.320, de 17/03/1964,** após entrega dos produtos em até 30 (trinta) dias, contado a partir do recebimento da Nota Fiscal, mediante apresentação da Nota Fiscal, atestada pelo servidor responsável da Prefeitura, devidamente acompanhada dos documentos estabelecidos na Legislação Vigente ou o que venha a substituí-los, através de boleto ou transferência bancaria em conta jurídica da empresa contratada.

10. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

10.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhes no máximo o repasse do percentual determinado.

10.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Administração Municipal, através de seu Fiscal de Contrato designado, solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

10.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Administração poderá solicitar a rescisão desta Ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo-lhes rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso de negociação.

10.5. Será considerado compatíveis com o mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Fiscal do Contrato.

11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/signatário não cumprir com as obrigações constantes no Edital e desta Ata;

b) quando o fornecedor/signatário der causa a rescisão administrativa na Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor/signatário será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Administração, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR relativas ao fornecimento dos Itens.

11.6. Caso a Administração não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, pode suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.1. Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: **custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto do Edital e seus Anexos.**

12.2. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse, ou qualquer título, devendo os serviços serem fornecidos sem ônus adicionais.

13. DAS PENALIDADES

(Art. 86 e 87 Lei 8.666/93 e Art. 7 da Lei 10.520/02)

13.1. Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato: 01 (um) ano de suspensão impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios.

13.2. Adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame:

13.2.1. Deixar de executar totalmente o contrato ou apresentar documentação falsa: **Suspensão de 02 (dois) anos impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios**;

13.2.2. Deixar de executar parcialmente o contrato: **Suspensão por 18 (dezoito) meses e multa de 20% do valor dos serviços a serem prestados.**

13.3. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto: **Multa com mora de 2% (dois) ao dia até limite de 10% (dez).**

13.4. Não mantiver a proposta: **Suspensão de 01 (um) ano impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios.**

13.5. Falhar ou fraudar na execução da Ata, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal: **Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada conforme Inciso III do Art. 87 da Lei 8.666/93.**

13.6. Será concedido o direito de ampla defesa a empresa que cometer as penalidades acima relacionadas.

14. DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais comunicações aplicáveis.

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta da dotação orçamentária previstas nos órgãos/entidades que aderiram aos registros de preços.

Elemento de Despesa: 33.90.30.00 – Material de Consumo;
Secretaria Municipal de Saúde;

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) vincula-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Eletrônico n.º 012/2021, seus anexos e as propostas das classificadas.

c) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Administração Municipal.

17 -DO FORO

17.1. As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Porto dos Gaúchos como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Novo Horizonte do Norte/MT, 14 de abril de 2021.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

Contratante

MUNDIFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS

FARMACEUTICOS E HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 07.768.887/0001-01

Pedro Ricardo Melo

Fornecedor/Signatário

RAFAELA VIEIRA STREG

Fiscal de Contrato

Portaria nº 049/2021

BRUNO RICARDO BARELA IORI

Assessor Jurídico

OAB/MT nº 18.438

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2021

PREGÃO: 012/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: 015/2021.

VALIDADE: 06 (SEIS) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

Pelo presente instrumento, A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE – ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita com o CNPJ sob o n. 03.238.888/0001-93, com sede administrativa na Rua Augusto de Souza, 171, Centro, na cidade de Novo Horizonte do Norte/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **Silvano Pereira Neves**, brasileiro, casado,empresário, residente e domiciliado neste Município, portador da Carteira de Identidade RG n. 0625916-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n. 503.521.641-15, **RESOLVE** registrar os preços da empresa, **MMH MED COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES**, inscrita no **CNPJ: 21.484.336/0001-47**, localizada na Rua Jalbas Rodrigues Alves, 356, Bairro V. Santa Izabel, CEP:87080-470, no município de Maringá/PR, telefone (44) 3354 - 5826 e endereço eletrônico licitacao@mmhmed.com.br, representada pelo Sr. **Marcelino Lahoud**, portador do RG: 20.79474 SSP/PR e CPF: 359.226.139.87, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/2002 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 - DO OBJETO

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e materiais hospitalares para utilização nas ações de combate a pandemia, conforme especificado no anexo I - Termo de referência do edital.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto, de acordo com a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2 - DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 06 (seis) meses, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Administração, através de fiscal de contrato, no seu aspecto operacional e à Coordenadoria Jurídica de Licitações, nas questões legais.

4 – DOS ITENS

4.1 Os Itens, as especificações, unidades, as quantidades, marcas, fornecedores, e os preços unitários que estão registrados nessa Ata de Registro de Preços, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Descrição	Quant.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
65	Mascara bico de pato c/filtro (n95) descartavel: modelo "bico-de-pato" é uma máscara respiradora com filtros para micro partículas, garantindo eficiência em filtragem de partículas de 0, 3 microns.	500	BETHANIAMED	3, 250	1.625, 000
				TOTAL	**1. 625,000**
HUM MIL, SEISCENTOS E VINTE E CINCO REAIS.					

4.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

4.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

4.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.)

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. As quantidades descritas acima são meramente estimativas, podendo variar durante a vigência da ata de registro de preços, não cabendo a licitante vencedora do certame quaisquer direitos, caso não seja atingida a quantidade total durante o prazo da vigência da ata de registro de preços;

5.2. Não serão aceitos produtos fora das especificações constantes neste Termo de referencia, produtos fora de sua embalagem original, em embalagens abertas e/ou danificadas que comprometam a qualidade do produto.

5.3. Os produtos ora solicitados, serão recebidos e aceitos observando o seu prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses a contar da solicitação feita pela contratante;

6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

a) Se obriga a fornecer produtos de primeira qualidade, na sede da secretaria solicitante no prazo maximo de até 07 (sete) dias da solicitação formal através de requisição emitida pelo órgão competente.

b) As solicitações de compra serão de forma fracionada, podendo essas solicitações serem semanais, quinzenais ou mensais de acordo com as necessidades da contratante.

c) A empresa arcara com todas as despesas de pessoal, equipamentos, produtos apropriados e inclusive frete até a sede da contratante.

d) A contratada apenas poderá fornecer os produtos com a devida autorização da secretaria solicitante mediante a apresentação de requisição emitida pelo órgão competente.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Assinar a Ata de registro de preços com o órgão no prazo de **02 (dois) dias corridos**, a contar da data do recebimento da convocação;

7.2. Após a homologação da licitação, **retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias**, contados do recebimento da convocação formal;

7.3. Realizar a entrega dos produtos nas quantidades, prazos e condições estabelecidas no anexo I – Termo de Referencia do edital;

7.4. Substituir, às suas expensas, no prazo de **05 (cinco) dias**, após notificação formal, os Produtos/serviços fornecidos em desacordo com as especificações deste Edital, seus anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade;

7.5. Atender, para o devido recebimento, ao que determina o Decreto 4.752, de 06 de agosto de 2002, no tocante a emissão da Nota Fiscal/Fatura;

7.6. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

7.7. Se a licitante vencedora não cumprir o prazo do item **7.1.** ou recusar-se a retirar a nota de empenho, sem justificativa formalmente aceita pelo órgão, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades constantes da Seção **12 e anexo I – Termo de Referencia do** Edital.

7.8. Se a licitante vencedora, injustificadamente, não apresentar situação regular no ato da feitura da nota de empenho, a sessão será retomada e os demais licitantes serão chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que a Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sujeitando-se o desistente às penalidades constantes da Seção **12** e anexo I – Termo de Referencia do Edital.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. À Contratante se reserva o direito de não mais adquirir os produtos da Contratada caso esta não cumpra o estabelecido na presente Ata de registro de preços, cabendo ao infrator as penalidades previstas no edital, na Lei n. 10.520/02 e Lei n. 8.666/93;

8.2. Manter o efetivo controle do fornecimento de requisições, não se responsabilizando pelo pagamento dos produtos entregues sem a correspondente requisição;

8.3. Efetuar os pagamentos de acordo com a Cláusula nona;

8.4. Fiscalizar a utilização e a qualidade dos produtos entregues;

8.5. Denunciar as infrações e aplicar as penalidades cabíveis nos termos da clausula 13º (décima terceira) desta ata, da Lei n. 10.520/02 e Lei n. 8.666/93.

8.6. A Contratante fica obrigada a fiscalizar e controlar a entrega dos produtos e emitir requisição sempre que necessitar dos mesmos.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado conforme Ata de Registro de Preços, devendo ainda atender aos termos do **art. 60 da Lei federal n.º 4.320, de 17/03/1964,** após entrega dos produtos em até 30 (trinta) dias, contado a partir do recebimento da Nota Fiscal, mediante apresentação da Nota Fiscal,

atestada pelo servidor responsável da Prefeitura, devidamente acompanhada dos documentos estabelecidos na Legislação Vigente ou o que venha a substituí-los, através de boleto ou transferência bancaria em conta jurídica da empresa contratada.

10. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

10.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhes no máximo o repasse do percentual determinado.

10.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Administração Municipal, através de seu Fiscal de Contrato designado, solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

10.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Administração poderá solicitar a rescisão desta Ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo-lhes rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso de negociação.

10.5. Será considerado compatíveis com o mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Fiscal do Contrato.

11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes

situações:

a) quando o fornecedor/signatário não cumprir com as obrigações constantes no Edital e desta Ata;

b) quando o fornecedor/signatário der causa a rescisão administrativa na Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor/signatário será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Administração, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR relativas ao fornecimento dos Itens.

11.6. Caso a Administração não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, pode suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.1. Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: **custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto do Edital e seus Anexos.**

12.2. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse, ou qualquer título, devendo os serviços serem fornecidos sem ônus adicionais.

13. DAS PENALIDADES

(Art. 86 e 87 Lei 8.666/93 e Art. 7 da Lei 10.520/02)

13.1. Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato: 01 (um) ano de suspensão impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios.

13.2. Adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame:

13.2.1. Deixar de executar totalmente o contrato ou apresentar documentação falsa: **Suspensão de 02 (dois) anos impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios**;

13.2.2. Deixar de executar parcialmente o contrato: **Suspensão por 18 (dezoito) meses e multa de 20% do valor dos serviços a serem prestados.**

13.3. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto: **Multa com mora de 2% (dois) ao dia até limite de 10% (dez).**

13.4. Não mantiver a proposta: **Suspensão de 01 (um) ano impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios.**

13.5. Falhar ou fraudar na execução da Ata, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal: **Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada conforme Inciso III do Art. 87 da Lei 8.666/93.**

13.6. Será concedido o direito de ampla defesa a empresa que cometer as penalidades acima relacionadas.

14. DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais comunicações aplicáveis.

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta da dotação orçamentária previstas nos órgãos/entidades que aderiram aos registros de preços.

Elemento de Despesa: 33.90.30.00 – Material de Consumo;
Secretaria Municipal de Saúde;

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) vincula-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Eletrônico n.º 012/2021, seus anexos e as propostas das classificadas.

c) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Administração Municipal.

17 -DO FORO

17.1. As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Porto dos Gaúchos como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Novo Horizonte do Norte/MT, 14 de abril de 2021.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

Contratante

MMH MED COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES

CNPJ: 21.484.336/0001-47

Marcelino Lahoud

Fornecedor/Signatário

RAFAELA VIEIRA STREG

Fiscal de Contrato

Portaria nº 049/2021

BRUNO RICARDO BARELA IORI

Assessor Jurídico

OAB/MT nº 18.438

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2021

PREGÃO: 012/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: 015/2021.

VALIDADE: 06 (SEIS) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

Pelo presente instrumento, A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE – ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita com o CNPJ sob o n. 03.238.888/0001-93, com sede administrativa na Rua Augusto de Souza, 171, Centro, na cidade de Novo Horizonte do Norte/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **Silvano Pereira Neves**, brasileiro, casado,empresário, residente e domiciliado neste Município, portador da Carteira de Identidade RG n. 0625916-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n. 503.521.641-15, **RESOLVE** registrar os preços da empresa, **MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI**, inscrita no **CNPJ: 09.676.256/0001-98**, localizada na Octaviano Teixeira dos Santos, 1.132, 1° andar, sala 102, Bairro centro, CEP: 85.601-030, no município de Francisco Beltrão/PR, telefone (46) 3523 - 5454 e endereço eletrônico angeomed@netconta.com.br, representada pela Sra. **Sirlei Fátima Follador**, portadora do RG: 13.961.473-9 SESP e CPF: 465.988.800-25, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/2002 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 - DO OBJETO

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e materiais hospitalares para utilização nas ações de combate a pandemia, conforme especificado no anexo I - Termo de referência do edital.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto, de acordo com a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2 - DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 06 (seis) meses, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Administração, através de fiscal de contrato, no seu aspecto operacional e à Coordenadoria Jurídica de Licitações, nas questões legais.

4 – DOS ITENS

4.1 Os Itens, as especificações, unidades, as quantidades, marcas, fornecedores, e os preços unitários que estão registrados nessa Ata de Registro de Preços, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Descrição	Quant.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
17	Clortalidona + amilorida 25mg + 5mg	700	SUPERA	1, 240	868, 000
25	Empagliflozina + linagliptina 25 mg /5 mg	800	BOEHRINGER	12, 088	10.304, 000
26	Isossorbida 10 mg comp	12000	E.M.S	0, 370	4.440, 000
27	Isossorbida 20 mg comp	7000	ZYDUS	0, 180	1.260, 000
34	Levodopa 200 mg + benserasida 25 mg	2500	ACHE	2, 900	7.250, 000
				TOTAL	**24.122, 000**
VINTE E QUATRO MIL CENTO E VINTE E DOIS REAIS.					

4.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

4.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

4.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.)

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. As quantidades descritas acima são meramente estimativas, podendo variar durante a vigência da ata de registro de preços, não cabendo a licitante vencedora do certame quaisquer direitos, caso não seja atingida a quantidade total durante o prazo da vigência da ata de registro de preços;

5.2. Não serão aceitos produtos fora das especificações constantes neste Termo de referencia, produtos fora de sua embalagem original, em embalagens abertas e/ou danificadas que comprometam a qualidade do produto.

5.3. Os produtos ora solicitados, serão recebidos e aceitos observando o seu prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses a contar da solicitação feita pela contratante;

6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

a) Se obriga a fornecer produtos de primeira qualidade, na sede da secretaria solicitante no prazo maximo de até 07 (sete) dias da solicitação formal através de requisição emitida pelo órgão competente.

b) As solicitações de compra serão de forma fracionada, podendo essas solicitações serem semanais, quinzenais ou mensais de acordo com as necessidades da contratante.

c) A empresa arcara com todas as despesas de pessoal, equipamentos, produtos apropriados e inclusive frete até a sede da contratante.

d) A contratada apenas poderá fornecer os produtos com a devida autorização da secretaria solicitante mediante a apresentação de requisição emitida pelo órgão competente.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Assinar a Ata de registro de preços com o órgão no prazo de **02 (dois) dias corridos**, a contar da data do recebimento da convocação;

7.2. Após a homologação da licitação, **retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias**, contados do recebimento da convocação formal;

7.3. Realizar a entrega dos produtos nas quantidades, prazos e condições estabelecidas no anexo I – Termo de Referencia do edital;

7.4. Substituir, às suas expensas, no prazo de **05 (cinco) dias**, após notificação formal, os Produtos/serviços fornecidos em desacordo com as especificações deste Edital, seus anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade;

7.5. Atender, para o devido recebimento, ao que determina o Decreto 4.752, de 06 de agosto de 2002, no tocante a emissão da Nota Fiscal/Fatura;

7.6. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

7.7. Se a licitante vencedora não cumprir o prazo do item **7.1.** ou recusar-se a retirar a nota de empenho, sem justificativa formalmente aceita pelo órgão, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades constantes da Seção **12 e anexo I – Termo de Referencia do** Edital.

7.8. Se a licitante vencedora, injustificadamente, não apresentar situação regular no ato da feitura da nota de empenho, a sessão será retomada e os demais licitantes serão chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que a Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sujeitando-se o desistente às penalidades constantes da Seção **12** e anexo I – Termo de Referencia do Edital.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. À Contratante se reserva o direito de não mais adquirir os produtos da Contratada caso esta não cumpra o estabelecido na presente Ata de registro de preços, cabendo ao infrator as penalidades previstas no edital, na Lei n. 10.520/02 e Lei n. 8.666/93;

8.2. Manter o efetivo controle do fornecimento de requisições, não se responsabilizando pelo pagamento dos produtos entregues sem a correspondente requisição;

8.3. Efetuar os pagamentos de acordo com a Cláusula nona;

8.4. Fiscalizar a utilização e a qualidade dos produtos entregues;

8.5. Denunciar as infrações e aplicar as penalidades cabíveis nos termos da clausula 13º (décima terceira) desta ata, da Lei n. 10.520/02 e Lei n. 8.666/93.

8.6. A Contratante fica obrigada a fiscalizar e controlar a entrega dos produtos e emitir requisição sempre que necessitar dos mesmos.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado conforme Ata de Registro de Preços, devendo ainda atender aos termos do **art. 60 da Lei federal n.º 4.320, de 17/03/1964,** após entrega dos produtos em até 30 (trinta) dias, contado a partir do recebimento da Nota Fiscal, mediante apresentação da Nota Fiscal, atestada pelo servidor responsável da Prefeitura, devidamente acompanhada dos documentos estabelecidos na Legislação Vigente ou o que venha a substituí-los, através de boleto ou transferência bancaria em conta jurídica da empresa contratada.

10. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

10.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhes no máximo o repasse do percentual determinado.

10.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Administração Municipal, através de seu Fiscal de Contrato designado, solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

10.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Administração poderá solicitar a rescisão desta Ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo-lhes rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso de negociação.

10.5. Será considerado compatíveis com o mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Fiscal do Contrato.

11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/signatário não cumprir com as obrigações constantes no Edital e desta Ata;

b) quando o fornecedor/signatário der causa a rescisão administrativa na Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor/signatário será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Administração, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR relativas ao fornecimento dos Itens.

11.6. Caso a Administração não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, pode suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.1. Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: **custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto do Edital e seus Anexos.**

12.2. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse, ou qualquer título, devendo os serviços serem fornecidos sem ônus adicionais.

13. DAS PENALIDADES

(Art. 86 e 87 Lei 8.666/93 e Art. 7 da Lei 10.520/02)

13.1. Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato: 01 (um) ano de suspensão impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios.

13.2. Adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame:

13.2.1. Deixar de executar totalmente o contrato ou apresentar documentação falsa: **Suspensão de 02 (dois) anos impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios**;

13.2.2. Deixar de executar parcialmente o contrato: **Suspensão por 18 (dezoito) meses e multa de 20% do valor dos serviços a serem prestados.**

13.3. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto: **Multa com mora de 2% (dois) ao dia até limite de 10% (dez).**

13.4. Não mantiver a proposta: **Suspensão de 01 (um) ano impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios.**

13.5. Falhar ou fraudar na execução da Ata, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal: **Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada conforme Inciso III do Art. 87 da Lei 8.666/93.**

13.6. Será concedido o direito de ampla defesa a empresa que cometer as penalidades acima relacionadas.

14. DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais comunicações aplicáveis.

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta da dotação orçamentária previstas nos órgãos/entidades que aderiram aos registros de preços.

Elemento de Despesa: 33.90.30.00 – Material de Consumo;
Secretaria Municipal de Saúde;

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) vincula-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Eletrônico n.º 012/2021, seus anexos e as propostas das classificadas.

c) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Administração Municipal.

17 -DO FORO

17.1. As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Porto dos Gaúchos como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Novo Horizonte do Norte/MT, 14 de abril de 2021.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

Contratante

MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI

CNPJ: 09.676.256/0001-98

SIRLEI FÁTIMA FOLLADOR

Fornecedor/Signatário

RAFAELA VIEIRA STREG

Fiscal de Contrato

Portaria nº 049/2021

BRUNO RICARDO BARELA IORI

Assessor Jurídico

OAB/MT nº 18.438

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2021

PREGÃO: 012/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: 015/2021.

VALIDADE: 06 (SEIS) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

Pelo presente instrumento, A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE – ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita com o CNPJ sob o n. 03.238.888/0001-93, com sede administrativa na Rua Augusto de Souza, 171, Centro, na cidade de Novo Horizonte do Norte/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **Silvano Pereira Neves**, brasileiro, casado,empresário, residente e domiciliado neste Município, portador da Carteira de Identidade RG n. 0625916-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n. 503.521.641-15, **RESOLVE** registrar os preços da empresa, **HIPERDENTAL COM E REP DE PRD ODONT E MEDICO HOSP**, inscrita no **CNPJ: 13.994.852/0001-93**, localizada na Rua Genésio Roberto Baggio, 1304, Sala 01, Bairro Centro, CEP:78.890-000, no município de Sorriso/MT, Telefone (66) 3544 - 1910 e endereço eletrônico adm@deltasorriso.com.br, representada pela Sra. **Kerli Luzia Ludwichak**, portadora do RG:12876 OAB/SC e CPF: 017.657.779-33, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/2002 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 - DO OBJETO

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e materiais hospitalares para utilização nas ações de combate a pandemia, conforme especificado no anexo I - Termo de referência do edital.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto, de acordo com a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2 - DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 06 (seis) meses, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Administração, através de fiscal de contrato, no seu aspecto operacional e à Coordenadoria Jurídica de Licitações, nas questões legais.

4 – DOS ITENS

4.1 Os Itens, as especificações, unidades, as quantidades, marcas, fornecedores, e os preços unitários que estão registrados nessa Ata de Registro de Preços, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Descrição	Quant.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
40	Almotolia plástica bico reto 500 ml almotolia de plástico bico reto, capacidade para 500 ml.	30	J PROLAB	5, 180	155, 400
41	Almotolia plástica confeccionada em polietileno com graduação em alto relevo, bico reto, capacidade de 250 ml.	15	J PROLAB	4, 590	68, 850
42	Aparelho de pressão de velcro com estetoscópio, para obeso: manômetro de alta precisão com tecnologia. Braçadeira com manguito em pvc para obeso (circunferência de 35 até 51 cm) em nylon com fecho de contato. Incluso: 01 manômetro 0-300 mmhg; 01 braçadeira; 01 válvula de deflação; 01 pêra; 01 estojo para viagem.	15	PREMIUN	123, 750	1.856, 250
43	Cateter aspiração traqueal, pvc atóxico flexível, descartável, ponta atraumática, orifícios distais lateralizados, estéril, embalagem individual, nº 8	200	FOYOMED	0, 900	180, 000
44	Cateter aspiração traqueal, pvc atóxico flexível, descartável, ponta atraumática, orifícios distais lateralizados, estéril, embalagem individual, nº 4	200	FOYOMED	0, 890	178, 000
45	Cateter aspiração traqueal, pvc atóxico flexível, descartável, ponta atraumática, orifícios distais lateralizados, estéril, embalagem individual, nº 12	200	FOYOMED	0, 790	158, 000
46	Cateter aspiração traqueal, pvc atóxico flexível, descartável, ponta atraumática, orifícios distais lateralizados, estéril, embalagem individual, nº 16	200	FOYOMED	1, 140	228, 000
47	Cateter aspiração traqueal, pvc atóxico flexível, descartável, ponta atraumática, orifícios distais lateralizados, estéril, embalagem individual, nº 18	200	FOYOMED	1, 140	228, 000
49	Cateter oxigenoterapia, pvc flexível grau médico, tipo óculos,pronga silicone contorno arredondado, descartável, estéril, infantil, a prova de deformação e torção,2,10m, conector universal	500	MEDSONDA	1, 190	595, 000
50	Clorexidina digluconato, 4%, degermante	100	VIC PHARMA	41, 250	4.125, 000
51	Equipo especial, p/ irrigação, duas vias, pvc cristal, mín. 140 cm, ponta perfurante c/ tampa cada via, clamp central, corta fluxo todas vias, conector escalonado p/ sonda, estéril, descartável	400	VITALGOLD	1, 480	592, 000
53	Fio de sutura nylon 4 - 0, agulha de 1/2 cir de secção triang. 1,5cm. Caixa com 24 unidades	20	TECHNEW	47, 000	940, 000
57	Gel condutor, p/ ultrassonografia gel de contato - características sem eletrólitos, essencia e corante, uso em ultrassonografia,forma farmaceutica gel, forma de apresentação frasco, via de administração tópica (frasco 1 litro)	05	CARBOGEL	12, 000	60, 000

58	Iodopovidona (pvpi), a 10% (teor de iodo 1%), solução degermante	50	VIC PHARMA	39,000	1.950,000
66	Máscara para ambu adulto de silicone	80	MD	32,000	2.560,000
67	Máscara para ambu infantil de silicone	80	MD	25,000	2.000,000
70	Seringa 20 ml descartável esteril bico luer slip (liso) sem agulha	10000	SR	0, 599	5.990,000
72	Seringa descartável 5 ml sem agulha, bico luer-slip, escala precisa e indelevel.	10000	SR	0, 210	2.100,000
73	Seringa para insulina 1 ml apirogênica e atóxica 100 ui com boa visualização descartável estéril, agulha 13 x 3,8	11000	SR	0, 304	3.344,000
75	Sonda nasogastrica curta n° 06 em pvc atóxico, siliconizadas, acabamento atraumatico, flexivel descartáveis, conector universal, esterelizado por radiação gama. Pacote com 10 unidades.	20	FOYOMED	8, 870	177,400
76	Sonda nasogastrica curta n° 10 em pvc atóxico, siliconizadas, acabamento atraumatico, flexivel descartáveis, conector universal, esterelizado por radiação gama. Pacote com 10 unidades.	60	FOYOMED	8, 170	490,200
77	Sonda nasogastrica curta nº 18 em pvc atóxico, siliconizadas, acabamento atraumatico, flexivel descartáveis, conector universal, esterelizado por radiação gama.pacote com 10 unidades.	20	FOYOMED	11,000	220,000
78	Sonda nasogastrica curta nº 04 em pvc atóxico, siliconizadas, acabamento atraumatico, flexivel descartáveis, conector universal, esterelizado por radiação gama.pacote com 10 unidades.	20	FOYOMED	8, 550	171,000
				TOTAL	**28.367,100**
VINTE E OITO MIL, TREZENTOS E SESSENTA E SETE REAIS E DEZ CENTAVOS.					

4.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

4.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

4.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.)

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. As quantidades descritas acima são meramente estimativas, podendo variar durante a vigência da ata de registro de preços, não cabendo a licitante vencedora do certame quaisquer direitos, caso não seja atingida a quantidade total durante o prazo da vigência da ata de registro de preços;

5.2. Não serão aceitos produtos fora das especificações constantes neste Termo de referencia, produtos fora de sua embalagem original, em embalagens abertas e/ou danificadas que comprometam a qualidade do produto.

5.3. Os produtos ora solicitados, serão recebidos e aceitos observando o seu prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses a contar da solicitação feita pela contratante;

6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

a) Se obriga a fornecer produtos de primeira qualidade, na sede da secretaria solicitante no prazo maximo de até 07 (sete) dias da solicitação formal através de requisição emitida pelo órgão competente.

b) As solicitações de compra serão de forma fracionada, podendo essas solicitações serem semanais, quinzenais ou mensais de acordo com as necessidades da contratante.

c) A empresa arcara com todas as despesas de pessoal, equipamentos, produtos apropriados e inclusive frete até a sede da contratante.

d) A contratada apenas poderá fornecer os produtos com a devida autorização da secretaria solicitante mediante a apresentação de requisição emitida pelo órgão competente.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Assinar a Ata de registro de preços com o órgão no prazo de **02 (dois) dias corridos**, a contar da data do recebimento da convocação;

7.2. Após a homologação da licitação, **retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias**, contados do recebimento da convocação formal;

7.3. Realizar a entrega dos produtos nas quantidades, prazos e condições estabelecidas no anexo I – Termo de Referencia do edital;

7.4. Substituir, às suas expensas, no prazo de **05 (cinco) dias**, após notificação formal, os Produtos/serviços fornecidos em desacordo com as especificações deste Edital, seus anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade;

7.5. Atender, para o devido recebimento, ao que determina o Decreto 4.752, de 06 de agosto de 2002, no tocante a emissão da Nota Fiscal/Fatura;

7.6. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

7.7. Se a licitante vencedora não cumprir o prazo do item **7.1.** ou recusar-se a retirar a nota de empenho, sem justificativa formalmente aceita pelo órgão, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades constantes da Seção **12 e anexo I – Termo de Referencia do** Edital.

7.8. Se a licitante vencedora, injustificadamente, não apresentar situação regular no ato da feitura da nota de empenho, a sessão será retomada e os demais licitantes serão chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que a Pregoeiro exa-

minará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sujeitando-se o desistente às penalidades constantes da Seção **12** e anexo I – Termo de Referencia do Edital.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. À Contratante se reserva o direito de não mais adquirir os produtos da Contratada caso esta não cumpra o estabelecido na presente Ata de registro de preços, cabendo ao infrator as penalidades previstas no edital, na Lei n. 10.520/02 e Lei n. 8.666/93;

8.2. Manter o efetivo controle do fornecimento de requisições, não se responsabilizando pelo pagamento dos produtos entregues sem a correspondente requisição;

8.3. Efetuar os pagamentos de acordo com a Cláusula nona;

8.4. Fiscalizar a utilização e a qualidade dos produtos entregues;

8.5. Denunciar as infrações e aplicar as penalidades cabíveis nos termos da clausula 13º (décima terceira) desta ata, da Lei n. 10.520/02 e Lei n. 8.666/93.

8.6. A Contratante fica obrigada a fiscalizar e controlar a entrega dos produtos e emitir requisição sempre que necessitar dos mesmos.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado conforme Ata de Registro de Preços, devendo ainda atender aos termos do **art. 60 da Lei federal n.º 4.320, de 17/03/1964,** após entrega dos produtos em até 30 (trinta) dias, contado a partir do recebimento da Nota Fiscal, mediante apresentação da Nota Fiscal, atestada pelo servidor responsável da Prefeitura, devidamente acompanhada dos documentos estabelecidos na Legislação Vigente ou o que venha a substituí-los, através de boleto ou transferência bancaria em conta jurídica da empresa contratada.

10. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

10.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhes no máximo o repasse do percentual determinado.

10.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Administração Municipal, através de seu Fiscal de Contrato designado, solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

10.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Administração poderá solicitar a rescisão desta Ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo-lhes rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso de negociação.

10.5. Será considerado compatíveis com o mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Fiscal do Contrato.

11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/signatário não cumprir com as obrigações constantes no Edital e desta Ata;

b) quando o fornecedor/signatário der causa a rescisão administrativa na Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor/signatário será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Administração, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR relativas ao fornecimento dos Itens.

11.6. Caso a Administração não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, pode suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.1. Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: **custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto do Edital e seus Anexos.**

12.2. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse, ou qualquer título, devendo os serviços serem fornecidos sem ônus adicionais.

13. DAS PENALIDADES

(Art. 86 e 87 Lei 8.666/93 e Art. 7 da Lei 10.520/02)

13.1. Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato: 01 (um) ano de suspensão impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios.

13.2. Adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame:

13.2.1. Deixar de executar totalmente o contrato ou apresentar documentação falsa: **Suspensão de 02 (dois) anos impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios**;

13.2.2. Deixar de executar parcialmente o contrato: **Suspensão por 18 (dezoito) meses e multa de 20% do valor dos serviços a serem prestados.**

13.3. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto: **Multa com mora de 2% (dois) ao dia até limite de 10% (dez).**

13.4. Não mantiver a proposta: **Suspensão de 01 (um) ano impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios.**

13.5. Falhar ou fraudar na execução da Ata, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal: **Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada conforme Inciso III do Art. 87 da Lei 8.666/93.**

13.6. Será concedido o direito de ampla defesa a empresa que cometer as penalidades acima relacionadas.

14. DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais comunicações aplicáveis.

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta da dotação orçamentária previstas nos órgãos/entidades que aderiram aos registros de preços.

Elemento de Despesa: 33.90.30.00 – Material de Consumo;
Secretaria Municipal de Saúde;

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) vincula-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Eletrônico n.º 012/2021, seus anexos e as propostas das classificadas.

c) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Administração Municipal.

17 -DO FORO

17.1. As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Porto dos Gaúchos como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Novo Horizonte do Norte/MT, 14 de abril de 2021.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

Contratante

HIPERDENTAL COM E REP DE PRD ODONT E MEDICO HOSP

CNPJ: 13.994.852/0001-93

KERLI LUZIA LUDWICHAK

Fornecedor/Signatário

RAFAELA VIEIRA STREG

Fiscal de Contrato

Portaria nº 049/2021

BRUNO RICARDO BARELA IORI

Assessor Jurídico

OAB/MT nº 18.438

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2021

PREGÃO: 012/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: 015/2021.

VALIDADE: 06 (SEIS) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

Pelo presente instrumento, A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE – ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita com o CNPJ sob o n. 03.238.888/0001-93, com sede administrativa na Rua Augusto de Souza, 171, Centro, na cidade de Novo Horizonte do Norte/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **Silvano Pereira Neves**, brasileiro, casado,empresário, residente e domiciliado neste Município, portador da Carteira de Identidade RG n. 0625916-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n. 503.521.641-15, **RESOLVE** registrar os preços da empresa, **BE CARE COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA**, inscrita no **CNPJ: 12.918.336/0003-89**, localizada na Av. Queiroz Filho, 1560, Ed. Sabiá, Conjuntos 406, 407 e 408, Bairro Vila Hamburguesa, CEP: 05.319-000, no município de São Paulo/SP, telefone (11) 5904 - 0100 e endereço eletrônico fiscal@becaremat.com.br, representada pelo Sr. **Guilherme Porlan Guarnieri**, portador do RG: 27.197.867-3 SSP/SP e CPF: 324.802.698-76, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/2002 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 - DO OBJETO

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e materiais hospitalares para utilização nas ações de combate a pandemia, conforme especificado no anexo I - Termo de referência do edital.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto, de acordo com a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2 - DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 06 (seis) meses, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Administração, através de fiscal de contrato, no seu aspecto operacional e à Coordenadoria Jurídica de Licitações, nas questões legais.

4 – DOS ITENS

4.1 Os Itens, as especificações, unidades, as quantidades, marcas, fornecedores, e os preços unitários que estão registrados nessa Ata de Registro de Preços, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Descrição	Quant.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
0081	Oximetro de pulso (dedo)	70	BECARE/XUZHOU YONKANG	100,00	7.000,00
				TOTAL	**7.000,00**
SETE MIL REAIS.					

4.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

4.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

4.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.)

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. As quantidades descritas acima são meramente estimativas, podendo variar durante a vigência da ata de registro de preços, não cabendo a licitante vencedora do certame quaisquer direitos, caso não seja atingida a quantidade total durante o prazo da vigência da ata de registro de preços;

5.2. Não serão aceitos produtos fora das especificações constantes neste Termo de referencia, produtos fora de sua embalagem original, em embalagens abertas e/ou danificadas que comprometam a qualidade do produto.

5.3. Os produtos ora solicitados, serão recebidos e aceitos observando o seu prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses a contar da solicitação feita pela contratante;

6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

a) Se obriga a fornecer produtos de primeira qualidade, na sede da secretaria solicitante no prazo maximo de até 07 (sete) dias da solicitação formal através de requisição emitida pelo órgão competente.

b) As solicitações de compra serão de forma fracionada, podendo essas solicitações serem semanais, quinzenais ou mensais de acordo com as necessidades da contratante.

c) A empresa arcara com todas as despesas de pessoal, equipamentos, produtos apropriados e inclusive frete até a sede da contratante.

d) A contratada apenas poderá fornecer os produtos com a devida autorização da secretaria solicitante mediante a apresentação de requisição emitida pelo órgão competente.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Assinar a Ata de registro de preços com o órgão no prazo de **02 (dois) dias corridos**, a contar da data do recebimento da convocação;

7.2. Após a homologação da licitação, **retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias**, contados do recebimento da convocação formal;

7.3. Realizar a entrega dos produtos nas quantidades, prazos e condições estabelecidas no anexo I – Termo de Referencia do edital;

7.4. Substituir, às suas expensas, no prazo de **05 (cinco) dias**, após notificação formal, os Produtos/serviços fornecidos em desacordo com as especificações deste Edital, seus anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade;

7.5. Atender, para o devido recebimento, ao que determina o Decreto 4.752, de 06 de agosto de 2002, no tocante a emissão da Nota Fiscal/Fatura;

7.6. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

7.7. Se a licitante vencedora não cumprir o prazo do item **7.1.** ou recusar-se a retirar a nota de empenho, sem justificativa formalmente aceita pelo órgão, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades constantes da Seção **12 e anexo I – Termo de Referencia do** Edital.

7.8. Se a licitante vencedora, injustificadamente, não apresentar situação regular no ato da feitura da nota de empenho, a sessão será retomada e os demais licitantes serão chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que a Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sujeitando-se o desistente às penalidades constantes da Seção **12** e anexo I – Termo de Referencia do Edital.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. À Contratante se reserva o direito de não mais adquirir os produtos da Contratada caso esta não cumpra o estabelecido na presente Ata de registro de preços, cabendo ao infrator as penalidades previstas no edital, na Lei n. 10.520/02 e Lei n. 8.666/93;

8.2. Manter o efetivo controle do fornecimento de requisições, não se responsabilizando pelo pagamento dos produtos entregues sem a correspondente requisição;

8.3. Efetuar os pagamentos de acordo com a Cláusula nona;

8.4. Fiscalizar a utilização e a qualidade dos produtos entregues;

8.5. Denunciar as infrações e aplicar as penalidades cabíveis nos termos da clausula 13º (décima terceira) desta ata, da Lei n. 10.520/02 e Lei n. 8.666/93.

8.6. A Contratante fica obrigada a fiscalizar e controlar a entrega dos produtos e emitir requisição sempre que necessitar dos mesmos.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado conforme Ata de Registro de Preços, devendo ainda atender aos termos do **art. 60 da Lei federal n.º 4.320, de 17/03/1964,** após entrega dos produtos em até 30 (trinta) dias, contado a partir do recebimento da Nota Fiscal, mediante apresentação da Nota Fiscal, atestada pelo servidor responsável da Prefeitura, devidamente acompanhada dos documentos estabelecidos na Legislação Vigente ou o que venha a substituí-los, através de boleto ou transferência bancaria em conta jurídica da empresa contratada.

10. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

10.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhes no máximo o repasse do percentual determinado.

10.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Administração Municipal, através de seu Fiscal de Contrato designado, solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

10.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Administração poderá solicitar a rescisão desta Ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo-lhes rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso de negociação.

10.5. Será considerado compatíveis com o mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Fiscal do Contrato.

11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/signatário não cumprir com as obrigações constantes no Edital e desta Ata;

b) quando o fornecedor/signatário der causa a rescisão administrativa na Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor/signatário será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Administração, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR relativas ao fornecimento dos Itens.

11.6. Caso a Administração não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, pode suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.1. Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: **custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto do Edital e seus Anexos.**

12.2. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse, ou qualquer título, devendo os serviços serem fornecidos sem ônus adicionais.

13. DAS PENALIDADES

(Art. 86 e 87 Lei 8.666/93 e Art. 7 da Lei 10.520/02)

13.1. Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato: 01 (um) ano de suspensão impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios.

13.2. Adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame:

13.2.1. Deixar de executar totalmente o contrato ou apresentar documentação falsa: **Suspensão de 02 (dois) anos impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios**;

13.2.2. Deixar de executar parcialmente o contrato: **Suspensão por 18 (dezoito) meses e multa de 20% do valor dos serviços a serem prestados.**

13.3. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto: **Multa com mora de 2% (dois) ao dia até limite de 10% (dez).**

13.4. Não mantiver a proposta: **Suspensão de 01 (um) ano impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios.**

13.5. Falhar ou fraudar na execução da Ata, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal: **Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada conforme Inciso III do Art. 87 da Lei 8.666/93.**

13.6. Será concedido o direito de ampla defesa a empresa que cometer as penalidades acima relacionadas.

14. DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais comunicações aplicáveis.

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta da dotação orçamentária previstas nos órgãos/entidades que aderiram aos registros de preços.

Elemento de Despesa: 33.90.30.00 – Material de Consumo;
Secretaria Municipal de Saúde;

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) vincula-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Eletrônico n.º 012/2021, seus anexos e as propostas das classificadas.

c) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Administração Municipal.

17 -DO FORO

17.1. As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Porto dos Gaúchos como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Novo Horizonte do Norte/MT, 14 de abril de 2021.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

Contratante

BE CARE COMERCIO DE PRODUTOS

MEDICO HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 12.918.336/0003-89

Guilherme Porlan Guarnieri

Fornecedor/Signatário

RAFAELA VIEIRA STREG

Fiscal de Contrato

Portaria nº 049/2021

BRUNO RICARDO BARELA IORI

Assessor Jurídico

OAB/MT nº 18.438

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2021

PREGÃO: 012/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: 015/2021.

VALIDADE: 06 (SEIS) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

Pelo presente instrumento, A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE – ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita com o CNPJ sob o n. 03.238.888/0001-93, com sede administrativa na Rua Augusto de Souza, 171, Centro, na cidade de Novo Horizonte do Norte/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **Silvano Pereira Neves**, brasileiro, casado,empresário, residente e domiciliado neste Município, portador da Carteira de Identidade RG n. 0625916-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n. 503.521.641-15, **RESOLVE** registrar os preços da empresa, **FF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO LTDA**, inscrita no **CNPJ: 28.093.678/0001-85**, localizada na Rua Genuíno Piacentini, 59, Bairro Santa Terezinha, CEP: 85506-220, no município de Pato Branco/ PR, telefone (46) 2604 - 0154 e endereço eletrônico fabio@ffmed.com.br, representada pelo Sr. **Fabio Emanuel Rebonatto**, portador do RG: 9266980-7 SESP/PR e CPF: 046.973.639-90, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/2002 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 - DO OBJETO

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e materiais hospitalares para utilização nas ações de combate a pandemia, conforme especificado no anexo I - Termo de referência do edital.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto, de acordo com a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2 - DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 06 (seis) meses, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Administração, através de fiscal de contrato, no seu aspecto operacional e à Coordenadoria Jurídica de Licitações, nas questões legais.

4 – DOS ITENS

4.1 Os Itens, as especificações, unidades, as quantidades, marcas, fornecedores, e os preços unitários que estão registrados nessa Ata de Registro de Preços, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Descrição	Quant.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
03	Adrenalina/epinefrina 1mg/ml inj	600	HIPOLABOR	2, 107	1.264, 200
05	Cloridrato de triexifenidil 2mg, capsula	1560	APSEN	0, 400	624, 000
07	Atorvastatina 20 mg	700	E.M.S	0, 400	280, 000
08	Bupropiona 150 mg comp	13000	E.M.S	0, 426	5.538, 000
09	Nitrendipino 20 mg, caps	1560	BIOSINTETICA	1, 300	2.028, 000
10	Cilostazol 100mg comp	7000	BIOSINTETICA	0, 513	3.591, 000
14	Cloridrato de clonidina 150 mcg	4000	BOEHRINGER	0, 350	1.400, 000
15	Claritromicina 500 mg comp	2500	E.M.S	3, 000	7.500, 000
18	Metropolol, succinato, 50 mg	700	ACCORD	1, 000	700, 000
32	Pentoxifilina 400 mg capsula	1600	GERMED	1, 000	1.600, 000
33	Prednisolona 3 mg solução oral 60 ml	700	HIPOLABOR	4, 545	3.181, 500

35	Cloridrato de tansulosina 0,4 mg	860	E.M.S	1, 000	860, 000
36	Cloridrato de propafenona 150 mg	860	LIBBS	1, 300	1.118, 000
				TOTAL	**29.684,700**
VINTE E NOVE MIL, SEISCENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS E SETENTA CENTAVOS.					

4.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

4.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

4.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.)

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. As quantidades descritas acima são meramente estimativas, podendo variar durante a vigência da ata de registro de preços, não cabendo a licitante vencedora do certame quaisquer direitos, caso não seja atingida a quantidade total durante o prazo da vigência da ata de registro de preços;

5.2. Não serão aceitos produtos fora das especificações constantes neste Termo de referencia, produtos fora de sua embalagem original, em embalagens abertas e/ou danificadas que comprometam a qualidade do produto.

5.3. Os produtos ora solicitados, serão recebidos e aceitos observando o seu prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses a contar da solicitação feita pela contratante;

6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

a) Se obriga a fornecer produtos de primeira qualidade, na sede da secretaria solicitante no prazo maximo de até 07 (sete) dias da solicitação formal através de requisição emitida pelo órgão competente.

b) As solicitações de compra serão de forma fracionada, podendo essas solicitações serem semanais, quinzenais ou mensais de acordo com as necessidades da contratante.

c) A empresa arcara com todas as despesas de pessoal, equipamentos, produtos apropriados e inclusive frete até a sede da contratante.

d) A contratada apenas poderá fornecer os produtos com a devida autorização da secretaria solicitante mediante a apresentação de requisição emitida pelo órgão competente.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Assinar a Ata de registro de preços com o órgão no prazo de **02 (dois) dias corridos**, a contar da data do recebimento da convocação;

7.2. Após a homologação da licitação, **retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias**, contados do recebimento da convocação formal;

7.3. Realizar a entrega dos produtos nas quantidades, prazos e condições estabelecidas no anexo I – Termo de Referencia do edital;

7.4. Substituir, às suas expensas, no prazo de **05 (cinco) dias**, após notificação formal, os Produtos/serviços fornecidos em desacordo com as especificações deste Edital, seus anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade;

7.5. Atender, para o devido recebimento, ao que determina o Decreto 4.752, de 06 de agosto de 2002, no tocante a emissão da Nota Fiscal/Fatura;

7.6. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

7.7. Se a licitante vencedora não cumprir o prazo do item **7.1.** ou recusar-se a retirar a nota de empenho, sem justificativa formalmente aceita pelo órgão, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades constantes da Seção **12** e anexo I – Termo de Referencia do Edital.

7.8. Se a licitante vencedora, injustificadamente, não apresentar situação regular no ato da feitura da nota de empenho, a sessão será retomada e os demais licitantes serão chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que a Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sujeitando-se o desistente às penalidades constantes da Seção **12** e anexo I – Termo de Referencia do Edital.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. À Contratante se reserva o direito de não mais adquirir os produtos da Contratada caso esta não cumpra o estabelecido na presente Ata de registro de preços, cabendo ao infrator as penalidades previstas no edital, na Lei n. 10.520/02 e Lei n. 8.666/93;

8.2. Manter o efetivo controle do fornecimento de requisições, não se responsabilizando pelo pagamento dos produtos entregues sem a correspondente requisição;

8.3. Efetuar os pagamentos de acordo com a Cláusula nona;

8.4. Fiscalizar a utilização e a qualidade dos produtos entregues;

8.5. Denunciar as infrações e aplicar as penalidades cabíveis nos termos da clausula 13º (décima terceira) desta ata, da Lei n. 10.520/02 e Lei n. 8.666/93.

8.6. A Contratante fica obrigada a fiscalizar e controlar a entrega dos produtos e emitir requisição sempre que necessitar dos mesmos.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado conforme Ata de Registro de Preços, devendo ainda atender aos termos do **art. 60 da Lei federal n.º 4.320, de 17/03/1964,** após entrega dos produtos em até 30 (trinta) dias, contado a partir do recebimento da Nota Fiscal, mediante apresentação da Nota Fiscal, atestada pelo servidor responsável da Prefeitura, devidamente acompanhada dos documentos estabelecidos na Legislação Vigente ou o que venha a substituí-los, através de boleto ou transferência bancaria em conta jurídica da empresa contratada.

10. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

10.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhes no máximo o repasse do percentual determinado.

10.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Administração Municipal, através de seu Fiscal de Contrato designado, solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

10.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Administração poderá solicitar a rescisão desta Ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo-lhes rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso de negociação.

10.5. Será considerado compatíveis com o mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Fiscal do Contrato.

11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/signatário não cumprir com as obrigações constantes no Edital e desta Ata;

b) quando o fornecedor/signatário der causa a rescisão administrativa na Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor/signatário será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Administração, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR relativas ao fornecimento dos Itens.

11.6. Caso a Administração não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, pode suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.1. Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: **custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto do Edital e seus Anexos.**

12.2. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse, ou qualquer título, devendo os serviços serem fornecidos sem ônus adicionais.

13. DAS PENALIDADES

(Art. 86 e 87 Lei 8.666/93 e Art. 7 da Lei 10.520/02)

13.1. Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato: 01 (um) ano de suspensão impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios.

13.2. Adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame:

13.2.1. Deixar de executar totalmente o contrato ou apresentar documentação falsa: **Suspensão de 02 (dois) anos impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios**;

13.2.2. Deixar de executar parcialmente o contrato: **Suspensão por 18 (dezoito) meses e multa de 20% do valor dos serviços a serem prestados.**

13.3. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto: **Multa com mora de 2% (dois) ao dia até limite de 10% (dez).**

13.4. Não mantiver a proposta: **Suspensão de 01 (um) ano impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios.**

13.5. Falhar ou fraudar na execução da Ata, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal: **Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada conforme Inciso III do Art. 87 da Lei 8.666/93.**

13.6. Será concedido o direito de ampla defesa a empresa que cometer as penalidades acima relacionadas.

14. DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais comunicações aplicáveis.

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta da dotação orçamentária previstas nos órgãos/entidades que aderiram aos registros de preços.

Elemento de Despesa: 33.90.30.00 – Material de Consumo;
Secretaria Municipal de Saúde;

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) vincula-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Eletrônico n.º 012/2021, seus anexos e as propostas das classificadas.

c) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Administração Municipal.

17 -DO FORO

17.1. As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Porto dos Gaúchos como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Novo Horizonte do Norte/MT, 14 de abril de 2021.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

Contratante

FF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO LTDA

CNPJ: 28.093.678/0001-85

FABIO EMANUEL REBONATTO

Fornecedor/Signatário

RAFAELA VIEIRA STREG

Fiscal de Contrato

Portaria nº 049/2021

BRUNO RICARDO BARELA IORI

Assessor Jurídico

OAB/MT nº 18.438

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2021

PREGÃO: 012/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: 015/2021.

VALIDADE: 06 (SEIS) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

Pelo presente instrumento, A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE – ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita com o CNPJ sob o n. 03.238.888/0001-93, com sede administrativa na Rua Augusto de Souza, 171, Centro, na cidade de Novo Horizonte do Norte/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **Silvano Pereira Neves**, brasileiro, casado,empresário, residente e domiciliado neste Município, portador da Carteira de Identidade RG n. 0625916-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n. 503.521.641-15, **RESOLVE** registrar os preços da empresa, **FARMÁCIA BOM PREÇO LTDA**, inscrita no **CNPJ: 11.504.314/0001-48**, localizada na Av. Goiás, 1150S, Sala 02, Bairro área de Chácaras, CEP: 78.455-000, no município de Lucas do Rio Verde/MT, telefone (65) 3549 - 4434 e endereço eletrônico farmaciabompreco@hotmail.com, representada pelo Sr. **Jones Luiz Dallagnol**, portador do RG: 1093135-0 SJII/MT e CPF: 906.864.891-87, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada

por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/2002 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 - DO OBJETO

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e materiais hospitalares para utilização nas ações de combate a pandemia, conforme especificado no anexo I - Termo de referência do edital.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto, de acordo com a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2 - DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 06 (seis) meses, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Administração, através de fiscal de contrato, no seu aspecto operacional e à Coordenadoria Jurídica de Licitações, nas questões legais.

4 – DOS ITENS

4.1 Os Itens, as especificações, unidades, as quantidades, marcas, fornecedores, e os preços unitários que estão registrados nessa Ata de Registro de Preços, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Descrição	Quant.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
11	CIMETIDINA 200 MG COMP	2.500	TEUTO	0, 720	1.800, 000
16	DIOSMINA + HESPERIDINA 900 MG + 100 MG	800	TEUTO	2, 050	1.640,000
				TOTAL	**3.440, 000**
TRÊS MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA REAIS					

4.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

4.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

4.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.)

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. As quantidades descritas acima são meramente estimativas, podendo variar durante a vigência da ata de registro de preços, não cabendo a licitante vencedora do certame quaisquer direitos, caso não seja atingida a quantidade total durante o prazo da vigência da ata de registro de preços;

5.2. Não serão aceitos produtos fora das especificações constantes neste Termo de referencia, produtos fora de sua embalagem original, em embalagens abertas e/ou danificadas que comprometam a qualidade do produto.

5.3. Os produtos ora solicitados, serão recebidos e aceitos observando o seu prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses a contar da solicitação feita pela contratante;

6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

a) Se obriga a fornecer produtos de primeira qualidade, na sede da secretaria solicitante no prazo maximo de até 07 (sete) dias da solicitação formal através de requisição emitida pelo órgão competente.

b) As solicitações de compra serão de forma fracionada, podendo essas solicitações serem semanais, quinzenais ou mensais de acordo com as necessidades da contratante.

c) A empresa arcara com todas as despesas de pessoal, equipamentos, produtos apropriados e inclusive frete até a sede da contratante.

d) A contratada apenas poderá fornecer os produtos com a devida autorização da secretaria solicitante mediante a apresentação de requisição emitida pelo órgão competente.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Assinar a Ata de registro de preços com o órgão no prazo de **02 (dois) dias corridos**, a contar da data do recebimento da convocação;

7.2. Após a homologação da licitação, **retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias**, contados do recebimento da convocação formal;

7.3. Realizar a entrega dos produtos nas quantidades, prazos e condições estabelecidas no anexo I – Termo de Referencia do edital;

7.4. Substituir, às suas expensas, no prazo de **05 (cinco) dias**, após notificação formal, os Produtos/serviços fornecidos em desacordo com as especificações deste Edital, seus anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade;

7.5. Atender, para o devido recebimento, ao que determina o Decreto 4.752, de 06 de agosto de 2002, no tocante a emissão da Nota Fiscal/Fatura;

7.6. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

7.7. Se a licitante vencedora não cumprir o prazo do item **7.1.** ou recusar-se a retirar a nota de empenho, sem justificativa formalmente aceita pelo órgão, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades constantes da Seção **12 e anexo I – Termo de Referencia do** Edital.

7.8. Se a licitante vencedora, injustificadamente, não apresentar situação regular no ato da feitura da nota de empenho, a sessão será retomada e os demais licitantes serão chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que a Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sujeitando-se o desistente às penalidades constantes da Seção **12** e anexo I – Termo de Referencia do Edital.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. À Contratante se reserva o direito de não mais adquirir os produtos da Contratada caso esta não cumpra o estabelecido na presente Ata de registro de preços, cabendo ao infrator as penalidades previstas no edital, na Lei n. 10.520/02 e Lei n. 8.666/93;

8.2. Manter o efetivo controle do fornecimento de requisições, não se responsabilizando pelo pagamento dos produtos entregues sem a correspondente requisição;

8.3. Efetuar os pagamentos de acordo com a Cláusula nona;

8.4. Fiscalizar a utilização e a qualidade dos produtos entregues;

8.5. Denunciar as infrações e aplicar as penalidades cabíveis nos termos da clausula 13º (décima terceira) desta ata, da Lei n. 10.520/02 e Lei n. 8.666/93.

8.6. A Contratante fica obrigada a fiscalizar e controlar a entrega dos produtos e emitir requisição sempre que necessitar dos mesmos.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado conforme Ata de Registro de Preços, devendo ainda atender aos termos do **art. 60 da Lei federal n.º 4.320, de 17/03/1964,** após entrega dos produtos em até 30 (trinta) dias, contado a partir do recebimento da Nota Fiscal, mediante apresentação da Nota Fiscal, atestada pelo servidor responsável da Prefeitura, devidamente acompanhada dos documentos estabelecidos na Legislação Vigente ou o que venha a substituí-los, através de boleto ou transferência bancaria em conta jurídica da empresa contratada.

10. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

10.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhes no máximo o repasse do percentual determinado.

10.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Administração Municipal, através de seu Fiscal de Contrato designado, solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

10.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Administração poderá solicitar a rescisão desta Ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo-lhes rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso de negociação.

10.5. Será considerado compatíveis com o mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Fiscal do Contrato.

11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/signatário não cumprir com as obrigações constantes no Edital e desta Ata;

b) quando o fornecedor/signatário der causa a rescisão administrativa na Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor/signatário será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Administração, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR relativas ao fornecimento dos Itens.

11.6. Caso a Administração não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, pode suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.1. Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: **custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto do Edital e seus Anexos.**

12.2. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse, ou qualquer título, devendo os serviços serem fornecidos sem ônus adicionais.

13. DAS PENALIDADES

(Art. 86 e 87 Lei 8.666/93 e Art. 7 da Lei 10.520/02)

13.1. Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato: 01 (um) ano de suspensão impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios.

13.2. Adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame:

13.2.1. Deixar de executar totalmente o contrato ou apresentar documentação falsa: **Suspensão de 02 (dois) anos impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios**;

13.2.2. Deixar de executar parcialmente o contrato: **Suspensão por 18 (dezoito) meses e multa de 20% do valor dos serviços a serem prestados.**

13.3. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto: **Multa com mora de 2% (dois) ao dia até limite de 10% (dez).**

13.4. Não mantiver a proposta: **Suspensão de 01 (um) ano impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios.**

13.5. Falhar ou fraudar na execução da Ata, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal: **Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada conforme Inciso III do Art. 87 da Lei 8.666/93.**

13.6. Será concedido o direito de ampla defesa a empresa que cometer as penalidades acima relacionadas.

14. DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais comunicações aplicáveis.

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta da dotação orçamentária previstas nos órgãos/entidades que aderiram aos registros de preços.

Elemento de Despesa: 33.90.30.00 – Material de Consumo;
Secretaria Municipal de Saúde;

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) vincula-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Eletrônico n.º 012/2021, seus anexos e as propostas das classificadas.

c) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Administração Municipal.

17 -DO FORO

17.1. As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Porto dos Gaúchos como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Novo Horizonte do Norte/MT, 14 de abril de 2021.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

Contratante

FARMÁCIA BOM PREÇO LTDA

CNPJ: 11.504.314/0001-48

JONES LUIZ DALLAGNOL

Fornecedor/Signatário

RAFAELA VIEIRA STREG

Fiscal de Contrato

Portaria nº 049/2021

BRUNO RICARDO BARELA IORI

Assessor Jurídico

OAB/MT nº 18.438

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2021

PREGÃO: 012/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: 015/2021.

VALIDADE: 06 (SEIS) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

Pelo presente instrumento, A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE – ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita com o CNPJ sob o n. 03.238.888/0001-93, com sede administrativa na Rua Augusto de Souza, 171, Centro, na cidade de Novo Horizonte do Norte/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **Silvano Pereira Neves**, brasileiro, casado,empresário, residente e domiciliado neste Município, portador da Carteira de Identidade RG n. 0625916-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n. 503.521.641-15, **RESOLVE** registrar os preços da empresa, **TOP NORTE COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR EIRELI**, inscrita no **CNPJ: 22.862.531/0001-26**, localizada na Rua José Bonifácio, 531, Bairro Centro, CEP: 99.740-000, no município de Barão de Cotegipe/RS, telefone (54) 3523 - 2028 e endereço eletrônico topnorte1@gmail.com, representada pelo Sr. **Acácio Everton Lisoski**, portador do RG: 7088774695 SJS/II RS e CPF: 012.006.390/57, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/2002 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 - DO OBJETO

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e materiais hospitalares para utilização nas ações de combate a pandemia, conforme especificado no anexo I - Termo de referência do edital.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto, de acordo com a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2 - DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 06 (seis) meses, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Administração, através de fiscal de contrato, no seu aspecto operacional e à Coordenadoria Jurídica de Licitações, nas questões legais.

4 – DOS ITENS

4.1 Os Itens, as especificações, unidades, as quantidades, marcas, fornecedores, e os preços unitários que estão registrados nessa Ata de Registro de Preços, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Descrição	Quant.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
19	Enalapril 20 mg comp	30000	MEDQUIMICA	0, 060	1. 800, 000
38	Agulha desc 40 x 1.2 agulha hipodermica ,em aço cromo niquel ,com protetor de pvc - atóxica,apirogêncica e descartavél - cânula com paredes finas e bisel trifacetado - canhão em polipropileno com cores padronizadas. Embaladas individualmente em papel grau cirurgico e laminado de polipropileno com abertura em pétala . Esterilizada em oxido de etileno em o.e. descartável.	2000	WILTEX	0, 125	250, 000
63	Luva cirurgica esteril nº 7.5 descável (1ª linha) (par)	1000	MEDFEEL/ SANRO	1, 450	1. 450, 000
71	Seringa descartável 3 ml sem agulha bico luer-slip, escala precisa e indelevel.	15000	SR	0, 195	2. 925, 000
				TOTAL	**6. 425, 000**
SEIS MIL, QUATROCENTOS E VINTE E CINCO REAIS.					

4.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

4.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

4.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.)

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. As quantidades descritas acima são meramente estimativas, podendo variar durante a vigência da ata de registro de preços, não cabendo a licitante vencedora do certame quaisquer direitos, caso não seja atingida a quantidade total durante o prazo da vigência da ata de registro de preços;

5.2. Não serão aceitos produtos fora das especificações constantes neste Termo de referencia, produtos fora de sua embalagem original, em embalagens abertas e/ou danificadas que comprometam a qualidade do produto.

5.3. Os produtos ora solicitados, serão recebidos e aceitos observando o seu prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses a contar da solicitação feita pela contratante;

6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

a) Se obriga a fornecer produtos de primeira qualidade, na sede da secretaria solicitante no prazo maximo de até 07 (sete) dias da solicitação formal através de requisição emitida pelo órgão competente.

b) As solicitações de compra serão de forma fracionada, podendo essas solicitações serem semanais, quinzenais ou mensais de acordo com as necessidades da contratante.

c) A empresa arcara com todas as despesas de pessoal, equipamentos, produtos apropriados e inclusive frete até a sede da contratante.

d) A contratada apenas poderá fornecer os produtos com a devida autorização da secretaria solicitante mediante a apresentação de requisição emitida pelo órgão competente.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Assinar a Ata de registro de preços com o órgão no prazo de **02 (dois) dias corridos**, a contar da data do recebimento da convocação;

7.2. Após a homologação da licitação, **retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias**, contados do recebimento da convocação formal;

7.3. Realizar a entrega dos produtos nas quantidades, prazos e condições estabelecidas no anexo I – Termo de Referencia do edital;

7.4. Substituir, às suas expensas, no prazo de **05 (cinco) dias**, após notificação formal, os Produtos/serviços fornecidos em desacordo com as especificações deste Edital, seus anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade;

7.5. Atender, para o devido recebimento, ao que determina o Decreto 4.752, de 06 de agosto de 2002, no tocante a emissão da Nota Fiscal/Fatura;

7.6. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

7.7. Se a licitante vencedora não cumprir o prazo do item **7.1.** ou recusar-se a retirar a nota de empenho, sem justificativa formalmente aceita pelo órgão, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades constantes da Seção **12 e anexo I – Termo de Referencia do** Edital.

7.8. Se a licitante vencedora, injustificadamente, não apresentar situação regular no ato da feitura da nota de empenho, a sessão será retomada e os demais licitantes serão chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que a Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sujeitando-se o desistente às penalidades constantes da Seção **12** e anexo I – Termo de Referencia do Edital.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. À Contratante se reserva o direito de não mais adquirir os produtos da Contratada caso esta não cumpra o estabelecido na presente Ata de registro de preços, cabendo ao infrator as penalidades previstas no edital, na Lei n. 10.520/02 e Lei n. 8.666/93;

8.2. Manter o efetivo controle do fornecimento de requisições, não se responsabilizando pelo pagamento dos produtos entregues sem a correspondente requisição;

8.3. Efetuar os pagamentos de acordo com a Cláusula nona;

8.4. Fiscalizar a utilização e a qualidade dos produtos entregues;

8.5. Denunciar as infrações e aplicar as penalidades cabíveis nos termos da clausula 13º (décima terceira) desta ata, da Lei n. 10.520/02 e Lei n. 8.666/93.

8.6. A Contratante fica obrigada a fiscalizar e controlar a entrega dos produtos e emitir requisição sempre que necessitar dos mesmos.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado conforme Ata de Registro de Preços, devendo ainda atender aos termos do **art. 60 da Lei federal n.º 4.320, de 17/03/1964,** após entrega dos produtos em até 30 (trinta) dias, contado a partir do recebimento da Nota Fiscal, mediante apresentação da Nota Fiscal, atestada pelo servidor responsável da Prefeitura, devidamente acompanhada dos documentos estabelecidos na Legislação Vigente ou o que venha a substituí-los, através de boleto ou transferência bancaria em conta jurídica da empresa contratada.

10. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

10.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhes no máximo o repasse do percentual determinado.

10.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Administração Municipal, através de seu Fiscal de Contrato designado, solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

10.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Administração poderá solicitar a rescisão desta Ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo-lhes rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso de negociação.

10.5. Será considerado compatíveis com o mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Fiscal do Contrato.

11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/signatário não cumprir com as obrigações constantes no Edital e desta Ata;

b) quando o fornecedor/signatário der causa a rescisão administrativa na Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor/signatário será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Administração, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR relativas ao fornecimento dos Itens.

11.6. Caso a Administração não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, pode suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.1. Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: **custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto do Edital e seus Anexos.**

12.2. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse, ou qualquer título, devendo os serviços serem fornecidos sem ônus adicionais.

13. DAS PENALIDADES

(Art. 86 e 87 Lei 8.666/93 e Art. 7 da Lei 10.520/02)

13.1. Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato: 01 (um) ano de suspensão impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios.

13.2. Adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame:

13.2.1. Deixar de executar totalmente o contrato ou apresentar documentação falsa: **Suspensão de 02 (dois) anos impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios**;

13.2.2. Deixar de executar parcialmente o contrato: **Suspensão por 18 (dezoito) meses e multa de 20% do valor dos serviços a serem prestados.**

13.3. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto: **Multa com mora de 2% (dois) ao dia até limite de 10% (dez).**

13.4. Não mantiver a proposta: **Suspensão de 01 (um) ano impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios.**

13.5. Falhar ou fraudar na execução da Ata, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal: **Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada conforme Inciso III do Art. 87 da Lei 8.666/93.**

13.6. Será concedido o direito de ampla defesa a empresa que cometer as penalidades acima relacionadas.

14. DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais comunicações aplicáveis.

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta da dotação orçamentária previstas nos órgãos/entidades que aderiram aos registros de preços.

Elemento de Despesa: 33.90.30.00 – Material de Consumo;
Secretaria Municipal de Saúde;

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) vincula-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Eletrônico n.º 012/2021, seus anexos e as propostas das classificadas.

c) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Administração Municipal.

17 -DO FORO

17.1. As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Porto dos Gaúchos como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Novo Horizonte do Norte/MT, 14 de abril de 2021.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

Contratante

TOP NORTE COMERCIO DE MATERIAL

MEDICO HOSPITALAR EIRELI

CNPJ: 22.862.531/0001-26

Acácio Everton Lisoski

Fornecedor/Signatário

RAFAELA VIEIRA STREG

Fiscal de Contrato

Portaria nº 049/2021

BRUNO RICARDO BARELA IORI

Assessor Jurídico

OAB/MT nº 18.438

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2021

PREGÃO: 012/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: 015/2021.

VALIDADE: 06 (SEIS) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

Pelo presente instrumento, A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE – ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita com o CNPJ sob o n. 03.238.888/0001-93, com sede administrativa na Rua Augusto de Souza, 171, Centro, na cidade de Novo Horizonte do Norte/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **Silvano Pereira Neves**, brasileiro, casado,empresário, residente e domiciliado neste Município, portador da Carteira de Identidade RG n. 0625916-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n. 503.521.641-15, **RESOLVE** registrar os preços da empresa, **CENTER-MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no **CNPJ: 03.652.030/0001-70**, localizada na BR-480, 795 Bairro centro, CEP: 99740-000, no município de Barão de Cotegipe/ RS, telefone (54) 3522 - 3081 e endereço eletrônico iva.fiscal@escritoriorigoni.com.br, representada pelo Sr. **João Ricardo Razzia Giacomel**, portador do RG: 9088025151SJS/II RS e CPF: 839.620.850-68, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/2002 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 - DO OBJETO

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e materiais hospitalares para utilização nas ações de combate a pandemia, conforme especificado no anexo I - Termo de referência do edital.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto, de acordo com a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2 - DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 06 (seis) meses, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Administração, através de fiscal de contrato, no seu aspecto operacional e à Coordenadoria Jurídica de Licitações, nas questões legais.

4 – DOS ITENS

4.1 Os Itens, as especificações, unidades, as quantidades, marcas, fornecedores, e os preços unitários que estão registrados nessa Ata de Registro de Preços, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Descrição	Quant.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
37	Agulha desc 25x7 agulha hipodermica ,em aço cromo niquel ,com protetor de pvc, atóxica,apirogêncica e descartavél, cânula com paredes finas e bisel trifacetado, canhão em polipropileno com cores padronizadas. Embaladas individualmente em papel grau cirurgico e laminado de polipropileno com abertura em pétala . Esterilizada em oxido de etileno em o.e. descartável.	9000	DESCARPACK	0, 109	981, 000
39	Agulha descartável 20 x 5,5 agulha hipodermica ,em aço cromo niquel ,com protetor de pvc - atóxi-ca,apirogêncica e descartavél - cânula com paredes finas e bisel trifacetado - canhão em polipropileno com cores padronizadas. Embaladas individualmente em papel grau cirurgico e laminado de polipropileno com abertura em pétala . Esterilizada em oxido de etileno em o.e. descartável.	4000	LABOR IM-PORT	0, 139	556, 000
48	Cateter intravenoso nº 22 poliuretano ocrilon, 14g, periférico, curto,,sistema segurança,agulha eletropolida, descartável, estéril, radiopaco, embalagem abertura asséptica	500	DESCARPACK	0,900	450, 000
62	Luva cirurgica esteril nº 6.5 descável (1ª linha) (par)	1000	SANRO	1, 500	1. 500, 000
68	Papel grau cirurgico 20 cm x 100m para autoclave com indicador quimico - rolo	30	POLAR FIX	89, 000	2. 670, 000
69	Papel grau cirúrgico 30 cm x 100m para autoclave com indicador quimico rolo	30	POLAR FIX	135, 000	4. 050, 000
				TOTAL	**10. 207, 000**
DEZ MIL, DUZENTOS E SETE REAIS.					

4.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

4.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

4.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.)

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. As quantidades descritas acima são meramente estimativas, podendo variar durante a vigência da ata de registro de preços, não cabendo a licitante vencedora do certame quaisquer direitos, caso não seja atingida a quantidade total durante o prazo da vigência da ata de registro de preços;

5.2. Não serão aceitos produtos fora das especificações constantes neste Termo de referencia, produtos fora de sua embalagem original, em embalagens abertas e/ou danificadas que comprometam a qualidade do produto.

5.3. Os produtos ora solicitados, serão recebidos e aceitos observando o seu prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses a contar da solicitação feita pela contratante;

6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

a) Se obriga a fornecer produtos de primeira qualidade, na sede da secretaria solicitante no prazo maximo de até 07 (sete) dias da solicitação formal através de requisição emitida pelo órgão competente.

b) As solicitações de compra serão de forma fracionada, podendo essas solicitações serem semanais, quinzenais ou mensais de acordo com as necessidades da contratante.

c) A empresa arcara com todas as despesas de pessoal, equipamentos, produtos apropriados e inclusive frete até a sede da contratante.

d) A contratada apenas poderá fornecer os produtos com a devida autorização da secretaria solicitante mediante a apresentação de requisição emitida pelo órgão competente.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Assinar a Ata de registro de preços com o órgão no prazo de **02 (dois) dias corridos**, a contar da data do recebimento da convocação;

7.2. Após a homologação da licitação, **retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias**, contados do recebimento da convocação formal;

7.3. Realizar a entrega dos produtos nas quantidades, prazos e condições estabelecidas no anexo I – Termo de Referencia do edital;

7.4. Substituir, às suas expensas, no prazo de **05 (cinco) dias**, após notificação formal, os Produtos/serviços fornecidos em desacordo com as especificações deste Edital, seus anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade;

7.5. Atender, para o devido recebimento, ao que determina o Decreto 4.752, de 06 de agosto de 2002, no tocante a emissão da Nota Fiscal/Fatura;

7.6. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

7.7. Se a licitante vencedora não cumprir o prazo do item **7.1.** ou recusar-se a retirar a nota de empenho, sem justificativa formalmente aceita pelo órgão, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades constantes da Seção **12 e anexo I – Termo de Referencia do** Edital.

7.8. Se a licitante vencedora, injustificadamente, não apresentar situação regular no ato da feitura da nota de empenho, a sessão será retomada e os demais licitantes serão chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que a Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sujeitando-se o desistente às penalidades constantes da Seção **12** e anexo I – Termo de Referencia do Edital.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. À Contratante se reserva o direito de não mais adquirir os produtos da Contratada caso esta não cumpra o estabelecido na presente Ata de registro de preços, cabendo ao infrator as penalidades previstas no edital, na Lei n. 10.520/02 e Lei n. 8.666/93;

8.2. Manter o efetivo controle do fornecimento de requisições, não se responsabilizando pelo pagamento dos produtos entregues sem a correspondente requisição;

8.3. Efetuar os pagamentos de acordo com a Cláusula nona;

8.4. Fiscalizar a utilização e a qualidade dos produtos entregues;

8.5. Denunciar as infrações e aplicar as penalidades cabíveis nos termos da clausula 13º (décima terceira) desta ata, da Lei n. 10.520/02 e Lei n. 8.666/93.

8.6. A Contratante fica obrigada a fiscalizar e controlar a entrega dos produtos e emitir requisição sempre que necessitar dos mesmos.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado conforme Ata de Registro de Preços, devendo ainda atender aos termos do **art. 60 da Lei federal n.º 4.320, de 17/03/1964,** após entrega dos produtos em até 30 (trinta) dias, contado a partir do recebimento da Nota Fiscal, mediante apresentação da Nota Fiscal, atestada pelo servidor responsável da Prefeitura, devidamente acompanhada dos documentos estabelecidos na Legislação Vigente ou o que venha a substituí-los, através de boleto ou transferência bancaria em conta jurídica da empresa contratada.

10. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

10.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhes no máximo o repasse do percentual determinado.

10.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Administração Municipal, através de seu Fiscal de Contrato designado, solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

10.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Administração poderá solicitar a rescisão desta Ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo-lhes rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso de negociação.

10.5. Será considerado compatíveis com o mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Fiscal do Contrato.

11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/signatário não cumprir com as obrigações constantes no Edital e desta Ata;

b) quando o fornecedor/signatário der causa a rescisão administrativa na Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor/signatário será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Administração, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR relativas ao fornecimento dos Itens.

11.6. Caso a Administração não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, pode suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.1. Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: **custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto do Edital e seus Anexos.**

12.2. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse, ou qualquer título, devendo os serviços serem fornecidos sem ônus adicionais.

13. DAS PENALIDADES

(Art. 86 e 87 Lei 8.666/93 e Art. 7 da Lei 10.520/02)

13.1. Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato: 01 (um) ano de suspensão impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios.

13.2. Adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame:

13.2.1. Deixar de executar totalmente o contrato ou apresentar documentação falsa: **Suspensão de 02 (dois) anos impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios**;

13.2.2. Deixar de executar parcialmente o contrato: **Suspensão por 18 (dezoito) meses e multa de 20% do valor dos serviços a serem prestados.**

13.3. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto: **Multa com mora de 2% (dois) ao dia até limite de 10% (dez).**

13.4. Não mantiver a proposta: **Suspensão de 01 (um) ano impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios.**

13.5. Falhar ou fraudar na execução da Ata, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal: **Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada conforme Inciso III do Art. 87 da Lei 8.666/93.**

13.6. Será concedido o direito de ampla defesa a empresa que cometer as penalidades acima relacionadas.

14. DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais comunicações aplicáveis.

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta da dotação orçamentária previstas nos órgãos/entidades que aderiram aos registros de preços.

Elemento de Despesa: 33.90.30.00 – Material de Consumo;
Secretaria Municipal de Saúde;

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) vincula-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Eletrônico n.º 012/2021, seus anexos e as propostas das classificadas.

c) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Administração Municipal.

17 -DO FORO

17.1. As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Porto dos Gaúchos como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Novo Horizonte do Norte/MT, 14 de abril de 2021.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

Contratante

CENTERMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 03.652.030/0001-70

JOÃO RICARDO RAZZIA GIACOMEL

Fornecedor/Signatário

RAFAELA VIEIRA STREG

Fiscal de Contrato

Portaria nº 049/2021

BRUNO RICARDO BARELA IORI

Assessor Jurídico

OAB/MT nº 18.438

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2021

PREGÃO: 012/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: 015/2021.

VALIDADE: 06 (SEIS) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

Pelo presente instrumento, A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE – ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita com o CNPJ sob o n. 03.238.888/0001-93, com sede administrativa na Rua Augusto de Souza, 171, Centro, na cidade de Novo Horizonte do Norte/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **Silvano Pereira Neves**, brasileiro, casado,empresário, residente e domiciliado neste Município, portador da Carteira de Identidade RG n. 0625916-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n. 503.521.641-15, **RESOLVE** registrar os preços da empresa, **NOSSA DENTAL PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA**, inscrita no **CNPJ: 12.095.582/0001-16**, localizada na Rua Castro, 145, Bairro Vila Vera Cruz, CEP: 86804-290, no município de Apucarana/PR, telefone (43) 3033 - 4035 e endereço eletrônico nossadental@outlook.com, representada pelo Sr. **Rafael Machado**, portador do RG: 9.245.740-0 SSP/PR e CPF: 050.247.779-21, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/2002 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 - DO OBJETO

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e materiais hospitalares para utilização nas ações de combate a pandemia, conforme especificado no anexo I - Termo de referência do edital.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto, de acordo com a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2 - DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 06 (seis) meses, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Administração, através de fiscal de contrato, no seu aspecto operacional e à Coordenadoria Jurídica de Licitações, nas questões legais.

4 – DOS ITENS

4.1 Os Itens, as especificações, unidades, as quantidades, marcas, fornecedores, e os preços unitários que estão registrados nessa Ata de Registro de Preços, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Descrição	Quant.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
64	Máscara cirúrgica tripla, com elástico, com filtro efb, com aproximadamente 95% de retenção bacteriológica, branca, descartável caixa c/50	1000	VRM	18, 980	18.980, 000
				TOTAL	**18.980, 000**
DEZOITO MIL, NOVECENTOS E OITENTA REAIS.					

4.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

4.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

4.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.)

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. As quantidades descritas acima são meramente estimativas, podendo variar durante a vigência da ata de registro de preços, não cabendo a licitante vencedora do certame quaisquer direitos, caso não seja atingida a quantidade total durante o prazo da vigência da ata de registro de preços;

5.2. Não serão aceitos produtos fora das especificações constantes neste Termo de referencia, produtos fora de sua embalagem original, em embalagens abertas e/ou danificadas que comprometam a qualidade do produto.

5.3. Os produtos ora solicitados, serão recebidos e aceitos observando o seu prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses a contar da solicitação feita pela contratante;

6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

a) Se obriga a fornecer produtos de primeira qualidade, na sede da secretaria solicitante no prazo maximo de até 07 (sete) dias da solicitação formal através de requisição emitida pelo órgão competente.

b) As solicitações de compra serão de forma fracionada, podendo essas solicitações serem semanais, quinzenais ou mensais de acordo com as necessidades da contratante.

c) A empresa arcara com todas as despesas de pessoal, equipamentos, produtos apropriados e inclusive frete até a sede da contratante.

d) A contratada apenas poderá fornecer os produtos com a devida autorização da secretaria solicitante mediante a apresentação de requisição emitida pelo órgão competente.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Assinar a Ata de registro de preços com o órgão no prazo de **02 (dois) dias corridos**, a contar da data do recebimento da convocação;

7.2. Após a homologação da licitação, **retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias**, contados do recebimento da convocação formal;

7.3. Realizar a entrega dos produtos nas quantidades, prazos e condições estabelecidas no anexo I – Termo de Referencia do edital;

7.4. Substituir, às suas expensas, no prazo de **05 (cinco) dias**, após notificação formal, os Produtos/serviços fornecidos em desacordo com as especificações deste Edital, seus anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade;

7.5. Atender, para o devido recebimento, ao que determina o Decreto 4.752, de 06 de agosto de 2002, no tocante a emissão da Nota Fiscal/Fatura;

7.6. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

7.7. Se a licitante vencedora não cumprir o prazo do item **7.1.** ou recusar-se a retirar a nota de empenho, sem justificativa formalmente aceita pelo órgão, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades constantes da Seção **12 e anexo I – Termo de Referencia do** Edital.

7.8. Se a licitante vencedora, injustificadamente, não apresentar situação regular no ato da feitura da nota de empenho, a sessão será retomada e os demais licitantes serão chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que a Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sujeitando-se o desistente às penalidades constantes da Seção **12** e anexo I – Termo de Referencia do Edital.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. À Contratante se reserva o direito de não mais adquirir os produtos da Contratada caso esta não cumpra o estabelecido na presente Ata de registro de preços, cabendo ao infrator as penalidades previstas no edital, na Lei n. 10.520/02 e Lei n. 8.666/93;

8.2. Manter o efetivo controle do fornecimento de requisições, não se responsabilizando pelo pagamento dos produtos entregues sem a correspondente requisição;

8.3. Efetuar os pagamentos de acordo com a Cláusula nona;

8.4. Fiscalizar a utilização e a qualidade dos produtos entregues;

8.5. Denunciar as infrações e aplicar as penalidades cabíveis nos termos da clausula 13º (décima terceira) desta ata, da Lei n. 10.520/02 e Lei n. 8.666/93.

8.6. A Contratante fica obrigada a fiscalizar e controlar a entrega dos produtos e emitir requisição sempre que necessitar dos mesmos.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado conforme Ata de Registro de Preços, devendo ainda atender aos termos do **art. 60 da Lei federal n.º 4.320, de 17/03/1964,** após entrega dos produtos em até 30 (trinta) dias, contado a partir do recebimento da Nota Fiscal, mediante apresentação da Nota Fiscal, atestada pelo servidor responsável da Prefeitura, devidamente acompanhada dos documentos estabelecidos na Legislação Vigente ou o que venha a substituí-los, através de boleto ou transferência bancaria em conta jurídica da empresa contratada.

10. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

10.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhes no máximo o repasse do percentual determinado.

10.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Administração Municipal, através de seu Fiscal de Contrato designado, solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

10.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Administração poderá solicitar a rescisão desta Ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo-lhes rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso de negociação.

10.5. Será considerado compatíveis com o mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Fiscal do Contrato.

11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/signatário não cumprir com as obrigações constantes no Edital e desta Ata;

b) quando o fornecedor/signatário der causa a rescisão administrativa na Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor/signatário será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Administração, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR relativas ao fornecimento dos Itens.

11.6. Caso a Administração não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, pode suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.1. Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: **custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto do Edital e seus Anexos.**

12.2. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse, ou qualquer título, devendo os serviços serem fornecidos sem ônus adicionais.

13. DAS PENALIDADES

(Art. 86 e 87 Lei 8.666/93 e Art. 7 da Lei 10.520/02)

13.1. Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato: 01 (um) ano de suspensão impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios.

13.2. Adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame:

13.2.1. Deixar de executar totalmente o contrato ou apresentar documentação falsa: **Suspensão de 02 (dois) anos impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios**;

13.2.2. Deixar de executar parcialmente o contrato: **Suspensão por 18 (dezoito) meses e multa de 20% do valor dos serviços a serem prestados.**

13.3. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto: **Multa com mora de 2% (dois) ao dia até limite de 10% (dez).**

13.4. Não mantiver a proposta: **Suspensão de 01 (um) ano impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios.**

13.5. Falhar ou fraudar na execução da Ata, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal: **Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada conforme Inciso III do Art. 87 da Lei 8.666/93.**

13.6. Será concedido o direito de ampla defesa a empresa que cometer as penalidades acima relacionadas.

14. DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais comunicações aplicáveis.

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta da dotação orçamentária previstas nos órgãos/entidades que aderiram aos registros de preços.

Elemento de Despesa: 33.90.30.00 – Material de Consumo;
Secretaria Municipal de Saúde;

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) vincula-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Eletrônico n.º 012/2021, seus anexos e as propostas das classificadas.

c) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Administração Municipal.

17 -DO FORO

17.1. As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Porto dos Gaúchos como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Novo Horizonte do Norte/MT, 14 de abril de 2021.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

Contratante

NOSSA DENTAL PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA

CNPJ: 12.095.582/0001-16

Rafael Machado

Fornecedor/Signatário

RAFAELA VIEIRA STREG

Fiscal de Contrato

Portaria nº 049/2021

BRUNO RICARDO BARELA IORI

Assessor Jurídico

OAB/MT nº 18.438

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2021

PREGÃO: 012/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: 015/2021.

VALIDADE: 06 (SEIS) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

Pelo presente instrumento, A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE – ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita com o CNPJ sob o n. 03.238.888/0001-93, com sede administrativa na Rua Augusto de Souza, 171, Centro, na cidade de Novo Horizonte do Norte/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **Silvano Pereira Neves**, brasileiro, casado,empresário, residente e domiciliado neste Município, portador da Carteira de Identidade RG n. 0625916-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n. 503.521.641-15, **RESOLVE** registrar os preços da empresa, **DISNORMA COM ATAC DE MED E MAT MÉDICO HOSP LTDA**, inscrita no **CNPJ: 01.326.495/0001-06**, localizada na Av. Tancredo de Almeida Neves, 1381, Bairro Jardim Califórnia, CEP: 78.065-230 no município de Cuiabá/MT, telefone (65) 3057 - 7445 e endereço eletrônico atendimento@disnorma.com.br, representada pelo Sr. **Fernando Metelo Gomes de Almeida**, portador do RG: 03762742 SSP/MT e CPF: 551.683.881-91, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/2002 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 - DO OBJETO

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e materiais hospitalares para utilização nas ações de combate a pandemia, conforme especificado no anexo I - Termo de referência do edital.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto, de acordo com a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2 - DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 06 (seis) meses, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Administração, através de fiscal de contrato, no seu aspecto operacional e à Coordenadoria Jurídica de Licitações, nas questões legais.

4 – DOS ITENS

4.1 Os Itens, as especificações, unidades, as quantidades, marcas, fornecedores, e os preços unitários que estão registrados nessa Ata de Registro de Preços, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Descrição	Quant.	Marca	Valor Unitário	Valor Total

54	Fio de sutura, catgut simples c/ agulha, 4-0, compr. Mínimo 70 cm, 1/2 círculo cilíndrica, 2,5 cm, estéril. Caixa com 24 unidades	20	TECNOFIO	117,900	2.358,000
74	Sonda foley 2 vias n. 12 siliconada 30 cc em balagem individual	150	WELL LEAD	3, 610	541,500
79	Sonda nasogastrica longa n°20 em pvc atóxico, siliconizadas, acabamento atraumatico, flexivel descartáveis, conector universal, esterelizado por radiação gama. Pacote com 10 unidades.	30	FOYOMED	13,000	390,000
82	Tubo hospitalar, silicone, liso, nº 204 c/ 15 mts.	08	PERFITECNICA	150,000	1.200,000
				TOTAL:	**4.489,500**
QUATRO MIL, QUATROCENTOS E OITENTA E NOVE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS.					

4.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

4.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

4.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.)

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. As quantidades descritas acima são meramente estimativas, podendo variar durante a vigência da ata de registro de preços, não cabendo a licitante vencedora do certame quaisquer direitos, caso não seja atingida a quantidade total durante o prazo da vigência da ata de registro de preços;

5.2. Não serão aceitos produtos fora das especificações constantes neste Termo de referencia, produtos fora de sua embalagem original, em embalagens abertas e/ou danificadas que comprometam a qualidade do produto.

5.3. Os produtos ora solicitados, serão recebidos e aceitos observando o seu prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses a contar da solicitação feita pela contratante;

6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

a) Se obriga a fornecer produtos de primeira qualidade, na sede da secretaria solicitante no prazo maximo de até 07 (sete) dias da solicitação formal através de requisição emitida pelo órgão competente.

b) As solicitações de compra serão de forma fracionada, podendo essas solicitações serem semanais, quinzenais ou mensais de acordo com as necessidades da contratante.

c) A empresa arcara com todas as despesas de pessoal, equipamentos, produtos apropriados e inclusive frete até a sede da contratante.

d) A contratada apenas poderá fornecer os produtos com a devida autorização da secretaria solicitante mediante a apresentação de requisição emitida pelo órgão competente.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Assinar a Ata de registro de preços com o órgão no prazo de **02 (dois) dias corridos**, a contar da data do recebimento da convocação;

7.2. Após a homologação da licitação, **retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias**, contados do recebimento da convocação formal;

7.3. Realizar a entrega dos produtos nas quantidades, prazos e condições estabelecidas no anexo I – Termo de Referencia do edital;

7.4. Substituir, às suas expensas, no prazo de **05 (cinco) dias**, após notificação formal, os Produtos/serviços fornecidos em desacordo com as especificações deste Edital, seus anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade;

7.5. Atender, para o devido recebimento, ao que determina o Decreto 4.752, de 06 de agosto de 2002, no tocante a emissão da Nota Fiscal/Fatura;

7.6. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

7.7. Se a licitante vencedora não cumprir o prazo do item **7.1.** ou recusar-se a retirar a nota de empenho, sem justificativa formalmente aceita pelo órgão, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades constantes da Seção **12** e anexo I – Termo de Referencia do Edital.

7.8. Se a licitante vencedora, injustificadamente, não apresentar situação regular no ato da feitura da nota de empenho, a sessão será retomada e os demais licitantes serão chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que a Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sujeitando-se o desistente às penalidades constantes da Seção **12** e anexo I – Termo de Referencia do Edital.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. À Contratante se reserva o direito de não mais adquirir os produtos da Contratada caso esta não cumpra o estabelecido na presente Ata de registro de preços, cabendo ao infrator as penalidades previstas no edital, na Lei n. 10.520/02 e Lei n. 8.666/93;

8.2. Manter o efetivo controle do fornecimento de requisições, não se responsabilizando pelo pagamento dos produtos entregues sem a correspondente requisição;

8.3. Efetuar os pagamentos de acordo com a Cláusula nona;

8.4. Fiscalizar a utilização e a qualidade dos produtos entregues;

8.5. Denunciar as infrações e aplicar as penalidades cabíveis nos termos da clausula 13º (décima terceira) desta ata, da Lei n. 10.520/02 e Lei n. 8.666/93.

8.6. A Contratante fica obrigada a fiscalizar e controlar a entrega dos produtos e emitir requisição sempre que necessitar dos mesmos.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado conforme Ata de Registro de Preços, devendo ainda atender aos termos do **art. 60 da Lei federal n.º 4.320, de 17/03/1964,** após entrega dos produtos em até 30 (trinta) dias, contado a partir do recebimento da Nota Fiscal, mediante apresentação da Nota Fiscal, atestada pelo servidor responsável da Prefeitura, devidamente acompanhada dos documentos estabelecidos na Legislação Vigente ou o que venha a substituí-los, através de boleto ou transferência bancaria em conta jurídica da empresa contratada.

10. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

10.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhes no máximo o repasse do percentual determinado.

10.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Administração Municipal, através de seu Fiscal de Contrato designado, solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

10.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Administração poderá solicitar a rescisão desta Ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo-lhes rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso de negociação.

10.5. Será considerado compatíveis com o mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Fiscal do Contrato.

11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/signatário não cumprir com as obrigações constantes no Edital e desta Ata;

b) quando o fornecedor/signatário der causa a rescisão administrativa na Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor/signatário será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Administração, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR relativas ao fornecimento dos Itens.

11.6. Caso a Administração não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, pode suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.1. Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: **custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto do Edital e seus Anexos.**

12.2. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse, ou qualquer título, devendo os serviços serem fornecidos sem ônus adicionais.

13. DAS PENALIDADES

(Art. 86 e 87 Lei 8.666/93 e Art. 7 da Lei 10.520/02)

13.1. Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato: 01 (um) ano de suspensão impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios.

13.2. Adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame:

13.2.1. Deixar de executar totalmente o contrato ou apresentar documentação falsa: **Suspensão de 02 (dois) anos impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios**;

13.2.2. Deixar de executar parcialmente o contrato: **Suspensão por 18 (dezoito) meses e multa de 20% do valor dos serviços a serem prestados.**

13.3. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto: **Multa com mora de 2% (dois) ao dia até limite de 10% (dez).**

13.4. Não mantiver a proposta: **Suspensão de 01 (um) ano impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios.**

13.5. Falhar ou fraudar na execução da Ata, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal: **Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada conforme Inciso III do Art. 87 da Lei 8.666/93.**

13.6. Será concedido o direito de ampla defesa a empresa que cometer as penalidades acima relacionadas.

14. DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais comunicações aplicáveis.

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta da dotação orçamentária previstas nos órgãos/entidades que aderiram aos registros de preços.

Elemento de Despesa: 33.90.30.00 – Material de Consumo;
Secretaria Municipal de Saúde;

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) vincula-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Eletrônico n.º 012/2021, seus anexos e as propostas das classificadas.

c) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Administração Municipal.

17 -DO FORO

17.1. As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Porto dos Gaúchos como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Novo Horizonte do Norte/MT, 14 de abril de 2021.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

Contratante

DISNORMA COM ATAC DE MED E MAT MÉDICO HOSP LTDA

CNPJ: 01.326.495/0001-06

FERNANDO METELO GOMES DE ALMEIDA

Fornecedor/Signatário

RAFAELA VIEIRA STREG

Fiscal de Contrato

Portaria nº 049/2021

BRUNO RICARDO BARELA IORI

Assessor Jurídico

OAB/MT nº 18.438

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2021

PREGÃO: 012/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: 015/2021.

VALIDADE: 06 (SEIS) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

Pelo presente instrumento, A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE – ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita com o CNPJ sob o n. 03.238.888/0001-93, com sede administrativa na Rua Augusto de Souza, 171, Centro, na cidade de Novo Horizonte do Norte/MT, neste ato

representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **Silvano Pereira Neves**, brasileiro, casado,empresário, residente e domiciliado neste Município, portador da Carteira de Identidade RG n. 0625916-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n. 503.521.641-15, **RESOLVE** registrar os preços da empresa, **NUTRI-CENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA**, inscrita no **CNPJ: 06.372.763/0001-40**, localizada na Av. das Flores, 334, Bairro Jardim Cuiabá, CEP: 78.043-172, no município de Cuiabá/MT, telefone (65) 3028 - 5500 e endereço eletrônico centurioncontabilidade@hotmail.com, representada pelo Sr. **Ayrton Pereira Dias**, portador do RG: 2.462.670-8 SSP/MT e CPF: 059.535.091-70, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/2002 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 - DO OBJETO

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e materiais hospitalares para utilização nas ações de combate a pandemia, conforme especificado no anexo I - Termo de referência do edital.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto, de acordo com a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2 - DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 06 (seis) meses, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Administração, através de fiscal de contrato, no seu aspecto operacional e à Coordenadoria Jurídica de Licitações, nas questões legais.

4 – DOS ITENS

4.1 Os Itens, as especificações, unidades, as quantidades, marcas, fornecedores, e os preços unitários que estão registrados nessa Ata de Registro de Preços, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Descrição	Quant.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
55	Fraldas geriátricas tam g pacote c/8 un	400	DRY LOCK	11, 800	4.720, 000
56	Fraldas geriátricas tam m pacote c/8 un	210	DRY LOCK	11, 800	2.478, 000
				TOTAL	**7.198, 000**
SETE MIL, CENTO E NOVENTA E OITO REAIS.					

4.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

4.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

4.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.)

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. As quantidades descritas acima são meramente estimativas, podendo variar durante a vigência da ata de registro de preços, não cabendo a licitante vencedora do certame quaisquer direitos, caso não seja atingida a quantidade total durante o prazo da vigência da ata de registro de preços;

5.2. Não serão aceitos produtos fora das especificações constantes neste Termo de referencia, produtos fora de sua embalagem original, em embalagens abertas e/ou danificadas que comprometam a qualidade do produto.

5.3. Os produtos ora solicitados, serão recebidos e aceitos observando o seu prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses a contar da solicitação feita pela contratante;

6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

a) Se obriga a fornecer produtos de primeira qualidade, na sede da secretaria solicitante no prazo maximo de até 07 (sete) dias da solicitação formal através de requisição emitida pelo órgão competente.

b) As solicitações de compra serão de forma fracionada, podendo essas solicitações serem semanais, quinzenais ou mensais de acordo com as necessidades da contratante.

c) A empresa arcara com todas as despesas de pessoal, equipamentos, produtos apropriados e inclusive frete até a sede da contratante.

d) A contratada apenas poderá fornecer os produtos com a devida autorização da secretaria solicitante mediante a apresentação de requisição emitida pelo órgão competente.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Assinar a Ata de registro de preços com o órgão no prazo de **02 (dois) dias corridos**, a contar da data do recebimento da convocação;

7.2. Após a homologação da licitação, **retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias**, contados do recebimento da convocação formal;

7.3. Realizar a entrega dos produtos nas quantidades, prazos e condições estabelecidas no anexo I – Termo de Referencia do edital;

7.4. Substituir, às suas expensas, no prazo de **05 (cinco) dias**, após notificação formal, os Produtos/serviços fornecidos em desacordo com as especificações deste Edital, seus anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade;

7.5. Atender, para o devido recebimento, ao que determina o Decreto 4.752, de 06 de agosto de 2002, no tocante a emissão da Nota Fiscal/Fatura;

7.6. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

7.7. Se a licitante vencedora não cumprir o prazo do item **7.1.** ou recusar-se a retirar a nota de empenho, sem justificativa formalmente aceita pelo órgão, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades constantes da Seção **12 e anexo I – Termo de Referencia do** Edital.

7.8. Se a licitante vencedora, injustificadamente, não apresentar situação regular no ato da feitura da nota de empenho, a sessão será retomada e os demais licitantes serão chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que a Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sujeitando-se o desistente às penalidades constantes da Seção **12** e anexo I – Termo de Referencia do Edital.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. À Contratante se reserva o direito de não mais adquirir os produtos da Contratada caso esta não cumpra o estabelecido na presente Ata de registro de preços, cabendo ao infrator as penalidades previstas no edital, na Lei n. 10.520/02 e Lei n. 8.666/93;

8.2. Manter o efetivo controle do fornecimento de requisições, não se responsabilizando pelo pagamento dos produtos entregues sem a correspondente requisição;

8.3. Efetuar os pagamentos de acordo com a Cláusula nona;

8.4. Fiscalizar a utilização e a qualidade dos produtos entregues;

8.5. Denunciar as infrações e aplicar as penalidades cabíveis nos termos da clausula 13º (décima terceira) desta ata, da Lei n. 10.520/02 e Lei n. 8.666/93.

8.6. A Contratante fica obrigada a fiscalizar e controlar a entrega dos produtos e emitir requisição sempre que necessitar dos mesmos.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado conforme Ata de Registro de Preços, devendo ainda atender aos termos do **art. 60 da Lei federal n.º 4.320, de 17/03/1964,** após entrega dos produtos em até 30 (trinta) dias, contado a partir do recebimento da Nota Fiscal, mediante apresentação da Nota Fiscal, atestada pelo servidor responsável da Prefeitura, devidamente acompanhada dos documentos estabelecidos na Legislação Vigente ou o que venha a substituí-los, através de boleto ou transferência bancaria em conta jurídica da empresa contratada.

10. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

10.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhes no máximo o repasse do percentual determinado.

10.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Administração Municipal, através de seu Fiscal de Contrato designado, solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

10.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Administração poderá solicitar a rescisão desta Ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo-lhes rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso de negociação.

10.5. Será considerado compatíveis com o mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Fiscal do Contrato.

11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/signatário não cumprir com as obrigações constantes no Edital e desta Ata;

b) quando o fornecedor/signatário der causa a rescisão administrativa na Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor/signatário será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Administração, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR relativas ao fornecimento dos Itens.

11.6. Caso a Administração não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, pode suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.1. Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: **custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto do Edital e seus Anexos.**

12.2. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse, ou qualquer título, devendo os serviços serem fornecidos sem ônus adicionais.

13. DAS PENALIDADES

(Art. 86 e 87 Lei 8.666/93 e Art. 7 da Lei 10.520/02)

13.1. Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato: 01 (um) ano de suspensão impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios.

13.2. Adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame:

13.2.1. Deixar de executar totalmente o contrato ou apresentar documentação falsa: **Suspensão de 02 (dois) anos impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios**;

13.2.2. Deixar de executar parcialmente o contrato: **Suspensão por 18 (dezoito) meses e multa de 20% do valor dos serviços a serem prestados.**

13.3. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto: **Multa com mora de 2% (dois) ao dia até limite de 10% (dez).**

13.4. Não mantiver a proposta: **Suspensão de 01 (um) ano impedido de licitar e contratar coma União, Estados, DF ou Municípios.**

13.5. Falhar ou fraudar na execução da Ata, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal: **Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada conforme Inciso III do Art. 87 da Lei 8.666/93.**

13.6. Será concedido o direito de ampla defesa a empresa que cometer as penalidades acima relacionadas.

14. DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais comunicações aplicáveis.

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta da dotação orçamentária previstas nos órgãos/entidades que aderiram aos registros de preços.

Elemento de Despesa: 33.90.30.00 – Material de Consumo;
Secretaria Municipal de Saúde;

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) vincula-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Eletrônico n.º 012/2021, seus anexos e as propostas das classificadas.

c) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Administração Municipal.

17 -DO FORO

17.1. As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Porto dos Gaúchos como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Novo Horizonte do Norte/MT, 14 de abril de 2021.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

Contratante

NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS

NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 06.372.763/0001-40

Ayrton Pereira Dias

Fornecedor/Signatário

RAFAELA VIEIRA STREG

Fiscal de Contrato

Portaria nº 049/2021

BRUNO RICARDO BARELA IORI

Assessor Jurídico

OAB/MT nº 18.438

COVID-19: EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004/2021, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA SIMPLIFICADA Nº 002/2021, PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA SUPORTE OPERACIONAL NAS UNIDADES MUNICIPAIS DE SAÚDE QUE ATUAM NO ENFRENTAMENTO AO COVID-19.

"*DISPÕE SOBRE O RESULTADO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA SIMPLIFICADA Nº 002/2021, PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA SUPORTE OPERACIONAL NAS UNIDADES MUNICIPAIS DE SAÚDE QUE ATUAM NO ENFRENTAMENTO AO COVID-19.*"

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, Sr. **SILVANO PEREIRA NEVES,** no uso de suas atribuições legais, amparados por excepcional interesse público e para suprir necessidades de natureza eventual, devidamente amparada pela Lei Orgânica Municipal e Art. 37, IX da Constituição Federal, A Lei Federal nº. 13.979/2020 e a Portaria do Ministério da Saúde nº. 356 de 11 de março de 2020 e considerando o Decreto Municipal nº 047/2020, Art. 1º, Parágrafo único, que **DECRETA ESTADO DE EMERGÊNCIA SANITÁRIA** e intensifica medidas para o enfrentamento ao Novo Coronavírus – COVID-19:

RESOLVE:

CARGO: ENFERMEIRO

CANDIDATO	Certificado de Pós Graduação Latocenso na área Específica de Atuação, limitado a 01 (um)	Experiência Comprovada na área através dos documentos mencionados no item 1.5 deste edital, limitado a 10 (dez)	Certificado de Capacitação na área com Carga Horária mínima de 40 horas, limitado a 10 (dez)	TOTAL DE PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
ROMULO A. RAIMUNDO DE SOUZA	20 pontos	100 pontos	15 pontos	135	1° Classificado
REGIANE APARECIDA DA SILVA	20 pontos	100 pontos	15 pontos	135	2° Classificada
JHENNIFER M.L. ROSSI GONÇALVEZ DOS SANTOS	Não declarado	60 pontos	40 pontos	100	3° Classificada
JULIANA NASCIMENTO GUERRA	Não declarado	Não declarado	10 pontos	10	4° Classificada
LUCELIA A. DE SOUZA LEMES	Não declarado	10 pontos	Não declarado	10	5° Classificada
LAYRA SILVIA DE CASTRO COSTA	Não declarado	Não declarado	Não declarado	00	Desclassificada
JOSÉ CARLOS DE SOUZA	Não declarado	Não declarado	Não declarado	00	Desclassificado
LUCAS DE CAMPOS	Não declarado	Não declarado	Não declarado	00	Desclassificado
REGIANE CRISTINA DOS SANTOS	Não declarado	Não declarado	Não declarado	00	Desclassificada
SILVANA CARDOSO DE MELO	Não declarado	Não declarado	Não declarado	00	Desclassificada

CARGO: TECNICO DE ENFERMAGEM

CANDIDATO	Certificado de Especialização na área, carga horária mínimá de 150 (cento e cinquenta) horas, limitado a 01 (um).	Experiência Comprovada na área através dos documentos mencionados no item 1.5 deste edital, limitado a 10	Certificado de Capacitação na área com Carga Horária mínima de 40 horas, limitado a 10	TOTAL DE PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
ELIANE DA SILVA ROCHA	Não declarado	Não declarado	50 pontos	50	1° Classificada
DAIANE A. DO NASCIMENTO	Não declarado	50 pontos	Não declarado	50	2° Classificada
DERENICE DA SILVA	20 pontos	Não declarado	25 pontos	45	3° Classificada
DUCILEIA G. DE OLIVEIRA	Não declarado	Não declarado	15	15	4° Classificada
THAIS F. MARINOTTI	Não declarado	Não declarado	05 pontos	05	Desclassificada
CARLA R. DZOVONIARKIEVICZ	Não declarado	Não declarado	Não declarado	00	Desclassificada
ELENICE AMATE	Não declarado	Não declarado	Não declarado	00	Desclassificada

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 26 de abril de 2021.

SILVANO PEREIRA NEVES

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

PREVIDÊNCIA
DECRETO Nº 027-2021- REGULAMENTA A LEI Nº 516-2021 - SUPLEMENTA POR SUPERÁVIT

DECRETO Nº 027/2021.

De 26 de abril de 2021.

SÚMULA: "Abre Crédito Adicional Especial por Superávit Financeiro apresentado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, para atender despesas com serviços de engenharia e projetos, e dá outras providências."

O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Adicional Especial na LOA/2021, sancionado pela Lei Municipal no. 509/2020 de 15 de dezembro de 2020, bem como, incluído na LDO/2021, sancionada pela Lei Municipal nº 508/2020 de 15 de dezembro de 2020, o valor de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), destinados a atender despesas de serviços de engenharia e projetos, na seguinte funcional programática:

Órgão: Secretaria de Transporte e Obras Públicas

Unidade Orçamentária: 003 – Departamento de Engenharia e Arquitetura

Função: 04 – Administração

Subfunção: 572 – Desenvolvimento tecnológico e Engenharia

Programa: 0002 – Administração geral e melhoria na Gestão

Atividade: 2.117 – Manutenção dos Serviços da Engenharia

Natureza da Despesa: 4.4.90.51-80 – Estudos e Projetos R$ 120.000,00

Meta Financeira: R$ 120.000,00

Meta Física: Contratação de serviços de engenharia, na elaboração de estudos e projetos para fazer frente à Convênios na construção de Ponte do Rio Nhandú.

Fonte: 3.30.000 – Transferências de Recursos do Estado – FETHAB R$ 120.000,00

Art. 2º. *O valor do Crédito Adicional Especial ora aberto tem fulcro no artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, proveniente do Superávit Financeiro apresentado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.*

Art. 3º. **Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.**

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo – MT, 26 de abril de 2021.

ANTÔNIO MAFINI

Prefeito Municipal

PREVIDÊNCIA
DECRETO Nº 028-2021- REGULAMENTA LEI Nº 517-2021 - SUPLEMENTAÇÃO POR SUPERÁVIT

DECRETO Nº 028/2021.

De 26 de abril de 2021.

SÚMULA: **"Regulamenta a Lei nº 517/2021 e Abre Crédito Adicional Suplementar por anulação de dotações, para atender despesas com serviços de engenharia e projetos, e dá outras providências."**

O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Adicional Suplementar na LOA/2021, sancionado pela Lei Municipal no. 509/2020 de 15 de dezembro de 2020, bem como, incluído na LDO/2021, sancionada pela Lei Municipal nº 508/2020 de 15 de dezembro de 2020, o valor de R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), destinados a atender despesas com serviços de engenharia e projetos, na seguinte funcional programática:

Órgão: Secretaria de Transporte e Obras Públicas

Unidade Orçamentária: 003 – Departamento de Engenharia e Arquitetura

Função: 04 – Administração

Subfunção: 572 – Desenvolvimento tecnológico e Engenharia

Programa: 0002 – Administração geral e melhoria na Gestão

Atividade: 2.117 – Manutenção dos Serviços da Engenharia

Natureza da Despesa: 4.4.90.51-80 – Estudos e Projetos R$ 180.000,00

Meta Financeira: R$ 180.000,00

Meta Física: Contratação de serviços de engenharia, na elaboração de estudos e projetos para fazer frente à Convênios e execuções próprias, seja de Pavimentação Asfáltica nas ruas e avenidas da cidade e loteamentos para expansão urbana.

Fonte: 1.00.000 – Transferências de Recursos de Impostos – Ordinário R$105.000,00

Fonte: 1.30.000 – Transferências de Recursos do Est ado – FETHAB R$ 75.000,00

Art. 2º. O valor do Crédito Adicional ora aberto tem fulcro no artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, proveniente das anulações parciais das dotações, conforme funcionais programáticas a seguir:

09.002.26.782.0012.2130-3390.30.00 (611) R$ 60.000,00

09.003.04.572.0002.2117-3390.39.00 (616) R$ 120.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo – MT, 26 de abril de 2021.

ANTÔNIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COVID-19: EXTRATO DE CONTRATO 011/2021

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	Empresa ***CENTRO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM GUARANTÃ LTDA***, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA,** com sede na Avenida Dante Martins de Oliveira n.º 879 , Centro, CEP 78.520-000, , inscrita no CNPJ n.º 16.968. 051/0001-41, neste ato representada pela senhora **Eliane Elisa Donadel Guimarães Dal Sochio**, empresária, portadora do RG n.º 03681297 SSP/MT e CPF n.º 523.339.571-15, têm entre si justo e acertado o que contém nas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos e obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com a **DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 073/2021** e dispositivos da Lei n.º 8. 666/93 e alterações posteriores.
Objeto	**CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EXAMES DE IMAGENS, COM OBJETIVO DE ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE NOVO MUNDO MT**.

Valor

Número do Item	Quant.	DESCRIÇÃO	Valor UN.	Valor Total
34670	150	Serviço de exame tipo tomografia computadorizada de tórax.	489,00	73.350,00
Total				**R$73.350,00**

O valor global para a execução do contrato é de R$73.350,00(setenta e três mil trezentos e cinquenta reais),a ser pago conforme requisitado pela Prefeitura de Novo Mundo – MT.

Prazo de Vigência e	O prazo de vigência do presente contrato é de 22/04/2021 até dia 22/10/2021 tendo início a partir do primeiro dia útil subsequente à sua assinatura.
Dotação Orçamentaria	0299-06.001.10.122.0021.2113.3390.39.00.00.00 ***Secretaria de Saúde***
	DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 073/2021

Novo Mundo/MT, 22 de abril 2021.

Antonio Mafini

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2021 PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO MATERIAL ELÉTRICO EM GERAL PARA USO EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE REDES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA CIDADE E DISTRITOS NO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM.

Processo Nº 19/2021 - Pregão Eletrônico nº 3/2021

Validade: 12(doze) meses

Pelo presente instrumento de Registro de Preços **a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM**, reuniram-se na sala de LICITAÇÃO, situada à RUA CACHOEIRA DA FUMAÇA, nº 77, BAIRRO JARDIM DAS PALMEIRAS, NOVO SÃO JOAQUIM/MT, CEP: 78625-000, Fone: (66) 34479-1158, o Prefeito Municipal Sr. **LEONARDO FARIAS ZAMPA**, portador da Cédula de Identidade nº 10543619/SSP-MT e do CPF nº 709.438.261-87 representando neste ato a Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim –MT inscrita no CNPJ 03.238.581/0001-92 situada no endereço acima citado, e a empresa **RDLED COMERCIAL EIRELI**, cadastrada no CNPJ nº 29.413.075/0001-86 e Inscrição estadual nº 90770486-66, situada na Rua Oliveira 671 HAUER, Curitiba, estado de Paraná – neste ato representada por seu representante legal o(a) Sr. **DAWID WILLIAM BONETTI**, portador(a) da cédula de identidade RG sob nº 96393563 SESP PARANÁ e do CPF nº 070.523.019-89,, Residente e domiciliado na cidade de Curitiba-PR, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Municipal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, resolvem efetuar o Registro de Preço, conforme decisão alcançada e HOMOLOGADA, ambas referente ao Pregão Eletrônico nº 3/2021, nas condições em que segue:

DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA EVENTUAL AQUISIÇÃO MATERIAL ELÉTRICO EM GERAL PARA USO EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE REDES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA CIDADE E DISTRITOS NO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM.** Conforme especificações e condições constantes neste Ata de Registro de preços.

1.2. Este instrumento não obriga a PREFEITURA a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA QUARTA – DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Descrição e quantitativo do item objeto:

ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	MARCA	UNITÁRIO	TOTAL

Item	Descrição	Marca	Und.	Quant.	Valor unitário	Valor total
01	FITA ISOLANTE - DE PLASTICO,19MM DE ESPESSURA*10M	PRISMIAM	UN	200,00	R$ 13,04	R$ 2.608,00
Valor total						**R$ 2.608,00**

As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Novo São Joaquim/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de preços, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente, em 02 vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Novo São Joaquim-MT, em 26, de Abril de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

LEONARDO FARIAS ZAMPA - Prefeito Municipal

RDLED COMERCIAL EIRELI - CONTRATADA

DAWID WILLIAM BONETTI Responsável

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2021 PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO MATERIAL ELÉTRICO EM GERAL PARA USO EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE REDES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA CIDADE E DISTRITOS NO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM.

Processo Nº 19/2021 - Pregão Eletrônico nº 3/2021

Validade: 12(doze) meses

Pelo presente instrumento de Registro de Preços **a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM**, reuniram-se na sala de LICITAÇÃO, situada à RUA CACHOEIRA DA FUMAÇA, nº 77, BAIRRO JARDIM DAS PALMEIRAS, NOVO SÃO JOAQUIM/MT, CEP: 78625-000, Fone: (66) 34479-1158, o Prefeito Municipal Sr. **LEONARDO FARIAS ZAMPA**, portador da Cédula de Identidade nº 10543619/SSP-MT e do CPF nº 709.438.261-87 representando neste ato a Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim –MT inscrita no CNPJ 03.238.581/0001-92 situada no endereço acima citado, e a empresa **R J M COMERCIAL EIRELI** CPF/CNPJ: 20.771.901/0001-94 estabelecido(a) à Rua Cônego Guimarães 12 SANTA ISABEL, Várzea Grande, estado de Mato Grosso – neste ato representada por seu representante legal o(a) Sr. **ROBSON JOSE DE MENEZES**, portador(a) da cédula de identidade RG sob nº 2287956 SSP-MT MATO GROSSO e do CPF nº 998.567.861-34, Residente e domiciliado na cidade de Várzea Grande-MT, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Municipal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, resolvem efetuar o Registro de Preço, conforme decisão alcançada e HOMOLOGADA, ambas referente ao Pregão Eletrônico nº 3/2021, nas condições em que segue:

DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA EVENTUAL AQUISIÇÃO MATERIAL ELÉTRICO EM GERAL PARA USO EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE REDES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA CIDADE E DISTRITOS NO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM.** Conforme especificações e condições constantes neste Ata de Registro de preços.

1.2. Este instrumento não obriga a PREFEITURA a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Descrição e quantitativo do item objeto:

ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	MARCA	UNITÁRIO	TOTAL

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	PADRAO DE LIGACAO DE ENERGIA ELETRICA - TRIFASICO, COM HASTE, LONGO 7 METROS, CATEGORIA T3, DISJUNTOR DE 80 AMPERES. CONFORME NORMAS VIGENTES E PADROES DA CONCESSIONARIA LOCAL.	3M	UN	10,00	R$ 2. 910,00	R$ 29. 100,00
2	PADRAO DE LIGACAO DE ENERGIA ELETRICA - BIFASICO, COM HASTE, LONGO 5 METROS, CATEGORIA T3, DISJUNTOR DE 80 AMPERES. CONFORME NORMAS VIGENTES E PADROES DA CONCESSIONARIA LOCAL.	3M	UN	10,00	R$ 899,40	R$ 8. 994,00
3	PADRAO DE LIGACAO DE ENERGIA ELETRICA - BIFASICO, COM HASTE, LONGO 7 METROS, CATEGORIA T3, DISJUNTOR DE 80 AMPERES. CONFORME NORMAS VIGENTES E PADROES DA CONCESSIONARIA LOCAL.	3M	UN	10,00	R$ 1. 161,50	R$ 11. 615,00
4	REATOR PARA LAMPADA VAPOR METALICO - TIPO ELETROMAGNETICO, COM PARTIDA RAPIDA, DE 220 VOLTS, COM FATOR DE POTENCIA ALTO, DE 400W	INDUWOLT	UN	100,00	R$ 67,90	R$ 6. 790,00
Valor total						**R$ 56. 499,00**

As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Novo São Joaquim/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de preços, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente, em 02 vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Novo São Joaquim-MT, em 26, de Abril de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

LEONARDO FARIAS ZAMPA - Prefeito Municipal

R J M COMERCIAL EIREL - CONTRATADA

ROBSON JOSE DE MENEZES Responsável

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2021 PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO MATERIAL ELÉTRICO EM GERAL PARA USO EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE REDES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA CIDADE E DISTRITOS NO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM.

Processo Nº 19/2021 - Pregão Eletrônico nº 3/2021

Validade: 12(doze) meses

Pelo presente instrumento de Registro de Preços **a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM**, reuniram-se na sala de LICITAÇÃO, situada à RUA CACHOEIRA DA FUMAÇA, nº 77, BAIRRO JARDIM DAS PALMEIRAS, NOVO SÃO JOAQUIM/MT, CEP: 78625-000, Fone: (66) 34479-1158, o Prefeito Municipal Sr. **LEONARDO FARIAS ZAMPA**, portador da Cédula de Identidade nº 10543619/SSP-MT e do CPF nº 709.438.261-87 representando neste ato a Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim –MT inscrita no CNPJ 03.238.581/0001-92 situada no endereço acima citado, e a empresa **PROMATEC SERVIÇOS, COMERCIO E LOCAÇÕES EIRELI**, cadastrada no CNPJ nº 36.907.608/0001-41 e Inscrição estadual nº 13.134.063-8, situada na Rua Professora Antônia de Arruda Castro 09 MORADA DA SERRA - CUIABÁ, estado de Mato Grosso – neste ato representada por seu representante legal o(a) Sr. **GILBERTO CESAR MENDES ARRUDA**, portador(a) da cédula de identidade RG sob nº 22566953 SESP/MT MATO GROSSO e do CPF nº 042.380.061-27, Residente e domiciliado na cidade de Várzea Grande-MT, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Municipal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, resolvem efetuar o Registro de Preço, conforme decisão alcançada e HOMOLOGADA, ambas referente ao Pregão Eletrônico nº 3/2021, nas condições em que segue:

DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA EVENTUAL AQUISIÇÃO MATERIAL ELÉTRICO EM GERAL PARA USO EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE REDES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA CIDADE E DISTRITOS NO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM.** Conforme especificações e condições constantes neste Ata de Registro de preços.

1.2. Este instrumento não obriga a PREFEITURA a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA QUARTA – DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Descrição e quantitativo do item objeto:

ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	MARCA	UNITÁRIO	TOTAL

Item	Descrição	Marca	Und.	Quant.	Valor unitário	Valor total
01	LUMINARIA - FECHADA DE ALTO RENDIMENTO, COM CORPO UNICO EM ALUMINIO INJETADO, EXTRUSADO OU FUNDIDO, PARA LAMPADAS VAPOR METALICO DE 70, 100 E 150W FORMATO TUBULAR, COM ALOJAMENTO PARA REATOR	DEMAP	und	100,00	R$ 49,08	R$ 4.908,00
Valor total						**R$ 4.908,00**

As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Novo São Joaquim/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de preços, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente, em 02 vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Novo São Joaquim-MT, em 26, de Abril de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

LEONARDO FARIAS ZAMPA - Prefeito Municipal

PROMATEC SERVIÇOS, COMERCIO E LOCAÇÕES EIRELI - CONTRATADA

GILBERTO CESAR MENDES ARRUDA Responsável

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2021 PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO MATERIAL ELÉTRICO EM GERAL PARA USO EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE REDES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA CIDADE E DISTRITOS NO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM.

Processo Nº 19/2021 - Pregão Eletrônico nº 3/2021

Validade: 12(doze) meses

Pelo presente instrumento de Registro de Preços **a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM**, reuniram-se na sala de LICITAÇÃO, situada à RUA CACHOEIRA DA FUMAÇA, nº 77, BAIRRO JARDIM DAS PALMEIRAS, NOVO SÃO JOAQUIM/MT, CEP: 78625-000, Fone: (66) 34479-1158, o Prefeito Municipal Sr. **LEONARDO FARIAS ZAMPA**, portador da Cédula de Identidade nº 10543619/SSP-MT e do CPF nº 709.438.261-87 representando neste ato a Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim –MT inscrita no CNPJ 03.238.581/0001-92 situada no endereço acima citado, e a empresa **ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS EIRELI**, cadastrada no CNPJ nº 00.226.324/0001-42 e Inscrição estadual nº 10.136.759-7, situada na Rua AV INDEPENDENCIA, 6060, QUADRA70C LOTE 0 0 SETOR AEROPORTO, CEP: 74070-010, cidade de Curitiba, estado de Paraná – neste ato representada por seu representante legal o(a) Sr. **MARAJÁ SERAFIM DE SOUSA**, brasileiro, empresário, portador da RG nº 2952119/SSP-GO e inscrito no CPF sob nº 591.077.151-53, residente e domiciliado na cidade de cidade de Anápolis, estado de Goiás, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Municipal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, resolvem efetuar o Registro de Preço, conforme decisão alcançada e HOMOLOGADA, ambas referente ao Pregão Eletrônico nº 3/2021, nas condições em que segue:

DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA EVENTUAL AQUISIÇÃO MATERIAL ELÉTRICO EM GERAL PARA USO EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE REDES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA CIDADE E DISTRITOS NO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM.** Conforme especificações e condições constantes neste Ata de Registro de preços.

1.2. Este instrumento não obriga a PREFEITURA a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Descrição e quantitativo do item objeto:

ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	MARCA	UNITÁRIO	TOTAL

Item	Descrição	Marca	Und.	Quant	Valor unitário	Valor total
01	LAMPADA VAPOR METALICO - DE 100W E-40 TUBULAR, FLUXO LUMINOSO 8.500 LM, TEMP. DE COR SUPERIOR A 5.200 K, EFICIENCIA 85 LM/W	EMPALUX	UN	800,00	R$ 25,15	R$ 20. 120,00
02	LAMPADA VAPOR METALICO - OVOIDE, NA COR BRANCA,COM POTENCIA NOMINAL 250W,ENCAIXE DA LAMPADA ROSCA E40,MASTER HPI PLUS	OUROLUX	UN	200,00	R$ 31,30	R$ 6. 260,00
03	REATOR PARA LAMPADA VAPOR METALICO - TIPO ELETROMAGNETICO, COM PARTIDA RAPIDA, DE 220V, COM FATOR DE POTENCIA ALTO, DE 70W	JRC	UN	1000,00	R$ 43,00	R$ 43. 000,00
04	REATOR PARA LAMPADA VAPOR METALICO - TIPO ELETROMAGNETICO, RAPIDA, 220V, ALTO, 250W	JRC	UN	100,00	R$ 64,50	R$ 6. 450,00
05	RELE ELETRICO - EM PLASTICO, TIPO FOTOELETRICO, COM BASE, DE 1000 WATTS, COM 220 VOLTS	EXATRON	UN	1000,00	R$ 14,50	R$ 14. 500,00
06	RELE ELETRICO - FOTOELETRICO 220 VOLTS ELETROMAGNETICO ACIONAMENTO POR BOBINA, PLASTICO, 1000W/1000VA , 50/60HZ	QUALITRONIX	UN	500,00	R$ 12,90	R$ 6. 450,00
Valor total						**R$ 96. 780,00**

As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Novo São Joaquim/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de preços, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente, em 02 vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Novo São Joaquim-MT, em 26, de Abril de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

LEONARDO FARIAS ZAMPA - Prefeito Municipal

ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS EIRELI - CONTRATADA

MARAJÁ SERAFIM DE SOUSA Responsável

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2021 PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO MATERIAL ELÉTRICO EM GERAL PARA USO EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE REDES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA CIDADE E DISTRITOS NO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM.

Processo Nº 19/2021 - Pregão Eletrônico nº 3/2021

Validade: 12(doze) meses

Pelo presente instrumento de Registro de Preços **a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM**, reuniram-se na sala de LICITAÇÃO, situada à RUA CACHOEIRA DA FUMAÇA, nº 77, BAIRRO JARDIM DAS PALMEIRAS, NOVO SÃO JOAQUIM/MT, CEP: 78625-000, Fone: (66) 34479-1158, o Prefeito Municipal Sr. **LEONARDO FARIAS ZAMPA**, portador da Cédula de Identidade nº 10543619/SSP-MT e do CPF nº 709.438.261-87 representando neste ato a Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim –MT inscrita no CNPJ 03.238.581/0001-92 situada no endereço acima citado, e a empresa **ADRIANA LEME ALVES MATERIAIS ELÉTRICOS**, cadastrada no CNPJ nº 33.584.641/0001-90 e Inscrição estadual nº 9081418818, situada na Rua Manoel Máximo dos Santos nº 42, Bairro Cajurú, CEP: 82960-050, cidade de Curitiba, estado de Paraná – neste ato representada por seu representante legal o(a) Sr.(a) **ADRIANA LEMES ALVES**, portador(a) do RG nº 60643873 e inscrito no CPF sob nº 017.147.069-90, residente e domiciliado na cidade de Curitiba, estado de Paraná, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Municipal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, resolvem efetuar o Registro de Preço, conforme decisão alcançada e HOMOLOGADA, ambas referente ao Pregão Eletrônico nº 3/2021, nas condições em que segue:

DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA EVENTUAL AQUISIÇÃO MATERIAL ELÉTRICO EM GERAL PARA USO EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE REDES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA CIDADE E DISTRITOS NO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM.** Conforme especificações e condições constantes neste Ata de Registro de preços.

1.2. Este instrumento não obriga a PREFEITURA a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Descrição e quantitativo do item objeto:

ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	MARCA	UNITÁRIO	TOTAL

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND.	QUAN	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	LAMPADA MULTIVAPORES METALICOS ALTA PRESSAO - NO FORMATO CILINDRICO, COM POTENCIA NOMINAL DE 70W, COM BASE E-27	SANLIGTH	UN	1000,00	R$ 23,00	R$ 23. 000,00
Valor total						**R$ 23. 000,00**

As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Novo São Joaquim/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de preços, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente, em 02 vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Novo São Joaquim-MT, em 26, de Abril de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

LEONARDO FARIAS ZAMPA - Prefeito Municipal

ADRIANA LEME ALVES MATERIAIS ELÉTRICOS - CONTRATADA

ADRIANA LEMES ALVES Responsável

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/2021 PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO MATERIAL ELÉTRICO EM GERAL PARA USO EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE REDES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA CIDADE E DISTRITOS NO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM.

Processo Nº 19/2021 - Pregão Eletrônico nº 3/2021

Validade: 12(doze) meses

Pelo presente instrumento de Registro de Preços **a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM**, reuniram-se na sala de LICITAÇÃO, situada à RUA CACHOEIRA DA FUMAÇA, nº 77, BAIRRO JARDIM DAS PALMEIRAS, NOVO SÃO JOAQUIM/MT, CEP: 78625-000, Fone: (66) 34479-1158, o Prefeito Municipal Sr. **LEONARDO FARIAS ZAMPA**, portador da Cédula de Identidade nº 10543619/SSP-MT e do CPF nº 709.438.261-87 representando neste ato a Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim –MT inscrita no CNPJ 03.238.581/0001-92 situada no endereço acima citado, e a empresa **RUBENS JORGE PEREIRA VASCONCELOS**, cadastrada no CNPJ nº 39.928.631/0001-00 e Inscrição estadual nº 13.551.598-0, situada na Rua AVENIDA FERNANDO CORREIA 3593 BOA ESPERANÇA, Cuiabá, estado de Mato Grosso – neste ato representada por seu representante legal o(a) Sr. **RUBENS JORGE P VASCONCELOS**, portador(a) da cédula de identidade RG sob nº 06718868 SJ MATO GROSSO e do CPF nº 474.833. 341-34, Residente e domiciliado na cidade de Varzea Grande-MT, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Municipal nº 10.520/ 2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, resolvem efetuar o Registro de Preço, conforme decisão alcançada e HOMOLOGADA, ambas referente ao Pregão Eletrônico nº 3/2021, nas condições em que segue:

DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA EVENTUAL AQUISIÇÃO MATERIAL ELÉTRICO EM GERAL PARA USO EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE REDES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA CIDADE E DISTRITOS NO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM.** Conforme especificações e condições constantes neste Ata de Registro de preços.

1.2. Este instrumento não obriga a PREFEITURA a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Descrição e quantitativo do item objeto:

ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	MARCA	UNITÁRIO	TOTAL

Item	Descrição	Marca	Und	Quant	Valor unitário	Valor total
01	CONECTOR - PERFURANTE, CONDUTOR RIGIDO. MEDIDAS: 10-95MM2 X 1,5-10MM2 PARA REDE ENERGIA	INTELLI	UN	500,00	R$ 4,80	R$ 2. 400,00
02	DISJUNTOR - TERMOMAGNETICO DISJUNTOR SIEMENS TERMOMAGNETICO EM CAIXA MOLDADA, TRIFASICO, CC, DE 125 AMPERES, CLASSE DE INTERRUPCAO 5KA, 220 VOLTS COM APRESENTACAO DO SELO INMETRO	SOPRANO	UN	20,00	R$ 185,00	R$ 3. 700,00
03	LUMINARIA - PARA ILUMINACAO PUBLICA DE LED, POTÊNCIA MAXIMA 100W PRODUZIDO EM LIGA DE ALUMINIO INJETADO SOB ALTA PRESSAO E ACABAMENTO COM PINTURA ELETROSTATICA, SISTEMA DE FIXACAO PARA POSTE COM ENTRADA PARA TUBO DE 48,3MM A 60,3MM, TEMPERATURA CORRELATA DE COR ENTRE 4000K E 5000K. DEVERA FORNECER FLUXO LUMINOSO TOTAL MINIMO DE 130LM/W / 13.000LM, TEMPERATURA AMBIENTE DE OPERACAO ENTRE -5°C A	AUTOPOLI	UN	300,00	R$ 407,00	R$ 122. 100,00

	+50°C. DISTORCAO HARMONICA THD MENOR OU IGUAL A 10%. VIDA UTIL MINIMA DO LED DE 50. 000H. CONJUNTO OTICO COM MANUTENCAO DO FLUXO LUMINOSO L80. NAO APRESENTAR DEPRECIACAO SUPERIOR A 30% APOS AS 50.000HORAS. RESISTÊNCIA MINIMA AO IMPACTO MECANICO IK-08. INDICE DE REPRODUCAO DE COR (IRC) MINIMO DE 70. TENSAO DE ALIMENTACAO MINIMA 100~277V, 50-60HZ. TER NO MINIMO FATOR DE POTÊNCIA DE 0,95. GRAU DE PROTECAO TOTAL IP-66. FONTE DE ALIMENTACAO COM DRIVE INCLUSO, PROTETOR DE SURTO (DPS) DE 10KA. POSSUIR CERTIFICADO E REGISTRO NO INMETRO					
04	LUMINARIA - PARA ILUMINACAO PUBLICA, TECNOLOGIA LED DE100W, BIVOLT BRANCA, CAPACIDADE MINIMA PARA 70.000 HORAS LIGADAS	AC. IRIS	UN	100,00	R$ 217,00	R$ 21. 700,00
Valor total						**R$ 149. 900,00**

As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Novo São Joaquim/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de preços, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente, em 02 vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Novo São Joaquim-MT, em 26, de Abril de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

LEONARDO FARIAS ZAMPA - Prefeito Municipal

RUBENS JORGE PEREIRA VASCONCELOS - CONTRATADA

RUBENS JORGE P VASCONCELOS Responsável

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CANCELAMENTO PARCIAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 074/2020

PREGÃO ELETRÔNICO 074/2020

Extrato do Termo de Cancelamento Parcial Ata de Registro de Preços N° 074/2020 - Pregão Eletrônico 074/2020.CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA – MT**, **CNPJ: 15.023.971/0001-24**.Objeto: Constitui Objeto da presente licitação o Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Materiais de Consumo e Medicamentos (II etapa) para manutenção da Farmácia Básica, Hospital Municipal, Pronto Atendimento e PSF,s** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. Vigência até a data do dia 21/01/2022. Item cancelado e empresa abaixo:

Empresa:			**CNPJ da Empresa**			
JETHAMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA			**CNPJ: 34.027.398/0001-71**			
Seq.	**Cod.**	**Descrição**	**Un.**	**Qtde.**	**Valor Unit.**	**Total**
5	351803	EPINEFRINA, 1 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA.VIA PARENTERAL	UNIDADE	3.600,00	1,87	6.732,00

Departamento de Licitações e Contratos, em 22 de abril de 2021.

OUVIDORIA MUNICIPAL
ATA Nº 71

ATA Nº 71

13º REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARANATINGA/MT

Ref.: 26/11/2020

Aos 26 dias do mês de novembro de 2020, nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde de Paranatinga (em anexo ao PAM), sito à avenida Brasil, s/n, centro, Paranatinga/MT, reuniram-se os conselheiros listados ao final desta ata, para a 13º Reunião Ordinária do presente ano. A reunião deu- se início as 15:15hs, quando foi atingido o quórum exigido por lei e pelo Regimento Interno do Conselho Municipal. E contou com a presença de 11 (onze) pessoas, entre conselheiros titulares, suplentes, e a representante legal da Secretraria Municipal de Saúde, que não pode participar (conforme ofício n. 2.669/2020/SMS enviado ao CMS), e o secretário executivo do referido conselho, conforme lista de assinaturas constante ao final desta, deu-se início a reunião. A presidente **Camila** fez uma oração e iniciou a reunião, que teve como pautas: **1ª. Formação de Comissão para apurar a conduta e os fatos da conselheira/presidente Camila ocorrido no dia 09/11/2020** (conforme ofício n. 26661/2020/SMS, de 18 de novembro do presente ano); **2ª. Visita da Central de Regulação de Rondonópolis/Denúncia recebida de uma usuária**; **3ª. Transporte de pacientes não oriundos da Central de Regulação em Carros da Saúde**; **4ª. Relatório daControladoria Interna do Município.** Iniciando a ***primeira pauta***, **Camila** solicitou três nomes para a ***FORMAÇÃO DA COMISSÃO PARA APURAR A CONDUTA E OS FATOS OCORRIDOS NO DIA 9 DE NOVEMBRO DE 2020***, **Márcia** disse que não poderia fazer parte, pois trabalha com a Camila e a imparcialidade da comissão poderia ser questionada. O conselheiro **Cleiton** colocou seu nome a disposição, porém **Camila** relatou que ele não poderia fazer parte pois ela teria um boletim de ocorrência contra ele. No que **Cleiton** relatou desconhecer esse boletim, pois nunca foi intimado. **Adriana** indagou ao secretário executivo o que diz o Regimento Interno do CMS sobre quais membros poderiam ou não integrar uma comissão. E sugeriu ainda que se possível, a comissão deveria ser formada por entidades de usuários. **Cleiton** disse que Camila não poderia escolher a comissão que investigaria sua conduta, **Camila** disse que não estava escolhendo, e disse que procuraria o seu advogado pois não poderia aceitar o Cleiton como membro da comissão e relatou novamente que teve problemas pessoais contra ele. **Adriana e Márcia** sugeriram novamente que usuários fizessem parte da comissão e a cadeira da APAE foi sugerida (Evandro ou Irene), no que **Cleiton** retrucou dizendo que o Evandro não poderia ser, pois ele é o advogado da Camila. **Márcia** reiterou que se algum membro tem algo particular contra a denunciada,

que seria por bem que não fizesse parte da comissão, **Cleiton** então disse que não tem nada contra Camila, e mais uma vez disse que ela não pode escolher a mesma. **Camila** disse novamente que não está escolhendo a comissão, disse apenas que não quer Cleiton como membro. **Adriana** disse que o Regimento Interno deve ser seguido. **Thainá Loula**, que estava como representante legal da SMS com direito a voz e voto, leu o artigo 8º que trata da competência dos membros do conselho, que diz em seu inciso IX: *"Indicar nomes para a composição das comissões internas"*, e que portanto, não há impedimento da auto indicação de um conselheiro. Ao que **Cleiton** novamente se auto indicou para a comissão. **Adriana** sugeriu o nome da conselheira Irene, pois ela ocupa uma das cadeiras de usuários (APAE). **Camila** disse que já que o Cleiton se indicou, que coloquem então o Cleiton e o Evandro. **Adriana** ponderou que se o Dr Evandro for advogado da Camila então ele não poderia atuar na comissão. **Camila** disse mais uma vez que não quer o Cleiton, e defendeu novamente que tem problemas com ele. **Adriana** disse à Camila que ela não pode escolher, e que devemos seguir o Regimento Interno do Conselho, ao que **Camila** indagou que como uma pessoa que já a perseguiu em seu serviço vai julgá-la (se referindo ao Cleiton). E que até possui um boletim de

ocorrência contra o mesmo de assédio moral. **Adriana** perguntou se esse boletim está transitando no CMS. **Camila** disse que independente disso, tem outras pessoas na sala que poderiam fazer parte da comissão. O **secretário executivo** lembrou, que conforme o Regimento Interno, a comissão não fará o julgamento, e sim vai apurar os fatos e expor o seu parecer, e só depois colocar em votação em plenário. Quem vai votar serão os membros titulares do conselho, ou suplentes na ausência do seu titular. Inclusive os membros da comissão, exceto o presidente, que só dará o seu voto apenas em caso de empate. **Thainá** sugeriu que todos os presentes votem, se sim ou não, se o membro indicado vai participar ou não da comissão. **Camila** disse que no dia de ontem (25/11/2020), uma pessoa a procurou, e que ela vai abrir um medida protetiva contra o Cleiton. **Cleiton** disse que Camila não poderia estar presente na reunião no momento da escolha da comissão, e que ela deveria sair e retornar apenas ao fim da escolha, assim como foi combinado em reunião anterior, que no momento em que for tratar de assunto referente à sua denúncia, ele deveria sair da sala e só retornar após encerramento do assunto, segundo fala do próprio Dr Evandro. Portanto, sugeriu que Camila saísse da sala. **Camila** reiterou que se alguém tem algo contra o "denunciado", como esse alguém vai se candidatar para fazer parte da comissão, que isso seria uma questão de ética. **Luciane** disse que sendo assim, a reunião já começou errada, pois Camila não deveria estar presente no momento da escolha dos membros da comissão, e sugeriu que deixasse esssa escolha para uma próxima reunião. **Márcia** expôs que assim como será feito com o caso do Cleiton, que se faça também com o caso da Camila, ou seja, que o denunciado se retire da sala no momento da escolha da comissão. E se caso nesta escolha ficar decidido por votação que o Cleiton fará parte da comissão, caso a Camila não concordar, que ela possa tomar as suas medidas, que é isso que os demais membros estão tentando explicar. **Luciane** sugeriu que se coloque em votação, ou monta-se a comissão agora ou na próxima reunião. **E ficou decidido por seis votos a dois que a comissão será composta na próxima reunião, sem a presença da Camila**. Passado à ***próxima pauta*****, *VISITA DA CENTRAL DE REGULAÇÃO DO ESTADO (RONDONÓPOLIS)/DENÚNCIA RECEBIDA DE UMA***

PACIENTE**, Camila** disse que na última sexta (20/11/20), a Jane ligou e disse que o pessoal do consórcio estava no município, e que queriam conversar com o CMS, conversaram sobre uma emenda de "acho que de 400 mil" (SIC), falaram sobre essa questão da política dentro da central de regulação, Camila aproveitou e disse a eles sobre àquela lista de espera que o CMS solicitou há muito tempo, e eles disseram ao conselho que isso é legal. E que eles tem até um programa que podem nos fornecer essas informações, que foi adquirido pelo próprio consórcio. Daiane da Central de Regulação, que estava presente na reunião, disse que recebeu o ofício solicitando esta lista de espera e que não conseguiria responder dentro do prazo estipulado, pois teria mais ou menos 1600 pessoas para digitar. Camila então disse a ela que pedisse um prazo maior via ofício. Daiane comentou e pediu orientação à Eulice, de Rondonópolis, sobre pacientes que desistem de ultima hora, onde perde-se a vaga e não consegue encaixar um outro paciente na fila. Também disse que havia uma demanda grande na lista de obstetrícia e que o Dr Alex conseguiu zerar esssa lista. Na ortopedia hoje tem 184 pessoas esperando vaga para consulta. **Camila** disse aos membros do CMS que ouviu que a partir de agora a CR vai funcionar ao público apenas meio período e que no outro período vai funcionar apenas para trabalho interno, e que vão realizar mutirões para agilizar a demanda existente, etc. Disse que acha que agora a regulação vai funcionar de maneira eficaz. Relatou que essa semana uma pessoa a contatou via whatsapp, e disse que há dois anos está esperando uma consulta para fazer uma mamografia. Em conversa com a Daiane, a mesma disse que realmente a vaga dela saiu, "parece que o estado fornece apenas uma consulta mensal", porém de última hora tiveram que encaixar uma outra paciente de outro município. E ela tinha vindo da fazenda. No outro dia ela procurou a Camila e fez essa denúncia por escrito, e até retirou a mama pra fora para mostrar que ela realmente precisava muito desta consulta. **Luzilene** indagou como é possível Paranatinga ceder a nossa vaga para outro município, sendo que a nossa paciente necessita da vaga. Ao que **Cleiton,** disse que possivelmente, neste caso, se tratou de uma urgência/emergência.

Luciane disse que é possível também que esta paciente que usou a vaga da outra já tenha um laudo/diagnóstico de CA de mama por exemplo. **Camila disse que possui xerox dos documentos da usuária, bem como cópias dos seus encaminhamentos. E que portanto é necessário que o CMS monte uma comissão para apurar os fatos e esta denúncia. Camila** comentou com a Eulice a respeito daquela emenda de 400 mil da época do Guilherme, que era para comprar vagas de exames e consultas de média e alta complexidade, e que até hoje nunca prestaram contas dessa verba. **Marcia** disse que foi apresentado um plano de ação muito pobre de informações. **Adriana** lembrou que neste plano apresentado, foi constatado valores de consultas mais caros do que os valores de outros municípios. Por este motivo este plano de ação foi devolvido à SMS e não retornou mais para apreciação do CMS. **Marilene** perguntou se quando uma pessoa for fazer uma denúncia, se apenas um conselheiro atende aquele usuário ou se tem que ser dois. **Camila** disse que nesse dia ela até iria chamar a Marcia para ouvir a denúncia, porém ela estava com paciente no momento. E por este motivo pediu que a usuária fizesse a denúncia por escrito. E lembrou mais uma vez da necessidade de se ter uma ouvidoria. **Thainá** perguntou se foi protocolado ofício à SMS a respeito da ouvidoria, no que Camila disse que sim, mais de um ofício inclusive. **Adriana** lembrou que a SMS tinha um prazo de seis meses, dado pelo estado, para implantar a ouvidoria do SUS, prazo este que expirou em setembro do presente ano. Por este motivo, **Camila** disse que vai protocolar junto ao Ministério Público, conforme ficou decidido em plenário que os ofício sem resposta seriam encaminhados ao MP. **Marcia** reiterou novamente a necessidade da SMS/Central de Regulação enviar ao CMS a lista dos pacientes que aguardam vagas, pois numa situação dessas quando a denunciante procurar o CMS, os próprios conselheiros poderíam prestar esclarecimentos ao usuário, evitando assim um desgaste maior. E relatou a necessidade de uma organização maior por parte da CR, pois há casos de pacientes que procuram diretamente o médico e "furam" a fila, e acabam tomando a vaga de algum usuário mais urgente. Mesmo entendendo que a Jane chegou a pouco tempo à secretaria, expôs a necessidade da parceria Gestão SMS e o Conselho, pois isso já vem sendo reincidente há no mínimo três gestores anteriores. **Camila** disse que, segundo a Daiane, o ortopedista só atende às segundas, quartas e sextas, e hoje temos uma demanda de 184 pessoas na fila de espera, sendo que o município está pagando o profissional. **Marcia** reiterou novamente que o CMS não tem acesso aos contratos dos médicos, então não dá pra saber se eles estão cumprindo o combinado, e não tem nem como cobrá-los se não se co-

nhece o que foi acordado. Ainda a respeito da ouvidoria, **Adriana** lembrou também que o ouvidor do SUS precisa ser um funcionário público efetivo, de nível superior, e conhecedor do SUS. **Camila** sinalizou que o ouvidor deve ser remunerado e hoje o plano de cargos e carreiras municipal não contempla essa remuneração, por isso se faz necessário um projeto de lei. **Thainá** disse que este projeto de lei chegou ao jurídico da prefeitura, porém como é uma ano eleitoral existe um impedimento para que se consiga alterar o plano de cargos e carreiras do município. Relatou que até houve a nomeação de um ouvidor, mas como ele não atendia as demandas, foi destituída esta portaria. **Marcia** ponderou que é necessário que a gestão indica uma lista com três nomes, e os conselheiros escolhem por votação dentre os três nomes, qual preenche melhor os requisitos. **Thainá** garantiu que este projeto de lei já está pronto, que é só aguardar passar este período de vedação eleitoral para encaminhar o projeto. **Camila** manifestou à Thainá e demais presentes que é necessário um local, uma sede própria da ouvidoria, em que o ouvidor nomeado possa ter uma sala reservada, equipada com computador e um telefone à disposição. E este número e sede devem ser amplamente divulgados à população. **Luzilene** lembrou que o ouvidor deve ter um celular pois o mesmo trabalhará em regime de plantão. Antes de encerrar a pauta, **Sonilse** indagou se os pacientes desistentes de ultima hora quando são solicitados a comparecerem à consulta desistem sem motivo aparente, ou o fazem porque são avisados em cima da hora da sua vaga. **Marilene** ponderou que alguns desistem porque muitas vezes estão sem condições financeiras de irem pra outro município (alimentação por exemplo), outros porque nem todos os exames estão prontos, ou não tem quem o

acompanhe, e alguns realmente porque são avisados de ultima hora, não havendo tempo hábil para se programarem para irem à consulta, por exemplo. Avisam a tarde que no outro dia de manhã é a sua consulta. **Sonilse** perguntou quem avisa de última hora, Rondonópolis, Cuiabá ou a Central de Vagas de Paranatinga. **Marilene** não soube responder. **Marcia** expôs a necessidade de uma organização maior, de um protocolo a ser seguido, de quando o paciente falta por exemplo, sem uma justificativa, se ele vai pro final da fila, ou se perde a vaga, etc. **Adriana** sugeriu a importância deste feedback da regulação. **Marilene** disse que há casos em que o encaminhamento do paciente se perde na Central de Regulação. **Thainá** sugeriu que a SMS crie uma normativa para seguir em relação à central de vagas. **Marilene** aventou a possibilidade de a Central de Regulação passar pro motorista uma lista de pacientes que por ventura tiveram sua consulta cancelada, para que este não vá para Rondonópolis por exemplo, e perca sua viagem, como já aconteceu algumas vezes. **Camila** passou à ***próxima pauta***, que é sobre o que vem acontecendo em relação aos **TRANSPORTE DE PACIENTES NÃO ORIUNDOS DA CENTRAL DE REGULAÇÃO EM CARROS DA SAÚDE.** E iniciou sizendo que todos são cientes de que os carros são de uso exclusivo dos pacientes que estão pela nossa central de regulação. Por exemplo se tem um paciente que tem uma consulta em Rondonópolis e esta consulta não é pela CR, esse paciente não pode utilizar- se do carro da saúde. O que vem acontecendo é que os carros da saúde estão todos os dias na estrada, levando pacientes que não são oriundos da nossa central de regulação. Uma outra denúncia recebida pela **Camila**, é o caso do pastor Edgard, que tem o filho que serve o exército em um outro município. E vem pegando carona no ônibus da saúde. E mesmo com a negativa da Daiane da CR, dizendo que seu filho não poderia embarcar no ônibus, ainda assim o pastor veio com seu filho à meia noite e conseguiu embarcá-lo. Por este motivo **Camila sugeriu à plenária que o CMS solicite uma lista da frota, das viagens, quais pacientes que estão levando. Marilene** citou seu próprio exemplo, que está indo à consultas no carro da saúde, pois seu nome está na central de vagas, porém ainda não foi contemplada, e possui e necessidade da consulta, devido a caroços na mama, e a sua vaga pode demorar muito. Ela veio à central, disse que não poderia esperar, e pra agilizar pediu para ir à consulta, mesmo que essa não fosse pela Central de Vagas do município. **Camila** disse que segundo a Eulice, em hipótese nenhuma carro da saúde pode dar "carona", ao que **Luciane** fez uma poderação que o SUS é para todos, e se o município não conseguiu a vaga pro paciente, e se o mesmo conseguiu pagar a sua consulta, então o município pode e deve levar esse paciente. Desde que combinado previamente com a CR, ela não vê problema. O que não pode segundo ela é o usuário sair daqui no carro da saúde pra fazer compras, por exemplo. Porque as vezes o usuário tem unimed, ou pax, mas não tem condições de pagar um combustível pra ir no seu próprio carro. **Cleiton** ponderou e questionou, se o município não poderia ser acusado de negligência por ter negado o carro ao usuário, até mesmo por omissão de socorro. **Luciane** lembrou do caso de uma funcionária pública da vigilância que se contaminou com uma doença no município, depois de muitos anos trabalhando, e o município não arcou com nada. Ela pagou todo o tratamento com seu próprio recurso, porém ela utiliza o carro da saúde para ir até outros municípios para realizar o tratamento, e ainda utilizou-se da frase "O SUS é para todos" para justificar que o município tem sim responsabilidade em fornecer o transporte para estes tipos de usuários. **Thainá** disse que precisa averiguar se não há uma verba específica para estes casos. **Marilene** ainda relatou que quando precisa ir no carro da saúde para consultas "particulares" ela o faz com anuência da CR, sempre verifica se tem vaga no carro, se não está "tirando" o lugar de alguém por exemplo. **Sonilse** lembrou dos horários dos ônibus de linha comercial onde muitas vezes o usuário necessita sair de Paranatinga e pernoitar em Rondonópolis dependendo do horário de sua consulta, o que gera gastos com hospedagem e alimentação, por isso a importância de se ter uma carro disponível para o transporte de todos os usuários, mesmo que não sejam para consultas via regulação (SUS). **Marcia** deixou claro que não é contra, porém sugeriu que se tenha um critério, talvez uma assistente social para verificar cada caso e autorizar o transporte de usuários que não sejam da CR. Pois pode acontecer algum acidente

com este paciente, e a família pode entrar com uma ação e fazer com que o município arque com todos os custos de indenização. Depois de alguns conselheiros discorrerem sobre usuários que aproveitam a oportunidade e fazem compras em Rondonópolis, **Adriana** explanou sobre o cuidado que deve-se ter sobre o assunto, pois o município pode até correr o risco de termos casos de trazerem coisas ilícitas no carro da saúde, por este motivo sugeriu que a SMS tenha uma normativa do que pode ou do que não pode. **Decidiu-se então, que o CMS recomendará uma normativa, um parecer à SMS para verificar essa situação, para que o município continue prestando esse auxílio dentro da legalidade. Camila** iniciou à ***última pauta, RELATÓRIO DA CONTROLADORIA INTERNA DO MUNICÍPIO.*** **Camila** começou dizendo que no início do ano as atas começaram a ser publicadas no site da AMM, e por este motivo a Controladoria Interna "nos achou" (SIC). O controlador interno foi até a Camila e pediu a ela que o CMS andasse em parceria com a Auditoria Interna, e a respeito de uma ata em que foi falado sobre a contratação dos médicos, dos documentos que o CMS não conseguia ter acesso. Segundo Camila, à época ficou decidido em reunião que que o CMS pedisse um parecer da auditoria a cerca das contratações de profissionais em geral da SMS. E o auditor emitiu este parecer, e encaminhou à Camila, pediu para que não fosse publicado este material, pois é um documento interno dele. Em agosto de 2020 o auditor encaminhou este documento ao MP, onde diz que este relatório foi provocado pelo CMS através do ofícios números 44 e 55, que solicitam esclarecimentos quanto a servidores que recebem em forma de recibos. As verificações ocorreram no período de 1º de junho a 31 de julho (dois meses). Realizou-se verificações nos atos de pessoal visando corrigir distorções e prejuízos bem como identificar possíveis falhas quanto a regularidade dos atos praticados pela administração e a eficácia dos controles internos adotadas pela mesma no que se refere à gestão de contratações de pessoal por tempo determinado em todas as secretarias municipais, abrangência 2019 e 1º semestre de 2020, quanto a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, legitimidade, probidade, supremacia do interesse público, sustentabilidade fiscal e transparência. Ele colocou os valores dos médicos na época do Silvonei, do Acyr, João Ba-

tista, Arlindo, Tiago e Alex. Citou as contratações temporárias por meros acordos verbais, visto que não houve publicações de tais contratos com graves distorções nos valores dos vencimentos, ressaltou que as desarmonias salariais percorrem por períodos analisados. A exemplo, **Camila** citou que Tiago em março recebeu um valor, e em outro mês recebeu outro valor, o salário de um é diferente de outro, sobre os odontólogos por exemplo, o salário do Felipe era diferente do salário da Lhorrane, sendo que a carga horária é a mesma, à época o CMS pediu explicações à SMS e nunca foram respondidos. O controlador fez um geral, de todos os cargos e foi pontuando como um todo, e foi expressando os princípios da legalidade, da impessoalidade. **Camila** se dispôs a deixar o relatório disponível para leitura, caso algum conselheiro desejar, é só marcar um horário com ela, e ir até o centro de reabilitação, pois ela não poderia replicar o material a pedido do auditor. **Camila** relatou que trouxe o material para que os conselheiros votem sobre o encaminhamento ou não do relatório ao Ministério Público, pois como foi o CMS que solicitou este parecer à Controladoria Interna, e o auditor cita isso em seu parecer, e cita também que já foi encaminhado por ele ao MP, portanto a presidente concorda que o mesmo deva ser encaminhado pelo CMS ao MP. **Marcia** sugeriu que Camila disponibilize este relatório à comissão (Marcia, Adriana e Franciele), para que seja encaminhado com as devidas pontuações, porque este documento acaba ajudando à falta de informações que o CMS teve em relação à analise de prestação de contas do exercício de 2019, pois ele seria de grande valia para a complementação do relatório. Em seguida **Camila** leu as recomendações, que passo a transcrever na íntegra: "contratação de pessoal respeitando o regulamento legal do artigo 37 que dispõe sobre o plano de cargos e vencimento dos servidores do município; abertura de processo de sindicância para apurar os autos de pessoal irregulares, especificamente na área de contratações temporárias, com pagamentos via recibo nos períodos de 2019 e primeiro semestre de 2020, extendendo ao segundo semestre de 2020, caso comprovado a

manutenção de tal prática; cumprimento da instrução normativa 02/2016 aprovado pelo decreto municipal que dispõe sobre a regulamentação do procedimentos para a administração de pessoal e dá outras providências; que sejam levadas em consideração, pela importância, às orientações da unidade municipal de controle interno aqui especificamente as recomendações de atos de pessoal no tocante à contratações temporárias; alertamos o nobre gestor que a não observância dos pontos ressalvados neste relatório poderá agravar ainda mais a situação trazendo prejuízo ainda maior aos cofres públicos." **Adriana** lembrou que o questionamento do CMS é em relação ao balizamento dos recibos, que estão bem acima do previsto em plano de cargos e carreiras do município, de onde vem a preocupação com a folha de pagamentos do município que já ultrapassa os 54%, e com esses recibos a folha aumenta ainda mais, onde pode chegar ao ponto do gasto ser maior que a arrecadação municipal. E fazendo uma comparação, nossos profissionais médicos contratados estão recebendo mais que outros médicos de Primavera do Leste, por exemplo. **Sonilse** questionou se não existe um critério, ao que **Adriana** respondeu sobre a importância do credenciamento, um credenciamento balizado conforme o plano de carreiras do nosso município. E ressaltou ainda que alguns municípios utilizam-se do credenciamento por produtividade, citando o exemplo de cidades como Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde, Campo Verde, etc, onde o gestor não se preocuparia com a quantidade de atendimentos do profissional, pois seria do interesse do próprio profissional atender o maior número de usuários possível, encerrando problemas como filas de espera e denúncias de não atendimento. **Thainá** ponderou que nosso município cresceu muito, e vem crescendo gradativamente, e isso impacta muito, pois a nossa demanda administrativa de atendimento também cresceu, pois cesceu a cidade, porém a arrecadação não acompanhou tal crescimento, na questão de produção, etc. Segundo ela os efetivos não conseguem suprir essa demanda, porém para se fazer um concurso, é necessário uma previsão orçamentária pra que isso não impacte negativamente no município. Disse ainda que a respeito do credenciamento, isso já está em andamento na licitação, e vai buscar saber sobre esta opção de credenciamento por produtividade. **Thainá** pediu que encaminhe os ofícios e solicitações que não foram respondidos, com cópia para a assessoria jurídica se for o caso, principalmente no que diz respeito aos ofícios de gestores anteriores ao atual. E que o CMS acorde um novo prazo antes de ser enviado ao Ministério Público, pois na questão dos recibos por exemplo, é possível que o MP peça o cancelamento de todos os profissionais envolvidos, e nisso quem será impactado negativamente é o cidadão. **Camila** disse que neste caso em específico o auditor já enviou este relatório ao MP, e que todos os demais ofícios não respondidos, todos foram reiterados e reencaminhados à Jane, bem como com os demais gestores anteriores a ela. **Thainá** disse que verificará com a SMS sobre estes ofícios para que sejam respondidos o mais breve possível. **Sonilse** disse que em relação aos tributos, não se tem pra investir, porém não se cobra da maneira como se deveria. **Thainá** reiterou que a assessoria estava trabalhando num projeto de lei para que seja feito um georreferenciamento do município, porém a câmara barrou este projeto. **Cleiton** indagou o motivo, e disse que a população deveria saber desta conduta da câmara. **Adriana** explanou que o município de Campo Novo do Parecis aumentou em mais de 40% a arrecadação com o sistema de georreferenciamento, isso impactaria positivamente na arrecadação de Paranatinga, e indagou se a câmara barrou esse projeto de lei baseado em algum parecer técnico. **Thainá** respondeu que os veradores não votaram a favor com a justificativa de que seria um gasto muito alto pro município (mais ou menos 1,5 milhão de reais), no que **Cleiton** retrucou dizendo que o que se arrecadaria seria muito maior que este gasto, **Adriana** frisou ainda que em pouco mais de um ano o município já "pagaria" o custo do georreferenciamento somente com o aumento da arrecadação. **Sobre o relatório, ficou decidido que a comissão (Adriana, Marcia e Franciele) fará as devidas pontuações e trará um parecer para o plenário para que o CMS decida se encaminha ou não ao Ministério Público.** Ficou definido que a próxima reunião ordinária será no dia 10 de dezembro, quinta-feira, as 15 horas. Sendo assim a presidente Camila deu por encerrado, às 16:45hs, a 13º reunião ordinária do Conselho Municipal de

Saúde. Não havendo mais nada a ser informado foi encerrada a reunião cuja ata eu, Deni Martins Borges, Secretário Executivo do Conselho Municipal de Saúde de Paranatinga/MT, a dou por lavrada e a assino em conjunto com a Sra. Camila, que coordenou a mesa dos trabalhos como presidente deste Conselho.

Paranatinga, 26 de novembro de 2020.

Camila Nunes Cabral da Silveira Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Paranatinga/MT

Deni Martins Borges

Secretário Executivo do Conselho Municipal de Saúde de Paranatinga/MT

OUVIDORIA MUNICIPAL
ATA 070

ATA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARANATINGA/MT

Ref.: 17/11/2020

Aos 17 dias do mês de novembro de 2020, nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde de Paranatinga (em anexo ao PAM), sito à avenida Brasil, s/n, centro, Paranatinga/MT, reuniram-se os conselheiros listados ao final desta ata, para a uma Reunião Extraordinária convocada pela Secretária de Saúde Jane Ribeiro de Souza, com a pauta "Conduta da Conselheira e Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Paranatinga/MT no dia 09/11/2020". A reunião deu-se início as 15 e 30hs, quando foi atingido o quórum exigido por lei e pelo Regimento Interno do Conselho Municipal. E contou com a presença de 17 (dezessete) pessoas, entre

conselheiros titulares, suplentes, dois convidados, que participaram como ouvintes e o secretário executivo do referido conselho, conforme lista de assinaturas constante ao final desta, deu-se início a reunião. A Presidente Camila passou a palavra à secretária de saúde **Jane**, que conduziu à pauta. Que iniciou falando que a secretaria está sempre ao lado do CMS, fazendo tudo o que é possível para atender às demandas deste conselho. Disse que a central de regulação está sendo organizada. E que realmente, como já foi dito anteriormente em outras reuniões do CMS, as constantes trocas de secretário de saúde prejudicam muito o andamento da SMS. Em menos de 1 ano já tiveram 3 secretários diferentes. Pois há casos que dizem respeito à SMS que ela própria não está sabendo, pois entrou recentemente no cargo. Logo após estes esclarecimentos, relatou o ocorrido no dia 09 deste mês, nas dependências do PAM, por volta das dez horas da manhã. Onde duas conselheiras deste conselho, Franciele Rita Neves e Camila Nunes Cabral da Silveira, que é presidente do CMS, estiveram no PAM com uma solicitação de atendimento do Dr Germano a uma paciente. Como já foi dito anteriormente em outras reuniões, o Dr Germano foi autorizado pelo então secretário de saúde da época, Paulo Arthur, a auxiliar nos partos no hospital, pois o Dr Arlindo não está auxiliando nos partos, ele somente faz a anestesia nos pacientes, e a SMS já está resolvendo esta situação. Voltando ao relato, a sra Jane disse que neste dia a recepção estava lotada e a conselheira Camila chegou com este encaminhamento e relatou ter havido uma denúncia por parte da paciente, em relação ao não atendimento do Dr Germano. Porém a secretaria de saúde, relatou que já havia conversado com a própria paciente pessoalmente na quinta-feira (dia 12 de novembro), onde a mesma relatou que chegou à central de regulação e que foi comunicada que o médico tivera que atender um parto, e que a atenderia em outra ocasião. Jane relatou que quando a Camila chegou ao PAM, ela foi chamada para conversar, porém ela estava bastante alterada e não quis esclarecimentos por parte da SMS. Jane relatou fez um livro ata com todos os atendimentos do Dr Germano, para ter um controle dos pacientes atendidos pelo profissional. Camila disse na recepção que estava em nome do CMS, e veio conversando com todos os pacientes da recepção (o que segundo a secretaria, tem vídeos), os usuários se sentiram “acuados”, constrangidos, alguns até foram embora. Camila pediu à funcionária Josy que buscasse a folha ponto do Dr Germano, ao que a funcionária disse que a Fernanda não iria imprimir. Neste momento Camila gritou com a secretária Jane, na recepção e na frente dos pacientes, que todos os funcionários eram “peões” e “capachos”, e que ninguém obedecia, fala comprovada e registrada em ata a pedido da conselheira **Fernanda**. Segundo Jane, tinha dois pacientes graves no box de emergência e a Dra Karina estava prestando atendimento a eles, inclusive um deles estava com AVC e Infarto e era parente de uma funcionária da prefeitura. Ao que a secretaria já havia comunicado aos pacientes da recepção que o Dr Caio estava descendo da concórdia para auxiliar nos atendimentos. Jane então que estava muito nervosa com a situação, ligou para Rejane para relatar o que estava acontecendo. E ligou também para a polícia, e acabou que foram todos para delegacia (secretaria e mais cinco funcionários que estavam no momento do ocorrido) para fazer um boletim de ocorrência. Somando se a isso, a

secretaria de saúde relatou que recebeu uma ligação na última sexta-feira (dia 13), do diretor do escritório regional de Rondonópolis, sobre uma denúncia recebida por eles através de e-mail, onde foi solicitado diretamente do Conselho do Estado a interdição do hospital São Benedito imediatamente, sua desativação total. Segundo Jane, a SMS já estava atrás da regularização do hospital, onde na quarta- feira (dia 11), juntamente com o Dr Alex, entraram em contato com o Gilberto e Júlio da vigilância, para saberem o que precisariam para a regularizar o funcionamento do mesmo. Mandaram fotos do hospital, mostrando que já está finalizando a obra. E que já estão quase mudando a sede do hospital e a consequente desocupação do hospital antigo. E segundo ela, o que falta para tal regularização é o alvará, que vence agora em março, e o Gilberto disse que já que vence agora em março, convém esperar para que não haja a necessidade de pagar dois alvarás. Disse ainda, que assim que a documentação pendente for enviada, eles darão um prazo para efetuar a mudança sem que tenha a necessidade de paralisar o atendimento dos usuários até que seja feita a mudança. Jane disse que ninguém pode usar um cargo de presidente do conselho para acuar usuários, funcionários, um presidente tem que dar exemplo de conduta. Jane disse que está providenciando, junto a central de regulação, as listas de espera dos usuários que necessitam de atendimento de especialistas, conforme já fora solicitado pelo CMS. E que não há a necessidade de tomar atitudes fora da conduta. A SMS está se mobilizando para providenciar todas as documentações requeridas pelo CMS, credenciamento dos médicos, etc. Pediu que qualquer irregularidade que for constatada pelo CMS, que se faça um ofício com um prazo para que seja regularizado, pois a SMS quer trabalhar sempre em parceria com o conselho. Disse ainda que, não quer que isso que ocorreu aconteça novamente, não dá para trabalhar assim, sob ameaças, sob atitudes pessoais, como a própria Camila disse no grupo, a hierarquia deve ser respeitada. **Evandro** perguntou à secretária o que realmente ela quer do CMS. Jane disse que quer uma atitude do conselho em relação a esta conduta da presidente Camila, no que Evandro disse para que a SMS o faça por escrito, e este conselho criará uma comissão para apurar os fatos, averiguar as duas versões e deliberar sobre o assunto em plenário, sem a presença da conselheira Camila. A conselheira **Adriana** perguntou se isso foi uma denúncia do CMS ou se foi uma denúncia individual. **Jane** disse que após o ocorrido no dia 09, Camila pegou dois dias de atestado, ao que **Camila** a corrigiu e disse que foram três dias e não dois. Continuando, **Jane** disse que a pessoa que ligou para a SMS na sexta, para relatar a denúncia, disse que a própria fez a denúncia. Ao que a Conselheira **Camila** pediu para que isso ficasse registrado em ata, pois iria abrir um processo para que a secretária provasse o que foi dito. **Jane** anunciou que a partir de sua gestão como secretaria de saúde, tudo o que chegar à secretaria será resolvido dentro do prazo acordado entre ambas as partes, e se acaso não for resolvido o CMS pode enviar para o Ministério Público. A conselheira **Luzilene** pediu que as reuniões extraordinárias fossem marcadas de preferência em horário fora do expediente, após as 17 horas por exemplo, para não atrapalhar o horário de trabalho. Conselheiro **Reginaldo** pediu desculpas por não ter participado das últimas reuniões do CMS, e falou sobre um recurso de mais ou menos 700 mil a ser investido para o povo indígena, e que ainda não foi gasto. Ao que a conselheira **Luzilene** pediu para que isso ficasse de pauta para uma próxima reunião, após o conselheiro Reginaldo e demais conselheiros se inteirassem um pouco mais sobre o assunto, já que a atual secretária e demais presentes demostraram desconhecer tal recurso. Reginaldo irá solicitar estas documentações junto a órgão competente e pedirá que esse assunto seja colocado em pauta futuramente. **Marilene** levantou a possibilidade de convidar um membro da comissão da saúde indígena para participar desta reunião. **Camila** sugeriu uma visita do CMS à aldeia Bakairi. **Cleiton** pediu para registrar em ata a necessidade e obrigatoriedade de se colocar a pauta aos conselheiros no momento da convocação das reuniões ordinárias e extraordinárias. **Fernanda** pediu também para registrar em ata a necessidade de que os ofícios encaminhados à SMS solicitando algo, que seja anexada também a ata da reunião de que se trata a solicitação, com as devidas assinaturas dos presentes, junto ao ofício. **Adriana** pediu para que as reuniões fossem divulgadas para a população, porém alguns

conselheiros refutaram pelo motivo do CMS não ter uma sede apropriada para comportar um público maior que o número de conselheiros. **Marcia** aproveitou a oportunidade para cobrar da SMS que seja disponibilizado um local próprio para o CMS. **Jane** sugeriu que quando a SMS sair do anexo ao PAM, a sala de reunião da secretaria ficará “vaga”, e poderia ser cedida ao CMS. **Marilene** cobrou também que seja instalada a ouvidoria, ao que **Camila** lembrou da obrigatoriedade da ouvidora ser efetiva (concursada) e de nível superior. Devendo a SMS indicar uma lista com três nomes possíveis para que os conselheiros escolham um dos três nomes em plenário. E ainda sugeriu que houvesse um projeto de Lei para que

este ouvidor seja remunerado. Ficou definido, conforme regimento interno, que as reuniões extraordinárias sejam marcadas com no mínimo 24 horas de antecedência, e que as pautas tanto das ordinárias quanto das extraordinárias sejam enviadas no momento da convocação, para que todos os conselheiros possam se inteirar do assunto antes da reunião. Bem como a respeito do horário das extraordinárias, ficou decidido que estas reuniões serão realizadas num horário em que fique bom para a maioria dos membros. **Adriana** ainda lembrou que se por ventura o titular não puder se fazer presente, devido ao horário não lhe ser conveniente, que este avise o seu suplente, pois o importante é que a cadeira da entidade seja preenchida, seja pelo titular ou por seu suplente. Ficou definido que a próxima reunião ordinária será no dia 26 de novembro, quinta-feira, as 15 horas. Sendo assim a presidente **Camila** deu por encerrado a reunião extraordinária do CMS. Não havendo mais nada a ser informado foi encerrada a reunião cuja ata eu, Deni Martins Borges, Secretário Executivo do Conselho Municipal de Saúde de Paranatinga/MT, a dou por lavrada e a assino em conjunto com a Sra. Camila, que coordenou a Mesa dos trabalhos como presidente deste Conselho.

Paranatinga, 17 de novembro de 2020.

Camila Nunes Cabral da Silveira Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Paranatinga/MT

Deni Martins Borges

Secretário Executivo do Conselho Municipal de Saúde de Paranatinga/MT

OUVIDORIA MUNICIPAL
ATA 069

ATA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARANATINGA/MT

Ref.: 09/11/2020

Aos 09 dias do mês de novembro de 2020, nas dependências do Centro de Reabilitação Irmã Teodora, sito à rua São Paulo, s/n, Concórdia, Paranatinga/MT, reuniram-se os conselheiros listados ao final desta ata, para uma Reunião Extraordinária convocada pela presidente Camila. A presidente fez a primeira convocação (chamada) às 14 horas, e trinta minutos depois foi feito a segunda e última chamada, onde não foi constatado quórum suficiente para que a reunião ocorresse. Com apenas cinco entidades presentes, a reunião, portanto, foi suspensa, conforme Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde de Paranatinga/MT, ficando acordado entre os presentes a verificação de uma nova data para a realização de nova reunião para tratar da pauta em questão. Não havendo mais nada a ser informado em ata, eu, Deni Martins Borges, Secretário Executivo do Conselho Municipal de Saúde de Paranatinga/MT, a dou por lavrada e a assino em conjunto com a sra. Camila, que coordenou a mesa dos trabalhos como presidente deste Conselho.

Paranatinga, 09 de novembro de 2020.

Camila Nunes Cabral da Silveira Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Paranatinga/MT

OUVIDORIA MUNICIPAL
ATA Nº 68

ATA Nº 68

12º REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARANATINGA/MT

Ref.: 27/10/2020

Aos 27 dias do mês de outubro de 2020, nas dependências do Centro de Reabilitação Irmã Teodora, sito à rua São Paulo, s/n, Concórdia, Paranatinga/MT, reuniram-se os conselheiros listados ao final desta ata, para a 12º Reunião Ordinária do presente ano. A reunião deu-se início as 15hs, quando foi atingido o quórum exigido por lei e pelo Regimento Interno do Conselho Municipal. E contou com a presença de 10 (dez) pessoas, entre conselheiros titulares, suplentes e o secretário executivo do referido conselho, conforme lista de assinaturas constante ao final desta, deu-se início a reunião. A **Sra. Jane**, após ser convidada pela Presidente Camila, fez uma oração que foi acompanhada pelos demais presentes. A presidente **Camila** falou sobre a eleição/indicação de uma nova entidade de usuários para o CMS, e foi sugerido a Maçonaria. Será publicado um edital de convite/convocação pelos funcionários da prefeitura, Yeda e Paulo Ricardo. A presidente **Camila** citou uma reunião com a Promotora do município, Dra Rhyzea Lucia Cavalcanti de Moraes, que foi realizada no dia 22 de outubro, na sede da promotoria, as 14 horas, o motivo da reunião foi no sentido de verificar a atuação do MP junto ao CMS. Nesta reunião, a pedido da própria promotora, devido à pandemia, estiveram presentes apenas duas conselheiros, a Sra. Camila e a Sra. Adriana. A presidente **Camila** relatou que há processos “parados” desde 2018. Disse também que uma das coisas que as motivaram a procurar a Dra Rhyzea, foi a publicação de um vídeo de dois médicos do município, onde a conselheira se sentiu ofendida, pois segundo ela, o que foi exposto no vídeo não foi verídico, pois os profissionais não sofreram perseguição, segundo a presidente, os mesmos não cumpriam o contrato de trabalho deles. E isso motivou o CMS a levar o contrato de trabalho dos médicos ao Ministério Público. Pontuou ainda que este processo, que ainda “corre” e está ativo no MP, é um processo “moroso” e aproveitou àquela oportunidade para cobrar agilidade do MP, pois segundo ela, os contratos precisam ser revistos para que sejam cumpridos com regularidade, acerca do cumprimento de carga horária. Após seus comentários a presidente leu na íntegra a ata da referida reunião com a promotora. Dentre alguns pontos da leitura da ata, destacam- se a parte em que foi exposto a dificuldade encontrada pelo município na contratação de médicos, onde são contratados de forma direta, sem concurso público, onde os pagamentos são feitos por recibo, sem contrato e sem controle de ponto. Por este motivo foi pontuado a necessidade do acompanhamento da prestação da regularidade dos serviços médicos por parte do MP. A Sra **Camila** relatou à promotora, que a SMS está se omitindo a prestar informações relacionadas à carga horária, escalas de plantões, e ainda se negam em alguns casos a responder ofícios (com ofícios desde 2018 sem resposta). Pontuou em seguida, problemas relacionados à central de regulação do município, uma vez que existem pacientes aguardando vagas para procedimentos há mais de anos. Relatou à promotoria que o CMS solicitou por ofício, informações acerca da fila de espera de procedimentos atualizada mensalmente, contudo não obteve êxito, com a justificativa de que tais informações invadiriam o sigilo dos pacientes. Porém na opinião do CMS isso não seria invasão da privacidade do usuário, pois não há a necessidade de expor a “doença” do paciente (por meio de CID por exemplo). O que o CMS pede é apenas uma planilha mensal para que a fila de espera seja mais transparente, para que o usuário tenha pelo menos uma ideia de quando a sua vaga será contemplada. A sra **Adriana** citou a preocupação da atuação do MP na fiscalização da prestação dos serviços na área da saúde. Em resumo, ficou decidido que as conselheiras **Camila e Adriana**, em nome do CMS, encaminharão ofícios relatando todas as demandas, bem como histórico dos problemas relacionados à política pública de saúde do município, assim como cópias dos ofícios expedidos e reiterados à SMS, e que não foram respondidos, ficou acordado um prazo de dez dias úteis (o que já foi feito), e que a promotora se comprometeu a se inteirar de todas essas demandas, já que está a pouco tempo no município, para que sejam tomadas as devidas providências. Ao final da leitura da ata, a presidente perguntou se algum conselheiro tinha alguma dúvida, e como não houve nenhum questionamento, encerrou a pauta. A sra **Jane** explanou que o sr Jackson da TWI, a orientou que, para evitar maiores transtornos, a SMS deverá realizar Concurso Público, ou seletivo (que seria realizado, porém foi adiado devido à pandemia), ou faz a terceirização

do serviço, ou o credenciamento dos médicos. Ainda segundo a sra **Jane**, o mesmo Jackson sugeriu que a SMS mude a forma de contratação, fazendo por exemplo um contrato de produtividade aos profissionais. Ainda a respeito do pedido do CMS sobre a lista atualizada da central de regulação, o sr **Cleiton** indagou sobre a legalidade de se obter uma lista com os nomes dos usuários, uma vez que de certa forma dependendo da especialidade médica a que o usuário será submetido, poderá ser exposto o seu problema de saúde. Ainda a respeito da lista da central de regulação, sra **Jane** (Secretaria de Saúde) se prontificou em fornecer a referida lista, e o conselheiro **Evandro** reiterou que o pedido foi feito a SMS, e se caso a negativa se confirmar, o MP vai tomar as devidas providências. A sra **Camila** disse que a sra Natany pediu para se retirar do CMS, alegando que não estava conseguindo participar. O Sr **Cleiton** tomará as devidas providências para a substituição da ex conselheira Natany, que ocupava a cadeira da entidade Hospital e Maternidade São Benedito, dentro de uma semana. A sra **Camila** pediu à SMS a produção dos médicos contratados. E logo em seguida relatou o ocorrido de uma criança que fraturou o quadril após queda, que foi encaminhada a Rondonópolis e após sua volta, a fisioterapeuta solicitou o SAMU em sua casa e também foi solicitado consulta com Dr Germano, que só conseguiu atendimento com o médico após o contato da mãe com o prefeito, pois o mesmo não estava na cidade. **Camila** pediu para que fosse colocado em plenária, sobre as folgas desses profissionais, que devem ser programadas de preferência com um mês de antecedência, e amplamente divulgadas e em especial ao CMS. A sra **Márcia** reiterou que foi feito um levantamento nos documentos que foram enviados ao CMS pela SMS, e constatou-se que não há uma organização com relação a isso, por exemplo a folha de ponto que não veio completa de nenhum servidor da saúde, as eventuais folgas que constam na folha de ponto, deveriam constar o motivo desta folga. E sugeriu que viesse em anexo à folha ponto o motivo da folga do servidor. A sra **Fernanda** lembrou que isso já havia sido recomendado anteriormente pela promotoria. A sra **Adriana** sugeriu que seja publicada no portal transparência a escala dos médicos, e dos demais profissionais, inclusive as folgas. A secretária de saúde **Jane**, justificou que quando a sede da SMS sair do prédio do PAM será mais fácil a organização do trabalho da secretaria. Passou-se a próxima pauta, a sra **Camila** foi convidada, juntamente com a conselheira **Adriana** Pedroso, onde participaram de uma reunião ontem (26/10/20), no gabinete do prefeito, com dois médicos do município, o Dr Alex e Dr Tiago e demais autoridades (secretária de saúde atual, ex secretário de saúde, procurador jurídico, assessora jurídica, entre outros). O motivo desta reunião foi a respeito de autorização de cirurgias eletivas no Hospital e Maternidade São Benedito. A conselheira **Camila** leu a ata na íntegra. Dentre alguns pontos da leitura da ata, destacam-se a fala do Dr Alex onde ele questiona quais procedimentos os médicos podem realizar no local, tendo em vista as notificações do Ministério Público, onde se coloca que somente procedimentos de emergência podem ser realizados no local, sendo assim, não vão poder realizar outros tipos de procedimentos até que sejam solucionadas as intercorrências necessárias. O ex secretário de saúde Paulo Arthur reiterou a dificuldade em conseguir a contratação de um profissional anestesista para o município, já que foi colocado que o Dr Arlindo está insatisfeito com o trabalho. A sra **Camila** fez uma colocação de que a construção do hospital municipal é uma extensão do pronto atendimento, e a conselheira **Adriana** emendou que foi dito em reuniões estaduais do Conselho, onde foi dito que para que um município possa ter um hospital municipal, é necessário que se tenha no mínimo 30 mil habitantes, a não ser que Paranatinga o consiga politicamente. A secretaria **Jane** disse que se a paciente que foi atendida no dia 25, estivesse vindo a

óbito após parto de emergência, toda a equipe poderia ter que responder pelo ocorrido. A sra **Adriana** disse que as constantes mudanças de secretários de saúde afetam diretamente o andamento dos trabalhos dos profissionais de saúde. A sra **Camila** pediu à SMS os contratos dos médicos que estão trabalhando no município para que seja apresentado para apreciação da Promotora de Justiça de Paranatinga. Nesta mesma reunião, foi apresentado relatório técnico de inspeção sanitária, onde diz que os gestores foram notificados, num prazo de cinco dias úteis, para que providencie a mudança de todos os serviços do hospital São Benedito para o PAM sito à av. Brasil, bem como a sua completa desativação. Sob pena de procedimento administrativo sanitário em caso de descumprimento, conforme lei vigente. Dr Alex disse que a partir desta data não mais fará cirurgias que não sejam de emergência, pois não tinha conhecimento de tais restrições, até que seja sanado o teor da notificação sanitária recebida pelos gestores. A sra Marlene, integrante da Vigilância Sanitária, reiterou que ainda não houve a interdição, pois o município realizou um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta). Paulo Arthur disse que irá agendar uma reunião com a promotoria de justiça para que sejam discutidos os termos do TAC. Conforme fala da sra Marlene, não há interdição, porém não está apto a funcionar, o que gerou dúvidas pelos conselheiros no momento da leitura da ata. Findada a leitura da ata, a sra **Adriana** sugeriu que o CMS solicite toda a documentação junto à Vigilância Sanitária em relação ao Hospital, se está apto ou não a funcionar, se está ou não interditado. Ao que a secretaria de saúde, Jane, se comprometeu a providenciar as documentações solicitadas a respeito das notificações e atual situação do Hospital e Maternidade São Benedito perante à Vigilância Sanitária do estado, num prazo de cinco dias úteis. A presidente **Camila**, sugeriu que o obstetra, pediatra e anestesista combinem, “casem”, as folgas, para que saiam juntos e não prejudique o andamento do atendimento aos usuários. **Adriana** reiterou mais uma vez que a SMS adote o modelo credenciamento médico por contrato de produtividade. A sra **Camila** lembrou à secretária de saúde que o Plano Anual de Saúde e o Plano de Contingência da Pandemia do Covid-19 até agora não foi apresentado para a aprovação do CMS. O sr **Evandro** pediu as notas de tudo o que foi gasto no ano em relação ao plano de contingência, ao tempo que também sugeriu que tudo isso fosse passado para o controle interno (controladoria) para posterior averiguação. Seguindo a reunião, a sra **Camila** perguntou à secretaria de saúde qual o fundamento do ortopedista auxiliar a equipe nos partos, no que a sra **Jane** respondeu que os médicos Dr Alex e Dr Tiago solicitaram um auxiliar, pois o Dr Arlindo não auxilia. À época foi sugerido o Dr Lucas, porém devido a sua falta de experiência, foi descartado. O Dr Caio não poderia ser auxiliar também pelo motivo do mesmo lidar diariamente com pacientes contaminados pelo Covid, o que traria risco à gestante e ao bebê. Foi então que em conversa com o sr Paulo Arthur, foi autorizado o Dr Germano auxiliar a equipe nos partos. As conselheiras **Marcia e Camila** reiteraram que isto está onerando muito o município. A sra **Adriana** solicitou que o CMS peça toda a planilha, escala, dos procedimentos dos médicos, bem como de todos os partos realizados. A sra **Camila** disse que está havendo muitos equipamentos privados nos órgãos públicos, que os profissionais levam de seus consultórios particulares, e que não há um controle sobre isso. E aproveitou a oportunidade para perguntar se o Dr Ciro, que ganhou a licitação e terceiriza alguns ultrassons para o Dr Alex, se ele pode utilizar os equipamentos (de ultrassom por exemplo) da rede SUS para a prestação de serviço. Ao que a secretaria **Jane**, disse que sim, que este uso tem legalidade, pois na licitação foi permitido que o médico utilize os aparelhos da rede pública, e expôs que já fez um ofício que será encaminhado às unidades de saúde, onde solicita que os profissionais relatem e documentem todos os possíveis equipamentos privados que estão sendo utilizados na rede pública, bem como que seja documentado também todo o patrimônio público de todas as unidades. Ao que os conselheiros **Adriana e Evandro** pediram os contratos de licitação para apreciação por parte do CMS. Passada a próxima pauta, a sra **Marcia** relatou que uma denúncia foi feita ao CMS em relação ao servidor e conselheiro Cleiton, onde a denunciante fez um Boletim de Ocorrência. Em vista disso o CMS recomendou à SMS, o afastamento temporário do servidor de suas atividades até que os fatos fossem

devidamente apurados em Processo Administrativo (PAD). O sr **Evandro** sugeriu que o CMS faça o que tiver ao alcance e qualquer coisa, se houver necessidade, encaminha a denúncia ao Ministério Público. A conselheira

Marcia recomendou que o gestor tome as devidas providências. Ao que a **Adriana** reiterou que a própria denunciante pode fazer uma representação junto ao Ministério Público. A conselheira **Fernanda** relatou que faz parte da comissão do PAD, e reiterou que o sr Cleiton, que também fazia parte da mesma comissão, foi afastado até que os fatos sejam apurados. O sr **Evandro** levantou a possibilidade do conselheiro Cleiton continuar como membro deste conselho, porém, no momento em que os conselheiros forem tratar, deliberar sobre este assunto, o mesmo saia da reunião temporariamente. No que todos os conselheiros concordaram. A sra **Camila** sugeriu que os motoristas e demais funcionários batam o ponto digital antes de viajar e logo após as viagens, ao que alguns conselheiros refutaram a ideia, pois isso iria gerar mais ônus ao município, pois além das diárias que eles ganham, com o registro do ponto eles também iriam ganhar outros adicionais (de hora extra por exemplo). **Jane e Cleiton** disseram que esse controle de horários de viagens, e itinerário já é feito baseado nas AIH's. Foi comentado também sobre a legalidade ou não dos plantões 24x72 horas, ao que alguns conselheiros disseram que não há uma lei que proíba este tipo de plantão. A sra **Adriana** disse que o CMS deve requerer a Lei que regulamentam o SAMU, PAM e demais unidades, para averiguação dessa legalidade ou não. Para encerrar, a presidente **Camila** reiterou à SMS, na pessoa da sra Jane, para que seja providenciado, com a máxima urgência, o Plano Anual de Saúde e também o Plano de Contingência à Pandemia do Covid. Sendo assim a presidente Camila deu por encerrado a 12º reunião ordinária do CMS. Não havendo mais nada a ser informado foi encerrada a reunião cuja ata eu, Deni Martins Borges, Secretário Executivo do Conselho Municipal de Saúde de Paranatinga/MT, a dou por lavrada e a assino em conjunto com a Sra. Camila, que coordenou a Mesa dos trabalhos como presidente deste Conselho.

Paranatinga, 27 de outubro de 2020.

Camila Nunes Cabral da Silveira Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Paranatinga/MT

Deni Martins Borges

Secretário Executivo do Conselho Municipal de Saúde de Paranatinga/MT

OUVIDORIA MUNICIPAL
ATA Nº 72

ATA Nº 72

14º REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARANATINGA/MT

Ref.: 10/12/2020

Aos dez dias do mês de dezembro de 2020, nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde de Paranatinga (em anexo ao PAM), sito à avenida Brasil, s/n, centro, Paranatinga/MT, reuniram-se os conselheiros listados ao final desta ata, para a 14º Reunião Ordinária do presente ano. A reunião deu- se início as 15:17hs, quando foi atingido o quórum exigido por lei e pelo Regimento Interno do Conselho Municipal. E contou com a presença de 13 (treze) pessoas, entre conselheiros titulares, suplentes, um usuário na condição de ouvinte, e o secretário executivo do referido conselho, conforme lista de assinaturas constante ao final desta, deu-se início a reunião. A reunião teve como pautas: **1ª. Formação de Comissão para apurar a conduta e os fatos da conselheira/presidente Camila ocorrido no dia 09/11/2020 (conforme ofício n. 26661/2020/SMS, de 18 de novembro do presente ano); 2ª. Relatório da Comissão Adriana e Luciane: Análise em desfavor do servidor e conselheiro Cleiton Miguel Schineider**; **3ª. Ofícios para SMS: A. Informar quantas ambulâncias tem no município, quantas estão em funcionamento e em que locais, quais estão em oficinas e prazos de entrega; B. Se a UTI doada ao município tem condições de rodar e voltar a funcionar como UTI; C. Curso de reciclagem para os motoristas de ambulância, para evitar colisões com animais (Evandro)**; **4ª. Ofícios para SMS: A. Fornecer documentos de cessão de aparelhos para montagem de Leito (UTI) em Primavera do Leste durante a pandemia, para que o CMS tenha conhecimento do prazo de duração e condições (Evandro); 5ª. Cópias dos Ofícios enviados e protocolados pelo CMS (Evandro); 6ª. Ofício para SMS: A. Prestação de contas dos recursos enviados e gastos em função da Covid-19 (Evandro); 7ª. Ofício para SMS: A. Prestar esclarecimentos de como fica a ausência de Fonoaudióloga no município (Evandro); 8ª. Se o jurídico encaminhou parecer sobre os equipamentos particulares da Fono dentro do Centro de Reabilitação, se não, renovar o pedido do parecer (Evandro); 9ª. Relatório da Comissão de Contas (Camila); 10ª. Apresentação do Plano Anual de Saúde 2019 (PAS) (SMS).** Antes de iniciar a ***primeira pauta***, **Camila** se retirou da sala pois a pauta se tratava da ***FORMAÇÃO DE COMISSÃO PARA APURAR A CONDUTA E OS FATOS DA CONSELHEIRA/PRESIDENTE CAMILA OCORRIDO NO DIA***

09/11/2020 (conforme ofício n. 26661/2020/SMS, de 18 de novembro do presente ano). **O plenário escolheu a Conselheira, e Vice Presidente, Franciele para presidir a reunião durante a ausência da Camila**, que solicitou três nomes para a formação da Comissão. **Fernanda, Luciane e a própria Franciele** foram os únicos conselheiros que se dispuseram a fazer parte da comissão. A presidente da mesa **Franciele** colocou em votação se os membros aprovariam os três nomes para fazerem parte da comissão e foi aprovado por unanimidade. **Portanto, ficou decidido que a comissão será composta pelos conselheiros Fernanda Melo, Franciele Neves e Luciane Nunes.** Após a volta da Camila à reunião, **Franciele** repassou o cargo de presidente da mesa a ela. **O secretário executivo** informou a decisão do plenário em relação à formação da comissão. **Franciele apresentou a Sra. Vanessa Dela Justina como nova conselheira suplente representando a cadeira Governo e Prestadores de Serviços de Saúde – Prestadores de Serviço**. Os demais membros lhe deram as boas vindas. **Camila** lembrou que é preciso regularizar a substituição dos conselheiros Nathany Bonatti, que pediu desligamento, Euba Menezes que não faz mais parte da Atenção Básica, e que portanto não pode ocupar a cadeira da respectiva entidade, e agora da **conselheira Sonilse Ramos que apresentou seu termo de desligamento** horas antes da reunião. Passando à ***segunda pauta, RELATÓRIO DA COMISSÃO ADRIANA E LUCIANE: ANÁLISE EM DESFAVOR DO SERVIDOR E CONSELHEIRO CLEITON MIGUEL SCHINEIDER.*** O conselheiro **Cleiton** se retirou da sala, pois a segunda pauta se tratava de análise da comissão em seu desfavor. O **Secretário executivo** iniciou lendo na íntegra o relatório de análise da comissão: "Conforme OF103/2020/CMS, vimos através desta apresentar o relatório de análise, para apreciação deste colegiado, conforme documentos apresentados averiguamos que: - Consta no espelho ponto o registro de ponto às 06:07 da manhã do dia 01/07/2020, não constando o registro de saída; - Em 01/07/2020 o servidor denunciado fez uma abastecimento as 19:50hs no veículo S10, placa QBP1213, ano 2016, branca conforme relatório de abastecimento; - Constatamos que na data do dia 04/07/2020 as 16:35hs, o referido servidor fez uma abastecimento do mesmo veículo citado acima; - Constatamos que não possui diário de bordo devidamente preenchido com os devidos dados do motorista, ou qualquer documento que comprove a realização de viagem, horário de saída e retorno, CNH, e nome por extenso, encontra-se anexado na documentação um diário de quilometragem percorrida pelo veículo não condizente com a data compatível com as abastecidas do denunciado; - Não foi apresentado pela SMS conforme solicitação da Comissão a escala de motoristas do mês de julho de 2020; - Não foi apresentado pela SMS comprovante emitido pelo órgão receptor em Rondonópolis da entrega das referidas notificações apresentadas a esta comissão; - Conforme declaração da servidora diretora do departamento financeiro, não consta diária no mês de julho para o referido servidor (consta em anexo na documentação a declaração). A documentação que deu a sustentação para esta análise segue em anexo a este relatório." Os anexos foram expostos pelo **secretário executivo**, e dentre alguns documentos constantes, foi mostrado a escala de enfermeiros do PAM de julho de 2020, constando

que o Cleiton fazia parte, o relatório de bordo, relatório de abastecimento, nomes dos funcionários que estão aptos a dirigirem os carros da saúde. **A Comissão** ponderou que a esta escala não é compatível com o dia do ato, com o horário de trabalho dele, a quilometragem não é condizente, e o diário de bordo não é bem detalhado, bem preenchido, falta por exemplo nome por extenso do motorista. Não se tem documentação pra saber por exemplo a categoria do motorista, se está com a habilitação em dia. Muitos dessa lista não são concursados como motorista, se chegar a acontecer algo, o município será responsabilizado pelos atos do motorista. Consta também a declaração que o servidor não recebeu nenhuma diária dessas viagens, inclusive cópia do portal transparência confirmando tal declaração. Espelho ponto, onde se detectou que o servidor estava de plantão , e existe apenas o registro da entrada do servidor e não consta o da saída, ou seja, é como se ele estivesse de plantão no dia da viagem. Consta também cópia do email da sentinela pra secretaria com os exames, e cópias dos exames que supostamente o motorista teria levado, pois não há nenhum comprovante, nenhum protocolo de entrega que a UFMT recebeu este material. **Fernanda** relatou que esse protocolo é feito pelo e-sus. **Marilene** discutiu uma sugestão de se ter esse protocolo, porque numa eventual perda de exames, ou extravio, por exemplo o servidor precisa ter um respaldo. **Jane** disse que a SMS irá se organizar em relação a protocolos de entrega. **Marilene** indagou também sobre os servidores da vigilância que não são motoristas de ofício e dirigem os carros da vigilância. **A comissão** recomendou que os carros sejam dirigidos apenas por motoristas, e sugeriu também que seja averiguado se os motoristas estão em dia com seus documentos, se estão aptos para dirigirem os carros. **Jane** disse que como secretária ela possui a prerrogativa de autorizar um servidor dirigir um carro, desde que sejam conferida as devidas documentações do mesmo. Ponderou que a partir de janeiro vai ser designado os motoristas de cada setor. **Adriana** novamente relatou o perigo de um servidor não motorista se envolver em algum acidente, e neste caso quem irá bancar essa situação será o município. **Jane** disse que em janeiro os carros serão rastreados, e a SMS terá como fiscalizar a rota, o controle de velocidade, etc. **A comissão** ponderou que a SMS não deu nenhuma declaração em que o servidor foi à viagem a pedido da secretaria. Não se sabe o motivo do servidor ter ido na viagem, se não havia outros motoristas disponíveis. **Marcia** indagou se é atribuição do enfermeiro abastecer um carro da saúde. **A comissão** perguntou à secretária se os servidores que não são motoristas tem autorização do secretário para dirigirem os carros da saúde. **Jane** confirmou que sim, e

em especial ao caso do Cleiton, disse que o Paulo Arthur, que era o secretario na época, autorizou o servidor à viagem. Cogitou-se a possibilidade do CMS enviar o caso ao Ministério Público, ou fazer recomendações referente às pontuações que a comissão fez no relatório, como averiguação dos documentos dos veículos e dos motoristas, comprovação dos motoristas em seu efetivo cargo, quem está apto a dirigir, curso de transporte de passageiros e de transporte coletivo, diário de bordo devidamente preenchido, com o máximo de informações possíveis, como nome do motorista por extenso, e de maneira legível, rota, etc, um check list feito pelo responsável pelo transporte, pro motorista passar o carro pro próximo, pois se tiver danificado, fica fácil saber quem foi o responsável. **A comissão** frizou que é favorável às recomendações e não ao envio do caso ao Ministério Público. **Marcia** opinou sobre dar um prazo para a SMS se organizar em relação às recomendações e se caso não for cumprido, o CMS deve encaminhar o caso ao MP. Ao que **Evandro** ponderou que dessa maneira o Cleiton ficaria dependente da secretaria, e indagou à comissão se o servidor tem culpa ou não tem, se tiver encaminha ao MP, se não tiver que fique apenas nas recomendações e arquive o caso. **Franciele** questionou se é somente o Cleiton que está dirigindo os carros, ou se tem mais servidores não motoristas fazendo o mesmo, e em caso positivo, se será adotado o mesmo procedimento aos demais. **A comissão** finalizou que se o Paulo Arthur autorizou o servidor na viagem, portanto o mesmo está isento de culpa neste caso. **O Plenário decidiu por maioria que o Cleiton está isento de culpa, e seu caso será arquivado, e o CMS vai dar um prazo até o dia 31 de janeiro de 2021 para a SMS se organizar e por em prática as recomendações, caso a SMS não conseguir aí o CMS irá encaminhar ao MP esta questão dos veículos/motoristas.** Cleiton voltou à sala. Passou-se então à **terceira pauta, *OFÍCIOS PARA SMS: A. INFORMAR QUANTAS AMBULÂNCIAS TEM NO MUNICÍPIO, QUANTAS ESTÃO EM FUNCIONAMENTO E EM QUE LOCAIS, QUAIS ESTÃO EM OFICINAS E PRAZOS DE ENTREGA; B. SE A UTI DOADA AO MUNICÍPIO TEM CONDIÇÕES DE RODAR E VOLTAR A FUNCIONAR COMO UTI; C. CURSO DE RECICLAGEM PARA OS MOTORISTAS DE AMBULÂNCIA, PARA EVITAR COLISÕES COM ANIMAIS.*** **Camila**

perguntou à secretaria a respeito das ambulâncias em funcionamento e as que estão no conserto. **Jane** respondeu que uma está arrumando o câmbio que está estragado, a UTI móvel da minerva está funcionando, a outra do salto está estragada, mas já comprou as peças. E dos carros da secretaria, só tem uma camionete. **Cleiton** a lembrou que a ambulância que estava com o câmbio estragado já foi consertada. Ou seja, temos hoje 3 ambulâncias funcionando, do Minerva e mais duas do município. **Jane** disse que o Luís passou a ela que só tem uma arrumando, e não está achando as peças. Em relação ao curso citado na pauta, **Fernanda** ponderou que é impossível os motoristas fazerem um curso para evitar a colisão com animais silvestres, pois é um acidente, e citou a Comissão de Processos Administrativos Disciplinares, da qual faz parte, onde tem vários casos como este, e é impossível que o motorista seja penalizado por isso, pois os animais são livres e a colisão pode acontecer acidentalmente. **Cleiton** concordou e ainda lembrou que em muitos casos, nos de emergência por exemplo, o motorista necessita de trafegar em alta velocidade, e que ao cruzar com carros, com a luz alta, perde-se um pouco de visibilidade e geralmente é neste momento que a anta está atravessando a pista e acontece a colisão acidental. Mas ressaltou a importância de cursos de reciclagem aos motoristas, direção defensiva por exemplo, mas isso não quer dizer que os acidentes possam ser evitados. **Ficou decidido o conselho fará um ofício à SMS e esta irá responder o CMS via ofício sobre estes questionamentos.** Passando para a ***quarta pauta OFÍCIOS PARA SMS: A. FORNECER DOCUMENTOS DE CESSÃO DE APARELHOS PARA MONTAGEM DE LEITO (UTI) EM PRIMAVERA DO LESTE DURANTE A PANDEMIA, PARA QUE O CMS***

TENHA CONHECIMENTO DO PRAZO DE DURAÇÃO E CONDIÇÕES. **Jane** disse que a SMS tem um prazo par devolver a verba adquirida e não utilizada. **Fernanda** disse que para que seja feita essa devolutiva o estado precisa baixar uma portaria pra fazer a devolução, e o estado ainda não fez a portaria. **O CMS** indagou como estão os aparelhos adquiridos e cedidos à Primavera do Leste onde foi montado um leito para atender os pacientes de Paranatinga. **E ficou decidido que o conselho fará um ofício à SMS**

pedindo explicações sobre o leito, sobre o que o nosso município tem de equipamentos em Primavera do Leste, e solicitando cópia dos documentos do contrato. Como a ***quinta pauta*** diz respeito a ***CÓPIAS DOS OFÍCIOS ENVIADOS E PROTOCOLADOS PELO CMS,*** e no mesmo dia no grupo de whatsapp do conselho foram enviados todos os ofícios e os conselheiros tomaram conhecimento, passou-se então à ***sexta pauta***, ***OFÍCIO PARA SMS: A. PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS ENVIADOS E GASTOS EM***

FUNÇÃO DA COVID-19, **Fernanda** disse que no PAS que será enviado ao CMS, irá constar toda essa prestação de contas do plano de contingência. Ficou deliberado sobre a sexta pauta que **o CMS irá pedir esta prestação de contas à SMS, e depois montará uma comissão para analisar esta prestação de contas.** A ***sétima pauta OFÍCIO PARA SMS: A. PRESTAR ESCLARECIMENTOS DE COMO FICA A AUSÊNCIA***

DE FONOAUDIÓLOGA NO MUNICÍPIO. **Jane** disse que por enquanto o município vai ficar sem fono, e citou o seletivo que será retomado e que terá vagas para fonoaudióloga. E aproveitou para dizer que após o seleti-

vo todos os profissionais da saúde serão credenciados. **Ficou deliberado que o CMS irá oficializar à SMS sobre a questão da Fono.** Sobre a ***oitava pauta SE O JURÍDICO ENCAMINHOU PARECER SOBRE OS EQUIPAMENTOS PARTICULARES DA FONO DENTRO DO CENTRO DE REABILITAÇÃO, SE NÃO, RENOVAR O PEDIDO DO PARECER.*** **Camila** relatou que alguns equipamentos de fonoaudiologia que estão no Centro de Reabilitação, e que são da da Fono que foi embora de Paranatinga, tem sua manutenção custeadas pelo município, e pediu um parecer jurídico sobre este caso, porém nunca foi respondido. **Jane** solicitou à Michele que viesse ao município e retirasse seus equipamentos do centro de reabilitação. ***Não havendo mais tempo para a nona e décima pauta, ficou decidido que estas pautas serão discutidas numa próxima reunião extraordinária que será realizda na próxima semana, dia 16 de dezembro.*** **Deni Borges**, entregou seu pedido de desligamento da secretaria executiva do CMS, e explicou os seus motivos, e se comprometeu a finalizar suas funções até a próxima reunião extraordinária da semana seguinte. E a SMS se comprometeu a indicar nomes para a sua substituição. Sendo assim a presidente Camila deu por encerrado, às 16:50hs, a 14º reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde. Não havendo mais nada a ser informado foi encerrada a reunião cuja ata eu, Deni Martins Borges, Secretário Executivo do Conselho Municipal de Saúde de Paranatinga/MT, a dou por lavrada e a assino em conjunto com a Sra. Camila, que coordenou a mesa dos trabalhos como presidente deste Conselho.

Paranatinga, 10 de dezembro de 2020.

Camila Nunes Cabral da Silveira Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Paranatinga/MT

Deni Martins Borges

Secretário Executivo do Conselho Municipal de Saúde de Paranatinga/MT

OUVIDORIA MUNICIPAL
ATA Nº 73

ATA Nº 73

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARANATINGA/MT

Ref.: 16/12/2020

Aos dezesseis dias do mês de dezembro de 2020, nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde de Paranatinga (em anexo ao PAM), sito à avenida Brasil, 1562, centro, Paranatinga/MT, reuniram-se os conselheiros listados ao final desta ata, para uma Reunião Extraordinária, que já havia sido marcada na última reunião ordinária, dia 10/12/2020. Como na última reunião não deu tempo de discutir todas as pautas, para esta reunião extraordinária ficou combinado a discussão das duas pautas: "Relatório da Comissão de Contas" e "Apresentação do Plano Anual de Saúde (PAS) 2019". Porém a conselheira Marcia, que integra a comissão de contas, já havia declarado a sua ausência, portanto para esta reunião de hoje a pauta será única: **Apresentação do Plano Anual de Saúde (PAS) 2019.** A reunião deu-se início às 09:20hs, quando foi atingido o quórum mínimo exigido por lei e pelo Regimento Interno do Conselho Municipal, ou seja, maioria simples, cinquenta por cento mais um conselheiro. E contou com a presença de 08 (oito) pessoas, entre conselheiros titulares e suplentes, representando sete entidades, mais o secretário executivo do referido conselho, conforme lista de assinaturas constante ao final desta, deu- se início a reunião. A conselheira e presidente do CMS, Camila, já havia manifestado sua ausência, e por este motivo sua vice presidente, ***Franciele, foi designada como presidente da mesa de trabalho para esta reunião***. Como dito anteriormente, devido a ausência de integrante da comissão de contas, a pauta "Relatório da Comissão de Contas" ficou para a próxima reunião ordinária que será realizada no próximo ano, ainda sem data definida. Antes do ínicio da pauta, **Fernanda** pediu para que ficasse registrado em ata sobre o questionamento do conselheiro Evandro no grupo de whatsapp na tarde de ontem, 15/12/2020, em que o mesmo questionou que o PAS de 2019 só fora enviado ao conselho no final de 2020, e o de 2020 ainda nem foi encaminhado ao CMS, e que deveria constar uma nota da SMS justificando o motivo do atraso. **Fernanda** disse que este material foi enviado à Camila em PDF no dia 31 de agosto, inclusive está registrado no grupo de whatsapp do CMS. E reiterou portanto que o conselho já havia recebido este documento há mais de três meses atrás, e que até havia pedido pauta à presidente Camila via ofício na época. **Adriana** questionou do por quê então não foi colocado em pauta, já que a presidente havia sido recebido o ofício. **Cleiton** também pediu registro em ata sobre o seu caso que foi discutido na reunião passada, onde a comissão relatou que não tinha conhecimento da existência de documento de autorização do secretário de saúde da época autorizando o servidor a ir até Rondonópolis levar exames dos pacientes, a comissão relatou também a inexistência de protocolo de entrega dos referidos exames. Cleiton disse que estes documentos existem sim, tanto a autorização do secretário quanto os protocolos de entrega de exames, e relatou ter entregue à Zélia, que à época estava trabalhando na unidade sentinela do Covid. **Adriana e Luciane** disseram que enquanto formaram a comissão e investigaram o caso, não receberam estes documentos, por este motivo no relatório estes documentos constam como inexistentes. **O secretário executivo** fez a leitura do parágrafo segundo do artigo 5º do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde que diz *"As deliberações de assuntos que dizem respeito às diretrizes gerais para a Política Municipal de Saúde, Fundo, Orçamento e Plano Municipal de Saúde, exigirá 'quórum' mínimo para a votação de 2/3 (dois terços) dos membros."*, por este motivo foi constatado que esta reunião não contemplava as diretrizes do Regimento Interno, e que portanto a aprovação ou não do CMS em relação ao Plano Anual de Saúde de 2019 não poderia acontecer, pois necessitava de maioria absoluta dos conselheiros, ou seja, pelo menos oito presentes, oito cadeiras representadas, o que não correspondia a esta reunião, que estava composta de apenas sete representantes. **Decidiu-se então que a SMS faria a explanação do PAS de 2019, e que sua aprovação ou não seria discutida na próxima reunião ordinária no seguinte ano, ainda sem data definida.** Lembrando que uma cópia deste PAS foi repassado aos conselheiros na última reunião, para que estes já viessem inteirados do assunto. **A presidente Franciele, passou a palavra para a conselheira Fernanda**, que é servidora da secretaria municipal de saúde, e foi escolhida para a apresentação do PAS de 2019. **Fernanda** iniciou dizendo que houve um equívoco por parte da secretaria da época, a respeito da não apresentação do PAS, pois achava-se que poderia apresentar até o mês de outubro, porém é até abril, maio, que é quando o SISPACTO é apresentado em Rondonópolis, e logo em seguida dá-se a apresentação do PAS, que são as ações que a SMS vai desenvolver para conseguir atingir as metas pactuadas no SISPACTO. Explicou que nas definições das diretrizes, todas essas metas foram assinadas dentro do SISPACTO, onde os valores destas metas são determinadas pelo Ministério da Saúde, e o município precisa cumprir. E partir destes indicadores a SMS planeja suas ações, para a Atenção Básica e Média e Alta Complexidades, as competências de cada um, e as previsões das receitas da saúde 2019. Estas previsões são retiradas do SIOPS, e esta previsão de 2019, está no Plano Municipal de Saúde que será apresentado no ano que vem, e que o CMS precisa aprovar. E como se trata de uma previsão orçamentária, então esta previsão pode ser ultrapassada. Este Plano Municipal de Saúde é feito a cada quatro anos. Lembrou que os gastos em decorrência do Covid estarão contidos dentro do PAS de 2020, todos os recursos recebidos, onde se foi gasto, se teve doação. O PAS de 2020, segundo a Fernanda, já está pronto, mas nele precisa conter o plano de contingência do COVID, e será colocado como pauta da primeira reunião do CMS em 2021. E pediu que ficasse registrado em ata que a apresentação do PAS não é obrigação do Sistema de Informação e sim da Secretaria Municipal de Saúde. Fernanda explicou que este PAS não é uma prestação de con-

tas, e sim uma previsão dos valores, ele não influencia em gastos, o que influencia em gastos é o Plano Municipal. Explicou que essa previsão de 2019 foi retirada do SIOPS (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde), que tem como fonte o Plano Municipal de 2018-2021. Então a SMS digita essas informações no DIGISUS pra ver se estão sendo realizados, e depois é passado pro CMS, onde a Camila que tem a senha, entra no DIGISUS, e após a análise das informações, coloca no sistema se foi aprovado, com ou sem ressalvas, ou se não foi aprovado. O CMS tem essa autonomia de fazer estas ponderações dentro do DIGISUS. Com estas informações é gerado o plano. Aí vem o SISPACTO, onde o CMS aprova, aí a SMS tem que enviar esta resolução no sistema de que a maioria dos conselheiros aprovaram. **Adriana** questionou se o CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) já foi habilitado. **Fernanda** respondeu que ele está habilitado no CNES, ele é um dos indicadores determinados pelo Ministério da Saúde, porém não tem profissionais, e sendo assim não vem verba, pois a SMS não apresenta produção. Precisa-se então montar uma equipe para o funcionamento do CAPS. **Adriana** reiterou a necessidade do Plano de Contingência estar contido no PAS. **Fernanda** informou que o plano de contingência não é obrigatório no DIGISUS, pois ele não estava no Plano Municipal de 2018-2021, mas devido ao COVID ele será colocado. **Adriana** sugeriu que o CMS notifique a SMS pedindo explicações do por quê o CAPS está no Plano, está habilitado no CNES, e não se tem uma equipe, do por quê ainda não está ativo. **Marilene e Luciane** lembraram que na última conferência municipal de saúde foi votado para a instauração do CAPS. **Fernanda** disse que Paranatinga é o único município que ainda não apresentou a aprovação do CMS em relação ao PAS 2019, e já tem municípios que apresentaram a aprovação do CMS do PAS de 2020. **Adriana** perguntou à Fernanda qual seria a penalidade para o município pela não aprovação em tempo hábil. **Fernanda** relatou que desconhece se existe ou não alguma penalidade para o município pois, segundo ela, esse sistema é novo. E fez uma ligação para o **Gilberto**, auditor do Escritório Regional de Rondonópolis, que esclareceu que o município pode sim ser penalizado com corte de recursos, por exemplo. Na Ligação, que foi feita no modo viva-voz, o auditor explicou que o CMS tem essa prerrogativa de aprovar com ressalvas ou não, ou até mesmo de não aprovar. Mas que seria interessante que, caso o conselho ache que o plano não está de acordo, que entre em anuência com a SMS, para que esta faça as devidas correções e

pontuações para a posterior aprovação do CMS. Em última instância que o CMS aprove com ressalvas, se não houver consenso de todos, e explique o motivo e quais são as ressalvas. Pois em caso de não aprovação, quem perde com o corte de recusos é a população do município. Após a aprovação do PAS, é gerado o RAG (Relatório Anual de Gestão), o qual o CMS deve fazer a apreciação, pedir ajustes, mais detalhes, correções à SMS, para depois aprovar na integralidade, aprovar com ressalvas ou até mesmo não aprovar. **Fernanda** lembrou que o RAG é que possui as informações de gastos, informações financeiras, onde gastou, quanto gastou, é onde a SMS tem que comprovar onde investiu os recursos. **Os conselheiros presentes sugeriram e deliberaram que à SMS que já tragam os dois Planos Anuais de Saúde, 2019 e 2020, como pauta para próxima reunião. E mandem no grupo de whatsapp em PDF, e que os conselheiros leiam, e analisem com cautela, para que os possíveis questionamentos que possam surgir, sejam sanados, e que o CMS faça a aprovação dos dos dois planos já na primeira reunião ordinária do seguinte ano. Os conselheiros deliberaram e deixaram a secretária Jane ciente de que a Secretaria Municipal de Saúde deverá enviar uma lista lista com três possíveis nomes a este conselho, que deverão preencher todos os requisitos, se encaixar dentro do perfil e ter a aprovação da maioria, para então ser escolhido um dos três nomes para ocupar o cargo de secretário executivo do CMS, já que essa é a última reunião do Sr Deni Borges, como secretário executivo, conforme termo de desligamento apresentado na última reunião. E só depois desta escolha é que será montado o cronograma, e consequentemente terão início as reuniões do CMS para o ano de 2021**. Sendo assim a presidente **Franciele** deu por encerrado, às 10:40hs, a reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde. Não havendo mais nada a ser informado foi encerrada a reunião cuja ata eu, Deni Martins Borges, Secretário Executivo do Conselho Municipal de Saúde de Paranatinga/MT, a dou por lavrada e a assino em conjunto com a Sra. Franciele, que coordenou a mesa dos trabalhos como presidente deste Conselho.

Paranatinga, 16 de dezembro de 2020.

Franciele Rita Neves

Vice Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Paranatinga/MT

Deni Martins Borges

Secretário Executivo do Conselho Municipal de Saúde de Paranatinga/MT

OUVIDORIA MUNICIPAL
DECISÃO AUTORIDADE ADMINISTRATIVA

DECISÃO AUTORIDADE ADMINISTRATIVA

Com base nos fundamentos exarados no Parecer Jurídico e na Justificativa, a **RESCISÃO CONTRATUAL** do Contrato nº 76/2017 quanto a empresa A. D. CECONI - ME, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

Paranatinga-MT, 26 de abril de 2021

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO - CARTA CONVITE 02/2021

O **Município de Paranatinga/MT**, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Josimar Marques Barbosa e por meio daComissão Permanente de Licitação - CPL,instituída pela Portaria nº 024/2020, de 17 de Janeiro de 2020, torna público para conhecimento dos interessados a homologação da Licitação pela modalidade **CARTA CONVITE 02/2021**, com obediência a Lei Federal Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Decreto 9.412 de 18/06/2018 e Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 que Institui o Estatuto Nacional da ME da EPP e pelas normas constantes neste Edital, tendo por Objeto: Constitui objeto da presente licitação a Contratação de Empresa para **Prestação de Serviços de Assessoria através de Apoio Técnico nos procedimentos administrativos dos sistemas SIOPE, SIOPS, SIMEC, SIGARP, SIGCON e SICONV, acompanhamento das certidões CAUC/STN e SEPLAN/SIGCon**, com orientação e procedimentos gerenciais escrita e verbal junto aos departamentos vinculados das Secretaria de Finanças, Educação e Saúde, no município de Paranatinga - MT..Conforme especificações contidas neste Edital e seus Anexos. Empresa Vencedora:

NOME DA EMPRESA	CNPJ DA EMPRESA	VALOR TOTAL
JOSE SANTANA DE OLIVEIRA - ME	19.977.349/0001-06	R$: **53.080,00**

Em 26 de abril de 2021. Departamento de Licitações e Contratos.

OUVIDORIA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO CMS Nº001, DE 15 DE ABRIL DE 2021.

RESOLUÇÃO CMS Nº001, de 15 de Abril de 2021.

O Conselho Municipal de Saúde de Paranatinga, no uso de suas atribuições legais que lhe confere através da Lei Orgânica de 8080 de 17/07/1990 e 8.142 de 28/12/1990, a lei complementar 22/09/1992, em consonância com a lei municipal Nº 197/2006, em reunião ordinária, realizada em 15 de Abril de 2021.

Resolve:

Art 1 º APROVAR do Plano Anual de Saúde – PAS 2019 com seguinte RESSALVA o Plano Anual de Saúde - PAS foi apresentado e apreciado fora do prazo recomendado.

Art 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3º - Revogam se as disposições em contrário.

Registra – se, cumpra –se e publica-se.

Paranatinga, 15/04/2021

CAMILA NUNES CABRAL DA SILVEIRA

PRESIDENTE DO C.M.S.

HOMOLOGO:

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO

OUVIDORIA MUNICIPAL
PARECER TÉCNICO JURÍDICO 277/2021

PARECER TÉCNICO JURÍDICO 277/2021

Em 26 de abril de 2021

De: Ilma. Srta. Dra. **Thainá Loula**

Assessora Jurídica

A Exmo. Devenilson da Silva

Diretor do Departamento de Licitação e Contratos

Referência: parecer jurídico acerca de rescisão do Contrato n. 76/2017

Prezado Sr.

Aporta a nossa análise de requerimento de parecer jurídico acerca da de cancelamento de licitação, referente ao contrato n. 76/2017 cujo o objeto é da empresa A.D. CECONI-ME que atende as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura, o que assim informo:

A secretaria Municipal de Agricultura justifica o pedido de cancelamento do item, pois verificou-se a ausência de cumprimento do contrato.

O Contratado firmou relação jurídica com a Município, por meio da outorga de Concessão Administrativa de uso de bem imóvel Municipal no Município de Paranatinga, pelo prazo de 10 (dez) anos, ao Contratado do qual dispôs concordância dos termos estabelecidos, atribuindo obrigações e ônus mediante contraprestação.

Assim, a contraprestação seria 1º ano de concessão o valor de R$ 937,00, e do 2º ano ao 10º ano, um salário mínimo mensal.

Porém o Contratado não adimpliu ao contrato, e nem está executando serviços no imóvel, sendo advertido verbalmente pelo Secretário Municipal de Agricultura para que promovesse andamento e pagamento das parcelas, e ainda foi fartamente orientado pela Secretária de Meio Ambiente, quanto a emissão de licença para operação, e demais disposições inerentes a atividade, tendo havido diversas reuniões/encontros entre 2019/2020 do Município e Contratado a fim de auxilia-lo, porém restou infrutífera.

Passado três anos sem que o Contratado pudesse efetivar a operação do laticínio, havendo ainda depredação do espaço público e constantes esbulhos dispostos no local, informado pelo próprio Contratado.

Em sua defesa o Contratado dispõe que a fábrica necessitava de reparos e aquisição de equipamentos para iniciar os trabalhos, bem como atualização do sistema de tratamento sanitário dos fluídos.

Em que pese as alegações do Contratado, o mesmo não apresentou nota fiscal com os gastos que corroborasse, tendo, por conseguinte o fim da licença de instalação e operação, e não houve iniciativa do mesmo para requerer.

O Município de Paranatinga-MT no uso de suas atribuições e diante da desídia no cumprimento fiel do pacto.

Têm-se disposto no Contrato n. 76/2017 o seguinte:

7 – CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 Os casos de inexecução do objeto deste Contrato, erro de execução, execução imperfeita,

atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado ás

penalidades previstas no art. 87 da Lei 8.666/93, das quais se destacam:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento) do valor adjudicado;

c) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimentos de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;

d) Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.2 Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a", "c" e "d", caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.3 O recurso ou pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao representante do Poder Executivo do Município, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

7.4 Os valores da multas aplicadas poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.5 Não serão aplicadas multas decorrentes de casos fortuitos ou força maior, devidamente comprovado.

7.6 As eventuais multas aplicadas não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração de rescisão do pacto em apreço.

Deste modo, diante do inadimplemento e inexecução, demonstrando cabalmente o descumprimento injustificada, ensejando

Pois bem.

Importante frisar sobre a **Súmula 473 do STF**, que é uma das mais conhecidas súmulas de Direito Administrativo:

"A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

Ou seja, o Município goza da "**autotutela administrativa",** segundo a qual se a Administração pode agir de ofício, sem a necessidade de autorização prévia do Poder Judiciário, ela também poderá **rever** seus atos de ofício.

A revisão dos atos pela Administração implica no poder de declarar a sua nulidade, caso haja vício de ilegalidade, que é tratado também no conteúdo da Súmula 346/STF, mas também o de revogar o ato, ***por motivo de conveniência e oportunidade***.

No presente caso é notório a oportunidade de revogação do ato, haja vista que, trata-se de projeto mal realizado com deficiências em sua formação, o que de plano oportuniza a Administração Pública Municipal em cancelar a presente licitação, utilizando-se da conveniência de que goza no sentido de preserva a lisura e legalidade de seus atos.

Julgados variados se apresentam em relação ao assunto:

Data de publicação: 26/11/2004

Ementa: LICITAÇÃO - ATO DE ADJUDICAÇÃO - REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO - **OPORTUNIDADE** E **CONVENIÊNCIA ADMINISTRATIVA** - INTERESSE PÚBLICO - FATO SUPERVENIENTE -POSSIBILIDADE . O

Supremo Tribunal Federal sedimentou seu entendimento de que –***A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos,ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade***, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial"(Súmula 473). O Estatuto das Licitações Públicas estabelece que a autoridade competente para a aprovação do procedimento poderá revogar a licitação, por razões de interesse público, decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta (art. 49 da Lei nº 8.666 /93). A decisão recorrida é explícita ao consignar a existência de fato superveniente, consubstanciado na aceitação da contratante FEDERAL - Serviços Gerais Ltda., em prorrogar o contrato de prestação de serviço anteriormente celebrado, por mais um período de 12 meses, nos termos do art. 57 , II , da Lei nº 8.666 /93, o que demonstra, de forma irrefutável, o atendimento do requisito previsto no art. 49 da lei citada. O interesse público, indubitavelmente, ficou igualmente caracterizado, tendo em vista que o valor global pactuado no termo de prorrogação contratual, já reajustado, é bem inferior ao valor da menor proposta de preço apresentada no procedimento licitatório, o que implicará uma economia ao Erário de R$145.545,00 (cento e quarenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e cinco reais), no período da prorrogação.

No presente caso a Administração Pública pode se utilizar da **revogação,** que terá sempre efeitos *ex nunc* (a partir de então), porquanto atinge ato legítimo, isto é, não viciado, por isso, sempre deve respeitar aos direitos adquiridos.

Importante ainda frisar que o conteúdo da Súmula 473/STF é também reproduzido no **art. 53 da Lei nº 9.784/99**, de acordo com o qual: "A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, ***e pode revogá-los por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos"***.

Com isso, somente por meio de rescisão contratual seria possível o término da relação contratual.

"Rescisão administrativa é a efetivada por ato próprio e unilateral da Administração, por inadimplência do contratado ou por interesse do serviço público. No primeiro caso pode ou não haver culpa do contratado, mas no segundo essa é sempre inexistente, como veremos oportunamente, ao tratar dessa espécie. Em qualquer caso, porém, a Administração, pela rescisão administrativa, põe termo à execução do ajuste e assume o seu objeto, independentemente de ordem ou decisão judicial , pois essa é uma de suas prerrogativas nos contratos tipicamente administrativos, salvo de empréstimos públicos, dado o seu caráter eminentemente financeiro. Por outro lado, em qualquer caso exige-se procedimento regular com oportunidade de defesa e justa causa, pois a rescisão administrativa não é discricionária, mas vinculada aos motivos ensejadores desse excepcional distrato..."(Hely Lopes Meirelles – in Direito Administrativo Brasileiro – p. 223 – 15ª edição Rev. Tribs – gfs. existentes e acrescidos"). Nota-se, pois, que a Administração Pública pode rescindir unilateralmente o contrato, contudo, sempre, oportunizada a ampla defesa.

Entretanto, o art. 78 traz as hipóteses que ensejariam a rescisão contratual:

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

(...)

XII - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

Ademais, diante da lei autorizativa, opina-se que seja realizado a rescisão contratual do Contrato n. 076/2017 podendo o Município de Paranatinga-MT utilizar-se das leis que regem a Administração Pública no intuito de reincidir a mesma, mantendo assim a eficiência e moralidade dos atos públicos.

Este é o entendimento.

THAINÁ LOULA

OAB-MT n. 24728

PORTARIA 129/2019

ASSESSORA JURÍDICA

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 160 DE 26 DE ABRIL DE 2021.

PORTARIA N° 160 DE 26 DE ABRIL DE 2021.

"DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER, EM READAPTAÇÃO FUNCIONAL, AS ATIVIDADES QUE ESPECIFICA."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, SR. JOSIMAR MARQUES BARBOSA, NO USO E GOZO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS:

RESOLVE:

Art. 1º - **DESIGNAR,** "ex-oficio", nos termos do § 1º do artigo 34 da Lei 024/97, o (a)servidor (a) **SIMONI DIAS MACHADO**, portadora da cédula de identidade nº 1557781-3 SSP/MT e CPF 000.050.711-35, matricula n. 5712, ocupante do cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS**, lotada na **Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social**, para exercer, em **READAPTAÇÃO FUNCIONAL**, em virtude de limitação em sua capacidade física, conforme laudo de perícia médica oficial, atividades de **RECEPCIONISTA**, sem aumento ou redução de vencimento, conforme preceitua o §3º do artigo 34 referido Estatuto, por período de 01 (um) ano, isto é, até o dia 03/08/2021, ou até nova avaliação médica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º – Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga/MT, 26 de abril de 2021.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 161 DE 26 DE ABRIL DE 2021.

PORTARIA N° 161 DE 26 DE ABRIL DE 2021.

"DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER, EM READAPTAÇÃO FUNCIONAL, AS ATIVIDADES QUE ESPECIFICA."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, SR. JOSIMAR MARQUES BARBOSA, NO USO E GOZO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS:

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, "ex-oficio", nos termos do § 1º do artigo 34 da Lei 024/97, o (a)servidor (a) **VALQUIRIA RODRIGUES DE ALMEIDA**, portadora da cédula de identidade nº 1749306-4SSP/MT e CPF 020.385.821-22, matricula n. 2241, ocupante do cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS**, lotada na **Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social**, para exercer, em **READAPTAÇÃO FUNCIONAL**, em virtude de limitação em sua capacidade física, conforme laudo de perícia médica oficial, atividades de **AGENTE ADMINISTRATIVO I**, sem aumento ou redução de vencimento, conforme preceitua o §3º do artigo 34 referido Estatuto, por período de 01 (um) ano, isto é, até o dia 15/03/2022, ou até nova avaliação médica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º – Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga/MT, 26 de abril de 2021.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE PRORROGAÇÃO DE PERMISSÃO N° 01 AO CONTRATO Nº 38/2016

Termo de Prorrogação de Permissão n° 01 ao contrato nº 38/2016 –Edital de Chamamento Público nº 02/2016 – Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA, CNPJ: 15.023.971/0001-24; Contratado: **AGUAS DE SANTIAGO LTDA**, **CNPJ 19.083.545/0001-37.** Objeto: O presente contrato tem por objetivo a **PERMISSÃO**, pela **PERMITENTE** à PERMISSIONÁRIA, dos serviços de abastecimento de água, no Distrito de Santiago do Norte, cidade de PARANATINGA, incluindo a captação de água bruta, o bombeamento, adução, tratamento, reservação, distribuição da água tratada e comercialização, conforme previsto no Edital. Por solicitação da Secretaria de Administração no sentido de que fosse exarado parecer jurídico, vimos por meio deste estudo expor nosso entendimento sobre a legalidade para realizar aditivo contratual de valor e de prazo da Empresa AGUAS DE SANTIAGO LTDA,

CNPJ 19.083.545/0001-37 referente ao contrato nº. 38/2016, para atender a Secretaria Municipal de Administração. O referido pacto trata-se de contratação de empresa para fornecer serviços de abastecimento de agua junto ao Distrito de Santiago do Norte, serviço que inclui captação de agua bruta, o bombeamento, adução, tratamento, reservação, distribuição de agua tratada e comercialização, conforme previsto no edital.

É o relatório. Opinamos. Em relação a possibilidade de prorrogação de prazo, o mesmo encontra-se respaldado objetivamente no contrato 038/2016, mais precisamente em sua clausula terceira, ou seja: No que se refere ao aditivo de valores, a empresa solicitou aditivo de valor referente a atualização do valor das taxas, que nunca obtiveram qualquer reajuste desde o início do contrato, o que foi confirmado e atestado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Os valores da tabela em anexo encontram-se de acordo com os reajustes financeiros expostos no contrato original. Nesse cotejo, cediço que os contratos administrativos podem ser alterados pela Administração para atingir o interesse público, ou pela superveniência de fatos novos que penalizam o obstaculizam, de forma extraordinária, a execução do ajuste. As modificações unilaterais, ex vi do art. 65, inc. I, da Lei federal nº 8.666/93, promovidas por interesse da Administração, podem ser qualitativas, quando modificam o projeto ou suas especificações, ou quantitativas, quando a alteração importa no acréscimo ou diminuição do objeto, afetando o valor do contrato. Em relação ao valor da remuneração da permissão e diante do lapso temporal decorrido o valor do contrato fica estimado em R$ 370.000,00. Diante dos fundamentos apresentados é parecer deste Departamento Jurídico aprovação do aditivo de prazo de 05 (cinco) anos, além de aumento de reajuste no valor do contrato 038/2016, haja vista confirmação de atualização monetária em anexo. Salvo Melhor Juízo. É o Parecer. Departamento de Licitações e Contratos, em 26 de abril de 2021.

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 157/2021 DE 23 DE ABRIL DE 2021.

PORTARIA Nº 157/2021 DE 23 DE ABRIL DE 2021.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **SR. JOSIMAR MARQUES BARBOSA** no exercício de suas funções e uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação municipal específica,

CONVOCA os candidatos especificados no Anexo I desta Portaria, aprovados e classificados no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO n° 001/2020, Termo de Homologação Decreto nº 1900 de 05 de fevereiro 2021 devidamente publicado no Jornal Oficial da AMM na data de 08 de fevereiro de 2021, para realização de perícia médica entrega dos documentos exigidos para contratação.

1. DA PERÍCIA MÉDICA E DA CONTRATAÇÃO. 1.1. Os candidatos aprovados e convocados terão 06 (seis) dias úteis contados da publicação do edital de convocação, para se manifestarem sobre a aceitação do cargo e apresentação na Secretaria Municipal de Saúde, cujo atendimento acontece de segunda-feira a sexta-feira das 7:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, devendo entregar 02 (duas) cópias da seguinte documentação para sua contratação:

I. 02 (duas) cópias do RG;

II. 02 (duas) cópias do CPF;

III. 02 (duas) cópias do comprovante de escolaridade do cargo para o qual se habilitou;

IV. 02 (duas) fotos 3x4 (iguais), recentes, coloridas, e de frente;

V. 02 (duas) cópias da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (cópia da página com a numeração da CTPS e verso da mesma página contendo os dados pessoais);

VI. 02 (duas) cópias do Título de Eleitor;

VII. Original e 01 (uma) cópia da Certidão de quitação eleitoral;

VIII. 02 (duas) cópias do Certificado de Reservista, se do sexo masculino;

IX. 02 (duas) cópias da Certidão de Casamento (se casado) ou da Certidão de Nascimento (se solteiro);

X. 02 (duas) cópias da Certidão de Nascimento dos filhos menores 14 anos;

XI. 02 (duas) cópias do registro no respectivo conselho profissional, juntamente com a comprovação de estar quite com as obrigações junto ao respectivo conselho (para os cargos que se fizerem necessário);

XII. 02 (duas) cópias do cartão de vacina de filhos menores de 14 anos (cópias da página que contém o nome da criança/adolescente e cópias das páginas com anotações das vacinas);

XIII. 02 (duas) cópias da CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida para o cargo;

XIV. 02 (duas) cópias do comprovante de endereço com data recente (conta de luz, gás, água ou telefone convencional);

XV. 02 (duas) cópias do cartão do Banco do Brasil, ou do comprovante de abertura da conta corrente no Banco do Brasil;

XVI. Original e 01 (Uma) Cópia da Certidão Negativa Civil E Criminal;

XVII. Original e 01 (Uma) Cópia da Certidão Negativa de Tributos Municipais;

XVIII. Original e 01 (Uma) Cópia da Declaração Contendo Endereço Residencial, Telefone; Número da Conta Corrente no Banco do Brasil E Número Do PIS/PASEP;

XIX. Original e 01 (Uma) Cópia da Declaração de Bens;

XX. Original e 01 (Uma) Cópia da Declaração de Não Acúmulo de Cargo Público;

XXI. Original e 01 (Uma) Cópia da Declaração de Não Demissão Por Justa Causa No Funcionalismo Público Municipal E/Ou Em Decorrência De Processo Administrativo Disciplinar;

XXII. Original e 01 (Uma) Cópia da Declaração de Disponibilidade De Carga Horária;

XXIII. Original e 01 (Uma) Cópia do Exame Admissional Realizado Pelo Médico Do Trabalho;

XXIV. 02 (duas) cópias dos CPFs do pai, da mãe e dos filhos ou original e 01 (uma) cópia de Declaração contendo o número dos CPFs do pai, da mãe e dos filhos;

XXV. 02 (duas) cópias acompanhadas do original dos títulos declarados no certame.

2. O candidato será considerado desistente, e será EXCLUÍDO do Processo Seletivo, quando NÃO comparecer às convocações nas datas estabelecidas ou quando manifestar sua desistência por escrito.

3. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

4. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paranatinga/MT, 23 de abril de 2021.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

Prefeito Municipal

ANEXO I

CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL I – VIGIA – URBANO	
Ordem	**Candidato**
04	ROBINSON PEREIRA DO NASCIMENTO
05	OSÉAS ALVES DE MENEZES
06	GLEISSON MARTINS DA SILVA

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE REEQUILÍBRIO FINANCEIRO Nº 02

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº.035/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº.035/2020

Reequilíbrio Financeiro nº.02 a Ata de Registro de Preço nº.035/2020 – Pregão Presencial nº.035/2020 – Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA, CNPJ: 15.023.971/0001-24.** Contratada: **MULTIPLICAR COMPRAS & COMERCIO EIRELI, CNPJ: 07.508.571/0001-80.** Objeto: Constitui Objeto da presente licitação o Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Materiais Permanentes**, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias do Município de Paranatinga-MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. Conforme parecer jurídico em anexo ao processo físico. Departamento de Licitações e Contratos, em 22 de abril de 2021.

Seq.	Item	Descrição	Unidade	Valor Licitado:	Valor Aditivado (R$)
12	29140	PRATELEIRA DE ACO COM 05 DIVISORIAS	UNIDADE	R$: 190,00	R$: 231,80 – 22%

LICITAÇÃO
AVISO DE REABERTURA

Pregão Presencial

Nº 09/2021

A Prefeitura Municipal de Paranatinga, através do Pregoeiro ***Devenilson da Silva,*** nomeado pela portaria 025/2020, torna público que reabrirá a licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2021 - REGISTRO DE PREÇOS,** regido pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiariamente à Lei nº 8.666/93 (e suas alterações posteriores), Decreto Federal 3.555 de 08 de Agosto de 2000, que regulamenta o Pregão e Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 1452/2018, 1759/2020, Lei Municipal nº 1909/2020 e Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 que Institui o Estatuto Nacional da ME da EPP. **Objeto**: Constitui objeto da Presente licitação o Registro de Preços para Futura e Eventual contratação de **Empresa de Engenharia Cartográfica especializada na Prestação de Serviço de Elaboração do Mapeamento Digital georeferência através de aerofotogrametria, imagens de satélite e perfilamento a laser para o Município de Paranatinga - MT, sendo a área levantada de aproximadamente 70 KM²,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Finanças. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. **Data da Reabertura: Dia 10/05/2021. Ás 08:00 h (Hora Local).** O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura www.**paranatinga**.mt.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, 1900 – Centro, das **07 às 11h,** Informações pelo e-mail: **edital.ptga@hotmail.com** ou - Telefone 66 3573-1329/1756. Em 26 de abril de 2021. Pregoeiro Devenilson da Silva.

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 159 DE 26 DE ABRIL DE 2021.

PORTARIA N° 159 DE 26 DE ABRIL DE 2021.

"COMISSÃO DO PLANO DE AÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PARANATINGA-MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **Sr**. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo das suas atribuições legais:

RESOLVE:

I- NOMEAR os membros da Comissão do Plano de Ação da Secretaria Municipal de Educação de Paranatinga - MT, composta pelos seguintes membros:

- LUCIANA ARAÚJO DE ANDRADE –CPF: 522.662.811-00;

- EVA ALMEIDA VALE DA SILVA – CPF: 990.195.401-06;

- MARCELLY SILVA MOREIRA – CPF: 011.422.191-00.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III- Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 26 de abril de 2021.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

PORTARIA Nº 264/2021 - FÉRIAS REGULARES ANGELO MARCIO BATISTA CORREA

26 DE ABRIL DE 2021.

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES do Servidor Público Municipal e dá outras providências;

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a referida, adquirida no período de **10/06/2019 à 10/06/2020.**

RESOLVE:

ART.1º Conceder FÉRIAS regulares ao servidor **ANGELO MARCIO BATISTA CORREA**, concursado como Agente Administrativo, lotado na Secretaria Geral de Coordenação Administrativa, a serem usufruídas no período de **05/05/2021 à 03/06/2021**.

ART.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS VINTE E SEIS DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

PORTARIA Nº 265/2021 - FÉRIAS REGULARES JESMAR CONTÓ

26 DE ABRIL DE 2021.

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES do Servidor Público Municipal e dá outras providências;

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a referida, adquirida no período de **18/02/2020 à 18/02/2021.**

RESOLVE:

ART.1º Conceder FÉRIAS regulares ao servidor **JESMAR CONTÓ**, concursado como Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, a serem usufruídas no período de **01/05/2021 à 30/05/2021**.

ART.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS VINTE E SEIS DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

EDITAL Nº 001/2021 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2021 - EMERGENCIAL

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA/MT**, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com o disposto no inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e na Lei Complementar Municipal n° 017/2014, Lei nº 1.247/2021, tendo em vista o disposto no Decreto Municipal n° 053/2021 que autoriza a realização de processo seletivo simplificado emergencial, considerando que houve a realização de 02 (dois) processos seletivos simplificados, sem êxito para contratação de médicos de PSF, e a necessidade de contratação de mais 01 (um) médico plantonista do Hospital Municipal, e o crescimento exponencial dos casos do Novo Coronavírus, e necessidade de contratação emergencial, e a defasagem de profissionais médicos no Estado de Mato Grosso, e o estado de calamidade pública na saúde pública mundial, bem como o teor da Recomendação n. 07/2021/CGM, da Controladoria-Geral do Município, **TORNA PÚBLICO**, para conhecimento de todos os interessados**, a realização de Processo Seletivo Simplificado Emergencial,** nos termos do estabelecido nos §§ 3° e 4° do art. 16 da Lei Complementar Municipal n° 017/2014, **destinado à contratação de pessoal por tempo determinado, para atender a necessidades temporárias e emergenciais de excepcional interesse público de que trata o art. 68, VI da Lei Orgânica Municipal, devido ao aumento exponencial dos casos do Novo Coronavírus**, no âmbito da Administração Pública Municipal, com as presentes instruções e os anexos que compõem o presente Edital para todos os efeitos, a saber:

1. DA DENOMINAÇÃO - REFERÊNCIA - EXIGÊNCIA MÍNIMA - VAGAS - INSCRIÇÃO - VENCIMENTOS

1.1. A denominação - referência - exigência mínima - as vagas de ampla concorrência, **vencimento inicial** do cargo, a carga horária semanal, são os estabelecidos a seguir:

VAGAS PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE UNIDADE DE SAÚDE DA FAMILIA VILA GARÇA BRANCA (SERRA PETROVINA - ZONA RURAL)							
Função	**Requisitos**	**Tipo de Prova**	**Vagas**			**Carga Horária Semanal**	**Vencimento R$.**
			Ampla Concorrência	**Candidatos com Pcd**	**Total**		
Médico de PSF Localidade: Vila Garça Branca (Serra da Petrovina – Zona Rural), São José do Planalto (Birro) e Assentamentos.	Curso Superior em Medicina e Registro no Conselho Profissional = CRM – Conselho Regional de Medicina	Analise Curricular + Títulos	**01 + Cadastro de Reserva**	**-**	**01 + Cadastro de Reserva**	30 Horas	**R$ 9.635,01 +** Vantagens, podendo chegar à **R$ 16.659,00**
VAGAS PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE UNIDADES DE SAÚDE DA FAMILIA E CENTRO ENFRENTAMENTO COVID-19							
Função	**Requisitos**	**Tipo de Prova**	**Vagas**			**Carga Horária Semanal**	**Vencimento R$.**
			Ampla Concorrência	**Candidatos com Pcd**	**Total**		
Médico de PSF Localidade: Sede (PSF João de Barro e Centro Enfrentamento do Covid-19	Curso Superior em Medicina e Registro no Conselho Profissional = CRM – Conselho Regional de Medicina	Analise Curricular + Títulos	**03 + Cadastro de Reserva**	**-**	**03 + Cadastro de Reserva**	30 Horas	**R$ 9.635,01 +** Vantagens, podendo chegar à **R$ 16.659,00**
VAGAS PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE HOSPITAL MUNICIPAL							
Função	**Requisitos**	**Tipo de Prova**	**Vagas**			**Carga Horária Semanal**	**Vencimento R$.**
			Ampla Concorrência	**Candidatos com Pcd**	**Total**		
Médico Plantonista de Hospital	Curso Superior completo em Medicina e Registro no Conselho Profissional = CRM – Conselho Regional de Medicina	Analise Curricular + Títulos	**01+ Cadastro Reserva**	**-**	**01 + Cadastro Reserva**	40 Horas Escala especial	**R$ 13.485,16 +** Vantagens, podendo chegar à **R$ 22.250,51**

						de trabalho	
Total			**05**	**00**	**05**		

1.1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1.1. O Processo Seletivo Simplificado a que se refere o presente Edital será realizado sob a responsabilidade do Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, e compreenderá: **em 01(uma) única etapa** – análise curricular e Títulos, de caráter classificatório, que serão entregues pelo candidato, a serem realizados após a homologação do Processo Seletivo Simplificado, sob responsabilidade da Prefeitura Municipal.

1.1.2**. O Processo Seletivo Simplificado destina-se, à contratação temporária de excepcional interesse público, de que trata o artigo 37, IX da Constituição Federal, o art. 68, VI da Lei Orgânica Municipal, nos moldes da Lei Complementar nº 017/2014.**

1.1.3. O presente Processe Seletivo Emergencial se destina, à contratação temporária **uma vez que houve a realização de 02 (dois) processos seletivos simplificados, e não houve aprovados para o cargo de médico de PSF, e ainda, necessita de 01 (um) médico plantonista de hospital, para completar os plantões mensais, e ainda a necessidade excepcional de contratação de mais um médico para o Centro de Enfrentamento ao Covid-19**.

1.1.4. O Regime Jurídico no qual serão nomeados os candidatos aprovados e classificados será o Estatutário.

1.1.5. O Regime Previdenciário, no qual serão vinculados os candidatos aprovados e classificados, será o Regime Geral de Previdência Social - RGPS/INSS.

1.1.6. Todas as etapas deste Processo Seletivo Simplificado serão realizadas na cidade de Pedra Preta/MT.

1.1.7. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado serão convocados observados estritamente a ordem de classificação nas funções para realização de procedimentos pré-admissionais, compreendendo comprovação de requisitos e exames médicos.

1.1.8. Toda menção a horário neste Edital terá como referência o **horário oficial de Cuiabá/MT.**

2 - DOS REQUISITOS LEGAIS EXIGIDOS PARA CONTRATAÇÃO

2.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Decreto nº 70.436, de 18/04/72, Constituição Federal - §1° do art. 12 de 05/10/88 e Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98 - art. 3º).

2.2. Ter na data da contratação 18 (dezoito) anos completos.

2.3. Estar em dia com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, se do sexo masculino, do serviço militar.

2.4. Estar em pleno gozo de seus direitos civis e políticos.

2.5. Possuir aptidão física e mental, apuradas à época da contratação para o exercício da função.

2.6. Não ter incorrido demissão através de processo disciplinar, do serviço público estadual, federal ou municipal.

2.7. Cumprir as exigências contidas neste Edital e ser aprovado em todas as fases nele previstas.

2.8. A habilitação e a escolaridade mínima exigida, como também, as demais exigências para o provimento da função, deverão ser comprovadas quando da contratação do candidato aprovado, e, a não apresentação de qualquer dos documentos que comprovem as condições exigidas, implicará na exclusão do candidato, de forma irrecorrível.

3 - DAS INSCRIÇÕES NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL

3.1. **VIA CURRÍCULO ENCAMINHADO AO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, no período do dia 27/04/2021 até o dia 28/04/2021.**

3.1.1 – Considerando que a Constituição Federal, prevê a possiblidade de acumulo de 02 (dois) cargos de médicos, desde que haja compatibilidade de horários, fica estabelecido a possiblidade de inscrição em 02 (dois) cargos, Médico Plantonista de Hospital e Médico Clinico-Geral de PSF e Unidade de Saúde – Covid-19

3.2. DOS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE INSCRIÇÃO:

3.2.1. O candidato que desejar concorrer às vagas ofertadas no presente edital deverão encaminhar, currículo bem como o anexo III para o Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, através do e-mail: **dppessoal@pedrapreta.mt.gov.br**, com cópia obrigatória para o e-mail **saude@pedrapreta.mt.gov.br**

3.2.2. Ao encaminhar o currículo o candidato deverá indicar as seguintes informações:

a. Nome completo, data de Nascimento e estado civil;

b. Numeração dos seguintes documentos pessoais: CPF e identidade;

c. **Indicar a(s) vaga(a) à que deseja concorrer;**

d. Indicar telefone para contato.

e. Indicação das informações de escolaridade e experiência profissional necessárias à análise curricular a que se refere o item 4.1 deste edital.

f. Encaminhar anexo ao currículo, cópia dos certificados de cursos de pós-graduação, para a contagem de título.

3.2.3. Serão desconsiderados os currículos recebidos sem a indicação das informações elencadas no item anterior.

3.3. DA CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO:

3.3.1. A confirmação da inscrição se dará mediante a divulgação da relação contendo os candidatos inscritos por vaga oferecida.

3.3.2. A divulgação da relação de inscritos deverá ocorrer no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, e publicada no Diário Oficial do Município, **no dia 29/04/2021**.

4 – DA ANÁLISE CURRICULAR E TÍTULOS:

4.1. A análise curricular e de títulos para as vagas ofertadas no presente edital obedecerá ao seguinte sistema de pontuação:

Capacitação na área de saúde pública	Tempo de Experiência na área de atuação no cargo de médico
Diploma ou certificado de conclusão de curso de Pós-graduação em nível de especialização. **10 pontos** Diploma ou certificado de conclusão de curso de Pós-graduação em nível de mestrado **15 pontos** Diploma ou certificado de conclusão de curso de Pós-graduação em nível de doutorado: **20 pontos**	De 0 a 1 anos: **50 pontos** Acima de 1 a 5 anos: **60 pontos** Acima de 5 a 10 anos: **70 pontos** Tempo de Experiência na área de atuação com Especialização médica: **10 pontos**

4.2. Realizada a análise curricular, e de títulos, os candidatos serão classificados em ordem crescente de pontuação, de acordo com a pontuação obtida.

4.3 A pontuação da análise de título não será acumulativa, sendo a pontuação máxima permitida de **20 (vinte pontos).**

4.4 A pontuação de tempo de experiência não será cumulativa, sendo a pontuação máxima permitida de **70 (oitenta) pontos, porém será acrescido 10 pontos se comprovada a experiência de atuação na área da Especialização médica**.

4.5 A pontuação máxima do Processo Seletivo Simplificado será de **100 (cem) pontos**.

4.6. Os candidatos que se enquadrarem na hipótese prevista no item 3.2.3 deste edital não terão seus currículos analisados.

4.7. A divulgação da classificação referente à análise curricular e de títulos se **dará 30/04/2021**.

5. DO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO

5.1. A nota final dos candidatos inscritos nos cargos de Médicos será igual ao somatório dos pontos obtidos na análise curricular e na prova de títulos.

5.2. O resultado será disposto apresentando os candidatos posicionados dentro do número de vagas estabelecidas neste Edital, como **APROVADOS.** Os candidatos que se classificarem fora do número de vagas, conforme critérios estabelecidos neste Edital receberão a nomenclatura de **CLASSIFICADOS**, e comporão o Cadastro de Reserva.

5.3. A classificação será feita segundo a ordem decrescente da nota final.

5.4. Em caso de empate na nota final no processo seletivo simplificado, respeitada a área de lotação, terá preferência o candidato que:

5.4.1. Tiver idade igual ou superior a 60 anos completos, até o último dia de inscrição neste processo seletivo simplificado, conforme o art. 27, parágrafo único, da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);

5.4.2. Tiver o maior tempo de experiência profissional;

5.4.3. Tiver maior idade;

5.5. O Resultado será publicado no Quadro de avisos e no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal Pedra Preta.

5.6. O candidato classificado, excedente à vaga atualmente existente, será mantido em cadastro reserva durante o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado e poderá ser convocado em função da disponibilidade de vagas futuras, ficando sob sua responsabilidade o acompanhamento da convocação no **Quadro de avisos e sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Pedra Preta**.

5.7. No caso de não haver classificados para o cargo de Médico PSF e Unidade de Enfrentamento Covid-19, em uma das lotações estabelecidas neste edital, poderá a Administração, em atendimento ao interesse público, convocar candidato classificado em outra localidade, para assumir a vaga.

6. RECURSO

6.1. O candidato que desejar interpor recursos disporá de até **1 (um) dia útil**, a contar da data da divulgação do resultado parcial do processo seletivo simplificado, em requerimento próprio disponibilizado neste edital, encaminhado no endereço **eletrônico: dppessoal@pedrapreta.mt.gov.br**, com cópia obrigatória para o e-mail **saude@pedrapreta.mt.gov.br**

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. A publicação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado Emergencial será feita sempre pela ordem decrescente da nota obtida. O resultado final do Processo Seletivo Simplificado será homologado pelo Prefeito Municipal e divulgado no Quadro de avisos e no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Pedra Preta.

7.2. Considerado apto para o desempenho da Função, nas duas fases previstas neste Edital, o candidato será convocado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA/MT**, observada a ordem de classificação final e obedecido o limite de vagas existentes.

7.3. O candidato, após a convocação, **terá o prazo de até 05 (cinco) dias para se apresentar**, munido da documentação exigida na convocação e exame admissional, devendo entrar em exercício da função de imediato.

7.4. Os candidatos aprovados e classificados dentro do número de vagas estabelecido neste Edital serão convocados para a investidura na Função, sendo-lhes assegurado o direito de contratação até o fim do prazo de validade do certame, a qual, quando ocorrer, obedecerá rigorosamente à ordem de classificação.

7.5. Inexatidão das informações, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificadas posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo Simplificado, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

7.6. A validade deste Processo Seletivo Simplificado é de 1 (um) ano, contados da data da homologação do resultado final.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

Pedra Preta, 26 de abril de 2021.

ADENILDA VIEIRA COELHO

=Chefe do Departamento de Recursos Humanos=

ANEXO I - CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

(As datas deste cronograma poderão sofrer eventuais alterações enquanto não consumada a providência ou evento que lhe disser respeito circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado).

Data	Evento
27/04/2021	Publicação e Divulgação da íntegra do edital de abertura e resumo no Diário Oficial do Município.
27/04/2021 a 28/04/2021	Período de inscrições via e-mail do Departamento de Recursos Humanos ao Processo Seletivo Simplificado.
29/04/2021	Previsão Publicação e Divulgação da confirmação das inscrições e Resultado Parcial da Análise Curricular e Provas de Títulos e abertura de Prazo para recurso
30/04/2021	**Previsão de Publicação e Divulgação do resultado final definitivo apto à homologação pelo Prefeito Municipal e Posterior Homologação Final (caso não haja recursos).**
03/05/2021	Previsão de Publicação e Divulgação de convocação dos possíveis aprovado no processo seletivo simplificado.

ANEXO II - ATRIBUIÇÃO DAS FUNÇÕES

__MÉDICO PLANTONISTAS CLÍNICO GERAL DO HOSPITAL: Atuar em atividades de planejamento, elaboração, coordenação, acompanhamento, assessoramento, pesquisa e execução de procedimentos e programas do setor onde atua: realizando exames médicos, emitindo diagnóstico, prescrevendo medicamentos e outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos de medicina preventiva ou terapêutica, para promover a saúde e o bem-estar do paciente. Examinar o paciente, palpando ou utilizando instrumentos especiais para determinar o diagnóstico ou, sendo necessário, requisitar exames complementares e encaminhá-lo ao especialista. Registrar a consulta médica, anotando em prontuário próprio a queixa, os exames físico e complementares, para efetuar a orientação adequada. Analisar e interpretar resultados de exames de raios-X, bioquímicos, hematológicos e outros, comparando-os com padrões normais, para confirmar ou informar o diagnóstico. Prescrever medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de administração, assim como cuidados a serem observados, para conservar ou estabelecer a saúde do paciente. Efetuar exames médicos destinados à admissão de candidatos a Cargos em ocupações definidas, baseando-se nas exigências da capacidade física e mental das mesmas, para possibilitar o aproveitamento dos mais aptos. Prestar atendimento de urgência em casos de acidentes de trabalho ou alterações agudas de saúde, orientando e/ou executando a terapêutica adequada, para prevenir consequências mais graves ao trabalhador. Emitir atestados de saúde, sanidade e aptidão física e mental e de óbito, para atender às determinações legais. Fazer a perícia e participar da Junta Médica para fins de posse, licença, desvio de função e aposentadoria de servidores do Município; Participar de programas de saúde pública, acompanhando a implantação e avaliação dos resultados, assim como a realização em conjunto com equipe da unidade de a saúde, ações educativas de prevenção às doenças infecciosas, visando preservar a saúde no município. Participar de reuniões de âmbito local, distrital ou regional, mantendo constantemente informações sobre as necessidades na unidade de saúde, para promover a saúde e bem-estar da comunidade. Realizar plantões, conforme escala da Secretaria Municipal de Saúde, incluindo finais de semana e plantões noturnos. Zelar pela conservação de boas condições de trabalho, quanto ao ambiente físico, limpeza e arejamento adequados, visando proporcionar aos pacientes um melhor atendimento. Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato. Atuar, na qualidade de instrutor de treinamentos e outros eventos de igual natureza, mediante participação prévia em processo de qualificação e autorização superior. Realizar visitas domiciliares para acompanhamento dos resultados das cirurgias e tratamentos ministrados a Pacientes. Operar equipamentos e sistemas de informática e outros, quando autorizado e necessário ao exercício das demais atividades. Dirigir veículos leves, mediante autorização prévia, quando necessário ao exercício das demais atividades. Manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho, que estão sob sua responsabilidade.

__Médico de PSF (urbano/rural) ou Unid. saúde: Atuar em atividades de planejamento, elaboração, coordenação, acompanhamento, assessoramento, pesquisa e execução de procedimentos e programas, ligados à área medicina geral do Programa de Saúde da Família-PSF: realizando exames médicos, emitindo diagnóstico, prescrevendo medicamentos e outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos de medicina preventiva ou terapêutica, para promover a saúde e o bem-estar do paciente. Examinar o paciente, palpando ou utilizando instrumentos especiais para determinar o diagnóstico ou, sendo necessário, requisitar exames complementares e encaminhá-lo ao especialista. Registrar a consulta médica, anotando em prontuário próprio a queixa, os exames físico e complementares, para efetuar a orientação adequada. Analisar e interpretar resultados de exames de raios-X, bioquímicos, hematológicos e outros, comparando-os com padrões normais, para confirmar ou informar o diagnóstico. Prescrever medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de administração, assim como cuidados a serem observados, para conservar ou estabelecer a saúde do paciente. Efetuar exames médicos destinados à admissão de candidatos a Cargos em ocupações definidas, baseando-se nas exigências da capacidade física e mental das mesmas, para possibilitar o aproveitamento dos mais aptos. Prestar atendimento de urgência em casos de acidentes de trabalho ou alterações agudas de saúde, orientando e/ou executando a terapêutica adequada, para prevenir consequências mais graves ao trabalhador. Emitir atestados de saúde, sanidade e aptidão física e mental e de óbito, para atender às determinações legais. Participar do Programa de Saúde da Família e de programas de saúde pública, acompanhando a implantação e avaliação dos resultados, assim como a realização em conjunto com equipe da unidade de a saúde, ações educativas de prevenção às doenças infecciosas, visando preservar a saúde no município. Participar de reuniões de âmbito local, distrital ou regional, mantendo constantemente informações sobre as necessidades na unidade de saúde, para promover a saúde e bem-estar da comunidade. Zelar pela conservação de boas condições de trabalho, quanto ao ambiente físico, limpeza e arejamento adequados, visando proporcionar aos pacientes um melhor atendimento. Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato. Atuar, na qualidade de instrutor de treinamentos e outros eventos de igual natureza, mediante participação prévia em processo de qualificação e autorização superior. Realizar visitas domiciliares para acompanhamento dos resultados das cirurgias e tratamentos ministrados a Pacientes. Operar equipamentos e sistemas de informática e outros, quando autorizado e necessário ao exercício das demais atividades. Dirigir veículos leves, mediante autorização prévia, quando necessário ao exercício das demais atividades. Manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho,

que estão sob sua responsabilidade. Atuar em qualquer unidade de saúde municipal a que for designado, em caso de findado o programa de Saúde da Família.

ANEXO III - FORMULÁRIO PARA ENVIO DO CURRÍCULO E TÍTULOS

Ao Departamento de Recursos Humanos - Edital nº 004/2021

Pedra Preta - Mato Grosso.

Referente: Solicito deferimento da Contagem de pontos referente a experiência profissional e prova de títulos

I - Tendo em vista o Edital que determina a entrega de títulos, para o Processo Seletivo Simplificado, venho apresentar a este Departamento, documentos que atestam qualificações, dando margem à contagem de pontos na prova de títulos conforme subitem do Edital.

II - Estou ciente de que os documentos entregues, não serão devolvidos em hipótese alguma, uma vez que serão apensados aos demais documentos relativos ao Processo Seletivo Simplificado.

III - Ainda, DECLARO, para efeitos legais, que a falta ou incorreção de qualquer dos documentos que estiverem relacionados nesta ficha é de minha única responsabilidade, pois os documentos serão entregues por meio digital, e ainda DECLARO sob pena de responsabilidade administrativa e penal, que as informações deste documento são verdadeiras.

IV – Anexo a este formulário, estão currículo e ou certificados de cursos de pós-graduação.

Candidato		**Quantidade de Documentos Entregues**			
Cargo 1ª Opção		**Cargo 2ª Opção**			
Avaliação Curricular e de Títulos	**Início do Curso**	**Término do Curso**	**Carga Horária**	**Pontos Solicitados pelo Candidato**	**Pontuação concedida pela organizadora (NÃO PREENCHER)**
Experiência de 0 a 1 ano	X	X	X		
Experiência de 1 a 5 anos	X	X	X		
Experiência de 5 a 10 anos	X	X	X		
Tempo de Experiência na área de atuação com Especialização Médica	X	X	X		
Pós-Graduação Especialização					
Pós-Graduação Mestrado					
Pós-Graduação Doutorado					
Total de Pontos (Deferidos)					

Pedra Preta/MT, _____de _____ de 2021.

_____

Assinatura do candidato

PORTARIA Nº 266/2021 - FÉRIAS REGULARES DIASSIS MOREIRA DE AZEVEDO

26 DE ABRIL DE 2021.

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES do Servidor Público Municipal e dá outras providências;

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a referida, adquirida no período de **01/04/2017 à 01/04/2018.**

RESOLVE:

ART.1º Conceder FÉRIAS regulares ao servidor **DIASSIS MOREIRA DE AZEVEDO**, concursado como Operador de Maquinas, lotado na Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, a serem usufruídas no período de **01/05/2021 à 30/05/2021**.

ART.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS VINTE E SEIS DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE - PREFEITURA MUNICIPAL
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO
BALANÇO PATRIMONIAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZEMBRO/2020

ATIVO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Ativo Circulante		**16.930.317,63**	**10.513.849,24**
Caixa e Equivalentes de Caixa		16.484.980,30	10.402.661,35
Créditos a Curto Prazo		0,00	8.091,32
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
Estoques		445.337,33	103.096,57
VPD Pagas Antecipadamente		0,00	0,00
Total do Ativo Circulante		**16.930.317,63**	**10.513.849,24**
Ativo Não Circulante		**57.430.211,23**	**57.075.842,47**
Realizável a Longo Prazo		**8.238.452,18**	**6.762.518,59**
Créditos a Longo Prazo		8.238.452,18	6.762.518,59
Investimentos Temporários a Longo Prazo		0,00	0,00
Estoques		0,00	0,00
VPD pagas antecipadamente		0,00	0,00
Investimentos		0,00	0,00
Imobilizado		49.191.759,05	50.313.323,88
Intangível		0,00	0,00
Total do Ativo Não Circulante		**57.430.211,23**	**57.075.842,47**
TOTAL DO ATIVO		**74.360.528,86**	**67.589.691,71**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO
BALANÇO PATRIMONIAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZEMBRO/2020

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Passivo Circulante		**2.096.002,08**	**4.090.193,67**
Obrigações Trab. Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo		732.258,19	616.788,83
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		424.858,73	1.279.121,66
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		65.020,61	40.658,62
Obrigações de Repartições a Outros Entes		0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo		0,00	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo		873.864,55	2.153.624,56
Total do Passivo Circulante		**2.096.002,08**	**4.090.193,67**
Passivo Não Circulante		**32.917.275,61**	**33.552.580,96**
Obrigações Trab. Prev. e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo		32.917.275,61	33.552.580,96
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo		0,00	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo		0,00	0,00
Resultado Diferido		0,00	0,00
Total do Passivo Não Circulante		**32.917.275,61**	**33.552.580,96**
Patrimônio Líquido		**39.347.251,17**	**29.946.917,08**
Patrimônio Social e Capital Social		0,00	0,00
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital		0,00	0,00
Reservas de Capital		0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial		0,00	0,00
Reservas de Lucros		0,00	0,00
Demais Reservas		0,00	0,00
Resultados Acumulados		39.347.251,17	29.946.917,08
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		0,00	0,00
Total do Patrimônio Líquido		**39.347.251,17**	**29.946.917,08**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**74.360.528,86**	**67.589.691,71**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO
QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZEMBRO/2020

	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Ativo (I)		**74.360.528,86**	**67.589.691,71**
Ativo Financeiro		16.484.980,30	10.402.661,35
Ativo Permanente		57.875.548,56	57.187.030,36
Total do Ativo		**74.360.528,86**	**67.589.691,71**
Passivo (II)		**36.206.436,84**	**6.344.052,29**
Passivo Financeiro		3.289.161,23	6.344.052,29
Passivo Permanente		32.917.275,61	0,00
Total do Passivo		**36.206.436,84**	**6.344.052,29**
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)		**38.154.092,02**	**61.245.639,42**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO
QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZEMBRO/2020

	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Atos Potenciais Ativos		**10.322.372,63**	**3.074.526,68**
Garantias e Contragarantias recebidas		0,00	0,00
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres		10.190.506,14	2.942.660,19
Direitos Contratuais		0,00	0,00
Outros atos potenciais ativo		131.866,49	131.866,49
Total dos Atos Potenciais Ativos		**10.322.372,63**	**3.074.526,68**
Atos Potenciais Passivos		**174.849.823,37**	**103.803.994,98**
Garantias e Contragarantias concedidas		0,00	0,00
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres		2.233.679,62	1.573.679,62
Obrigações contratuais		167.802.296,32	97.416.467,93
Outros atos potenciais passivos		4.813.847,43	4.813.847,43
Total dos Atos Potenciais Passivos		**174.849.823,37**	**103.803.994,98**
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS		**-164.527.450,74**	**-100.729.468,30**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO
QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZEMBRO/2020

FONTES DE RECURSOS	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS		3.069.199,60	-1.152.651,75
0.1.01.000000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO		1.382.270,59	633.157,64
0.1.02.000000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE		74.763,29	-965.558,40
0.1.14.000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - UNIAO (RESTOS A PAGAR)		0,00	168.972,14
0.1.15.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE		951.175,65	1.023.167,88
0.1.16.000000 CONTRIBUICAO DE INTERVENCAO DO DOMINIO ECONOMICO - CIDE		0,00	16.057,54
0.1.17.000000 CONTRIBUICAO PARA O CUSTEIO DOS SERVICOS DE ILUMINACAO PUBLICA - COSIP		890.981,48	545.705,12
0.1.18.000000 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB 60%		43.664,75	-296.784,43
0.1.19.000000 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB 40%		-216.471,08	-206.072,63
0.1.22.000000 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - EDUCAÇÃO		8.359,11	441.437,71
0.1.23.000000 TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS - SAUDE		110.915,15	227.212,27
0.1.23.038000 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS CONVÊNIOS - SAÚDE		-6.600,00	0,00
0.1.24.000000 TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS - OUTROS (NAO RELACIONADOS A EDUCACAO/SAUDE/ASSISTENCIA SOCIAL)		1.999.237,48	-761.837,21
0.1.29.000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FNAS		435.239,06	243.347,90
0.1.29.074000 ACOES DE SAUDE PARA ENFRENTAMENTO DO COVID-19-ASSIST. SOCIAL		112.260,00	0,00
0.1.30.000000 RECURSOS DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO - FETHAB		690.319,15	422.856,51
0.1.30.061000 FETHAB (TRANSPORTE ESCOLAR) - INCISO II, § 8º DO ART. 37 DEC. N. 1261/2000		222.585,72	0,00
0.1.37.000000 TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE À CESSÃO ONEROSA - PRÉ-SAL - LEI N. 13.885/2019		961.898,12	961.898,12
0.1.42.000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA +NICO DE SAÚDE - SUS - ESTADO		238.715,45	872.823,66
0.1.46.000000 TRANSF. FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS - BLOCO CUSTEIO		614.065,45	587.008,50
0.1.46.038000 REM. DE DEP. BANCÁRIOS - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO		6.600,00	0,00
0.1.46.074000 ACOES DE SAUDE PARA ENFRENTAMENTO DO COVID-19		-42.675,00	0,00
0.1.47.000000 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE INVES		924.938,00	325.959,98
0.1.92.000000 ALIENACAO DE BENS		2.276,64	0,00
0.1.94.000000 RECURSOS PRÓPRIOS DOS CONSÓRCIOS		0,00	93,96
0.3.00.000000 RECURSOS PROPRIOS		171.145,73	-212.083,75
0.3.01.000000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCACAO		0,00	-31.557,40
0.3.02.000000 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE		5.505,69	5.505,69
0.3.15.000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - FN		38.370,14	48.961,65
0.3.17.000000 COSIP-SUPERAVIT EXERC. ANT. FONTES		-174.653,17	0,00
0.3.22.000000 TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS - EDUCACAO		134.410,21	134.410,21
0.3.23.000000 TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS - SAUDE		203.660,12	203.660,12
0.3.24.000000 TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS - OUTROS (NAO RELACIONADOS A EDUCACAO/SAUDE/ASSISTENCIA SOCIAL)		-46.268,34	94.974,27
0.3.29.000000 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FNAS		50.000,00	50.000,00
0.3.30.000000 RECURSOS DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO-FETHAB		-12.737,47	0,00
0.3.46.000000 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE CUSTE		-65.625,79	65.477,51
0.3.47.000000 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE INVES		418.293,34	418.293,34
Total das Fontes de Recursos		**13.195.819,07**	**3.864.436,15**

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE - PREFEITURA MUNICIPAL
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO
BALANÇO FINANCEIRO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZEMBRO/2020

INGRESSOS	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Receita Orçamentária (I)		**119.078.950,82**	**83.628.978,75**
Ordinária		44.763.323,11	29.516.230,93
Vinculada		74.315.627,71	54.112.747,82
Recursos Vinculados à Educação		29.707.702,52	26.271.530,35
Recursos Vinculados à Saúde		35.008.226,78	21.758.227,01
Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social – RGPS		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Seguridade Social		1.047.161,70	653.634,70
Outras Destinações de Recursos		8.552.536,71	5.429.355,76
Transferências Financeiras Recebidas (II)		**0,00**	**0,00**
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Outras transferências Recebidas		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		**11.226.879,63**	**14.064.788,95**
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		1.193.159,15	2.981.087,76
Inscrição de Restos a Pagar Processados		1.073.715,84	2.184.016,96
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		8.911.002,38	8.846.405,96
Outros Recebimentos Extraorçamentários		49.002,26	53.278,27
Saldo do Exercício Anterior (IV)		**10.402.661,35**	**8.324.891,78**
Caixa e Equivalentes de Caixa		10.402.661,35	8.324.891,78
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		**140.708.491,80**	**106.018.659,48**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO
BALANÇO FINANCEIRO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZEMBRO/2020

DISPÊNDIOS	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Despesa Orçamentária (VI)		**109.106.995,90**	**81.204.943,22**
Ordinária		32.495.765,60	22.590.604,19
Vinculada		76.611.230,30	58.614.339,03
Recursos Destinados à Educação		27.720.876,06	25.731.772,61
Recursos Destinados à Saúde		38.719.371,23	26.700.123,69
Recursos Destinados à Previdência Social - RPPS		0,00	0,00
Recursos Destinados à Previdência Social - RGPS		0,00	0,00
Recursos Destinados à Seguridade Social		1.292.351,62	1.342.691,11
Outras Destinações de Recursos		8.878.631,39	4.839.751,62
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		**3.240.000,00**	**2.993.000,00**
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		3.240.000,00	2.993.000,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Outras Transferências Concedidas		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		**11.876.515,60**	**11.418.054,91**
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		818.467,04	1.094.579,40
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		2.187.432,57	1.490.024,39
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		8.829.705,05	8.772.081,53
Outros Pagamentos Extraorçamentários		40.910,94	61.369,59
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)		**16.484.980,30**	**10.402.661,35**
Caixa e Equivalentes de Caixa		16.484.980,30	10.402.661,35
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		**140.708.491,80**	**106.018.659,48**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO
BALANÇO FINANCEIRO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZEMBRO/2020

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual			Exercício Anterior		
	Receita Orçamentária (a)	Deduções da Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a - b)	Receita Orçamentária (d)	Deduções da Receita Orçamentária (e)	Saldo (f) = (d - e)
Ordinária	**49.857.885,60**	**5.094.562,49**	**44.763.323,11**	**34.602.725,78**	**5.086.494,85**	**29.516.230,93**
Vinculada	**77.178.350,63**	**2.862.722,92**	**74.315.627,71**	**56.670.042,85**	**2.557.295,03**	**54.112.747,82**
Recursos Vinculados à Educação	31.275.271,22	1.567.568,70	29.707.702,52	27.667.522,11	1.395.991,76	26.271.530,35
Recursos Vinculados à Saúde	36.303.381,00	1.295.154,22	35.008.226,78	22.919.530,28	1.161.303,27	21.758.227,01
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social	1.047.161,70	0,00	1.047.161,70	653.634,70	0,00	653.634,70
Outras Destinações de Recursos	8.552.536,71	0,00	8.552.536,71	5.429.355,76	0,00	5.429.355,76
TOTAL	**127.036.236,23**	**7.957.285,41**	**119.078.950,82**	**91.272.768,63**	**7.643.789,88**	**83.628.978,75**

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE - PREFEITURA MUNICIPAL
ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZEMBRO/2020

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d)=(c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)	**82.940.000,00**	**101.617.258,90**	**113.747.360,64**	**12.130.101,74**
RECEITA TRIBUTÁRIA	8.260.650,00	10.917.778,15	12.116.589,24	1.198.811,09
Impostos	5.947.850,00	8.604.978,15	9.429.820,12	824.841,97
Taxas	811.300,00	811.300,00	1.263.957,18	452.657,18
Contribuição de Melhoria	1.501.500,00	1.501.500,00	1.422.811,94	-78.688,06
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	256.000,00	256.000,00	74.947,13	-181.052,87
Receitas Imobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	256.000,00	256.000,00	74.947,13	-181.052,87
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVICOS	1.100,00	1.100,00	0,00	-1.100,00
TRANSFERENCIAS CORRENTES	74.070.750,00	90.090.880,75	101.076.096,38	10.985.215,63
Transferências Intergovernamentais	73.966.750,00	81.354.241,97	84.437.949,63	3.083.707,66
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	104.000,00	8.736.638,78	16.638.146,75	7.901.507,97
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	351.500,00	351.500,00	479.727,89	128.227,89
Multas e Juros de Mora	1.000,00	1.000,00	19.491,08	18.491,08
Indenizações e Restituições	150.500,00	150.500,00	19.508,65	-130.991,35
Receita da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	200.000,00	200.000,00	440.728,16	240.728,16
RECEITAS DE CAPITAL (II)	**9.060.000,00**	**9.060.000,00**	**5.331.590,18**	**-3.728.409,82**
OPERAÇÕES DE CREDITO	200.000,00	200.000,00	0,00	-200.000,00
Operações de Crédito Internas	200.000,00	200.000,00	0,00	-200.000,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	300.000,00	300.000,00	4.553,28	-295.446,72
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	300.000,00	300.000,00	4.553,28	-295.446,72
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERENCIA DE CAPITAL	8.560.000,00	8.560.000,00	5.327.036,90	-3.232.963,10
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II)	**92.000.000,00**	**110.677.258,90**	**119.078.950,82**	**8.401.691,92**
OPERAÇÕES DE CREDITO/ REFINANCIAMENTO (V)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito Internas	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV+V)	**92.000.000,00**	**110.677.258,90**	**119.078.950,82**	**8.401.691,92**
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	**92.000.000,00**	**110.677.258,90**	**119.078.950,82**	**8.401.691,92**
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados Para Créditos Adicionais)	**5.053.156,00**	**5.053.156,00**	**5.053.156,00**	**0,00**
Superávit Financeiro	5.053.156,00	5.053.156,00	5.053.156,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZEMBRO/2020

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j)=(f-g)
Despesas Correntes (IX)	**80.229.271,19**	**102.797.800,32**	**99.876.051,26**	**98.687.960,62**	**97.822.972,94**	**2.921.749,06**
Pessoal e Encargos Sociais	46.258.606,02	52.592.441,67	51.940.999,42	51.940.999,42	51.376.553,01	651.442,25
Juros e Encargos da Dívida	300.000,00	426.900,00	426.787,11	426.787,11	392.052,48	112,89
Outras Despesas Correntes	33.670.665,17	49.778.458,65	47.508.264,73	46.320.174,09	46.054.367,45	2.270.193,92
Despesas de Capital (X)	**8.515.728,81**	**9.692.614,58**	**9.230.944,64**	**9.225.876,13**	**9.017.147,97**	**461.669,94**
Investimentos	8.315.728,81	9.484.064,58	9.022.426,40	9.017.357,89	8.825.160,92	461.638,18
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	200.000,00	208.550,00	208.518,24	208.518,24	191.987,05	31,76
Reserva de Contingência (XI)	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Reserva do RPPS (XII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	**88.760.000,00**	**112.490.414,90**	**109.106.995,90**	**107.913.836,75**	**106.840.120,91**	**3.383.419,00**
Amortização da Dívida/ Refinanciamento (XIV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	**88.760.000,00**	**112.490.414,90**	**109.106.995,90**	**107.913.836,75**	**106.840.120,91**	**3.383.419,00**
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	**88.760.000,00**	**112.490.414,90**	**119.078.950,82**	**107.913.836,75**	**106.840.120,91**	**-6.588.535,92**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZEMBRO/2020

	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
Despesas Correntes	**8.483,76**	**1.669.900,08**	**480.566,31**	**480.566,31**	**1.197.817,53**	**0,00**
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	700,00	700,00	700,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	8.483,76	1.669.200,08	479.866,31	479.866,31	1.197.817,53	0,00
Despesas de Capital	**193.780,47**	**1.311.187,68**	**337.900,73**	**337.900,73**	**1.167.067,42**	**0,00**
Investimentos	193.780,47	1.311.187,68	337.900,73	337.900,73	1.167.067,42	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**202.264,23**	**2.981.087,76**	**818.467,04**	**818.467,04**	**2.364.884,95**	**0,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZEMBRO/2020

	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)	(c)	(d)	(e) = (a+b-c-d)
Despesas Correntes	**292.168,49**	**1.977.574,86**	**1.980.990,47**	**0,00**	**288.752,88**
Pessoal e Encargos Sociais	113.718,80	503.070,03	500.242,87	0,00	116.545,96
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	178.449,69	1.474.504,83	1.480.747,60	0,00	172.206,92
Despesas de Capital	**1.291,47**	**206.442,10**	**206.442,10**	**0,00**	**1.291,47**
Investimentos	1.291,47	206.442,10	206.442,10	0,00	1.291,47
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	1.291,47
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**293.459,96**	**2.184.016,96**	**2.187.432,57**	**0,00**	**290.044,35**

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE - PREFEITURA MUNICIPAL
ANEXO 15 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZEMBRO/2020

	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		**129.471.647,97**	**93.181.890,81**
Impostos Taxas e Contribuições de Melhoria		13.722.258,88	10.344.994,55
Contribuições		0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens Serviços e Direitos		0,00	10,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		117.840,94	248.541,09
Transferências e Delegações Recebidas		114.058.088,98	80.912.830,97
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		824.896,99	1.262.991,11
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		748.562,18	412.523,09
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		**129.471.647,97**	**93.181.890,81**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		**121.892.084,95**	**119.703.347,82**
Pessoal e Encargos		51.945.329,42	45.732.709,32
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		97.297,20	99.417,78
Uso de Bens Serviços e Consumo de Capital Fixo		33.278.796,03	20.965.373,09
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		530.675,85	79.909,23
Transferências e Delegações Concedidas		22.778.183,34	17.176.936,23
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos		12.258.267,44	34.880.163,01
Tributárias		1.003.535,67	723.239,16
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		0,00	45.600,00
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		**121.892.084,95**	**119.703.347,82**
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)		**7.579.563,02**	**-26.521.457,01**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZEMBRO/2020

NOTA I - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Impostos	11.204.915,48	7.710.987,73
Taxas	1.068.209,90	1.399.763,26
Contribuições de Melhoria	1.449.133,50	1.234.243,56
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**13.722.258,88**	**10.344.994,55**
NOTA II - CONTRIBUIÇÕES	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Contribuições Sociais	0,00	0,00
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	0,00	0,00
Contribuições	**0,00**	**0,00**
NOTA III - EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Vendas de Mercadorias	0,00	0,00
Vendas de Produtos	0,00	0,00
Exploração de Bens Direitos e Prestação de Serviços	0,00	10,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	**0,00**	**10,00**
NOTA IV - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	42.893,81	32.023,94
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Obtidos	0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	74.947,13	216.517,15
Aportes do Banco Central	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	**117.840,94**	**248.541,09**
NOTA V - TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Transferências Intragovernamentais	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	94.860.286,73	62.469.128,36
Transferências das Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais	19.197.802,25	18.348.679,55
Transferências de Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada de Entes	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas	0,00	95.023,06
Transferências e Delegações Recebidas	**114.058.088,98**	**80.912.830,97**
NOTA VI - VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Reavaliação de Ativos	0,00	12.750,00
Ganhos com Alienação	0,00	731.003,00
Ganhos com Incorporação de Ativos	11.326,79	100.719,00
Desincorporação de Passivos	813.570,20	418.519,11
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	**824.896,99**	**1.262.991,11**
NOTA VII - OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
VPA a classificar	0,00	0,00
Resultado Positivo de Participações	0,00	0,00
Operações da Autoridade Monetária	0,00	0,00
Subvenções Econômicas	0,00	0,00
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	748.562,18	412.523,09
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	**748.562,18**	**412.523,09**
NOTA VIII - PESSOAL E ENCARGOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Remuneração a Pessoal	44.230.952,68	36.702.341,50
Encargos Patronais	7.376.536,74	6.416.005,45
Benefícios a Pessoal	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	337.840,00	2.614.362,37
Pessoal e Encargos	**51.945.329,42**	**45.732.709,32**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZEMBRO/2020

NOTA IX - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Aposentadorias e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Benefícios de Prestação Continuada	0,00	0,00
Benefícios Eventuais	0,00	0,00
Políticas Públicas de Transferência de Renda	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	97.297,20	99.417,78
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	**97.297,20**	**99.417,78**
NOTA X - USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Uso de Material de Consumo	11.237.113,91	8.184.093,41
Serviços	22.041.682,12	12.781.279,68
Depreciação Amortização e Exaustão	0,00	0,00
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**33.278.796,03**	**20.965.373,09**
NOTA XI - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	504.698,49	79.909,23
Juros e Encargos de Mora	25.977,36	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Concedidos	0,00	0,00
Aporte ao Banco Central	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Financeiras	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	**530.675,85**	**79.909,23**
NOTA XII - TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Transferências Intragovernamentais	3.240.000,00	2.993.000,00
Transferências Intergovernamentais	7.848.563,62	7.268.409,01
Transferências a Instituições Privadas	212.638,88	504.238,88
Transferências a Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências a Consórcios Públicos	11.476.980,84	6.411.288,34
Transferências ao Exterior	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada de Entes	0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas	0,00	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	**22.778.183,34**	**17.176.936,23**
NOTA XIII - DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	1.316.072,58	1.046.392,80
Perdas com Alienação	0,00	0,00
Perdas Involuntárias	0,00	0,00
Incorporação de Passivos	0,00	33.599.018,42
Desincorporação de Ativos	10.942.194,86	234.751,79
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	**12.258.267,44**	**34.880.163,01**
NOTA XIV - TRIBUTÁRIAS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Impostos Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	1.003.535,67	723.239,16
Total de VPD Tributárias	**1.003.535,67**	**723.239,16**
NOTA XV - CUSTO DAS MERCADORIAS E PRODUTOS VENDIDOS, E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Custos das Mercadorias Vendidas	0,00	0,00
Custos dos Produtos Vendidos	0,00	0,00
Custos dos Serviços Prestados	0,00	0,00
Total de Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados	**0,00**	**0,00**
NOTA XVI - OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Premiações	0,00	45.600,00
Resultado Negativo de Participações	0,00	0,00
Operações da Autoridade Monetária	0,00	0,00
Incentivos	0,00	0,00
Subvenções Econômicas	0,00	0,00
Participações e Contribuições	0,00	0,00
Constituição de Provisões	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	0,00	0,00
Total de Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	**0,00**	**45.600,00**

ADESÃO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO – MT

ADESÃO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, Estado de Mato Grosso, faz saber que aderiu a Ata de Registro de Preço nº 054/ 2020, oriundo do Pregão Presencial - SRP nº 013/2020 realizado pelo município de Água Boa - MT, cujo objeto é “FUTURA E EVENTUAL

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR, DO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO – MT ORIUNDO DO MUNICIPIO DE AGUA BOA – MT", conforme proposta e contrato firmado com a empresa COPLAN – CONSULTORIA E PLANEJAMENTO EIRELI - CNPJ 07.281.368/0001-14 no valor total de R$ 177. 000,00 (CENTO E SETENTA E SETE MIL REAIS).

Peixoto de Azevedo, 26 de abril de 2021.

Mauricio ferreira de souza

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº. 010/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT

A prorrogação promovida pelo Termo Aditivo se deve pela necessidade dos serviços e de acordo com o interesse da contratante conforme previsto no artigo 57, da Lei nº 8.666/93 e na **CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO, PRAZO E VIGÊNCIA, subitem 2.1 e 2.1.4** constantes no termo contratual celebrado entre as partes. **PRORROGA-SE** o período de vigência contratual de **19/04/2021** para mais **01** (um) mês passando a estabelecer o fim da vigência em **19/05/2021. CONTRATANTE**: Prefeitura Municipal de Planalto da Serra- MT **CONTRATADA**: EMTEC Empresa De Tecnologia Empreendimentos De Comunicações E Informática LTDA, **CNPJ** n° 07.777.792/00001-54**. Data de assinatura do termo**: 09/04/2021**.**

EXTRATO DO CONTRATO N° 019/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA – MT

OBJETO:*Contratação de empresa para prestar serviços elétricos nas redes de iluminação pública de toda extensão urbana composta de ruas e avenidas do município de Planalto Da Serra-MT, a manutenção deverá ser corretiva, incluindo a instalação sem o fornecimento de materiais*, nas condições e especificações contidas no termo de referência anexo I.

CONTRATANTE: Prefeitura municipal de Planalto da Serra-MT.

CONTRATADA:Coelho E Machado – LTDA

CNPJ: 32.653.527/0001-89

VIGÊNCIA: 05/04/2021 à 05/05/2021.

VALOR GLOBAL: R$ 15.000,00

NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N° 020/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA – MT

OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento, a contratação dos serviços de **PSICÓLOGA**, que serão prestados na Secretaria Municipal de Assistência Social Gestão e Trabalho-CRAS, deste Município.

CONTRATANTE: Prefeitura municipal de Planalto da Serra-MT.

CONTRATADA:Millena Pereira Paiva

CPF: 057.161.681-08

VIGÊNCIA: 05/04/2021 à 05/12/2021.

VALOR GLOBAL: R$ 24.652,00

NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N° 018/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA – MT

OBJETO: O objeto do presente contrato destina a contratação de pessoa física para execução de serviços como **ENFERMEIRA** no âmbito de abrangência do Município de Planalto da Serra – MT.

CONTRATANTE: Prefeitura municipal de Planalto da Serra-MT.

CONTRATADA:Joelma Da Silva Ferreira

CPF: 051.334.691-01

VIGÊNCIA: 01/04/2021 à 01/05/2021.

VALOR GLOBAL: R$ 4.776,31

NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO – Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS PORTARIA Nº 102/GP/2021

PORTARIA Nº 102/GP/2021 Em 26 de Abril de 2021.

"Dispõe sobre Homologação das Resoluções nº 008, 009, 010, 011, 012, 013 e 014/2021 da Comissão Farmacoterapêutica (CFT) de Pontal do Araguaia/MT e dá outras providências**".**

ADELCINO FRANCISCO LOPO,Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e

R E S O L V E:

Art. 1º - Homologar as Resoluções da Comissão Farmacoterapêutica (CFT) de Pontal do Araguaia, abaixo especificadas:

Resolução nº 08/CFT/PA/2021 de 22/04/2021: Dispõe sobre medicamentos do jovem Danylo dos Santos Gomes.

Resolução nº 09/CFT/PA/2021 de 22/04/2021: Dispõe sobre medicamento do Sr. Leandro Antunes da Silva Barbosa.

Resolução nº 10/CFT/PA/2021 de 22/04/2021: Dispõe sobre medicamentos da criança Daniel Gomes Soares da Silva.

Resolução nº 11/CFT/PA/2021 de 22/04/2021: Dispõe sobre medicamento do Sr. Jonas de Oliveira Sousa.

Resolução nº 12/CFT/PA/2021 de 22/04/2021: Dispõe sobre medicamento do Sr. Pedro Pereira da Silva.

Resolução nº 13/CFT/PA/2021 de 22/04/2021: Dispõe sobre medicamentos do jovem Daymon José Gomes dos Reis.

Resolução nº 14/CFT/PA/2021 de 22/04/2021: Dispõe sobre medicamentos da Srª. Marcolina Sousa Lima.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 26 de abril de 2021.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2021

PREGÃO ELETRONICO – SRP 001/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA.

CONTRATADA: D ROCHA BONFIM - ME

OBJETO: AQUISIÇÃO FUTURA DE PANIFICAÇÃO TAIS COMO PÃES, BOLOS E PRODUTOS EM GERAL DE PANIFICADORA PARA ATEN-

DER A SECRETARIA AÇÃO SOCIAL, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES

DATA DA ASSINATURA: 16 DE ABRIL DE 2021

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 516.946,00 (QUINHENTOS E DEZESSEIS MIL NOVECENTOS E QUARENTA E SEIS REAIS).

ALESSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA

PREGOEIRO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
COVID-19: TERMO DE RATIFICAÇÃO- DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº34/2021 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 69/2021

O prefeito municipal de Porto Alegre do Norte – MT, Respaldado no inciso II e X do artigo 24, da Lei nº 8.666/93 e no Parecer Jurídico, AUTORIZA a contratação direta, através da dispensa de licitação, visando a **"Aquisição de Máscara Facial Neoprene Silkada para Doação a População na Prevenção e Combate a Pandemia COVID 19, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre do Norte/MT. "**

Favorecido:CHICK BOA CONFECÇÕES EIRELI

CNPJ: 29.806.327/0001-37 **Valor:** R$ 15.500,00 (Quinze Mil e Quinhentos Reais)

Em cumprimento ao disposto no artigo 26 da Lei nº 8.666/93 DETERMINO a publicação da presente ratificação no Diário Oficial dos Municípios, para que produza os efeitos legais.

Porto Alegre do Norte – MT, 26 de Abril de 2021.

Daniel Rosa do Lago

Prefeito

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
PUBLICAÇÃO TERCEIRO TERMO DE REAJUSTE DE VALOR DO CONTRATO Nº 21 2020

TERCEIRO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N° 21/2020, Processo Administrativo nº. 48/2020, referente ao Pregão Presencial nº. 14/2020, Originada Processo Administrativo n° 4818/2019 do Pregão Presencial n° 53/2019 Adesão a Ata de Registro de Preço nº 58/2019 Prefeitura Municipal de Santa Rita do Araguaia-GO, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE – MT E A empresa PUBLICARBR CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º 95.867.065/0001-45. O presente instrumento tem por objeto aditiva o valor estimado da recuperação de crédito tributário federais e restabelecer o valor da renumeração contratual, nos termos do Contrato Administrativo nº 21/2020. Contratação de empresa para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE AUDITORIA, ASSESSORIA E CONSULTORIA para diagnosticar, recuperar, compensar e reduzir encargos tributários, RAT e outros, num total estimado de R$ 1.444.347,15 (Um milhão e quatrocentos e quarenta e quatro mil e trezentos e quarenta e sete reais e quinze centavos) de um Contingente/de Créditos tributários Fiscais estimado no total em R$ 1.258,025,36 (Um milhão e duzentos e cinqüenta e oito mil e vinte cinco reais e trinta e seis centavos), cuja a renumeração global do Contratado corresponderá ao valor em R$ 288.869,43 (Duzentos e oitenta e oito mil e oitocentos e sessenta e nove reais e quarenta e três centavos), para atender as necessidades da Secretaria de Finanças. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder aos ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal nº 920/2020, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercícios de 2021 – LDO, e na Lei Municipal nº 805/2017, Plano Plurianual 2018/2021, conforme a Lei nº 940/2021 – 12/04/2021.

Porto Alegre do Norte – MT, 14 de abril de 2021.

DANIEL ROSA DO LAGO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 02/2021

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO EDITAL COMPLEMENTAR nº 02/2021

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

A Prefeitura Municipal de Porto Esperidião - MT e a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público nº. 01/2021, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO, o encerramento do prazo para requerimento de isenção de taxas de inscrição do Processo Seletivo Público nº. 01/2021 da Prefeitura Municipal de Porto Esperidião– MT.

RESOLVEM:

1º - Em atendimento ao Cronograma do Edital Processo Seletivo Público nº. 01/2021, item 3, "D", da Prefeitura Municipal de Porto Esperidião– MT, DIVULGAR o resultado dos requerimentos tempestivos de isenção de taxas de inscrição Deferidas e Indeferidas conforme segue:

a) ANEXO I – REQUERIMENTOS DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO DEFERIDAS. b) b) ANEXO II - REQUERIMENTOS DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO INDEFERIDOS. 2º - Nos termos do item 13 e seus subitens do Edital do Processo Seletivo Público nº. 01/2021, da Prefeitura Municipal de Porto Esperidião– MT, fica em vigência o prazo legal de recursos quanto ao conteúdo deste Edital Complementar a partir de sua publicação. 3º - Este Edital Complementar e seus anexos ficarão à disposição dos interessados no Quadro Mural da Prefeitura Municipal de Porto Esperidião - MT e no endereço eletrônico: https:/ www.pmportoesperidiao.com.br

Porto Esperidião 26 de Abril de 2021.

Martins Dias de OliveiraHERCULIS ALBERTINI VENTURELL

Prefeito Municipal PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

ANEXO I

REQUERIMENTOS DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO DEFERIDOS

Qtde	N. INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF	CARGO	MOTIVO
01	0000059	JOANA DE SOUZA ALEXANDRINA	888.654.441.34	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE MICROÁREA 01	DEFERIDO- Atendeu requisitos do Edital.
02	0000062	ANAIDES SURUBI MACONHAO	04463766125	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE MICROÁREA 33	DEFERIDO- Atendeu requisitos do Edital.

ANEXO II

REQUERIMENTOS DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO INDEFERIDOS

Qtde	N. INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF	CARGO	MOTIVO
01	0000083	EVERTTON ANTONIO GONZAGA DA SILVA	034.068.391-00	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE MICROAREA 03	**INDEFERIDO –** Candidato não atendeu os requisito do Edital, não apresentou comprovante do último beneficio recebido.
02	0000084	EMELLI GABRIELI SANTOS RAMOS	062.401.571-80	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE MICROAREA 01	**INDEFERIDO –** Candidato não atendeu os requisito do Edital, Não Apresentou Requerimento de Isenção, e Comprovante do último beneficio recebido conforme exigido,

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DO QUARTO TERMO ADITIVO

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 99/2019

Pelo presente instrumento de Termo Aditivo de PRORROGAÇÃO DE PRAZO, que se regula pelos preceitos de Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado termos da lei 8.666/93. Em seu Art. 57 inciso I e II, **as partes adiante identificadas têm entre si, justo e contratado o quanto segue:**

DAS PARTES

O MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no **CNPJ 03.238.904/0001-48**, com sede administrativa na Rua Arnaldo Jorge da Cunha, Nº. 444, Centro, PORTO ESPERIDIÃO - MT, neste ato representado pelo seu Prefeito **Sr. MARTINS DIAS DE OLIVEIRA,** brasileiro, casado, portador da Cédula de identidade RG 377970 e CPF 299.631.761.00, residente e domiciliado na Rua: Ramão Lara franco, nº: 78 – Centro, Porto Esperidião – MT, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE,** e a empresa **O.L CESCON-ME CNPJ:04.746.377/0001-45, endereço Rua Nova Caledônia s/n – Cep: 78240.000 Porto Esperidião-MT. Neste Ato representado pelo senhor Sr. ORANDI LUIZ CESCON, portador da Carteira de Identidade nº. 355305 Expedida pelo SSP-MT, CPF: 172.184.382-72** Doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 99/2019, com fulcro na Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E FINALIDADE

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DA QUADRA COBERTA DA ESCOLA MUNICPAL D. LILA HILL DE SOUZA.

CLÁUSULA SEGUNDA DA VIGÊNCIA

O presente termo aditivo terá por finalidade de prorrogar o prazo de conforme o que prevê a clausula sexta do contrato 99/2019, nos termos da lei 8.666/93 em seu art. 65 suas posteriores alterações, que terá sua vigência **apartir de até 31 de maio de 202 com validade até 31 de maio de 2022**, podendo ser prorrogada em comum acordo entre as partes e que for permitido por lei.

CLÁUSULA SEGUNDA DA DOTAÇÃO:

As despesas decorrentes com a aquisição futura do objeto desta licitação correrão por conta dos recursos Orçamentários **do exercício 2021.**

CLAUSULA TERCEIRA DO ADITAMENTO

Todas as demais cláusulas do Contrato original, permanecerão inalterados e serão mantidas integralmente.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

E, por estarem assim, em pleno acordo as partes elegem o foro da Comarca de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso para dirimir todas as questões deste processo Licitatório que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do código civil.

Firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, prometendo respeitar fielmente por si os seus sucessores legais, todas as cláusulas contratuais, tudo na presença de duas testemunhas que também assinam.

Porto Esperidião - MT, 29 de Março de 2021.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL

O.L CESCON-ME

CNPJ:04.746.377/0001-45

TESTEMUNHAS

RONEY BATISTA CARDOSO

CPF: 883.928.801-53

PORTARIA N°. 084/2021, DE 20 DE ABRIL DE 2021.

PORTARIA N°. 084/2021, DE 20 DE ABRIL DE 2021.

Dispõe sobre nomeação para ocupar o cargo comissionado de COORDENADOR DE ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS do Município de Porto Esperidião-MT.

O Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e consoante o disposto no art. 52, da Lei Complementar nº 018/2003 de 15 de dezembro de 2003;

RESOLVE:

Art. 1º – **NOMEAR**, a partir desta data **20 DE ABRIL DE 2021**, o senhor **ANANIAS CARDOSO DA SILVA**, portador do RG n.º 978757 SSP/MT e do CPF n.º 651.072.251-87, para ocupar o cargo em Comissão de **COORDENADOR DE ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS** da secretaria de obras e serviços públicos do Município de Porto Esperidião-MT.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposiçoes em contrario.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 20 de abril de 2021.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/FUNDO DE PREVIDENCIA
PORTARIA N.º 038/2021 DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO MANDATO DO CONSELHO PREVIDENCIARIO DO FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE PORTO ESTRELA-PREVI-PORTO.

O Prefeito do Município de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, Eugenio Pelachim no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

Considerando a existência da pandemia do COVID 19 (novo coronavirus), nos termos declarado pela Organização Mundial da Saúde no país e a permanente necessidade de novas medidas emergenciais e adicionais a serem implementadas no âmbito do Município de Porto Estrela com fito a proliferação do COVID 19.

Considerando que o município possui uma gestão humanizada que visa auxiliar a população acerca da pandemia decorrente do Novo Coronavírus (COVID19) de caráter global;

Considerando o número crescente de casos de contaminação, inclusive ocorrência de mortes, o município decidiu tomar algumas medidas;

Considerando, por fim, as medidas de restrição social e econômica adotadas por meio dos Decretos municipais.

Considerando o decreto 039 de 13 de abril de 2021 que dispõe sobre a quarentena obrigatório a e suspensão de determinados serviços e atividades;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar o mandato do *CONSELHO PREVIDENCIARIO* do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Porto Estrela– PREVI- PORTO, até 31 de Dezembro do corrente ano ou a realização de nova eleição .

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 13/04/2021.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Porto Estrela/MT, 20 de Abril de 2021.

Eugenio Pelachim

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

ASSESSORIA JURÍDICA
COVID-19: DECRETO MUNICIPAL N.º 035, DE 24 DE ABRIL DE 2021.

DECRETO N.º 035/2021 Poxoréu/MT, 24 de abril de 2021.

Altera o Decreto Municipal n.º 025, de 26/03/2021, que dispõe de medidas de enfrentamento à disseminação do novo Coronavírus no âmbito do Município de Poxoréu, em adequação ao Decreto Estadual n.º 897/2021, na forma que menciona.

NELSON ANTÔNIO PAIM, Prefeito Municipal de Poxoréu – MT, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal de Poxoréu/MT, especialmente o contido no art. 113, inciso I, alínea *a*, edita o seguinte:

CONSIDERANDO as disposições do Decreto Estadual n.º 897/2021, que flexibilizou regras do Decreto Estadual n.º 874/2021, que o Município de Poxoréu/MT aderiu através do Decreto Municipal n.º 025/2021;

CONSIDERANDO que o Comitê Paritário de Enfrentamento ao COVID-19 do Município de Poxoréu/MT decidiu, na data de 24/04/2021, aderir também às alterações propostas pelo Decreto Estadual n.º 897/2021;

DECRETA:

Art. 1.º O Decreto Municipal n.º 025/2021, passa a viger com as seguintes alterações:

Art. 5.º [...]

IV - [...]

d) Revogado;

[...]

Art. 7.º [...]

I - *De segunda a sábado, autorizado o funcionamento somente no período compreendido entre as 05h00m e as 22h00m;*

II - *Aos domingos, autorizado o funcionamento somente no período entre as 05h00m e as 12h00m.*

[...]

§ 5.º Revogado.

§ 6.º *Excepcionalmente, os restaurantes, inclusive localizados em shopping centers, poderão funcionar aos domingos até as 15h00m, obedecidos os protocolos de saúde e normas sanitárias definidas neste Decreto.*

[...]

§ 8.º *Fica autorizado o funcionamento de restaurantes e congêneres nas modalidades take-away e drive-thru somente até às 22h45m, permitido o serviço de delivery até as 23h59m, de segunda a domingo.*

[...]

Art. 8.º *Quando a taxa de ocupação estadual das UTI's for superior a 85% (oitenta e cinco por cento), além das medidas aplicáveis à respectiva classificação de risco, conforme art. 4.º e 5.º deste Decreto, fica instituída restrição de circulação de pessoas em todo o território do Estado de Mato Grosso das 23h00m até as 05h00m.*

§ 1.º *Excetuam-se da restrição disposta no caput do presente artigo os funcionários, prestadores e consumidores das atividades e serviços cujo funcionamento é permitido após as 23h00m, bem como outras situações específicas a serem analisadas pela autoridade responsável pela fiscalização.*

[...]

Art. 11. *Quando a taxa de ocupação das UTI's for superior a 85% (oitenta e cinco por cento), além das medidas aplicáveis à respectiva classificação de risco, conforme art. 4.º e 5.º deste Decreto, o consumo de bebidas alcoólicas nos locais de venda ficará restrito àqueles sentados à mesa do respectivo estabelecimento, respeitados os limites de horário e a capacidade permitidos para seu funcionamento, obedecidos os protocolos de saúde e normas sanitárias definidos neste Decreto.*

Art. 2.º As regras dispostas neste Decreto entram em vigor na data de 25 de abril de 2021.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT.

_____

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu/MT

Este Decreto foi devidamente publicado no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu na data de 26 de abril de 2021, em conformidade com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica Municipal de Poxoréu.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO

onde - se ler	lê -se
Resultante da análise e classificação das propostas apresentadas a licitação acima especificada,	Resultante da análise e classificação das propostas apresentadas a licitação acima especificada, a Comissão Permanente de Licitação desta Prefeitura Municipal resolve adjudicar aos proponentes L. C. DE SOUZA - ME. Perfazendo o valor total de R$ 275.269,25 (duzentos e setenta e cinco mil, duzentos e

a Comissão Permanente de Licitação desta Prefeitura Municipal resolve adjudicar aos proponentes ALTO GIRO ATACADO E DISTRIBUIDORA DE AVIAMENTOS LTDA EP parte do objeto da licitação, no valor de R$ 434.117,25, (quatrocentos e trinta e quatro mil, cento e dezessete reais e vinte e cinco centavos) CANTINHO LIVRARIA E PAPELARIA LTDA - ME parte do objeto da licitação, no valor de R$ 434.117,25, (quatrocentos e trinta e quatro mil, cento e dezessete reais e vinte e cinco centavos) COMERCIAL PRIME DE MOVEIS -EIRELLI parte do objeto da licitação, no valor de R$ 434.117,25, (quatrocentos e trinta e quatro mil, cento e dezessete reais e vinte e cinco centavos) MADSON ATACADO parte do objeto da licitação, no valor de R$ 434.117,25, (quatrocentos e trinta e quatro mil, cento e dezessete reais e vinte e cinco centavos) ORIGINAL PAPELARIA E SERVIÇOS parte do objeto da licitação, no valor de R$ 434.117,25, (quatrocentos e trinta e quatro mil, cento e dezessete reais e vinte e cinco centavos) SANTOS E AZEVEDO LTDA parte do objeto da licitação, no valor de R$ 434.117,25, (quatrocentos e trinta e quatro mil, cento e dezessete reais e vinte e cinco centavos) SOMA COMERCIO SERVIÇOS EIRELI- EPP parte do objeto da licitação, no valor de R$ 434.117,25, (quatrocentos e trinta e quatro mil, cento e dezessete reais e vinte e cinco centavos) L. C. DE SOUZA - ME parte do objeto da licitação, no valor de R$ 434.117,25, (quatrocentos e trinta e quatro mil, cento e dezessete reais e vinte e cinco centavos)	sessenta e nove reais e vinte e cinco centavos). CONTATOS LIVRARIA E PAPELARIA LTDA. Perfazendo o valor total de R$ 86.932,50 (oitenta e seis mil, novecentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos). ALTO GIRO ATACADO E DISTRIB DE AVIAMENTOS LTDA EP. Perfazendo o valor total de R$ 9.000,00 (nove mil reais). COMERCIAL PRIME DE MOVEIS - EIRELLI. Perfazendo o valor total de R$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais). SOMA COMERCIO SERVIÇOS EIRELI-EPP. Perfazendo o valor total de R$ 12.431,25 (doze mil, quatrocentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos). MADSON ATACADO. Perfazendo o valor total de R$ 33.642,25 (trinta e três mil, seiscentos e quarenta e dois reais e vinte e cinco centavos). ORIGINAL PAPELARIA E SERVIÇOS. Perfazendo o valor total de R$ 7.100,00 (sete mil e cem reais). SANTOS E AZEVEDO LTDA. Perfazendo o valor total de R$ 3.442,00 (três mil, quatrocentos e quarenta e dois reais). Perfazendo esta licitação o valor global de R$ 434.117,25 (quatrocentos e trinta e quatro mil, cento e dezessete reais e vinte e cinco centavos).

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

PORTARIA N°.132/2021 DATA: 26 DE ABRIL DE 2021 "NOMEIA MEMBROS DO CONSENHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL–CACS DO FUNDEB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PORTARIA N°.132/2021

DATA: 26 DE ABRIL DE 2021

"NOMEIA MEMBROS DO CONSENHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL–CACS DO FUNDEB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Representantes do Poder Executivo Municipal

Alex Ferreira de Abreu	Titular
Sara Barros de Fonseca de Souza	Suplente
Telma Laura Rodrigues Silva	Titular
Marcelo Ferreira Cabral	Suplente

Representante dos Professores da Educação Básica Pública

Amélia Fernandes de Almeida	Titular
Jusonia Silvany de Oliveira Borges	Suplente

Representante dos Diretores das Escolas Básicas Públicas

Roselina Vieira da Cunha	Titular
Carlice Pinto Moraes	Suplente

Representante dos Servidores Técnico-Administrativos das Escolas Básicas Públicas

Claudeci da Costa Silva	Titular
Leonilda Moura da Silva	Suplente

Representantes dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública

Ludimila dos Santos Rodrigues	Titular
Gessyca Lorrayne de Godoi Silva	Suplente
Carita Souza da Silva	Titular
Darah Maria Scorsolini	Suplente

Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública, e Entidade de Estudantes Secundaristas.

Dimitre Mendonça Arantes	Titular
Cauã Machado Souza	Suplente
Ney Gabriel Maciel da Silva	Titular
Vanessa Silva de Souza	Suplente

Representante do Respectivo Conselho Municipal de Educação (CME)

Washington Silveira Souza	Titular
Marlucia de Lima França	Suplente

Representante do Conselho Tutelar

Fernanda de Arruda Alves	Titular
Alline Mayara Souza	Suplente

Representantes de Organizações da Sociedade Civil

Francielle Bevilaqua	Titular – Vice Presidente
Mauro Machado dos Santos	Suplente
Ana Lucia Antonia da Silva	Titular - Presidente
Maria esperança Soares Cavalcante	Suplente

Representante das Escolas Indígenas

Marcos Túlio Maraiwara Xavante	Titular
Koute Ruzane Xavante	Suplente

Representante das Escolas do Campo

Gelson Cunha de Sousa	Titular
Sebastiana Alves Gama Camargo	Suplente

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE

GABINETE D PREFEITA MUNICIPAL

EM 26 DE ABRIL DE 2.021

Luzia Nunes Brandão

Prefeita Municipal

SETOR DE LICITAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 014 2021

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

REF.: CONTRATO N 14/2021, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA E A NSA ENGENHARIA EIRELI.

Aos vinte e nove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, o MUNICIPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecida na Av. Padre João Bosco, n.2067, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob o nº 24.772.113/0001-73, neste ato representada por seu Prefeita, Sra. , LUZIA NUNES BRANDÃO, brasileiro, prefeita deste município, portadora da Cédula de Identidade RG sob o nº 10593837 SJ/MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 904.195.101-68, residente e domiciliada na Rua Cuiabá, s/n°, centro, na cidade de Ribeirão Cascalheira-MT, com fulcro no art. 79, inc. II, da Lei nº 8.666/93, há por bem rescindir o Contrato Administrativo Nº 14/2021, que tinha por objeto o registro de preços para futura e eventual prestação de serviço de locação de caminhão do tipo limpa fossa, capacidade 18.000 litros ou similar, para serviço de captação , transporte e despejo e efluentes líquidos provenientes sanitários, conforme especificações e quantidades discriminadas no processo licitatório. Contrato 14/2021 e Pregão Presencial nº 004/2021, operando-se tal rescisão pelos fundamentos seguintes e gerando os efeitos a seguir fixados:

CONSIDERANDO que a contratação foi realizada por meio de Contrato nº. 14/2021.

CONSIDERANDO que houve a ordem de serviço e a notificação no dia 12/03/2021 a empresa não deu início a prestação de serviço, descumprido o contrato.

CONSIDERANDO que prescreve a cláusula segunda do contrato no item 1.2 que “o fornecimento será realizado diariamente e **imediato** a solicitação conforme a necessidade, e de acordo com a indicação do Secretário solicitante, sendo que o município não se obriga ao faturamento total do contrato.”.

CONSIDERANDO que a cláusula oitava da RESCISÃO item 8.1 alínea “a” –“A contratada que não fornecer os produtos ***dentro de dois dias contados da data do recebimento da “ORDEM DE INÍCIO”*** ou interrompê-los por mais de cinco dias consecutivos, sem justificativa aceita pela CONTRATANTE”.

CONSIDERANDO a necessidade de formalização da rescisão do contrato, conforme preceitua a Clausula nona, 8.3.

Assim, a rescisão do contrato ocorre de pleno direito, oportunizado o contraditório e ampla defesa, haja vista que não houve início da prestação de serviço.

Para firmeza e validade do que ficou acima estabelecido, lavrou-se o presente termo que vai assinado pela Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira, em duas vias de igual teor e forma.

Ribeirão Cascalheira, 29 de março de 2021.

LUZIA NUNES BRANDÃO

PREFEITA MUNICIPAL

CONTRATANTE

PORTARIA N°.131/2021 DATA: 26 DE ABRIL DE 2021 “EXONERA RESPONSÁVEL PELA OUVIDORIA DO MUNICIPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

PORTARIA n°.131/2021

DATA: 26 DE ABRIL DE 2021

“EXONERA RESPONSÁVEL PELA OUVIDORIA DO MUNICIPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a solicitação devidamente assinada pela servidora então;

R E S O L V E:

Art. 1º Exonera a pedido a servidora **LUZINETE MARTINS FERREIRA,** brasileira, portadora do RG nº 910.200 SSP/MT e inscrita no CPF nº 545.697.451-72, residente e domiciliada na Avenida Professor Zacarias nº 409, centro no Municipio de Ribeirão Cascalheira – MT, do cargo de responsável pela ouvidoria do município.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a portaria n. 94/2020 e as demais disposições em contrario.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 26 DE ABRIL DE 2021.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRONICO DE Nº 001/2021 SRP

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/MT

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRONICO DE Nº 001/2021 SRP

TIPO DESTA LICITAÇÃO: “MENOR PREÇO – POR ITEM”

A Prefeitura Municipal de Rio Branco – MT, em 26 de abril de 2021, através da sua Pregoeira Vanderléia Rodrigues Alves e sua de Apoio torna publico para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 07 de maio de 2021 as 09h00min (horário de Brasília-DF), a Licitação na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021**, cujo objeto é o **“REGISTRO DE PREÇOS do tipo MENOR PREÇO POR ITEM PARA** AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, para atender as necessidades da Secretaria de Educação**”,** a pasta contendo o Edital completo e seus anexos encontram-se a disposição dos interessados no horário de expediente desta Prefeitura e nos endereços: www.licitanet.com.br ou www.riobranco.mt.gov.br, local: portal transparência.

Rio Branco – MT, em 26 de abril de 2021.

Vanderléia Rodrigues Alves

- Pregoeira -

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS DE Nº. 001/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através da Comissão Permanente de Licitação nomeada através do Decreto nº 010/GAB/PMR de 18 de Janeiro de 2021, **TORNA PÚBLICO** para o conhecimento dos interessados que no dia e horadesignados para a sessão pública de recebimento dos envelopes contendo documentos para Habilitação e Proposta de Preço referente aoprocedimento licitatório sob a Modalidade **Tomada de Preços de Nº. 001/2021**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 246/2021, cujo Objeto: **Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Engenharia para Pavimentação em Blocos Hexagonal (Bloquete) nas ruas Padre Ezequiel Ramin, Rio Branco e Rua Manoel de Oliveira Guedes no Município de Rondolândia/MT, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme Memorial Descritivo, Projeto Arquitetônico, Planilha Orçamentaria e Cronograma Físico**, sagrou-se vencedora do certame a empresa: **IM Pereira - ME,CNPJ: 12.753.602/0001-07**, com a Proposta no valor total e global da licitação de R$ 502.834,46 (Quinhentos e dois mil oitocentos e trinta e quatro reais e quarenta e seis centavos).

Rondolândia - MT, 26 de Abril de 2021.

Luciene Souza dos Santos

Presidente da CPL

.

LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO

O Departamento de Licitação, através de sua Pregoeira nomeada através do Decreto nº 007/GAB/PMR de 11 de Janeiro de 2021, considerando a necessidade da Retificação na publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso no dia 26 de Abril de 2021 • ANO XVI | N° 3.714 do processo licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL COM O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 14/2021**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 332/2021, cujo Objeto:**"Registro de preço para futura e eventual a aquisição de computadores de mão do tipo "tablet" para distribuição aos alunos da rede municipal de ensino."**

Resolve **RETIFICAR** e fazer a correção da descrição da marca do produto na publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso no dia 20 de Abril de 2021 • ANO XVI | N° 3.714 para todos os efeitos:

Onde se Lê:

Lote - 01 COTA PRINCIPAL					
Item	**UND**	**Quat**	**Especificação**	**Valor Unt.**	**Valor Total**
01	UND	270	COMPUTADOR DE MAO - TABLET, WIFI, 3G, PROCESSADOR QUAD CORE OU SUPERIOR, 2GB DE MÉMORIA RAM, CÂMERA FRONTAL DE 2MP - CÂMERA TRASEIRA DE 5MP, MEMORIA DE 32GB OU SUPERIOR, TELA COM TAMANHO: DE "8" A "10" (POLEGADAS), USB 2.0, SISTEMA OPERACIONAL: ANDROID 9.0 OU SUPERIOR, BATERIA: 5000 MAH OU SUPERIOR, ALTURA: 24,1CM - LARGURA: 17,1CM - PROFUNDIDADE: 10,5MM - PESO: 770G, EMBALAGEM COM PROTECAO APROPRIADA, ACOMPANHA: CARREGADOR, CABO USB, GARANTIA DE 12 MESES	R$ 600,00	R$162.000,00
R$162.000,00					

LOTE 02 - RESERVADO PARA EMPRESAS BENEFICIÁRIAS DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006					
Item	**UND**	**Quant**	**Especificação**	**Valor Unt.**	**Valor Total**
02	UND	120	COMPUTADOR DE MAO - TABLET, WIFI, 3G, PROCESSADOR QUAD CORE OU SUPERIOR, 2GB DE MÉMORIA RAM, CÂMERA FRONTAL DE 2MP - CÂMERA TRASEIRA DE 5MP, MEMORIA DE 32GB OU SUPERIOR, TELA COM TAMANHO: DE "8" A "10" (POLEGADAS), USB 2.0, SISTEMA OPERACIONAL: ANDROID 9.0 OU SUPERIOR, BATERIA: 5000 MAH OU SUPERIOR, ALTURA: 24,1CM - LARGURA: 17,1CM - PROFUNDIDADE: 10,5MM - PESO: 770G, EMBALAGEM COM PROTECAO APROPRIADA, ACOMPANHA: CARREGADOR, CABO USB, GARANTIA DE 12 MESES	R$600,00	R$ 72.000,00
R$ 72.000,00					

Leia-se:

Lote - 01 COTA PRINCIPAL						
Item	**UND**	**Marca**	**Quat**	**Especificação**	**Valor Unt.**	**Valor Total**
01	UND	MULTILASER	270	COMPUTADOR DE MAO - TABLET, WIFI, 3G, PROCESSADOR QUAD CORE OU SUPERIOR, 2GB DE MÉMORIA RAM, CÂMERA FRONTAL DE 2MP - CÂMERA TRASEIRA DE 5MP, MEMORIA DE 32GB OU SUPERIOR, TELA COM TAMANHO: DE "8" A "10" (POLEGADAS), USB 2.0, SISTEMA OPERACIONAL: ANDROID 9.0 OU SUPERIOR, BATERIA: 5000 MAH OU SUPERIOR, ALTURA: 24,1CM - LARGURA: 17,1CM - PROFUNDIDADE: 10,5MM - PESO: 770G, EMBALAGEM COM PROTECAO APROPRIADA, ACOMPANHA: CARREGADOR, CABO USB, GARANTIA DE 12 MESES	R$ 600,00	R$162.000,00
Valor Total Lote 01						R$162.000,00

LOTE 02 - RESERVADO PARA EMPRESAS BENEFICIÁRIAS DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006						
Item	**UND**	**Marca**	**Quant**	**Especificação**	**Valor Unt.**	**Valor Total**
02	UND	MULTILASER	120	COMPUTADOR DE MAO - TABLET, WIFI, 3G, PROCESSADOR QUAD CORE OU SUPERIOR, 2GB DE MEMORIA RAM, CÂMERA FRONTAL DE 2MP - CÂMERA TRASEIRA DE 5MP, MEMORIA DE 32GB OU SUPERIOR, TELA COM TAMANHO: DE "8" A "10" (POLEGADAS), USB 2.0, SISTEMA OPERACIONAL: ANDROID 9.0 OU SUPERIOR, BATERIA: 5000 MAH OU SUPERIOR, ALTURA: 24,1CM - LARGURA: 17,1CM - PROFUNDIDADE: 10,5MM - PESO: 770G, EMBALAGEM COM PROTECAO APROPRIADA, ACOMPANHA: CARREGADOR, CABO USB, GARANTIA DE 12 MESES	R$600,00	R$ 72.000,00
Valor Total Lote 02						R$ 72.000,00

Rondolândia - MT, 26 de Abril de 2021.

_____

Keila Taiane

Pregoeira Oficial

DEPARATMENTO DE LICITAÇÕES
MAPA DE RESULTADO FINAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº. 404/2021.

DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº 028/2021

Objeto: Aquisição de Materiais Elétricos, para Iluminação Pública do Município de Rondolândia/MT.

MODALIDADE: Dispensa de Licitação, conforme: "Art. 24. É dispensável a licitação: II – para outros serviços e compras de valor de até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez".

EMPRESA VENCEDORA DOS ITENS LICITADOS: Hilgert & Cia LTDA, CNPJ: 22.881.858/0001-45, Endereço: Av Marechal Rondon, Nº1327, Bairro: Centro, CEP: 76.900-101 Ji-Paraná/RO.

Item	Código TCE	UND	Quant	Especificação	Marca	Valor Unit.	Valor Total
01	4683-3	UND	100	LAMPADA MISTA – COM FORMATO DO BULBO OVOIDE, 160 W, COM BASE DE ENCAIXE E-27, BULBO PREENCHIDO COM GÁS, COM ALIMENTAÇÃO ELETRICA DE 220V-60HZ, MATERIAL FLUORESCENTE	OUROLUX	R$ 18,70	R$ 1.870,00
02	306420-4	UND	50	LAMPADA VAPOR METALICO – OVOIDE, NA COR BRANCA COM POTENCIA NOMINAL HQI 150W – 220V, ENCAIXE DA LAMPADA SOQUETE E – 27,4000K	OUROLUX	R$ 42,80	R$ 2.140,00
03	44786-2	UND	100	**RELE ELETRICO - EM PLASTICO, TIPO FOTOELETRICO, COM BASE, DE 1000 WATTS, COM 220 VOLTS**	M W	R$ 21,45	R$ 2.145,00
04	00055269	UND	40	**REATOR PARA LAMPADA VAPOR METALICO - TIPO ENROLADO COM AL, 250 W 220 V EXTERNO COM SELO INMETRO**	DEMAPE	R$ 100,00	R$ 4.000,00
05	194904-7	UND	01	**ESCADA - DE ALUMINIO, ALTURA ESTICADA DE NO MINIMO 9 MTS. SUPORTANDO NO MINIMO 100KG, COM ANTIRRAPANTES E VARIACAO DE + OU - DE 20CM, 2 EM 1 DE ABRIR (DUPLA ABERTURA) E EXTENSIVA (DESLIZANTE)**	ALULEV	R$ 891,00	R$ 891,00
Valor Total							**R$ 11.046,00**

Obs: *O valor constante acima de cada item é o valor final proposto pela empresa participante, onde a mesma teve sua Habilitação no certame confirmada, conforme Ata Circunstanciada constantes nos autos do Processo 404/2021, sendo adjudicado a seu favor os itens acima descritos.*

Valor Global de R$ 11.046,00 (Onze mil e quarenta e seis reais).

Rondolândia – MT, 26 de Abril de 2021.

_____

Luciene Souza dos Santos

Presidente da CPL

PROCURADORIA
DECISÃO DO PRESIDENTE DA CPAD

26 de abril de 2021

Proc. adm. n. 265/2021 (Eletrônico)

Proc. adm. n. 275/2019 (digitalizado e migrado para os autos n. 265/2021)

INDICIADO : GLEISON FÁRIA - Cargo: Auxiliar de Enfermagem, Matrícula n. 2404.

NATUREZA: Acumulo ilegal de cargo público - Tipificação: art. 97 até 203 da LCM nº 3, de 17/10/2007 -RJU).

Vistos,

Tendo em vista a juntada da defesa do acusado de fls. 144-193, conforme certidão de fls. 143, registrando, novamente a ausência do membro Lindeberg Miguel Arcanjo, o Presidente da CPAD, em razão das preliminares de defesa, decide:

1) Das preliminares de defesa

a) Do cerceamento de defesa - ausência de acesso aos documentos que instruem o PAD

De início, registra-se que o processo n. 231/2019 foi migrado para este eletrônico 265/2021, portanto, as citações de folhas a esse se refere.

Quanto a preliminar de cerceamento de defesa, sob a alegação de ausência de encaminhamento da cópia dos documentos integrantes do processo disciplinar e/ou da resposta ao requerimento juntado de fls. 121-122, não tem procedência.

Em verdade, o mandado de Citação juntado de fls. 92, que levou a apresentação do requerimento do acusado juntado de fls. 121-122, teve o condão de convocá-lo para comparecimento à audiência preliminar, que não ocorreu a vista do seu pedido de redesignação acostado de fls. 91, visto que se encontrava de licença médica.

Por outro ângulo, como o objeto do PAD é a verificação de acumulação ilegal e/ou incompatibilidade de horários em tese, decorrente do exercício e dois cargos públicos, nada impede que a Comissão, preliminarmente, em audiência, ouvindo o servidor, constatando a compatibilidade de horários, afastada a má-fé, encerre de plano o PAD e/ou, *contrario sensu*, oferte-lhe a opção de escolha por um ou outro cargo (§1º, §2º, §3º, art. 197, Lcpm n. 03 de 2007), sem prejuízos de eventuais ressarcimentos. (art. 203, Lcpm n. 03 de 2007).

Ademais, não sem propósito, a Comissão designada pelo Decreto n. 027/2021 (fl. 130), sequenciando o procedimento, em despacho fundamentado de fls. 134-136, tendo constatado a ausência do cumprimento do art. 243, *caput* da Lcpm n. 3 de 2007, primando pelo devido processo legal, promoveu novo mandado de citação (fl. 140-141), disponibilizando os documentos indicativos dos indícios da infração funcional, o que de *per si*, afasta

qualquer alegação de cerceamento de defesa por ausência de acesso aos documentos que instruem o PAD.

Não sem razão, o acusado trouxe aos autos sua defesa em relação aos fatos a ele imputados, conforme juntada de fls. 144-193. Inclusive juntou outros documentos a corroborar, até mesmo aqueles endereçados e não respondidos por outros órgãos, conforme expõe em sua defesa, sobre os quais, sua valoração como prova, havendo alguma relevância com o objeto da ação disciplinar, a Comissão se pronunciará no relatório final

Portanto, se eventuais nulidades do procedimento que poderiam ocasionar o cerceamento de defesa foram sanadas em tempo e, como nova oportunidade para a apresentação da defesa foi garantida, não há falar-se no alegado cerceamento do direito de defesa.

b) Prescrição – excesso de prazo

Quanto a preliminar de excesso de prazo em contrariedade ao art. 240 da Lcpm n. 03 de 2007 e à arguição pela extinção da ação disciplinar pela prescrição, igualmente, também não procede.

As eventuais paralisações ou atrasos do andamento da ação disciplinar, especial em decorrência de remessa a Autoridade Superior para providências quanto a recomposição adequada da Comissão processante nos moldes exigidos na Lei de Regência que, empós, se garanta nova oportunidade ao acusado para o exercício do direito de defesa para combater os fatos contra ele imputados, não há falar-se em cerceamento de defesa.

Ademais, espancando, em definitivo, neste caso em concreto, a relatividade do disposto no art. 240 da Lei de Regência, em que a defesa escuda a alegação de excesso prazo – lembrando que o procedimento não se trata de sindicância como meio sumário de verificação, mas sim de ação disciplinar - tendo em vista, que a infração funcional atribuída é punida com a pena de demissão, obrigatório, desde logo, a instauração do processo administrativo disciplinar. (II, art. 235, Lcpm n. 03 de 2007).

No mesmo sentido, o art. 232, quando a infração importar pena de demissão, em razão do disposto no art. 195, XX, art. 196, art. 203, art. 209, III e art. 214, XII, a ação disciplinar prescreve em (05) cinco anos, nos termos do art. 223, I, todos da Lcpm n. 03 de 2007.

Portanto, o excesso de prazo para conclusão do processo disciplinar não é causa para nulidade, senão, quando demonstrado prejuízo à defesa do servidor. O que, conforme evidenciam os autos, não há falar-se na sua ocorrência.

Quanto as demais questões levantadas pela defesa, se confundem com o mérito, portanto, no relatório final a Comissão se pronunciará.

Enfim, não se deve esquecer, que o servidor no processo disciplinar se defende dos fatos que lhe são imputados. Além do que, aplica-se o princípio do informalismo procedimental, o que significa dizer que, dentro da lei, sem quebra da legalidade, pode haver dispensa de requisitos formais, sempre que sua ausência não prejudicar a defesa do servidor, nem comprometer o interesse público.

Com essas razões, rejeita-se as preliminares.

2) Da instrução do feito

a) Depoimento do acusado

Tendo em vista que, atualmente o acusado cumpre jornada em regime de plantão, conforme informações colhidas na Secretaria Municipal de Saúde, certidão de fls. 195, estará de plantão nos dias 28/04/2021 (dia e noite) e 29/04/2021 (dia) - registrando que não existe qualquer imposição legal a Comissão - por razoabilidade, designa-se audiência inicial para prestar depoimento às 10hs de 29/04/2021, dia que se encontrará na Cidade e posto de trabalho.

Ainda, com foco no princípio do informalismo, dispensando ritos sacramentais e despidos de relevância, tudo em favor de uma decisão mais expedita e, pois, efetiva, a vista da certidão de fls. 195 dando conta que o servidor GLEISON FARIA, técnico de enfermagem, não possui domicílio ou residência no Município - aparente afronta ao art. 76 do Código Civil com o qual corrobora o art. 286 da Lcpm n. 03 de 2007 - com fundamento no art. 249, §1º da Lcpm n. 03 de 2007, determino que para sua intimação, proceda da seguinte forma:

1) Remessa do mandato de intimação com cópia desta decisão no e-mail gleisonfaria@hotmail.com, informado pelo Departamento e Recurso Humanos, Certidão de fls. 195;

2) Igualmente, para o e-mail do seu defensor registrado no rodapé da petição de defesa de fls.144: iguda.adv@gmail.com ; e,

3) Sem obstáculo, promova-se sua intimação pessoal, se encontrado na Unidade Básica de Saúde de Rondolândia/MT;

b) Das testemunhas – rol da defesa

Em continuidade, com fulcro no art. 253, *caput*, da Lcpm n. 03 de 2007, indefiro a prova testemunhal requerida pela defesa no que concerne a oitiva das testemunhas: RODRIGO CALCINO SILVA, FERNANDA NATHALIA e ANGEL ARTURO R. MACHADO, tendo em vista que são os médicos subscritores dos atestados médicos apresentados pelo acusado para justificar ausências ao trabalho, conforme constata-se do relatório de fls. 93 e cópias anexadas aos autos, bem como, indefere-se, em relação a JÉSSICA KAROLINY SANTOS, também, médica, ex-residente do programa mais médico no Município, primeiro, porque o rol trazido pela defesa supera o quantitativo previsto no art. 248 da mesma Lei, segundo, porque o pedido é manifestamente impertinente, uma vez que essas testemunhas em nada poderão contribuir com os esclarecimentos dos fatos, especialmente, considerando que o objeto desta ação disciplinar é a acumulação de cargos públicos, em tese, ilegal e/ou com incompatibilidade de horário.

Inclusive, ressalta-se, é o que ressai do auto de imputação de responsabilidade de que trata o ato administrativo n. 29/2019, de fls. 58-59 e fl. 123, corroborando-lhe, nos mesmos termos, o número “1” do Despacho de Saneamento da Comissão de fls. 135-136.

Ademais, como essas testemunhas arroladas, são pessoas que não possuem vínculos formais com a Administração, ou seja, não são servidores, empregados públicos ou pessoas que, de alguma forma prestam serviços a municipalidade e cujos qualificações e endereços de suas localizações se encontram nos registros dos documentos públicos, não há a menor possibilidade de se realizar suas intimações, especialmente, tendo em vista que a defesa não trouxe do rol lançado na defesa os seus endereços completos e/ou os locais onde possam ser encontradas.

Pelas razões expostas, e mais, tendo em vista que esta ação disciplinar não tem por objetivo elucidar fraudes ou indícios de falsidade de atestados médicos, lembrando que em nenhum documento carreado a estes autos esse tema foi suscitado, senão, pela própria defesa, indefere-se o pedido de oitiva das testemunhas acima citadas.

Quanto as testemunhas MARILZA GOMES DE ALMEIDA e VANDA CRISTINA BALBUINO, tratando-se de servidores públicos do quadro permanente da Secretaria de Saúde, atuando na mesma Unidade Administrativa que o acusado, deverão ser intimadas para comparecerem a audiência do dia 29/04/2021, na forma do art. 247, com as Comunicações do seu §1º, quando serão inquiridas sobre os fatos, com o alerta do §1º, do art. 250, ambos da Lcpm n. 03 de 2007.

A Secretaria da CPAD para que promova a juntada dos documentos de fls. 194-197, incluindo essa decisão, no protocolo eletrônico.

Registro, por fim, que as comunicações eletrônicas a serem realizadas pela CPAD serão feitas através do e-mail institucional da Procuradoria Jurídica: juridico@rondolandia.mt.gov.br

Luiz Francisco da Silva

Presidente da CIPAD

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

RESULTADO DE JULGAMENTO FINAL DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: "TOMADA DE PREÇOS Nº 19/2021"

A prefeitura municipal de rondonópolis, estado de mato grosso, torna público a todos interessados, que em licitação na modalidade de tomada de preços nº 19/2021, tendo como objeto: "Reforma Do Psf Jardim Canaã, Rua Alberto Corrêa, 406 – Jardim Ipanema, Rondonópolis-MT, Conforme Projeto Básico, Justificativa De Qualificação Técnica E Justificativa De Qualificação Econômica Financeira Enviado Pela Secretaria Municipal De Saúde, Anexo Ao Edital"**,** que após a análise detalhada da documentação e propostas apresentadas pelas empresas participantes, foi considerada habilitada, classificada e vencedora deste procedimento licitatório, a empresa: x3 construtora e engenharia eireli, no valor total da obra de r$ 177. 031,54 (cento e setenta e sete mil trinta e um reais e cinquenta e quatro centavos)**.**

Rondonópolis-MT, 23 de abril de 2021.

Paula Cristiane Moraes Pereira

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

II ATA DE ABERTURA DA TOMADA DE PREÇO N.º 34/2021.

Objeto: é "Execução De Alambrado E Plantio De Grama No Campo Society Do Bairro Parque São Jorge, Rondonópolis - MT, Conforme Projeto Básico, Justificativa De Qualificação Técnica E Justificativa De Qualificação Econômica Financeira Enviado Pela Secretaria Municipal De Esporte E Lazer, Anexo Ao Edital",conforme as especificações contidas no Edital e seus anexos, Prefeitura Municipal de Rondonópolis – Conforme especificações da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. Ao vigésimo sexto dia do mês de abril do ano dois mil e vinte e um, às treze horas**,** na sala de licitações da Secretaria Municipal de Administração, sito à Avenida Duque de Caxias, 1.000, Bairro Vila Aurora, a Presidente e os Membros da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria n.º 28.123 de 24 de fevereiro de 2021, para à apreciação do processo licitatório em epígrafe. De acordo com Processo 50.623-0/2021, referente a medida cautelar interposta pela empresa MEDEIROS ENGENHARIA E ASSESSORIA – EIRELI e o Ofício nº 342/2021 da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

De acordo com *Lei nº 9.784/99, "Art. 53*: *Art. 53. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.*

Ou seja, a Administração poderá tonar seu ato nulo, quando afronta a lei, quando foi produzido com alguma ilegalidade. Pode ser declarada pela própria Administração Pública, no exercício de sua autotutela. Sendo a Comissão de Licitação declara o certame **FRACASSADO**, baseado na sua autotutela. Nova data de abertura será publicada nos meios de publicações utilizadas pela Administração. Que não havendo mais nada a ser registrado na presente ata, a Comissão de Licitação dá por encerrada a presente sessão ás 13:37. Rondonópolis-MT, 26 de abril de 2021.

Paula Cristiane Moraes Pereira

Presidente

Rodrigo Castaldeli

Membro Técnico

Adner Barbosa da Silva

Membro

Edilson Batista Da Macena Silva

Membro

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 32/2021

TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO".

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, nº 1.000, Bairro Vila Aurora, torna público para conhecimento dos interessados que **SUSPENDE** temporariamente a **Tomada de preços Nº 32/2021**, cujo objeto é: **"OBRA REMANESCENTE DA REFORMA DA PRAÇA DA NOVA GALILÉIA, RUA PEDRO BOFF, DISTRITO NOVA GALILÉIA, RONDONÓPILIS - MT, CONFORME PROJETO BÁSICO, JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA ENVIADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, ANEXO AO EDITAL".** Tal suspensão se faz imprescindível, tendo em vista a necessidade de readequação nos valores das Planilhas Orçamentárias conformeOficio nº 96/2021/GC/JCN. Nesse sentido comunicamos que publicaremos novo Edital com as devidas adequações para participação dos interessados ao certame em epigrafe.

Rondonópolis-MT, 26 de abril de 2021.

Paula Cristiane Moraes Pereira

Presidente da Comissão de Licitação

ATA DE ABERTURA DA TOMADA DE PREÇO N.º 33/2021.

Objeto: **"REVITALIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL DO BAIRRO NOSSA SENHORA DO AMPARO, RONDONÓPILIS - MT, CONFORME PROJETO BÁSICO, JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA ENVIADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, ANEXO AO EDITAL",**conforme as especificações contidas no Edital e seus anexos, Prefeitura Municipal de Rondonópolis – Conforme especificações da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. Ao vigésimo sexto dia do mês de abril do ano dois mil e vinte e um, às 14 horas**,** na sala de licitações da Secretaria Municipal de Administração, sito à Avenida Duque de Caxias, 1.000, Bairro Vila Aurora, a Presidente e os Membros da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria n.º 28.123 de 24 de fevereiro de 2021, para à apreciação do processo licitatório em epígrafe. De acordo com Processo 50.623-0/2021, referente a medida cautelar interposta pela empresa MEDEIROS ENGENHARIA E ASSESSORIA – EIRELI e o Ofício nº 342/2021 da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. De acordo com *Lei nº 9.784/99, "Art. 53*:

Art. 53. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

Ou seja, a Administração poderá tonar seu ato nulo, quando afronta a lei, quando foi produzido com alguma ilegalidade. Pode ser declarada pela própria Administração Pública, no exercício de sua autotutela. Sendo a Comissão de Licitação declara o certame **FRACASSADO**, baseado na sua autotutela. Nova data de abertura será publicada nos meios de publicações utilizadas pela Administração. Que não havendo mais nada a ser registrado na presente ata, a Comissão de Licitação dá por encerrada a presente sessão ás 14:55. Rondonópolis-MT, 26 de abril de 2021.

Paula Cristiane Moraes Pereira

Presidente

Rodrigo Castaldeli

Membro Técnico

Adner Barbosa da Silva

Membro

Edilson Batista Da Macena Silva

Membro

II AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO Nº 26/2021

TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO".

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, nº 1.000, Bairro Vila Aurora, torna público e oficial para conhecimento dos interessados que por ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Rondonópolis-MT, que através de sua Comissão Permanente de Licitação, realizará a tomada de preço em epígrafe às 09:00 horas do dia 11 (onze) de maio de 2021, na sala de licitações da Secretaria Municipal de Administração, a abertura dos envelopes n.º 01 e 02, contendo os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e PROPOSTA COMERCIAL, respectivamente, para aquisição do seguinte objeto: **"SUBSTITUIÇÃO DE PONTE DE MADEIRA POR ADUELAS E MURO DE CONTENÇÃO, LOCALIZADO NA RUA PEDRO ÁLVARES CABRAL, VILA MAMED, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO BÁSICO, JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO ECONOMICA FINANCEIRA ENVIADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, ANEXO AO EDITAL".** Os interessados poderão retirar a pasta contendo o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima citado, mediante apresentação de CD-ROM ou PEN-DRIVE, no horário das 13:00 às 17:00 horas em dias úteis, ou solicitar através do licitacaorondonopolis@hotmail.com, ou retirar no site www.rondonopolis.mt.gov.br.

Rondonópolis-MT, 16 de Abril de 2021.

Paula Cristiane Moraes Pereira

Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DA CARTA CONVITE N°04/2021

O Município de Rosário Oeste – MT, torna público aos interessados que na licitação modalidade Carta Convite n° 04/2021, por menor preço por item, cujo objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM GERAL DE AR CONDICIONADO, BEBEDOUROS, VENTILADORES, MAQUINAS E REFRIGERADORES PARA ATENDER O MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT), cuja abertura de Documentos de Habilitação e Proposta de Preço se deu às 09:00 horas do dia 26/04/2021. Após julgamento sagrou-se vencedoras as seguintes empresas:

01 – LIDER CLIMATIZAÇÃO E VIAS - ME, inscrita no CNPJ N. 37.434. 362/0001-09, representada neste ato pelo proprietário o Sr. GLEUTON GOMES DA COSTA PEREIRA, portador do CPF n. 384.256.371-04.

03 – EMERSON SILVA DE ARRUDA - ME, inscrita no CNPJ N. 25.241. 838/0001-06, representada neste ato pelo proprietário o Sr. EMERSON SILVA DE ARRUDA, portador do CPF n. 024.385.051-41.

Rosário Oeste, 26 de abril de 2021.

FAGNER CAMARGO SAMPAIO

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DA ADESÃO Nº 003/2021

Ata de Registro de Preços nº 102/2020 – BOM DESPACHO/MG

O Município de Salto do Céu – MT, por meio da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados a Homologação da Adesão à **Ata de Registro de Preços nº 102/2020**, proveniente do **Pregão Eletrônico nº. 063/2020**, realizado pelo Município de BOM DESPACHO/MG, que teve como vencedora a empresa **MILLA EQUIPAMENTOS METALÚRGICOS EIRELI – CNPJ: 08.374.053-0001/84,** cujo objeto é a Adesão à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 102/2020, oriunda do Pregão Eletrônico nº 063/2020, realizado pelo Município de BOM DESPACHO/MG, para a "Aquisição de equipamentos para instalação de academia ao ar livre", em atendimento à Secretaria Municipal de Educação.O Município de Salto do Céu – MT, adere a 50% de todos os itens da Ata supramencionada, com o valor total de **R$ 13.047,00 (treze mil e quarenta e sete reais).**

Salto do Céu-MT, 26 de abril de 2021.

LETÍCYA QUERB NERY DE ALMEIDA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Portaria nº 124/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 170, DE 26 DE ABRIL DE 2021

PORTARIA Nº. 170, DE 26 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre a prorrogação de prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Processante no Processo Administrativo nº. 002/2020, instaurado pela Portaria nº. 180, de 28 de setembro de 2020, bem como a alteração da composição da Comissão Processante instaurada pela Portaria nº. 227, de 25 de novembro de 2020, *e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a Comunicação Interna formulada pelo Presidente da Comissão Processante nos autos do Processo Administrativo nº. 002/2020, instaurado por intermédio da Portaria nº. 180, de 28 de setembro de 2020, tendo a Comissão Processante sido alterada pela Portaria nº. 227, de 25 de novembro de 2020, na qual solicitou a prorrogação de prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Processante referente à instrução probatória-processual, por mais 60 (sessenta) dias;

Considerando o art. 24 da Lei Municipal nº. 69/1993 (Estatuto dos Servidores Públicos de Salto do Céu-MT) que dispõe que o servidor nomeado para o cargo de provimento efetivo, ficará sujeito a estágio probatório por período de 24 (vinte e quatro) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo;

Considerando que a servidora pública ADRIANA SILVA GOMES foi aprovada no Concurso Público nº. 001/2019, e nomeada para cargo de auxiliar de serviços gerais em 04 de novembro de 2019, nos termos da Portaria nº. 150/2019, estando ainda dentro período de estágio probatório de 24 (vinte e quatro) meses;

Considerando o § 4º. do art. 24 da Lei Municipal nº. 69/1993 (Estatuto dos Servidores Públicos de Salto do Céu-MT) que diz que os requisitos constantes do art. 24 da Lei Municipal nº. 69/1993 deverão ser apurados antes de findo o prazo do período de estágio probatório de 24 (vinte e quatro) meses;

Considerando a necessidade de instrução preparatória e informativa cujo relatório e instrução servirá de base para uma decisão devidamente fundamentada da Administração Pública;

Considerando que é dever da Administração Pública apurar fatos que contrariarem o interesse público, bem como a continuidade na prestação do serviço público de maneira célere e eficiente;

Considerando a obrigatoriedade da Administração Pública em atuar com base nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, razoabilidade, proporcionalidade, motivação e segurança jurídica;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Processante do Processo Administrativo nº.

002/2020, constituída no art. 2º da Portaria nº. 180, de 28 de setembro de 2020, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso em 30/09/2020, páginas 501/502;

Art. 2º. Designar a Servidora Myriam Mychelle Mantay de Oliveira - matrícula 276, para, em substituição à Servidora Letícya Querb Nery de Almeida - matrícula 9935-2, reintegrar a Comissão Processante do Processo Administrativo nº. 002/2020, instaurado por intermédio da Portaria nº. 180, de 28 de setembro de 2020, na qualidade de Presidente;

Art. 3º. Fica alterada a composição da Comissão Processante elencada no art. 2º da Portaria nº. 180, de 28 de setembro de 2020, passando a ser composta pelos servidores a seguir discriminados, sendo o primeiro o presidente e os demais primeiro e segundo secretários, respectivamente, delegando-lhes poderes para efetivar todas as diligências necessárias para a instrução do Processo Administrativo nº. 002/2020, instaurado por intermédio da Portaria nº. 180, de 28 de setembro de 2020:

I- Myriam Mychelle Mantay de Oliveira - matrícula 276;

II- Edinei Dalbem Clarindo – matrícula 65;

III- Joaquim Maria Dias – matrícula 409;

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº. 227, de 25 de novembro de 2020.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo em Salto do Céu/MT, 26 de abril de 2021.

Publique-se e cumpra-se, com urgência.

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 008/2021

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT

Aviso de Licitação

Pregão Presencial n° 008/2021

Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO, MANUTENÇÃO DE WEBSITE INSTITUCIONAL E ALIMENTAÇÃO COM MATÉRIAS DE TEOR JORNALÍSTICO, CONSULTORIA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING, DESIGNER GRÁFICO PARA PRODUÇÃO DE CONTEÚDO IMPRESSOS E DIGITAIS, SERVIÇO DE COPYWRITER PARA PRODUÇÃO DE TEXTOS E GESTÃO DE REDES SOCIAIS, ASSIM COMO FOTOGRAFIA, FILMAGEM E PÓS-PRODUÇÃO**.** Modalidade Pregão presencial n° 008/2021, na forma Presencial, tipo: Menor Preço por Item. A sessão realizar-se-á às 09h00 minutos, do dia 07 de Maio de 2021. O Edital poderá ser adquirido no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT, situada na Avenida 14 de Setembro, s/nº, Centro, Santa Cruz do Xingu/MT, Fone/Fax: (66) 3594-1000, pelo e-mail: licitacao@santacruzdoxingu.mt.gov.br ou pelo site: https://sic.tce.mt.gov.br/123/assunto/listaSubItem...

Santa Cruz do Xingu – MT, 26 de Abril de 2021.

Wandercides Divino Pereira Ramos– Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0229/2021 DE 26 DE ABRIL DE 2021.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS SERVIDORES PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 042/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os servidores **LÉA FERREIRA DA SILVA HUNGER**, inscrita no CPF/MF sob o nº 837.404.491-87 (titular) e **FABIO KUNZ DA SILVA**, inscrito no CPF nº 044.607.441-12 (suplente), para Fiscalização do Contrato nº 042/2021, cujo objeto é: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DE AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS), PARA IMPLANTAÇÃO DE ÁREA PARA ATIVIDADES COM COZINHA E DESPENSA.** Tomada de Preço n° 003/2021.

Art. 2º.*A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.*

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 26 DE ABRIL DE 2021.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0228/2021 DE 26 DE ABRIL DE 2021.

SÚMULA: NOMEIA E AUTORIZA O LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Considerando a necessidade do Município de alienar em leilão público oficial, bens móveis diversos e no estado em que se encontram, observando os princípios básicos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

Considerando que o Leiloeiro Público Oficial exerce uma função pública delegada pelo Estado através da Junta Comercial, possuindo competência e experiência profissional para avaliar bens móveis diversos para alienação e realização do leilão, presencialmente e/ou on-line pela rede mundial de computadores, conforme Decreto nº 21.981/32, Lei nº 13.138/2015 e Instrução Normativa nº 72/2019/DREI, sem ônus ou custos financeiros para a administração;

Considerando os termos do Inciso III do Artigo 38 e Artigo 53 da Lei nº 8.666/93 que trata das licitações e contratos administrativos;

Considerando que o Artigo 66, § 2º da Instrução Normativa nº 72/2019/DREI prevê que a forma de contratação do Leiloeiro Público Oficial, pode ser por meio de procedimento licitatório ou outro critério, cabendo ao ente interessado a decisão;

Considerando que a alienação de bens móveis diversos atende ao relevante interesse público municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear e autorizar o Leiloeiro Público Oficial do Estado de Mato Grosso, **ÁLVARO ANTÔNIO MUSSA PEREIRA**, portador da Matricula nº 013/2008/Jucemat, com endereço a Avenida São Sebastião nº 1.447, Galeria Leiloar, Sala 02, Bairro Goiabeiras, Cuiabá/MT, para conduzir o leilão público em data e horário a ser marcado.

Art. 2º. O Leiloeiro realizará o leilão com estrita observância da Lei das Licitações nº 8.666/93 e suas alterações, com a legislação profissional e demais pertinentes, e de acordo com o próprio Edital do certame.

Art. 3º. Compete ao Leiloeiro Público Oficial, organizar/operacionalizar a realização do leilão, produzindo a relação dos bens disponibilizados em lotes individuais ou não, avaliar os bens móveis diversos e subordinar a avaliação à apreciação e homologação da autoridade Municipal, e divulgar o leilão pela internet em seu próprio site ***www.alvaroantonioleiloes.com.br***, e-mail´s e redes sociais, folder/panfletos para distribuição na região e demais recursos disponíveis.

Art. 4º. Compete ainda ao leiloeiro, instalar escritório no local do leilão para expedir documentos referente as arrematações, produzir a Ata circunstanciada, prestar contas, realizando todos os procedimentos inerentes a sua função e objetivo fim da presente nomeação, inclusive, auxiliando a Comissão processante no que couber.

Art. 5º. A Prefeitura Municipal fica isenta de pagamento de comissão ou reembolso de despesas com o Leiloeiro, que cobrará apenas do Arrematante Comprador a comissão estipulada em 10% (dez por cento) da venda dos bens móveis diversos.

Art. 6º. A Comissão de Avaliação e Alienação em Leilão Público, nomeada pela Portaria nº 0225/2021, será a Comissão processante do presente leilão cumprindo as formalidades administrativas e pertinentes.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 26 DE ABRIL DE 2021.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE LEILÃO Nº 001/2021 - BENS MÓVEIS DIVERSOS

Leilão presencial e on-line simultaneamente pelo site: **www.alvaroantonioleiloes.com.br**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT, CNPJ 04.205.596/0001-17, com sede na Avenida Flávio Luiz nº 2.201, Bairro Centro, Cep 78.435-000, neste ato denominado simplesmente Prefeitura ou Vendedor, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará o presente público leilão para venda, pelo maior lance, os bens móveis diversos conforme relacionados no **Anexo I** deste Edital, sendo conduzido pelo **Leiloeiro Público Oficial Álvaro Antônio Mussa Pereira**, portador da Matricula nº 013/2008/Jucemat, com escritório a Avenida São Sebastião nº 1.447, Galeria Leiloar, Sala 02, Bairro Goiabeiras em Cuiabá/MT.

a) O leilão será hibrido, ou seja, presencial e on-line, simultaneamente, pela internet. Em função da situação de pandemia Covid-19, caso seja decretado qualquer ato administrativo/jurídico, que possa restringir o leilão de forma presencial, este será realizado, exclusivamente, de forma on-line.

b) O presente leilão realizar-se-á com estrita observância do princípio da Licitação, nos termos da Lei N°. 8.666/93 de 21/06/93, Lei N°. 8.883/94 de 08/06/94, Decreto nº 21.981/32, e suas alterações, Lei nº 13.138/2015, IN nº 72/2019/DREI, e pelo presente Edital e demais legislações aplicáveis, sendo que os documentos expedidos pelo Leiloeiro Público Oficial são revestidos de Fé Pública para os seus devidos fins e efeitos.

c) A habilitação e participação no leilão, de forma presencial ou on-line, implica no pleno conhecimento e na aceitação irrevogável e irretratável das regras do presente leilão estabelecidas na legislação vigente e dispostas neste Edital completo, ao qual todos se vinculam para os devidos fins e efeitos, não cabendo recursos de nenhuma espécie após a arrematação.

d) Os bens disponibilizados para o leilão, conforme Anexo I, serão vendidos desembaraçados e livres de ônus ou restrições.

e) A descrição física do(s) bem(ns) à venda, não é completa, nem técnica, prevalecendo no estado real em que se encontra no ato do leilão, assim como, as fotos disponíveis no site do leiloeiro, nos folder/panfletos, ou em qualquer meio de publicidade, são apenas e meramente ilustrativos e em nenhuma hipótese tem efeito vinculante. Também em nenhuma hipótese será considerado e/ou aceito reclamação do arrematante, presencial ou on-line, que arrematar qualquer lote com base em fotos ilustrativas.

Dia do leilão: 14 de maio de 2021 – 6ª feira – 09:00 horas

Local do leilão:Pátio da Secretaria Municipal de Obras – perímetro urbano da cidade.

- Ocorrendo decretação ou prorrogação de dia de feriado ou outro fato superveniente que impeça ou impossibilite a realização do leilão na data estabelecida, o leilão fica desde já marcado para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e nas mesmas condições.

- Dúvidas, informações e outros detalhes poderão ser obtidos com a **Comissão (65) 3529.6330**

ou com o Leiloeiro (65) 3365.9885 **e 99287.9838.**

- Edital completo está disponível no site do leiloeiro: **www.alvaroantonioleiloes.com.br**, para conhecimento, leitura e impressão.

- Veja também no site da Prefeitura, no Portal da Transparência.

- Visitas e vistorias aos bens no pátio da Pátio da Secretaria Municipal de Obras

a partir do dia 10/05/2021, das 08:00h as 11:00h e das 14:00h as 17:00h**.**

01 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO – habilitação, lances e pagamento.

1.1. DA HABILITAÇÃO GERAL E DA OFERTA DE LANCES ON-LINE:

a) Para participação on-line, será obrigatoriamente exigido do licitante, caução em dinheiro, no valor de **R$ 1.000,00** (um mil reais), a ser depositado na conta bancária do leiloeiro, que a informará no momento do cadastro. Depósito em envelope/caixa eletrônico, só será validado após confirmação em conta. Se o licitante arrematar, o valor depositado será abatido no preço ou na comissão do leiloeiro. Se nada arrematar, será devolvido após o leilão, em até 48 horas. Se o arrematante não pagar a compra no prazo estabelecido, a arrematação será anulada e o valor da caução será revertida em multa por inadimplência ao certame, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades dispostas nos Itens 1.2.6. e 1.2.7 do Edital.

b) Poderão participar e oferecer lances no leilão os licitantes que se habilitarem na forma disciplinada por este Edital, tanto pessoas físicas ou jurídicas, portadoras dos originais de RG e CPF; se empresa, cópia do Contrato Social e cartão do CNPJ; e se representante, Procuração objetiva passada por Cartório (firma reconhecida), e se necessário, serão exigidos outros documentos.

Não podem arrematar no leilão todo e qualquer tipo de servidor do Vendedor, bem como, os prestadores de serviços e/ou contratados.

1.1.1. **PARTICIPAÇÃO PRESENCIAL** - a habilitação para participação de forma presencial no leilão poderá ser feita antes ou durante o mesmo, preenchendo uma Ficha Cadastral e recebendo um número de senha pessoal. A critério do leiloeiro esta formalidade poderá ser dispensada. Não serão habilitados licitantes com restrições cadastrais.

1.1.2. **PARTICIPAÇÃO ON-LINE E DO PRAZO PARA CADASTRO E HABILITAÇÃO:**

Para participar e oferecer lances on-line pela internet, os licitantes interessados deverão se cadastrar/habilitar no site do leiloeiro ***www.alvaroantonioleiloes.com.br***, janela “cadastre-se” preenchendo todos os dados exigidos e clicando em “envio de documentos” para remeter os documentos de habilitação.

O prazo limite para cadastro/habilitação para participar on-line deste leilão, e realizar o deposito caução será até às 17:00 (dezessete) horas do dia 12/05/2021 (quarta feira), quando se encerra este procedimento.

1.1.2.1. Ao enviar a ficha cadastral preenchida e os documentos completos, e o comprovante do deposito caução para conferência na conta do leiloeiro, o licitante já receberá "login e senha", entretanto, só será liberado e poderá acessar ao sistema e oferecer lances, após consulta nos órgãos de proteção ao crédito do cadastro, e sem restrições.

1.1.2.1.1. O licitante é o único responsável pela guarda, pelo sigilo e pela utilização dos dados necessários de acesso ao sistema, login, senha e lances, não sendo oponível, em nenhuma hipótese, a alegação de uso indevido.

1.1.2.2. Pessoas físicas ou jurídicas já cadastradas no sistema poderão ser dispensadas da habilitação para o presente leilão, mediante liberação pelo leiloeiro.

1.1.2.3. Mesmo estando cadastrado/habilitado no site, será liberada a participação do licitante exclusivamente para o presente leilão, findo o qual, será bloqueado o acesso, sendo necessário novo pedido de liberação para participar de outros leilões.

1.1.2.4. Após a aprovação para participação on-line, os interessados já poderão registrar seus lances, renovando-os, se desejar, e no dia e horário do leilão estar conectado no site **www.alvaroantonioleiloes.com.br**, para disputar simultaneamente com os demais lances.

1.1.2.5. Os lances oferecidos via on-line serão recebidos e apresentados simultaneamente junto com os lances obtidos presencialmente no local do leilão, cuja participação de forma eletrônica é considerada apenas como uma ferramenta facilitadora de ofertas, reconhecendo os licitantes habilitados que a eficiência de lances on-line no ato do leilão poderá sofrer interferências ou qualquer outra circunstância alheias a vontade do Comitente Vendedor e do leiloeiro, como: instabilidades de conexão da internet, fuga de sinal, falhas no funcionamento do sistema, incompatibilidade de software, lentidão, queda de energia, intempéries do tempo, linha telefônica, enfim, imprevisões gerais, e em ocorrendo, prevalecerá o maior lance oferecido de forma presencial e assim o bem será vendido.

1.1.2.5.1. O fechamento de lances serão precedidos, opcionalmente e a critério do leiloeiro, de chamadas "dou-lhe uma", "dou-lhe duas", "dou-lhe três", ou apenas na batida do martelo declarando o vencedor ao final da contagem regressiva de 30 (trinta) segundos, tempo em que os lances online devem ser registrados e enviados pelo licitante virtual. Em ocorrendo a situação ou imprevisões descritas no parágrafo anterior, o leiloeiro aguardará no máximo 03 (três) minutos, findo os quais fará o fechamento do lote na batida do martelo pela melhor oferta presencial, sendo que persistindo o problema, o leilão prosseguirá de forma presencial.

1.1.2.5.2. Poderá ocorrer que algum lance tenha sido enviado no momento em que ocorra qualquer das situações previstas nos itens anteriores, e uma vez voltando ou não o sistema a normalidade, ou posteriormente, mesmo que apareça o lance on-line maior que presencial, no caso, prevalece o lance presencial fechado pelo leiloeiro.

1.1.2.5.3. O valor mínimo para lances de forma on-line estará arbitrado em cada lote, não conseguindo o licitante ofertar valor inferior. Já presencialmente, os lances serão balizados pelo leiloeiro e alimentados no sistema.

1.1.2.6. Em qualquer dos casos previstos nos itens anteriores, ou mesmo em outra situação imprevista, não cabe ao licitante on-line reclamar direitos, fazer interpelações, recursos ou requerer indenizações de qualquer espécie.

1.1.2.7. Se o lance vencedor foi oferecido via eletrônica, o arrematante já saberá automaticamente ou será comunicado imediatamente devendo proceder o pagamento conforme condições dispostas no presente Edital não podendo ultrapassar o prazo de 48 (quarenta e oito) horas após o leilão, findo o qual será declarada pelo leiloeiro a inadimplência do arrematante.

1.1.2.7.1. No arremate de forma on-line, o arrematante autoriza e outorga poderes ao leiloeiro para rubricar a Nota de Arrematação em seu nome, conferindo e dando fé ao ato para seus devidos fins e efeitos.

1.1.2.8. O disposto no item anterior também se aplica aos participantes do leilão de forma presencial, e se arrematar algum lote, deverá apor sua própria assinatura na Nota de Arrematação expedida pelo leiloeiro.

1.2. DOS LANCES E DO PAGAMENTO:

1.2.1. Os lances começam com o valor da avaliação dos bens, sendo presenciais e verbais, e on-line simultaneamente, através do site ***www.alvaroantonioleiloes.com.br***, sendo declarado vencedor o lance ofertado na batida do martelo pelo leiloeiro.

1.2.1.1. Face ao relevante interesse público na alienação através do presente leilão, eventualmente algum lote não vendido poderá ser novamente apregoado com um desconto, entre 10% (dez por cento) a no máximo 30% (trinta por cento), sobre o valor da avaliação, cujo percentual a ser aplicado será decidido pela Comissão responsável.

1.2.1.2. Havendo o desconto previsto no item anterior, além de presencial, o leiloeiro poderá oferecer o lote também on-line, nas mesmas condições e regras do presente edital.

1.2.2. As vendas serão efetuadas somente com pagamento exclusivamente **À VISTA**, no prazo máximo de até 48 horas, dias úteis.

1.2.2.1. Se o arrematante adquirir mais de um lote, nenhum deles será liberado para retirada antes do pagamento integral de todos os lotes que arrematar.

1.2.3. O acerto de contas do Arrematante será efetuado imediatamente após a arrematação e à vista, no escritório de leilão instalado no local, quando será expedido a Nota de Arrematação em Leilão Público em nome do arrematante habilitado.

1.2.3.1. O recolhimento do pagamento da arrematação será informado no ato do leilão (DAM, deposito, transferência, PIX), sendo que a Comissão de Leilão só liberará e entregará o bem arrematado após comprovação e consulta do pagamento total perante a tesouraria.

1.2.3.1.1. O valor depositado a título de caução na conta do leiloeiro, será abatido no pagamento da arrematação, ou na comissão do leiloeiro, o que for mais prático e eficiente.

1.2.3.2. Não realizado o pagamento pelo arrematante do preço à vista, em até 48 horas, será declarado a inadimplência da arrematação com o cancelamento e nulidade da venda, sendo o lote oferecido aos ofertantes de lances anteriores ou não.

1.2.3.3. Se o lance vencedor foi oferecido via eletrônica, o arrematante deverá proceder o pagamento conforme ficar convencionado /decidido no item 1.2.3.1., cujo pagamento não poderá ultrapassar o prazo de 48 (quarenta e oito) horas após o leilão, findo o qual será declarado pelo Leiloeiro a inadimplência do arrematante.

1.2.4. Excepcionalmente, por motivo de força maior, devidamente justificado ou plausível, a Comissão de Leilão poderá aceitar o pagamento da arrematação após o prazo previsto.

1.2.5. A comissão do Leiloeiro Público Oficial é de 10% (dez por cento) a ser paga à vista pelo Arrematante diretamente ao leiloeiro, e não está inclusa no pagamento da arrematação.

1.2.5.1. Sem autorização do leiloeiro que comprove o recebimento da comissão, o bem arrematado não será liberado pelo vendedor. Em nenhuma hipótese o leiloeiro devolve a comissão recebida, sendo que o Vendedor não paga comissão e não tem qualquer despesa com o leiloeiro

1.2.6. Havendo inadimplência no pagamento, o arrematante será penalizado com a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da arrematação

conforme disposto no § 2º, artigo 53 da Lei das Licitações. O Vendedor poderá optar ainda por aplicar as demais penalidades e sanções dispostas na Lei de Licitações e Contratos. Não pagando também a multa, o leiloeiro emitirá Certidão de Título Executivo para cobrança pelo Vendedor, assim como da sua comissão.

1.2.7. O leilão é uma operação liquida e certa, onde o licitante habilitado participa de livre e espontânea vontade, e a desistência, a frustração do caráter competitivo, o não pagamento, a sustação ou bloqueio do cheque da arrematação e/ou comissão do leiloeiro, configura fraude, dolo e prejuízo ao certame, aos cofres públicos e ao leiloeiro, e em ocorrendo, poderá ser registrado BO Policial.

1.2.8. Em caso de extravio, perda, etc, da Nota de Arrematação, o leiloeiro só expedirá segunda via mediante publicação da causa em jornal de grande circulação e pagamento da taxa administrativa de R$ 500,00 (quinhentos reais).

02 - DOS BENS MÓVEIS DIVERSOS, DA RETIRADA E DA TRANSFERÊNCIA:

2.1. **A descrição física do(s) bem(ns) à venda, não é completa, nem técnica, e serão vendidos no estado em que se encontram quando de sua exposição, sem garantia de nenhuma espécie, prevalecendo como se encontra no ato do leilão.**

2.2. As visitas, vistorias, levantamentos físicos, consultas, etc, "in loco' aos bens disponibilizados para leilão, deverão ser realizadas, obrigatoriamente, com antecedência e no período aberto para este fim. O não cumprimento desta obrigação pelo licitante, isenta o Vendedor e leiloeiro, após a arrematação, presencial ou on-line, de reclamações, arrependimentos, devoluções, indenizações ou qualquer outro procedimento não previsto neste Edital.

2.2.1. O licitante deverá se certificar das características e circunstâncias que envolvem todos os bens descritos no Anexo I, inclusive, no caso de veículos e maquinários, mesmo sucateados, seu interior e exterior, ano, cor, número de motor e chassis, número de série, chave de partida, bateria, demais itens mecânicos e outros detalhes gerais pertinentes, não podendo alegar desconhecimento das condições e estado físico ou de conservação dos lotes ofertados e adquiridos por livre e espontânea vontade, dos prazos para transferência e registro, das possíveis restrições ou obrigações impostas por leis vigentes.

2.3. Após a confirmação do pagamento da arrematação, o arrematante tem o prazo de até 05 (cinco) dias uteis para retirar o lote adquirido, cuja entrega será feita pela Comissão de Leilão. Eventual necessidade de um prazo maior, o arrematante deverá convencioná-lo junto a Comissão, sendo que vencido esse prazo, será cobrado taxa de depósito a base de R$ 50,00 (cinquenta reais) por dia, recolhidos através de DAM.

2.4. É de inteira responsabilidade do arrematante as providências de retirada do lote/bem arrematado do local onde se encontra, desmontagens, remoção, fretes, embarque, etc, sendo obrigatório utilizar mão-de-obra e/ou serviço especializado pertinente, sendo que o vendedor não cederá pessoal e nem equipamento para este procedimento.

2.4.1. Durante e após a retirada do bem do local onde se encontra, todo risco de acidentes ou incidentes, material ou físico de pessoas, assim como, a apreensão do bem por qualquer motivo, perda, roubo, extravio, etc, serão de exclusiva responsabilidade do arrematante.

2.5. DA TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE DE VEÍCULOS E DA BUSCA E APREENSÃO:

2.5.1. Veículo vendido para transferência de propriedade ao arrematante, se houver necessidade, será concedido o prazo de até 30 (trinta) dias para reformas e consertos, necessários para vistoria junto ao Detran visando a própria transferência.

2.5.2. Vencido o prazo concedido para reforma e transferência de propriedade do veículo, o Vendedor requererá via judicial, a busca e apreensão do bem arrematado, mantendo-o sob custódia até a consolidação da obrigação, no prazo máximo de mais 30 (trinta) dias.

2.5.3. Decorridos o prazo concedido no item anterior, a arrematação será anulada pela Comissão de Leilão e o lote/bem é incorporado novamente ao patrimônio do Vendedor, perdendo o arrematante as quantias pagas, a qual não caberá devolução e nem recursos administrativos, nem judiciais de nenhuma espécie.

2.6. O Vendedor fará o comunicado de venda ao Detran, tanto de sucata para baixa, como de veículo, e no caso de veículo, entregará o Certificado de Registro de Veículo - Autorização para Transferência, devidamente datado e preenchido em nome do arrematante, ou na forma necessária para efetivar o compromisso.

2.7. Correm por conta do arrematante as despesas e taxas de transferência de propriedade de veículos junto ao Detran, bem como, a regularização de documentos, perícia, vistoria, impostos, remarcação de chassis ou motor, DPVAT, IPVA incidente, etc, e todos os atos e ações decorrentes para efetivação da propriedade em seu nome, bem como, demais custos oriundos.

2.7.1. Caberá ao arrematante o pagamento do ICMS calculado sobre o valor de qualquer arrematação, na alíquota e demais encargos estabelecidos pela Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ/MT.

2.7.1.1. O arrematante deve se dirigir a uma agência fazendária (exatoria) apresentando a Nota de Arrematação em Leilão Público para pagar o imposto e receber a Nota Fiscal. Quaisquer outros tributos e taxas federais, estadual ou municipal, obrigatórias e não previstas no Edital, também correm por conta e devem ser pagas pelo Arrematante.

2.7.1.2. O Detran não realiza a transferência de propriedade de veículo sem a Nota Fiscal e o comprovante de pagamento do imposto.

2.8. No caso de veículos para transferência de propriedade, o arrematante assume o compromisso de não circular/transitar com o mesmo antes de consolidada a transferência de propriedade, respondendo civil e criminalmente por danos de qualquer espécie que vier a causar ao Vendedor, leiloeiro ou terceiros, em face do não cumprimento dos termos deste Edital. O mesmo ocorre com máquinas e outros bens que independem de transferência de propriedade.

2.8.1. Se for o caso, toda transferência de propriedade de veículos arrematados neste leilão, poderão ser processadas, exclusivamente, através de Despachante profissional da cidade do Vendedor e que estará disponível no local do leilão.

2.9. Todo e qualquer veículo vendido como SUCATA SEM DOCUMENTO, deve ser desmontado e reaproveitado apenas como peças usadas, não podendo ser recuperado para voltar a circular em vias públicas, inclusive, o motor do mesmo, e em nenhuma hipótese haverá transferência de propriedade, uma vez que o chassis é recortado e o documento é baixado pelo vendedor junto ao DETRAN.

2.9.1 Eventualmente algum veículo que após a avaliação, tenha sofrido depreciação por avarias ou outras causas, o Vendedor poderá rever seu estado reconsiderando-o para sucata sem documento, cujo valor somente poderá ser alterado conforme desconto previsto neste Edital. O arrematante de veículo, após a arrematação, também poderá solicitar a alteração para sucata sem documento, não cabendo nenhum desconto sobre o valor da sua compra.

03 - DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS:

3.1 É vedado ao Arrematante ceder, permutar, vender, penhorar, dar em garantia, prometer, ou de qualquer outra forma, negociar qualquer dos bens adquiridos antes do pagamento total da arrematação, da comissão do leiloeiro e da transferência de propriedade.

3.2 O Vendedor se reserva ao direito de vincular a venda a sua aprovação ou não, fazer alterações, colocar lotes, de retirar no todo ou em parte, des-

dobrar, agrupar ou reunir bens em lotes a seu exclusivo critério, necessidade ou interesse da administração, inclusive, cancelar ou anular qualquer arrematação por motivo de força maior, ou que apresentar algum problema administrativo ou judicial não previsto no Edital, no momento ou após o leilão, sem que caiba qualquer reclamação ou indenização.

3.3. O Leiloeiro Público Oficial está apto e autorizado, em conjunto com a Comissão, a introduzir modificações, proceder alterações, fazer correções de eventuais erros ou omissões e demais atos necessários a correção na descrição do bem, Anexo I, preservando a transparência e o perfeito aperfeiçoamento do presente leilão.

3.4. Encerrado o leilão, o Leiloeiro lavrará e assinará a ATA circunstanciada com os registros indispensáveis, relação dos bens, avaliação, valor de venda, respectivos Arrematantes, contendo os acontecimentos e fatos relevantes. Qualquer alteração posterior a emissão da Ata deverá ser efetuada mediante Certidão Aditiva do leiloeiro, ou no que couber, por Ata da Comissão responsável.

3.5. A prestação de contas pelo leiloeiro ao Vendedor ocorrerá em até 10 (dez) dias, passíveis de prorrogação, entregando cópia original de uma via das Nota de Arrematação e da Ata contra-recibo, dando plena e rasa quitação encerrando o trabalho do Leiloeiro.

3.6. O Leiloeiro Público Oficial é o consignatário ou mandatário para operacionalizar, preparar e realizar o leilão, devendo cumprir as formalidades legais, não tendo autoridade, responsabilidade e nem respondendo pela transferência de propriedade e/ou outros atos administrativos ou judiciais do Vendedor, bem como, por documentos fiscais, atrasos nos pagamentos ou inadimplências dos arrematantes, falta, falhas ou omissões ou quaisquer atos relacionados ao leilão além de sua competência profissional, antes, durante e após o leilão.

3.7. O prazo para interpor recursos ao presente Edital é de 05 (cinco) dias após a publicação do leilão na imprensa oficial. Após esse prazo qualquer tipo de recurso será intempestivo e não serão considerados.

3.8. Fica eleito o Fórum da Comarca Nova Mutum, renunciando a qualquer outro.

Santa Rita do Trivelato/MT, 26 de abril de 2021.FL

EGON HOEPERS ARILSON ANICETO DA SILVA FONSECA

Prefeito Municipal Presidente da Comissão

ANEXO I

BENS MÓVEIS DIVERSOS DISPONIBILIZADOS PARA LEILÃO

E QUE SERÃO VENDIDOS NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRAM

Lote 01 – SUCATAS E SUCATEADOS - Avaliação **R$ 200,00**

- Itens de informática como: máquina escrever, aparelhos de TV, tonner, CPU´s, teclados, monitores, impressoras, etc.

Lote 02 – SUCATAS E SUCATEADOS - Avaliação **R$ 300,00**

- Itens de móveis e copa-cozinha como: mesas, cadeiras normal/escolar, armários de aço arquivo/cozinha,

fogões, máquina lavar, bebedouros, frezzer, extintores de incêndio, liquidificador inox, etc.

Lote 03 – SUCATAS E SUCATEADOS - Avaliação **R$ 700,00**

- ventiladores, aparelhos de ar condicionado, gaveta e split, diversas marcas e potências.

Lote 04 – SUCATAS E SUCATEADOS - Avaliação **R$ 1.200,00**

- Itens médico-hospitalar como: camas, maca, berços, biombos, balanças, medidor de pressão,

estufas, desfribilador, braços de focos de iluminação, armação de cadeira odontológica, peças/acessórios de Raio X,

cadeira de rodas, compressor odonto Pressure, etc.

Lote 05 – USADOS/SUCATEADOS/CARECAS/RASGADOS/RECORTADOS - Avaliação **R$ 1.300,00**

- aproximadamente 150 pneus, diversas marcas e tamanhos, de motos, veículos, caminhões e tratores.

OBS – este lote só pode ser arrematado exclusivamente para portadores de licença ambiental pertinente.

Lote 06 –

USADOS/SUCATEADOS/RECORTADOS/AMASSADOS/RETALHOS - Avaliação **R$ 300,00**

- peças automotivas usadas, como: escapamentos, discos, eixo, campanas, etc – janelas tipo vitrô.

Lote 07 – SUCATAS SEM DOCUMENTOS – chassis recortado - Avaliação **R$ 1.100,00**

- 01 Chevrolet S-10, cabina simples, cor branca, identificação JZH-9403, sem: motor/cxa câmbio/rodas/pneus e outros itens.

- 01 Volks Saveiro, cor azul, identificação NBS-2015, sem: motor/cxa câmbio/rodas/pneus e outros itens.

Lote 08 – REAPROVEITÁVEL - Avaliação **R$ 6.500,00**

- 01 Cabine de caminhão Iveco Euro Cargo, cor branca.

- 01 Caçamba Facchini 10 m³, cor branca, com chassis/pistão.

Lote 09 – 01 Veículo Nissan Livina X-Gear SL, flex, 4 portas, ano 2013, placa **OBL-2723**,

chassis 94DTBAL10DJ634309, cor cinza, automática, trabalhando. Avaliação **R$ 17.000,00**

Lote 10 – 01 Camionete GM S-10 Advantage CD, flex, ano 2011, placa **NUG-2576**

chassis 9BG138GP0BC476898, cor branca, carroceria madeira, trabalhando. Avaliação **R$ 19.400,00**

Lote 11 – 01 Camionete Nissan Frontier CD, SL 4x4, diesel, ano 2012/13, placa **OBK-4593**

chassis 94DVDUD40DJ442034, cor branca, automática, trabalhando. Avaliação **R$ 27.000,00**

AVALIAÇÃO TOTAL DE 11 LOTES PARA LEILÃO .... R$ 75.000,00

(importa a presente avaliação de 11 lotes para leilão em setenta e cinco mil reais).

ÁLVARO ANTÔNIO MUSSA PEREIRA KLEIBER LEITE PEREIRA

Leiloeiro Público Oficial – Avaliador Leiloeiro Público Oficial – Avaliador

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0228/2021 DE 26 DE ABRIL DE 2021.

SÚMULA: NOMEIA E AUTORIZA O LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Considerando a necessidade do Município de alienar em leilão público oficial, bens móveis diversos e no estado em que se encontram, observando os princípios básicos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

Considerando que o Leiloeiro Público Oficial exerce uma função pública delegada pelo Estado através da Junta Comercial, possuindo competência e experiência profissional para avaliar bens móveis diversos para alienação e realização do leilão, presencialmente e/ou on-line pela rede mundial de computadores, conforme Decreto nº 21.981/32, Lei nº 13.138/2015 e Instrução Normativa nº 72/2019/DREI, sem ônus ou custos financeiros para a administração;

Considerando os termos do Inciso III do Artigo 38 e Artigo 53 da Lei nº 8. 666/93 que trata das licitações e contratos administrativos;

Considerando que o Artigo 66, § 2º da Instrução Normativa nº 72/2019/ DREI prevê que a forma de contratação do Leiloeiro Público Oficial, pode ser por meio de procedimento licitatório ou outro critério, cabendo ao ente interessado a decisão;

Considerando que a alienação de bens móveis diversos atende ao relevante interesse público municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear e autorizar o Leiloeiro Público Oficial do Estado de Mato Grosso, **ÁLVARO ANTÔNIO MUSSA PEREIRA**, portador da Matricula nº 013/2008/Jucemat, com endereço a Avenida São Sebastião nº 1.447, Galeria Leiloar, Sala 02, Bairro Goiabeiras, Cuiabá/MT, para conduzir o leilão público em data e horário a ser marcado.

Art. 2º. O Leiloeiro realizará o leilão com estrita observância da Lei das Licitações nº 8.666/93 e suas alterações, com a legislação profissional e demais pertinentes, e de acordo com o próprio Edital do certame.

Art. 3º. Compete ao Leiloeiro Público Oficial, organizar/operacionalizar a realização do leilão, produzindo a relação dos bens disponibilizados em lotes individuais ou não, avaliar os bens móveis diversos e subordinar a avaliação à apreciação e homologação da autoridade Municipal, e divulgar o leilão pela internet em seu próprio site ***www.alvaroantonioleiloes.com.br***, e-mail´s e redes sociais, folder/panfletos para distribuição na região e demais recursos disponíveis.

Art. 4º. Compete ainda ao leiloeiro, instalar escritório no local do leilão para expedir documentos referente as arrematações, produzir a Ata circunstanciada, prestar contas, realizando todos os procedimentos inerentes a sua função e objetivo fim da presente nomeação, inclusive, auxiliando a Comissão processante no que couber.

Art. 5º. A Prefeitura Municipal fica isenta de pagamento de comissão ou reembolso de despesas com o Leiloeiro, que cobrará apenas do Arrematante Comprador a comissão estipulada em 10% (dez por cento) da venda dos bens móveis diversos.

Art. 6º. A Comissão de Avaliação e Alienação em Leilão Público, nomeada pela Portaria nº 0225/2021, será a Comissão processante do presente leilão cumprindo as formalidades administrativas e pertinentes.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 26 DE ABRIL DE 2021.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2021

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2021

Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEDRA BRITADA CALCAREA Nº. 01 PEDRA BRITADA CALCAREA Nº. 0 (PEDRISCO) E PÓ DE PEDRA.** A Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT torna público que no dia **07 de Maio de 2021,** estará recebendo propostas, para abertura às **09h00min,** do Pregão Presencial, para a contratação supracitada. O Edital estará disponível no site www.santaritadotrivelato.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente, ou através do telefone (65) 3529-6161.

Santa Rita do Trivelato/MT, 26 de ABRIL de 2021.

DIENIFFER MOURA DA SILVA

Pregoeiro Oficial

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0231/2021 DE 26 DE ABRIL DE 2021.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS SERVIDORES PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 027/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os servidores **JAMES FERNANDO FAUSTINE**, inscrito no CPF/MF sob o nº 694.424.441-15 (titular) e **SIRLEI LOURDES BASSANI**, inscrita no CPF nº 962.822.230.91 (suplente), para Fiscalização do Contrato nº 027/2021, cujo objeto é: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS NA APURAÇÃO DO ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS – IPM, COM DISPONILIZAÇÃO DE SOFTWARE PARA CRUZAMENTO DE INFORMAÇÕES E NOTIFICAÇÃO, ALEM DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NA ÁREA DO IMPOSTO RURAL - ITR CUMPRINDO OS TERMOS DO CONVENIO PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT.** Pregão Presencial nº 011/2021.

Art. 2º. *A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.*

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 26 DE ABRIL DE 2021.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0230/2021 DE 26 DE ABRIL DE 2021.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PARA FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 051 A 054/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a servidora **KATIA MARA DE ARRUDA**, inscrita no CPF/MF sob o nº 040.399.261-37, para fiscalização das Atas de Registro de Preços:

ü **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2020 -** PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2020 – REGISTRO DE PREÇOS - OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, CONSIDERANDO O MAIOR DESCONTO SOBRE A TABELA DE PREÇOS SINAPI** - empresa **ZBN MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO E FERRAGENS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.181.522/0001-49;

ü **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2020 -** PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2020 – REGISTRO DE PREÇOS - OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, CONSIDERANDO O MAIOR DESCONTO**

SOBRE A TABELA DE PREÇOS SINAPI - MUDAR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPI'S LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º14.888.303/0001-05;

ü **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2020 -** PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2020 – REGISTRO DE PREÇOS - OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, CONSIDERANDO O MAIOR DESCONTO SOBRE A TABELA DE PREÇOS SINAPI -** empresa **IVAN GUIA LEMOS DA SILVA & CIA**, inscrita no CNPJ sob nº. 12.995.729/0001-24;

ü **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2020 -** PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2020 – REGISTRO DE PREÇOS - OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, CONSIDERANDO O MAIOR DESCONTO SOBRE A TABELA DE PREÇOS SINAPI -** empresa **MARISTELA S.B MENDONÇA EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº. 33440338/0001-13.**

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 26 DE ABRIL DE 2021.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

RECURSOS HUMANOS
CONCURSO PÚBLICO N° 01/2018

Edital de Convocação – 036/2021

O Sr .Egon Hoepers – Prefeito do Município de Santa Rita do Trivelato – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em razão do disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, bem como a decisão proferida, liminarmente, nos autos do processo judicial 1000926-82. 2021.8.11.0086,resolve:

TORNAR PÚBLICO:

I – A convocação da candidata abaixo relacionado, aprovado em Concurso Público 01/2018, conforme Edital N° 01/2018 de 19/12/2018 e homologado pelo Decreto nº 017/2019 publicado em 07 de Março de 2019.

II – A candidata deverá comparecer na Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato- MT no prazo de 30(trinta) dias corridos, contados a partir da data de publicação deste edital, obrigatoriamente munidos de todos os documentos comprobatórios para o cargo , conforme lista de documentos e exames exigidos pelo Decreto Municipal 021/2019 de 20/03/2019 .

III – Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto neste Edital, conforme Lei complementar 64/2015.

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	CARGO
2º	MIRIANGELA RAMOS RIBEIRO FONSECA	FISIOTERAPEUTA - SEDE

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, em 26 de Abril de 2021.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

LICITAÇÃO E COMPRAS
RESULTADO DE JULGAMENTO PROCESSO N. 12/2021 PREGÃO PRESENCIAL – EDITAL N.º 12/2021

RESULTADO DE JULGAMENTO

PROCESSO N. 12/2021

PREGÃO PRESENCIAL – EDITAL N.º 12/2021

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA Estado de Mato Grosso, por intermédio de seu Pregoeiro Sr ADMILSON DOS SANTOS GOMES designado pela Portaria nº 017/GP/2021 de 04/01/2021, torna público o resultado final do processo supra citado, cujo objeto é: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.** O Pregoeiro decide declarar vencedoras do certame as proponentes **ELETRO MENDONÇA COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS-LTDA,** inscrita **CNPJ: 03.806.018/0001-73** com o item 08 com valor total do item de **R$ 2.475,00 (dois mil quatrocentos e setenta e cinco reais)** e a empresa **ELÉTRICA LUZ COMECIAL DE MATERIAIS ELETRICOS EIRELI, inscrita CNPJ: 00.226.324/0001-42**, com os itens 01, 02, 03, 04, 05, 07, 09, 10, 11, 12, 13, 14 com valor total dos itens de **R$ 88.378,30 (oitenta e oito mil trezentos e setenta e oito reais e trinta centavos)** Não havendo interposição de recurso, os objetos da licitação será adjudicados aos classificados conforme acima mencionado. Santa Terezinha – MT, 26 de abril de 2021.ADMILSON S. GOMES - Pregoeiro

LICITAÇÃO E COMPRAS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO ORIGINAL 023/2021

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO ORIGINAL 023/2021

Pelo presente instrumento, o Município de SANTA TEREZINHA- MT Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua 25, S/N, Centro de Santa Terezinha MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 15.031.669/0001-18, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal, Senhor THIAGO CASTELLAN RIBEIRO, brasileiro, servidor Publico , portador da Cédula de Identidade RG nº 445076689 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 359.215.228-99, RESOLVE restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato supracitado firmado com a empresa DIHOL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA inscrita no CNPJ sob o numero 26.792.580/0001-90, com sede na Avenida Oito de Abril, nº 1610, Bairro Jardim Independência, Cuiabá/MT, CEP: 78.031-000, neste ato representada pelo senhor CLAUDEMIR DUARTE DA SILVA, inscrito no CPF: 415.287.868-15 e RG: 5.469. 350 SSP/SP, conforme segue;

DO OBJETO: O presente aditivo tem por objeto suprimir o preço inicialmente pactuado no Processo Licitatório nº 013/2021 adesão nº 002/2021

de acordo com a planilha abaixo: ITEM PRODUTO VALOR CONTRATADO - % DE SUPRESSÃO VALOR FINAL 01 Teste rápido para o antígeno (Ag) da Covid – 19 é 01 (um) ensaio imunocromatográfico, para detecção qualitativa do antígeno do COVID – 19 em amostra de Swab nasofaringe e orogaringe, para detecção a partir do 2º dia. (Igual ou semelhante ao ECO Teste).

R$ 90,00 25% R$ 67,55

O reajuste teve como embasamento orçamentos realizados com empresas do ramo, sendo o item da mesma marca ofertada pela empresa DIHOL , considerando previsão contratual onde permite a supressão, bem como, o Art. 65 paragrafo 1° da Lei 8.666/93

CONDIÇÕES GERAIS: Permanecem inalterados os demais termos do contrato original. E, por estarem justas e acordadas, assinam as partes o presente instrumento. Santa Terezinha / MT, 22 de Abril de 2021. PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA MT THIAGO CASTELLAN RIBEIRO GESTÃO 2021-2024 CPF 359.215.228-99 RG SSP/SP DIHOL DISTRIBUIDORA H

PREFEITURA / CONTABILIDADE
DECRETO SUPLEMENTAÇÃO N.º 1492/2021

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA DE SANTA TEREZINHA - MT

CNPJ: 15031669000118
Rua 25, 0000000 - Centro
Telefone 06635581414

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 01492/2021

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor THIAGO CASTELLAN RIBEIRO, Prefeito Municipal de SANTA TEREZINHA, estado do Mato Grosso, de atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **00762/2020** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar por superávit financeiro no orçamento vigente, Lei Municipal nº 762/2020, no valor de R$ 608.934,42 (seissentos e oito mil novecentos e trinta e quatro reais e quarenta e dois centavos), nas seguintes dotações:

02.001-GABINETE DO PREFEITO

Superávit Financeiro

02.001.04.122.0003.1003.4.4.9.0.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
0300000000-Recursos Ordinarios 255.000,00

Sub-Total: 255.000,00

03.001-GABINETE DO SECRETARIO

03.001.04.122.0003.2007.3.1.9.0.94.00.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS
0300000000-Recursos Ordinarios 8.000,00
03.001.04.122.0003.2007.3.3.9.0.91.00.00.00 SENTENCAS JUDICIAIS
0300000000-Recursos Ordinarios 50.000,00

Sub-Total: 58.000,00

04.001-GABINETE DO SECRETARIO

04.001.12.361.0040.2053.3.1.9.0.13.00.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS
0301000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação 50.000,00

Sub-Total: 50.000,00

06.001-GABINETE DO SECRETARIO

06.001.15.451.0060.1033.4.4.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
0330000000-Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB 40.000,00

Sub-Total: 40.000,00

09.001-FUNDO MUNICIPAL DE ACAO SOCIAL

09.001.08.244.0100.1052.4.4.9.0.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
0329000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS 10.000,00
09.001.08.244.0100.1052.4.4.9.0.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
0327076000-Transferencia de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavirus, institui 50.000,00
09.001.08.244.0100.2040.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
0327076000-Transferencia de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavirus, institui 31.146,77
09.001.08.244.0100.2040.3.3.9.0.36.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PESSOA FISICA
0327076000-Transferencia de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavirus, institui 10.000,00
09.001.08.244.0100.2040.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA
0327076000-Transferencia de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavirus, institui 20.000,00

Sub-Total: 121.146,77

09.002-FUNDO DE ASSISTENCIA A CRIANCA E O ADOLESCE

09.002.08.243.0106.2043.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
0329000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS 13.000,00
09.002.08.243.0106.2043.3.3.9.0.36.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PESSOA FISICA
0329000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS 16.056,43

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA DE SANTA TEREZINHA - MT

CNPJ: 15031669000118

Rua 25, 0000000 - Centro

Telefone 06635581414

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 01492/2021

09.002.08.243.0106.2043.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA	
0329000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	50.000,00
09.002.08.244.0110.2080.3.3.9.0.32.00.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIB GRATUITA	
0129074000-Acoes de saude para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19	4.731,22
Sub-Total:	**83.787,65**

09.003-CONSELHO TUTELAR

09.003.08.243.0100.2041.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	
0300000000-Recursos Ordinarios	1.000,00
Sub-Total:	**1.000,00**
Total Parcial Suplementado:	**608.934,42**

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de superávit fianceiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos do artigo 43 § 1º, inciso I da Lei 4.320/64.

Total Parcial Reduzido:

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Poder Executivo Municipal. SANTA TEREZINHA, 26, Marco de 2021

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO
Prefeito (a)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 09

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 09 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) — em Reais

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a – b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO [1] (I)			

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d – e)
DESPESAS DE CAPITAL	2.218.819,00	122.783,57	2.096.035,43
Investimentos	2.152.819,00	64.083,57	2.088.735,43
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida	66.000,00	58.700,00	7.300,00
(-) INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE			
(-) INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS			
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	2.218.819,00	122.783,57	2.096.035,43
RESULTADO PARA A APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)	2.218.819,00	122.783,57	2.096.035,43

Fonte:

Notas:
[1] Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III

Emissão: 23/04/2021 15:46:39
Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2019.

Page 1 de 1
Homologado

ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 12

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

em Reais

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	1.505.300,00	1.505.300,00	243.146,79	16,15
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	74.400,00	74.400,00	8.406,31	11,30
IPTU	55.000,00	55.000,00	615,33	1,12
Multas, Juros de Mora, Divida Ativa e Outros Encargos do IPTU	19.400,00	19.400,00	7.790,98	40,16
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI	720.000,00	720.000,00	91.755,67	12,74
ITBI	720.000,00	720.000,00	91.755,67	12,74
Multas, Juros de Mora, Divida Ativa e Outros Encargos do ITBI				
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	207.900,00	207.900,00	11.002,53	5,29
ISS	201.000,00	201.000,00	11.002,53	5,47
Multas, Juros de Mora, Divida Ativa e Outros Encargos do ISS	6.900,00	6.900,00		
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte IRRF	503.000,00	503.000,00	131.982,28	26,24
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	12.254.000,00	12.254.000,00	2.744.787,69	22,40
Cota-Parte FPM	6.974.000,00	6.974.000,00	1.684.798,78	24,16
Cota-Parte ITR	960.000,00	960.000,00	217.357,14	22,64
Cota-Parte IPVA	200.000,00	200.000,00	18.929,35	9,46
Cota-Parte ICMS	4.100.000,00	4.100.000,00	817.882,24	19,95
Cota-Parte IPI-Exportação	20.000,00	20.000,00	5.820,18	29,10
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais				
Desoneração ICMS (LC 87/96)				
Outras				
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**13.759.300,00**	**13.759.300,00**	**2.987.934,48**	**21,72**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)									
Despesas Correntes									
Despesas de Capital									
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)									
Despesas Correntes									
Despesas de Capital									
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)									
Despesas Correntes									
Despesas de Capital									
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)									
Despesas Correntes									
Despesas de Capital									
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)									
Despesas Correntes									
Despesas de Capital									
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)									
Despesas Correntes									
Despesas de Capital									
OUTRAS SUBFUNÇÕES (Apoio Administrativo/Manutenção) (X)	20.000,00	20.000,00							
Despesas Correntes	15.000,00	15.000,00							
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00							
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**20.000,00**	**20.000,00**							

Emissão: 23/04/2021 15:47:25
Portaria 286 de 07 de Maio de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) — em Reais

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO DE APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)			
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)			
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)			
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)			
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)			
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15 % (LC 141/2012)			448.190,17
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15,00% (Lei Orgânica Municipal)			448.190,17
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (h ou i) - XVII)	-448.190,17	-448.190,17	-448.190,17
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII)(Quando valor inferior a zeros)	-448.190,17		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / IIIb) * 100 (mínimo de 15,00% conforme Lei Orgânica Municipal)			

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) [1] (l) = (h - (i ou j)
		Empenhados (i)	Liquidados (j)	Pagos (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2021 (saldo inicial = XIXd)					
Diferença de limite não cumprido em 2020 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)					

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

EXERCÍCIO DO EMPENHO [2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIVd)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos 2021 (regra nova)										
Empenhos 2020 (regra nova)										
Empenhos 2019										
Empenhos 2018										
Empenhos 2017 e anteriores										
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna 'v')										
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)										
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XVII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)										

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

em Reais

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) [1] (d) = (h - (i ou j)
		Empenhados (x)	Liquidados (y)	Pagos (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2021 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)					
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2020 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS (XXV)					

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVI)	1.245.500,00	1.245.500,00	83.590,97	6,71
Provenientes da União	1.125.000,00	1.125.000,00	62.742,26	5,58
Provenientes dos Estados	120.500,00	120.500,00	20.848,71	17,30
Provenientes de Outros Municípios				
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE (XXVII)				
OUTRAS RECEITAS (XVIII)				
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXIX) = (XXVI + XXVII + XXVIII)	**1.245.500,00**	**1.245.500,00**	**83.590,97**	**6,71**

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (e/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXX)	2.429.002,00	2.479.572,46	506.533,67	20,43	436.748,11	17,61	370.122,56	14,93	
Despesas Correntes	2.131.545,00	2.182.115,46	477.240,93	21,87	436.748,11	20,01	370.122,56	16,96	
Despesas de Capital	297.457,00	297.457,00	29.292,74	9,85					
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXI)	276.046,00	276.046,00	75.320,85	27,29	14.824,43	5,37	14.824,43	5,37	
Despesas Correntes	248.046,00	248.046,00	75.320,85	30,37	14.824,43	5,98	14.824,43	5,98	
Despesas de Capital	28.000,00	28.000,00							
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXII)	164.382,00	180.382,00	59.141,51	32,79	58.083,51	32,20	30.291,30	16,79	
Despesas Correntes	163.382,00	179.382,00	59.141,51	32,97	58.083,51	32,38	30.291,30	16,89	
Despesas de Capital	1.000,00	1.000,00							
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXIII)	55.566,00	55.566,00							
Despesas Correntes	45.646,00	45.646,00							
Despesas de Capital	9.920,00	9.920,00							
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXIV)	141.230,00	141.230,00	19.711,64	13,96	19.711,64	13,96	18.887,98	13,37	
Despesas Correntes	133.230,00	133.230,00	19.711,64	14,80	19.711,64	14,80	18.887,98	14,18	
Despesas de Capital	8.000,00	8.000,00							
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXV)									
Despesas Correntes									
Despesas de Capital									
OUTRAS SUBFUNÇÕES (Apoio Administrativo/Manutenção) (XXXVI)	1.236.945,00	1.226.073,05	329.171,36	26,85	286.398,73	23,36	257.548,40	21,01	
Despesas Correntes	1.106.945,00	1.096.073,05	329.171,36	30,03	286.398,73	26,13	257.548,40	23,50	
Despesas de Capital	130.000,00	130.000,00							
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXVII) = (XXX + XXXI	4.303.171,00	4.358.869,51	989.879,03	22,71	815.766,42	18,72	691.674,67	15,87	

Emissão: 23/04/2021 15:47:25
Portaria 286 de 07 de Maio de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

em Reais

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (e/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXVIII) = (IV + XXX)	2.429.002,00	2.479.572,46	506.533,67	20,43	436.748,11	17,61	370.122,56	14,93	
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIX) = (V + XXXI)	276.046,00	276.046,00	75.320,85	27,29	14.824,43	5,37	14.824,43	5,37	
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XL) = (VI + XXXII)	164.382,00	180.382,00	59.141,51	32,79	58.083,51	32,20	30.291,30	16,79	
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLI) = (VII + XXXIII)	55.566,00	55.566,00							
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLII) = (VIII + XXXIV)	141.230,00	141.230,00	19.711,64	13,96	19.711,64	13,96	18.887,98	13,37	
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLIII) = (IX + XXXV)									
OUTRAS SUBFUNÇÕES (Apoio Administrativo/Manutenção) (XLIV) = (X + XXXVI)	1.256.945,00	1.246.073,05	329.171,36	26,42	286.398,73	22,98	257.548,40	20,67	
(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes									
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVI)	4.323.171,00	4.378.869,51	989.879,03	22,61	815.766,42	18,63	691.674,67	15,80	

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

[1] Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

[2] Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).

[3] Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 14

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021 _ Bimestre DE JANEIRO/FEVEREIRO

LRF, Art. 48 – Anexo 14 — em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	19.159.222,00
Previsão Atualizada	19.159.222,00
Receitas Realizadas	3.262.704,06
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	
DESPESAS	
Dotação Inicial	20.902.622,00
Créditos Adicionais	
Dotação Atualizada	20.902.622,00
Despesas Empenhadas	3.378.203,12
Despesas Liquidadas	2.504.359,82
Despesas Pagas	2.122.556,38
Superávit Orçamentário	758.344,24

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	3.378.203,12
Despesas Liquidadas	2.504.359,82

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	5.146.184,97
Receita Corrente Líquida Ajustada Para Cálculo dos Limites De Endividamento	1.100.172,59
Receita Corrente Líquida Ajustada Para Cálculo dos Limites Da Despesa Com	1.100.172,59

RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - Plano Previdênciário	
Receitas Previdenciárias Realizadas	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	
Resultado Previdenciário	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - Plano Financeiro	
Receitas Previdenciárias Realizadas	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	
Resultado Previdenciário	

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		719.982,44	0%
Resultado Primário		719.757,21	0%

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	695.948,87		557.491,93	138.456,94
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Poder Executivo	56.074,25		23.018,39	33.055,86
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	**752.023,12**		**580.510,32**	**171.512,80**

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Desenvolvimento do Ensino	549.157,84	25,00 %	18,38 %
Fundamental e Médio		0,00 %	0,00 %
Educação Infantil e Ensino Fundamental	268.038,83	60,00 %	92,51 %
Complementação da União ao FUNDEB		0,00 %	0,00 %

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo não realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	122.783,57	2.096.035,43

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício¹	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Plano Previdênciário				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				

RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	9.500,00	70.500,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas c/Ações e Serviços Públicos de Saúde exec. c/ rec. de impostos		15,00 %	0,00 %

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas / RCL (%)	

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

¹ Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

Emissão: 23/04/2021 15:48:20 — Page 1 de 1

Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2019. — Homologado

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 098/2021

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O SENHOR PREFEITO DO MUNICIPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, **LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO** NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

Resolve:

Art. 1° - Nomear os membros do Conselho Municipal do Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Santo Afonso-MT – CMDCA,

Art. 2° - O referido Conselho atuará tendo caráter deliberativo, normativo, consultivo e fiscalizador.

Art. 3° - O Conselho terá a seguinte composição:

I – Representantes do Poder Executivo

Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular			Suplente		
Rosilene Mulinário Rocha	CPF	825.114.031-53	Beatriz Sanches Merejori	CPF	286.073.648-47
	RG	1158405-0 SESP/MT		RG	27334995-8 SSP/MT

Representantes da Secretaria de Administração e Planejamento:

Titular			Suplente		
Flávia Aparecida Ribeiro da Silva	CPF	042.560.311-38	Chirley Souza Barbosa	CPF	911.721.601-04
	RG	23958707 SSP/MT		RG	1362085-1 SSP/MT

Representantes da Secretaria de Educação:

Titular			Suplente		
Lucineide Dias do Santos	CPF	458.261.451-53	Aparecida Caldeira da Cunha	CPF	411.648.301-04
	RG	679.965SSP/MT		RG	0560.949-6 SSP/MT

II – Representantes do Poder Legislativo

Titular			Suplente		
Leusidene Aparecida Souto	CPF	629.458.151-68	Irani Maria Dominga Queiroz Fernandes da Silva	CPF	276.872.012-72
	RG	10489681 SSP/MT		RG	11948167 SSP/MT

III – Representantes da Sociedade Civil

Representantes da Igreja Católica e Evangélica:

Titular			Suplente		
Maria Lucimar Peixoto	CPF	729.088.401-97	Marcelo Silvio de Assis	CPF	536.582.721-04
	RG	270129 SSP/MT		RG	816396 SSP/MT

Representantes da Pastoral da Criança

Titular			Suplente		
Edineia Ferreira de Almeida	CPF	956.331.031-49	Janaina Aparecida Aparecida Neves	CPF	042.504.641-99
	RG	14277549 SSP/MT		RG	20310544 SSP/MT

Art. 4°- Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de que trata esta Portaria, serão responsáveis pela fiscalização, transparência e justiça na funcionalidade e execução das tarefas dentre este Conselho, no Município de Santo Afonso - MT. E deverá cumprir com os princípios gerais de direito público, em especial, as regras e determinações instituídos em lei normativas e decretos pertinentes.

Art. 5° - O Presidente, Vice – Presidente e Secretária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente foram eleitos entre seus membros, ficando assim definido:

Presidente: Lucineide Dias do Santos

Vice – Presidente: Edineia Ferreira de Almeida

Secretária Executiva: Kennia Regina Fabricio Santos

Art. 6° - Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de que trata esta Portaria, não serão remunerados pelo exercício das respectivas funções, sendo os serviços considerados como relevantes ao interesse público.

Art. 7° - O prazo de vigência do presente conselho será de 02 (dois) anos a partir da data de sua publicação.

Art. 8° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 22 ABRIL DE 2021.

Registrado e Publicado na data supra, na forma da lei.

LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO

CPF/MF 022.566.881-51 – RG 16049640 SSP/MT

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 099/2021

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O SENHOR PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, **LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO** NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

Resolve:

Art. 1° - Nomear os membros do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Santo Afonso-MT – CMAS,

Art. 2° - O referido Conselho atuará tendo caráter deliberativo, normativo, consultivo e fiscalizador.

Art. 3° - O Conselho terá a seguinte composição:

I – Representantes do Poder Executivo

Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular			Suplente		
Rosilene Mulinário Rocha	CPF	825.114.031-53	Elizabete Mendes Borges Pedroso	CPF	593.836.661-53
	RG	1158405-0 SESP/MT		RG	758459 SSP/MT

Representantes da Secretaria de Administração e Planejamento:

Titular			Suplente		
Flávia Aparecida Ribeiro da Silva	CPF	042.560.311-38	Chirley Souza Barbosa	CPF	911.721.601-04
	RG	23958707 SSP/MT		RG	1362085-1 SSP/MT

Representantes da Secretaria de Saúde:

Titular			Suplente		
Elisângela Moura dos Santos	CPF	018.890.041-11	Marcia Valdirene Caso de Souza	CPF	839.966.991-15
	RG	1858174-9 SSP/MT		RG	1084349-3 SSP/MT

Representantes da Secretaria de Educação:

Titular			Suplente		
Maria Nilda Vieira de Faria Neiva	CPF	503.563.721-20	Veronice Correa Camargo Souto	CPF	795.861.551-53
	RG	611288-9 SSP/MT		RG	10749420 SSP/MT

II – Representantes do Poder Legislativo

Titular			Suplente		
Leusidene Aparecida Souto	CPF	629.458.151-68	Manoela Trindade Costa	CPF	054.403.341-81
	RG	10489681 SSP/MT		RG	1459621646 SSP/BA

III – Representantes da Sociedade Civil

Representantes da Igreja Católica e Evangélica:

Titular			Suplente		
Valdete Rodrigues da Silva	CPF	557.301.591-53	Arminda Moreira Betoldo	CPF	411.817.191-00
	RG	295119 SSPP/MT		RG	270115 SSP/MT

IV – Representantes da Associação de Produtores Rurais:

Titular			Suplente		
Silvana Rosa Cordeiro Poncio	CPF	010.814.011-33	Jane Cleide do Rosário Santana	CPF	007.886.871-82
	RG	1541947-9 SSP/MT		RG	1610680-6 SSP/MT

V – Representantes do Grupo de Idosos Reviver:

Titular			Suplente		
Francisca de Araújo Ramos	CPF	267.722.211-68	Nivaldo Francisco da Silva	CPF	362.072.761-91
	RG	02701022 SSP/MT		RG	503034 SSP/MT

Art. 4°- Os membros do Conselho Municipal de Assistência Social, de que trata esta Portaria, serão responsáveis pela fiscalização, transparência e justiça na funcionalidade e execução das tarefas dentre este Conselho, no Município de Santo Afonso - MT. E deverá cumprir com os princípios gerais de direito público, em especial, as regras e determinações instituídos em lei normativas e decretos pertinentes.

Art. 5° - O Presidente, Vice – Presidente e Secretária do Conselho Municipal de Assistência Social foram eleitos entre seus membros, ficando assim definido:

Presidente: Valdete Rodrigues da Silva

Vice – Presidente: Elizabete Mendes Borges Pedroso

Secretária Executiva: Kennia Regina Fabrício Santos

Art. 6° - Os membros do Conselho Municipal de Assistência Social de que trata esta Portaria, não serão remunerados pelo exercício das respectivas funções, sendo os serviços considerados como relevantes ao interesse público.

Art. 7° - O prazo de vigência do presente conselho será de 02 (dois) anos a partir da data de sua publicação.

Art. 8° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 22 ABRIL DE 2021.

Registrado e Publicado na data supra, na forma da lei.

LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO

CPF/MF 022.566.881-51 – RG 16049640 SSP/MT

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO
BALANCETE PATRIMONIAL 01

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
CNPJ: 37.464.161/0001.46
RUA PEDRO ALVARES CABRAL - 0000155 - CENTRO
Telefone (065)3312-1160
pref_admmt@hotmail.com

Balancete De Verificação Do Sistema Patrimonial
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos
Janeiro / 2021

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
1	ATIVO								
1.1	ATIVO CIRCULANTE								
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA								
1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL								
1.1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDACAO								
1.1.1.1.1.02	CONTA UNICA (F)	704.924,89		3.554.081,36	3.554.081,36	3.187.797,10	3.187.797,10	1.071.209,15	
1.1.1.1.1.30	REDE BANCARIA - ARRECADACAO (F)	7.873,59		6.921,66	6.921,66	121,48	121,48	14.673,77	
1.1.2	CREDITOS A CURTO PRAZO								
1.1.2.1	CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER								
1.1.2.1.1	CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER - CONSOLIDACAO								
1.1.2.1.1.01	IMPOSTOS								
1.1.2.1.1.01.01	IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA (P)	1.583,92		4.725,60	4.725,60	4.931,49	4.931,49	1.378,03	
1.1.2.1.1.01.05	IPTU (P)	925,77		611,59	611,59	1.613,53	1.613,53		76,17
1.1.2.1.1.01.06	ITBI (P)			350.591,64	350.591,64	350.591,64	350.591,64		
1.1.2.1.1.01.07	ISS (P)	8.221,58		1.685,09	1.685,09	2.449,09	2.449,09	7.457,58	
1.1.2.1.1.01.99	OUTROS IMPOSTOS A RECEBER (P)	49,03		13.857,99	13.857,99	14.254,13	14.254,13		347,11
1.1.2.1.1.02	TAXAS								
1.1.2.1.1.02.02	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS (P)	17.197,67		7.625,12	7.625,12	4.090,77	4.090,77	20.732,02	
1.1.2.5	DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA								
1.1.2.5.1	DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA - CONSOLIDACAO								
1.1.2.5.1.01	DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA DOS IMPOSTOS								
1.1.2.5.1.01.05	DIVIDA ATIVA DO IPTU (P)	479.858,53				4.806,68	4.806,68	475.051,85	
1.1.2.5.1.02	DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA DAS TAXAS								
1.1.2.5.1.02.02	DIVIDA ATIVA DAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS (P)	7.335,19				439,80	439,80	6.895,39	
1.1.2.9	(-) AJUSTE DE PERDAS DE CREDITOS A CURTO PRAZO								
1.1.2.9.1	(-) AJUSTE DE PERDAS DE CREDITOS A CURTO PRAZO - CONSOLIDACAO								
1.1.2.9.1.04	(-) PERDAS ESTIMADAS EM CREDITOS DE DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA								
1.1.2.9.1.04.01	(-) PERDAS ESTIMADAS EM CREDITOS DE DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA - IMPOST		257.463,89						257.463,89
1.1.3	DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO								
1.1.3.2	TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR								
1.1.3.2.1	TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR - CONSOLIDACAO								
1.1.3.2.1.09	IPTU A COMPENSAR								
1.1.3.2.1.09.01	IPTU A COMPENSAR (F)			1.016,13	1.016,13	1.016,13	1.016,13		
1.1.3.2.1.99	OUTROS TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR								
1.1.3.2.1.99.01	OUTROS TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR (F)			160,31	160,31	160,31	160,31		
1.1.3.8	OUTROS CREDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO								

Emissão: 23/04/2021 13:50:48 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
CNPJ: 37.464.161/0001.46
RUA PEDRO ALVARES CABRAL - 0000155 - CENTRO
Telefone (065)3312-1160
pref_admmt@hotmail.com

Balancete De Verificação Do Sistema Patrimonial
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
1.1.3.8.1	OUTROS CREDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOLIDA(								
1.1.3.8.1.08	CREDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALARIO FAMILIA PAGO (F)	221,97		502,42	502,42	724,39	724,39		
1.1.5	ESTOQUES								
1.1.5.6	ALMOXARIFADO								
1.1.5.6.1	ALMOXARIFADO - CONSOLIDACAO								
1.1.5.6.1.01	MATERIAL DE CONSUMO (P)			29.525,97	29.525,97			29.525,97	
1.2	ATIVO NAO CIRCULANTE								
1.2.1	ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO								
1.2.1.1	CREDITOS A LONGO PRAZO								
1.2.1.1.1	CREDITOS A LONGO PRAZO - CONSOLIDACAO								
1.2.1.1.1.04	DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA								
1.2.1.1.1.04.01	CREDITOS NAO PREVIDENCIARIOS INSCRITOS (P)	222.840,46		79,25	79,25	1.386,52	1.386,52	221.533,19	
1.2.3	IMOBILIZADO								
1.2.3.1	BENS MOVEIS								
1.2.3.1.1	BENS MOVEIS - CONSOLIDACAO								
1.2.3.1.1.05	VEICULOS (P)	779.282,00		148.843,75	148.843,75			928.125,75	
1.2.3.1.1.99	DEMAIS BENS MOVEIS								
1.2.3.1.1.99.99	OUTROS BENS MOVEIS (P)	3.693.788,89		17.600,00	17.600,00			3.711.388,89	
1.2.3.2	BENS IMOVEIS								
1.2.3.2.1	BENS IMOVEIS - CONSOLIDACAO								
1.2.3.2.1.06	BENS IMOVEIS EM ANDAMENTO (P)	1.544.854,64						1.544.854,64	
1.2.3.2.1.07	INSTALACOES (P)	5.181.230,21						5.181.230,21	
1.2.3.8	(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS								
1.2.3.8.1	(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS - CONSOLIDA								
1.2.3.8.1.01	(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MOVEIS (P)		6.800,08						6.800,08
2	PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO								
2.1	PASSIVO CIRCULANTE								
2.1.1	OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGA								
2.1.1.1	PESSOAL A PAGAR								
2.1.1.1.1	PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDACAO								
2.1.1.1.1.01	PESSOAL A PAGAR								
2.1.1.1.1.01.01	SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS								
2.1.1.1.1.01.01.01	SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS (F)		345.576,59	1.099.760,67	1.099.760,67	769.255,68	769.255,68		15.071,60
2.1.1.2	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR								
2.1.1.2.1	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR - CONSOLIDACAO								
2.1.1.2.1.01	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR								
2.1.1.2.1.01.01	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR (F)		121.367,80	26.813,17	26.813,17	97.076,43	97.076,43		191.631,06
2.1.3	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO								

Emissão: 23/04/2021 13:50:48 Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
CNPJ: 37.464.161/0001.46
RUA PEDRO ALVARES CABRAL - 0000155 - CENTRO
Telefone (065)3312-1160
pref_admmt@hotmail.com

Balancete De Verificação Do Sistema Patrimonial
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
2.1.3.1	**FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO**								
2.1.3.1.1	**FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSC**								
2.1.3.1.1.01	**FORNECEDORES NACIONAIS**								
2.1.3.1.1.01.01	**FORNECEDORES NAO PARCELADOS A PAGAR**								
2.1.3.1.1.01.01.01	FORNECEDORES NAO PARCELADOS A PAGAR (F)		188.221,18	167.713,11	167.713,11	185.984,10	185.984,10		206.492,17
2.1.3.1.1.03	**CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS**								
2.1.3.1.1.03.99	**DEMAIS CONTAS A PAGAR**								
2.1.3.1.1.03.99.01	DEMAIS CONTAS A PAGAR (F)		11.100,00	7.702,56	7.702,56	20.368,10	20.368,10		23.765,54
2.1.4	**OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO**								
2.1.4.1	**OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIAO**								
2.1.4.1.1	**OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIAO - CONSOLIDACAO**								
2.1.4.1.1.11	**PIS/PASEP A RECOLHER**								
2.1.4.1.1.11.01	PIS/PASEP A RECOLHER (F)		20.127,66	29.199,21	29.199,21	9.071,55	9.071,55		
2.1.8	**DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO**								
2.1.8.8	**VALORES RESTITUIVEIS**								
2.1.8.8.1	**VALORES RESTITUIVEIS - CONSOLIDACAO**								
2.1.8.8.1.01	**CONSIGNACOES**								
2.1.8.8.1.01.02	CONTRIBUICAO AO RGPS (F)		85.699,03	30.752,62	30.752,62	88.971,62	88.971,62		143.918,03
2.1.8.8.1.01.04	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (F)		125,20						125,20
2.1.8.8.1.01.08	ISS (F)		217,34						217,34
2.1.8.8.1.01.10	PENSAO ALIMENTICIA (F)			290,40	290,40	580,80	580,80		290,40
2.1.8.8.1.01.99	OUTROS CONSIGNATARIOS (F)		51.793,93	86.882,25	86.882,25	118.969,53	118.969,53		83.881,21
2.1.8.8.2	**VALORES RESTITUIVEIS - INTRA OFSS**								
2.1.8.8.2.01	**CONSIGNACOES - INTRA OFSS**								
2.1.8.8.2.01.01	RPPS - RETENCOES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS (F)			13.702,81	13.702,81	17.552,55	17.552,55		3.849,74
2.1.8.9	**OUTRAS OBRIGACOES A CURTO PRAZO**								
2.1.8.9.1	**OUTRAS OBRIGACOES A CURTO PRAZO - CONSOLIDACAO**								
2.1.8.9.1.02	**DIARIAS A PAGAR**								
2.1.8.9.1.02.01	DIARIAS A PAGAR (F)			2.050,00	2.050,00	2.050,00	2.050,00		
2.1.8.9.1.14	**CONSORCIOS A PAGAR**								
2.1.8.9.1.14.01	CONSORCIOS A PAGAR (F)		9.635,64	9.635,64	9.635,64	77.831,65	77.831,65		77.831,65
2.1.8.9.1.14.51	CONSORCIOS A PAGAR (P)		4.282,48	77.831,65	77.831,65			73.549,17	
2.2	**PASSIVO NAO-CIRCULANTE**								
2.2.7	**PROVISOES A LONGO PRAZO**								
2.2.7.2	**PROVISOES MATEMATICAS PREVIDENCIARIAS A LONGO PRAZO**								
2.2.7.2.1	**PROVISOES MATEMATICAS PREVIDENCIARIAS A LONGO PRAZO - CONSOLID**								
2.2.7.2.1.03	**PLANO PREVIDENCIARIO - PROVISOES DE BENEFICIOS CONCEDIDOS**								
2.2.7.2.1.03.01	APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFICIOS CONCEDIDOS DO PLANC					2.621.595,01	2.621.595,01		2.621.595,01

Emissão: 23/04/2021 13:50:48 Página 3

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
CNPJ: 37.464.161/0001.46
RUA PEDRO ALVARES CABRAL - 0000155 - CENTRO
Telefone (065)3312-1160
pref_admmt@hotmail.com

Balancete De Verificação Do Sistema Patrimonial
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
2.3	PATRIMONIO LIQUIDO								
2.3.7	RESULTADOS ACUMULADOS								
2.3.7.1	SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS								
2.3.7.1.1	SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDACAO								
2.3.7.1.1.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	26.807.727,02						26.807.727,02	
2.3.7.1.2	SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS								
2.3.7.1.2.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.235.390,32						2.235.390,32	
2.3.7.1.3	SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIAO								
2.3.7.1.3.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES		33.137.812,46						33.137.812,46
2.3.7.1.4	SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - ESTADO								
2.3.7.1.4.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES		7.999.585,18						7.999.585,18
2.3.7.1.5	SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - MUNICIPIO								
2.3.7.1.5.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	546.502,78						546.502,78	
3	VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA								
3.1	PESSOAL E ENCARGOS								
3.1.1	REMUNERACAO A PESSOAL								
3.1.1.1	REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS								
3.1.1.1.1	REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS - CONS								
3.1.1.1.1.01	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS								
3.1.1.1.1.01.01	VENCIMENTOS E SALARIOS			735.376,60	735.376,60			735.376,60	
3.1.1.2	REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RGPS								
3.1.1.2.1	REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RGPS - CONS								
3.1.1.2.1.02	OUTRAS VPD VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL - RGPS								
3.1.1.2.1.02.99	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL			33.376,66	33.376,66			33.376,66	
3.2	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS								
3.2.9	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS								
3.2.9.9	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS								
3.2.9.9.1	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS - CONSOLIDACAO			97.076,43	97.076,43			97.076,43	
3.3	USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO								
3.3.2	SERVICOS								
3.3.2.1	DIARIAS								
3.3.2.1.1	DIARIAS - CONSOLIDACAO								
3.3.2.1.1.01	DIARIAS PESSOAL CIVIL								
3.3.2.1.1.01.99	DIARIAS - PESSOAL CIVIL - OUTRAS			2.050,00	2.050,00			2.050,00	
3.3.2.2	SERVICOS TERCEIROS - PF								
3.3.2.2.1	SERVICOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDACAO								
3.3.2.2.1.07	COMUNICACAO EM GERAL			2.921,74	2.921,74			2.921,74	
3.3.2.2.1.08	LIMPEZA E CONSERVACAO			17.305,31	17.305,31			17.305,31	

Emissão: 23/04/2021 13:50:48 Página 4

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
CNPJ: 37.464.161/0001.46
RUA PEDRO ALVARES CABRAL - 0000155 - CENTRO
Telefone (065)3312-1160
pref_admmt@hotmail.com

Balancete De Verificação Do Sistema Patrimonial
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
3.3.2.2.1.15	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS			12.322,56	12.322,56			12.322,56	
3.3.2.2.1.21	LOCACOES			650,00	650,00			650,00	
3.3.2.2.1.26	SERV. DE APOIO ADMIN., TECNICO E OPERACIONAL			14.829,16	14.829,16			14.829,16	
3.3.2.3	**SERVICOS TERCEIROS - PJ**								
3.3.2.3.1	**SERVICOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDACAO**								
3.3.2.3.1.04	COMUNICACAO			530,00	530,00			530,00	
3.3.2.3.1.06	MANUTENCAO E CONSERVACAO			11.217,34	11.217,34			11.217,34	
3.3.2.3.1.07	SERVICOS DE APOIO			12.081,06	12.081,06			12.081,06	
3.3.2.3.1.08	SERVICOS DE AGUA E ESGOTO, ENERGIA ELETRICA, GAS E OUTROS.			55.780,92	55.780,92			55.780,92	
3.3.2.3.1.12	SERVICOS DE TRANSPORTE			1.700,24	1.700,24			1.700,24	
3.3.2.3.1.23	FESTIVIDADES E HOMENAGENS			5.280,00	5.280,00			5.280,00	
3.3.2.3.1.31	SERV.MEDICO-HOSPITALAR,ODONTOL,E LABORATORIAIS			8.824,43	8.824,43			8.824,43	
3.3.2.3.1.32	SERVICOS BANCARIOS			1.612,78	1.612,78			1.612,78	
3.3.2.3.1.46	SERVICOS GRAFICOS E EDITORIAIS			11.000,00	11.000,00			11.000,00	
3.3.2.3.1.99	OUTROS SERVICOS TERCEIROS - PJ			435,00	435,00			435,00	
3.4	**VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS**								
3.4.2	**JUROS E ENCARGOS DE MORA**								
3.4.2.4	**JUROS E ENCARGOS DE MORA DE OBRIGACOES TRIBUTARIAS**								
3.4.2.4.1	**JUROS E ENCARGOS DE MORA DE OBRIGACOES TRIBUTARIAS - CONSOLID**								
3.4.2.4.1.01	JUROS			2.563,91	2.563,91			2.563,91	
3.4.3	**VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS**								
3.4.3.9	**OUTRAS VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS**								
3.4.3.9.1	**OUTRAS VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS - CONSOLIDACAO**								
3.4.3.9.1.01	**OUTRAS VARIACOES MONETARIAS**								
3.4.3.9.1.01.02	ENCARGOS FINANCEIROS INDEDUTIVEIS			171,78	171,78			171,78	
3.5	**TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS**								
3.5.1	**TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS**								
3.5.1.1	**TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA**								
3.5.1.1.2	**TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA - INTF**								
3.5.1.1.2.02	**REPASSE CONCEDIDO**								
3.5.1.1.2.02.01	REPASSE CONCEDIDO - DUODECIMO			80.000,00	80.000,00			80.000,00	
3.5.2	**TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS**								
3.5.2.2	**TRANSFERENCIAS AO FUNDEB**								
3.5.2.2.4	TRANSFERENCIAS AO FUNDEB - INTER OFSS - ESTADO			279.685,64	279.685,64			279.685,64	
3.6	**DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS**								
3.6.1	**REAVALIACAO, REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDA**								
3.6.1.7	**VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE CREDIT**								
3.6.1.7.1	**VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE CREDIT**								

Emissão: 23/04/2021 13:50:48 Página 5

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
CNPJ: 37.464.161/0001.46
RUA PEDRO ALVARES CABRAL - 0000155 - CENTRO
Telefone (065)3312-1160
pref_admmt@hotmail.com

Balancete De Verificação Do Sistema Patrimonial
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
3.6.1.7.1.01	AJUSTE PARA PERDAS EM CREDITOS TRIBUTARIOS			337.004,48	337.004,48			337.004,48	
3.6.5	**DESINCORPORACAO DE ATIVOS**								
3.6.5.1	**DESINCORPORACAO DE ATIVOS**								
3.6.5.1.1	**DESINCORPORACAO DE ATIVOS - CONSOLIDACAO**								
3.6.5.1.1.01	DESINCORPORACAO DE DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA			1.705,49	1.705,49			1.705,49	
3.7	**TRIBUTARIAS**								
3.7.2	**CONTRIBUICOES**								
3.7.2.1	**CONTRIBUICOES SOCIAIS**								
3.7.2.1.1	**CONTRIBUICOES SOCIAIS - CONSOLIDACAO**								
3.7.2.1.1.02	PIS/PASEP			9.071,55	9.071,55			9.071,55	
3.9	**OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS**								
3.9.7	**VPD DE CONSTITUICAO DE PROVISOES**								
3.9.7.2	**VPD DE PROVISOES MATEMATICAS PREVIDENCIARIAS A LONGO PRAZO**								
3.9.7.2.1	VPD DE PROVISOES MATEMATICAS PREVIDENCIARIAS A LONGO PRAZO - CC			2.621.595,01	2.621.595,01			2.621.595,01	
3.9.9	**DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS**								
3.9.9.9	**VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERAD**								
3.9.9.9.1	**VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERAD**								
3.9.9.9.1.99	VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADO			7.358,43	7.358,43			7.358,43	
4	**VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA**								
4.1	**IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA**								
4.1.1	**IMPOSTOS**								
4.1.1.2	**IMPOSTOS SOBRE PATRIMONIO E A RENDA**								
4.1.1.2.1	**IMPOSTOS SOBRE PATRIMONIO E A RENDA - CONSOLIDACAO**								
4.1.1.2.1.02	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA					521,28	521,28		521,28
4.1.1.2.1.04	ITBI					350.591,64	350.591,64		350.591,64
4.1.1.3	**IMPOSTOS SOBRE A PRODUCAO E A CIRCULACAO**								
4.1.1.3.1	**IMPOSTOS SOBRE A PRODUCAO E A CIRCULACAO - CONSOLIDACAO**								
4.1.1.3.1.02	ISS					5.511,06	5.511,06		5.511,06
4.1.1.9	**OUTROS IMPOSTOS**								
4.1.1.9.1	OUTROS IMPOSTOS - CONSOLIDACAO					79.625,56	79.625,56		79.625,56
4.1.2	**TAXAS**								
4.1.2.2	**TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS**								
4.1.2.2.1	**TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS - CONSOLIDACAO**								
4.1.2.2.1.99	OUTRAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS					14.181,14	14.181,14		14.181,14
4.2	**CONTRIBUICOES**								
4.2.3	**CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA**								
4.2.3.1	**CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA**								
4.2.3.1.1	**CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA - CONSOLIDACAO**								

Emissão: 23/04/2021 13:50:48 Página 6

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
CNPJ: 37.464.161/0001.46
RUA PEDRO ALVARES CABRAL - 0000155 - CENTRO
Telefone (065)3312-1160
pref_admmt@hotmail.com

Balancete De Verificação Do Sistema Patrimonial
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
4.2.3.1.1.01	CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA					24.477,97	24.477,97		24.477,97
4.4	**VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS**								
4.4.2	**JUROS E ENCARGOS DE MORA**								
4.4.2.4	**JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CREDITOS TRIBUTARIOS**								
4.4.2.4.1	**JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CREDITOS TRIBUTARIOS - CONSOLID**								
4.4.2.4.1.05	MULTAS E JUROS SOBRE IPTU					90,31	90,31		90,31
4.4.2.4.1.10	MULTAS E JUROS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS					247,85	247,85		247,85
4.4.2.4.1.13	MULTAS E JUROS DEMAIS CONTRIBUICOES					13.857,99	13.857,99		13.857,99
4.4.5	**REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS E APLICACOES FINANCEIRAS**								
4.4.5.1	**REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS**								
4.4.5.1.1	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS - CONSOLIDACAO					113,92	113,92		113,92
4.5	**TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS**								
4.5.2	**TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS**								
4.5.2.1	**TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DE RECEITAS**								
4.5.2.1.3	**TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DE RECEITAS - INTER OFSS**								
4.5.2.1.3.02	COTA-PARTE FPM					729.114,51	729.114,51		729.114,51
4.5.2.1.3.03	COTA-PARTE ITR					208.974,00	208.974,00		208.974,00
4.5.2.1.3.04	COTA-PARTE IPI					3.126,36	3.126,36		3.126,36
4.5.2.1.3.06	TRANSFERENCIA DA COMPENSACAO FINANCEIRA PELA EXPLORACAO DE RE					9.285,42	9.285,42		9.285,42
4.5.2.1.3.07	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO SUS					37.788,22	37.788,22		37.788,22
4.5.2.1.3.09	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIME					159.791,84	159.791,84		159.791,84
4.5.2.1.4	**TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DE RECEITAS - INTER OFSS**								
4.5.2.1.4.01	COTA-PARTE ICMS					451.094,79	451.094,79		451.094,79
4.5.2.1.4.02	COTA-PARTE IPVA					9.245,51	9.245,51		9.245,51
4.5.2.1.4.04	COTA-PARTE DA CONTRIBUICAO DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMIC					1.834,94	1.834,94		1.834,94
4.5.2.1.4.06	TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA PROGRAMAS DE SAUDE					3.302,08	3.302,08		3.302,08
4.5.2.1.4.99	OUTRAS PARTICIPACOES NA RECEITA DOS ESTADOS					59.041,32	59.041,32		59.041,32
4.5.2.2	**TRANSFERENCIAS DO FUNDEB**								
4.5.2.2.4	TRANSFERENCIAS DO FUNDEB -INTER OFSS - ESTADO					14.502,20	14.502,20		14.502,20
4.5.2.4	**OUTRAS TRANSFERENCIAS**								
4.5.2.4.4	**OUTRAS TRANSFERENCIAS - INTER OFSS - ESTADO**								
4.5.2.4.4.01	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE VALORES - INTER OFSS - ESTADO					130.025,28	130.025,28		130.025,28
4.6	**VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS**								
4.6.3	**GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS**								
4.6.3.9	**OUTROS GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS**								
4.6.3.9.1	**OUTROS GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS - CONSOLIDACAO**								
4.6.3.9.1.01	GANHOS COM INCORPORACAO DE IMOBILIZADO					148.843,75	148.843,75		148.843,75
4.6.4	**GANHOS COM DESINCORPORACAO DE PASSIVOS**								

Emissão: 23/04/2021 13:50:48 Página 7

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
CNPJ: 37.464.161/0001.46
RUA PEDRO ALVARES CABRAL - 0000155 - CENTRO
Telefone (065)3312-1160
pref_admmt@hotmail.com

Balancete De Verificação Do Sistema Patrimonial
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
4.6.4.1	GANHOS COM DESINCORPORACAO DE PASSIVOS								
4.6.4.1.1	GANHOS COM DESINCORPORACAO DE PASSIVOS - CONSOLIDACAO					14.809,47	14.809,47		14.809,47
	Total de Grupo:	**42.239.808,46**	**42.239.808,46**	**10.053.688,49**	**10.053.688,49**	**10.053.688,49**	**10.053.688,49**	**47.240.752,25**	**47.240.752,25**
	Total Geral:	**42.239.808,46**	**42.239.808,46**	**10.053.688,49**	**10.053.688,49**	**10.053.688,49**	**10.053.688,49**	**47.240.752,25**	**47.240.752,25**

ADMINISTRAÇÃO
BALANCETE ORCAMENTARIO 01

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
CNPJ: 37.464.161/0001.46
RUA PEDRO ALVARES CABRAL - 0000155 - CENTRO
Telefone (065)3312-1160
pref_admmt@hotmail.com

Balancete De Verificação Do Sistema Orçamentário
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos
Janeiro / 2021

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
5	**CONTROLES DA APROVACAO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO**								
5.1	**PLANEJAMENTO APROVADO**								
5.1.1	**PPA - APROVADO**								
5.1.1.1	APROVACAO INICIAL DO PPA	65.784.433,08		510.000,00	510.000,00			66.294.433,08	
5.1.1.2	REVISAO DO PPA	13.437.950,07		2.724.630,95	2.724.630,95	3.997.618,95	3.997.618,95	12.164.962,07	
5.2	**ORCAMENTO APROVADO**								
5.2.1	**PREVISAO DA RECEITA**								
5.2.1.1	**PREVISAO INICIAL DA RECEITA**								
5.2.1.1.1	PREVISAO INICIAL DA RECEITA BRUTA			21.617.122,00	21.617.122,00			21.617.122,00	
5.2.1.1.2	**(-) PREVISAO DE DEDUCOES DA RECEITA**								
5.2.1.1.2.01	**(-) DEDUCOES POR TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS**								
5.2.1.1.2.01.01	(-) FUNDEB					2.446.800,00	2.446.800,00		2.446.800,00
5.2.1.1.2.99	(-) OUTRAS DEDUCOES					11.100,00	11.100,00		11.100,00
5.2.2	**FIXACAO DA DESPESA**								
5.2.2.1	**DOTACAO ORCAMENTARIA**								
5.2.2.1.1	**DOTACAO INICIAL**								
5.2.2.1.1.01	CREDITO INICIAL			18.219.222,00	18.219.222,00			18.219.222,00	
5.2.2.1.2	**DOTACAO ADICIONAL POR TIPO DE CREDITO**								
5.2.2.1.2.01	CREDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR			247.216,95	247.216,95			247.216,95	
5.2.2.1.3	**DOTACAO ADICIONAL POR FONTE**								
5.2.2.1.3.03	ANULACAO DE DOTACAO			237.216,95	237.216,95			237.216,95	
5.2.2.1.3.04	OPERACOES DE CREDITO			10.000,00	10.000,00			10.000,00	
5.2.2.1.3.09	(-) CANCELAMENTO DE DOTACOES					247.216,95	247.216,95		247.216,95
5.2.2.1.3.99	VALOR GLOBAL DA DOTACAO ADICIONAL POR FONTE			247.216,95	247.216,95	247.216,95	247.216,95		
5.2.2.1.9	**CANCELAMENTO/REMANEJAMENTO DE DOTACAO**								
5.2.2.1.9.02	**ALTERACAO DA LEI ORCAMENTARIA**								
5.2.2.1.9.02.01	ACRESCIMO			90.327,03	90.327,03			90.327,03	
5.2.2.1.9.02.09	(-) REDUCAO					90.327,03	90.327,03		90.327,03
5.2.2.1.9.04	(-) CANCELAMENTO DE DOTACOES					247.216,95	247.216,95		247.216,95
5.2.2.9	**OUTROS CONTROLES DA DESPESA ORCAMENTARIA**								
5.2.2.9.1	**PRE-EMPENHOS DA DESPESA**								
5.2.2.9.1.01	PRE-EMPENHOS EMITIDOS			207.363,90	207.363,90			207.363,90	
5.3	**INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR**								
5.3.1	**INSCRICAO DE RP NAO PROCESSADOS**								
5.3.1.1	RP NAO PROCESSADOS INSCRITOS	21.198,86						21.198,86	
5.3.1.2	RP NAO PROCESSADOS - EXERCICIOS ANTERIORES	34.875,39						34.875,39	

Emissão: 23/04/2021 13:56:32 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
CNPJ: 37.464.161/0001.46
RUA PEDRO ALVARES CABRAL - 0000155 - CENTRO
Telefone (065)3312-1160
pref_admmt@hotmail.com

Balancete De Verificação Do Sistema Orçamentário
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
5.3.2	**INSCRICAO DE RP PROCESSADOS**								
5.3.2.1	RP PROCESSADOS - INSCRITOS	652.008,95						652.008,95	
5.3.2.2	RP PROCESSADOS - EXERCICIOS ANTERIORES	43.939,92						43.939,92	
6	**CONTROLES DA EXECUCAO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO**								
6.1	**EXECUCAO DO PLANEJAMENTO**								
6.1.1	**EXECUCAO DO PPA**								
6.1.1.1	PPA A ALOCAR EM LEIS ORCAMENTARIAS ANUAIS		23.953.718,08	22.464.057,90	22.464.057,90	3.481.847,90	3.481.847,90		4.971.508,08
6.1.1.2	PPA ALOCADO EM LEIS ORCAMENTARIAS ANUAIS		1.272.904,76	2.434.219,63	2.434.219,63	18.467.716,89	18.467.716,89		17.306.402,02
6.1.1.3	PPA EXECUTADO		53.995.760,31	1.277,94	1.277,94	2.187.002,68	2.187.002,68		56.181.485,05
6.2	**EXECUCAO DO ORCAMENTO**								
6.2.1	**EXECUCAO DA RECEITA**								
6.2.1.1	RECEITA A REALIZAR			4.432.099,03	4.432.099,03	21.897.984,08	21.897.984,08		17.465.885,05
6.2.1.2	RECEITA REALIZADA					1.974.199,03	1.974.199,03		1.974.199,03
6.2.1.3	**(-) DEDUCOES DA RECEITA ORCAMENTARIA**								
6.2.1.3.1	**(-) DEDUCOES POR TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS**								
6.2.1.3.1.01	(-) FUNDEB			279.685,64	279.685,64			279.685,64	
6.2.1.3.9	(-) OUTRAS DEDUCOES DA RECEITA REALIZADA			1.176,44	1.176,44			1.176,44	
6.2.2	**EXECUCAO DA DESPESA**								
6.2.2.1	**DISPONIBILIDADES DE CREDITO**								
6.2.2.1.1	CREDITO DISPONIVEL			2.535.451,93	2.535.451,93	18.558.043,92	18.558.043,92		16.022.591,99
6.2.2.1.2	**CREDITO INDISPONIVEL**								
6.2.2.1.2.02	CREDITO PRE-EMPENHADO			196.458,63	196.458,63	207.363,90	207.363,90		10.905,27
6.2.2.1.3	**CREDITO UTILIZADO**								
6.2.2.1.3.01	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR			1.152.938,60	1.152.938,60	2.187.002,68	2.187.002,68		1.034.064,08
6.2.2.1.3.02	CREDITO EMPENHADO EM LIQUIDACAO			192.175,21	192.175,21	267.006,86	267.006,86		74.831,65
6.2.2.1.3.03	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR			878.371,01	878.371,01	1.076.829,01	1.076.829,01		198.458,00
6.2.2.1.3.04	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO					878.371,01	878.371,01		878.371,01
6.2.2.9	**OUTROS CONTROLES DA DESPESA ORCAMENTARIA**								
6.2.2.9.1	**DESPESA PRE-EMPENHADA**								
6.2.2.9.1.01	PRE-EMPENHOS A EMPENHAR			196.458,63	196.458,63	207.363,90	207.363,90		10.905,27
6.2.2.9.1.02	PRE-EMPENHOS EMPENHADOS					196.458,63	196.458,63		196.458,63
6.3	**EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR**								
6.3.1	**EXECUCAO DE RP NAO PROCESSADOS**								
6.3.1.1	RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR		56.074,25	9.474,43	9.474,43				46.599,82
6.3.1.2	RP NAO PROCESSADOS EM LIQUIDACAO			9.474,43	9.474,43	9.474,43	9.474,43		
6.3.1.3	RP NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR			9.480,49	9.480,49	9.474,43	9.474,43	6,06	
6.3.1.4	RP NAO PROCESSADOS PAGOS					9.480,49	9.480,49		9.480,49
6.3.2	**EXECUCAO DE RP PROCESSADOS**								

Emissão: 23/04/2021 13:56:32 Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
CNPJ: 37.464.161/0001.46
RUA PEDRO ALVARES CABRAL - 0000155 - CENTRO
Telefone (065)3312-1160
pref_admmt@hotmail.com

Balancete De Verificação Do Sistema Orçamentário
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
6.3.2.1	RP PROCESSADOS A PAGAR		695.948,87	454.520,44	454.520,44				241.428,43
6.3.2.2	RP PROCESSADOS PAGOS					454.520,44	454.520,44		454.520,44
	Total de Grupo:	**79.974.406,27**	**79.974.406,27**	**79.357.637,11**	**79.357.637,11**	**79.357.637,11**	**79.357.637,11**	**120.120.755,24**	**120.120.755,24**
	Total Geral:	**79.974.406,27**	**79.974.406,27**	**79.357.637,11**	**79.357.637,11**	**79.357.637,11**	**79.357.637,11**	**120.120.755,24**	**120.120.755,24**

LUIS FERNANDO F. FALCAO
PREFEITO MUNICIPAL

JOSE CARLOS MENDES
SECRETARIO DE FINANCAS

ROBSON CRUZ DE OLIVEIRA
CONTADOR CRC/MT 017105/O

Emissão: 23/04/2021 13:56:32 Página 3

Homologado

ADMINISTRAÇÃO
BALANCETE CONTROLE 01

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
CNPJ: 37.464.161/0001.46
RUA PEDRO ALVARES CABRAL - 0000155 - CENTRO
Telefone (065)3312-1160
pref_admmt@hotmail.com

Balancete De Verificação Do Sistema Controle
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos
Janeiro / 2021

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
7	CONTROLES DEVEDORES								
7.1	ATOS POTENCIAIS								
7.1.2	ATOS POTENCIAIS PASSIVOS								
7.1.2.2	OBRIGACOES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES								
7.1.2.2.1	OBRIGACOES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES - C(								
7.1.2.2.1.01	OBRIGACOES CONVENIADAS	6.017.544,11						6.017.544,11	
7.1.2.3	OBRIGACOES CONTRATUAIS								
7.1.2.3.1	OBRIGACOES CONTRATUAIS - CONSOLIDACAO								
7.1.2.3.1.02	CONTRATOS DE SERVICOS	113.308,79		188.898,00	188.898,00	2.222,00	2.222,00	299.984,79	
7.1.2.3.1.03	CONTRATOS DE ALUGUEIS	2.250,00		17.400,00	17.400,00	1.600,00	1.600,00	18.050,00	
7.1.2.9	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	2.019.257,00						2.019.257,00	
7.2	ADMINISTRACAO FINANCEIRA								
7.2.1	DISPONIBILIDADES POR DESTINACAO								
7.2.1.1	CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS								
7.2.1.1.1	RECURSOS ORDINARIOS	35,86		1.429.392,58	1.429.392,58	839.122,60	839.122,60	590.305,84	
7.2.1.1.2	RECURSOS VINCULADOS	712.984,59		2.207.950,09	2.207.950,09	1.104.602,67	1.104.602,67	1.816.332,01	
7.3	DIVIDA ATIVA								
7.3.2	CONTROLE DA INSCRICAO DE CREDITOS EM DIVIDA ATIVA								
7.3.2.1	INSCRICAO DE CREDITOS EM DIVIDA ATIVA								
7.3.2.1.1	INSCRICAO DE CREDITOS EM DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	710.034,18		79,25	79,25			710.113,43	
7.5	CONSORCIOS PUBLICOS								
7.5.2	PRESTACAO DE CONTAS DE CONSORCIOS PUBLICOS	57.813,84						57.813,84	
7.9	OUTROS CONTROLES								
7.9.5	CONTRAPARTIDA DE CONTROLES ESPECIFICOS TCE/MT								
7.9.5.5	CONTRAPARTIDA DO CONTROLE FINANCEIRO DOS VALORES EM CONSIGNAC	137.782,83		205.235,23	205.235,23			343.018,06	
8	CONTROLES CREDORES								
8.1	EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS								
8.1.2	EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS								
8.1.2.2	EXECUCAO DE OBRIGACOES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CO								
8.1.2.2.1	EXECUCAO DE OBRIGACOES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CC								
8.1.2.2.1.01	EXECUCAO DE CONVENIOS								
8.1.2.2.1.01.02	CONVENIOS A COMPROVAR		6.017.544,11						6.017.544,11
8.1.2.3	EXECUCAO DE OBRIGACOES CONTRATUAIS								
8.1.2.3.1	EXECUCAO DE OBRIGACOES -CONSOLIDACAO								
8.1.2.3.1.02	CONTRATOS DE SERVICOS								
8.1.2.3.1.02.01	A EXECUTAR		113.308,79	12.413,50	12.413,50	188.898,00	188.898,00		289.793,29

Emissão: 23/04/2021 13:59:27 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
CNPJ: 37.464.161/0001.46
RUA PEDRO ALVARES CABRAL - 0000155 - CENTRO
Telefone (065)3312-1160
pref_admmt@hotmail.com

Balancete De Verificação Do Sistema Controle
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
8.1.2.3.1.02.02	EXECUTADOS					10.191,50	10.191,50		10.191,50
8.1.2.3.1.03	**CONTRATOS DE ALUGUEIS**								
8.1.2.3.1.03.01	A EXECUTAR		2.250,00	2.250,00	2.250,00	17.400,00	17.400,00		17.400,00
8.1.2.3.1.03.02	EXECUTADOS					650,00	650,00		650,00
8.1.2.9	**EXECUCAO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**								
8.1.2.9.1	**EXECUCAO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS - CONSOLIDACAO**								
8.1.2.9.1.01	EM EXECUCAO		2.019.257,00						2.019.257,00
8.2	**EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA**								
8.2.1	**EXECUCAO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINACAO**								
8.2.1.1	**EXECUCAO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS**								
8.2.1.1.1	**DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS**								
8.2.1.1.1.01	RECURSOS DISPONIVEIS PARA O EXERCICIO	176.918,17		4.217.864,41	4.217.864,41	3.652.927,66	3.652.927,66	741.854,92	
8.2.1.1.2	**DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR E**								
8.2.1.1.2.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EI		56.074,25	1.084.581,38	1.084.581,38	2.109.171,03	2.109.171,03		1.080.663,90
8.2.1.1.2.02	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EI			201.649,64	201.649,64	276.481,29	276.481,29		74.831,65
8.2.1.1.3	**DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR I**								
8.2.1.1.3.01	COMPROMETIDA POR LIQUIDACAO		695.948,87	1.342.874,36	1.342.874,36	1.086.805,86	1.086.805,86		439.880,37
8.2.1.1.3.02	COMPROMETIDA POR RETENCOES E CONSIGNACOES		137.915,50	117.925,27	117.925,27	212.371,69	212.371,69		232.361,92
8.2.1.1.4	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS UTILIZADA					1.320.754,93	1.320.754,93		1.320.754,93
8.3	**EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA**								
8.3.2	**EXECUCAO DA INSCRICAO DE CREDITOS EM DIVIDA ATIVA**								
8.3.2.3	**CREDITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA A RECEBER**								
8.3.2.3.1	**CREDITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA A RECEBER**								
8.3.2.3.1.01	CREDITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA A RECEBER EM COBRAI		710.034,18	6.633,00	6.633,00	79,25	79,25		703.480,43
8.3.2.4	**CREDITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA RECEBIDOS**								
8.3.2.4.1	**RECEBIMENTO DE CREDITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA**								
8.3.2.4.1.01	RECEBIMENTO DE CREDITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA EM C			1.081,23	1.081,23	6.008,74	6.008,74		4.927,51
8.3.2.5	**BAIXA DE CREDITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA**								
8.3.2.5.1	**BAIXAS DE CREDITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA**								
8.3.2.5.1.01	BAIXAS DE CREDITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA - COBRANCA					1.705,49	1.705,49		1.705,49
8.5	**EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS**								
8.5.2	**EXECUCAO DA PRESTACAO DE CONTAS DE CONSORCIO PUBLICO**								
8.5.2.1	A COMPROVAR		57.813,84						57.813,84
8.9	**OUTROS CONTROLES**								
8.9.5	**CONTROLES ESPECIFICOS TCE/MT**								
8.9.5.5	**CONTROLE FINANCEIRO DOS VALORES EM CONSIGNACAO**								
8.9.5.5.1	CONSIGNACOES A PAGAR		137.782,83	87.172,65	87.172,65	205.235,23	205.235,23		255.845,41
8.9.5.5.2	CONSIGNACOES PAGAS					87.172,65	87.172,65		87.172,65

Emissão: 23/04/2021 13:59:27 Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
CNPJ: 37.464.161/0001.46
RUA PEDRO ALVARES CABRAL - 0000155 - CENTRO
Telefone (065)3312-1160
pref_admmt@hotmail.com

Balancete De Verificação Do Sistema Controle
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
	Total de Grupo:	9.947.929,37	9.947.929,37	11.123.400,59	11.123.400,59	11.123.400,59	11.123.400,59	12.614.274,00	12.614.274,00
	Total Geral:	9.947.929,37	9.947.929,37	11.123.400,59	11.123.400,59	11.123.400,59	11.123.400,59	12.614.274,00	12.614.274,00

LUIS FERNANDO F. FALCAO
PREFEITO MUNICIPAL

JOSE CARLOS MENDES
SECRETARIO DE FINANCAS

ROBSON CRUZ DE OLIVEIRA
CONTADOR CRC/MT 017105/O

Emissão: 23/04/2021 13:59:27 Página 3

Homologado

ADMINISTRAÇÃO
BALANCETE CONTROLE 02

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
CNPJ: 37.464.161/0001.46
RUA PEDRO ALVARES CABRAL - 0000155 - CENTRO
Telefone (065)3312-1160
pref_admmt@hotmail.com

Balancete De Verificação Do Sistema Controle
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos
Fevereiro / 2021

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
7	CONTROLES DEVEDORES								
7.1	ATOS POTENCIAIS								
7.1.2	ATOS POTENCIAIS PASSIVOS								
7.1.2.2	OBRIGACOES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES								
7.1.2.2.1	OBRIGACOES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES - C(								
7.1.2.2.1.01	OBRIGACOES CONVENIADAS	6.017.544,11						6.017.544,11	
7.1.2.3	OBRIGACOES CONTRATUAIS								
7.1.2.3.1	OBRIGACOES CONTRATUAIS - CONSOLIDACAO								
7.1.2.3.1.02	CONTRATOS DE SERVICOS	299.984,79		9.912,00	198.810,00		2.222,00	309.896,79	
7.1.2.3.1.03	CONTRATOS DE ALUGUEIS	18.050,00			17.400,00		1.600,00	18.050,00	
7.1.2.9	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	2.019.257,00						2.019.257,00	
7.2	ADMINISTRACAO FINANCEIRA								
7.2.1	DISPONIBILIDADES POR DESTINACAO								
7.2.1.1	CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS								
7.2.1.1.1	RECURSOS ORDINARIOS	590.305,84		1.675.583,67	3.104.976,25	924.244,36	1.763.366,96	1.341.645,15	
7.2.1.1.2	RECURSOS VINCULADOS	1.816.332,01		1.843.940,39	4.051.890,48	1.025.348,62	2.129.951,29	2.634.923,78	
7.3	DIVIDA ATIVA								
7.3.2	CONTROLE DA INSCRICAO DE CREDITOS EM DIVIDA ATIVA								
7.3.2.1	INSCRICAO DE CREDITOS EM DIVIDA ATIVA								
7.3.2.1.1	INSCRICAO DE CREDITOS EM DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	710.113,43		114,47	193,72			710.227,90	
7.5	CONSORCIOS PUBLICOS								
7.5.2	PRESTACAO DE CONTAS DE CONSORCIOS PUBLICOS	57.813,84		8.916,46	8.916,46			66.730,30	
7.9	OUTROS CONTROLES								
7.9.5	CONTRAPARTIDA DE CONTROLES ESPECIFICOS TCE/MT								
7.9.5.5	CONTRAPARTIDA DO CONTROLE FINANCEIRO DOS VALORES EM CONSIGNAC	343.018,06		154.508,55	359.743,78			497.526,61	
8	CONTROLES CREDORES								
8.1	EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS								
8.1.2	EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS								
8.1.2.2	EXECUCAO DE OBRIGACOES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CO								
8.1.2.2.1	EXECUCAO DE OBRIGACOES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CC								
8.1.2.2.1.01	EXECUCAO DE CONVENIOS								
8.1.2.2.1.01.02	CONVENIOS A COMPROVAR		6.017.544,11						6.017.544,11
8.1.2.3	EXECUCAO DE OBRIGACOES CONTRATUAIS								
8.1.2.3.1	EXECUCAO DE OBRIGACOES -CONSOLIDACAO								
8.1.2.3.1.02	CONTRATOS DE SERVICOS								
8.1.2.3.1.02.01	A EXECUTAR		289.793,29	13.052,50	25.466,00	9.912,00	198.810,00		286.652,79

Emissão: 23/04/2021 14:01:34 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
CNPJ: 37.464.161/0001.46
RUA PEDRO ALVARES CABRAL - 0000155 - CENTRO
Telefone (065)3312-1160
pref_admmt@hotmail.com

Balancete De Verificação Do Sistema Controle
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
8.1.2.3.1.02.02	EXECUTADOS		10.191,50			13.052,50	23.244,00		23.244,00
8.1.2.3.1.03	**CONTRATOS DE ALUGUEIS**								
8.1.2.3.1.03.01	A EXECUTAR		17.400,00	2.400,00	4.650,00		17.400,00		15.000,00
8.1.2.3.1.03.02	EXECUTADOS		650,00			2.400,00	3.050,00		3.050,00
8.1.2.3.1.04	**CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS**								
8.1.2.3.1.04.01	A EXECUTAR			19.545,70	19.545,70			19.545,70	
8.1.2.3.1.04.02	EXECUTADOS					19.545,70	19.545,70		19.545,70
8.1.2.3.1.09	**EXECUCAO DE CONTRATOS DE RATEIO DE CONSORCIOS PUBLICOS**								
8.1.2.3.1.09.02	CONTRATOS DE RATEIO - EM EXECUCAO			8.916,46	8.916,46			8.916,46	
8.1.2.3.1.09.03	CONTRATOS DE RATEIO - EXECUTADOS					8.916,46	8.916,46		8.916,46
8.1.2.9	**EXECUCAO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**								
8.1.2.9.1	**EXECUCAO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS - CONSOLIDACAO**								
8.1.2.9.1.01	EM EXECUCAO		2.019.257,00						2.019.257,00
8.2	**EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA**								
8.2.1	**EXECUCAO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINACAO**								
8.2.1.1	**EXECUCAO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS**								
8.2.1.1.1	**DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS**								
8.2.1.1.1.01	RECURSOS DISPONIVEIS PARA O EXERCICIO	741.854,92		3.228.094,21	7.445.958,62	3.519.382,94	7.172.310,60	450.566,19	
8.2.1.1.2	**DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR E**								
8.2.1.1.2.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EI		1.080.663,90	1.435.581,16	2.520.162,54	1.192.901,23	3.302.072,26		837.983,97
8.2.1.1.2.02	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EI		74.831,65	551.179,93	752.829,57	545.263,47	821.744,76		68.915,19
8.2.1.1.3	**DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR I**								
8.2.1.1.3.01	COMPROMETIDA POR LIQUIDACAO		439.880,37	1.361.258,73	2.704.133,09	1.441.638,74	2.528.444,60		520.260,38
8.2.1.1.3.02	COMPROMETIDA POR RETENCOES E CONSIGNACOES		232.361,92	199.297,67	317.222,94	154.508,55	366.880,24		187.572,80
8.2.1.1.4	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS UTILIZADA		1.320.754,93			1.491.647,85	2.812.402,78		2.812.402,78
8.3	**EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA**								
8.3.2	**EXECUCAO DA INSCRICAO DE CREDITOS EM DIVIDA ATIVA**								
8.3.2.3	**CREDITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA A RECEBER**								
8.3.2.3.1	**CREDITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA A RECEBER**								
8.3.2.3.1.01	CREDITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA A RECEBER EM COBRAI		703.480,43	4.838,01	11.471,01	114,47	193,72		698.756,89
8.3.2.4	**CREDITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA RECEBIDOS**								
8.3.2.4.1	**RECEBIMENTO DE CREDITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA**								
8.3.2.4.1.01	RECEBIMENTO DE CREDITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA EM C		4.927,51	1.268,99	2.350,22	4.838,01	10.846,75		8.496,53
8.3.2.5	**BAIXA DE CREDITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA**								
8.3.2.5.1	**BAIXAS DE CREDITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA**								
8.3.2.5.1.01	BAIXAS DE CREDITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA - COBRANCA		1.705,49			1.268,99	2.974,48		2.974,48
8.5	**EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS**								
8.5.2	**EXECUCAO DA PRESTACAO DE CONTAS DE CONSORCIO PUBLICO**								

Emissão: 23/04/2021 14:01:34 Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
CNPJ: 37.464.161/0001.46
RUA PEDRO ALVARES CABRAL - 0000155 - CENTRO
Telefone (065)3312-1160
pref_admmt@hotmail.com

Balancete De Verificação Do Sistema Controle
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
8.5.2.1	A COMPROVAR		57.813,84			8.916,46	8.916,46		66.730,30
8.9	**OUTROS CONTROLES**								
8.9.5	**CONTROLES ESPECIFICOS TCE/MT**								
8.9.5.5	**CONTROLE FINANCEIRO DOS VALORES EM CONSIGNACAO**								
8.9.5.5.1	CONSIGNACOES A PAGAR		255.845,41	193.284,23	280.456,88	154.508,55	359.743,78		217.069,73
8.9.5.5.2	CONSIGNACOES PAGAS		87.172,65			193.284,23	280.456,88		280.456,88
	Total de Grupo:	**12.614.274,00**	**12.614.274,00**	**10.711.693,13**	**21.835.093,72**	**10.711.693,13**	**21.835.093,72**	**14.094.829,99**	**14.094.829,99**
	Total Geral:	**12.614.274,00**	**12.614.274,00**	**10.711.693,13**	**21.835.093,72**	**10.711.693,13**	**21.835.093,72**	**14.094.829,99**	**14.094.829,99**

LUIS FERNANDO F. FALCAO
PREFEITO MUNICIPAL

JOSE CARLOS MENDES
SECRETARIO DE FINANCAS

ROBSON CRUZ DE OLIVEIRA
CONTADOR CRC/MT 017105/O

Emissão: 23/04/2021 14:01:34 Página 3

Homologado

ADMINISTRAÇÃO
BALANCETE ORCAMENTARIO 02

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
CNPJ: 37.464.161/0001.46
RUA PEDRO ALVARES CABRAL - 0000155 - CENTRO
Telefone (065)3312-1160
pref_admmt@hotmail.com

Balancete De Verificação Do Sistema Orçamentário
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos
Fevereiro / 2021

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
5	CONTROLES DA APROVACAO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO								
5.1	PLANEJAMENTO APROVADO								
5.1.1	PPA - APROVADO								
5.1.1.1	APROVACAO INICIAL DO PPA	66.294.433,08			510.000,00			66.294.433,08	
5.1.1.2	REVISAO DO PPA	12.164.962,07			2.724.630,95		3.997.618,95	12.164.962,07	
5.2	ORCAMENTO APROVADO								
5.2.1	PREVISAO DA RECEITA								
5.2.1.1	PREVISAO INICIAL DA RECEITA								
5.2.1.1.1	PREVISAO INICIAL DA RECEITA BRUTA	21.617.122,00			21.617.122,00			21.617.122,00	
5.2.1.1.2	(-) PREVISAO DE DEDUCOES DA RECEITA								
5.2.1.1.2.01	(-) DEDUCOES POR TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS								
5.2.1.1.2.01.01	(-) FUNDEB		2.446.800,00				2.446.800,00		2.446.800,00
5.2.1.1.2.99	(-) OUTRAS DEDUCOES		11.100,00				11.100,00		11.100,00
5.2.2	FIXACAO DA DESPESA								
5.2.2.1	DOTACAO ORCAMENTARIA								
5.2.2.1.1	DOTACAO INICIAL								
5.2.2.1.1.01	CREDITO INICIAL	18.219.222,00			18.219.222,00			18.219.222,00	
5.2.2.1.2	DOTACAO ADICIONAL POR TIPO DE CREDITO								
5.2.2.1.2.01	CREDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR	247.216,95			247.216,95			247.216,95	
5.2.2.1.3	DOTACAO ADICIONAL POR FONTE								
5.2.2.1.3.03	ANULACAO DE DOTACAO	237.216,95			237.216,95			237.216,95	
5.2.2.1.3.04	OPERACOES DE CREDITO	10.000,00			10.000,00			10.000,00	
5.2.2.1.3.09	(-) CANCELAMENTO DE DOTACOES		247.216,95				247.216,95		247.216,95
5.2.2.1.3.99	VALOR GLOBAL DA DOTACAO ADICIONAL POR FONTE				247.216,95		247.216,95		
5.2.2.1.9	CANCELAMENTO/REMANEJAMENTO DE DOTACAO								
5.2.2.1.9.02	ALTERACAO DA LEI ORCAMENTARIA								
5.2.2.1.9.02.01	ACRESCIMO	90.327,03			90.327,03			90.327,03	
5.2.2.1.9.02.09	(-) REDUCAO		90.327,03				90.327,03		90.327,03
5.2.2.1.9.04	(-) CANCELAMENTO DE DOTACOES		247.216,95				247.216,95		247.216,95
5.2.2.9	OUTROS CONTROLES DA DESPESA ORCAMENTARIA								
5.2.2.9.1	PRE-EMPENHOS DA DESPESA								
5.2.2.9.1.01	PRE-EMPENHOS EMITIDOS	207.363,90		112.288,66	319.652,56			319.652,56	
5.3	INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR								
5.3.1	INSCRICAO DE RP NAO PROCESSADOS								
5.3.1.1	RP NAO PROCESSADOS INSCRITOS	21.198,86						21.198,86	
5.3.1.2	RP NAO PROCESSADOS - EXERCICIOS ANTERIORES	34.875,39						34.875,39	

Emissão: 23/04/2021 13:58:22 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
CNPJ: 37.464.161/0001.46
RUA PEDRO ALVARES CABRAL - 0000155 - CENTRO
Telefone (065)3312-1160
pref_admmt@hotmail.com

Balancete De Verificação Do Sistema Orçamentário
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
5.3.2	**INSCRICAO DE RP PROCESSADOS**								
5.3.2.1	RP PROCESSADOS - INSCRITOS	652.008,95						652.008,95	
5.3.2.2	RP PROCESSADOS - EXERCICIOS ANTERIORES	43.939,92						43.939,92	
6	**CONTROLES DA EXECUCAO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO**								
6.1	**EXECUCAO DO PLANEJAMENTO**								
6.1.1	**EXECUCAO DO PPA**								
6.1.1.1	PPA A ALOCAR EM LEIS ORCAMENTARIAS ANUAIS		4.971.508,08		22.464.057,90		3.481.847,90		4.971.508,08
6.1.1.2	PPA ALOCADO EM LEIS ORCAMENTARIAS ANUAIS		17.306.402,02	1.192.901,23	3.627.120,86	422,85	18.468.139,74		16.113.923,64
6.1.1.3	PPA EXECUTADO		56.181.485,05	422,85	1.700,79	1.192.901,23	3.379.903,91		57.373.963,43
6.2	**EXECUCAO DO ORCAMENTO**								
6.2.1	**EXECUCAO DA RECEITA**								
6.2.1.1	RECEITA A REALIZAR		17.465.885,05	1.838.744,21	6.270.843,24	269.377,10	22.167.361,18		15.896.517,94
6.2.1.2	RECEITA REALIZADA		1.974.199,03	0,47	0,47	1.838.744,21	3.812.943,24		3.812.942,77
6.2.1.3	**(-) DEDUCOES DA RECEITA ORCAMENTARIA**								
6.2.1.3.1	**(-) DEDUCOES POR TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS**								
6.2.1.3.1.01	(-) FUNDEB	279.685,64		268.107,64	547.793,28			547.793,28	
6.2.1.3.9	(-) OUTRAS DEDUCOES DA RECEITA REALIZADA	1.176,44		1.268,99	2.445,43			2.445,43	
6.2.2	**EXECUCAO DA DESPESA**								
6.2.2.1	**DISPONIBILIDADES DE CREDITO**								
6.2.2.1.1	CREDITO DISPONIVEL		16.022.591,99	1.202.962,97	3.738.414,90	422,85	18.558.466,77		14.820.051,87
6.2.2.1.2	**CREDITO INDISPONIVEL**								
6.2.2.1.2.02	CREDITO PRE-EMPENHADO		10.905,27	102.226,92	298.685,55	112.288,66	319.652,56		20.967,01
6.2.2.1.3	**CREDITO UTILIZADO**								
6.2.2.1.3.01	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR		1.034.064,08	1.422.037,20	2.574.975,80	1.192.901,23	3.379.903,91		804.928,11
6.2.2.1.3.02	CREDITO EMPENHADO EM LIQUIDACAO		74.831,65	541.555,50	733.730,71	535.639,04	802.645,90		68.915,19
6.2.2.1.3.03	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR		198.458,00	1.244.185,37	2.122.556,38	1.427.530,81	2.504.359,82		381.803,44
6.2.2.1.3.04	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO		878.371,01			1.244.185,37	2.122.556,38		2.122.556,38
6.2.2.9	**OUTROS CONTROLES DA DESPESA ORCAMENTARIA**								
6.2.2.9.1	**DESPESA PRE-EMPENHADA**								
6.2.2.9.1.01	PRE-EMPENHOS A EMPENHAR		10.905,27	102.226,92	298.685,55	112.288,66	319.652,56		20.967,01
6.2.2.9.1.02	PRE-EMPENHOS EMPENHADOS		196.458,63			102.226,92	298.685,55		298.685,55
6.3	**EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR**								
6.3.1	**EXECUCAO DE RP NAO PROCESSADOS**								
6.3.1.1	RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR		46.599,82	13.543,96	23.018,39				33.055,86
6.3.1.2	RP NAO PROCESSADOS EM LIQUIDACAO			9.624,43	19.098,86	9.624,43	19.098,86		
6.3.1.3	RP NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	6,06		12.505,17	21.985,66	13.543,96	23.018,39		1.032,73
6.3.1.4	RP NAO PROCESSADOS PAGOS		9.480,49			12.505,17	21.985,66		21.985,66
6.3.2	**EXECUCAO DE RP PROCESSADOS**								

Emissão: 23/04/2021 13:58:22 Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
CNPJ: 37.464.161/0001.46
RUA PEDRO ALVARES CABRAL - 0000155 - CENTRO
Telefone (065)3312-1160
pref_admmt@hotmail.com

Balancete De Verificação Do Sistema Orçamentário
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
6.3.2.1	RP PROCESSADOS A PAGAR		241.428,43	104.004,22	558.524,66				137.424,21
6.3.2.2	RP PROCESSADOS PAGOS		454.520,44			104.004,22	558.524,66		558.524,66
	Total de Grupo:	**120.120.755,24**	**120.120.755,24**	**8.168.606,71**	**87.526.243,82**	**8.168.606,71**	**87.526.243,82**	**120.502.414,47**	**120.502.414,47**
	Total Geral:	**120.120.755,24**	**120.120.755,24**	**8.168.606,71**	**87.526.243,82**	**8.168.606,71**	**87.526.243,82**	**120.502.414,47**	**120.502.414,47**

LUIS FERNANDO F. FALCAO
PREFEITO MUNICIPAL

JOSE CARLOS MENDES
SECRETARIO DE FINANCAS

ROBSON CRUZ DE OLIVEIRA
CONTADOR CRC/MT 017105/O

Emissão: 23/04/2021 13:58:22 Página 3

Homologado

ADMINISTRAÇÃO
BALANCETE PATRIMONIAL 02

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
CNPJ: 37.464.161/0001.46
RUA PEDRO ALVARES CABRAL - 0000155 - CENTRO
Telefone (065)3312-1160
pref_admmt@hotmail.com

Balancete De Verificação Do Sistema Patrimonial
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos
Fevereiro / 2021

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
1	ATIVO								
1.1	ATIVO CIRCULANTE								
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA								
1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL								
1.1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDACAO								
1.1.1.1.1.02	CONTA UNICA (F)	1.071.209,15		3.455.721,38	7.009.802,74	3.368.705,43	6.556.502,53	1.158.225,10	
1.1.1.1.1.30	REDE BANCARIA - ARRECADACAO (F)	14.673,77		5.204,76	12.126,42	14.494,30	14.615,78	5.384,23	
1.1.2	CREDITOS A CURTO PRAZO								
1.1.2.1	CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER								
1.1.2.1.1	CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER - CONSOLIDACAO								
1.1.2.1.1.01	IMPOSTOS								
1.1.2.1.1.01.01	IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA (P)	1.378,03		4.395,39	9.120,99	4.395,39	9.326,88	1.378,03	
1.1.2.1.1.01.05	IPTU (P)		76,17	160.156,23	160.767,82	208,37	1.821,90	159.871,69	
1.1.2.1.1.01.06	ITBI (P)			61.297,77	411.889,41	61.297,77	411.889,41		
1.1.2.1.1.01.07	ISS (P)	7.457,58		3.026,90	4.711,99	1.618,35	4.067,44	8.866,13	
1.1.2.1.1.01.99	OUTROS IMPOSTOS A RECEBER (P)		347,11	188,57	14.046,56	188,57	14.442,70		347,11
1.1.2.1.1.02	TAXAS								
1.1.2.1.1.02.02	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS (P)	20.732,02		457,12	8.082,24	1.586,26	5.677,03	19.602,88	
1.1.2.5	DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA								
1.1.2.5.1	DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA - CONSOLIDACAO								
1.1.2.5.1.01	DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA DOS IMPOSTOS								
1.1.2.5.1.01.05	DIVIDA ATIVA DO IPTU (P)	475.051,85				2.810,10	7.616,78	472.241,75	
1.1.2.5.1.02	DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA DAS TAXAS								
1.1.2.5.1.02.02	DIVIDA ATIVA DAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS (P)	6.895,39				283,55	723,35	6.611,84	
1.1.2.9	(-) AJUSTE DE PERDAS DE CREDITOS A CURTO PRAZO								
1.1.2.9.1	(-) AJUSTE DE PERDAS DE CREDITOS A CURTO PRAZO - CONSOLIDACAO								
1.1.2.9.1.04	(-) PERDAS ESTIMADAS EM CREDITOS DE DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA								
1.1.2.9.1.04.01	(-) PERDAS ESTIMADAS EM CREDITOS DE DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA - IMPOST		257.463,89						257.463,89
1.1.3	DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO								
1.1.3.2	TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR								
1.1.3.2.1	TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR - CONSOLIDACAO								
1.1.3.2.1.09	IPTU A COMPENSAR								
1.1.3.2.1.09.01	IPTU A COMPENSAR (F)			1.178,20	2.194,33	1.178,20	2.194,33		
1.1.3.2.1.99	OUTROS TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR								
1.1.3.2.1.99.01	OUTROS TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR (F)			90,79	251,10	90,79	251,10		
1.1.3.8	OUTROS CREDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO								

Emissão: 23/04/2021 13:52:47 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
CNPJ: 37.464.161/0001.46
RUA PEDRO ALVARES CABRAL - 0000155 - CENTRO
Telefone (065)3312-1160
pref_admmt@hotmail.com

Balancete De Verificação Do Sistema Patrimonial
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
1.1.3.8.1	OUTROS CREDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOLIDA(								
1.1.3.8.1.08	CREDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALARIO FAMILIA PAGO (F)			563,97	1.066,39	563,97	1.288,36		
1.1.5	ESTOQUES								
1.1.5.6	ALMOXARIFADO								
1.1.5.6.1	ALMOXARIFADO - CONSOLIDACAO								
1.1.5.6.1.01	MATERIAL DE CONSUMO (P)	29.525,97		197.477,92	227.003,89			227.003,89	
1.2	ATIVO NAO CIRCULANTE								
1.2.1	ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO								
1.2.1.1	CREDITOS A LONGO PRAZO								
1.2.1.1.1	CREDITOS A LONGO PRAZO - CONSOLIDACAO								
1.2.1.1.1.04	DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA								
1.2.1.1.1.04.01	CREDITOS NAO PREVIDENCIARIOS INSCRITOS (P)	221.533,19		114,47	193,72	1.744,36	3.130,88	219.903,30	
1.2.3	IMOBILIZADO								
1.2.3.1	BENS MOVEIS								
1.2.3.1.1	BENS MOVEIS - CONSOLIDACAO								
1.2.3.1.1.05	VEICULOS (P)	928.125,75			148.843,75			928.125,75	
1.2.3.1.1.99	DEMAIS BENS MOVEIS								
1.2.3.1.1.99.99	OUTROS BENS MOVEIS (P)	3.711.388,89		12.190,83	29.790,83			3.723.579,72	
1.2.3.2	BENS IMOVEIS								
1.2.3.2.1	BENS IMOVEIS - CONSOLIDACAO								
1.2.3.2.1.06	BENS IMOVEIS EM ANDAMENTO (P)	1.544.854,64						1.544.854,64	
1.2.3.2.1.07	INSTALACOES (P)	5.181.230,21						5.181.230,21	
1.2.3.8	(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS								
1.2.3.8.1	(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS - CONSOLIDA								
1.2.3.8.1.01	(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MOVEIS (P)		6.800,08						6.800,08
2	PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO								
2.1	PASSIVO CIRCULANTE								
2.1.1	OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGA								
2.1.1.1	PESSOAL A PAGAR								
2.1.1.1.1	PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDACAO								
2.1.1.1.1.01	PESSOAL A PAGAR								
2.1.1.1.1.01.01	SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS								
2.1.1.1.1.01.01.01	SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS (F)		15.071,60	758.800,90	1.858.561,57	758.800,90	1.528.056,58		15.071,60
2.1.1.2	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR								
2.1.1.2.1	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR - CONSOLIDACAO								
2.1.1.2.1.01	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR								
2.1.1.2.1.01.01	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR (F)		191.631,06	174.770,01	201.583,18	90.579,78	187.656,21		107.440,83
2.1.1.4	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR								

Emissão: 23/04/2021 13:52:47 Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
CNPJ: 37.464.161/0001.46
RUA PEDRO ALVARES CABRAL - 0000155 - CENTRO
Telefone (065)3312-1160
pref_admmt@hotmail.com

Balancete De Verificação Do Sistema Patrimonial
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
2.1.1.4.3	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - INTER OFSS - UNIAO								
2.1.1.4.3.06	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - DEBITO PARCELADO								
2.1.1.4.3.06.01	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - DEBITO PARCELADO (F)			5.317,66	5.317,66	5.317,66	5.317,66		
2.1.3	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO								
2.1.3.1	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO								
2.1.3.1.1	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSC								
2.1.3.1.1.01	FORNECEDORES NACIONAIS								
2.1.3.1.1.01.01	FORNECEDORES NAO PARCELADOS A PAGAR								
2.1.3.1.1.01.01.01	FORNECEDORES NAO PARCELADOS A PAGAR (F)		206.492,17	361.327,69	529.040,80	545.263,47	731.247,57		390.427,95
2.1.3.1.1.03	CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS								
2.1.3.1.1.03.99	DEMAIS CONTAS A PAGAR								
2.1.3.1.1.03.99.01	DEMAIS CONTAS A PAGAR (F)		23.765,54	24.097,10	31.799,66	7.731,56	28.099,66		7.400,00
2.1.4	OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO								
2.1.4.1	OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIAO								
2.1.4.1.1	OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIAO - CONSOLIDACAO								
2.1.4.1.1.11	PIS/PASEP A RECOLHER								
2.1.4.1.1.11.01	PIS/PASEP A RECOLHER (F)			21.895,40	51.094,61	21.895,40	30.966,95		
2.1.8	DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO								
2.1.8.8	VALORES RESTITUIVEIS								
2.1.8.8.1	VALORES RESTITUIVEIS - CONSOLIDACAO								
2.1.8.8.1.01	CONSIGNACOES								
2.1.8.8.1.01.02	CONTRIBUICAO AO RGPS (F)		143.918,03	110.981,62	141.734,24	68.960,34	157.931,96		101.896,75
2.1.8.8.1.01.04	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (F)		125,20						125,20
2.1.8.8.1.01.08	ISS (F)		217,34						217,34
2.1.8.8.1.01.10	PENSAO ALIMENTICIA (F)		290,40	290,40	580,80	290,40	871,20		290,40
2.1.8.8.1.01.99	OUTROS CONSIGNATARIOS (F)		83.881,21	84.175,91	171.058,16	85.257,81	204.227,34		84.963,11
2.1.8.8.2	VALORES RESTITUIVEIS - INTRA OFSS								
2.1.8.8.2.01	CONSIGNACOES - INTRA OFSS								
2.1.8.8.2.01.01	RPPS - RETENCOES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS (F)		3.849,74	3.849,74	17.552,55		17.552,55		
2.1.8.9	OUTRAS OBRIGACOES A CURTO PRAZO								
2.1.8.9.1	OUTRAS OBRIGACOES A CURTO PRAZO - CONSOLIDACAO								
2.1.8.9.1.02	DIARIAS A PAGAR								
2.1.8.9.1.02.01	DIARIAS A PAGAR (F)			2.700,00	4.750,00	2.700,00	4.750,00		
2.1.8.9.1.14	CONSORCIOS A PAGAR								
2.1.8.9.1.14.01	CONSORCIOS A PAGAR (F)		77.831,65	8.916,46	18.552,10		77.831,65		68.915,19
2.1.8.9.1.14.51	CONSORCIOS A PAGAR (P)	73.549,17			77.831,65			73.549,17	
2.2	PASSIVO NAO-CIRCULANTE								
2.2.1	OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGA								

Emissão: 23/04/2021 13:52:47 Página 3

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
CNPJ: 37.464.161/0001.46
RUA PEDRO ALVARES CABRAL - 0000155 - CENTRO
Telefone (065)3312-1160
pref_admmt@hotmail.com

Balancete De Verificação Do Sistema Patrimonial
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
2.2.1.4	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR								
2.2.1.4.3	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - INTER OFSS - UNIAO								
2.2.1.4.3.01	INSS A PAGAR								
2.2.1.4.3.01.01	CONTRIBUICAO AO RGPS								
2.2.1.4.3.01.01.51	CONTRIBUICAO AO RGPS - DEBITO PARCELADO (P)			5.317,66	5.317,66			5.317,66	
2.2.7	PROVISOES A LONGO PRAZO								
2.2.7.2	PROVISOES MATEMATICAS PREVIDENCIARIAS A LONGO PRAZO								
2.2.7.2.1	PROVISOES MATEMATICAS PREVIDENCIARIAS A LONGO PRAZO - CONSOLID								
2.2.7.2.1.03	PLANO PREVIDENCIARIO - PROVISOES DE BENEFICIOS CONCEDIDOS								
2.2.7.2.1.03.01	APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFICIOS CONCEDIDOS DO PLANO		2.621.595,01				2.621.595,01		2.621.595,01
2.3	PATRIMONIO LIQUIDO								
2.3.7	RESULTADOS ACUMULADOS								
2.3.7.1	SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS								
2.3.7.1.1	SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDACAO								
2.3.7.1.1.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	26.807.727,02						26.807.727,02	
2.3.7.1.2	SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS								
2.3.7.1.2.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.235.390,32						2.235.390,32	
2.3.7.1.3	SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIAO								
2.3.7.1.3.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES		33.137.812,46						33.137.812,46
2.3.7.1.4	SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - ESTADO								
2.3.7.1.4.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES		7.999.585,18						7.999.585,18
2.3.7.1.5	SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - MUNICIPIO								
2.3.7.1.5.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	546.502,78						546.502,78	
3	VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA								
3.1	PESSOAL E ENCARGOS								
3.1.1	REMUNERACAO A PESSOAL								
3.1.1.1	REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS								
3.1.1.1.1	REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS - CONS								
3.1.1.1.1.01	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS								
3.1.1.1.1.01.01	VENCIMENTOS E SALARIOS	735.376,60		752.308,26	1.487.684,86			1.487.684,86	
3.1.1.2	REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RGPS								
3.1.1.2.1	REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RGPS - CONS								
3.1.1.2.1.02	OUTRAS VPD VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL - RGPS								
3.1.1.2.1.02.99	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	33.376,66		21.308,67	54.685,33			54.685,33	
3.2	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS								
3.2.9	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS								
3.2.9.9	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS								
3.2.9.9.1	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS - CONSOLIDACAO	97.076,43		90.579,78	187.656,21			187.656,21	

Emissão: 23/04/2021 13:52:47 Página 4

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
CNPJ: 37.464.161/0001.46
RUA PEDRO ALVARES CABRAL - 0000155 - CENTRO
Telefone (065)3312-1160
pref_admmt@hotmail.com

Balancete De Verificação Do Sistema Patrimonial
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
3.3	**USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO**								
3.3.2	**SERVICOS**								
3.3.2.1	**DIARIAS**								
3.3.2.1.1	**DIARIAS - CONSOLIDACAO**								
3.3.2.1.1.01	**DIARIAS PESSOAL CIVIL**								
3.3.2.1.1.01.99	DIARIAS - PESSOAL CIVIL - OUTRAS	2.050,00		2.700,00	4.750,00			4.750,00	
3.3.2.2	**SERVICOS TERCEIROS - PF**								
3.3.2.2.1	**SERVICOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDACAO**								
3.3.2.2.1.05	SERVICOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS			4.062,00	4.062,00			4.062,00	
3.3.2.2.1.07	COMUNICACAO EM GERAL	2.921,74		6.838,97	9.760,71			9.760,71	
3.3.2.2.1.08	LIMPEZA E CONSERVACAO	17.305,31		9.217,97	26.523,28			26.523,28	
3.3.2.2.1.15	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	12.322,56		7.731,56	20.054,12			20.054,12	
3.3.2.2.1.21	LOCACOES	650,00		2.400,00	3.050,00			3.050,00	
3.3.2.2.1.25	SERVICOS DE ASSISTENCIA SOCIAL			8.124,58	8.124,58			8.124,58	
3.3.2.2.1.26	SERV. DE APOIO ADMIN., TECNICO E OPERACIONAL	14.829,16		73.250,90	88.080,06			88.080,06	
3.3.2.2.1.30	FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS			1.347,15	1.347,15			1.347,15	
3.3.2.3	**SERVICOS TERCEIROS - PJ**								
3.3.2.3.1	**SERVICOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDACAO**								
3.3.2.3.1.04	COMUNICACAO	530,00			530,00			530,00	
3.3.2.3.1.06	MANUTENCAO E CONSERVACAO	11.217,34		29.597,81	40.815,15			40.815,15	
3.3.2.3.1.07	SERVICOS DE APOIO	12.081,06		65.844,16	77.925,22			77.925,22	
3.3.2.3.1.08	SERVICOS DE AGUA E ESGOTO, ENERGIA ELETRICA, GAS E OUTROS.	55.780,92		48.155,83	103.936,75			103.936,75	
3.3.2.3.1.12	SERVICOS DE TRANSPORTE	1.700,24		2.763,44	4.463,68			4.463,68	
3.3.2.3.1.23	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	5.280,00		5.550,00	10.830,00			10.830,00	
3.3.2.3.1.30	SELECAO E TREINAMENTO			890,00	890,00			890,00	
3.3.2.3.1.31	SERV.MEDICO-HOSPITALAR,ODONTOL.E LABORATORIAIS	8.824,43		51.380,67	60.205,10			60.205,10	
3.3.2.3.1.32	SERVICOS BANCARIOS	1.612,78		2.095,99	3.708,77			3.708,77	
3.3.2.3.1.46	SERVICOS GRAFICOS E EDITORIAIS	11.000,00		5.275,00	16.275,00			16.275,00	
3.3.2.3.1.99	OUTROS SERVICOS TERCEIROS - PJ	435,00			435,00			435,00	
3.4	**VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS**								
3.4.2	**JUROS E ENCARGOS DE MORA**								
3.4.2.4	**JUROS E ENCARGOS DE MORA DE OBRIGACOES TRIBUTARIAS**								
3.4.2.4.1	**JUROS E ENCARGOS DE MORA DE OBRIGACOES TRIBUTARIAS - CONSOLID**								
3.4.2.4.1.01	JUROS	2.563,91		3.420,25	5.984,16			5.984,16	
3.4.3	**VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS**								
3.4.3.9	**OUTRAS VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS**								
3.4.3.9.1	**OUTRAS VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS - CONSOLIDACAO**								
3.4.3.9.1.01	**OUTRAS VARIACOES MONETARIAS**								

Emissão: 23/04/2021 13:52:47 Página 5

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
CNPJ: 37.464.161/0001.46
RUA PEDRO ALVARES CABRAL - 0000155 - CENTRO
Telefone (065)3312-1160
pref_admmt@hotmail.com

Balancete De Verificação Do Sistema Patrimonial
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
3.4.3.9.1.01.02	ENCARGOS FINANCEIROS INDEDUTIVEIS	171,78			171,78			171,78	
3.5	**TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS**								
3.5.1	**TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS**								
3.5.1.1	**TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA**								
3.5.1.1.2	**TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA - INTF**								
3.5.1.1.2.02	**REPASSE CONCEDIDO**								
3.5.1.1.2.02.01	REPASSE CONCEDIDO - DUODECIMO	80.000,00		85.600,00	165.600,00			165.600,00	
3.5.2	**TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS**								
3.5.2.2	**TRANSFERENCIAS AO FUNDEB**								
3.5.2.2.4	TRANSFERENCIAS AO FUNDEB - INTER OFSS - ESTADO	279.685,64		268.107,64	547.793,28			547.793,28	
3.5.7	**EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA**								
3.5.7.1	**EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA A ENTES**								
3.5.7.1.3	**EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA A ENTES - INTER OFSS - UNIAO**								
3.5.7.1.3.06	INDENIZACOES E RESTITUICOES			3.433,51	3.433,51			3.433,51	
3.6	**DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS**								
3.6.1	**REAVALIACAO, REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS**								
3.6.1.7	**VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE CREDIT**								
3.6.1.7.1	**VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE CREDIT**								
3.6.1.7.1.01	AJUSTE PARA PERDAS EM CREDITOS TRIBUTARIOS	337.004,48		608,88	337.613,36			337.613,36	
3.6.5	**DESINCORPORACAO DE ATIVOS**								
3.6.5.1	**DESINCORPORACAO DE ATIVOS**								
3.6.5.1.1	**DESINCORPORACAO DE ATIVOS - CONSOLIDACAO**								
3.6.5.1.1.01	DESINCORPORACAO DE DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	1.705,49		1.268,99	2.974,48			2.974,48	
3.7	**TRIBUTARIAS**								
3.7.2	**CONTRIBUICOES**								
3.7.2.1	**CONTRIBUICOES SOCIAIS**								
3.7.2.1.1	**CONTRIBUICOES SOCIAIS - CONSOLIDACAO**								
3.7.2.1.1.02	PIS/PASEP	9.071,55		21.895,40	30.966,95			30.966,95	
3.9	**OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS**								
3.9.7	**VPD DE CONSTITUICAO DE PROVISOES**								
3.9.7.2	**VPD DE PROVISOES MATEMATICAS PREVIDENCIARIAS A LONGO PRAZO**								
3.9.7.2.1	VPD DE PROVISOES MATEMATICAS PREVIDENCIARIAS A LONGO PRAZO - CC	2.621.595,01			2.621.595,01			2.621.595,01	
3.9.9	**DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS**								
3.9.9.9	**VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADO**								
3.9.9.9.1	**VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERAD**								
3.9.9.9.1.99	VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADO	7.358,43			7.358,43			7.358,43	
4	**VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA**								
4.1	**IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA**								

Emissão: 23/04/2021 13:52:47 Página 6

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
CNPJ: 37.464.161/0001.46
RUA PEDRO ALVARES CABRAL - 0000155 - CENTRO
Telefone (065)3312-1160
pref_admmt@hotmail.com

Balancete De Verificação Do Sistema Patrimonial
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
4.1.1	IMPOSTOS								
4.1.1.2	IMPOSTOS SOBRE PATRIMONIO E A RENDA								
4.1.1.2.1	IMPOSTOS SOBRE PATRIMONIO E A RENDA - CONSOLIDACAO								
4.1.1.2.1.02	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA		521,28			160.156,23	160.677,51		160.677,51
4.1.1.2.1.04	ITBI		350.591,64			61.297,77	411.889,41		411.889,41
4.1.1.3	IMPOSTOS SOBRE A PRODUCAO E A CIRCULACAO								
4.1.1.3.1	IMPOSTOS SOBRE A PRODUCAO E A CIRCULACAO - CONSOLIDACAO								
4.1.1.3.1.02	ISS		5.511,06			6.598,23	12.109,29		12.109,29
4.1.1.9	OUTROS IMPOSTOS								
4.1.1.9.1	OUTROS IMPOSTOS - CONSOLIDACAO		79.625,56			52.731,06	132.356,62		132.356,62
4.1.2	TAXAS								
4.1.2.2	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS								
4.1.2.2.1	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS - CONSOLIDACAO								
4.1.2.2.1.99	OUTRAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS		14.181,14			5.661,88	19.843,02		19.843,02
4.2	CONTRIBUICOES								
4.2.3	CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA								
4.2.3.1	CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA								
4.2.3.1.1	CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA - CONSOLIDACAO								
4.2.3.1.1.01	CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA		24.477,97			28.568,74	53.046,71		53.046,71
4.4	VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS								
4.4.2	JUROS E ENCARGOS DE MORA								
4.4.2.4	JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CREDITOS TRIBUTARIOS								
4.4.2.4.1	JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CREDITOS TRIBUTARIOS - CONSOLID								
4.4.2.4.1.05	MULTAS E JUROS SOBRE IPTU		90,31				90,31		90,31
4.4.2.4.1.10	MULTAS E JUROS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS		247,85			114,47	362,32		362,32
4.4.2.4.1.13	MULTAS E JUROS DEMAIS CONTRIBUICOES		13.857,99			188,57	14.046,56		14.046,56
4.4.5	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS E APLICACOES FINANCEIRAS								
4.4.5.1	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS								
4.4.5.1.1	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS - CONSOLIDACAO		113,92	0,47	0,47	111,78	225,70		225,23
4.5	TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS								
4.5.2	TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS								
4.5.2.1	TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DE RECEITAS								
4.5.2.1.3	TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DE RECEITAS - INTER OFSS								
4.5.2.1.3.02	COTA-PARTE FPM		729.114,51			955.684,27	1.684.798,78		1.684.798,78
4.5.2.1.3.03	COTA-PARTE ITR		208.974,00			8.383,14	217.357,14		217.357,14
4.5.2.1.3.04	COTA-PARTE IPI		3.126,36			2.693,82	5.820,18		5.820,18
4.5.2.1.3.06	TRANSFERENCIA DA COMPENSACAO FINANCEIRA PELA EXPLORACAO DE RE		9.285,42			10.182,80	19.468,22		19.468,22
4.5.2.1.3.07	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO SUS		37.788,22			58.896,32	96.684,54		96.684,54

Emissão: 23/04/2021 13:52:47 Página 7

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
CNPJ: 37.464.161/0001.46
RUA PEDRO ALVARES CABRAL - 0000155 - CENTRO
Telefone (065)3312-1160
pref_admmt@hotmail.com

Balancete De Verificação Do Sistema Patrimonial
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
4.5.2.1.3.08	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSITENCIA SOC					1.430,00	1.430,00		1.430,00
4.5.2.1.3.09	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIME		159.791,84			154.102,05	313.893,89		313.893,89
4.5.2.1.4	**TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DE RECEITAS - INTER OFSS**								
4.5.2.1.4.01	COTA-PARTE ICMS		451.094,79			366.787,45	817.882,24		817.882,24
4.5.2.1.4.02	COTA-PARTE IPVA		9.245,51			9.683,84	18.929,35		18.929,35
4.5.2.1.4.04	COTA-PARTE DA CONTRIBUICAO DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMIC		1.834,94				1.834,94		1.834,94
4.5.2.1.4.06	TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA PROGRAMAS DE SAUDE		3.302,08			2.570,63	5.872,71		5.872,71
4.5.2.1.4.99	OUTRAS PARTICIPACOES NA RECEITA DOS ESTADOS		59.041,32			50.896,26	109.937,58		109.937,58
4.5.2.2	**TRANSFERENCIAS DO FUNDEB**								
4.5.2.2.4	TRANSFERENCIAS DO FUNDEB -INTER OFSS - ESTADO		14.502,20			12.501,63	27.003,83		27.003,83
4.5.2.4	**OUTRAS TRANSFERENCIAS**								
4.5.2.4.3	**OUTRAS TRANSFERENCIAS - INTER OFSS - UNIAO**								
4.5.2.4.3.01	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE VALORES - INTER OFSS - UNIAO					36.115,88	36.115,88		36.115,88
4.5.2.4.4	**OUTRAS TRANSFERENCIAS - INTER OFSS - ESTADO**								
4.5.2.4.4.01	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE VALORES - INTER OFSS - ESTADO		130.025,28				130.025,28		130.025,28
4.6	**VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS**								
4.6.2	**GANHOS COM ALIENACAO**								
4.6.2.1	**GANHOS COM ALIENACAO DE INVESTIMENTOS**								
4.6.2.1.1	**GANHOS COM ALIENACAO DE INVESTIMENTOS - CONSOLIDACAO**								
4.6.2.1.1.01	GANHOS COM ALIENACAO DE PARTICIPACOES PERMANENTES					9.500,00	9.500,00		9.500,00
4.6.3	**GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS**								
4.6.3.9	**OUTROS GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS**								
4.6.3.9.1	**OUTROS GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS - CONSOLIDACAO**								
4.6.3.9.1.01	GANHOS COM INCORPORACAO DE IMOBILIZADO		148.843,75				148.843,75		148.843,75
4.6.4	**GANHOS COM DESINCORPORACAO DE PASSIVOS**								
4.6.4.1	**GANHOS COM DESINCORPORACAO DE PASSIVOS**								
4.6.4.1.1	GANHOS COM DESINCORPORACAO DE PASSIVOS - CONSOLIDACAO		14.809,47				14.809,47		14.809,47
	Total de Grupo:	**47.240.752,25**	**47.240.752,25**	**7.040.262,73**	**17.093.951,22**	**7.040.819,55**	**17.094.508,04**	**49.264.650,04**	**49.265.206,86**
	Total Geral:	**47.240.752,25**	**47.240.752,25**	**7.040.262,73**	**17.093.951,22**	**7.040.819,55**	**17.094.508,04**	**49.264.650,04**	**49.265.206,86**

Emissão: 23/04/2021 13:52:47 Página 8

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
CNPJ: 37.464.161/0001.46
RUA PEDRO ALVARES CABRAL - 0000155 - CENTRO
Telefone (065)3312-1160
pref_admmt@hotmail.com

Balancete De Verificação Do Sistema Patrimonial
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos

LUIS FERNANDO F. FALCAO PREFEITO MUNICIPAL	JOSE CARLOS MENDES SECRETARIO DE FINANCAS	ROBSON CRUZ DE OLIVEIRA CONTADOR CRC/MT 017105/O

ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 08

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021

RREO - Anexo 08 (LDB, art 72) **em Reais**

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1-RECEITA DE IMPOSTOS	1.505.300,00	1.505.300,00	243.146,79	16,15 %
1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	74.400,00	74.400,00	8.406,31	11,30 %
1.1.1-IPTU	55.000,00	55.000,00	615,33	1,12 %
1.1.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	19.400,00	19.400,00	7.790,98	40,16 %
1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	720.000,00	720.000,00	91.755,67	12,74 %
1.2.1-ITBI	720.000,00	720.000,00	91.755,67	12,74 %
1.2.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI				
1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	207.900,00	207.900,00	11.002,53	5,29 %
1.3.1-ISS	201.000,00	201.000,00	11.002,53	5,47 %
1.3.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	6.900,00	6.900,00		
1.4-Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	503.000,00	503.000,00	131.982,28	26,24 %
2-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	12.859.000,00	12.859.000,00	2.744.787,69	21,35 %
2.1-Cota-Parte FPM	7.579.000,00	7.579.000,00	1.684.798,78	22,23 %
2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.974.000,00	6.974.000,00	1.684.798,78	24,16 %
2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	305.000,00	305.000,00		
2.1.3-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	300.000,00	300.000,00		
2.2-Cota-Parte ICMS	4.100.000,00	4.100.000,00	817.882,24	19,95 %
2.3-ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996				
2.4-Cota-Parte IPI-Exportação	20.000,00	20.000,00	5.820,18	29,10 %
2.5-Cota-Parte ITR	960.000,00	960.000,00	217.357,14	22,64 %
2.6-Cota-Parte IPVA	200.000,00	200.000,00	18.929,35	9,46 %
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro				
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	**14.364.300,00**	**14.364.300,00**	**2.987.934,48**	**20,80 %**

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4-RECEITA DA APLIC. FINANC. DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO				
5-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	155.800,00	155.800,00	24.187,38	15,52 %
5.1-Transferências do Salário-Educação	86.000,00	86.000,00	16.615,32	19,32 %
5.2-Transferências Diretas - PDDE	500,00	500,00		
5.3-Transferências Diretas - PNAE	35.800,00	35.800,00	7.548,80	21,09 %
5.4-Transferências Diretas - PNATE	31.000,00	31.000,00		
5.5-Outras Transferências do FNDE	500,00	500,00		
5.6-Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	2.000,00	2.000,00	23,26	1,16 %
6-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	601.000,00	601.000,00		
6.1-Transferências de Convênios	601.000,00	601.000,00		
6.2-Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios				
7-RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO				
8-OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO				
9-TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	**756.800,00**	**756.800,00**	**24.187,38**	**3,20 %**

Emissão: 23/04/2021 15:46:10
Portaria 286 de 7 de Maio de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021

RREO - Anexo 08 (LDB, art 72) **em Reais**

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10-RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.450.800,00	2.450.800,00	548.957,51	22,40 %
10.1-Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.394.800,00	1.394.800,00	336.959,75	24,16 %
10.2-Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	820.000,00	820.000,00	163.576,44	19,95 %
10.3-ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)				
10.4-Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	4.000,00	4.000,00	1.164,03	29,10 %
10.5-Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB - (20% de 2.5)	192.000,00	192.000,00	43.471,42	22,64 %
10.6-Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	40.000,00	40.000,00	3.785,87	9,46 %
11-RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.457.000,00	1.457.000,00	289.729,77	19,89 %
11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB	1.457.000,00	1.457.000,00	289.729,77	19,89 %
11.2-Complementação da União ao FUNDEB				
11.3-Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB				
12-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	**-993.800,00**	**-993.800,00**	**-259.227,74**	**26,08 %**

SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB
SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO ENSINO

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.504.363,00	1.504.363,00	268.038,83	17,82 %	268.038,83	17,82 %	
13.1-Com Educação Infantil	700.805,00	700.805,00	124.140,15	17,71 %	124.140,15	17,71 %	
13.2-Com Ensino Fundamental	803.558,00	803.558,00	143.898,68	17,91 %	143.898,68	17,91 %	
14-OUTRAS DESPESAS	1.000,00	1.000,00					
14.1-Com Educação Infantil							
14.2-Com Ensino Fundamental	1.000,00	1.000,00					
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	**1.505.363,00**	**1.505.363,00**	**268.038,83**	**17,81 %**	**268.038,83**	**17,81 %**	

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	VALOR
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	
16.1-FUNDEB 60%	
16.2-FUNDEB 40%	
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	
17.1-FUNDEB 60%	
17.2-FUNDEB 40%	
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	

Emissão: 23/04/2021 15:46:10
Portaria 286 de 7 de Maio de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021

RREO - Anexo 08 (LDB, art 72) **em Reais**

INDICADORES DO FUNDEB	VALOR
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	268.038,83
19.1-Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério [1] (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %	92,51
19.2-Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %	
19.3-Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2))	7,49

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	VALOR
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2020 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	174.461,15
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2021 [2]	174.461,15

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTES DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR [7] NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
22-EDUCAÇÃO INFANTIL	1.077.943,00	1.057.943,00	124.140,15	11,73 %	124.140,15	11,73 %	
22.1-Creche	700.805,00	700.805,00	124.140,15	17,71 %	124.140,15	17,71 %	
22.1.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	700.805,00	700.805,00	124.140,15	17,71 %	124.140,15	17,71 %	
22.1.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos							
22.2-Pré-escola	377.138,00	357.138,00					
22.2.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB							
22.2.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	377.138,00	357.138,00					
23-ENSINO FUNDAMENTAL	3.172.576,00	3.125.109,00	499.317,30	15,98 %	458.606,84	14,67 %	40.710,46
23.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	804.558,00	804.558,00	143.898,68	17,89 %	143.898,68	17,89 %	
23.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.368.018,00	2.320.551,00	355.418,62	15,32 %	314.708,16	13,56 %	40.710,46
24-ENSINO MÉDIO							
25-ENSINO SUPERIOR							
26-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR							
27-OUTRAS							
28-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	**4.250.519,00**	**4.183.052,00**	**623.457,45**	**14,90 %**	**582.746,99**	**13,93 %**	**40.710,46**

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
29-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	-259.227,74
30-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	
31-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	174.461,15
32-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	118.355,74
33-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO {4}	
34-CANCELAMENTO NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44 j)	
35-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34) {6}	**33.589,15**
36-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (35)) {6}	**549.157,84**
37-PERCENTUAL APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % {6} - LIMITE CONSTITUCIONAL 25% {5}	**18,38**

Emissão: 23/04/2021 15:46:10
Portaria 286 de 7 de Maio de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021

RREO - Anexo 08 (LDB, art 72) **em Reais**

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[7] (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
38-DESPESAS CUSTEADAS C/ APLIC. FINANC. DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO							
39-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO							
40-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
41-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO							
42-TOTAL OUTRAS DESP. CUSTEADAS C/RECEITAS ADIC. P/FINANC. DO ENSINO (38 + 39 + 40 + 41)							
43-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (28 + 42)	4.250.519,00	4.183.052,00	623.457,45	14,90 %	582.746,99	13,93 %	40.710,46

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2021 (j)
44-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	21.898,50	
44.1-Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	21.898,50	
44.2-Executadas com Recursos do FUNDEB		

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45-DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	190.000,37	
46-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	289.729,77	16.615,32
47-(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	269.182,64	
47.1-Orçamento do Exercício	253.643,42	
47.2-Restos a Pagar	15.539,22	
48-(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	17,08	
49-(=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	210.564,58	16.615,32
50-(+) Ajustes	46.579,01	59.496,52
50.1-(+)Retenções	46.579,01	59.496,52
50.2-(-)Valores a recuperar		
50.3-(+)Outros valores extraorçamentários		
50.4-(+)Conciliação Bancária		
51-(=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	257.143,59	76.111,84

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

1-Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

2 - Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."

3 - Caput do artigo 212 da CF/1988

4 - Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 - Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

6 - Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

7 - Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

Emissão: 23/04/2021 15:46:10
Portaria 286 de 7 de Maio de 2019.

Page 4 de 4
Homologado

ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 01 DESPESAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — Em reais

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas			Despesas Liquidadas			Despesas Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	Saldo (g) = (e - f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	Saldo (i) = (e - h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	19.961.350,43	19.961.850,43	3.227.616,42	3.227.616,42	16.734.234,01	2.353.773,12	2.353.773,12	17.608.077,31	2.042.634,33	
DESPESAS CORRENTES	16.790.579,43	16.825.931,43	3.104.832,85	3.104.832,85	13.721.098,58	2.318.664,63	2.318.664,63	14.507.266,80	2.037.316,67	
Pessoal e Encargos Sociais	9.606.142,27	9.624.893,62	1.564.059,70	1.564.059,70	8.060.833,92	1.564.059,70	1.564.059,70	8.060.833,92	1.528.056,58	
Juros e Encargos da Dívida	2.000,00	2.000,00			2.000,00			2.000,00		
Outras Despesas Correntes	7.182.437,16	7.199.037,81	1.540.773,15	1.540.773,15	5.658.264,66	754.604,93	754.604,93	6.444.432,88	509.260,09	
DESPESAS DE CAPITAL	2.253.671,00	2.218.819,00	122.783,57	122.783,57	2.096.035,43	35.108,49	35.108,49	2.183.710,51	5.317,66	
Investimentos	2.182.671,00	2.152.819,00	64.083,57	64.083,57	2.088.735,43	29.790,83	29.790,83	2.123.028,17		
Inversões Financeiras	5.000,00									
Amortização da Dívida	66.000,00	66.000,00	58.700,00	58.700,00	7.300,00	5.317,66	5.317,66	60.682,34	5.317,66	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	917.100,00	917.100,00			917.100,00			917.100,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	941.271,57	940.771,57	150.586,70	150.586,70	790.184,87	150.586,70	150.586,70	790.184,87	79.922,05	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	20.902.622,00	20.902.622,00	3.378.203,12	3.378.203,12	17.524.418,88	2.504.359,82	2.504.359,82	18.398.262,18	2.122.556,38	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	20.902.622,00	20.902.622,00	3.378.203,12	3.378.203,12	17.524.418,88	2.504.359,82	2.504.359,82	18.398.262,18	2.122.556,38	
SUPERÁVIT (XIII)							758.344,24		1.140.147,68	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	20.902.622,00	20.902.622,00	3.378.203,12	3.378.203,12	17.524.418,88	2.504.359,82	3.262.704,06	17.639.917,94	3.262.704,06	
RESERVA DO RPPS										

Emissão: 23/04/2021 15:42:16
Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2019.

Page 1 de 2
Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

Em reais

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas			Despesas Liquidadas			Despesa Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	Saldo (g) = (e - f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	Saldo (i) = (e - h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	941.271,57	940.771,57	150.586,70	150.586,70	790.184,87	150.586,70	150.586,70	790.184,87	79.922,05	
DESPESAS CORRENTES	941.271,57	940.771,57	150.586,70	150.586,70	790.184,87	150.586,70	150.586,70	790.184,87	79.922,05	
Pessoal e Encargos Sociais	918.671,57	918.171,57	150.586,70	150.586,70	767.584,87	150.586,70	150.586,70	767.584,87	79.922,05	
Juros e Encargos da Dívida										
Outras Despesas Correntes	22.600,00	22.600,00			22.600,00			22.600,00		
DESPESAS DE CAPITAL										
Investimentos										
Inversões Financeiras										
Amortização da Dívida										
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										

Emissão: 23/04/2021 15:42:16

Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2019.

Page 2 de 2

Homologado

ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 01 RECEITA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — Em reais

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	19.159.222,00	19.159.222,00	3.262.704,06	17,03	3.262.704,06	17,03	15.896.517,94
RECEITAS CORRENTES	17.791.222,00	17.791.222,00	3.123.178,78	17,55	3.123.178,78	17,55	14.668.043,22
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.568.750,00	1.568.750,00	248.741,46	15,86	248.741,46	15,86	1.320.008,54
Impostos	1.533.300,00	1.533.300,00	243.164,69	15,86	243.164,69	15,86	1.290.135,31
Taxas	35.450,00	35.450,00	5.576,77	15,73	5.576,77	15,73	29.873,23
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	115.000,00	115.000,00	53.046,71	46,13	53.046,71	46,13	61.953,29
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Soci							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação F	115.000,00	115.000,00	53.046,71	46,13	53.046,71	46,13	61.953,29
RECEITA PATRIMONIAL	58.800,00	58.800,00	225,23	0,38	225,23	0,38	58.574,77
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários	58.800,00	58.800,00	225,23	0,38	225,23	0,38	58.574,77
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão,							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	85.800,00	85.800,00	11.929,38	13,90	11.929,38	13,90	73.870,62
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Tra							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços	85.800,00	85.800,00	11.929,38	13,90	11.929,38	13,90	73.870,62
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.956.772,00	15.956.772,00	2.809.236,00	17,61	2.809.236,00	17,61	13.147.536,00
Transferências da União e de suas Entidades	9.275.372,00	9.275.372,00	1.684.087,19	18,16	1.684.087,19	18,16	7.591.284,81
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de s	5.224.400,00	5.224.400,00	835.419,04	15,99	835.419,04	15,99	4.388.980,96
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas	1.457.000,00	1.457.000,00	289.729,77	19,89	289.729,77	19,89	1.167.270,23
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identific							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.100,00	6.100,00					6.100,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	5.000,00	5.000,00					5.000,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	100,00	100,00					100,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Pú							
Demais Receitas Correntes	1.000,00	1.000,00					1.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	1.368.000,00	1.368.000,00	139.525,28	10,20	139.525,28	10,20	1.228.474,72
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	80.000,00	80.000,00	9.500,00	11,88	9.500,00	11,88	70.500,00
Alienação de Bens Móveis	80.000,00	80.000,00	9.500,00	11,88	9.500,00	11,88	70.500,00
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.288.000,00	1.288.000,00	130.025,28	10,10	130.025,28	10,10	1.157.974,72
Transferências da União e de suas Entidades	1.008.000,00	1.008.000,00					1.008.000,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de s	280.000,00	280.000,00	130.025,28	46,44	130.025,28	46,44	149.974,72
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identific							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	19.159.222,00	19.159.222,00	3.262.704,06	17,03	3.262.704,06	17,03	15.896.517,94
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
Mobiliária							
Contratual							
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	19.159.222,00	19.159.222,00	3.262.704,06	17,03	3.262.704,06	17,03	15.896.517,94
DÉFICIT (VI)[1]							
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	19.159.222,00	19.159.222,00	3.262.704,06	17,03	3.262.704,06	17,03	15.896.517,94

Emissão: 23/04/2021 15:42:16
Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — Em reais

SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais							

Emissão: 23/04/2021 15:42:16 — Page 2 de 2
Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2019 — Homologado

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 096/2021

LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO, Prefeito do Município de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Constituição Federal e demais disposições atinentes à matéria,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73 inciso I, alínea "b" e inciso II, alíneas "a" e "b" da Lei 8.666/93 e os princípios que regem a Administração Pública,

R E S O L V E

Art. 1º -Designa a servidora CHIRLEI SOUZA BARBOSA FELISBINO, para atuar como fiscal do contrato nº 017/2021, tendo como objeto: **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO EM MARKETING DIGITAL: GERENCIAMENTO DE REDE SOCIAIS, ELABORAÇÃO DE CONTEUDO, DRONE, VIDEO, FOTO, VIDEO INSTITUCIONAL, DATA COMEMORATIVA, LIVE. PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO/MT.**

Art. 2º - A servidora ora designada por esta portaria ficará com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais.

Art. 3° - Ficará a fiscal obrigada a comunicar a administração todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providências que ultrapassam a competência da fiscal deverão ser solicitadas ao gestor em tempo hábil para a adoção das medidas observadas.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 16 DE ABRIL DE 2021.

LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO

CPF/MF 022.566.881-51 – RG 16049640 SSP/MT

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO.

ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 02

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") — em Reais

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	19.961.350,43	19.961.850,43	3.227.616,42	3.227.616,42	95,54	16.734.234,01	2.353.773,12	2.353.773,12	93,99	17.608.077,31	0,00
LEGISLATIVA	924.500,00	924.500,00	0,00	0,00	0,00	924.500,00	0,00	0,00	0,00	924.500,00	0,00
Ação Legislativa	924.500,00	924.500,00	0,00	0,00	0,00	924.500,00	0,00	0,00	0,00	924.500,00	0,00
JUDICIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESSENCIAL A JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	3.381.470,00	3.385.270,00	1.024.400,43	1.024.400,43	30,32	2.360.869,57	547.366,63	547.366,63	21,86	2.837.903,37	0,00
Administração Geral	2.103.692,00	2.090.492,00	530.982,53	530.982,53	15,72	1.559.509,47	332.553,38	332.553,38	13,28	1.757.938,62	0,00
Administração Financeira	1.121.778,00	1.130.278,00	444.411,64	444.411,64	13,16	685.866,36	192.646,99	192.646,99	7,69	937.631,01	0,00
Controle Interno	131.000,00	132.000,00	20.768,26	20.768,26	0,61	111.231,74	18.479,26	18.479,26	0,74	113.520,74	0,00
Formação de Recursos Humanos	25.000,00	32.500,00	28.238,00	28.238,00	0,84	4.262,00	3.687,00	3.687,00	0,15	28.813,00	0,00
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.141.145,00	1.114.026,40	164.144,19	164.144,19	4,86	949.882,21	130.337,85	130.337,85	5,20	983.688,55	0,00
Administração Geral	853.521,00	872.190,40	139.898,60	139.898,60	4,14	732.291,80	120.523,62	120.523,62	4,81	751.666,78	0,00
Assistência ao Idoso	30.098,00	19.598,00	0,00	0,00	0,00	19.598,00	0,00	0,00	0,00	19.598,00	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	125.912,00	128.412,00	24.245,59	24.245,59	0,72	104.166,41	9.814,23	9.814,23	0,39	118.597,77	0,00
Assistência Comunitária	131.614,00	93.826,00	0,00	0,00	0,00	93.826,00	0,00	0,00	0,00	93.826,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	925.300,00	925.300,00	0,00	0,00	0,00	925.300,00	0,00	0,00	0,00	925.300,00	0,00
Administração Geral	225.300,00	225.300,00	0,00	0,00	0,00	225.300,00	0,00	0,00	0,00	225.300,00	0,00
Previdência do Regime Estatutário	700.000,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00	700.000,00	0,00
SAÚDE	4.097.746,43	4.153.444,94	951.552,70	951.552,70	28,17	3.201.892,24	777.440,09	777.440,09	31,04	3.376.004,85	0,00
Administração Geral	1.178.371,49	1.167.499,54	310.086,17	310.086,17	9,18	857.413,37	267.313,54	267.313,54	10,67	900.186,00	0,00
Atenção Básica	2.310.802,00	2.361.372,46	488.992,44	488.992,44	14,47	1.872.380,02	419.206,88	419.206,88	16,74	1.942.165,58	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	273.546,00	273.546,00	75.320,85	75.320,85	2,23	198.225,15	14.824,43	14.824,43	0,59	258.721,57	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	157.230,94	173.230,94	58.265,26	58.265,26	1,72	114.965,68	57.207,26	57.207,26	2,28	116.023,68	0,00
Vigilância Sanitária	50.566,00	50.566,00	0,00	0,00	0,00	50.566,00	0,00	0,00	0,00	50.566,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	127.230,00	127.230,00	18.887,98	18.887,98	0,56	108.342,02	18.887,98	18.887,98	0,75	108.342,02	0,00
TRABALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	4.153.484,00	4.086.017,00	567.491,79	567.491,79	16,80	3.518.525,21	526.781,33	526.781,33	21,03	3.559.235,67	0,00
Administração Geral	231.681,00	223.236,00	29.690,53	29.690,53	0,88	193.545,47	20.013,08	20.013,08	0,80	203.222,92	0,00
Ensino Fundamental	2.225.805,00	2.187.283,00	310.074,41	310.074,41	9,18	1.877.208,59	279.416,40	279.416,40	11,16	1.907.866,60	0,00
Educação Infantil	1.669.258,00	1.648.758,00	227.726,85	227.726,85	6,74	1.421.031,15	227.351,85	227.351,85	9,08	1.421.406,15	0,00
Educação de Jovens e Adultos	26.740,00	26.740,00	0,00	0,00	0,00	26.740,00	0,00	0,00	0,00	26.740,00	0,00
CULTURA	186.376,00	186.376,00	11.907,09	11.907,09	0,35	174.468,91	11.395,74	11.395,74	0,46	174.980,26	0,00
Administração Geral	127.338,00	127.338,00	11.907,09	11.907,09	0,35	115.430,91	11.395,74	11.395,74	0,46	115.942,26	0,00
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	11.576,00	11.576,00	0,00	0,00	0,00	11.576,00	0,00	0,00	0,00	11.576,00	0,00
Difusão Cultural	47.462,00	47.462,00	0,00	0,00	0,00	47.462,00	0,00	0,00	0,00	47.462,00	0,00
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
URBANISMO	1.541.288,00	1.524.288,00	139.166,87	139.166,87	4,12	1.385.121,13	135.075,18	135.075,18	5,39	1.389.212,82	0,00
Administração Geral	965.500,00	951.000,00	82.215,37	82.215,37	2,43	868.784,63	81.863,68	81.863,68	3,27	869.136,32	0,00
Infra-Estrutura Urbana	184.043,00	184.043,00	0,00	0,00	0,00	184.043,00	0,00	0,00	0,00	184.043,00	0,00

Emissão: 23/04/2021 15:43:42
Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2019.

Page 1 de 4
Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") em Reais

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
Serviços Urbanos	391.745,00	389.245,00	56.951,50	56.951,50	1,69	332.293,50	53.211,50	53.211,50	2,12	336.033,50	0,00
HABITAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO	227.000,00	276.500,00	149.464,13	149.464,13	4,42	127.035,87	75.219,41	75.219,41	3,00	201.280,59	0,00
Administração Geral	92.000,00	95.000,00	39.330,13	39.330,13	1,16	55.669,87	35.515,13	35.515,13	1,42	59.484,87	0,00
Saneamento Básico Urbano	135.000,00	181.500,00	110.134,00	110.134,00	3,26	71.366,00	39.704,28	39.704,28	1,59	141.795,72	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	119.261,00	120.859,00	27.426,29	27.426,29	0,81	93.432,71	27.003,44	27.003,44	1,08	93.855,56	0,00
Administração Geral	110.000,00	111.598,00	27.426,29	27.426,29	0,81	84.171,71	27.003,44	27.003,44	1,08	84.594,56	0,00
Recuperação de Áreas Degradadas	9.261,00	9.261,00	0,00	0,00	0,00	9.261,00	0,00	0,00	0,00	9.261,00	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	696.000,00	701.434,09	64.240,05	64.240,05	1,90	637.194,04	31.263,42	31.263,42	1,25	670.170,67	0,00
Administração Geral	285.000,00	276.450,00	34.190,96	34.190,96	1,01	242.259,04	27.601,96	27.601,96	1,10	248.848,04	0,00
Promoção da Produção Agropecuária	411.000,00	424.984,09	30.049,09	30.049,09	0,89	394.935,00	3.661,46	3.661,46	0,15	421.322,63	0,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDUSTRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00
Turismo	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	560.000,00	560.000,00	30.334,99	30.334,99	0,90	529.665,01	20.901,99	20.901,99	0,83	539.098,01	0,00
Energia Elétrica	560.000,00	560.000,00	30.334,99	30.334,99	0,90	529.665,01	20.901,99	20.901,99	0,83	539.098,01	0,00
TRANSPORTES	776.945,00	770.000,00	82.555,13	82.555,13	2,44	687.444,87	61.055,28	61.055,28	2,44	708.944,72	0,00
Administração Geral	6.945,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	770.000,00	770.000,00	82.555,13	82.555,13	2,44	687.444,87	61.055,28	61.055,28	2,44	708.944,72	0,00
DESPORTO E LAZER	273.735,00	276.735,00	14.932,76	14.932,76	0,44	261.802,24	9.932,76	9.932,76	0,40	266.802,24	0,00
Administração Geral	156.371,00	159.371,00	14.282,76	14.282,76	0,42	145.088,24	9.282,76	9.282,76	0,37	150.088,24	0,00
Desporto Comunitário	107.364,00	107.364,00	650,00	650,00	0,02	106.714,00	650,00	650,00	0,03	106.714,00	0,00
Lazer	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	917.100,00	917.100,00	0,00	0,00	0,00	917.100,00	0,00	0,00	0,00	917.100,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	941.271,57	940.771,57	150.586,70	150.586,70	4,46	790.184,87	150.586,70	150.586,70	6,01	790.184,87	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	20.902.622,00	20.902.622,00	3.378.203,12	3.378.203,12	100,00	17.524.418,88	2.504.359,82	2.504.359,82	100,00	18.398.262,18	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/III b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/III d)		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	941.271,57	940.771,57	150.586,70	150.586,70	4,46	790.184,87	150.586,70	150.586,70	6,01	790.184,87	0,00
LEGISLATIVA	15.500,00	15.500,00	0,00	0,00	0,00	15.500,00	0,00	0,00	0,00	15.500,00	0,00
Ação Legislativa	15.500,00	15.500,00	0,00	0,00	0,00	15.500,00	0,00	0,00	0,00	15.500,00	0,00
JUDICIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESSENCIAL A JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	244.397,00	243.897,00	33.991,32	33.991,32	1,01	209.905,68	33.991,32	33.991,32	1,36	209.905,68	0,00
Administração Geral	113.600,00	113.100,00	13.654,07	13.654,07	0,40	99.445,93	13.654,07	13.654,07	0,55	99.445,93	0,00
Administração Financeira	106.797,00	106.797,00	16.465,41	16.465,41	0,49	90.331,59	16.465,41	16.465,41	0,66	90.331,59	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") em Reais

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/III b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/III d)		
Controle Interno	24.000,00	24.000,00	3.871,84	3.871,84	0,11	20.128,16	3.871,84	3.871,84	0,15	20.128,16	0,00
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	40.500,00	40.500,00	9.775,59	9.775,59	0,29	30.724,41	9.775,59	9.775,59	0,39	30.724,41	0,00
Administração Geral	40.000,00	40.000,00	9.775,59	9.775,59	0,29	30.224,41	9.775,59	9.775,59	0,39	30.224,41	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
Administração Geral	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
SAÚDE	225.424,57	225.424,57	38.326,33	38.326,33	1,13	187.098,24	38.326,33	38.326,33	1,53	187.098,24	0,00
Administração Geral	78.573,51	78.573,51	19.085,19	19.085,19	0,56	59.488,32	19.085,19	19.085,19	0,76	59.488,32	0,00
Atenção Básica	118.200,00	118.200,00	17.541,23	17.541,23	0,52	100.658,77	17.541,23	17.541,23	0,70	100.658,77	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	7.151,06	7.151,06	876,25	876,25	0,03	6.274,81	876,25	876,25	0,03	6.274,81	0,00
Vigilância Sanitária	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	14.000,00	14.000,00	823,66	823,66	0,02	13.176,34	823,66	823,66	0,03	13.176,34	0,00
TRABALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	326.950,00	326.950,00	55.965,66	55.965,66	1,66	270.984,34	55.965,66	55.965,66	2,23	270.984,34	0,00
Administração Geral	16.000,00	16.000,00	939,87	939,87	0,03	15.060,13	939,87	939,87	0,04	15.060,13	0,00
Ensino Fundamental	162.350,00	162.350,00	28.739,09	28.739,09	0,85	133.610,91	28.739,09	28.739,09	1,15	133.610,91	0,00
Educação Infantil	148.600,00	148.600,00	26.286,70	26.286,70	0,78	122.313,30	26.286,70	26.286,70	1,05	122.313,30	0,00
CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
URBANISMO	79.000,00	79.000,00	12.527,80	12.527,80	0,37	66.472,20	12.527,80	12.527,80	0,50	66.472,20	0,00
Administração Geral	54.000,00	54.000,00	12.527,80	12.527,80	0,37	41.472,20	12.527,80	12.527,80	0,50	41.472,20	0,00
Serviços Urbanos	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00
HABITAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00
Administração Geral	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDUSTRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSPORTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPORTO E LAZER	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00
Administração Geral	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Emissão: 23/04/2021 15:43:42

Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") em Reais

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/III b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/III d)		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**941.271,57**	**940.771,57**	**150.586,70**	**150.586,70**	**4,46**	**790.184,87**	**150.586,70**	**150.586,70**	**6,01**	**790.184,87**	**0,00**

Emissão: 23/04/2021 15:43:42
Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2019.

Page 4 de 4
Homologado

ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 03

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2020 A FEVEREIRO/2021

RREO – ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso **I**)

Em reais

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2021
	MAR/20	ABR/20	MAI/20	JUN/20	JUL/20	AGO/20	SET/20	OUT/20	NOV/20	DEZ/20	JAN/21	FEV/21		
RECEITAS CORRENTES (I)											1.842.997,31	1.827.974,75	3.670.972,06	20.238.022,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria											124.579,61	124.161,85	248.741,46	1.568.750,00
IPTU											5.156,53	3.249,78	8.406,31	74.400,00
ISS											5.910,85	5.091,68	11.002,53	207.900,00
ITBI											30.457,90	61.297,77	91.755,67	720.000,00
IRRF											79.251,22	52.731,06	131.982,28	503.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria											3.803,11	1.791,56	5.594,67	63.450,00
Contribuições											24.477,97	28.568,74	53.046,71	115.000,00
Receita Patrimonial											113,92	111,31	225,23	58.800,00
Rendimentos de Aplicação Financeira											113,92	111,31	225,23	58.800,00
Outras Receitas Patrimoniais														
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita Serviços											6.724,62	5.204,76	11.929,38	85.800,00
Transferências Correntes											1.687.101,19	1.669.928,09	3.357.029,28	18.403.572,00
Cota Parte do FPM											729.114,51	955.684,27	1.684.798,78	7.579.000,00
Cota Parte do ICMS											451.094,79	366.787,45	817.882,24	4.100.000,00
Cota Parte do IPVA											9.245,51	9.683,84	18.929,35	200.000,00
Cota Parte do ITR											208.974,00	8.383,14	217.357,14	960.000,00
Transferência da LC 87/1966														
Transferência LC 61/1989											3.126,36	2.693,82	5.820,18	20.000,00
Transferências FUNDEB											150.950,10	138.779,67	289.729,77	1.457.000,00
Outras Transferências Correntes											134.595,92	187.915,90	322.511,82	4.087.572,00
Outras Receitas Correntes														6.100,00
DEDUÇÕES (II)	192.679,78	161.209,72	158.710,86	155.707,72	158.943,96	161.049,64	175.548,71	278.381,31	290.016,47	290.758,02	279.685,64	268.107,64	2.570.799,47	2.446.800,00
Contrib. Servidor para o Plano de Previdência														
Comp. Financeira entre Regimes de Previdência														
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	192.679,78	161.209,72	158.710,86	155.707,72	158.943,96	161.049,64	175.548,71	278.381,31	290.016,47	290.758,02	279.685,64	268.107,64	2.570.799,47	2.446.800,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**-192.679,78**	**-161.209,72**	**-158.710,86**	**-155.707,72**	**-158.943,96**	**-161.049,64**	**-175.548,71**	**-278.381,31**	**-290.016,47**	**-290.758,02**	**1.563.311,67**	**1.559.867,11**	**1.100.172,59**	**17.791.222,00**
Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)(CF) (IV)	**-192.679,78**	**-161.209,72**	**-158.710,86**	**-155.707,72**	**-158.943,96**	**-161.049,64**	**-175.548,71**	**-278.381,31**	**-290.016,47**	**-290.758,02**	**1.563.311,67**	**1.559.867,11**	**1.100.172,59**	**17.791.222,00**
Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)IV)														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)V)	**-192.679,78**	**-161.209,72**	**-158.710,86**	**-155.707,72**	**-158.943,96**	**-161.049,64**	**-175.548,71**	**-278.381,31**	**-290.016,47**	**-290.758,02**	**1.563.311,67**	**1.559.867,11**	**1.100.172,59**	**17.791.222,00**

Emissão: 23/04/2021 15:44:14
Portaria Nº 286, de 7 de Maio de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2020 A FEVEREIRO/2021

RREO – ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I) — Em reais

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2021
	MAR/20	ABR/20	MAI/20	JUN/20	JUL/20	AGO/20	SET/20	OUT/20	NOV/20	DEZ/20	JAN/21	FEV/21		

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 097/2021

SÚMULA: DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NÍVEL E CLASSE DE SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO - MT.

O SENHOR PREFEITO DO MUNICIPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, **LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO** NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

R E S O L V E N D O

Art. 1º - Fica concedida elevação de Nível e Classe, aos seguintes servidores:

MATRICULA	NOME	CARGO	NÍVEL	CLASSE
92	ELICIE MOREIRA E SILVA	AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS	7	B
265	ANDREIA DOS REIS MONTEIRO	AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS	-	D
69	MOISES CARVALHO RODRIGUES	OPERADOR DE MAQUINA PESADA	9	D
70	NELSON SOUZA DOS SANTOS	OPERADOR DE MAQUINA PESADA	9	C
400	MARCIA VALDIRENE CASO DE SOUZA	ASSISTENTE SOCIAL	5	-
136	VANELES TAVARES DE LIMA FERREIRA	MERENDEIRA	7	-
356	VANDERLEI LEAL DE SOUZA	GESTOR DE TRIBUTOS MUNICIPAL	5	C

Art. 2º A elevação de Nível do servidor de que esta portaria observa o que lhes são assegurados pela Lei Complementar N° 011 de 12 de Dezembro de 2011.

Art.3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 19 DE ABRIL DE 2021.

Registrado e Publicado na data supra, na forma da lei.

LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO

CPF/MF 022.566.881-51 – RG 16049640 SSP/MT

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 06

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) — Em reais

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até FEVEREIRO / 2021
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (I)	17.791.222,00	3.123.178,78
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.568.750,00	248.741,46
IPTU	74.400,00	8.406,31
ISS	207.900,00	11.002,53
ITBI	720.000,00	91.755,67
IRRF	503.000,00	131.982,28
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	63.450,00	5.594,67
Contribuições	115.000,00	53.046,71
Receita Patrimonial	58.800,00	225,23
Aplicações Financeiras (II)	58.800,00	225,23
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	15.956.772,00	2.809.236,00
Cota-parte do FPM	6.184.200,00	1.347.839,07
Cota-parte do ICMS	3.280.000,00	654.305,83
Cota-parte do IPVA	160.000,00	15.143,60
Cota Parte do ITR	768.000,00	173.885,73
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	20.000,00	5.820,18
Transferências do FUNDEB	1.457.000,00	289.729,77
Outras Transferências Correntes	4.087.572,00	322.511,82
Demais Receitas Correntes	91.900,00	11.929,38
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	91.900,00	11.929,38
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = ((I) - (II + III))	17.732.422,00	3.122.953,55
RECEITAS DE CAPITAL (V)	1.368.000,00	139.525,28
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	80.000,00	9.500,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	80.000,00	9.500,00
Transferências de Capital	1.288.000,00	130.025,28
Convênios	1.048.000,00	130.025,28
Outras Transferências de Capital	240.000,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = ((V) - (VI + VII + VIII + IX + X))	1.368.000,00	139.525,28
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	**19.100.422,00**	**3.262.478,83**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até FEVEREIRO / 2021					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	16.825.931,43	3.104.832,85	2.318.664,63	2.037.316,67	482.386,56	23.018,39	23.018,39
Pessoal e Encargos Sociais	9.624.893,62	1.564.059,70	1.564.059,70	1.528.056,58	375.994,36	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	7.199.037,81	1.540.773,15	754.604,93	509.260,09	106.392,20	23.018,39	23.018,39
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	6.848.409,76	1.442.510,15	739.170,81	493.825,97	102.692,20	23.018,39	23.018,39
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	16.823.931,43	3.104.832,85	2.318.664,63	2.037.316,67	482.386,56	23.018,39	23.018,39
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	2.218.819,00	122.783,57	35.108,49	5.317,66	0,00	0,00	0,00
Investimentos	2.152.819,00	64.083,57	29.790,83	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	66.000,00	58.700,00	5.317,66	5.317,66	0,00	0,00	0,00
DESP. PRIM. DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	2.152.819,00	64.083,57	29.790,83	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	917.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	**19.893.850,43**	**3.168.916,42**	**2.348.455,46**	**2.037.316,67**	**482.386,56**	**23.018,39**	**23.018,39**

RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]	**719.757,21**

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada - Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	**0,00**

Emissão: 23/04/2021 às 15:45
Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) — Em reais

JUROS NOMINAIS	Até FEVEREIRO / 2021
	VALOR INCORRIDO
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS ATIVOS (XXV)	225,23
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS PASSIVO (XXVI)	0,00

RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	**719.982,44**

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	**0,00**

ABAIXO DA LINHA		
CALCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez / 2020 (a)	Até FEVEREIRO / 2021) (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	252.316,44	252.316,44
DEDUÇÕES (XXIX)	17.071,58	1.025.709,21
Disponibilidade de Caixa	16.849,61	1.025.709,21
Disponibilidade de Caixa Bruta	712.798,48	1.164.166,15
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	695.948,87	138.456,94
Demais Haveres Financeiros	221,97	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	235.244,86	-773.392,77
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		**1.008.637,63**

AJUSTE METODOLÓGICO	Até FEVEREIRO / 2021)
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	557.491,93
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	252.316,44
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC(XXXVI)	0,00
AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV -) XXXVI	**703.462,14**

RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI)	**703.236,91**

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 07

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – Anexo 07 (LRF, art. 53, inciso V) — em Reais

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i - j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro 2020				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro 2020					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	43.939,92	576.903,58	482.386,56		138.456,94	34.875,39	21.198,86	23.018,39	23.018,39		33.055,86	171.512,80
EXECUTIVO	43.939,92	576.903,58	482.386,56		138.456,94	34.875,39	21.198,86	23.018,39	23.018,39		33.055,86	171.512,80
GABINETE DO PREFEITO	3.000,00	327,00	327,00		3.000,00							3.000,00
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	2.646,47	88.710,75	57.286,45		34.070,77		1.600,00	800,00	800,00		800,00	34.870,77
SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA	800,00	563,99	563,99		800,00							800,00
SECRETARIA MUN. DE EDUCACAO	28.648,89	115.371,29	106.471,29		37.548,89	2.046,10					2.046,10	39.594,99
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA		24.433,16	24.433,16			27.851,11		3.919,53	3.919,53		23.931,58	23.931,58
SECRETARIA MUN. INFRAESTRUTURA, OBRAS E SERV URBAN	2.971,06	51.774,97	19.605,67		35.140,36	664,00					664,00	35.804,36
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	1.478,38	6.093,73	6.093,73		1.478,38	1.309,99	650,00	650,00	650,00		1.309,99	2.788,37
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	3.616,00	289.628,69	267.599,21		25.645,48	3.004,19	18.948,86	17.648,86	17.648,86		4.304,19	29.949,67
SECRETARIA MUN TURISMO, ESPORTE E LAZER	779,12		6,06		773,06							773,06
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		75.105,37	75.105,37									
TOTAL (III) = (I + II)	**43.939,92**	**652.008,95**	**557.491,93**		**138.456,94**	**34.875,39**	**21.198,86**	**23.018,39**	**23.018,39**		**33.055,86**	**171.512,80**

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i - j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)		75.105,37	75.105,37									
EXECUTIVO		75.105,37	75.105,37									
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO		9.083,74	9.083,74									
SECRETARIA MUN. DE EDUCACAO		29.315,75	29.315,75									
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA		7.579,93	7.579,93									
SECRETARIA MUN. INFRAESTRUTURA, OBRAS E SERV URBAN		4.587,79	4.587,79									
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		4.820,77	4.820,77									
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE		19.717,39	19.717,39									

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – Anexo 07 (LRF, art. 53, inciso V) em Reais
Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

ASSESSORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO REPUBLICADA POR TER SIDO PUBLICADA COM INCORREÇÃO ORIGINAL NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS – MATO GROSSO DE 26.04.2021. LEI N° 1.315/2021

Republicada por ter sido publicada com incorreção original no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios – Mato Grosso de 26.04.2021.

LEI N° 1.315/2021

''DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, SEM AUMENTO DE DESPESAS E EM CONFORMIDADE COM O ACÓRDAO Nº 117/2020-TP (PROCESSO Nº 13.244-6/2019) EXARADO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS''

FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA, Prefeita do Município de Santo Antônio de Leverger - MT, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei. Faz saber que a Câmara Municipal, aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A organização da Unidade de Controle Interno - UCI do Poder Executivo do Município de Santo Antônio de Leverger, Estado de Mato Grosso, fica estabelecida na forma desta Lei, nos termos que dispõe o artigo 107 da Lei Orgânica do Município e as disposições da Lei Municipal nº 973/GP/2007.

TÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 2º A estrutura organizacional básica da Unidade de Controle Interno - UCI do Poder Executivo do Município de Santo Antônio de Leverger, Estado de Mato Grosso, fica estabelecida da seguinte forma:

I – Nível de direção superior:

a) Controlador Geral;

b) Subcontrolador.

II – Nível de assessoramento:

a) Assessoria Técnica – Auditor Interno.

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DA FUNÇÃO E DO PROVIMENTO DOS CARGOS

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO DA FUNÇÃO

Art. 3º A Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger, Estado do Mato Grosso, tem na Unidade de Controle Interno - UCI- órgão do primeiro grau divisional da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal, diretamente ligada ao Chefe do Poder Executivo, com o suporte necessário de recursos humanos e materiais.

Art. 4º A Unidade de Controle Interno - UCI, além de desempenhar as ações elencadas no artigo 5º da Lei Municipal nº 973/GP/2007, que instituiu o Sistema de Controle Interno do Município, compete assessorar o Chefe do Poder Executivo na avaliação:

I – Do cumprimento e a execução das metas previstas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual;

II – Da legalidade, legitimidade e os resultados quanto à economicidade, eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira, operacional e patrimonial das unidades que compõem a estrutura do município.

Art. 5º O Controlador Geral será o titular das funções da Unidade de Controle Interno – UCI, sendo-lhe asseguradas a mesmas garantias e prerrogativas de Secretário Municipal.

Art. 6º Ao Subcontrolador compete atuar diretamente no auxílio ao desempenho das ações afetas ao Controlador Geral e supervisionar o desempenho das atividades administrativas da Unidade de Controle Interno - UCI, substituindo eventualmente o Titular da Pasta em suas ausências e impedimentos.

Art. 7º Os trabalhos realizados pela Unidade de Controle Interno e demais serão consignados em relatórios contendo as observações e constatações feitas, bem como o parecer conclusivo e sintético sobre as falhas identificadas, deficiências e áreas críticas que mereçam atenção especial e outras questões relevantes.

Parágrafo Único. Quando verificado que determinado ato foi praticado sem observância à legislação em vigor ou comprovada qualquer outra irregularidade, o relatório de auditoria concluirá pela recomendação quanto a procedimentos a serem adotados, e se for o caso, indicando a responsabilização administrativa, civil e/ou criminal, solicitando inclusive apresentação de justificativas, recolhimento de valores, abertura de processo disciplinar e, se for necessário, solicitação para instauração de tomadas de contas especiais.

Art. 8º A Unidade de Controle Interno - UCI contará com o apoio das Unidades Executoras do Sistema de Controle Interno, que além de desempenharem as ações de suas responsabilidades previstas no artigo 6º da Lei Municipal nº 973/GP/2007, têm por atribuição dar suporte às atividades a cargo da Unidade de Controle Interno - UCI do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. A Unidade de Controle Interno - UCI poderá contar, ainda, com o apoio de outros órgãos da estrutura organizacional do Poder Executivo Municipal.

Art. 9º A Unidade de Controle Interno - UCI terá acesso a todas as informações, todos os documentos e outros elementos inerentes ao exercício de suas atribuições.

Parágrafo Único. Quando a documentação ou informação prevista no *caput* deste artigo envolver assuntos de caráter sigiloso, a Unidade de Controle Interno - UCI do Poder Executivo Municipal deverá dispensar tratamento especial de acordo com o estabelecido pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 10. Na falta de norma regulamentadora municipal, no tocante aos preceitos relativos ao controle interno e às normas de auditoria interna, não suprida por Instrução Normativa editada pelo Órgão Central do Sistema de Controle Interno Municipal, adotar-se-á subsidiariamente, conforme o caso e no interesse da Administração, os procedimentos previstos na legislação estadual ou federal.

CAPÍTULO II

DO PROVIMENTO DE CARGOS

Art. 11. A estrutura organizacional da Unidade de Controle Interno – UCI será composta pelos cargos descritos no Anexo I e II desta Lei.

Art. 12. Os cargos de Controlador Geral e Subcontrolador são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo e serão exercidos por servidores efetivos pertencentes à carreira de Auditor Interno, os quais deverão demonstrar conhecimento sobre matéria orçamentária, financeira, contábil, jurídica ou de administração pública, compatível com o cargo exercido, além de dominar os conceitos relacionados ao controle interno e à atividade de auditoria.

Parágrafo único. Os subsídios dos Auditores Internos ocupantes dos respectivos cargos comissionados serão acrescidos dos percentuais estabelecidos no Anexo I, calculados sobre o subsídio correspondente a classe e nível em que se encontra posicionado no seu cargo, enquanto investido no cargo comissionado, conforme Anexo III.

Art. 13. O Quadro de Pessoal Permanente da Unidade de Controle Interno – UCI será composto por 2 (dois) cargos efetivos de Auditor Interno, conforme Anexo II, com carga horária de trinta horas semanais, a serem preenchidas mediante concurso público entre candidatos detentores de título de graduação em Ciências Contábeis, Economia, Administração, Direito, Engenharia Civil ou Ciências da Computação.

Parágrafo Único. Em caso de vacância, até o provimento dos respectivos cargos, mediante concurso público, os recursos humanos necessários à execução das tarefas de competência da Unidade Central de Controle Interno - UCCI do Poder Executivo Municipal serão recrutados do quadro efetivo da Prefeitura Municipal, em número máximo de dois, desde que preencham as qualificações para o exercício da função.

Art. 14. Observadas as responsabilidades dispostas no artigo 5º da Lei Municipal nº 973/GP/2007, são atribuições do cargo de Auditor Interno o desempenho das seguintes atividades:

I – Avaliar os controles para determinar se estes oferecem segurança de que os objetivos da organização serão alcançados de forma econômica e eficiente;

II – Realizar auditoria, fiscalizar e emitir relatórios sobre a gestão dos administradores públicos;

III – Apurar os atos ou fatos inquinados de ilegais ou de irregulares, inclusive os decorrentes de denúncias, praticados por agentes públicos ou privados, na utilização de recursos públicos e, quando for o caso, recomendar às autoridades competentes as providências cabíveis;

IV – Realizar auditorias ordinárias e especiais nos Órgãos e Entidades da Administração Direta do Município, emitindo o respectivo Relatório de Auditoria;

V – Verificar o controle e utilização dos bens e valores sob uso e guarda de qualquer pessoa física ou entidade que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre qualquer conta do patrimônio público ou pelas quais responda ou, ainda, que em seu nome assuma obrigações de natureza pecuniária;

VI – Avaliar os resultados alcançados pelos administradores, em face da finalidade e dos objetivos dos órgãos ou entidades que dirigem, sem prejuízo de outros controles a que porventura estejam submetidos;

VII – Fiscalizar o processo de arrecadação de receitas tributárias e não-tributárias bem como a regularidade na realização da despesa pública;

VIII – Fiscalizar a guarda e a aplicação dos recursos extra-orçamentários;

IX – Recomendar a inscrição em responsabilidade nos casos em que constatado, em Relatório de Auditoria, que determinado ato tenha dado causa a prejuízo ou lesão ao erário;

X – Realizar auditorias nos contratos de financiamentos em que os Órgãos ou Entidades da Administração Direta sejam partes, como concedentes ou beneficiárias, inclusive as exigidas pelas instituições financiadoras;

XI – Executar a programação de auditorias contábil, financeira, orçamentária, operacional, patrimonial, de atos de pessoal, de gestão e de sistemas informatizados;

XI – Avaliar a eficiência, a eficácia e a economicidade dos equipamentos e medicamentos adquiridos e das obras executadas;

XII – Manifestar-se acerca de projetos ou atividades a serem desenvolvidos pelo Município, dando imediato e direto conhecimento ao Ordenador da Despesa e ao Tribunal de Contas se a alternativa não for a mais econômica;

XIII – Propor a edição de normas ou a alteração de procedimentos que visem à melhoria dos serviços e controles, tornando-os mais eficazes por meio da eliminação de retrabalhos e de outras tarefas que não contribuem para a segurança das informações.

TÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15. Aplicar-se-á, como fonte subsidiária a esta Lei municipal, o Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger-MT.

Art. 16. As despesas da Unidade de Controle Interno – UCI correrão à conta do orçamento fiscal do Município.

Art. 17. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o art. 8º da Lei Municipal nº 973/GP/2007 alterado pelo artigo 10 da Lei Municipal nº 1.204/GP/2016.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros nos prazos definidos no Anexo III desta Lei, em atenção ao disposto na Lei Complementar nº 173/2020, de 17 de maio de 2020.

Paço Municipal Marechal Rondon, Santo Antônio de Leverger, em 22 de Abril de 2021.

FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA

Prefeita Municipal

ANEXO I QUADRO ESPECÍFICO DE CARGOS EM COMISSÃO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO – UCI

CARGOS	Nº DE CARGOS	PERCENTUAL A SER APLICADO SOBRE A TABELA DO ANEXO III
Controlador Geral do Município	01	60%
Subcontrolador	01	50%

ANEXO II QUADRO ESPECÍFICO DE CARGOS EFETIVOS DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO – UCI

CARGO	Nº DE CARGOS	CARGA HORÁRIA
Auditor Interno	02	30 HORAS

ANEXO IIi TABELA DE REMUNERAÇÃO ATRIBUÍDA AO CARGO EFETIVO DE AUDITOR INTERNO

Efeito financeiro atual 2021

NÍVEL SUPERIOR – AUDITOR INTERNO				
Referência/ Classe	A (R$)	B (R$)	C (R$)	D (R$)
1	5.999,75	8.063,16	10.836,22	14.562,97
2	6.179,74	8.305,06	11.161,30	14.999,86
3	6.365,13	8.554,21	11.496,14	15.449,85
4	6.556,09	8.810,84	11.841,03	15.913,35
5	6.752,77	9.075,16	12.196,26	16.390,75
6	6.955,35	9.347,42	12.562,14	16.882,47
7	7.164,02	9.627,84	12.939,01	17.388,95
8	7.378,94	9.916,67	13.327,18	17.910,61
9	7.600,30	10.214,17	13.726,99	18.447,93
10	7.828,31	10.520,60	14.138,80	19.001,37

Efeito financeiro a partir de 01.01.2022

NÍVEL SUPERIOR - AUDITOR INTERNO				
Referência/ Classe	A (R$)	B (R$)	C (R$)	D (R$)
1	7.000,00	9.407,41	12.642,78	16.990,84
2	7.210,00	9.689,64	13.022,06	17.500,56
3	7.426,30	9.980,33	13.412,72	18.025,58
4	7.649,09	10.279,74	13.815,11	18.566,35
5	7.878,56	10.588,13	14.229,56	19.123,34
6	8.114,92	10.905,77	14.656,45	19.697,04
7	8.358,37	11.232,95	15.096,14	20.287,95
8	8.609,12	11.569,93	15.549,02	20.896,59
9	8.867,39	11.917,03	16.015,49	21.523,48
10	9.133,41	12.274,54	16.495,96	22.169,19

EXTRATO DO TERMO DE DISTRATO CONTRATO N.º 052/2020.

EXTRATO DO TERMO DE DISTRATO CONTRATO N.º 052/2020.

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leverger, por meio da senhora Prefeita Municipal **FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA**torna-se públicoo Termo de Distrato do Contrato 052/2020, firmado entre as partes em23 de setembro 2020,**VIGA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº36.969.897/0001-03,com sede naAV Fernando Correa da Costa, N 3577, sala 4-B, bairro: Boa Esperança, Cuiabá-MT.

As partes concordam que, a partir desta data não haverá qualquer obrigação entre elas. E por estarem ajustados, assinam o presente Termo, em 02(duas) vias de igual teor e forma, nas presenças de duas testemunhas.

Santo Antônio de Leverger–MT,26 de Abrilde 2021.

Francieli Magalhães de Arruda

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 217/2021.

DE: 26 DE ABRIL DE 2021.

ALTERA-SE PORTARIA 215/2021 DE 22 DE ABRIL DE 2021 QUE PRORROGA O PRAZO CONCEDIDO PELA PORTARIA 063/2021 DE 04 DE JANEIRO DE 2021 QUE NOMEIA A SERVIDORA PÚBLICA Sr.ª **MARIA LUZIANA DA SILVA, PARA O CARGO DE CONSELHEIRA TUTELAR SUPLENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE;

ONDE-SE LE

Artigo 1º - PRORROGA-SE o prazo concedido pela portaria 063/2021 de 04 de janeiro de 2021 a Sr.ª **MARIA LUZIANA DA SILVA**, eleita no Processo Eletivo sob nº 003/2019, perdurando durante a vigência do mesmo.

LEIA-SE

Artigo 1º - TORNA-SE Conselheira Titular a servidora Sr.ª **MARIA LUZIANA DA SILVA, eleita no Processo Eletivo sob nº 003/2019.**

Artigo 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 26 DE ABRIL DE 2021

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

LICITAÇÃO
QUINTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 049/2020

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: Município de Santo Antônio do Leste-MT, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.217.362/0001-90, com sede na Rua A, nº 367, Bairro

Jardim Santa Inês, situado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT, neste ato representado por seu Prefeito o Sr. José Arimateia vieira Alves, brasileiro, casado, portador do RG n.º 14428342-SSP/MT e do CPF n.º 867. 715.741-72, residente e domiciliado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT;

CONTRATADA: A S CONSTRUTORA LTDA, inscrito no CNPJ sob o n.º 22.618.893/0001-76, com sede na Rua Manoel Pereira Brito, s/nº, quadra 37, lote 12, Setor Cristino Cortes, situado na cidade de Barra do Garças, neste ato representado por seu sócio proprietário o Sr. Aloisio Alves de Souza, brasileiro, portador da CNH n.º 00275726726 – DETRAN/MT e do CPF n.º 284.2241.071-87, denominada simplesmente CONTRATADA.

Resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 049/2020 de 20/10/2020 sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transição, mediante as cláusula e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a suplementação de serviços a serem trabalhadas do Contrato original de nº 049/2020, à CLÁUSULA SEXTA ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇOES

Fica acrescentado à CLÁUSULA SEXTA – **Do Valor – fica acrescentado o valor de R$ 42.997,99(quarenta e dois mil novecentos e noventa sete e noventa e nove centavos) referente a execução de obras de urbanização do canteiro central na Av. Goiás.**

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato original, justifica-se pela necessidade do acréscimo de valor devido o erro no quantitativo. Este aditivo encontra amparo legal no artigo 65 da Lei 8.666, de 21 de novembro de 1.993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito.

Santo Antônio do Leste - MT, 23 de abril de 2021.

PELA CONTRATANTE:

josé de arimateia vieira alves

PREFEITO MUNICIPAL

PELO CONTRATADO:

A S CONSTRUTORA LTDA

CNPJ: 22.618.893/0001-76

LICITAÇÃO
ATA DE JULGAMENTO - PREGÃO PRESENCIAL N° 010/2021.

ATA DE JULGAMENTO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N° 010/2021.

Às 08:00 horas do dia 26 de abril de 2021, estiveram reunidos na Escola Municipal Domingos Azzolini, localizada na rua Domingos Azzolini, nº 703, Centro de Santo Antônio do Leste – MT, o Pregoeiro Oficial e sua Equipe de Apoio respectivamente, Sr. Eriks Matos da Silva - Pregoeiro, Ita Roberta Soares, Weverton Ancelmo Pereira de Sousa, nomeados pela Portaria n° 117/2021, de 14 de janeiro de 2021, para apreciarem e julgarem a proposta de preço e os documentos de habilitação apresentados para a licitação na modalidade de Pregão Presencial n° 010/2021, em decorrência do Objeto: **Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de instalação, manutenção e recarga de gás de aparelhos de ar condicionado.** Se fez presente 02 (duas) empresas:

Empresa: G. V. DE ABREU SILVA EIRELI, CNPJ: 25.191.599/0001-19 – A empresa não apresentou carta de credenciamento e nem mesmo procuração dando poderes de representação para a Sra. Aurea da Hora Ramos Guedes que veio com intenção de representar a mesma. A empresa não será desclassificada, porém ficará impedida de apresentar lances, não poderá manifestar-se durante a sessão e ficará impossibilitada de responder pela empresa, e interpor recurso em qualquer fase. Somente será aproveitada a sua proposta escrita.

Empresa: CLIMATEC CLIMATIZAÇÃO E REFRIGERAÇÃO EIRELI, CNPJ: 27.298.497/0001-22 – representada neste ato pelo seu proprietário o Sr. Victor Bobadilla Bazan Junior, portador da cédula de identidade nº 25253948 SEJUSP/MT e CPF nº 010.284.681-21.

Iniciou-se a sessão, em seguida foi credenciada somente a empresa **CLIMATEC CLIMATIZAÇÃO E REFRIGERAÇÃO EIRELI, CNPJ: 27.298.497/0001-22,** a qual apresentou todos os documentos exigidos para o seu devido credenciamento. O Pregoeiro Oficial e sua Equipe recebeu o envelope de Proposta de Preços e Documentos de Habilitação e verificou-se que os mesmos estavam devidamente lacrados, sendo que foram posteriormente rubricados. Seguindo então para a abertura da Proposta de Preços. Após a abertura dos envelopes de proposta foram lançadas no sistema, e em seguida houve a negociação de preços com a empresa, ficando da seguinte forma o resultado:

CLIMATEC CLIMATIZAÇÃO E REFRIGERAÇÃO EIRELI, CNPJ: 27.298.497/0001-22, com o valor total de **R$ 500.970,00** (quinhentos mil novecentos e setenta reais).

ITEM	COD. TCE	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	328137-0	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO OU REMANEJAMENTO, DESMONTAGEM E MONTAGEM COM KIT DE INSTALAÇÃO (TUBO ESPONJOSO PARA ISOLANTE TÉRMICO, INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA) - AR SPLIT DE 9.000 E 12.000 BTUS.	SER	180	R$ 280,00	R$ 50. 400,00
2	00053985	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO OU REMANEJAMENTO, DESMONTAGEM E MONTAGEM COM KIT DE INSTALAÇÃO (TUBO ESPONJOSO PARA ISOLANTE TÉRMICO, INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA) - AR SPLIT DE 18.000 BTUS.	SER	90	R$ 280,00	R$ 25. 200,00
3	302737-6	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO OU REMANEJAMENTO, DESMONTAGEM E MONTAGEM COM KIT DE INSTALAÇÃO (TUBO ESPONJOSO PARA ISOLANTE TÉRMICO, INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA) - AR SPLIT DE 24.000 E 30.000 BTUS.	SER	180	R$ 300,00	R$ 54. 000,00
4	00028542	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO OU REMANEJAMENTO, DESMONTAGEM E MONTAGEM COM KIT DE INSTALAÇÃO (TUBO ESPONJOSO PARA ISOLANTE TÉRMICO, INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA) - PISO TETO DE 36.000 BTUS.	SER	90	R$ 550,00	R$ 49. 500,00

5	364410-3	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E LIMPEZA DE AR-CONDICIONADO (MARCAS DIVERSAS), COM FORNECIMENTO DE PEÇAS DE PEQUENA MONTAGEM - AR SPLIT DE 9.000 A 12.000 BTUS	SER	245	R$ 192,00	R$ 47. 040,00
6	00052031	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E LIMPEZA DE AR-CONDICIONADO (MARCAS DIVERSAS), COM FORNECIMENTO DE PEÇAS DE PEQUENA MONTAGEM - AR SPLIT DE 18.000 BTUS	SER	130	R$ 180,00	R$ 23. 400,00
7	00023528	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E LIMPEZA DE AR-CONDICIONADO (MARCAS DIVERSAS), COM FORNECIMENTO DE PEÇAS DE PEQUENA MONTAGEM - AR SPLIT DE 24.000 A 30.000 BTUS	SER	230	R$ 213,00	R$ 48. 990,00
8	00023530	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E LIMPEZA DE AR-CONDICIONADO (MARCAS DIVERSAS), COM FORNECIMENTO DE PEÇAS DE PEQUENA MONTAGEM – PISO TETO DE 36.000 BTUS	SER	135	R$ 374,00	R$ 50. 490,00
9	00016503	SERVICO DE MANUTENCAO DE APARELHO/SISTEMA DE REFRIGERACAO - DO TIPO RECARGA DE GAS R410	SER	150	R$ 128,00	R$ 19. 200,00
10	00037100	SERVICO DE MANUTENCAO DE APARELHO/SISTEMA DE REFRIGERACAO - DO TIPO RECARGA DE GAS R22	SER	150	R$ 139,00	R$ 20. 850,00
11	330114-1	SERVIÇO DE PRÉ INSTALAÇÃO INCLUINDO CANO DE COBRE PROTETOR TERMICO ESPONJOSO, CABO OO, FITA METALICA E FITA PVC.	MTS	500	R$ 171,00	R$ 85. 500,00
12	261879-6	SERVICO DE MANUTENCAO DE APARELHO/SISTEMA DE REFRIGERACAO - DO TIPO AR-CONDICIONADO JANELA 7.500 BTUS, COM MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA E REPOSICAO DE PECAS	SER	55	R$ 160,00	R$ 8. 800,00
13	261198-8	SERVICO DE MANUTENCAO DE APARELHO/SISTEMA DE REFRIGERACAO - DO TIPO AR-CONDICIONADO JANELA DE 9.000 A 12.000 BTUS, COM MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA E REPOSICAO DE PECAS	SER	110	R$ 160,00	R$ 17. 600,00
		TOTAL				**R$ 500. 970,00**

Posteriormente passou-se para a fase de abertura dos documentos de habilitação da empresa **CLIMATEC CLIMATIZAÇÃO E REFRIGERAÇÃO EIRELI**, no qual o Pregoeiro Oficial e sua equipe de apoio analisando os documentos de habilitação constatou-se que a empresa acima apresentou todos os documentos exigidos no edital, ficando, portanto, habilitada.

Na sequência o Pregoeiro perguntou ao representante da empresa se tinha interesse em interpor recurso e o mesmo disse que não iriam interpor o recurso.

Nada mais havendo a tratar, o Pregoeiro declarou encerrado os trabalhos e agradeceu a presença de todos, lavrando a presente ata, imprimindo-as em vias de igual teor e forma, para que fosse assinada e posteriormente adjudicada e encaminhada à autoridade competente para a sua devida apreciação.

ERIKS MATOS DA SILVA

Pregoeiro Oficial

ITA ROBERTA SOARES

Equipe de Apoio

WEVERTON ANCELMO P. DE SOUSA

Equipe de Apoio

CLIMATEC CLIMATIZAÇÃO E REFRIGERAÇÃO EIRELI

CNPJ: 27.298.497/0001-22

G. V. DE ABREU SILVA EIRELI

CNPJ: 25.191.599/0001-19

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI PORTARIA Nº 321/2021, DE 01/04/2021 - NOMEAÇÃO DE JESUS NOGUEIRA DE AZEVEDO

PORTARIA Nº 321, DE 1º DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre a nomeação do Senhor JESUS NOGUEIRA DE AZEVEDO, no Cargo em Comissão de ENCARREGADO DE SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL.

A Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor JESUS NOGUEIRA DE AZEVEDO, Brasileiro, União Estável, Servidor Público, portador da Cédula de Identidade RG n° 494.807, expedida em 27/02/1984 por SSP-MT, e inscrito no CPF nº 299. 890.351-72, no Cargo em Comissão de ENCARREGADO DE SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL.

Parágrafo único. O nomeado fica obrigado ao cumprimento das determinações dispostas na Lei Orgânica Municipal, na Lei Complementar Municipal nº 114, de 22 de abril de 2019, e demais legislação aplicável.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - WEDILA MARTINS SOUZA COVID-19: COVID-19 (CORONAVÍRUS) EXTRATO DE CONTRATO Nº 024/2021

COVID-19 (Coronavírus)

EXTRATO DE CONTRATO Nº 024/2021

DISPENSA EMERGENCIAL Nº 008/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027/2021

OBJETO: "Contratação Direta: **Processo Administrativo nº 027/2021**. Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 008/2021** - CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) **MÉDICO CLINICO GERAL** PARA O ATENDIMENTO NO CENTRO DE REFERÊNCIA AO COVID19, **REALIZANDO CARGA HORÁRIA DE 20 HORAS SEMANAIS** E PERMANECENDO A DISPOSIÇÃO (CHAMADAS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA) DURANTE TODO O PERÍODO DE FUNCIONAMENTO DESTA UNIDADE, O PROFISSIONAL DEVERÁ SEGUIR TODOS OS PROTOCOLOS PRECONIZADOS PELO

MINISTÉRIO DA SAÚDE NO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA/MT**;**

CONTRATADA: Empresa: **ANDRÉ CECCATO RODRIGUES DA CUNHA - ME, CNPJ nº 40.591.011/0002-08**, com sede na Rua Severiano Neves, S/N Bairro Centro, CEP 78670-000 São Félix do Araguaia – MT; REPRESENTADA pelo DR. **ANDRÉ CECCATO RODRIGUES DA CUNHA**, inscrito no CRM sob o nº 17441/GO, e no RG 10.146.216-SSP MG, CPF nº 054.317.106-05, residente, Rua Severiano Neves, S/N Bairro Centro, CEP 78670-000 São Félix do Araguaia – MT;

Com remuneração mensal de **R$25.000,00 (vinte e cinco mil reais**). **Perfazendo um montante de R$150.000,00(cento e cinquenta mil reais).**

PRAZO DE VIGENCIA: 180(cento e oitenta) DIAS; referente à execução dos serviços objeto desta dispensa 008/2021. FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24 inciso IV, da Lei Nº 8.666/1993.

São Félix do Araguaia - MT, em 23 de abril de 2021.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - WEDILA MARTINS SOUZA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 023/2021

EXTRATO DO CONTRATO Nº 023/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 025/2021

DISPENSA Nº 007/2021

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARE DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIDO PARA TRABALHAR EM AMBIENTE MULTIUSUÁRIO EM PLATAFORMA WINDOWS COM MÓDULOS WEB (INTERNET), SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA ATENDER A ADMINISTRAÇÃO INDIRETA MUNICIPAL, INCLUSIVE COM A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, TRANSFERÊNCIA E IMPORTAÇÃO DOS CADASTROS NECESSÁRIOS, IMPLANTAÇÃO DE SALDOS CONTÁBEIS, TREINAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS, E MANUTENÇÃO MENSAL .** FIRMADO EM: **23/04/2021**. **FAVORECIDA**: ***EXCELÊNCIA CONTABILIDADE E GESTÃO PUBLICA LTDA ME CPNJ Nº 10. 260.055/0001-94***. **VIGÊNCIA**: **23/04/2021** à **23/10/2021**. VALOR: **R$128. 250,00 (cento e vinte e oito mil e duzentos e cinquenta reais). FUNDAMENTO LEGAL**: Lei Federal n° 8.666/ Art. 24 Inciso IV e demais normas legais pertinentes.

São Félix do Araguaia - MT, 23 de Abril de 2021.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - WEDILA MARTINS SOUZA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 022/2021

EXTRATO DO CONTRATO Nº 022/2021

PREGAO PRESENCIAL Nº 011/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVOS Nº 018/2021

OBJETO:**A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS TIPO SULFATO DE ALUMINIO ISENTO DE FERRO E HIPOCLORITO DE CALCIO 65% GRANULADO, PARA PURIFICAÇÃO E TRATAMENTO DE ÁGUA – ETA**. No dia **22/04/2021**, compareceram, de um lado a(o) **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA , Estado de MATO GROSSO**. **EMPRESA: CLORO MATO GROSSO LTDA EPP CNPJ:** 33.687.278/0001-38 **INSC. ESTADUAL:** 13.115.503-2. Valor global de **R$ 72.000,00 (Setenta e Dois Mil Reais).** Vigência: **23/04/2021** à **23/04/2022 FUNDAMENTO LEGAL**: Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: 019/2013.

São Félix do Araguaia - MT, 23 de Abril de 2021.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - WEDILA MARTINS SOUZA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 021/2021

EXTRATO DO CONTRATO Nº 021/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 017/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2021

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DESTINADOS À MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.** FIRMADO EM: **23/04/2021**. **FAVORECIDA**: **D. P. DE SOUSA COMÉRCIO DE PNEUS E**

BORRACHAS EPP CNPJ: 21.711.134/0001-90. **VIGÊNCIA**: **23/04/2021** à **23/04/2022**. VALOR: **R$ 97.014,00 (Noventa e Sete Mil e Quatorze Reais). FUNDAMENTO LEGAL**: Lei n.º 8.666, de 21.06.93 e alterações posteriores, Lei Federal n.º 10.520 de 17.07.2002 e Lei complementar 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

São Félix do Araguaia - MT, 23 de Abril de 2021.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - WEDILA MARTINS SOUZA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 020/2021

EXTRATO DO CONTRATO Nº 020/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 017/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2021

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DESTINADOS À MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.** FIRMADO EM: **23/04/2021**. **FAVORECIDA**: **EVOKS CONERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA CNPJ Nº 37.790.246/0001-14**, **INSC. ESTADUAL:** 90744574-76. **VIGÊNCIA**: **23/04/2021** à **23/04/2022**. VALOR: **R$ 35.992,00 (Trinta e Cinco Mil, Novecentos e Noventa e Dois Reais).**

. FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666, de 21.06.93 e alterações posteriores, Lei Federal n.º 10.520 de 17.07.2002 e Lei complementar 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

São Félix do Araguaia - MT, 23 de Abril de 2021.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - WEDILA MARTINS SOUZA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2021

EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 017/2021

PREGÃO Nº 010/2021

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DESTINADOS À MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.** FIRMADO EM: **23/04/2021**. **FAVORECIDA**: **PNEUS BARBOSA LTDA – ME CNPJ: 14.481.695/0001-85.INSC. ESTADUAL: 13. 437.803-2**. **VIGÊNCIA**: **23/04/2021** à **23/04/2022**. VALOR: **R$ 129.680,00 (Cento e Vinte e Nove Mil, Seiscentos e Oitenta Reais). FUNDAMENTO LEGAL**: Lei n.º 8.666, de 21.06.93 e alterações posteriores, Lei Federal n.º 10.520 de 17.07.2002 e Lei Complementar 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

São Félix do Araguaia - MT, 23 de Abril de 2021.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - WEDILA MARTINS SOUZA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 018/2021

EXTRATO DO CONTRATO Nº 018/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 017/2021

PREGÃO Nº 010/2021

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DESTINADOS À MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.** FIRMADO EM: **23/04/2021**. **FAVORECIDA**: **IDEAL COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS EIRELI CNPJ nº 30.865.963/0001-19. INSC. ESTADUAL: 13.728.813-1**. **VIGÊNCIA**: **23/04/2021** à **23/04/2022**. VALOR: **R$:571.671,00 (Quinhentos e Setenta e Um Mil e Seiscentos e Setenta e Um Reais). FUNDAMENTO LEGAL**: Lei n.º 8.666, de 21.06.93 e alterações posteriores, Lei Federal n.º 10.520 de 17.07.2002 e Lei Complementar 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

São Félix do Araguaia - MT, 23 de Abril de 2021.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM
AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 013/2021

Acha-se Reaberto a Licitação abaixo descrita:

Pregão Eletrônico SRP nº. 013/2021.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 023/2021.

A Prefeitura Municipal de São Felix do Araguaia, Estado de Mato, através de seu Pregoeiro torna público, que estará realizando na sede da prefeitura, através da plataforma eletrônica **www.bnc.org.br**, por intermédio da **BOLSA NACIONAL DE COMPRAS (BNC), certame licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico SRP Nº 013/2021, sob o regime de Execução Indireta, do tipo MENOR PREÇO a critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM/LOTE, Tendo por Objeto: PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA "FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM, ÓLEO S10, ÁLCOOL/ETANOL, ÓLEOS LUBRIFICANTES, ÓLEOS DE TRANSMISSÃO, ÓLEOS HIDRÁULICOS, GRAXAS, FLUIDOS PARA FREIOS E DETERGENTES DESENGRAXANTES PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTE AO PATRIMÔNIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA – MT,**conforme especificações apresentadas junto ao Edital Convocatório e seus anexos, com abertura marcada para o dia **07 de MAIO de 2021, às 14h:30min**. O inicio de acolhimento das propostas comerciais ocorrerá a partir das 08h30m do dia **26/04/2021** até as 14h00m do dia **07/05/2021.** Maiores informações e entrega de editais no endereço eletrônico: **www.bnc.org.br**, por intermédio da **BOLSA NACIONAL DE COMPRAS (BNC)**. Informações poderão ser obtidas ainda pelo **e-mail: pregaosfa@outlook.comou através do site http://www.saofelixdoaraguaia.mt.gov.br/ou retirar na própria sede da prefeitura das 13h00min as 17h00min. Para maiores informações entrar em contato pelo tel. (66)3522-1606 ramal 35, Falar no Departamento de Licitações com Jean.**

São Felix do Araguaia – MT, 26 de abril de 2021.

Jean Flávio dos Santos Milhomem

Pregoeiro Oficial.

Portaria n.º 016/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
DECRETO Nº 15/2021, DE 26/03/2021 - LUTO OFICIAL DE TRÊS DIAS PELO FALECIMENTO DO SENHOR ANTÔNIO TADEU MARTIN ESCAME

DECRETO Nº 15, DE 26 DE MARÇO DE 2021.

Dispõe sobre **LUTO OFICIAL** de três dias pelo falecimento do Senhor **ANTÔNIO TADEU MARTIN ESCAME.**

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e **CONSIDERANDO**:

I - o falecimento do servidor público federal Senhor **Antônio Tadeu Martin Escame**, ocorrido na manhã de 26 de março de 2021, na cidade de Água Boa (MT);

II - que nasceu em 3 de dezembro de 1948 em Piraju (SP), e atualmente residia no Município de São Félix do Araguaia, sendo pai de 3 filhos (Daniel, Ana Eliza e Mariana) e casado com Jorcelina Ferreira da Conceição Escame (Jô);

III - que foi um militante histórico do Partido dos Trabalhadores, sendo o primeiro prefeito eleito pelo partido no Estado de Mato Grosso;

IV - que foi prefeito por 2 (dois) mandatos no Município de Santa Terezinha-MT, e ainda Secretário Municipal de Administração e Procurador Administrativo no Município de São Félix do Araguaia-MT;

V - que era graduado em Ciências Contábeis e acadêmico do Curso de Sistemas de Informação pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), e atualmente desempenhava suas funções no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de São Félix do Araguaia-MT;

VI - que o mesmo dedicou décadas de sua vida a contribuir com a Região do Araguaia, como político e servidor público;

VII - a imensa saudade no coração daqueles que o conheciam, especialmente seus familiares, amigos e colegas de trabalho, deixando sua eterna contribuição na história de São Félix do Araguaia-MT e região, pelo qual será sempre lembrado; e

VIII - finalmente, que é dever do Poder Público render justas homenagens àqueles que contribuíram com este Município, com o seu exemplo de vida, integridade moral, perseverança, dedicação e trabalho.

DECRETA:

Art. 1º LUTO OFICIAL de 3 (três) dias pelo falecimento do servidor público federal Senhor **ANTÔNIO TADEU MARTIN ESCAME**, ocorrido na manhã de 26 de março de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Félix do Araguaia (MT), 26 de março de 2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2021.

Acha-se Aberto a Licitação abaixo descrita:

Pregão Eletrônico nº. 017/2021.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 029/2021.

A Prefeitura Municipal de São Felix do Araguaia, Estado de Mato, através de seu Pregoeiro torna público, que estará realizando na sede da prefeitura, através da plataforma eletrônica **www.bnc.org.br**, por intermédio da **BOLSA NACIONAL DE COMPRAS (BNC), certame licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico nº 017/2021, sob o regime de Execução Indireta, do tipo MENOR PREÇO a critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM/LOTE, Tendo por Objeto PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE LAUDO AGRONOMICO DE VISTORIA E AVALIAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO VALOR DA TERRA NUA (VTN) MUNICIPAL, DE ACORDO COM AS NORMAS DA RECEITA FEDERAL BRASILEIRA-RFB PARA ATENDER A DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT,**conforme especificações apresentadas junto ao Edital Convocatório e seus anexos, com abertura marcada para o dia **12 de MAIO de 2021, às 09h:00min**. O inicio de acolhimento das propostas comerciais ocorrerá a **partir das 08h30m do dia 28/04/2021** até as **08h30m do dia 12/05/2021.**Maiores informações e entrega de editais no endereço eletrônico: **www.bnc.org.br**, por intermédio da **BOLSA NACIONAL DE COMPRAS (BNC)**. Informações poderão ser obtidas ainda pelo **e-mail: pregaosfa@outlook.comou através do site http://www.saofelixdoaraguaia.mt.gov.br/ou retirar na própria sede da prefeitura das 13h00min as 17h00min. Para maiores informações entrar em contato pelo tel. (66)3522-1606 ramal 35, Falar no Departamento de Licitações com Jean.**

São Felix do Araguaia – MT, 26 de abril de 2021.

Jean Flávio dos Santos Milhomem

Pregoeiro Oficial.

Portaria n.º 016/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 016/2021.

Acha-se aberta Licitação abaixo descrita:

PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 016/2021.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 028/2021.

A Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação, na modalidade de ***Pregão Presencial SRP nº. 016/2021****, do tipo "MENOR PREÇO". O critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM.* **OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO DE APOSTILAS EM ATENDIMENTO AS ESCOLAS DO CAMPO ALBERTO NUNES DA SILVEIRA, LUIZA LIRA, PONTINÓPOLIS E NOVA SUIÁ NO MUNICÍPIO DE NOVA SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DESCRITAS NO TERMO DE REFERENCIA, ANEXO I DO EDITAL.** Os envelopes contendo as Propostas e Documentações deverão ser entregues até as **09h00min do dia 11 de Maio de 2021,** na Avenida Araguaia nº. 248, no Paço Municipal. A sessão terá início às 09h00min, (horário Oficial de Brasília), na mesma data e local. A cópia do Edital e seus anexos estarão disponíveis aos interessados por meio do **e-mail: pregaosfa@outlook.comou através do site http://www.saofelixdoaraguaia.mt.gov.br/ou retirar na própria sede da prefeitura das 13h00min às 17h00min. Para maiores informações entrar em contato pelo tel.: (66)3522-1606 ramal 35, Falar no Departamento de Licitações com Sr. JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM.**

São Félix do Araguaia – MT, 23 de abril de 2021.

JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM

Pregoeiro Oficial

Port. nº 016/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
PORTARIA Nº 360/2021, DE 26/04/2021 - NOMEAÇÃO DE DÉBORA KÁTIA DOS SANTOS SILVA

PORTARIA Nº 360, DE 26 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre a nomeação da Senhora DÉBORA KÁTIA DOS SANTOS SILVA, no Cargo em Comissão de ASSESSORA GERAL DE ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE.

A Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Senhora DÉBORA KÁTIA DOS SANTOS SILVA, Brasileira, Casada, Professora, portadora da Cédula de Identidade RG n° 4.327. 249 (1ª Via), expedida em 03/05/1999 por DGPC-GO, e inscrita no CPF nº 003.581.141-28, no Cargo em Comissão de ASSESSORA GERAL DE ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE.

Parágrafo único. A nomeada fica obrigada ao cumprimento das determinações dispostas na Lei Orgânica Municipal, na Lei Complementar Municipal nº 114, de 22 de abril de 2019, e demais legislação aplicável.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

QUARTO TERMO ADITIVO DE PARCERIA Nº 001/2017. ASS: 31/03/2021 VCT: 01/04/2022, Contratado**, ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPÃ** Objeto: Fica ajustado entre as partes que o prazo

de vigência consignado no Termo do Contrato será prorrogado do dia 01/04/2021 a 01/04/2022, conforme autoriza a Lei 8.666/93, art. 57, § 1º, inciso II, e § 2º. Valor: R$20.605,00. **Levi Ribeiro –** Prefeito Municipal.

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE ADITIVO

A Comissão Permanente de Licitação, da Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT torna público a todos os interessados que RETIFICOU a publicação do Aditivos publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado do Mato Grosso no dia 26 de abril de 2021, pág. 912, **LEIA-SE: PENTAGONO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA-ME**, Valor: R$ 14.850,00, **LEIA-SE: INVIOLÁVEL SÃO JOSÉ DO RIO CLARO ELETROELETRONICOS LTDA - ME**, Valor: R$ 92.330,00, **LEIA-SE: INOVATUS SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA - ME**, Valor R$150.000,00. 26 de abril de 2021, São José do Rio Claro-MT. **Levi Ribeiro-**Prefeito Municipal.

PREVIMUNI
EXTRATO DE CONTRATO-1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2020

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO/MT - PREVIMUNI

EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2020

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2020

Contratada: R.B CONSULTORIA LTDA

CNPJ: 32.584.569/0001-38

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA NO AMBITO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO-MT.

Data da Assinatura: 01/04/2021

Data de vigência: 31/03/2022

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003-2021 – RESULTADO DO JULGAMENTO

O Município de São José do Rio Claro – MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para quem possa interessar que o julgamento do certame supracitado resultou vencedoras as Empresas: **PNEUAR COMERCIO DE PNEUS LTDA**, inscrita no **CNPJ sob o n.º 03.532.991/0001-41**, com o valor **R$ 496.556,00 (Quatrocentos e noventa e seis mil e quinhentos e cinquenta e seis reais)**, e a empresa**: PNEUS VIA NOBRE LTDA,** inscrita no **CNPJ sob o n.º 01.976.860/0048-91** com o valor **R$ 538.334,00 (Quinhentos e trinta e oito mil trezentos e trinta e quatro reais);** São José do Rio Claro – MT, 26 de abril de 2021. **Levi Ribeiro –** Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº. 006/2021/SINFRA

TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº. 006/2021/SINFRA

Processo n°. 82429/2020

TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE MATO GROSSO E O MUNICIPIO DE SÃO JOSE DO XINGU-MT PARA FINS QUE MENCIONAM.

O ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, doravante denominado **DOADOR**, por meio da **SECRETÁRIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICO,** com sede à Av. Hélio Hermínio Torquato da Silva, S/Nº - Centro Político Administrativo,Edifício Ernandy M. Baracat - Nico Baracat, Cuiabá/MT, CEP: 78048-250, Inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.507.415/0022-79, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística - SINFRA, Marcelo de Oliveira e Silva, brasileiro, casado, arquiteto, portador da Cédula de Identidade nº 007317 SSP/MT e do CPF nº 161.913.661-91, com endereço profissional acima mencionado, e de outro lado, o **MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO XINGU-MT**, doravante denominado **DONATÁRIO**, com endereço na Av: Mauro Pires Gomes nº 41, centro, SÃO JOSE DO XINGU-MT, CEP: 78.663-000, Inscrita no CNPJ/MF nº 37.465.317/0001-03, neste ato representado pelo Senhor Sandro José Luz Costa**,** brasileiro,portador da Cédula de Identidade nº. 12797294 SSP/MT e do CPF nº 701.415.501-63, com endereço profissional acima mencionado, tem entre si justo a avençado o presente **TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS**, sujeitando-se o **DOADOR** e o **DONATÁRIO**, as normas disciplinares previstas no ordenamento jurídico vigente, mediante cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I - O presente **TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS**, tem como objeto os veículos e maquinários descritos na planilha abaixo.

A Avaliação destes Bens Móveis é de R$ 527.200,00 (quinhentos e vinte e sete mil e duzentos reais), e em conseguinte a transferência da responsabilidade sob o mesmo do **DOADOR** para o **DONATÁRIO**.

Nº Patrimonial	Descrição do Bem
765652	CAMINHÃO BASCULANTE L1620 MERCEDES BENZ, ANO 2009, NPC107,CHASSI 9BM6953049B684897, RENAVAM 193174030
765653	CAMINHÃO BASCULANTE L1620 MERCEDES BENZ, ANO 2009, NPC1091,CHASSI 9BM6953049B686344, RENAVAM 193174120
765657	PA CARREGADEIRA KOMATSU MODELO: WA180 ANO 2003 CHASSI B1944
765656	MOTONIVELADORA CASE MODELO: 845B ANO 2009 CHASSI N9AF07097
765655	ESCAVADEIRA HIDRAULICA CASE MODELO: CX2208 ANO 2009 CHASSI N9AA04124
765654	VEICULO CAMINHAO BASCULANTE - PLACA: JYM9191 - CHASSI: 9BM6953013B345291 - ANO FABRICACAO: 2003 - ANO MODELO: 2003 - COMBUSTIVEL: DIESEL - RENAVAM: 812951123 - DESCRICAO: CAMINHÃO BASCULANTE MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO XINGU - MOTORIZACAO: 211 CV - COR: AZUL - PORTAS: 02

II – Fica ciente o **DONATÁRIO** das condições físicas do bem, tendo procedido prévia vistoria do bem, constatando a necessidade de reparos e pagamento de débitos para circulação do veículo em vias públicas, pelo que se compromete a arcar com todas as despesas necessárias para a devida transferência de propriedade do veículo junto ao DETRAN.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO DO BEM DOADO

I – Os bens móveis constantes na cláusula primeira do presente Termo de Doação deverão ser utilizados segundo sua natureza e destinação, exclusivamente para atender as necessidades do MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO XINGU, principalmente na continuidade do apoio à manutenção e conservação das rodovias estaduais e as municipais, que motivaram a doação, não sendo, em hipótese alguma, admitida, para outras finalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO DONATÁRIO - LEI N. º. 11.109 DE 20/04/2020

I - Revisão E manutenção do bem, conforme orientação do fabricante ou assistência técnica;

II - Manter o bem, proibido o desfazimento, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos, a contar da assinatura do respectivo instrumento;

III - Manter as atividades que motivaram a doação pelo prazo mínimo de 3 (três) anos, a contar da assinatura do respectivo instrumento;

IV - Sujeitar-se à fiscalização do doador

§ 1º O descumprimento das obrigações, sujeitará o donatário à aplicação da sanção administrativa de reversão do bem, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º No caso de ser aplicada a sanção de reversão do bem e não ser possível a devolução do bem doado, o donatário deverá indenizar o doador pelo valor da avaliação, atualizado de acordo com o índice de inflação aplicável e com a incidência de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, desde a data da ciência da sanção.

CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA DOS BENS

I - Os bens móveis objeto do presente instrumento estarão à disposição do **DONATÁRIO**, após a assinatura do termo de doação, termo de recebimento e publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado.

II – Será incluído comunicado de venda do veículo junto ao **DETRAN**, devendo a taxa ser paga pelo **DONATÁRIO**, e somente após a comprovação do pagamento da taxa poderá ser realizada a retirada do bem, cabendo ainda o **DONATÁRIO** arcar com os eventuais custos de locomoção, débitos e os consertos necessários para a circulação do bem, conforme as normas de trânsito.

III – A entrega do bem se dará através de termo de entrega, assinado pelo representante legal do **DONATÁRIO.**

CLÁUSULA QUINTA - DA TRANSFERÊNCIA DOS BENS

Compete o **DONATÁRIO** os procedimentos de trafegabilidade do veículo e consequente transferência definitiva de sua propriedade junto ao DETRAN, devendo a mesma efetuar todos os pagamentos de impostos, multas e taxas existentes.

CLÁUSULA SEXTA – DA EFICÁCIA

O **DOADOR** providenciará a publicação do extrato do Termo de Doação no Diário Oficial do Estado, como condição de eficácia, nos termos e prazos do inciso VII do art.20 da Lei nº 11.109/2020.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente CONTRATO DE DOAÇÃO funda-se nos preceitos de Direito Público, pelo que determina a Lei Estadual n°. 11.109/2020, de 20 de abril de 2020.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

As questões decorrentes da execução deste instrumento, ou questões que gerem dúvidas ou controvérsias, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da cidade de Cuiabá-MT, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Por estarem, assim justas e contratadas, firmam o presente instrumento, em 03 (Três) vias de igual teor.

Cuiabá-MT, 25 de março de 2021.

MARCELO DE OLIVEIRA E SILVA

SECRETÁRIO DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA/MT

SANDRO JOSÉ LUZ COSTA

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU - MT

TESTEMUNHAS: 1.....

CPF Nº

2.....

CPF Nº

TERMO DE ENTREGA DE BEM PÚBLICO COM CLÁUSULA

DE

RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU-MT, representado pelo Ilustríssimo Senhor Prefeito Municipal SANDRO JOSÉ LUZ COSTA, declara que recebeu da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, os maquinários rodoviário e veículos, descrito no Termo de Doação nº 006/2021/SINFRA, em perfeitas condições de uso, ficando com a responsabilidade de conservação, manutenção.

Cuiabá-MT, 25 de março de 2021.

SANDRO JOSÉ LUZ COSTA

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉDO XINGU - MT

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 009/2021

EXTRATO DO CONTRATO Nº 009/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU – MT

CONTRATADO: URSA SERVIÇOS-EIRELI CNPJ: 24.157.800/0001-89

PRAZO DE EXECUÇÃO: 22/04/2021 até 22/07/2021

O valor global do referido Contrato é de R$ 125.250,00 (CENTO E VINTE E CINCO MIL E DUZENTOS E CINQUENTA REAIS).

OBJETO: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, PARA ATENDER A DEMANDA DA EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA II RURAL DO DISTRITO DE SANTO ANTÔNIO DO FONTOURA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA PRONTO ATENDIMENTO (P.A) DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO XINGU, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA.

LOTE 01: SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO XINGU.

ORIGEM: LEI MUNICIPAL 607/2015 E LEI 8.666/COM AS DEMAIS ALTERAÇÕES.

DATA: 26/04/2021

Mural da Prefeitura Municipal
São José do Xingu/MT
PLUBICADO NO MURAL
São José do Xingu/MT / /
_____
AUTORIDADE COMPETENTE

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 008/2021

EXTRATO DO CONTRATO Nº 008/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU – MT

CONTRATADO: VYTTRA DIAGNÓSTICOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S.A CNPJ: 00.904.728/0004-90

PRAZO DE EXECUÇÃO: 19/04/2021 até 31/12/2021

O valor global do referido Contrato é de R$ 61.000,00 (SESSENTA E UM MIL REAIS).

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE APARELHOS LABORATORIAIS, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO XINGU/MT.**

ORIGEM: LEI MUNICIPAL 607/2015 E LEI 8.666/COM AS DEMAIS ALTERAÇÕES.

DATA: 26/04/2021

Mural da Prefeitura Municipal
São José do Xingu/MT
PLUBICADO NO MURAL
São José do Xingu/MT / /
_____
AUTORIDADE COMPETENTE

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 007/2021

EXTRATO DO CONTRATO Nº 007/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU – MT

CONTRATADO: MAX DIAGNOSTICA COMERCIO E LOCAÇÃO DE ARTIGOS LABORATORIAIS EIRELLI CNPJ: 07.776.581/0001-05

PRAZO DE EXECUÇÃO: 19/04/2021 até 31/12/2021

O valor global do referido Contrato é de R$ 69.700,00 (SESSENTA E NOVE MIL E SETECENTOS REAIS).

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO XINGU,** de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório.

ORIGEM: LEI MUNICIPAL 607/2015 E LEI 8.666/COM AS DEMAIS ALTERAÇÕES.

DATA: 26/04/2021

Mural da Prefeitura Municipal
São José do Xingu/MT
PLUBICADO NO MURAL
São José do Xingu/MT / /

AUTORIDADE COMPETENTE

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 094/2021

DECRETO Nº 094/2021.

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 26 DE ABRIL DE 2021.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇAO DO SERVIDOR EM CARGO DE COMISSÃO.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Sandro José Luz Costa no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor **JOSÉ CARLOS APRIGIO BISPO**, no cargo em Comissão de Dirigente de Setor, junto Secretaria Municipal de Infraestrutura/Obras no departamento de Água para prestar serviços junto ao município de São José do Xingu – MT.

Paragrafo Único: como remuneração ser-lhe – a atribuído, o valor de R$ 1. 187,30 (Um mil cento e oitenta e sete reais e trinta centavos).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/04/2021, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Em, 26 de abril de 2021.

Sandro José Luz Costa

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se Cumpra-se

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO

AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Processo Licitatório nº 010/2021 – Processo Administrativo nº 1248/2021

A Prefeitura Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, torna público, para conhecimento dos interessados, que aderiu através do **Processo Administrativo n° 1248/2021** Adesão à Ata de Registro de Preço nº **052/2021** referente ao Pregão Eletrônico **nº 001/2021**, realizada pela **Prefeitura Municipal de CONFRESA/MT** através da Comissão Geral de Licitação.

Objeto: ESSA ADESÃO VISA À AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE GÊNERO ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSE DO XINGU – MT.

COMERCIAL LUAR EIRELI - EPP, inscrita no C.N.P.J./ MF sob o n.º 02. 545.557/0001-33, Av. Radialista Edson Luiz da Silva, nº 1.037, Bairro Tijucal, CEP: 78.088-000, Cuiabá/MT**.**

São José do Xingu – MT, 26 de abril de 2021.

Mural da Prefeitura Municipal

São José do Xingu/MT

PUBLICADO NO MURAL

São José do Xingu/MT / /

AUTORIDADE COMPETENTE

Denilson Antônio P. M. Silva

Pregoeiro Municipal

Decreto 082/2021

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 048/2021

PORTARIA Nº 048/2021 DE 23 DE ABRIL DE 2021

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI MUNICIPAL 510/2013 QUE CONCEDE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO AO SERVIDOR E DAS OUTRAS PROVIDENCIAS".

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Sandro José Luz Costa, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, e

CONSIDERANDO alteração da Lei Municipal nº 510/2013, que concede gratificação a servidor.

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 810/2021, que estabelece os percentuais de gratificação.

RESOLVE:

Art. 1° - ALTERAR provisoriamente até regulamentação por decreto da Lei Municipal n. 810/2021 o percentual da gratificação concedida aos servidores abaixo relacionados, conforme cada cargo nomeado e percentual estabelecido, a partir de 01 de abril de 2021,

NOME	EFETIVO	NOMEAÇÃO	%GRATIFICAÇÃO
Jederson A. S. Santana	Aux. Administrativo	Diretor Dept.	50%
Aloizio Rodrigues da Silva	Fiscal de Tributos	Diretor Dept.	50%
Cleber Alves do Nascimento	Aux. Administrativo	Diretor Dept.	50%
Ludmila Alves Lopes	Fiscal de Tributos	Diretor Dept.	50%
Mara Denisia Luz Aguiar	Aux. Administrativo	Diretor Dept.	50%
Maria da Paz S. Costa	Aux. Administrativo	Diretor Dept.	50%
Maria Sonia M. Costa	Tec. Administrativo Educacional	Diretor Dept.	50%
Marisa da S. Aguiar Duarte	Aux. Administrativo	Diretor Dept.	50%
Maria Moraes Piagem	Aux. Administrativo	Diretor Dept.	50%
Pablo Iazaldy N. F. Barroso	Motorista	Diretor Dept.	50%
Roseno Cabral de Melo	Motorista	Diretor Dept.	50%
Tiago Vinício B. Simão	Agente Administrativo	Diretor Dept.	50%
Edson Ribeiro Arruda	Agente de Saude	Dirigente Setor	50%

Marineide Batista Cardoso	Recepcionista	Dirigente Setor	50%
Welton Aprígio Bispo	Aux. Serv. Gerais	Dirigente Setor	50%
Diva Francisca Soares	Aux. Serv. Gerais	Enc. Serviços	50%
Ernando Vieira Nascimento	Gari	Enc. Serviços	50%
Rosa Patricia Soares	Recepcionista	Enc. Serviços	50%
Denilson A.P.M. Silva	Auxiliar Administrativo	Pregoeiro	50%
Welton Aprígio Bispo	Aux. Serv. Gerais	Dirigente Setor	40%

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 23 de abril de 2021.

Sandro José Luz Costa

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se.

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 049/2021

PORTARIA Nº 049/2021 DE 26 DE ABRIL DE 2021.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO AO SERVIDOR.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Sandro José Luz Costa, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa a seguinte PORTARIA:

Art. 1° - Fica Concedida gratificação de 40% (quarenta por cento) ao servidor **JOSÉ CARLOS APRIGIO BISPO**, conforme o Art. 18º da Lei Municipal 490/2012, alterada pela Lei Municipal 810/2021, que diz:

§ 2º.O ocupante de cargo de carreira que for nomeado para exercer cargo de provimento em comissão deverá optar pelo vencimento do cargo comissionado ou pelo vencimento de seu cargo efetivo acrescido de gratificação de 40% (quarenta por cento) sobre o vencimento do cargo comissionado.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/04/2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 26 de abril de 2021.

Sandro José Luz Costa

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO EXTRATO 3º TERMO ADITIVO CONT. Nº 039/2020

RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 039/2020

RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DO **2º TERMO** ADITIVO AO CONTRATO Nº 039/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU – MT

CONTRATADO: SEMEC – SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

Valor global: 507.686,82 (QUINHENTOS E SETE REAIS, SEISCENTOS E OITENTA E DOIS REAIS E OITENTA E DOIS CENTAVOS

PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO: 18/01/2021 ATÉ 18/01/2021

OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NAS AVENIDA RUBENS R. ARAUJO FILHO, AVENIDA DOMITILIA GOMES DE OLIVEIRA, RUA 20 DE DEZEMBRO, RUA MATO GROSSO, RUA CICERO SAMPAIO DE MENESES, das Obras de pavimentação asfáltica, drenagem superficial e sinalização viária, que o Sistema de Esgotamento Sanitário adotado é do tipo Fossa e Sumidouro, por execução indireta, em regime de empreitada por preço global , tudo conforme projeto básico, contendo memorial descritivo, planilha orçamentária, resumo do orçamento, cronograma físico-financeiro e projeto arquitetônico e complementares, em conformidade com as disposições no Edital e seus Anexos, que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais

CLÁUSULA SEGUNDA - DO ADITIVO

2.1. O presente aditivo tem por objetivo de **prorrogar o prazo de execução e vigência** do contrato para mais 03 (três) meses, que serão contados a partir de **18/01/2021 até 18/04/2021**, de acordo com Contrato original.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

3.1. O valor global para execução deste contrato prevalece o mesmo **R$ 507.686,82** (Quinhentos e sete reais, seiscentos e oitenta e dois reais e oitenta e dois centavos).

RETIFICA – SE

Onde ler - (Quinhentos e sete reais, seiscentos e oitenta e dois reais e oitenta e dois centavos).

LER – SE: (Quinhentos e sete mil, seiscentos e oitenta e seis reais e oitenta e dois centavos).

Onde ler - RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DO **2º TERMO** ADITIVO AO CONTRATO Nº 039/2020

LER – SE: RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DO **3º TERMO** ADITIVO AO CONTRATO Nº 039/2020

DATA: 26/04/2021

Mural da Prefeitura Municipal
São José do Xingu/MT
PUBLICADO NO MURAL
São José do Xingu/MT / /

AUTORIDADE COMPETENTE

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 047/2021

PORTARIA Nº 047/2021

DE 23 DE ABRIL DE 2021.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PARA ATUAREM COMO FISCAIS DE CONTRATOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU-MT.

PREFEITA MUNICIPAL de São José do Xingu - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 71, incisos I ao XXVIII, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto no Art. 67 da Lei Federal n. 8.666/93.

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR, como representante da Administração Pública Municipal, para exercer a função de fiscal do contrato correspondente aos processos licitatórios vigentes, observando para tanto o edital de licitação, seus anexos e seu respectivo contrato, como segue:

§1º Designa servidor público municipal qualificados, Sra. **Neusa Cristina Teodoro Santana Costa** Titular **como** FISCAL DO SEGUINTE CONTRATO;

§2º Os servidores designados ficam responsáveis pela fiscalização dos contratos respectivo a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

NUMERO DO CONTRATO	*OBJETO*
CONTRATO 007/2021	Objeto do presente contrato é contratação de empresas para "**AQUISICAO DE EQUIPAMENTO DE MATÉRIAL PERMANENTE PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE,** de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório.
CONTRATO 08/2021	**AQUISIÇÃO DE APARELHOS LABORATORIAIS, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO XINGU/MT.**, conforme especificações detalhadas e quantidades constantes no termo de referência e anexos.

§3º Como substitutos dos representantes acima, designa-se a Sra. **Mônica da Silva Rodrigues,** que deverá atua nas ocasiões de afastamentos por licenças e férias ou outros correlatos.

Art. 2º - Cabe ao fiscal do contrato:

I. Responsabilizar-se pela supervisão do contrato, administrando-o de conformidade com as disposições contratuais e editalícias;

II. Certificar a execução dos serviços;

III. Pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação do contrato, antes da extinção deste, em tempo hábil para, se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade;

IV. Adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do contrato, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de São José do Xingu-MT;

V. Notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula contratual e encaminhar cópia da referida notificação à

Secretaria Municipal de Administração;

VI. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução dos serviços.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante da Administração Pública, designado acima, deverão ser solicitadas em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 23 de abril de 2021

Sandro José Luz Costa

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
AVISO RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 832/2021, PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021

AVISO RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 832/2021, PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021

O PREFEITO MUNICIPAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU/MT, torna público o resultado do julgamento do Recurso Administrativo impetrado pela Empresa J. C. PALÁCIOS RIVERI - CNPJ Nº 27. 469.588/0001-83, cujo objeto consiste na contratação de empresa de Serviços Médicos, para atender a demanda da equipe de Saúde da Família II Rural do Distrito de Santo Antônio do Fontoura. Dá análise do recurso à vista das normas o Gestor reconheço do recurso apresentado pela recorrente para fim de dar-lhe provimento declarando habilitada a participar do certame.

Considerando a habilitação da empresa supracitada acima mediante decisão do Prefeito municipal.

Torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento da proposta mais vantajosa do Processo Administrativo nº 832/ 2021 – Pregão Presencial nº 004/2021 – Lote II.

Por estas razões

Declara – se vencedora do Lote II a empresa J. C. PALÁCIOS RIVERI - CNPJ Nº 27.469.588/0001-83.

Total Geral da empresa **J. C. PALÁCIOS RIVERI** R$ - Lote 02 R$ 431. 976,00 (Quatrocentos e Trinta e um Mil e Novecentos e Setenta e Seis Reais)

São José do Xingu, 22 de abril de 2021.

DENILSON ANTÔNIO P. M. SILVA

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

OUVIDORIA
DECRETO Nº 065, DE 23 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre a forma e o prazo para o recolhimento dos tributos municipais ISSQN e IPTU no município de São José dos Quatro Marcos.

O Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, Sr. **JAMIS SILVA BOLANDIN**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o disposto no Artigo 4º c/c Artigo 9º da Lei Complementar nº 001, de 13 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Código Tributário Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de atualizar e recolher os tributos e taxas municipais, além da regulamentação das atividades do setor;

DECRETA:

Artigo 1º Os prestadores de serviços, pessoas físicas e/ou jurídicas, deverão manter a regularidade com o **Imposto sobre Serviços de Quaisquer Natureza – ISSQN** além da fiel observância ao disposto no art. 158 da LC 003/2003, dentre outros.

No caso dos profissionais autônomos e/ou liberais, receberão os Documentos de Arrecadação Municipal - DAM's com os seguintes vencimentos e incentivos:

I – Prestadores de serviços (Anexo da tabela IV da LC 001/2001) que optarem e efetivarem o pagamento em cota única, com vencimento em 15/ 05/2021, gozará de **10% de desconto;**

I – Prestadores de serviços que optarem e efetivarem o pagamento parcelado, até o limite de 03 parcelas, sendo: 15/05/2021, 15/06/2021 e 15/07/ 2021 **não gozará de descontos.**

Artigo 2º O **Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano – IPTU** no exercício de 2021 será lançado obedecendo aos seguintes critérios:

I - O contribuinte que optar e efetivar o pagamento em cota única, com o vencimento para o dia **31/05/2021**, gozará de **10% de desconto** sobre o valor total do imposto;

II - O contribuinte que optar e efetivar o pagamento parcelado, em duas vezes iguais, gozará de **10% de desconto** na primeira parcela, com vencimentos em 31/05/2021 e 30/06/2021;

III - O contribuinte que optar pelo pagamento em três parcelas, **sem gozo de descontos,** poderá fazer com os seguintes prazos de vencimento: **1ª parcela** em 31/05/2021, **2ª parcela** em 30/06/2021 e **3ª parcela** em 30/07/ 2021.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

São José dos Quatro Marcos-MT, 23 de abril de 2020.

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 159 DE 20 DE ABRIL DE 2021

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER a servidora SILVANI FRANCELINA PUGER, Função Gratificada – FG 02, de acordo com a Lei Complementar nº. 004/2003 até posterior deliberação, cedida para a Delegacia Judiciaria Civil.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de janeiro do corrente ano, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA | PUBLICADA | CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

EM 20 DE ABRIL DE 2021

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 158 DE 15 DE ABRIL DE 2021

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias ao servidor JOSÉ PAULO CASTRO MAGALHÃES, no período de 06/04 a 05/05/2021, referente ao período aquisitivo 2019/2020.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de abril do corrente ano, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA | PUBLICADA | CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 15 DE ABRIL DE 2021

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

OUVIDORIA
EDITAL DE RETIFICAÇÃO DO RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2021

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFISSIONAIS À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EDITAL DE RETIFICAÇÃO DO RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2021

A Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, através de sua Comissão de Processo Seletivo, vem por meio deste divulgar e tornar público o edital de retificação do Resultado do **Processo Seletivo Simplificado nº 003/2021**, que trata da contração temporária de profissionais à Secretaria Municipal de Assistência Social – conforme a seguir:

Cargo: Assistente Social

Candidatos	CPF	Titulação			Total	Resultado
		Grad	Pós	Qual		
Joana Aparecida Fernandes Santos	396.497.501-00	10,00	20,00	50,00	80,00	Aprovada
Ivanilda Correa Pinto de Arruda	626.761.051-91	10,00	20,00	44,87	74,87	Class.
Aparecida de Fátima Mourão Nascimento	436.696.466-04	10,00	20,00	37,00	67,00	Class.
Simone Aparecida de Queiroz	487.889.451-20	10,00	20,00	16,87	46,87	Class.
Débora Freire Ribeiro de Azevedo	142.533.508-01	10,00	20,00	5,00	35,00	Class.
Adriana Alves de Oliveira	941.741.721-53	10,00	0,00	21,50	31,50	Class.
Lúcia Maria Gonçalves	550.040.081-91	10,00	20,00	0,00	30,00	Class.
Rosangela Coelho Ferrari	812.755.791-91	10,00	20,00	0,00	30,00	Class.
Gilcelaine Gonçalves dos Santos	010.462.971-12	10,00	20,00	0,00	30,00	Class.
Laís Soares Faria de Souza	142.463.167-09	10,00	20,00	0,00	30,00	Class.
Victória da Silva Nunes	036.243.932-00	10,00	20,00	0,00	30,00	Class.
Mariuza Aparecida de Oliveira Dias	665.437.462-20	10,00	0,00	16,50	26,50	Class.
Izaine Araújo de Oliveira	853.961.681-53	10,00	0,00	15,00	25,00	Class.
Jucinéia Silva Ribeiro	022.559.391-26	10,00	0,00	9,87	19,87	Class.

Cargo: Psicólogo

Candidatos	CPF	Titulação			Total	Resultado
		Grad	Pós	Qual		
Janete Sanchez de Oliveira	014.231.621-02	10,00	20,00	50,00	80,00	Aprovada
Rudiério Geraldi Tomas	038.810.781-26	10,00	20,00	50,00	80,00	Class.
Angela Maria Balbueno	005.380.851-77	10,00	20,00	34,12	64,12	Class.
Eliana Dias Marangão	911.249.561-15	10,00	0,00	50,00	60,00	Class.
Jeysson Ricardo da Cunha	729.273.481-20	10,00	0,00	50,00	60,00	Class.
Aline Leite de Souza	024.491.862-71	10,00	0,00	50,00	60,00	Class.
Lanai Genascoli Bartolomeu	048.906.361-61	10,00	20,00	23,25	53,25	Class.

Assíria Monalisa Almeida do Nascimento	049.261.903-46	10,00	20,00	22,50	52,50	Class.
Kalinca Gabrielle Batista	046.097.411-48	10,00	20,00	20,25	50,25	Class.
Maria José dos Anjos Ribeiro dos Santos	059.470.163-54	10,00	20,00	10,00	40,00	Class.
Marcia Gomes Inácio Vital	011.495.741-00	10,00	20,00	9,75	39,75	Class.
Suelen Cristye Bernal	054.334.089-90	10,00	20,00	7,25	37,25	Class.
Letícia Rocha Rodrigues	004.078.061-39	10,00	20,00	2,50	32,50	Class.
Elaine Pereira Vaz	715.708.961-00	10,00	20,00	0,00	30,00	Class.
Cristiany de Oliveira Peza	016.157.431-97	10,00	20,00	0,00	30,00	Class.
Cleide Silva Lins	020.168.071-80	10,00	20,00	0,00	30,00	Class.
Quelre Adrielle Boarotto	032.577.591-50	10,00	20,00	0,00	30,00	Class.
Laís Cristina Félix Fernandes	034.704.642-86	10,00	20,00	0,00	30,00	Class.
Jhenifer Luana Barreira Cazé	014.929.722-07	10,00	20,00	0,00	30,00	Class.
Marina Maria Barbieri de Souza	048.080.111-82	10,00	20,00	0,00	30,00	Class.
Joaquim Francisco Napoletano dos Santos	224.359.678-45	10,00	0,00	12,50	22,50	Class.
Roberto Rosa Cabral	395.540.071-91	10,00	0,00	11,87	21,87	Class.
Rodrigo Fernandes Ferreira Brito	029.854.981-63	10,00	0,00	8,5	18,50	Class.
Ana Paula Menacho Gonçalves	047.667.381-01	10,00	0,00	0,50	10,50	Class.
Jéssica de Lima e Silva	412.697.818-63	10,00	0,00	0,00	10,00	Class.
Letícia Alves da Rocha Oliveira	044.513.871-83	10,00	0,00	0,00	10,00	Class.
Yngrid Farias da Silva	054.860.691-97	10,00	0,00	0,00	10,00	Class.
Hayanne Christine Teixeira Paz Azanki	059.381.171-27	10,00	0,00	0,00	10,00	Class.

Os candidatos terão o período de 27/04 a 28/04 (até às 23h59min) para interposição de recursos à Comissão do Seletivo, via e-mail: seletivosocial@saojosedosquatromarcos.mt.gov.br

Após o período de interposição, no dia 29/04, será divulgado o resultado final do referido processo seletivo.

São José dos Quatro Marcos, 26 de abril 2021.

JOELMA LEANDRA FRANZIN DE SOUZA

Presidente da Comissão de Processo Seletivo

Portaria nº 055/2021

OUVIDORIA
DECRETO N° 055, DE 08 DE ABRIL DE 2021

DISPÕE SOBRE ELABORAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES POR METRO QUADRADO DE TERRENO, EDIFICAÇÃO, DE SEUS COEFICIENTES CORRETIVOS DA FÓRMULA DE CÁLCULO PARA LANÇAMENTO DOS TRIBUTOS DO MUNICIPIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor **JAMIS SILVA BOLANDIN**, Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e considerando o Art. 53 da Lei Complementar № 01 de 13 de dezembro de 2001 (Código Tributário Municipal),

D E C R E T A:

Art. 1º - Este Decreto disciplina os procedimentos estabelecidos e designados pelo Executivo Municipal, em cumprimento do Art. 4 e 53, da Lei Complementar № 01 de 13 de dezembro de 2001 (Código Tributário Municipal)

Art. 2º - Fica instituída a Planta Genérica de valores por M2 (Metro Quadrado) de terreno, Edificação e pelos seus Coeficientes Corretivos, bem como, as fórmulas para que sirvam de base de cálculo e determine o VVI (Valor Venal do Imóvel Urbano), para o lançamento de: I.P.T.U. (Imposto Predial e Territorial Urbano), I.T.B.I. (Imposto sobre a transmissão Inter vivos de bens imóveis e direitos a eles relativos), **para o exercício de 2021.**

Art. 3º - O valor venal do bem imóvel, será obtido através da soma do valor venal do terreno ao valor venal da edificação, de acordo com a seguinte fórmula:

Vvi = Vvt + Vve Onde: Vvi = Valor Venal do Imóvel; Vvt = Valor do Terreno; Vve = Valor Venal da Edificação;

Art. 4º - Para efeito de determinação do valor do bem imóvel, considera-se:

§1º - Valor venal do terreno será aquele obtido através da multiplicação da área do terreno pelo valor genérico de metro quadrado do terreno, aplicado os coeficientes corretivos, de acordo com a seguinte fórmula:

Vvt = Vgm2t x At x P x T x S Onde: Vvt = Valor Venal do Terreno; Vgm2t = Valor Genérico de Metro Quadrado do Terreno; At = Área do Terreno; P = Coeficiente Corretivo de Pedologia; T = Coeficiente Corretivo de Topografia; S = Coeficiente Corretivo de Situação do Terreno.

I. O Valor do metro quadrado do terreno (Vm2t) será obtido através da Tabela de valores do terreno: Setor, por Quadra. O logradouro que não constarem da Planta de valores deste Decreto, terá seu valor unitário de metro quadrado de terreno, considerando o que estiver posicionado mais próximo do referido. O seu valor será obtido através da seguinte tabela:

TABELA DE VALORES EM R$ POR METRO QUADRADO DE IMÓVEL TERRITORIAL URBANO – DISCRIMINADO EM MAPA			
ORDEM	SETOR	VALOR M2 UPFM	VALOR M2 (R$)
01	01	22 UPFM	69,96
02	02	08 UPFM	25,44
03	03	12 UPFM	38,16
04	04	08 UPFM	25,44

II. A área do terreno, referida pela legenda “At” será encontrada no cadastro fiscal imobiliário, através do BCI – Boletim de Cadastro Imobiliário:

III. O coeficiente corretivo de situação, referido pela letra “S”, consiste em um grau atribuído ao imóvel, conforme sua situação mais ou menos favorável dentro da quadra. O seu valor será obtido através da seguinte tabela:

TABELA DE COEFICIENTES CORRETIVOS	
SITUAÇÃO DO TERRENO	**COEF. CORRETIVO**
DE ESQUINA (2 OU MAIS FRENTES)	1,10
ENCRAVADO *(a)*	0,70
MEIO DE QUADRA	1,00
GLEBA *(b)*	0,90
***(a)** é aquele que não se comunica com a via pública, exceto por servidão de passagem por outro imóvel (art. 9º, IV da Lei nº 10.325/86) **(b)**é a porção de terra que não tenha sido submetida a parcelamento sob a égide da Lei n° 6.766/79, o que equivale dizer que estaremos diante de uma gleba se a porção de terra jamais foi loteada ou desmembrada sob a vigência da nova Lei.*	

IV. O coeficiente corretivo de Topografia, referido pela letra “T”, consiste em um grau atribuído ao imóvel, conforme as características do relevo do solo. O seu valor será obtido através da seguinte tabela:

TABELA DE COEFICIENTES CORRETIVOS	
TOPOGRAFIA DO TERRENO	**COEF. CORRETIVO**
PLANO (*a*)	1,00
COM ACLIVE (*b*)	0,90
COM DECLIVE (*c*)	0,80
IRREGULAR	0,70
***(a)** são aqueles em que a frente o fundo do terreno tem praticamente o mesmo nível da rua. **(b)** são aqueles em que o fundo do terreno é mais alto do que a rua. **(c)** são aqueles em que o fundo do lote é mais baixo que a rua.*	

V. – O coeficiente corretivo da Pedologia, referido pela letra “P”, consiste em grau atribuído ao imóvel, conforme as características do solo. O seu valor será obtido através da seguinte fórmula:

TABELA DE COEFICIENTES CORRETIVOS	
PEDOLOGIA DO TERRENO	**COEF. CORRETIVO**
FIRME *(a)*	1,00
ALAGADO *(b)*	0,70
COMBINAÇÕES DOS DEMAIS	Média dos Coeficientes
INUNDÁVEL *(c)*	0,80
***(a)** são aqueles resistente, compacto. **(b)** terreno inundado por água suja, parada e lodacenta; local pantanoso. **(c)**que pode sofrer inundação.*	

§2º - O valor da edificação, será aquele obtido através da multiplicação do valor de metro quadrado por Tipo e Padrão de edificação, multiplicado pela área constituída da unidade e o resultado multiplicado pelo fator do coeficiente do estado de conservação, de acordo com a seguinte fórmula:

Vve = Vm2e x Ae x Ec Onde: Vve = Valor Venal da Edificação; Vm2e = Valor do Metro Quadrado de Edificação; Ae = Área da Edificação da Unidade; Ec = Estado de Conservação. I. O valor do metro quadrado da edificação, identificado pela legenda “Vm2e”, será obtido tomando-se por base, os componentes básicos da edificação, serão classificadas por categorias de materiais, aos quais serão atribuídos pontos, visando determinar o custo de sua reprodução com base nos materiais efetivamente utilizados, serão enquadrados por Tipo e Padrões da “Tabela I” constante na Lei Complementar № 01 de 13 de dezembro de 2001, conforme “Tabela II”, abaixo a saber:

VALORES UNITÁRIOS DE METRO QUADRADO DE CONSTRUÇÃO CORRESPONDENTES AOS TIPOS E PADRÕES DA TABELA I			
TIPO	**PADRÃO**	**FAIXA DE PONTOS**	**VALORES BASE DE CONSTRUÇÃO POR M2**
01	A	001 A 050	040 UPFM R$0127,20
01	B – C – D	051 A 150	050 UPFM R$0159,00
02	A – B – C – D	151 A 200	092 UPFM R$0292,56
03	A – B – C	051 A 150	050 UPFM R$0159,00
04	A – B – C	200 ACIMA	112 UPFM R$0356,16
CARACTERÍSTICAS DE MATERIAIS DE EDIFICAÇÃO CONSTANTES NOS TIPOS E PADRÕES DA TABELA I – DA LEI COMPLEMENTAR № 13 DE DEZEMBRO DE 2001 – CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL			
PISO	**PONTOS**	**FORRO**	**PONTOS**
TERRA BATIDA	00	SEM	00
CIMENTO	10	MADEIRA	10
CERÂMICA/MOSAICO	12	GESSO	14
MATERIAL PLÁSTICO	16	PVC	13
ESPECIAL	18	LAJE	16
		ESPECIAL	18
REVESTIMENTO EXTERNO	**PONTOS**	**REVESTIMENTO INTERNO**	**PONTOS**
SEM	00	SEM	00
EMBOÇO	06	EMBOÇO	06
REBOCO	08	REBOCO	08
PINTURA SIMPLES	10	PINTURA SIMPLES	10
PINTURA LÁTEX	12	PINTURA LÁTEX	12
ESPECIAL	16	ESPECIAL	16
INSTALAÇÃO SANITÁRIA	**PONTOS**	**ESTRUTURA DA CONSTRUÇÃO**	**PONTOS**
SEM	00	ADOBE/M. RUSTICA	02
LAVABO EXTERNO	02	MADEIRA DE 1ª CATEGORIA	10
LAVABO INTERNO	04	ALVENARIA	12
2 OU MAIS LAVABO (INT e/ou EXT)	07	CONCRETO	16
EXTERNA COMPLETA	07	METÁLICA	20

INTERNA COMPLETA	08		
2 OU MAIS COMPLETA (INT e/ou EXT)	18		
PAREDES	**PONTOS**	**ESTRUTURA DA COBERTURA**	**PONTOS**
SEM	00	MADEIRA SIMPLES	02
ADOBE/M. RUSTICA	02	MADEIRA DE 1ª CATEGORIA	08
MADEIRA DE 1ª CATEGORIA	09	CONCRETO	12
MADEIRA/LAMBRIL	12	METÁLICA	14
ALVENARIA	14	ESPECIAL	18
CONCRETO	16		
DRY WALL	20		
COBERTURA	**PONTOS**	**INSTALAÇÃO ELÉTRICA**	**PONTOS**
CIMENTO AMIANTO	06	SEM	00
TELHA DE BARRO	09	EXTERNA	04
METÁLICA	14	EMBUTIDA	08
LAJE	12		
ESPECIAL	16		
ÁREA DE LAZER			**PONTOS**
PISCINA ATÉ 20.000 LITROS			25
PISCINA ACIMA 20.000 LITROS			40
SAUNA			25
QUADRA DE ESPORTE			30
OUTROS			50

II. A área edificada da unidade, identificada pela legenda Ae, será obtida pelo cadastro fiscal imobiliário. **III.** O fator do coeficiente do estado de conservação, identificado pela legenda Ec, consiste em um grau atribuído ao imóvel conforme o seu estado de conservação. O seu valor será obtido através da seguinte tabela:

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA CONSTRUÇÃO		
ORDEM	**DISCRIMINAÇÃO**	**ÍNDICE**
01	NOVA/ ÓTIMA	1,10
02	BOM	1,00
03	REGULAR	0,80
04	RUIM	0,70

Art. 5º - Quando existir mais de uma unidade autônoma edificada no mesmo lote, a área do terreno será substituída, pela fração ideal calculada pela seguinte forma:

Fi = Ae x At Atc Onde: Fi = Fração Ideal; **Ae** = Área da Edificação da Unidade; **(BCI) At** = Área do Terreno; **(BCI) Atc** = Área Total Construída no Lote **(BCI)**

Art. 6º - Constituem instrumento para a apuração da base de cálculo do imposto:

I. Os elementos contidos no cadastro fiscais imobiliários da Prefeitura e/ ou apurados em campo que possibilitem a caracterização do imóvel. II. As informações do órgão técnico ligado à construção civil que indiquem o valor do metro quadrado das construções, em função dos respectivos tipos. III. Fatores de correção de acordo com a situação, da pedologia e topografia dos terrenos e fatores de correção de acordo com a categoria da construção, estado de conservação.

Art. 7º - As disposições finais desta Planta Genérica, são extensivos aos imóveis localizados nas áreas urbanizadas e de extensão urbana.

Art. 8º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

São José dos Quatro Marcos-MT; 08 de abril de 2021.

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 004/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 004/2021

A Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa-MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna pública a Dispensa de Licitação tendo por objeto, "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DO ESTACIONAMENTO DO PAÇO MUNICIPAL",** visto a empresa **JN PRADO-ME** sendo o valor estimado para 150 (cento e cinquenta) dias, valor estimado total de **R$ 31.400,00 (trinta e um mil e quatrocentos reais),** Tendo como fundamento o disposto no Art. 24, IV, da Lei 8666/93 e suas alterações posteriores.SÃO PEDRO DA CIPA, 26 de Abril de 2021. **Marciana da Silva Cherubim –Presidente da CPL**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

PORTARIA Nº. 224/2021

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. DAR POR ENCERRADO O CONTRATO Nº 03/2020 da Senhora **ADRIANA PINHEIRO DO AMARAL, na data de 30 de Abril de 2021**, servidor contratado por meio de do Processo Seletivo Simplificado – Educação 005/2019, com matrícula no RH nº. 1934 no cargo de **Técnico Administrativo Educacional** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.175/2019.

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 26 de Abril de 2021.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

REPUBLICAR

TERMO DE DISTRATO 009/2021

Que entre si fazem, tendo de um lado como contratante o **Município de Tabaporã - MT**, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº. 37.464.997/0001-40, situada na Avenida Comendador José Pedro Dias, 979/N, nesta cidade de Tabaporã – MT, de outro lado, como contratada Senhora **DIRCELIA MARIA DOS SANTOS SILVA,**brasileira, servidora contratadanocargo de **PROFESSORA** com matrícula no RH sob o nº. 1918, residente e domiciliada neste município de Tabaporã/MT**,** por ter cessado o motivo determinante da contratação (substituição de servidor efetivo em licença, com aviso prévio – ata de atribuição de turmas em 26/01/2021), rescindir o **CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 49/2019**.

Tabaporã – MT,**21 de Abril de 2021.**

SIRINEU MOLETA DIRCELIA MARIA DOS SANTOS SILVA

Prefeito de Tabaporã CONTRATADA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

DENIVALDO DE OLIVEIRA SOUZA PAULO KATSUME TAKEDA

Secretário Municipal deEducação Secretario Municipal de Administração

E Cultura e Planejamento

ASTOR BESKOW

PROCURADOR JURÍDICO

OAB/MT. 16586 B

PORTARIA Nº. 232/2021

CONSTITUI COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2021.

SIRINEU MOLETA, PREFEITO MUNICIPAL DE TABAPORÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE;

RESOLVE:

Artigo 1º. – Instituir, como órgão colegiado, Comissão de Monitoramento e Avaliação que terá como competência de monitorar e avaliar a execução do Termo de Colaboração nº 001/2021, com objetivo de " Firmar parceria por meio de Termo de Colaboração visando a transferência de recursos financeiros para a Associação dos beneficiários da rodovia MT 010 – trechos compreendidos pelos lotes do projeto executivo nº 03 (54 Km) e do lote n° 04 (27,5 Km) localizados na extensão territorial da Administração Pública Municipal de Tabaporã/MT, totalizando aproximadamente 81,5 Km (oitenta e um quilômetros e quinhentos metros). Sendo o lote n° 03 o trecho do entroncamento com a MT 220 (B) a sede do distrito de Nova Fronteira (Tabaporã) e o lote n° 04 no trecho da sede do distrito de Nova Fronteira (Tabaporã) até o entroncamento com MT 329 (A), trechos estes citados totalmente localizados dentro dos limites do território da Administração Pública Municipal.

Parágrafo Único. A Comissão de monitoramento e avaliação: órgão colegiado da administração pública municipal destinada a monitorar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil mediante termo de colaboração.

Artigo 2º - A Comissão de Monitoramento e Avaliação de que trata o artigo anterior será composta pelos seguintes membros:

VALDECIR CHESSA – MATRICULA 2031

JULIO CESAR CEOLIN – MATRICULA 2026

ADAIR JOSÉ SCHNEIDER – MATRICULA - 247

Artigo 3º - São obrigações da Comissão de Monitoramento e Avaliação:

I - monitorar e avaliar as parcerias celebradas com as organizações da sociedade civil;

II - emitir parecer técnico conclusivo, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação e do parecer financeiro conclusivo;

Artigo 4º- O membro da comissão de que ora se constitui deverá se declarar impedido de participar do processo de seleção quando verificar que:

I – Tenha, nos últimos cinco anos, tenha mantido relação jurídica com a organização da sociedade civil parceira;

II - A declaração de impedimento de membro da comissão não obsta a continuidade do processo de execução da parceria entre a organização da sociedade civil e o órgão ou a entidade pública municipal;

III - Na hipótese do item II, o membro impedido deverá ser imediatamente substituído por membro substituto nomeado através de ato competente, a fim de viabilizar a realização ou continuidade do processo de execução.

Artigo 5º - Para subsidiar seus trabalhos, esta Comissão poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado.

Artigo 6º- Esta Comissão bem como a nomeação de seus membros terá vigência a contar da publicação da presente portaria até a extinção da parceria supramencionada, momento esse em que a presente portaria será automaticamente revogada independentemente de novo ato.

Artigo 7º - Todos os trabalhos desta Comissão deverão ser registrados em atas, devidamente assinadas e arquivadas no setor competente.

Artigo 8º - Dê-se ciência ao servidor designado.

Artigo 9º - Revogam-se disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 26 de Abril de 2021.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 233/2021

DESIGNA O SERVIDOR NEWTON TOLEDO BRESSAN JUNIOR PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – Nomear o Servidor **NEWTON TOLEDO BRESSAN JUNIOR** do Termo de Colaboração Nº 001/2021, com objetivo de "Apoiar financeiramente as despesas com projetos de pavimentação e com os respecti-

vos licenciamentos ambientais da Associação dos Beneficiários da Rodovia MT 010 – trechos compreendidos pelos lotes do projeto executivo nº 03 (54 Km) e do lote n° 04 (27,5 Km) localizados na extensão territorial da Administração Pública Municipal de Tabaporã/MT, totalizando aproximadamente 81,5 Km (oitenta e um quilômetros e quinhentos metros). Sendo o lote n° 03 o trecho do entroncamento com a MT 220 (B) a sede do distrito de Nova Fronteira (Tabaporã) e o lote n° 04 no trecho da sede do distrito de Nova Fronteira (Tabaporã) até o entroncamento com MT 329 (A), trechos estes citados totalmente localizados dentro dos limites do território da Administração Pública Municipal.

Artigo 2º - Na hipótese do FISCAL da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público municipal deverá designar novo fiscal, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do fiscal, com as respectivas responsabilidades.

Artigo 3º - Será impedida de participar como fiscal da parceria ou como membro da comissão de monitoramento e avaliação pessoa que, nos últimos cinco anos, tenha mantido relação jurídica com ao menos, uma das organizações da sociedade civil partícipes.

Artigo 4º- Configurado o impedimento do Art. 3º, deverá ser designado novo fiscal ou membro substituto que possua qualificação técnica equivalente à do substituído.

Artigo 5º -São obrigações do Fiscal:

I - acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

II - informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados.

III - emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria.

Artigo 6º- Esta portaria terá vigência a contar de sua publicação e término ou extinção da Parceria supramencionada, onde será automaticamente revogada independentemente de novo ato.

Artigo 7º - Dê-se ciência ao servidor designado.

Artigo 8º - Revogam-se disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 26 de Abril de 2021.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SAMAE
TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO N. 05/2021/ SAMAE

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO N. 05/2021/SAMAE

TIPO	Contrato n. 005/2021/SAMAE – DISPENSA N. 01/2021/ SAMAE
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/ 0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 E – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, representado pelo Diretor Geral **LÚCIO JUSTI.**
CONTRATADA	**INSTITUTO PANTANAL AMAZÔNIA DE CONSERVAÇÃO**, inscrita no CNPJ sob o nº 07.231.069/0001-75, situada na Rua São Paulo, n. 157-W, sala 3, centro de Tangará da Serra/MT, CEP: 78300-000, representada por **DÉCIO ELOI SIEBERT**
OBJETO FUNDAMENTO	O presente Contrato tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE OUTORGA DE CAPTAÇÃO SUPERFICIAL. **RESCISÃO COM FUNDAMENTO NO ART. 79, I, DA LEI 8.666/ 93**
DATA	**Tangará da Serra/MT, 12 de abril de 2021.**

SERRAPREV
PORTARIA N.º 023/2021

O Prefeito do Município de Tangará da Serra/MT, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO o disposto no § 9º do art. 4º da Emenda Constitucional n. 103/2019, e diante do preenchimento dos requisitos previstos no art. 3º, incisos I, II, III e Parágrafo único da Emenda Constitucional n.º 47/2005, c/c art. 95, incisos I, II, III e parágrafo único da Lei Municipal n.º 153 de 14 de abril de 2011, que rege a previdência do Município, Art. 179 da Lei Complementar n.º 006 de 21 de junho de 1994 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e trata sobre o Adicional por Tempo de Serviço – ATS, e último reajuste concedido pela Lei Ordinária n. 5.130 de 08 de maio de 2019 que dispõe sobre revisão geral anual dos servidores municipais do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. RETIFICAR a **Portaria n. 043/2020**, publicada no JORNAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO – AMM, na data de 01 de outubro de 2020, que concedeu o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, da servidora Sra. **Ednoélia Ferreira da Silva**, brasileira, portadora da cédula de identidade RG n.º 826018 - SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 534.917.771-00, servidora efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Classe "F7", Nível "III", lotada na Secretaria Municipal de Saúde, contando com 31 (trinta e um) anos, 02 (dois) mês e 20 (vinte) dias de tempo de contribuição, **com proventos integrais,** conforme processo administrativo do SERRAPREV, n.º 2020.04.00113P**,** até posterior deliberação.

Onde se lê: (...)**Ednoélia Ferreira da Silva** (...).

Leia-se: (...)**Edinoélia Ferreira da Silva** (...).

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação**,** com efeitos retroativos **a partir da data de 31/08/2020,** revogados as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Tangará da Serra/MT, 20 de abril de 2021.

VANDER ALBERTO MASSON

Prefeito Municipal

LAURA PEREIRA

Diretora Executiva do SERRAPREV

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2021

AVISO DE RESULTADO- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2021- Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE RESGATE E SALVAMENTO PARA ATENDER NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DESTE MUNICÍPIO, conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA- MT, através da Pregoeira, nomeada pela Portaria nº 602/2020 de 25.03.2021, torna público que o certame acima ficou **DESERTO**, tendo em vista que não teve nenhuma licitante interessada no certame. Tangará da Serra- MT, 26 de abril de 2021. Janine Cristina Gruber Nogueira - Chefe do Departamento de Licitações e Contratos.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA-PREGÃO ELETRÔNICO N° 019/2021

AVISO DE ABERTURA-PREGÃO ELETRÔNICO N° 019/2021-TIPO MENOR PREÇO POR ITEM. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO TÉCNICO, ADMINISTRATIVO, FORNECIMENTO DE RECURSOS HUMANOS, RECURSOS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS NOVOS, MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE NEFROLOGIA INCLUINDO DIÁLISE PARA FUNCIONAMENTO DE 20 (VINTE) LEITOS DE UTI ADULTO TIPO II – COVID PARA ATENDIMENTO DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA NAS DEPENDÊNCIAS DO HOSPITAL MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA – MT,**conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. **Realização: 07 de Maio de 2021 às 09h00 horário de Brasília**. Fundamento legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar n° 123/2006, Decreto nº 3.555/2000, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Federal nº 7.892/2013 e Decreto Municipal nº 355/2019. Endereço Eletrônico: www.comprasnet.gov.br. Observação: O Edital e seus anexos estará disponível para acesso dos interessados a partir do dia **27 de Abril de 2021,** no link http://www.tangaradaserra.mt.gov/licitacao/ e na plataforma www.comprasnet.gov.br. Demais informações, poderão ser obtidas através do telefone 65-3311-4800, 65-3311-4809. Tangará da Serra- MT, 26 de Abril de 2021. Janine Cristina Gruber Nogueira- Chefe do Departamento de Licitações e Contratos.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA-PREGÃO PRESENCIAL N° 005/2021

AVISO DE ABERTURA-PREGÃO PRESENCIAL N° 005/2021-TIPO MENOR PREÇO POR ITEM. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS EQUIPES DE SAÚDE BUCAL,**conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. **Realização: 10 de Maio de 2021 às 08h00** na Sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Avenida Brasil nº 2.351-N, 2º Piso, Bairro Jardim Europa. Fundamento legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar n° 123/2006, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Federal nº 7.892/2013 e Decreto Municipal nº 355/2019. Observação: O Edital e seus anexos estará disponível para acesso dos interessados a partir do dia **27 de Abril de 2021,** no link http://www.tangaradaserra.mt.gov/licitacao/. Demais informações, poderão ser obtidas através do telefone 65-3311-4800, 65-3311-4809. Tangará da Serra-MT, 26 de Abril de 2021. Janine Cristina Gruber Nogueira- Chefe do Departamento de Licitações e Contratos.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE CANCELAMENTO DE ITEM DO REGISTRO DE PREÇO - ATA DE REGISTRO PREÇO Nº 042/2020/4

AVISO DE CANCELAMENTO DE ITEM DO REGISTRO DE PREÇO - ATA DE REGISTRO PREÇO Nº 042/2020/4 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056/2020. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO,** conforme especificações constantes do Anexo I do Edital. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitações e Contratos, com fulcro nas disposições contidas no Art.19, inciso I, Paragráfo único do Decreto Federal nº 7.892/2013 e ainda, na Cláusula Sétima da Ata de Registro de Preços citada acima, torna público o **cancelamento dos itens: 162, 265, 267, 268, 269, 271, 272, 273, 274 e 275** registrado em favor do fornecedor **COMERCIAL VANGUARDEIRA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 10.942.831/0001-36, tendo em vista o pedido de desistência da empresa em fornecer o produto, o qual foi acatado pela Secretarias ordenadoras de despesas. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações e Contratos, através do telefone 65-3311-4800. Tangará da Serra- MT, 26 de abril de 2021. Janine Cristina Gruber Nogueira - Chefe Departamento de Licitações e Contratos.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 012/2021 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021

EDITAL COMPLEMENTAR 012/2021

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021

O Município de Tangará da Serra/MT, por meio do Prefeito Municipal, **Senhor Vander Alberto Masson,** no uso de suas atribuições legais, Torna Público o **GABARITO PRELIMINAR da prova objetiva do Processo Seletivo nº. 001/2021,** destinado à contratação e formação de cadastro de reserva, para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Infraestrutura, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Saúde.

Divulga o gabarito preliminar da prova objetiva realizada no dia 25/04/2021:

CARGO: 775 - PEDAGOGO - SEMAS

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	A	C	D	A	C	B	B	A	D	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	A	B	A	C	C	B	D	C	A	B
QUESTÕES	21	22	23	24	25					
RESPOSTA	B	C	C	A	D					

CARGO: 1072 - ENGENHEIRO SANITARISTA

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	A	A	D	B	C	D	A	B	B	A
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	C	D	A	C	A	D	C	B	C	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25					
RESPOSTA	B	C	C	A	D					

CARGO: 959 - AGENTE ADMINISTRATIVO II

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	D	D	B	A	D	C	B	D	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	D	B	A	B	D	B	C	D	C	C
QUESTÕES	21	22	23	24	25					
RESPOSTA	C	B	A	B	D					

CARGO: 770 - ORIENTADOR SOCIAL - SEMAS

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	A	B	D	B	D	A	D	A
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	C	A	B	A	B	B	A	B	C
QUESTÕES	21	22	23	24	25					
RESPOSTA	C	B	A	B	D					

CARGO: 879 -ENTREVISTADOR SOCIAL - SEMAS

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	D	C	A	B	C	C	D	B	A	A
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	C	B	D	A	D	A	D	C	A	B
QUESTÕES	21	22	23	24	25					
RESPOSTA	C	A	B	C	A					

CARGO: 1154 - OPERADOR DE MÁQUINAS

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	B	A	C	B	A	D	C	A	B
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	C	A	D	B	B	D	B	C	D	A
QUESTÕES	21	22	23	24	25					
RESPOSTA	C	A	B	C	A					

CARGO: 1155 - MOTORISTA

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	A	D	B	D	B	C	B	D	D	A
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	C	D	B	B	B	C	D	B	A
QUESTÕES	21	22	23	24	25					
RESPOSTA	C	A	B	C	A					

CARGO: 1151 - AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	A	C	D	B	D	B	A	D	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	A	A	B	C	D	C	C	D	C
QUESTÕES	21	22	23	24	25					
RESPOSTA	C	C	B	C	D					

CARGO: 684 - MÉDICO CLÍNICO GERAL LEI 4969/2018

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	B	D	C	A	D	B	B	D	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	C	B	C	D	A	D	B	C	C	C
QUESTÕES	21	22	23	24	25					
RESPOSTA	B	C	C	A	D					

CARGO: 797 - MÉDICO CLÍNICO GERAL LEI 4334/2014

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	B	D	C	A	D	B	B	D	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	C	B	C	D	A	D	B	C	C	C
QUESTÕES	21	22	23	24	25					
RESPOSTA	B	C	C	A	D					

CARGO: 707 - MÉDICO INTERVENCIONISTA SAMU

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	B	C	C	A	D	A	C	C	A	B
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20

RESPOSTA	**B**	**A**	**D**	**D**	**C**	**A**	**C**	**C**	**A**	**D**
QUESTÕES	**21**		**22**	**23**	**24**	**25**				
RESPOSTA	**C**		**C**	**B**	**C**	**A**				

CARGO: 706 - MÉDICO REGULADOR SAMU

QUESTÕES	**01**	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
RESPOSTA	**B**	**C**	**C**	**A**	**D**	**A**	**C**	**C**	**A**	**B**
QUESTÕES	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
RESPOSTA	**B**	**A**	**D**	**D**	**C**	**A**	**C**	**C**	**A**	**D**
QUESTÕES	**21**		**22**	**23**	**24**	**25**				
RESPOSTA	**C**		**C**	**C**	**D**	**D**				

CARGO: 708 - ENFERMEIRO SAMU

QUESTÕES	**01**	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
RESPOSTA	**A**	**A**	**B**	**A**	**D**	**C**	**D**	**C**	**B**	**C**
QUESTÕES	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
RESPOSTA	**B**	**D**	**C**	**B**	**D**	**D**	**B**	**B**	**D**	**A**
QUESTÕES	**21**		**22**	**23**	**24**	**25**				
RESPOSTA	**B**		**C**	**C**	**A**	**D**				

CARGO: 1087 - ENFERMEIRO – LEI 4969/2018

QUESTÕES	**01**	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
RESPOSTA	**D**	**B**	**B**	**D**	**A**	**D**	**B**	**C**	**B**	**D**
QUESTÕES	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
RESPOSTA	**A**	**C**	**C**	**C**	**A**	**D**	**A**	**B**	**D**	**C**
QUESTÕES	**21**		**22**	**23**	**24**	**25**				
RESPOSTA	**B**		**C**	**C**	**A**	**D**				

CARGO: 733 TÉCNICO DE ENFERMAGEM 40H

QUESTÕES	**01**	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
RESPOSTA	**C**	**B**	**C**	**A**	**C**	**B**	**D**	**C**	**D**	**B**
QUESTÕES	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
RESPOSTA	**A**	**A**	**B**	**A**	**B**	**C**	**B**	**A**	**D**	**D**
QUESTÕES	**21**		**22**	**23**	**24**	**25**				
RESPOSTA	**C**		**B**	**A**	**B**	**D**				

CARGO: 380 TÉCNICO DE ENFERMAGEM USF

QUESTÕES	**01**	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
RESPOSTA	**A**	**D**	**A**	**D**	**A**	**B**	**C**	**A**	**C**	**B**
QUESTÕES	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
RESPOSTA	**A**	**A**	**B**	**A**	**B**	**C**	**B**	**A**	**D**	**D**
QUESTÕES	**21**		**22**	**23**	**24**	**25**				
RESPOSTA	**C**		**B**	**A**	**B**	**D**				

CARGO: 773 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM SAMU

QUESTÕES	**01**	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
RESPOSTA	**A**	**D**	**A**	**D**	**A**	**B**	**C**	**A**	**C**	**B**
QUESTÕES	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
RESPOSTA	**C**	**D**	**D**	**B**	**C**	**D**	**A**	**A**	**D**	**D**
QUESTÕES	**21**		**22**	**23**	**24**	**25**				
RESPOSTA	**C**		**B**	**A**	**B**	**D**				

CARGO: 700 - GESSEIRO

QUESTÕES	**01**	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
RESPOSTA	**A**	**C**	**A**	**C**	**A**	**C**	**B**	**D**	**B**	**B**
QUESTÕES	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
RESPOSTA	**A**	**B**	**D**	**B**	**B**	**C**	**D**	**A**	**D**	**A**
QUESTÕES	**21**		**22**	**23**	**24**	**25**				
RESPOSTA	**C**		**B**	**A**	**B**	**D**				

CARGO: 704 - MAQUEIRO

QUESTÕES	**01**	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
RESPOSTA	A	D	B	A	C	B	A	C	D	A
QUESTÕES	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
RESPOSTA	B	A	D	C	A	C	B	D	B	C
QUESTÕES	**21**		**22**	**23**	**24**	**25**				
RESPOSTA	**C**		**A**	**B**	**C**	**A**				

CARGO: 711 - TELEFONISTA AUXILIAR REGULAÇÃO MÉDICA – SAMU

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	D	C	C	D	B	D	A	D	D	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	A	D	B	C	D	A	D	D	B	A
QUESTÕES	21	22	23	24	25					
RESPOSTA	C	A	B	C	A					

CARGO: 710 - RADIO OPERADOR – SAMU

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	D	C	C	D	B	D	A	D	D	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	A	D	B	C	D	B	B	C	B	A
QUESTÕES	21	22	23	24	25					
RESPOSTA	C	A	B	C	A					

CARGO: 504 -MOTORISTA – SAMU

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	A	D	B	D	B	C	B	D	C	A
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	D	B	A	C	C	D	C	C	A	C
QUESTÕES	21	22	23	24	25					
RESPOSTA	C	A	B	C	A					

CARGO: 382 - RECEPCIONISTA

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	A	D	B	C	B	D	C	C	D	A
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	ANULADA	B	C	ANULADA	C	D	A	C	ANULADA	A
QUESTÕES	21	22	23	24	25					
RESPOSTA	C	A	B	C	A					

CARGO: 712 - COZINHEIRA - SAMU

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	B	A	C	A	A	C	B	D	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	A	C	B	C	D	C	D	D	A	A
QUESTÕES	21	22	23	24	25					
RESPOSTA	C	B	A	C	D					

CARGO: 705 -COZINHEIRA

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	B	A	C	A	A	C	B	D	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	A	C	B	C	D	C	D	D	A	A
QUESTÕES	21	22	23	24	25					
RESPOSTA	C	B	A	C	D					

CARGO: 701 - AUXILIAR ADMINISTRATIVO

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	A	D	B	A	D	D	A	C	C	D
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	C	C	D	C	B	B	B	B	B	C
QUESTÕES	21	22	23	24	25					
RESPOSTA	C	B	A	B	D					

CARGO: 794 - MOTORISTA INDÍGENA

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTAS	D	C	B	A	B	D	D	B	C	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	B	B	A	B	C	D	B	C	C	A
QUESTÕES	21	22	23	24	25					
RESPOSTAS	C	A	B	C	A					

CARGO: 573 - MOTORISTA ZONA RURAL

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTAS	D	C	B	A	B	D	D	B	C	C

QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	B	B	A	B	C	D	B	C	C	A
QUESTÕES	21	22				23	24		25	
RESPOSTAS	C	A				B	C		A	

CARGO: 790 - AJUDANTES DE SERVIÇO GERAIS - URBANA

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTAS	A	C	D	B	D	B	A	D	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	D	A	A	B	C	D	C	C	D	C
QUESTÕES	21	22				23	24		25	
RESPOSTAS	C	C				B	C		D	

CARGO: 1112- AJUDANTES DE SERVIÇO GERAIS

CME JUCILEIDE PRAXEDES

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTAS	A	C	D	B	D	B	A	D	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	D	A	A	B	C	D	C	C	D	C
QUESTÕES	21	22				23	24		25	
RESPOSTAS	C	C				B	C		D	

CARGO: 1113 - AJUDANTES DE SERVIÇO GERAIS

CME DIVA MARTINS JUNQUEIRA

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTAS	A	C	D	B	D	B	A	D	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	D	A	A	B	C	D	C	C	D	C
QUESTÕES	21	22				23	24		25	
RESPOSTAS	C	C				B	C		D	

CARGO: 1114 - AJUDANTES DE SERVIÇOS GERAIS

LINHA 12 – CME ULISSES GUIMARÃES

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTAS	A	C	D	B	D	B	A	D	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	D	A	A	B	C	D	C	C	D	C
QUESTÕES	21	22				23	24		25	
RESPOSTAS	C	C				B	C		D	

CARGO: 570 - AJUDANTES DE SERVIÇOS GERAIS - INDÍGENA

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTAS	B	A	D	C	D	C	A	A	D	B
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	C	C	A	C	D	B	A	D	B	A
QUESTÕES	21	22				23	24		25	
RESPOSTAS	C	C				B	C		D	

CARGO: 792 – VIGIA

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTAS	C	D	A	D	C	B	A	B	D	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	A	A	B	D	B	D	A	D	B	A
QUESTÕES	21	22			23		24		25	
RESPOSTAS	C	C			B		C		D	

CARGO: 578 – AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL – URBANA

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTAS	C	B	B	A	C	C	D	B	A	B
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	C	A	C	D	C	A	B	A	C	D
QUESTÕES	21	22			23	24		25		
RESPOSTAS	C	B			A	B		D		

CARGO: 1110 – AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL

CME DIVA MARTINS JUNQUEIRA

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTAS	C	B	B	A	C	C	D	B	A	B
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	C	A	C	D	C	A	B	A	C	D
QUESTÕES	21	22			23	24		25		
RESPOSTAS	C	B			A	B		D		

CARGO: 1111 – AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL – RURAL – CME JUCILEIDE PRAXEDES

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTAS	C	B	B	A	C	C	D	B	A	B
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	C	A	C	D	C	A	B	A	C	D
QUESTÕES	21	22			23	24		25		
RESPOSTAS	C	B			A	B		D		

CARGO: 963 – AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL – ZONA RURAL

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTAS	C	B	B	A	C	C	D	B	A	B
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	C	A	C	D	C	A	B	A	C	D
QUESTÕES	21	22			23	24		25		
RESPOSTAS	C	B			A	B		D		

CARGO: 662 – INTERPRETE DE LIBRAS

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTAS	A	B	B	C	D	B	C	B	C	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	D	C	C	D	C	A	B	A	C	B
QUESTÕES	21	22			23	24		25		
RESPOSTAS	C	B			A	B		D		

CARGO: 653 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTAS	A	B	B	D	C	B	C	D	D	B
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	D	A	D	B	A	B	A	B	D	C
QUESTÕES	21	22			23	24		25		
RESPOSTAS	B	C			C	A		D		

CARGO: 676 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL /EJA I SEGMENTO/ ANOS INICIAIS – ZONA RURAL

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTAS	C	D	B	A	A	B	D	C	B	A
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	C	D	B	A	C	D	A	B	B	C
QUESTÕES	21	22			23	24		25		
RESPOSTAS	B	C			C	A		D		

CARGO: 1115 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL /EJA I SEGMENTO/ ANOS INICIAIS – CME JUCILEIDE PRAXEDES

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTAS	C	D	B	A	A	B	D	C	B	A
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	C	D	B	A	C	D	A	B	B	C
QUESTÕES	21	22			23	24		25		
RESPOSTAS	B	C			C	A		D		

CARGO: 1118 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL /EJA I SEGMENTO/ ANOS INICIAIS – ESCOLA MUNICIPAL CHAPADÃO DO RIO VERDE

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTAS	C	D	B	A	A	B	D	C	B	A
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	C	D	B	A	C	D	A	B	B	C
QUESTÕES	21	22			23	24		25		
RESPOSTAS	B	C			C	A		D		

CARGO: 1168 – PROFESSOR SÉRIES INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL INDÍGENA – EMI FORMOSO

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTAS	D	B	A	B	D	A	A	C	B	D
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20

RESPOSTAS	D	C	A	B	D	B	A	C	A	D
QUESTÕES	21		22		23	24		25		
RESPOSTAS	B		C		C	A		D		

CARGO: 1169 – PROFESSOR SÉRIES INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL INDÍGENA – EMI ZOZOITERO

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTAS	D	B	A	B	D	A	A	C	B	D
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	D	C	A	B	D	B	A	C	A	D
QUESTÕES	21		22		23	24		25		
RESPOSTAS	B		C		C	A		D		

CARGO: 1170 – PROFESSOR SÉRIES INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL INDÍGENA – EMI CABECEIRA DO OSSO

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTAS	D	B	A	B	D	A	A	C	B	D
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	D	C	A	B	D	B	A	C	A	D
QUESTÕES	21		22		23	24		25		
RESPOSTAS	B		C		C	A		D		

CARGO: 1209– PROFESSOR SÉRIES INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL INDÍGENA – EMI CABECEIRA DO SACRE

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTAS	D	B	A	B	D	A	A	C	B	D
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	D	C	A	B	D	B	A	C	A	D
QUESTÕES	21		22		23	24		25		
RESPOSTAS	B		C		C	A		D		

Os recursos referente ao gabarito da prova objetiva deverão ser protocolados, com as devidas fundamentações,conforme o item 9.1.32 do Edital de Abertura do Processo Seletivo 001/2021 e Anexo X, no Protocolo Geral da Sede Administrativa desta Municipalidade, Av. Brasil nº. 2350-N Jardim Europa - Tangará da Serra –MT, nos **dias 27 e 28 de abril de 2021**, das 08h as 11h e das 13h as 16h.

Tangará da Serra – MT, 26 de abril de 2021.

Vander Alberto Masson

Prefeito Municipal

Arielzo da Guia e Cruz

Secretário Municipal de Administração

Vagner Constantino Guimarães

Secretário Municipal de Educação

Gicelly Maria Lorenzi Zanatta Sousa

Secretária Municipal de Saúde

Ana Lúcia Adorno de Sousa

Secretária Municipal de Assistência Social

Marcos Scolari

Secretário Municipal de Infraestrutura

Magno César Ferreira

Secretário Municipal de Meio Ambiente

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
EDITAL DE INDEFERIMENTO E ARQUIVAMENTO DA LICENÇA AMBIENTAL

O Secretário Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, torna público o indeferimento e arquivamento do processo de licenciamento ambiental relacionado abaixo, em consonância com a Resolução CONSEMA n.º 85 de 24 de setembro de 2014 e o Decreto Municipal n.º 056 de 22 de fevereiro de 2017.

Processo	Responsável Técnico	Interessado	CNPJ ou CPF	Ato Administrativo
13126/2020	VINÍCIUS LANÇONE DOS SANTOS	ROBERTO KAZUTO OKADA	100.512.338-19	P.T.A. n.º 076/SEMMEA/2021

Após publicado, arquiva-se.

Tangará da Serra – MT, 26 de abril de 2021

Magno César Ferreira

Secretário Municipal do Meio Ambiente

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

CONTRATOS
PUBLICAÇÃO AVISO DE RESULTADO PP 026/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT

EDITAL DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2021.

O PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NOMEADO PELA PORTARIA Nº. 23/2021 TORNA PUBLICO O RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, REGIDO PELAS LEIS Nº 8.666/93 E 10.520/02, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES.

PROCESSO: 35/2021

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: REGISTRO DE PRECOS PARA EVENTUAL PRESTACAO DE SERVICOS DE CONFECCAO E INSTALACAO DE COMUNICACAO VISUAL, COMO ADESIVOS, BANERS, PLACAS DE SINALIZACAO LETRAS CAIXA, INSUFILMES, ENTRE OUTROS, PARA DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT.

VENCEDORES:

MASTER SERVICOS DE PUBLICIDADE LTDA ME

CNPJ 15.654.968/0001-09

R$ 251.970,00

TERRA NOVA DO NORTE – MT, 16 DE ABRIL DE 2021.

EDIVALDO MOREIRA DA SILVA

PREGOEIRO/OFICIAL

CONTRATOS
PUBLICAÇÃO AVISO RESULTADO PE 02/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT

EDITAL DE RESULTADO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 02/2021.

O PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NOMEADO PELA PORTARIA Nº. 23/2021 TORNA PUBLICO O RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, REGIDO PELAS LEIS Nº 8.666/93 E 10.520/02, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES.

PROCESSO: 39/2021

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES PARA OFICINA MUNICIPAL DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT.

VENCEDORES:

ANTONIO TERTULIANO RODRIGUES JUNIOR

CNPJ nº 22.120.115/0001-52

R$ 47.150,92

TERRA NOVA DO NORTE – MT, 19 DE ABRIL DE 2021.

EDIVALDO MOREIRA DA SILVA

PREGOEIRO/OFICIAL

CONTRATOS
PUBLICAÇÃO AVISO PE 04/2021

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2021

A Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte – MT torna público que, com base no novo Decreto n.º 10.024, de setembro de 2019, fará realizar a Licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM,** visando REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÁS MEDICINAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT**,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital com as características descritasno Termo de Referencia**.**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir das 08h00min do dia 27/04/2021 até as 08h00min do dia 06/05/2021.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h00min às 10h30min do dia 06/05/2021.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 14h00min horas do dia **07/05/2021**.

REFERÊNCIA DE TEMPO: **Horário de Brasília**

LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br.

O edital completo está disponível, via e-mail: licitacao@terranovadonorte.mt.gov.br ou através do site: https://www.terranovadonorte.mt.gov.br/Transparencia, telefone (XX 66) 3534-2500.

Terra Nova do Norte - MT, 26 de Abril de 2021.

Edivaldo Moreira da Silva

Pregoeiro

CONTRATOS
PUBLICAÇÃO AVISO DE RESULTADO PP 028/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT

EDITAL DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2021.

O PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NOMEADO PELA PORTARIA Nº. 23/2021 TORNA PUBLICO O RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, REGIDO PELAS LEIS Nº 8.666/93 E 10.520/02, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES.

PROCESSO: 44/2021

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO TÉCNICO DO VALOR DA TERRA NUA - VTN PARA O MUNICIPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT.

VENCEDORES:

PEDRO AMON DE CARVALHO PEREIRA

CNPJ 36.234.112/0001-54

R$ 4.000,00

TERRA NOVA DO NORTE – MT, 26 DE ABRIL DE 2021.

EDIVALDO MOREIRA DA SILVA

PREGOEIRO/OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

PORTARIA Nº 121/2021.

“Dispõe sobre Afastamento de Exoneração e dá outras providências. ”

THIAGO TIMO OLIVEIRA, Prefeito Interino Municipal de Torixoréu-MT, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei.

RESOLVE:

Art.1º - Exonerar a pedido, **DHULLY DE SOUSA VILELA GOUVEIA** do cargo de **DIRETORA DE SETOR DE ESPORTE** da **SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, ao 26 de Abril de 2021.

THIAGO TIMO OLIVEIRA

Prefeito Interino Municipal

PORTARIA Nº 122/2021.

"Dispõe sobre Afastamento de Férias e dá outras providências "

THIAGO TIMO OLIVEIRA, Prefeito Interino Municipal de Torixoréu-MT, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei.

RESOLVE:

Art.1º - Conceder o afastamento para o gozo de **FÉRIAS** na competência de **01 de Abril de 2021** com retorno a **01 de Maio de 2021** da servidora**PAULA FERNANDA MARTINS DE SOUSA,** lotada nocargo de **SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS** da **SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia **01 de Abril de 2021**, revogando-se todas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, ao 26 de Abril de 2021.

THIAGO TIMO OLIVEIRA

Prefeito Interino Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2021

Interessada: PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

Proponente: LENZ & LENZ LTDA.

CNPJ nº 01.987.957/0001-36

Endereço: Rua Pascoal Moreira, nº 1.226 – Setor Industrial – Santa Carmem / MT.

Objeto: Contratação emergencial de empresa para Prestação de Serviços de Hora Máquina com Motoniveladora, para a realização de manutenção e reparos em estradas vicinais, para reabilitação do cenário de desastre ocasionado por chuvas intensas, conforme decretação de situação de emergência (Decreto nº 1.312 de 17/03/2021). As despesas com operador e manutenção da máquina serão por conta da empresa contratada, e o combustível será por conta do contratante (município).

Valor: R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).

Prazo de Execução: vide contrato.

Motivo da Dispensa de Licitação: Dispensa de Licitação embasada no disposto no inciso IV, do art. 24, da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993 e alterações posteriores, e de conformidade com o disposto no art. 6º, do Decreto Nº 1.312 de 17 de março de 2021 (publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso, Edição nº 3.690, páginas 916 e 917, do dia 19 de março de 2021), em decorrência da Situação de Emergência no território do Município de União do Sul, caracterizada por Chuvas Intensas – COBRADE 1.3.2.1.4, IN/MDR 36/2020, com parecer favorável - Parecer Técnico Nº 008/2021/COP/DEFESA/CIVIL datado de 19 de março de 2021 e reconhecido pela Portaria Nº 508 de 23 de março de 2021 da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Razões da escolha da proponente: Diante do acima exposto e presentes as razões de conveniência administrativa, e por configurar-se uma situação em que a proponente supre as condições para a execução dos serviços (hora máquina de motoniveladora), e considerando que se trata de aquisição direta dentro dos ditames legais estabelecidos pela legislação acima citada, bem como a necessidade da aquisição ser de suma importância para garantir a manutenção e a trafegabilidade em vias não pavimentadas, dentro do perímetro urbano do Município de União do Sul.

Decisão: RATIFICO nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93 a Dispensa de Licitação nº 020/2021.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul/MT, 26 de Abril de 2021.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

TERMO DE "RATIFICAÇÃO" DE ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 01/2021

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE ESPECIALIZADO EM PROGRAMAS VISANDO ATENDER AS ESCOLAS, CRECHES E TODA A REDE INTERLIGADA DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PÚBLICO, COM SUPORTE TÉCNICO, TREINAMENTO DE PESSOAL E GARANTIA, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Fundamento legal: Artigo 25, Inciso I da Lei Federal 8.666/93 com posteriores alterações. E obedecendo ao que estabelece o Artigo 26, publica no diário oficial para o prazo de 05 (cinco) dias, como condição para eficácia dos atos.

FORNECEDOR: **OMEGA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA-EPP**

Inscrito no CNPJ: 17.468.557/0001-54

ITEM	ESPECIFICAÇÃO / DETALHAMENTO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	Software para gestão educacional integrados (módulos_ tecnologia hibrida on/off line, nas plataformas web e desktop, sincronização simultânea (full duplex) sem necessidade do sistema de gerenciamento do banco de dados (SGBD) contemplado ASD áreas administrativa, acadêmica, pedagógica, financeira e estatística educacionais, para as esferas federais, estaduais e municipais. Serviços de suporte técnico, implantação de sistema e treinamento de pessoal.	12	MÊS	R$ 2. 500,00	R$ 30. 000,00

VALOR : R$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais)

Ratifico a Inexigibilidade de Licitação em consonância com o Parecer Jurídico desta Prefeitura Dr. Thucydides Francisco Conceição Alvares, OAB MT 4552.

PUBLIQUE-SE ARQUIVE-SE

Vale de São Domingos, MT, 26 de Abril de 2021.

_____

GERALDO MARTINS DA SILVA

Prefeito do Mun. De V. S. Domingos/MT.

TERMO DE "HOMOLOGAÇÃO" DE ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. º 01/2021.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE ESPECIALIZADO EM PROGRAMAS VISANDO ATENDER AS ESCOLAS, CRECHES E TODA A REDE INTERLIGADA DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PÚBLICO, COM SUPORTE TÉCNICO, TREINAMENTO DE PESSOAL E GARANTIA, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Fundamento legal: Artigo 25, Inciso I da Lei Federal 8.666/93 com posteriores alterações.

FORNECEDOR: **OMEGA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA-EPP**

Inscrito no CNPJ: 17.468.557/0001-54

ITEM	ESPECIFICAÇÃO / DETALHAMENTO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	Software para gestão educacional integrados (módulos_ tecnologia hibrida on/off line, nas plataformas web e desktop, sincronização simultânea (full duplex) sem necessidade do sistema de gerenciamento do banco de dados (SGBD) contemplado ASD áreas administrativa, acadêmica, pedagógica, financeira e estatística educacionais, para as esferas federais, estaduais e municipais. Serviços de suporte técnico, implantação de sistema e treinamento de pessoal.	12	MÊS	R$ 2. 500,00	R$ 30. 000,00

VALOR : R$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais)

Homologo a Inexigibilidade de Licitação em consonância com o Parecer Jurídico desta Prefeitura **Dr. Thucydides Francisco Conceição Alvares, OAB MT 4.552.**

Vale de São Domingos, MT, 26 de Abril de 2021.

_____

GERALDO MARTINS DA SILVA

Prefeito do Mun. De V. S. Domingos/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA

PORTARIA Nº126/2021

Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto - DAE-VG, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta na Lei Complementar n°1.164/91, que dispõe em seu art. 85;

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares, ao servidor abaixo relacionado:

Servidor (a): LUIZ PAULO DE SOUZA SILVA

Matrícula nº: 656

Cargo: AGENTE SANEAMENTE/OPERADOR DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO

Lotação: ETA NOVA

Período Aquisitivo: 2019/2020

Período Gozo: 20/04/2021 a 19/05/2021.

Publique-se, Registre-se e cumpra-se.

Várzea Grande, 23 de abril de 2021.

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA

Diretor Presidente DAE/VG.

PORTARIA GAB/SMS/VG Nº57, DE 20 DE ABRIL DE 2.021.

Dispõe sobre a criação do Núcleo de Qualidade e Segurança do Paciente na Atenção Secundária da Secretaria Municipal de Saúde de Várzea Grande, e da outras providências

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO:

A Resolução da Diretoria Colegiada RDC 36 da ANVISA de 25-07-2013, que institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde, dentre elas a constituição de um Núcleo de Segurança do Paciente;

RESOLVE:

Art. 1º – Fica criado no âmbito da Atenção Secundária, o Núcleo de Qualidade e Segurança do Paciente.

Art. 2º – O Núcleo de Qualidade e Segurança do Paciente (NQSP) tem como finalidade estabelecer políticas e diretrizes de trabalho, a fim de promover uma cultura de assistência segurança ao paciente, voltada para melhoria nos processos de saúde, através do planejamento, desenvolvimento, controle e avaliação, que visem garantir a qualidade assistencial nas Instituições.

Art. 3º – Nomear os seguintes membros para compor o Núcleo de Qualidade e Segurança do Paciente:

Presidente - Oswaldo Prado Rocha

Coordenadora – Griziela Pereira da Rosa

Vice Coordenador – Franz Cleyton Fernandes de Amorim

Gerenciamento de Risco - Responsáveis Técnicos de Enfermagem

Responsáveis Técnicos de Medicina

Responsáveis Técnicos de Farmácia

Coordenadores Administrativos.

Art. 4º - A implantação do Núcleo de Qualidade e Segurança do Paciente (NQSP) nos estabelecimentos de saúde na atenção secundária tem como principal objetivo a promoção da qualidade na assistência e o cumprimento da Portaria n°. 529/2013 que dispõe sobre o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP) que institui a Segurança do Paciente como a "redução a um mínimo aceitável dos riscos de danos desnecessários associado à prestação do cuidado em saúde'', a adequação do plano anual do estado que estabelece a necessidade da quantificação de eventos adversos realçado em planilhas e colocado à vista em todos os setores, bem como, a notificação destes eventos no sistema de notificação da ANVISA, e a RDC n°. 36/2013 destacando a obrigatoriedade de constituição do Núcleo de Segurança do Paciente nos serviços de saúde.

Parágrafo Único – O mandato dos membros do NQSP terá a duração de 02(dois) anos, podendo ser prorrogado por mais (dois) anos, ou interrompido mediante solicitação dos membros, ou decisão da superintendência.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Várzea Grande, 20 de abril de 2021.

Gonçalo Aparecido de Barros

Secretário Interino de Saúde SMS/VG

PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 56, DE 20 DE ABRIL DE 2.021.

Dispõe sobre a criação das Comissões de Controle de Infecção Hospitalar nas unidades de pronto atendimento Farid Seror Cristo Rei e Ipase do Município de Várzea Grande.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar servidores responsáveis pelas Comissões de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH), para as Unidades de Pronto Atendimento do Municipal de Várzea Grande MT:

UPA FARID SEROR CRISTO REI

Membros Executores:

Presidente - Kadja Samara Souza do Nascimento Leite - Médica Infectologista

CRM/MT 6107

Vice Presidente - Aline Aparecida Bianchi Cavichioli - Enfermeira

COREN/MT 106128

Marina Monteiro Amorim Farmacêutica CRF/MT4168

Membros Consultores:

Responsável Técnico Médico

Responsável Técnico Enfermagem

Coordenador Administrativo

UPA IPASE

Membros executores:

Presidente- Kadja Samara Souza do Nascimento Leite - Médica Infectologista

CRM/MT 6107

Vice Presidente - Mariangela Magalhães de Oliveira- Enfermeira

COREN/MT 111333

Pamela Cristina de Lima Rhoden - Farmacêutica CRF/MT 548540

Membros Consultores:

Responsável Técnico Médico

Responsável Técnico Enfermagem

Coordenador Administrativo

Art. 2 - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

Várzea Grande, 20 de abril de 2021.

Gonçalo Aparecido de Barros

Secretário Interino de Saúde SMS/VG

EXTRATO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N.01.2021

PARTES INTERESSADAS: O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 03.507.548/0001-10, e de outro lado, o INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE VÁRZEA GRANDE – PREVIVAG, inscrito no CNPJ n. 00.584.491/0001-65. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições da Lei Municipal n. 3.631/2011 e do art. 116, da Lei n. 8.666/1993. OBJETO: Este instrumento tem por objeto a cooperação estrutural e funcional entre os Cooperantes na execução de plano de trabalho, visando a contratação de Empresa para reforma e/ou construção das instalações físicas da sede do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande – PREVIVAG, conforme o PROCESSO GESPRO N. 710206/2021.. VALOR GLOBAL: Não haverá transferência de recursos em razão da presente instrumento, que se dará em forma de Cooperação Mútua, sendo que os recursos para a contratação da Empresa vencedora do certame licitatório correrão por conta do Cooperado, mediante dotação orçamentária própria indicada no procedimento administrativo da seleção. VIGÊNCIA: A vigência do presente instrumento iniciará na data de sua assinatura, encerrando-se com a finalização do procedimento licitatório, prazo que os Cooperantes deverão executar seu objeto, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo em procedimento administrativo devidamente justificado pelos Cooperantes.

DATA DE ASSINATURA: 03.03.2021.

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA

Prefeito do Município de Várzea Grande

Cooperante

ANDERSON RODRIGO DO NASCIMENTO SILVA

Secretaria Municipal de Administração

Cooperante

LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA

Secretaria Municipal de Viação e Obras

Cooperante

JOMAS FULGÊNCIO DE LIMA JUNIOR

Procuradoria Geral do Município

Cooperante

JUAREZ TOLEDO PIZZA

Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande

Cooperado

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 16/2020 - MENOR PREÇO/EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

Processo n° 687842/2020. Objeto: seleção e contratação de empresa de engenharia para execução da obra de Reforma e Ampliação da EMEB "**Mamed Untar",** localizada na Rua Marfim, s/nº Bairro: Jardim Alá no Município de Várzea Grande/MT, atendendo aos critérios do padrão SME-CEL/VG, com intervenção em área aproximada de 1.342,00m², contemplando os serviços de demolição, fundações e superestruturas, fechamentos em alvenaria, cobertura, esquadrias, pintura interna e externa, revestimentos, instalações hidrossanitária e elétricas, calçamento e a extensão de rede 13,8kV e implantação do posto de transformação de 112,5kVA, incluindo fornecimento de materiais e mão de obra, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, de acordo com as especificações descritas neste termo e seus anexos. **A** realização está prevista para o **dia 13 maio de 2021**, às **09h00min** (horário local). O Edital Retificado completo está à disposição dos interessados na Superintendência de Licitação da Prefeitura Municipal de Várzea Grande, a ser disponibilizado através de mídia digital ou outro dispositivo que permita a gravação de arquivos ou gratuitamente no site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande – MT, 23 de abril de 2021. **Silvio Aparecido Fidelis -** Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

PORTARIA Nº 388/2021

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017 e tendo em vista o que consta do Processo nº 722467/2021,

RESOLVE:

Conceder à servidora **ROSALI DE OLIVEIRA, ma**trícula 40684, exercendo o cargo de Técnico Administrativo Educacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,**02 (dois) anos de Licença para tratar de Assunto Particular sem Ônus**, conforme Artigo 101 da Lei Municipal nº 1.164/1991, a vigorar a partir de **06/04/2021 a 06/04/2023.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT,20 de abrilde 2021.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

ATO Nº 300/2021

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

EXONERAR Maria Margarete Silva, do cargo de Técnico de Desenvolvimento Educacional, matrícula n.º 33351 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer com efeito, a partir de 18 de março de 2021.

.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 25 de março de 2021.

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 014/2021

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM

MODO DE DISPUTA: ABERTO

1. PREÂMBULO

O **DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO – DAE/VG**, através de sua Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, tendo em vista às alterações nos itens 11, 12, 14 e item 22.1.1 do Termo de Referência nº 021/2021, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 003/2021,** que tem como Objeto: Futura e eventual contratação de empresa especializada em locação de equipamentos de informática (computadores), para atender a demanda do Departamento de Água e Esgoto do município de Várzea Grande – MT.

2. DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

2.1. A sessão pública deste Pregão Eletrônico será aberta por comando da Pregoeira Oficial com a utilização de sua chave de acesso e senha, no endereço eletrônico, data e horário abaixo discriminados:

Domínio/site:	**www.licitacoes-e.com.br**
Data da Realização do Pregão Eletrônico:	**06 de maio de 2021 às 09h00min (nove) horas - Horário de Brasília/DF.**
As propostas de preços serão recebidas entre os dias:	**27 de abril a 06 de maio de 2021.**
Encerramento de Recebimento das Propostas	**Até às 08:59 (oito horas e cinquenta e nove minutos) do dia 06 de maio de 2021 - Horário de Brasília/DF.**
Abertura das Propostas	**A partir das 09:00 (nove horas) do dia 06 de maio de 2021 - Horário de Brasília/DF.**
A disputa de preços terá início	**A partir das 09:15 (nove horas e quinze minutos) do dia 06 de maio de 2021.**

2.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de **Brasília/DF**, e dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2.3. O Edital estará disponível gratuitamente na página **www.daevg.com.br** e no endereço eletrônico **licitacaodae@gmail.com.**

2.4.O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, via INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor (a) integrante do quadro do **DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE,** denominada Pregoeira, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "**Licitações-e**", constante da página eletrônica do **Banco do Brasil S.A - www.licitacao-e.com.br** conforme descrito neste Edital e seus anexos.

Várzea Grande-MT, 26 de abril de 2021.

EVANILZE VALEIDE DA SILVA

PREGOEIRA - DAE/VG

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA

DIRETOR PRESIDENTE - DAE/VG

PORTARIA Nº 385/2021

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017 e tendo em vista o que consta do Processo nº 724524/2021,

RESOLVE:

Conceder àservidora**DEUZIMAR PEREIRA PACHECO,** matrícula 10497, exercendo o cargo de Técnico de Suporte Administrativo Educacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,**02 (dois) anos de Licença para tratar de Assunto Particular sem Ônus**, conforme Artigo 101 da Lei Municipal nº 1.164/1991, a vigorar a partir de **28/04/2021 a 28/04/2023.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT,20 de abrilde 2021.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 384/2021

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria n° 388/2020 de 08 de abril de 2020 e tendo em vista o que consta do Processo nº 722487/2021,

RESOLVE:

Conceder aservidora**ANDRIELLE CARLA DA SILVA CAMPOS,** matrícula 3554, exercendo o cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Econômico e Social, lotada na Secretaria Municipal de Governo, **02 (dois)anos de Licença para tratar de Assunto Particular sem Ônus**, conforme Artigo 101 da Lei Municipal nº 1.164/1991, a vigorar a partir de **13/04/2021 a 13/04/2023.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT,20 de abrilde 2021.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA

PORTARIA N° 128/2021

Carlos Alberto Simões de Arruda Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto - DAE-VG, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta na Lei n°1.164/91 art.97 e conforme Parecer Jurídico do Procurador Chefe **N°084/2021/JUR/DAEVG.**

RESOLVE:

Art.1°- Conceder em favor da Servidora **MARIA LUCIA DE ANDRADE**, mat.**n°568,** lotada no Escritório Cristo Rei, exercendo o cargo de **Operador de Faturamento**, a licença prêmio, referente ao quinquênio 2008 a 2013, a ser gozada no seguinte período:

08/09/2021 a 07/10/2021

16/11/2021 a 15/12/2021

01/08/2022 a 30/08/2022

Art. 2°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 26 de Abril de 2021.

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA

Diretor Presidente – DAE/VG

ATO Nº 322/2021

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

EXONERAR Eder Gilson Souza Ferreira do cargo em Comissão de Assessor Técnico – DNS 6 do Gabinete do Vice, com efeito, a partir de 01 de abril de 2021.

.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 14 de Abril de 2021.

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

ATO Nº 329/2021

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal consta no Processo nº 723886/2021;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Gilmairon Benedito de Amorim matricula 17715 do cargo de Concurso Agente de Desenvolvimento Econômico e Social da Secretaria Municipal de Saúde, com efeito, a partir de 12 de abril de 2021.

.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 26 de Abril de 2021.

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

ATO Nº 330/2021

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal consta no Processo nº 723797/2021;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Paulo Marques Ferreira Mendes matricula 386. 95 do cargo de Concurso Professor da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, com efeito, a partir de 12 de abril de 2021.

.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 26 de Abril de 2021.

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

ATO Nº 331/2021

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal consta no Processo nº 724595/2021;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Gil Marcel Sardinha Scaffa matricula 135.393 do cargo de Concurso Médico da Secretaria Municipal de Saúde, com efeito, a partir de 15 de abril de 2021.

.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 26 de Abril de 2021.

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

ATO Nº. 328/2021

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e o que consta no Processo nº 715590/20;

R E S O L V E:

TORNAR SEM EFEITO o Ato nº 267/2021 que exonerou Alessandra Pereira Julião, no cargo em Concurso de Técnico de Desenvolvimento Infantil, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, com efeito, a partir de 24 de fevereiro de 2021.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 22 de Abril de 2021.

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

ATO Nº 299/2021

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

EXONERAR Rodrigo Ezidio Oliveira de Moraes, do cargo de Técnico de Desenvolvimento Educacional, matrícula n.º 135647 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer com efeito, a partir de 19 de março de 2021.

.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 25 de março de 2021.

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E DE ADESÃO/CARONA À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 017/2020 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO – MT.

O DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE – DAE/VG, estabelecido na Av. Gov. Júlio Campos, nº 2.599, bairro Jardim dos Estados, município de Várzea Grande – MT, inscrito no CNPJ sob o nº 02.555.079/0001-42, denominada **ADERENTE,** neste ato representado pelo seu Diretor Presidente **Sr. CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA**, no uso de suas atribuições legais, conforme delegação de competência que lhe foi atribuída pelo Ato de Nomeação nº 046 de 04 de janeiro de 2021, e em obediência ao da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal n.º 3.555/2000, Decreto Federal n.º 3.931/2001, Decreto Federal nº 7.892/2013, da Lei Complementar nº 123/2006 e, subsidiariamente, da Lei Federal nº 8.666/1993, Decreto Municipal nº 09/2010 e do Decreto Municipal nº 32/2005 e de outras normas aplicáveis, contida no **Processo Administrativo n°. 020/2021/DAE-VG**

Considerando o deferimento do pedido de Adesão (CARONA) à Ata de Registro n°. 017/2020, oriunda do Pregão Presencial n°. 022/2020 da **PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO – MT,** entidade gestora e detentora do registro de preços decorrente do Pregão, conforme autorização do Órgão e aceite da empresa **GRAFITTE COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA EPP**, cujo procedimento deu-se dentro da legalidade e favorável, conforme Parecer Jurídico **nº 082/2021/JUR/DAE-VG.**

RESOLVE HOMOLOGAR E ADERIR, à Ata de Registro n° 017/2020, oriundo do Pregão Presencial n°. 022/2020 da **PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO – MT**, e com a empresa **GRAFITTE COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA EPP**, com o valor contratual de **R$ 179.530,00 (cento e setenta e nove mil, quinhentos e trinta reais),** e para a eficácia dos atos, DETERMINO que o presente seja publicado.

De ciências aos interessados.

Várzea Grande, 26 de abril 2020.

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA

DIRETOR PRESIDENTE – DAEVG

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

PORTARIA N. 217/2021

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA ADMINISTRADORA DO FUNDO CONTABIL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE.”

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e;

Considerando o que determina o **art. 70 da Lei 688/2005,** que designa a Administradora do Fundo Contábil da Previdência Social dos Servidores de Vila Bela da Santíssima Trindade;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Senhora **DAIANA FERNANDA MARIN MACEDO,** brasileira, residente e domiciliada a Rua L, s/nº, Bairro Jardim Aeroporto, município de Vila Bela da SS Trindade – MT, portadora da Cédula de Identidade nº 1538035-1 SSP/MT e CPF nº 007.973.101-50, para exercer a função de Responsável pela Administração do Fundo Contábil da Previdência Social dos Servidores de Vila Bela da Santíssima Trindade.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E SEIS DIAS do mês de ABRIL de dois mil E VINTE E UM.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO

AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 269/2020 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 117/2020/JUÍNA/MT

AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 269/2020 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 117/2020/JUÍNA/MT

MUNICÍPIO: VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE – MT

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 4518/2021

Empresa: GL OXIGÊNIO EIRELI, CNPJ: 12.520.836/0001-04.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO ININTERRUPTO DE GASES MEDICINAIS, CONCESSÃO EM REGIME DE COMODATO DE TANQUES/CILINDROS.

VALOR TOTAL ADERIDO É DE R$ 288.800,00 (duzentos e oitenta e oito mil e oitocentos reais)

VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE -MT, 26 de abril de 2021.

ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
RESULTADO PP Nº 004/2021

RESULTADO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 050/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021

A Pregoeira Oficial, Srª Cristina Magalhães Castro designada pela Portaria nº. 012/2015, leva ao conhecimento dos interessados o Resultado do Processo Licitatório nº 050/2021 na modalidade Pregão Presencial nº 004/2021, Registro de Preço para contratação de empresa especializada para instalação, manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos do Hospital Municipal, Pronto Atendimento, Odontologia das Unidades Básicas de Saúde, Centro de Reabilitação e Laboratório de Analises Clinicas Municipal, para uso pela a Secretaria Municipal de Saúde, junto ao Município de Vila Rica - MT**, onde foi declarada vencedora a empresa:**

EMPRESA DECLARADA VENCEDORA	VALOR TOTAL (R$)
EPROMED COMERCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI – ME (27.344.468/0001-50)	R$ 66. 000,00

Vila Rica – MT, 26 de Abril de 2021.

CRISTINA MAGALHÃES CASTRO

Pregoeira Oficial

Portaria nº 012/2015

IMPREV
PORTARIA

PORTARIA N.º 04/2021

"Dispõe sobre a nomeação dos membros, titulares e suplentes para comporem o conselho fiscal do IMPREV"

O Diretor Executivo do IMPREV - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Resolve:

Art. 1º. Nomear os servidores (as) abaixo para comporem o conselho fiscal do **IMPREV**-Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Vila Rica-MT.

Titulares: Ednair Ferreira, Joana Batista Coelho e Cleide Junker

Suplentes: Mauro Sergio Rodrigues de Freitas e Dalmir da Silva Costa.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a data de **01 de Janeiro de 2021**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Vila Rica - MT, 03 de Março de 2021.

EURICO DA CUNHA BARBOSA

Diretor Executivo do IMPREV

Portaria nº 267/2017

Homologo:

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL Nº 006/2021(DIHOL)

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL Nº 006/2021

OBJETO: O presente aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do contrato 006/2021 inicialmente pactuada no Processo Licitatório nº 007/2021 na modalidade Inexigibilidade nº 002/2021, pelo período de 90 (noventa) dias, contados a partir do dia 26/04/2021 até 25/07/2021.

DEMAIS CLÁUSULAS: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato.

DATA: Vila Rica/MT, 26 de Abril de 2021.

ASSINANTES /Abmael Borges da Silveira - Prefeitura Municipal De Vila Rica – Contratante

DIHOL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA (26.792.580/0001-90) - Contratada..

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 013/2021

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 013/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021

DO OBJETO: Registro de Preço para contratação de empresa especializada para instalação, manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos do Hospital Municipal, Pronto Atendimento, Odontologia das Unidades Básicas de Saúde, Centro de Reabilitação e Laboratório de Analises Clinicas Municipal, para uso pela a Secretaria Municipal de Saúde, junto ao Município de Vila Rica – MT.

DO PAGAMENTO: O pagamento será efetuado à CONTRATADA em até **10 (Dez)** dias úteis, contados do recebimento dos itens bem como, da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal devidamente designado para esse fim.

DATA: Vila Rica/MT, 26 de Abril de 2021.

ASSINANTES / VALOR:

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA - Prefeitura Municipal de Vila Rica – Contratante.

EPROMED COMERCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI – ME (27.344.468/0001-50)**– R$** 66.000,00**– Contratada**

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 012/2021

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 012/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2021

DO OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de herbicidas para limpeza nas praças, viveiro Municipal, pátios das Escolas Municipais, campos e demais locais publico que se fizer necessário.

DO PAGAMENTO: O pagamento será efetuado à CONTRATADA em até **10 (Dez)** dias úteis, contados do recebimento dos itens bem como, da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal devidamente designado para esse fim.

DATA: Vila Rica/MT, 26 de Abril de 2021.

ASSINANTES / VALOR:

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA - Prefeitura Municipal de Vila Rica – Contratante.

BIDDEN COMERCIAL LTDA ME (36.181.473/0001-80) **– R$** 51.500,00 – Contratada

PREFEITURA/LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 003/2021

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 003/2021

Reconheço a inexigibilidade de licitação fundamentada no artigo 25, da lei nº. 8.666/93 e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação da empresa **EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA**,pessoa de natureza jurídica, inscrita no cnpj sob n° 04.096.738/0001-55, para aquisição de Material exclusivo da editora amigos, que será destinado para programas realizados pela secretaria de assistência social. Valor: R$ 12.646,40 (doze mil seiscentos e quarenta e seis reais e quarenta centavos) **Ratifico,** conforme prescreve o art. 26 do estatuto das licitações, o despacho da comissão permanente de licitações - C.P.L, e parecer jurídico do procurador do município, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

Vila Rica / MT 26 de Abril de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

GESTÃO 2021-2024

C.P.F.: 421.481.893-87

R.G.: 1614784 SSP/GO

Contratante

PREFEITURA/LICITAÇÃO
RESULTADO PE Nº 011/2021

RESULTADO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 027/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2021

Nº DE LICITAÇÃO NO BB: 860329

A Pregoeira Oficial, Srª Cristina Magalhães Castro designada pela Portaria nº. 012/2015, leva ao conhecimento dos interessados o Resultado do Processo Licitatório nº 027/2021 na modalidade Pregão Eletrônico nº 011/2021 Registro de Preço para futura e eventual aquisição de herbicidas para limpeza nas praças, viveiro Municipal, pátios das Escolas Municipais, campos e demais locais publico que se fizer necessário, onde foi declarada vencedora a empresa:

EMPRESA DECLARADAS VENCEDORA	VALOR TOTAL (R$)
BIDDEN COMERCIAL LTDA ME (36.181.473/0001-80)	R$ 51.500,00

Vila Rica – MT, 26 de Abril de 2021.

CRISTINA MAGALHÃES CASTRO

Pregoeira Oficial

Portaria nº 012/2015

IMPREV
PORTARIA

PORTARIA Nº 06 /2021

"Dispõe sobre a concessão do benefício de ***Aposentadoria por Tempo de Contribuição****ao servidor* ***Sr. Wanderlei Bretanha Junker"***

O **Diretor Executivo do IMPREV** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Vila Rica, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e

Considerando o art. 3º, I, II, III e parágrafo único da EC nº 47/2005, combinado com art. 88-A, inciso I, II, III, IV e § único, da Lei Municipal n.º 626/2006, de 23 de Junho de 2006, que altera a Lei Municipal nº 519 de 01/07/2004 rege a previdência do Município de Vila Rica - IMPREV, e considerando o último reajuste concedido pela Lei Municipal nº 1.631/2019, 09 de maio de 2019 que reestrutura os valores monetários dos servidores públicos municipais e dá outras providências;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, ao servidor Sr. **Wanderlei Bretanha Junker**, brasileiro, portador do RG n.º 12819077 SSP/MT e do CPF n.º 304.353.151-53, residente e domiciliado neste município, servidor efetivo no cargo de Auxiliar Adminsitrativo Educacional, Classe "C", Nível "31"; matriculado sob n. 280, com carga horária de 30 horas semanais, lotado no Gabinete do Prefeito, contando com 35 (trinta cinco) anos e 05 (cinco) dias de tempo de contribuição, com proventos integrais, última remuneração do cargo efetivo, conforme processo administrativo do **IMPREV**, n.º **2021.04.78192P**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir **de 23 de abril de 2021**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

VILA RICA-MT, 26 de abril de 2021.

EURICO DA CUNHA BARBOSA

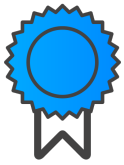
Diretor Executivo do IMPREV

Homologo:

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Mon Apr 26 23:31:43 UTC 2021
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)